

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2014

Tarso Genro

Governador do Estado

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	139
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	161
4 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	185
5 - BANRISUL Cartões S.A.	221
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	269
7 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	281
8 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	301
9 - Companhia Operadora de Mineração - COM	339
10 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	349
11 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	377
12 - Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG	381
13 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	385
14 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-GT	391
15 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	487
16 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	575
17 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	679

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O desempenho do Banrisul em 2014 foi marcado por dois importantes componentes - de um lado, o equacionamento dos planos de previdência complementar e a formação de uma parceria estratégica na área de seguros, ações que preparam o Banco para o futuro e, de outro, um ambiente econômico relativamente restritivo, com repercussões sobre o crédito e os resultados. O saldo de 2014 é, contudo, bastante positivo. O tratamento de questões estruturais, o fortalecimento de negócios que diversificam a capacidade de geração de receitas do Banco, como a rede de adquirência, o investimento na melhoria de processos e na ampliação de canais de relacionamento com clientes e não clientes possibilitam à Instituição crescer de forma sustentada. Esse era o propósito firmado há quatro anos: diversificar e crescer.

No cenário internacional, prevaleceram volatilidade nos mercados financeiros, retomada da economia norte-americana, baixo ritmo de crescimento na Europa e Japão, desaceleração do nível de atividade na China e focos de tensão nos países emergentes, especialmente na Argentina, importante parceiro comercial. No ambiente doméstico, o Brasil recebeu, em 2014, o maior evento mundial de futebol - a Copa do Mundo, reelegeu a Presidente da República e deverá fechar o ano com ritmo modesto de atividade econômica, decorrente de níveis de consumo e de investimento contidos. A retomada do ciclo de elevação de juros para o setor bancário, segmento afetado por marco concorrencial acirrado e aparato regulatório intenso, resultou na compressão de margens de crédito.

O desempenho da Instituição, por força da identificação com a economia regional, também é afetado pela dinâmica local. No Rio Grande do Sul, embora o desempenho da safra de grãos tenha sido favorável em 2014, o crescimento do nível de atividade deverá também ser modesto, ainda que superior ao do Brasil. O setor industrial, na esteira da conjuntura nacional, deverá refletir a desaceleração da demanda agregada. O segmento exportador, em especial, se ressentiu com as dificuldades econômicas enfrentadas por importantes parceiros comerciais.

No âmbito corporativo, ações importantes, trabalhadas nos últimos anos, relacionadas ao reposicionamento mercadológico do Banco se consolidaram em 2014. A estratégia executada no exercício abrangeu a automação da estrutura de *back office* da rede de agências e a revisão de processos de atendimento, ações que garantem maior agilidade e redução de custos na operação. A abertura de 97 novas agências ao longo dos quatro anos, parte novos pontos e parte transformação de postos de serviços, fortaleceu a posição competitiva no Estado do Rio Grande do Sul. A melhoria da acessibilidade e a infraestrutura de TI concentraram as ações de investimento. A busca de diversificação de receitas, através dos negócios de adquirência, seguros, previdência e capitalização, refletiu em significativa contribuição no resultado. A criação da marca *Vero*, em 2014, foi importante fator competitivo para as operações da rede de adquirência.

O processo de seleção de potenciais interessados e os estudos realizados desde 2011 resultaram no estabelecimento de parceria entre o Banrisul e a Icatu Seguros para a constituição de uma seguradora, focada em seguros de vida e previdência. A operação, anunciada ao mercado em dezembro de 2014, já está aprovada pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e aguarda autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a constituição de uma *joint venture*, na qual o Banrisul será detentor de 49% do capital. O ramo de seguros tem se mostrado extremamente promissor, seja pelo crescimento da renda e da estabilidade econômica alcançados nos últimos anos, seja pela permanência de bancos como fortes distribuidores, ou ainda pela sensível ampliação de receitas com a venda de seguros auferida pelo Banco no passado recente. Dessa forma, a reestruturação dos negócios de seguros foi motivo de grande satisfação na Instituição.

No primeiro semestre de 2014, outro importante desafio entrou em rota de resolução: o desequilíbrio financeiro do principal plano de previdência complementar da Fundação Banrisul - o Plano de Benefícios Definido - PB1. Após dois anos de discussão, foram lançados, no início de 2014, os planos PB Saldado e o FBPrev II. Aos participantes do PB1, foi concedida a opção de aderir voluntariamente aos novos planos. Cerca de 60% do total de participantes, e 90% dos participantes ativos, migraram suas reservas matemáticas para os

planos criados. Na esteira desse processo, foi lançado e finalizado em junho de 2014, o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, que alcançou 510 empregados. A reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego e o PAI foram desencadeados para preservar a estrutura patrimonial do Banco e para promover o desligamento de pessoas em condições favoráveis.

A receita obtida com o acordo de exclusividade para a comercialização de seguros de vida e previdência, as despesas com a reestruturação dos planos de previdência complementar e com o Plano de Aposentadoria Incentivada geraram efeitos sobre o resultado do ano e estão demonstrados como eventos extraordinários. Em termos conjunturais, os resultados financeiros apurados no exercício de 2014 foram afetados pelo arrefecimento do crescimento do crédito, notadamente na primeira metade do ano, com repercussões sobre a margem financeira, o retorno e a eficiência. A estratégia de diversificação de negócios contribuiu positivamente na formação do resultado de 2014. As receitas com adquirência, cartões, seguros, previdência e capitalização apresentaram elevado crescimento.

O lucro líquido registrado em 2014 alcançou R\$691,4 milhões. O resultado recorrente somou R\$753,0 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio foi de 13,9%. O Banrisul possui R\$59,6 bilhões em ativos, dos quais R\$30,5 bilhões em operações de crédito, que cresceram 14,4% em doze meses. Os recursos captados e administrados somaram R\$48,1 bilhões em dezembro de 2014, com incremento de 13,3% em relação a dezembro de 2013. O patrimônio líquido registrou R\$5,7 bilhões ao final de 2014. O indicador de Basileia, que demonstra a capacidade do Banco de expandir seus ativos, alcançou 17,8%.

Muitas outras iniciativas importantes se viabilizaram em 2014, como a criação da Universidade Corporativa, a revisão da política de sustentabilidade e o lançamento de linha de crédito, com recursos oriundos da liberação da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre os recursos à vista, para o financiamento de investimentos produtivos a empresas e produtores rurais, o PSI Banrisul. Cada vez mais, a Instituição preserva sua identidade de banco regional e aprofunda sua inserção em outros mercados, seja no sentido geográfico, ou pela abertura de novos negócios, ou ainda pela diversificação da base de clientes, através de uma nova identidade visual e de relacionamento que abarca o público jovem. O Banrisul amplia seus horizontes. Uma estratégia de crescimento requer investimentos, parcerias, senso de oportunidade. As ações concretizadas em 2014 reforçam a estrutura operacional e financeira do Banco, consolidando uma plataforma de negócios que deverá refletir em resultados crescentes nos próximos anos.

Túlio Luiz Zamin
Presidente

TABELA 1: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13	2014 / 2013	4T14 / 3T14
Margem Financeira	3.789,8	3.666,5	998,5	979,3	942,9	869,2	906,3	3,4%	2,0%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	784,2	660,9	237,1	209,3	141,5	196,4	145,5	18,7%	13,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005,6	3.005,6	761,4	769,9	801,4	672,8	760,8	0,0%	-1,1%
Receita da Intermediação Financeira	8.196,7	6.572,5	2.330,6	2.285,8	1.821,4	1.758,9	1.767,7	24,7%	2,0%
Despesa da Intermediação Financeira	5.191,1	3.567,0	1.569,2	1.515,8	1.019,9	1.086,1	1.006,9	45,5%	3,5%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.196,3	983,4	333,1	308,4	286,4	268,5	274,7	21,6%	8,0%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	2.742,4	2.414,7	747,4	689,9	672,4	632,7	651,1	13,6%	8,3%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	347,2	344,6	101,7	86,0	69,5	90,1	85,9	0,8%	18,2%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	321,3	254,6	93,9	97,5	69,8	60,1	62,3	26,2%	-3,6%
Lucro Líquido Ajustado	753,0	791,6	177,0	215,3	222,7	137,9	189,0	-4,9%	-17,8%
Lucro Líquido	691,4	791,6	248,2	215,3	150,1	77,8	189,0	-12,7%	15,3%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2014	Dez 2013	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014 / Dez 2013	Dez 2014 / Set 2014
Ativos Totais	59.561,7	53.210,7	59.561,7	59.092,2	57.212,1	57.445,8	53.210,7	11,9%	0,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	14.599,0	14.686,6	14.599,0	12.719,5	12.654,7	12.634,6	14.686,6	-0,6%	14,8%
Carteira de Crédito Total	30.487,0	26.652,0	30.487,0	29.950,8	28.062,4	27.252,2	26.652,0	14,4%	1,8%
Provisão para Operações de Crédito	1.694,0	1.586,3	1.694,0	1.713,8	1.622,6	1.595,2	1.586,3	6,8%	-1,2%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.169,1	1.014,5	1.169,1	1.221,9	1.126,5	1.124,7	1.014,5	15,2%	-4,3%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.034,4	859,9	1.034,4	1.058,6	990,2	942,9	859,9	20,3%	-2,3%
Recursos Captados e Administrados	48.064,9	42.420,2	48.064,9	46.397,0	44.622,1	43.035,3	42.420,2	13,3%	3,6%
Patrimônio Líquido	5.671,3	5.149,7	5.671,3	5.420,7	5.273,6	5.161,3	5.149,7	10,1%	4,6%
Patrimônio de Referência Conglomerado Financeiro	7.062,3	6.743,9	7.062,3	6.812,6	6.663,2	6.532,9	6.743,9	4,7%	3,7%
Patrimônio Líquido Médio	5.410,5	4.893,0	5.546,0	5.347,2	5.217,5	5.155,5	5.080,0	10,6%	3,7%
Ativo Total Médio	56.386,2	49.977,3	59.326,9	58.152,1	57.328,9	55.328,2	53.337,6	12,8%	2,0%
Ativos Rentáveis Médios	52.315,0	47.137,1	53.756,4	52.432,6	51.650,7	51.420,4	48.870,4	11,0%	2,5%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13	2014 / 2013	4T14 / 3T14
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	280,8	314,3	80,3	67,7	66,6	66,1	86,5	-10,7%	18,6%
Valor de Mercado	5.930,1	5.153,1	5.930,1	6.011,9	4.396,5	5.365,7	5.153,1	15,1%	-1,4%
Valor Patrimonial por Ação	13,35	12,59	13,35	13,25	12,89	12,60	12,59	6,0%	0,8%
Preço Médio da Ação (R\$)	12,62	15,73	13,91	13,26	11,84	11,40	14,39	-19,8%	4,9%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,69	1,94	0,61	0,53	0,37	0,19	0,46	-12,9%	15,1%
Índices Financeiros	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁴⁾	1,3%	1,6%	1,2%	1,5%	1,6%	1,0%	1,4%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	13,9%	16,2%	13,4%	17,1%	18,2%	11,1%	15,7%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁶⁾	55,3%	52,9%	55,3%	55,2%	55,9%	55,1%	52,9%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	7,2%	7,8%	7,6%	7,7%	7,5%	6,9%	7,6%		
Custo Operacional Recorrente	4,6%	4,5%	4,6%	4,5%	4,5%	4,4%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,83%	3,80%	3,83%	4,08%	4,02%	4,13%	3,80%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	3,39%	3,23%	3,39%	3,53%	3,53%	3,46%	3,23%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹⁰⁾	144,9%	156,4%	144,9%	140,3%	144,0%	141,8%	156,4%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹¹⁾	163,8%	184,5%	163,8%	161,9%	163,9%	169,2%	184,5%		
Índice de Provisionamento ⁽¹²⁾	5,6%	6,0%	5,6%	5,7%	5,8%	5,9%	6,0%		
Índice de Basileia Conglomerado Financeiro	17,8%	18,3%	17,8%	17,2%	16,5%	16,8%	18,3%		
Indicadores Estruturais	Dez 2014	Dez 2013	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013		
Agências	528	512	528	524	522	515	512		
Postos de Atendimento Bancário	206	216	206	208	210	214	216		
Pontos de Atendimento Eletrônico	594	595	594	604	589	600	595		
Colaboradores	11.636	12.175	11.636	11.679	11.718	11.967	12.175		
Indicadores Econômicos	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13		
Selic Efetiva Acumulada	10,90%	8,22%	2,78%	2,75%	2,53%	2,42%	2,34%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,66	2,34	2,66	2,45	2,20	2,26	2,34		
Variação Cambial (%)	13,39%	14,64%	8,37%	11,28%	-2,67%	-3,40%	5,05%		
IGP-M	3,67%	5,53%	1,89%	-0,68%	-0,10%	2,55%	1,76%		
IPCA	6,41%	5,91%	1,72%	0,83%	1,54%	2,18%	2,04%		

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(7) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(8) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(9) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(10) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(12) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

DESTAQUES FINANCEIROS

Apresentamos abaixo, de forma sintética, o desempenho registrado pelo Banrisul no ano de 2014 e no 4T14 em especial. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no site www.banrisul.com.br/rj.

TABELA 2: DEMONSTRATIVO DOS PRINCIPAIS ITENS DE RESULTADO

Resultado - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13	2014 / 2013	4T14 / 3T14
Margem Financeira Líquida	3.789,8	3.666,5	998,5	979,3	942,9	869,2	906,3	3,4%	2,0%
Despesas de Provisão p/ Operações de Crédito	784,2	660,9	237,1	209,3	141,5	196,4	145,5	18,7%	13,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005,6	3.005,6	761,4	769,9	801,4	672,8	760,8	0,0%	-1,1%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.196,3	983,4	333,1	308,4	286,4	268,5	274,7	21,6%	8,0%
Despesas de Pessoal e Outras Administrativas	2.806,5	2.414,7	747,4	689,9	669,2	700,0	651,1	16,2%	8,3%
Resultado Operacional	963,7	1.206,6	367,2	318,6	168,9	109,0	285,1	-20,1%	15,3%
Lucro Líquido Consolidado	691,4	791,6	248,2	215,3	150,1	77,8	189,0	-12,7%	15,3%
Lucro Líquido Ajustado a Eventos Não Recorrentes	753,0	791,6	177,0	215,3	222,7	137,9	189,0	-4,9%	-17,8%

O **lucro líquido** alcançou R\$691,4 milhões em 2014. O lucro líquido recorrente totalizou R\$753,0 milhões, 4,9% abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, com rentabilidade de 13,9% sobre o patrimônio líquido médio. No 4T14, o resultado contábil somou R\$248,2 milhões. O lucro líquido recorrente do 4T14, R\$177,0 milhões, apresentou redução de 6,3% em relação ao apurado no 4T13 e de 17,8% frente ao resultado recorrente registrado no 3T14.

O **desempenho recorrente** alcançado em 2014 reflete o aumento das receitas e das despesas com juros, a elevação do fluxo de provisões com crédito, bem como o incremento de receitas com serviços e tarifas bancárias e o aumento de despesas administrativas, ambas decorrentes da estratégia de diversificação e de crescimento de negócios implementada ao longo dos últimos quatro anos. No **último trimestre**, o **resultado recorrente** reflete a expansão de despesas administrativas, em especial decorrentes dos avanços salariais obtidos no âmbito do acordo coletivo de trabalho e das despesas com originação de crédito consignado nos correspondentes, além do efeito de maior fluxo de despesas com provisionamento para perdas em operações de crédito.

O resultado acumulado no ano de 2014 está impactado por **eventos extraordinários** contabilizados no exercício, quais sejam: (i) celebração de convênio com a Icatu Seguros S.A. de distribuição, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros vida e previdência nos canais Banrisul; (ii) reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social; (iii) lançamento de Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, implementado para favorecer o desligamento de empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar; (iv) efeitos fiscais sobre eventos não recorrentes. Somados, esses eventos produziram efeito líquido negativo de R\$61,6 milhões no resultado do período.

A **margem financeira** apurada em 2014, R\$3.789,8 milhões, apresentou crescimento de R\$123,3 milhões ou 3,4% em relação ao valor alcançado em 2013. No 4T14, a margem financeira somou R\$998,5 milhões, com expansão de R\$92,2 milhões ou 10,2% em relação à performance registrada no 4T13 e incremento de R\$19,2 milhões ou 2,0% na comparação com o 3T14. O crescimento da margem financeira proveio do maior ritmo de expansão do crédito, notadamente no segundo semestre, e da recomposição de *spreads* a partir do 2T14.

As **despesas de provisão** com operações de crédito, R\$784,2 milhões, apresentaram expansão de R\$123,3 milhões ou 18,7% considerados os valores de 2014 vs 2013. As despesas de provisão do 4T14, R\$237,1 milhões, registram aumento de R\$91,6 milhões ou 63,0% frente ao fluxo contabilizado no 4T13 e crescimento de R\$27,8 milhões ou 13,3% em relação ao valor apurado no 3T14. Os créditos classificados no risco normal apresentaram melhora de 1,8 pp. nos últimos doze meses, contudo, a rolagem da carteira por níveis de *rating* requisitou maior fluxo de provisão, especialmente no segundo semestre, num contexto de aumento do saldo de crédito, de estabilização dos níveis de inadimplência e de maior fluxo de baixas de operações para prejuízo no 4T14.

As receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias, R\$1.196,3 milhões acumuladas no ano de 2014, foram positivamente influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. Do incremento de R\$212,9 milhões ou 21,6% em receitas de serviços e tarifas comparados os exercícios 2014 e 2013, R\$111,1 milhões são decorrentes da adquirência e vouchers e R\$36,6 milhões provenientes de seguros, previdência e capitalização. Em relação ao 4T13, as receitas de serviços e de tarifas bancárias cresceram R\$58,4 milhões ou 21,2%. Na comparação com o trimestre anterior, o incremento alcançou R\$24,7 milhões ou 8,0%.

As despesas administrativas recorrentes, R\$2.742,4 milhões, apresentaram aumento de R\$327,7 milhões ou 13,6% comparados os exercícios 2014 e 2013. No 4T14, as despesas administrativas, R\$747,4 milhões, registraram expansão de R\$96,4 milhões ou 14,8% frente ao 4T13 e incremento de R\$57,5 milhões ou 8,3% em relação ao 3T14. Outras despesas administrativas responderam por R\$216,8 milhões ou 66,2% do incremento de despesas registrado em 2014, performance proveniente, em especial, das despesas com originação de crédito consignado via correspondentes. No último trimestre, despesas de pessoal recorrentes, impactadas pelo reajuste do acordo coletivo de trabalho, apresentaram expansão de R\$32,8 milhões ou 9,0% frente às despesas contabilizadas no 3T14, respondendo por 57,1% do incremento das despesas administrativas do período. Contudo, o índice de cobertura de despesas de pessoal recorrentes com receitas de serviços e tarifas bancárias atingiu 81,3% em 2014, acima dos 72,3% apurado em 2013.

EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

Os eventos não recorrentes que afetaram o resultado de 2014 estão comentados na sequência.

TABELA 3: DEMONSTRATIVO LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL X LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Eventos Extraordinários - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13
Lucro Líquido Ajustado	753,0	791,6	177,0	215,3	222,7	137,9	189,0
Eventos Extraordinários	(61,6)	-	71,1	-	(72,6)	(60,1)	-
Reestruturação Planos FBSS – Incentivos à Migração	(204,5)	-	-	-	(173,8)	(30,7)	-
PAI - Plano de Aposentadoria Incentivada	(64,1)	-	-	-	3,2	(67,3)	-
Convênio de Distribuição de Seguros	115,0	-	115,0	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	92,0	-	(43,9)	-	98,0	37,9	-
Lucro Líquido Contábil	691,4	791,6	248,2	215,3	150,1	77,8	189,0
ROAA Ajustado	1,3%	1,6%	1,2%	1,5%	1,6%	1,0%	1,4%
ROAE Ajustado	13,9%	16,2%	13,4%	17,1%	18,2%	11,1%	15,7%
Índice de Eficiência Ajustado	55,3%	52,9%	55,3%	55,2%	55,9%	55,1%	52,9%

A reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social foi concluída no 1S14. As despesas com os planos criados somaram R\$288,1 milhões, dos quais R\$31,9 milhões pagos aos participantes do Plano de Benefícios Definido - PBI como incentivos à migração e R\$256,2 milhões aportados diretamente no PB Saldado e FBPrev II. O processo de migração resultou na adesão de cerca de 60% dos participantes do PBI, que optaram, voluntariamente, pela transferência de suas reservas matemáticas aos novos planos. No 2T14, o PB Saldado e FBPrev II passaram por reavaliação atuarial. Descontados os benefícios fiscais, R\$111,2 milhões, o evento Fundação afetou negativamente o resultado do ano em R\$93,3 milhões, montante representado pela diferença entre as despesas citadas e o ganho atuarial de R\$83,6 milhões, decorrente do efeito de cálculos de liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI sobre a parcela de obrigações do patrocinador. Pela aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1), a reestruturação do PBI promovida em 2014 agregou maior equilíbrio aos planos de benefícios pós-emprego, remanescendo, contudo, passivo de R\$118,0 milhões, reconhecido no patrimônio do Banrisul.

Na esteira da reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego, o Banrisul lançou, em janeiro de 2014, o Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI, proporcionando melhores condições de desligamento aos empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar em 2014. A adesão ao Plano estendeu-se até março e os desligamentos foram efetivados até junho de 2014. Instituído com a finalidade de preservar a estrutura patrimonial do Banco e atender as expectativas dos empregados quanto aos benefícios pós-emprego, 554

empregados aderiram ao PAI e 510 desligamentos foram efetivados. Os incentivos provisionados e pagos no âmbito do PAI somaram R\$64,1 milhões.

Outra importante iniciativa consolidada ao final de 2014, após quatro anos de estudos e seleção de empresa parceira, foi o **acordo de distribuição** de produtos de **seguro de vida e previdência** da Icatu Seguros nos canais Banrisul. As exitosas mudanças que ocorreram no mercado de seguros no Brasil, a permanência de bancos como fortes distribuidores e a potencial absorção de seguros pelos clientes do Banco foram os motivos que levaram ao estabelecimento dessa negociação já aprovada pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Tão logo a operação esteja autorizada pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, será criada uma *joint venture*, na qual o Banrisul será detentor de 49% do capital. A Icatu pagou R\$115,0 milhões pelo direito de celebrar acordo de exclusividade de distribuição de seguros na rede Banrisul. Descontados os efeitos fiscais, a operação de reestruturação de seguros afetou positivamente o resultado em R\$71,1 milhões.

Os eventos extraordinários citados produziram **benefício fiscal** de R\$92,0 milhões, gerando impacto líquido de R\$61,6 milhões no resultado do período. Descontados os eventos extraordinários lançados em despesas de pessoal, outras receitas e outras despesas operacionais, bem como apurados o Imposto de Renda e a Contribuição Social do período, o lucro líquido ajustado somou R\$753,0 milhões no exercício de 2014.

A **reconciliação entre resultado contábil e o lucro líquido ajustado** foi utilizada para demonstração dos indicadores de retorno sobre patrimônio líquido e sobre ativos e de eficiência. O ROAE ajustado é de 13,9% sobre o patrimônio líquido médio, 2,3 pp. abaixo do indicador apurado em 2013, refletindo um contexto de menores *spreads*, proveniente da desaceleração do crescimento das receitas de juros e da elevação das despesas com juros, face às condições de competitividade e à elevação da taxa básica de juros, ainda que favorecido pelo maior ritmo de crescimento do crédito e pela performance das receitas de serviços e tarifas bancárias.

O **Índice de eficiência** ajustado alcançou 55,3% em 2014, 2,4 pp. acima do obtido em 2013, refletindo, além dos eventos afetados por juros, a ampliação de despesas administrativas, face à estratégia de crescimento em execução desde 2012, efeito minimizado pela ampliação das receitas com serviços e tarifas bancárias, que já incorporam o desempenho favorável oriundo da recente reestruturação dos negócios de adquirência e *vouchers*. Em relação ao índice apurado nos doze meses terminados em setembro, o indicador apresentou aumento de 0,1 pp., afetado pelo incremento pontual de despesas administrativas no último trimestre, relacionadas aos ajustes decorrentes do acordo coletivo de trabalho e à originação de operações nos correspondentes.

DESTAQUES OPERACIONAIS

TABELA 4: DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução Patrimonial - R\$ Milhões	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014
Ativos Totais	59.561,7	59.092,2	57.212,1	57.445,8	53.210,7	11,9%	0,8%
Operações de Crédito	30.487,0	29.950,8	28.062,4	27.252,2	26.652,0	14,4%	1,8%
TVM + Aplicações Interfinanceiras - Obrigações Compromissadas	14.599,0	12.719,5	12.654,7	12.634,6	14.686,6	-0,6%	14,8%
Recursos Captados e Administrados	48.064,9	46.397,0	44.622,1	43.035,3	42.420,2	13,3%	3,6%
Patrimônio Líquido	5.671,3	5.420,7	5.273,6	5.161,3	5.149,7	10,1%	4,6%

Ao final de dezembro de 2014, os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$59.561,7 milhões, com expansão de R\$6.351,0 milhões ou 11,9% em relação a dezembro de 2013 e relativa estabilidade na comparação com setembro de 2014. O crescimento dos ativos, em doze meses, proveio, especialmente, da expansão de R\$3.490,8 milhões na captação de depósitos e de R\$692,1 milhões provenientes das obrigações por empréstimos e repasses. No que se refere à alocação, as operações de crédito apresentaram incremento de R\$3.834,9 milhões e as relações interfinanceiras e interdependências registraram expansão de R\$1.716,2

milhões, face ao aumento de créditos vinculados no Banco Central, em função do limite de patrimônio de referência (PR) alcançado. No último trimestre, a estabilidade dos ativos reflete, em especial, o incremento de depósitos, em R\$1.215,3 milhões, compensado, em parte, pela redução de obrigações por operações compromissadas, em R\$1.497,0 milhões; os demais recursos de *funding* geraram aplicações em ativos de crédito e de tesouraria.

Nos últimos doze meses, os **ativos de crédito** alcançaram R\$31.815,7 milhões no conceito ampliado, com incremento de 14,6%. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o crescimento do crédito foi de R\$3.834,9 milhões ou 14,4%, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$1.656,7 milhões ou 8,9% da carteira comercial e de R\$552,4 milhões provenientes da aquisição de carteiras com coobrigação, conforme facultado pelas Circulares nº 3.712 e nº 3.715 do Banco Central do Brasil, respectivamente, de julho e agosto de 2014. O crédito imobiliário agregou à carteira R\$569,3 milhões; o crédito rural registrou expansão de R\$540,1 milhões e os financiamentos de longo prazo apresentaram aumento de R\$500,2 milhões em doze meses. Em relação ao trimestre anterior, a carteira de crédito registrou expansão de R\$536,2 milhões ou 1,8%, favorecida, em especial, pelo crescimento do crédito comercial empresarial, em R\$350,7 milhões, e dos financiamentos de longo prazo, no valor de R\$248,2 milhões.

A **carteira de crédito classificada por rating** apresentou evolução favorável. O saldo de operações classificadas nos níveis de AA até C alcançou R\$27.839,7 milhões, 91,3% do total da carteira de crédito, 1,8 pp. acima da posição de dezembro de 2013 e 0,9 pp. acima da proporção de setembro de 2014. As operações classificadas nos Riscos 1 e 2, que incluem os níveis D até H, totalizaram R\$2.647,3 milhões.

Os **títulos e valores mobiliários (TVM) e as aplicações interfinanceiras de liquidez** totalizaram R\$14.599,0 milhões ao final de dezembro de 2014, valor líquido das obrigações por operações compromissadas. A relativa estabilidade na posição de tesouraria, nos últimos doze meses, decorreu, em especial, do direcionamento de recursos para cumprimento de depósitos no Banco Central do Brasil, em decorrência da perda do redutor no cálculo do compulsório sobre depósitos, uma vez que o saldo do patrimônio de referência ultrapassou o limite de R\$5,0 bilhões. Em relação a setembro de 2014, o saldo de TVM e aplicações interfinanceiras de liquidez apresentou crescimento de R\$1.879,5 milhões ou 14,8%, refletindo, em especial, o aumento de *funding* proveniente da sazonal expansão de depósitos ao final do ano.

Os **recursos captados e administrados**, constituídos por depósitos, recursos em letras, dívidas subordinadas e recursos de terceiros administrados, totalizaram R\$48.064,9 milhões, com expansão de R\$5.644,8 milhões ou 13,3% em doze meses, desempenho motivado, especialmente, pelo incremento de R\$3.490,8 milhões em depósitos e R\$1.461,0 milhões em recursos de terceiros administrados. Na comparação com setembro de 2014, os recursos captados e administrados registraram expansão de R\$1.667,9 milhões ou 3,6%, com destaque para os incrementos de R\$597,8 milhões em depósitos a prazo e R\$319,5 milhões nos depósitos à vista.

O **patrimônio líquido** alcançou R\$5.671,3 milhões em dezembro de 2014, R\$521,7 milhões ou 10,1% acima da posição de dezembro de 2013 e R\$250,6 milhões ou 4,6% acima do saldo de setembro de 2014. As evoluções refletem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, além do remensuramento do passivo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego ajustado pelo efeito tributário, conforme aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1).

O Banrisul recolheu e provisionou R\$723,9 milhões em **impostos e contribuições** próprios relativos aos doze meses de 2014. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$783,8 milhões.

TABELA 5: OUTROS INDICADORES

Indicadores - %	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13
Rentabilidade sobre Ativo Total Médio (ROAA)	1,3%	1,6%	1,2%	1,5%	1,6%	1,0%	1,4%
Margem Financeira sobre Ativos Rentáveis	7,2%	7,8%	7,6%	7,7%	7,5%	6,9%	7,6%
Índice de Basileia Conglomerado Financeiro	17,8%	18,3%	17,8%	17,2%	16,5%	16,8%	18,3%
Índice de Inadimplência 60 dias	3,83%	3,80%	3,83%	4,08%	4,02%	4,13%	3,80%
Índice de Inadimplência 90 dias	3,39%	3,23%	3,39%	3,53%	3,53%	3,46%	3,23%
Índice de Cobertura 60 dias	144,9%	156,4%	144,9%	140,3%	144,0%	141,8%	156,4%
Índice de Cobertura 90 dias	163,8%	184,5%	163,8%	161,9%	163,9%	169,2%	184,5%
Índice de Provisionamento	5,6%	6,0%	5,6%	5,7%	5,8%	5,9%	6,0%

A redução da **margem financeira sobre ativos rentáveis**, comparados os exercícios 2014 vs 2013, é decorrente do crescimento dos ativos médios, em 11,0%, num contexto de desaceleração do crescimento de receitas sobre ativos rentáveis e de aumento de despesas sobre passivos onerosos, face à elevação dos juros básicos com efeitos imediatos sobre as taxas da captação e do crédito. O *repricing* do crédito ocorre, contudo, de forma mais lenta, face à estrutura da carteira, em boa parte pré-fixada e, também, pelas condições do mercado. O estreitamento de margens é um fator cada vez mais presente, seja pela competição por taxas no crédito, seja pela necessidade de manter uma estrutura de *funding* e de capital compatível com as exigências de regulação, daí a necessidade de diversificação de receitas, com a consequente redução da vulnerabilidade a operações referenciadas em juros. Contudo, a melhoria dos fluxos de margens trimestrais sobre ativos rentáveis reflete a reação, ainda que moderada, do crescimento do crédito, num contexto de recuperação dos *spreads*.

O **índice de inadimplência** de 60 dias alcançou 3,83% em dezembro de 2014. O total de operações em atraso alcançou R\$1.169,1 milhões em dezembro de 2014, com acréscimo de R\$154,7 milhões ou 15,2% em relação ao montante registrado em dezembro de 2013. O índice de inadimplência de 90 dias registrou 3,39%, representado por R\$1.034,4 milhões de operações de crédito vencidas. O índice de inadimplência de 60 dias apresentou expansão de 0,03 pp. nos doze meses e redução de 0,25 pp. nos últimos três meses. O índice de atraso de 90 dias apresentou crescimento de 0,16 pp. em doze meses e queda de 0,14 pp. no último trimestre.

O **índice de cobertura** alcançou 144,9% em proporção das operações em atraso acima de 60 dias, indicador inferior ao apurado em dezembro de 2013 (156,4%) e superior ao registrado em setembro de 2014 (140,3%). O índice de 90 dias atingiu 163,8%, menor que o de dezembro de 2013 (184,5%) e maior que o de setembro de 2014 (161,9%). O indicador foi influenciado pelo aumento do montante de operações de crédito em atraso, incluindo as parcelas vencidas de operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial, e pela rolagem da carteira por *rating*.

O **índice de provisionamento** alcançou 5,6% do saldo de crédito em dezembro de 2014, 0,4 pp. abaixo do indicador de dezembro de 2013. O saldo de provisão apresentou aumento de R\$107,7 milhões e a carteira de crédito classificada por *rating* apresentou melhora em doze meses. Nos últimos três meses, o saldo de provisões apresentou redução de R\$19,8 milhões e o índice de provisionamento da carteira caiu 0,1 pp.

GUIDANCE

Num ano em que o cenário econômico apresentou baixo ritmo de atividade e o ambiente corporativo configurou um quadro favorável ao reposicionamento de negócios estratégicos e ao tratamento de questões estruturais, entregar resultados compatíveis com as perspectivas de desempenho sinalizadas ao mercado é motivo de grande satisfação. As metas de negócios e de indicadores de performance estabelecidas para o exercício de 2014 foram, em boa parte, superadas, com exceção do índice de provisionamento que ficou ligeiramente abaixo do intervalo estabelecido para o período.

O ritmo de crescimento do crédito, mais intenso no segundo semestre, alcançou 14,4%, acima do teto previsto para 2014, evolução motivada, em especial, pela aquisição de carteiras de crédito consignado com coobrigação, conforme facultado pelo Banco Central do Brasil a partir de julho, e pelo desempenho das linhas de crédito especializado. A expansão do crédito imobiliário alcançou 21,0%, 8 pp. acima do teto previsto. O crédito comercial empresarial registrou incremento de 10%, acima do teto de 9% estabelecido, favorecido pelo sazonal aquecimento das linhas de capital giro no último trimestre do ano. O crédito comercial direcionado à pessoa física, acrescido do saldo de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, alcançou incremento de 13% sobre a posição registrada em 2013. A captação de depósitos e de recursos administrados, itens que compõem as metas de negócios da rede de agências, apresentou crescimento de 13,0% em 2014, dentro do intervalo previsto para o período.

O desempenho dos indicadores de performance - margem sobre ativos rentáveis, fluxo de provisão em proporção da carteira de crédito, retorno sobre patrimônio médio e eficiência, calculados com base nos eventos recorrentes, ficaram dentro dos intervalos de *guidance* definidos em junho de 2014, período no qual foram revisadas as expectativas estabelecidas para o exercício. No que se refere ao índice de provisionamento, o monitoramento sistemático da cobrança de operações em atraso, com reflexos sobre a estabilização dos níveis de inadimplência e na rolagem da carteira por *rating*, refletiu em indicador de saldo de provisões para perdas com operações de crédito em percentual da carteira, 5,6%, ligeiramente abaixo do intervalo entre 6% a 7% previsto para o período.

As metas de negócios e de performance projetadas para 2015, ora apresentadas, estão referenciadas na expectativa de arrefecimento, ainda que modesto, do crescimento do crédito, face aos efeitos do realinhamento da política monetária e fiscal com repercussão sobre o ritmo de atividade doméstica, condicionantes já presentes no mercado. Por outro lado, do ponto de vista corporativo, os indicadores de retorno e de eficiência deverão, no futuro próximo, ser favorecidos pela consolidação da parceria recentemente estabelecida na área de seguros e previdência, bem como pelos efeitos da maturação dos investimentos realizados na expansão dos canais, físicos e virtuais, de atendimento.

TABELA 6: PERSPECTIVAS BANRISUL

Perspectivas Banrisul	Ano 2014		Ano 2015	
	Projetado ⁽¹⁾	Revisado 1S14	Realizado	Projetado
Carteira de Crédito Total	12% a 16%	10% a 14%	14,4%	9% a 13%
Crédito Comercial Pessoa Física	12% a 16%	12% a 16%	13,0%	10% a 14%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	10% a 14%	6% a 9%	10,0%	8% a 12%
Crédito Imobiliário	9% a 13%	9% a 13%	21,0%	9% a 13%
Despesa Provisão Crédito / Carteira Crédito	3% a 4%	2,5% a 3,5%	2,6%	2,5% a 3,5%
Saldo de Provisão / Carteira de Crédito	6% a 8%	6% a 7%	5,6%	5,5% a 6,5%
Captação Total	12% a 17%	10% a 14%	13,0%	10% a 14%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio	14% a 18%	13% a 16%	13,9%	14% a 17%
Índice de Eficiência	48% a 53%	53% a 58%	55,3%	52% a 56%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	7,0% a 8,5%	7% a 8%	7,2%	7% a 8%

(1) Divulgado no 4T13 e mantido no 1T14.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2015.

CENÁRIO ECONÔMICO

Ao longo do ano de 2014, o cenário econômico internacional foi marcado pelo aumento da volatilidade e da aversão ao risco, associado, em grande medida, à perspectiva de início do processo de normalização da política monetária nos EUA e ao recrudescimento do ambiente econômico na Zona do Euro. Com efeito, a economia norte-americana manteve trajetória de consolidação do movimento de recuperação, acentuando o fluxo de capitais em direção ao País, à espera de mudanças na política monetária, com aumento cauteloso dos juros básicos. Na Zona do Euro, por outro lado, as tensões geopolíticas resultaram em deterioração adicional das condições econômicas, sobretudo da confiança pessoal e corporativa, a despeito da adoção de medidas complementares de flexibilização da política monetária. A economia chinesa, por sua vez, apresentou crescimento menos dinâmico, em linha com o processo de rebalanceamento econômico em curso, contribuindo para o aumento da volatilidade observado no período.

No Brasil, a atividade doméstica manteve expansão abaixo da potencial, num contexto em que a confiança, tanto de consumidores quanto de empresários, mostrou-se enfraquecida, refletindo adversamente sobre os resultados do consumo e do investimento, os quais se apresentaram contidos e inferiores ao observado em anos recentes. Na mesma linha, a piora nos indicadores da dívida pública, conjugada à recuperação consistente da economia norte-americana, resultou na intensificação das pressões de desvalorização da moeda doméstica, contribuindo para a resistência inflacionária e, em última análise, para a retomada do ciclo de elevação dos juros básicos. Alinhado a esse comportamento, o mercado de crédito registrou crescimento moderado, retratando, de um lado, a menor exposição por parte de instituições financeiras, e, de outro, a desalavancagem de famílias e empresas.

Na esteira da estagnação da atividade econômica nacional, a economia do Rio Grande do Sul, a despeito do desempenho favorável da safra de grãos, apresentou baixo dinamismo, em particular no setor industrial, que aprofundou dificuldades, sobretudo relacionadas ao ambiente de desaceleração da demanda agregada, de aumento dos custos de produção e de crise econômica em importantes parceiros comerciais. Da mesma forma, o comércio exterior mostrou-se enfraquecido, com as exportações somando US\$18,6 bilhões no acumulado de janeiro a dezembro de 2014, o que representou queda de 25,8% frente a igual período do ano anterior. Por sua vez, as importações acumuladas no mesmo período somaram US\$14,9 bilhões, representando recuo de 10,9% na mesma base de comparação. Com isso, o saldo comercial do período registrou superávit de US\$3,7 bilhões, revelando queda de 55,9% ante o mesmo período de 2013.

ESTRATÉGIA COMERCIAL E DE MARKETING

Liderança no mercado regional e crescimento da Instituição no cenário nacional permanecem como focos da estratégia comercial, executada, em 2014, através da segmentação de clientes pessoa física e empresas por perfil de consumo, da diversificação da matriz de receitas e da manutenção da qualidade do crédito. As ações de marketing focaram a continuidade da linha de comunicação estabelecida com o reposicionamento da marca iniciado ao final de 2012, através do conceito *Banrisul Evoluindo sempre com você*, e da uniformidade da imagem institucional do Grupo Banrisul nos diferentes canais de comunicação.

No segmento de pessoa física, o propósito de retenção de clientes motivou a adoção de política de recompensa pela utilização de produtos. Foram implementadas ações voltadas ao público jovem, bem como aos aposentados e pensionistas do INSS, através de atendimento em horário especial, prática também estendida às agências localizadas em grandes centros comerciais e universidades. O Banco aderiu ao projeto de compartilhamento de rede do BANCO24HORAS e disponibilizou a contratação *online* de crédito consignado aos servidores públicos do Estado, inclusive via *M-Banking*.

No segmento empresarial, a estratégia de vendas priorizou, entre outras ações, o gerenciamento de carteiras mistas pessoas jurídicas e físicas, aprofundando o relacionamento com empresas e seus sócios

administradores, e a disponibilização de serviços de transportes de valores, favorecendo a gestão automatizada de recursos em espécie. O foco social de atuação do Banco também esteve presente em 2014, através do lançamento do Banriconta Saúde, produto voltado a empresas da área da saúde, e do Programa PSI com recursos próprios, linha de crédito direcionada para investimentos do segmento empresarial.

Nesse contexto, e mantendo uma estratégia de comunicação moderna e dinâmica, pautada na inclusão e na diversidade, destacaram-se em 2014 as seguintes campanhas publicitárias: *Vero*, que intitula a rede de adquirência Banrisul, *A gente faz acontecer*, voltada ao fortalecimento e consolidação da liderança no RS; *Vero Mobile*, divulgando tecnologia de captura de cartões por meio de equipamentos móveis, *BanriClube Plus*, lançando o programa de recompensas do Banrisul, e *Aqui é Banri*, destacando a simplicidade e a praticidade do produto Banricompras.

Como patrocinador, em 2014, o Banrisul apoiou diversos projetos e esteve presente em feiras, expofeiras, eventos culturais, esportivos, de cunho social, de sustentabilidade e de benefício à saúde e educação. Dentre os projetos patrocinados no ano, destacaram-se a recuperação da Casa de Cultura Mario Quintana, Cinemateca Paulo Amorim, Orquestra Jovem do RS, Porto Verão Alegre, o 42º Festival de Cinema de Gramado, a 37ª Expointer, a 60ª Feira do Livro de Porto Alegre, além da produção de diversas obras cinematográficas.

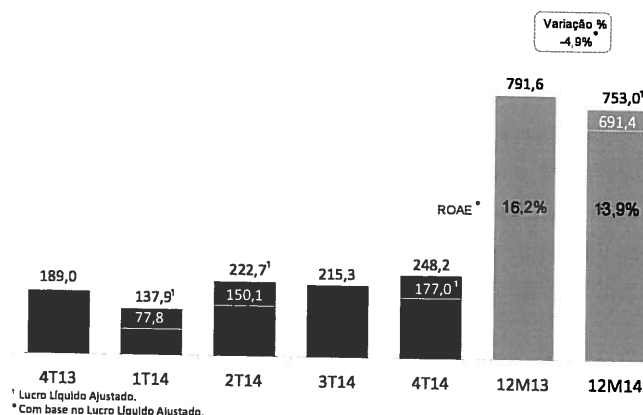
DESEMPENHO CONSOLIDADO

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido alcançado no final de 2014 somou R\$691,4 milhões. O resultado recorrente foi de R\$753,0 milhões, com rentabilidade anualizada de 13,9% sobre o patrimônio líquido médio, impactado pelos seguintes eventos extraordinários: (i) reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego, com efeito de R\$204,5 milhões sobre o resultado; (ii) implementação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), deflagrado para favorecer o desligamento de empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar, no valor de R\$64,1 milhões; (iii) convênio com a Icatu Seguros S.A. para distribuição, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de vida e previdência, no valor de R\$115,0 milhões; (iv) efeitos fiscais incidentes sobre os eventos não recorrentes, acumulados em R\$92,0 milhões. Os eventos extraordinários produziram efeito líquido negativo de R\$61,6 milhões no resultado do período. O desempenho recorrente alcançado no período reflete a ampliação de receitas e de despesas com juros, associado à elevação dos juros básicos, bem como a expansão de receitas com prestação de serviços e tarifas bancárias e o aumento de despesas administrativas, ambas decorrentes da estratégia de estruturação de novos negócios.

Do resultado contábil, R\$268,8 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio, R\$12,0 milhões para pagamento de dividendos e R\$410,6 milhões foram os lucros retidos do período. A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, no ano de 2014, alcançou o total de R\$2.893,7 milhões, dos quais R\$1.402,5 milhões ou 48,5% foram para pagamento do quadro funcional, R\$723,9 milhões ou 25,0% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$75,5 milhões ou 2,6%, para remuneração de capitais de terceiros e R\$691,8 milhões ou 23,9%, para remuneração de capitais próprios.

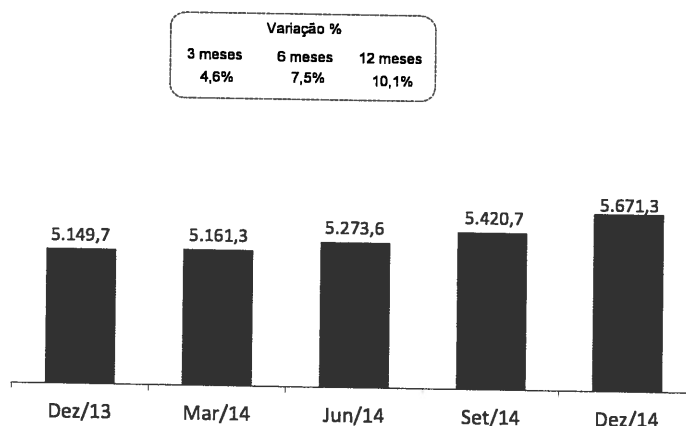
Gráfico 1: Lucro Líquido - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido alcançou R\$5.671,3 milhões em dezembro de 2014. A expansão de 10,1% em um ano decorre da incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, e do remensuramento do passivo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego, ajustado pelo efeito tributário.

Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$ Milhões

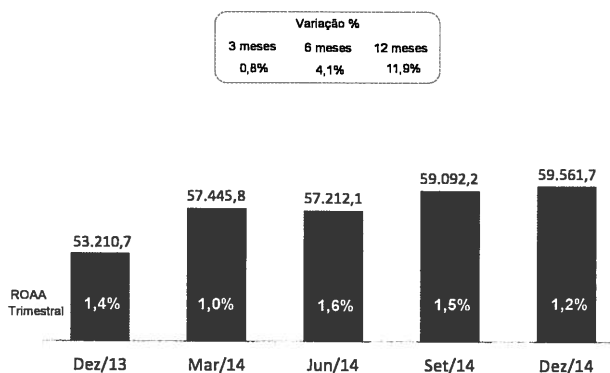


ATIVO TOTAL

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$59.561,7 milhões ao final de dezembro de 2014, com crescimento de 11,9% em relação aos R\$53.210,7 milhões registrados em 2013, aumento proveniente da expansão dos depósitos e das obrigações por empréstimos e repasses, recursos que foram direcionados para o cumprimento de exigibilidades junto ao Banco Central, ampliadas face ao tamanho do patrimônio de referência, e para operações de crédito. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 51,2% de operações de crédito, 31,8% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 11,0% de relações interfinanceiras e interdependências e 6,0% por outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$18.917,3 milhões ao final de dezembro de 2014, posição semelhante à registrada no ano anterior. O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 3: Evolução do Ativo Total - R\$ Milhões



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O saldo da carteira de crédito, no conceito ampliado, que inclui coobrigação de riscos em garantias prestadas, apresentou elevação de R\$4.052,7 milhões ou 14,6% em doze meses. Excluídas as garantias prestadas, o saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou R\$30.487,0 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 14,4% ou R\$3.834,9 milhões frente ao ano anterior, face, principalmente, à carteira comercial, que alcançou saldo de R\$20.188,5 milhões, com aumento de R\$1.656,7 milhões ou 8,9% em um ano, e aos estímulos ao crédito, concedidos pelo Banco Central do Brasil, conforme Circulares nº 3.712 de 24/07/2014 e nº 3.715 de 20/08/2014 (aquisição de carteiras de crédito consignado com coobrigação de bancos elegíveis) e Circular nº 3.723 de 15/10/2014 (capital de giro), políticas adotadas para minimizar o efeito da redução de remuneração sobre recolhimentos compulsórios junto ao Banco Central do Brasil.

A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. No final do ano de 2014, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$27.839,7 milhões, representando 91,3% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.674,9 milhões, compondo 5,5% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, totalizou R\$972,4 milhões ou 3,2% do total.

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas totalizaram R\$10.710,7 milhões em dezembro de 2014. O crescimento de 8,0% ou R\$794,9 milhões em doze meses decorreu, principalmente, do aumento do crédito pessoal consignado. Acrescentando ao crédito comercial pessoa física as transferências de ativos, R\$993,0 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas, o saldo foi de R\$11.703,7 milhões ao final de 2014. Desse montante, R\$8.929,7 milhões referem-se a créditos consignados, dos quais R\$4.694,4 milhões gerados nas agências do Banrisul, saldo 7,7% acima do obtido em 2013; R\$3.042,1 milhões originados através dos Correspondentes, com crescimento de 24,2% em doze meses, e R\$1.193,2 milhões, 19,9% acima do registrado no ano anterior, relativos a operações adquiridas de outras instituições.

No ano de 2014, as operações de crédito comercial pessoa jurídica apresentaram incremento de R\$861,8 milhões ou 10,0% atingindo saldo de R\$9.477,8 milhões. Entre as ações empreendidas em 2014 relativas ao segmento, destacam-se a ampliação da atuação no mercado de aquisição, que impulsionou os negócios e sustentou o giro às empresas, bem como ajustes na política de renegociação de crédito da pessoa jurídica. As linhas de capital de giro do Banrisul fecharam o período com saldo de R\$7.068,7 milhões.

A carteira de crédito imobiliário apresentou saldo de R\$3.280,2 milhões ao final de dezembro de 2014, com incremento de 21,0% ou R\$569,3 milhões em relação a dezembro de 2013. No ano de 2014, foram contratados 4.536 financiamentos imobiliários. Entre as ações de destaque no período, citam-se a renovação do Convênio Coopercon para o ano de 2015, a disponibilização de sistema *web* para avaliações de imóveis e a implantação da portabilidade do crédito imobiliário.

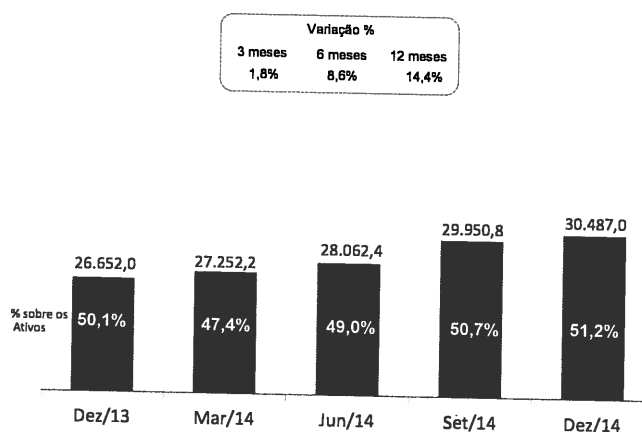
No crédito rural, a carteira alcançou saldo de R\$2.749,6 milhões no final de 2014, com crescimento de 24,4% ou R\$540,1 milhões na comparação com o mesmo período de 2013. Os destaques do setor, nos doze meses de 2014, incluem a participação da Instituição na Expodireto, nas Feiras de Outono, nas Feiras da Primavera, na 37ª Expointer, além dos Programas Mais Ovinos no Campo, Mais Leite de Qualidade e Programa Mais Água - Mais Renda, em parceria com o Governo do Estado. Do ponto de vista operacional, destacam-se melhorias implementadas no sistema de financiamentos de recursos oriundos de repasse, gerando maior agilidade ao trâmite das propostas e, consequentemente, maior qualidade no atendimento das demandas do setor.

A carteira de financiamento de longo prazo registrou saldo de R\$2.371,7 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 26,7% ou R\$500,2 milhões em relação ao ano de 2013. Em agosto de 2014, o Banrisul disponibilizou linha de crédito com recursos próprios para sustentar investimentos produtivos de empresas e produtores rurais, com taxas de juros que variam entre 4,5% a 6,0% ao ano e prazos de pagamento de 60 até 96 meses, no âmbito do Programa PSI Banrisul.

O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$738,7 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 3,6% ou R\$25,4 milhões em comparação com o mesmo período de 2013.

A carteira de microcrédito encerrou o ano de 2014 com saldo de R\$227,3 milhões. Através do Programa Gaúcho de Microcrédito, iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Banrisul e Instituições de Microcrédito, foram concedidos R\$276,9 milhões para 54.394 microempreendedores ao longo de 2014. Em 2014, o Banco capacitou mais de 200 Agentes de Oportunidades para atuarem no Programa Gaúcho de Microcrédito através da parceria institucional entre o Banrisul, Sebrae e Sesampe. Em dezembro de 2014, a Instituição disponibilizou o produto Microcrédito Banrisul, com valores de até R\$15,0 mil, taxas de juros entre 1,99% am. e 2,99% am. e prazos de até 24 meses.

Gráfico 4: Evolução das Operações de Crédito - R\$ Milhões



RECURSOS CAPTADOS E ADMINISTRADOS

Em dezembro de 2014, o total de recursos captados e administrados apresentou saldo de R\$48.064,9 milhões. Os depósitos totais alcançaram R\$34.135,4 milhões em dezembro de 2014, com incremento de 11,4% ou R\$3.490,8 milhões em relação ao ano de 2013. O Banco manteve a política de captação pulverizada. Os depósitos a prazo, que compõem 46,9% dos recursos captados e administrados, apresentaram saldo de R\$22.522,8 milhões, com expansão de 13,2% ou R\$2.618,7 milhões em relação ao ano de 2013. Os depósitos de poupança, 16,1% da captação total, aumentaram em 11,0% ou R\$771,1 milhões, totalizando R\$7.762,0 milhões. Já os depósitos à vista, que compõem 6,8% do montante total de recursos, apresentaram redução de 3,4% ou R\$117,0 milhões em doze meses e alcançaram o valor de R\$3.280,8 milhões. Os recursos de letras, provenientes das letras financeiras e imobiliárias, que compõem 5,9% da captação total, cresceram R\$331,9 milhões, encerrando o ano com saldo de R\$2.837,8 milhões. Os recursos de terceiros administrados atingiram

R\$8.869,2 milhões, 18,5% da captação total ao final de dezembro de 2014, ficando 19,7% ou R\$1.461,0 milhões acima do valor de dezembro de 2013.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

VERO

Em março de 2014, o negócio adquirência ganhou nova marca, a *Vero*, uma rede multibandeiras que oferece aos estabelecimentos comerciais uma ampla variedade de produtos e serviços que auxiliam no incremento das vendas. No terceiro trimestre de 2014, o principal destaque foi o lançamento da solução *Vero Mobile*, possibilitando a inclusão de inúmeros microempreendedores e profissionais liberais ao mercado de cartões, na medida em que permite o pagamento de compras e serviços com cartão de crédito e débito a partir de *smartphones* e *tablets*. Em dezembro de 2014, ocorreu o lançamento do *POS Vero NFC-e*, tecnologia inovadora que possibilita a emissão de notas fiscais eletrônicas para o consumidor diretamente no POS, ao mesmo tempo em que permite efetuar transações de pagamento com cartões de débito e crédito, cheque ou dinheiro. Outras estratégias adotadas no período foram a sinalização dos estabelecimentos comerciais com a marca *Vero* e a troca de comunicação dos equipamentos POS dos credenciados, priorizando o acesso via *internet*.

Ao final do ano de 2014, as transações capturadas na Vero alcançaram 188,3 milhões; o volume financeiro transacionado totalizou R\$14.950,8 milhões, 41,7% acima do apurado no mesmo período de 2013. A captura dos cartões das bandeiras MasterCard, VISA e VerdeCard, apresentaram, ao longo de 2014, expansão na quantidade transacionada de 117,3%, 110,5% e 62,6%, respectivamente, na comparação com 2013.

CARTÃO BANRICOMPRAS

Produto exclusivo do cliente Banrisul, que utiliza o cartão de conta corrente para efetuar o pagamento de suas compras em estabelecimentos credenciados. Os pagamentos podem ser feitos à vista ou de forma pré-datada e parcelada, sem cobrança de anuidade ou de juros, com o diferencial de segurança associado à utilização de cartão com *chip*. O Banrisul e a Rede GNC Cinemas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina mantém a parceria que oferece desconto de 50% no valor do ingresso aos correntistas que efetuarem o pagamento com Cartão Banricompras. Em dezembro de 2014, o Banrisul implementou um novo Programa de Recompensas Multiprodutos, denominado BANRICLUBE PLUS, no qual o cliente é recompensado pelo consumo de produtos e serviços, valorando o seu relacionamento com o Banco e possibilitando a sua fidelização. Nessa primeira fase, os clientes poderão acumular pontos pela utilização do Cartão Banricompras e pelos créditos da folha de pagamento no Banco.

No ano de 2014, as operações com o cartão Banricompras totalizaram R\$8.249,6 milhões, 13,0% acima do alcançado no ano de 2013, registrando 100,7 milhões de transações.

CARTÕES DE CRÉDITO

O ano de 2014 encerrou com uma base de 713 mil cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard, representando crescimento de 20,4% em relação ao ano de 2013. No período, os cartões de crédito possibilitaram movimentação financeira de R\$2,9 bilhões, em 32,0 milhões de transações, expansão de 31,8% e 28,0% respectivamente. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito PF e as receitas com cartões BNDES somaram R\$197,3 milhões, 33,7% acima de 2013.

Nos doze meses de 2014, o Banco promoveu, em conjunto com as bandeiras VISA e MasterCard, campanhas internas de incentivo à venda e ativação de novos cartões de crédito. Além disso, o Banrisul estabeleceu parceria com a MasterCard, para lançamento de carteira digital baseada na tecnologia *MasterPass*, trazendo facilidades aos clientes no pagamento de suas compras em ambiente *e-commerce*.

SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

Ao final de 2014, o Banrisul registrou 1,7 milhão de operações ativas de seguros, previdência e capitalização. As receitas, dos doze meses de 2014, alcançaram R\$121,5 milhões, com incremento de 42,7% em relação ao mesmo período de 2013.

O ano de 2014 foi marcado por importantes lançamentos e mudanças nos negócios de seguros, ações decisivas para o futuro da operação. No mês de dezembro, após aprovações pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Banrisul e a Icatu firmaram convênio que prevê a distribuição com exclusividade, pelo prazo de 20 anos, de produtos de seguros de vida e previdência. Após a autorização de constituição da seguradora pela Superintendência de Seguros Privados, esperada para 2015, os direitos e obrigações previstos no acordo serão transferidos para nova companhia. Durante o ano de 2014, foram disponibilizados novos produtos de seguros, entre os quais, Proteção Financeira Cheque Especial Anual, Seguro Proteção Cartão Banricompras, Seguro AP Hospitalar e MultiCálculo Seguro Auto S.A.

CORRESPONDENTES BANRISUL - BANRIPONTO

Ao final de dezembro de 2014, a Rede alcançou 1.580 Banripontos ativos. De janeiro a dezembro de 2014, foram realizadas 63,8 milhões de transações, movimentando R\$20.168,2 milhões, volume 7,2% superior ao contabilizado no mesmo período de 2013, face às medidas adotadas para mitigar riscos. Os Correspondentes Banripontos responderam pela abertura de 2.745 contas correntes e originaram R\$9,2 milhões em operações de créditos consignados INSS nos doze meses de 2014.

CANAIS ELETRÔNICOS

Ao longo de 2014, o atendimento que oferece suporte por telefone aos usuários dos canais *Home Banking*, *Office Banking* e *M-Banking* recebeu 120,7 mil ligações. A Agência Virtual Banrisul efetuou 157,3 milhões de operações de janeiro a dezembro de 2014 e movimentou o montante de R\$164.415,2 milhões. Em relação ao mesmo período de 2013, a quantidade de transações apresentou crescimento de 15,5% e o valor movimentado expandiu 16,9%, com destaque para o *M-Banking*, com incremento de 271,4%, em um ano, no volume transacionado, reflexo da ampla aceitação por parte dos clientes e dos importantes investimentos em tecnologia e segurança que o Banrisul vem realizando.

O Banrifone, canal de relacionamento através do qual o cliente realiza consultas a saldos, solicitações de serviços e transações bancárias por telefone, recebeu, em 2014, aproximadamente, 3,9 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 323,0 mil no personalizado, o que gerou movimentação financeira de R\$222,4 milhões. No mesmo período, o *Call Center* de Agências, canal de atendimento telefônico que captura ligações de clientes pessoa física direcionadas às agências, atendeu 979,7 mil ligações. Desde abril de 2014, esse canal está disponível apenas para serviços de consultas à conta do cliente, telebloqueios e ativações de cartão múltiplo.

AÇÕES COM O PODER PÚBLICO

É propósito do Banrisul o fortalecimento de parcerias com o setor público. No ano de 2014, foi implementado junto ao Poder de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul o pagamento de custas judiciais fazendárias com a utilização do alvará judicial automatizado, no qual todo o processo é realizado através de troca de arquivos entre o Banrisul e o Poder Judiciário.

Ao setor público municipal, atento às exigências e expectativas do segmento de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, foram desenvolvidos e ofertados pelo Banrisul novos Fundos de Investimento para municípios.

REDE DE ATENDIMENTO BANRISUL

Em dezembro de 2014, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.328 pontos, distribuídos em 528 agências, das quais 484 no Rio Grande do Sul, 29 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros e 2 no exterior,

206 Postos de Atendimento Bancário e 594 Pontos de Atendimento Eletrônico. Ao longo do ano de 2014, foram disponibilizadas 17 novas agências Banrisul, sendo onze novas e seis transformações de postos em agências e um novo posto de atendimento.

O propósito de disponibilidade de rede como diferencial de atendimento da Instituição incluiu outras iniciativas, entre as quais o processo de instalação de equipamentos Saque e Pague em pontos nobres onde é oferecido ao cliente o depósito em dinheiro sem envelope em ambiente fora de agência.

EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. No término do ano de 2014, a Empresa, com uma base de clientes ativos de 39.929 consorciados, totalizou R\$1,6 bilhão em volume de cartas de crédito. Ocorreram 7,3 mil contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$248,7 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido registrado no final de 2014 alcançou R\$25,5 milhões, 45,7% acima do apurado no final de 2013.

BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

No ano de 2014, a Banrisul Corretora intermediou R\$794,6 milhões em operações, das quais R\$550,5 milhões ou 69,3% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado, no período, foi de R\$1,2 milhão.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

A Banrisul Armazéns Gerais atua como permissionária da Receita Federal, nos setores de importação e exportação, envolvendo atividades de armazenamento e movimentação de mercadorias e como armazém geral. Em 2014, a Empresa atendeu 22.543 despachos aduaneiros e, entre suas principais ações, destacaram-se os investimentos em tecnologia através da integração dos sistemas de gestão e aquisição de novos equipamentos, as alterações nos processos de cobrança tarifária e a reestruturação do quadro funcional. Nos doze meses de 2014, o lucro líquido registrado foi de R\$3,2 milhões.

BANRISUL CARTÕES S.A.

O ano de 2014 foi de consolidação e de expansão de negócios para a Banrisul Cartões materializado, no segmento de adquirência, pelo lançamento da marca Vero, bem como do Vero *Mobile*. A Vero encerrou dezembro de 2014 com mais de 161 mil estabelecimentos credenciados e volume financeiro transacionado de R\$14.950,8 milhões, 41,7% acima do apurado no ano anterior.

No segmento de cartões de benefícios e empresariais BanriCard, ao longo de 2014, foi implementada a substituição dos cartões e renovação de todo o material de sinalização dos pontos credenciados. Entre os produtos lançados durante o ano de 2014, destacam-se o BanriCard Vale-Cultura, o BanriCard Gestão de Despesas e o BanriCard Gestão de Pagamentos, instrumentos de pagamento que permitem melhorar a gestão das compras. O desempenho foi comprovado pelos excelentes números, alcançando a marca de 9,8 mil empresas conveniadas, 764,7 mil cartões, e mais de 87 mil estabelecimentos credenciados. O lucro líquido da Banrisul Cartões acumulado no período foi de R\$117,2 milhões.

BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

A promotora de vendas Bem Produtos e Serviços atua na prestação de serviço de originação de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, funcionários públicos e servidores das Forças Armadas. O saldo de operações de crédito do Banrisul, originadas através da Rede Bem, alcançou R\$3.042,1 milhões ao final de 2014, com crescimento de 24,2% em doze meses. O lucro líquido alcançado em 2014 foi de R\$6,4 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S/S, contratada em 2011, por meio do processo licitatório (Concorrência 97/2010), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2014.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 5: Estrutura Acionária



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido. No ano de 2014, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$264,4 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

Ao longo de 2014, os procedimentos de *Compliance* foram revisados com base na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) e na nova Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 12.683/13), com o objetivo de intensificar a avaliação dos riscos aos quais o Banco está exposto, tendo por base a análise de documentos, instrumentos jurídicos e processos, bem como entrevistas internas com vistas a identificar as medidas de prevenção necessárias. Para continuidade do projeto, dentre outras ações, a Instituição promoverá plano de comunicação interna visando reforçar ao quadro funcional as consequências de não estar em *Compliance*, bem como a relevância de comportamentos éticos no ambiente corporativo.

Os procedimentos de controles internos, bem como sua aplicação, diretrizes e respectivos conceitos, durante o ano de 2014, foram reforçados mediante a institucionalização da metodologia de Avaliação da Eficácia dos Controles Internos. O trabalho transcorreu em diversos processos de crédito, sendo que os resultados parciais

foram consolidados em relatório que tramitou nos Comitês de Gestão. Os planos de ação serão acompanhados pela Controladoria e os processos deverão ser reavaliados semestralmente, conforme definido na metodologia.

GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é ferramenta estratégica fundamental para uma instituição financeira. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilita tornar mais apuradas as boas práticas de governança em relação aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Instituição, abrangendo desde as unidades de negócios até o Conselho de Administração. O controle do risco do Banrisul e das empresas do grupo é centralizado em unidade específica. Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características de exposições das operações e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores, sendo que a Estrutura de Gestão de Riscos é composta basicamente pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos, pelos Comitês de Gestão, pela Diretoria de Controle e Risco e pelo Conselho de Administração. Nesse contexto, a Unidade de Gestão de Riscos Corporativos é responsável pela gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de capital. A Diretoria de Controle e Risco é responsável por essa Unidade e o Conselho de Administração é responsável pelas informações divulgadas relativas ao gerenciamento de riscos.

O aprimoramento sistemático de políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos, sistemas de controles internos e normas de segurança integradas aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição são processos contínuos no escopo das Estruturas de Gestão. A descrição das Estruturas de Gerenciamento de Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital, bem como outros relatórios públicos referentes à Gestão de Riscos no Banrisul estão disponíveis no *site* de Relação com Investidores do Banrisul, no caminho: *Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos*, e são revisadas com periodicidade mínima anual.

GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em consonância com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, o processo de gerenciamento de capital contempla o monitoramento e controle do capital do Grupo Banrisul, avalia e planeja metas e a necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

RISCO DE CRÉDITO

A política interna adotada pelo Banrisul para mensurar o risco de crédito considera a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte referente às suas obrigações contratuais. Essa mensuração, que reflete as expectativas de perdas, é incorporada à gestão operacional do Banco, conforme determina o Órgão Regulador, e está alicerçada no princípio da decisão técnica colegiada e nas metodologias estatísticas de *Application* e *Behaviour Score*. Para tanto, estão definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar, atendendo o binômio risco x retorno.

Durante o ano de 2014, o Banrisul, visando à redução dos níveis de inadimplência e à melhora da gestão das exposições, criou produtos para renegociação de créditos e gerenciamento das garantias dessas operações. Além disso, ao longo do ano, o Banco disponibilizou a contratação de crédito consignado para servidores públicos do Estado nos canais de autoatendimento, aprimorou regulamentações de convênios com empresas privadas para concessão de empréstimo/financiamento consignado e reduziu o limite mínimo de financiamentos e, conseqüentemente, o valor mínimo do bem imóvel dado como garantia em operações.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento desse tipo de risco está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), que compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking book*), a qual compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Para realizar a apuração do risco de mercado das exposições ao risco de taxa de juros pré-fixado da carteira *trading* e das exposições aos fatores das operações da carteira *banking*, é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). Já para a apuração do risco das exposições em cupons de moedas estrangeiras, cupons de índices de preços e de taxa de juros das operações da carteira *trading*, é usado o modelo *Maturity Ladder*.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, ou de não conseguir liquidar uma posição a preço de mercado, sendo classificado em risco de liquidez de fluxo de caixa e risco de liquidez de mercado. O risco de liquidez de fluxo de caixa está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar de forma eficiente suas obrigações, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas de recursos; e o risco de liquidez de mercado considera a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, em função do seu tamanho elevado em relação ao volume transacionado ou com impactos negativos sobre seu preço, em decorrência da falta de liquidez no mercado.

A Instituição monitora o risco de liquidez através da análise de indicadores de liquidez. São elaborados relatórios periódicos sobre o gerenciamento desse tipo de risco, os quais são encaminhados aos Comitês, Diretoria e Conselho de Administração. Anualmente, ou em prazos menores, caso necessário, é exposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, a qual contém as diretrizes para gestão desse tipo de risco, levando em conta o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização dos recursos disponíveis.

RISCO OPERACIONAL

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.380/06, define o risco operacional como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes de falhas, deficiências, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O objetivo do seu gerenciamento é obter o controle sobre os riscos inerentes ao negócio e gerenciá-los, no intuito de reduzir a possibilidade de ocorrências, ou minimizar possíveis impactos, buscando salvaguardar os interesses do Banco, clientes e investidores.

No ano de 2014, destaca-se a finalização do Ciclo IV de Análise de Riscos Operacionais, com a obtenção de um panorama geral desse tipo de risco no Banco, tendo atingido todas as unidades do Banco e empresas do Grupo. Além disso, em termos de aprimoramento de gestão, foi adquirida, pelo Banrisul, solução sistêmica para gestão do risco operacional, a qual se encontra em fase de implementação. O escopo dessa ferramenta contempla a base de dados interna de eventos (perdas e quase perdas), a gestão, controles, planos de ação, indicadores-chave e relatórios de riscos.

ÍNDICE DE BASILEIA

O Patrimônio de Referência apresentou crescimento de 4,7%, totalizando R\$7.062,3 milhões em dezembro de 2014, reflexo do incremento de 9,6% no Nível I pela apropriação do lucro no período. O Nível II apresentou retração de 11,1%, encerrando o ano com saldo de R\$1.421,3 milhões, em decorrência da aplicação do cronograma de ajustes prudenciais, que reduziu em 20% o montante da dívida subordinada, ante a redução de 10% em 2013, ambos aplicados sobre o valor contábil de dezembro de 2012. Em contrapartida, os Ativos

Ponderados pelo Risco – RWA apresentaram incremento de 8,0% no mesmo período, em virtude do aumento das exposições. Com base nas variações verificadas, o Índice de Basileia reduziu 0,5 pp. no período, atingindo 17,8% em dezembro de 2014. Para o Capital Principal e Capital de Nível I, o índice foi de 14,2%, ambos apresentando folga em relação ao mínimo exigido.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$325,0 milhões no ano de 2014. Dentre as realizações relacionadas à infraestrutura de TI, destacam-se (i) a triplicação da capacidade de armazenamento corporativo por meio de técnicas de virtualização do *storage*; (ii) conclusão da instalação do segundo *link* de comunicação para serviço de compensação eletrônica, reduzindo o risco operacional; (iii) disponibilização de comunicação entre Banrisul e a Secretaria da Fazenda do Estado do RS para o projeto empréstimo consignado; (iv) instalação de infraestrutura satélite, resultando em contingência de comunicação em nível que supera 99% das agências; (v) desenvolvimento de nova técnica de clonagem de servidores de agências, com volumes totalmente criptografados; (vi) aquisição, instalação e disponibilização de infraestrutura de processamento para bancos de dados e demais servidores de missão crítica; (vii) atualização tecnológica do ambiente de virtualização; (viii) finalização do processo de aquisição e instalação de novos *Blade Servers*, com aumento da capacidade de processamento e memória.

Quanto aos sistemas, citam-se (i) disponibilização da função de transferência de conta entre agências, permitindo a migração de todas as características e movimentação para a nova conta; (ii) conclusão da padronização do controle de implantações do ambiente *Linux*; (iii) implementação da funcionalidade de sustação ou cancelamento de cheques *on-line* entre bancos; (iv) aquisição de novos ativos para substituição da tecnologia Dialogic por Voip, no ambiente de *Call Center*; (v) implantação de sistema de comunicação digital através de vídeo e imagens que atinge a rede de agências do Banco-TV Corporativo; (vi) implantação de tecnologia para emissão de NFC-e nos pagamentos com cartões de crédito e débito nos equipamentos POS da rede Vero; (vii) disponibilização de novos serviços no produto *M-Banking* - TED-E; (viii) integração do recurso OTP para aumento da segurança transacional em dispositivos móveis.

Na área de segurança de TI, foram destaques (i) a disponibilização de sofisticada solução de segurança no canal de *internet banking*, blindando o equipamento do cliente contra transações indevidas; (ii) adoção de parâmetros de segurança para garantir a proteção dos canais de comunicação, infraestrutura e sistemas, bem como das soluções de pagamento que suportam a área de adquirência e de emissão de cartões de crédito; (iii) realização da 7ª edição do Fórum Internacional de TI Banrisul, com o tema *Os Desafios da Sociedade Digital*; (iv) manutenção de gerenciamento contínuo da adequação do Banco às normas de PCI, em especial na renovação da certificação PCI DSS da Vero; (v) disponibilização de nova solução virtual de segurança para a utilização do *Mobile Banking*, o Banritoken, na realização de operações financeiras por dispositivos móveis (*smartphone* e *tablet*); (vi) implementação da Solução de Autenticação Multicanal Ezio® da Gemalto que oferece autenticação de *back-end* para proteger as operações bancárias móveis do Banrisul.

RECURSOS HUMANOS

Ao final de 2014, a Instituição contava com um quadro de 11.636 empregados. Durante o ano de 2014, foram realizados 1.839 cursos de aperfeiçoamento, com 62.702 participações. Para isso, o Banrisul investiu R\$8,9 milhões, dos quais R\$2,1 milhões foram direcionados a programas de graduação, pós-graduação e cursos de idiomas. No âmbito da qualificação, mereceram destaque, no ano de 2014, a conclusão, por 131 empregados, do Programa de Formação de Gerentes de Negócios e Supervisores, bem como a plataforma própria de ensino a distância (EAD), que vem proporcionando capacitação e desenvolvimento aos profissionais através de mais de 50 cursos disponíveis. O EAD rendeu ao Banrisul o Prêmio ESARH 2014, reconhecido na categoria Gestão de Pessoas, com o *case* Construção Colaborativa de Conhecimento: análise do modelo de treinamento a distância de produtos e serviços aplicados no Banrisul.

Em 2014, importantes eventos relacionados à política de pessoas foram implementados: o Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI) e o processo de migração para os novos planos de benefício pós-emprego. O PAI proporcionou melhores condições de desligamento aos empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar. A reestruturação do Plano de Benefício Definido (PBI) da Fundação Banrisul possibilitou aos participantes migrarem, voluntariamente, suas reservas para o PB Saldado ou para o FBPrev II, processo deflagrado e concluído no primeiro semestre de 2014.

Outra importante iniciativa implementada no exercício foi o lançamento, em novembro de 2014, da Universidade Corporativa, projeto estruturado por meio de parcerias pedagógicas com instituições de ensino, com vistas à promoção de conhecimento em disciplinas de negócios financeiros e na linha de desenvolvimento pessoal junto aos empregados do Banco, fornecedores, correspondentes, clientes e a comunidade em geral.

SUSTENTABILIDADE

Com a entrada em vigor em 2015 da Resolução nº 4.327, de 25/04/14, do Banco Central do Brasil, referente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras, o Banrisul, ao longo do ano de 2014, revisou, em conjunto com todas as unidades do Banco, sua política de sustentabilidade, criada em 2012. Além disso, foram realizados aprimoramentos para o processo de educação para sustentabilidade dentro da Instituição, através do lançamento do curso de educação à distância Banrisul e Sustentabilidade e da promoção do Seminário Gestão para Sustentabilidade para o nível estratégico da Instituição.

Entre as ações de destaque realizadas durante o ano de 2014, o Banrisul respondeu, pela primeira vez, o questionário sobre mudanças climáticas da *Carbon Disclosure Project* (CDP), considerada uma das maiores organizações em relação à divulgação empresarial de dados ambientais, bem como, deu continuidade a seus programas socioambientais internos voltados à comunidade, tais como o Programa Sementes e a participação no Encontro de Comitês de Bacia Hidrográfica, no mês de novembro, em Recife, na qual apresentou iniciativa que proporcionou a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Banrisul e os Comitês de Bacia Hidrográfica em prol da gestão das águas.

AGRADECIMENTOS

O ano de 2014 configurou um período propício para a implementação de importantes soluções para o Banrisul; projetos que reforçam a estrutura operacional e financeira do Banco. Seguir evoluindo! As condições para a realização desse propósito estão dadas. A Diretoria do Banrisul agradece aos clientes e usuários, pela preferência depositada na Instituição, ao Governo do Estado e aos investidores, pela confiança e apoio às ações empreendidas, e aos empregados, pelo empenho e dedicação.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores em Milhares de Reais)

	Barrisul		Barrisul Consolidado	
ATIVO	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE	26.154.758	23.199.775	27.285.466	23.686.709
DISPONIBILIDADES	797.517	737.919	797.643	737.962
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	9.315	509.587	28.714	527.752
Aplicações no Mercado Aberto	4.001	379.999	23.400	398.164
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.314	129.588	5.314	129.588
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	4.645.582	4.286.383	4.884.449	4.310.593
Carteira Própria	3.272.671	3.857.412	3.511.531	3.881.615
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.280.361	349.557	1.280.361	349.557
Instrumentos Financeiros Derivativos	77.258	50.375	77.258	50.375
Vinculados à Prestação de Garantias	15.292	29.039	15.292	29.039
Moedas de Privatização	-	-	7	7
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.701.022	3.995.330	5.701.022	3.995.330
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.614	3.785	2.614	3.785
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Depósitos no Banco Central	5.658.866	3.945.045	5.658.866	3.945.045
Convênios	52	47	52	47
Correspondentes	39.490	46.453	39.490	46.453
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	99.202	109.298	99.202	109.298
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.659	7.267	2.659	7.267
Transferências Internas de Recursos	96.543	102.031	96.543	102.031
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	12.039.078	11.042.723	12.039.078	11.042.723
Operações de Crédito				
Setor Público	12.087	15.790	12.087	15.790
Setor Privado	12.347.267	11.403.580	12.347.267	11.403.580
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.651	8.821	7.651	8.821
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(327.927)	(385.468)	(327.927)	(385.468)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	32.863	33.494	32.863	33.494
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	2.392	1.578	2.392	1.578
Setor Privado	33.173	34.040	33.173	34.040
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(2.702)	(2.124)	(2.702)	(2.124)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	2.721.446	2.389.223	3.593.328	2.833.345
Carteira de Câmbio	853.717	760.079	853.717	760.079
Rendas a Receber	118.532	90.413	121.237	97.933
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.059	894
Créditos Específicos	-	-	51	38
Diversos	1.826.215	1.627.847	2.698.237	2.066.329
Provisão para Outros Créditos	(77.018)	(89.116)	(80.973)	(91.928)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 09)	108.733	95.818	109.167	96.212
Outros Valores e Bens	2.511	2.181	2.607	2.286
Despesas Antecipadas	106.222	93.637	106.560	93.926

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO (continuação)	2014	2013	2014	2013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31.987.260	29.229.782	32.009.576	29.255.409
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
DERIVATIVOS (Nota 05)	13.997.724	14.064.359	14.004.104	14.068.974
Carteira Própria	8.716.568	8.632.308	8.716.568	8.632.308
Vinculados a Compromissos de Recompra	3.120.138	3.957.517	3.120.138	3.957.517
Instrumentos Financeiros Derivativos	508.595	265.345	508.595	265.345
Vinculados ao Banco Central	799.067	718.255	799.067	718.255
Vinculados à Prestação de Garantias	853.356	490.934	859.736	495.549
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	755.299	734.722	755.299	734.722
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	755.299	734.722	755.299	734.722
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	15.029.713	12.874.996	15.029.713	12.874.996
Operações de Crédito				
Setor Público	76.423	81.723	76.423	81.723
Setor Privado	16.176.032	13.822.747	16.176.032	13.822.747
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	58.879	75.078	58.879	75.078
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(1.281.621)	(1.104.552)	(1.281.621)	(1.104.552)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	37.088	37.013	37.088	37.013
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	1.406	2.693	1.406	2.693
Setor Privado	39.857	38.684	39.857	38.684
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(4.175)	(4.364)	(4.175)	(4.364)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.968.514	1.382.992	1.984.450	1.404.004
Carteira de Câmbio	4.597	1.859	4.597	1.859
Rendas a Receber	-	5.072	-	5.072
Diversos	2.012.464	1.422.232	2.028.400	1.443.244
Provisão para Outros Créditos	(48.547)	(46.171)	(48.547)	(46.171)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 09)	198.922	135.700	198.922	135.700
Outros Valores e Bens	68.782	27.376	68.782	27.376
Provisão para Desvalorização	(21.177)	(11.203)	(21.177)	(11.203)
Despesas Antecipadas	151.317	119.527	151.317	119.527
PERMANENTE	796.983	692.241	266.654	268.569
INVESTIMENTOS (Nota 10 (a))	610.975	496.992	59.086	58.161
Participação em Coligadas e Controladas no País (Nota 02 (c))	604.306	490.322	51.924	50.949
Outros Investimentos	11.454	11.455	12.054	12.104
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.892)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10 (b))	165.911	163.000	185.995	176.964
Imóveis de Uso	114.470	115.489	126.081	127.038
Outras Imobilizações de Uso	558.445	534.404	578.810	547.400
Depreciação Acumulada	(507.004)	(486.893)	(518.896)	(497.474)
INTANGÍVEL (Nota 10 (c))	20.097	32.249	21.573	33.444
Ativos Intangíveis	147.744	139.975	150.759	142.092
Amortização Acumulada	(127.647)	(107.726)	(129.186)	(108.648)
TOTAL DO ATIVO	58.939.001	53.121.798	59.561.696	53.210.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE	28.320.057	26.460.393	28.937.277	26.544.541
DEPÓSITOS (Nota 11)	15.852.159	15.878.550	15.684.770	15.624.432
Depósitos à Vista	3.289.132	3.400.508	3.280.758	3.397.760
Depósitos de Poupança	7.762.045	6.990.978	7.762.045	6.990.978
Depósitos Interfinanceiros	246.352	57.012	246.352	57.012
Depósitos a Prazo	4.554.630	5.430.052	4.395.615	5.178.682
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 11)	4.388.168	4.290.700	4.318.236	4.220.707
Carteira Própria	4.388.168	4.290.700	4.318.236	4.220.707
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	1.244.769	376.558	1.244.769	376.558
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.244.769	376.558	1.244.769	376.558
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14.944	8.968	14.944	8.968
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5.396	8.938	5.396	8.938
Repasse Interfinanceiros	2.960	-	2.960	-
Correspondentes	6.588	30	6.588	30
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	213.580	225.093	213.580	225.093
Recursos em Trânsito de Terceiros	213.350	224.925	213.350	224.925
Transferências Internas de Recursos	230	168	230	168
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.502.505	1.274.831	1.502.990	1.274.904
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	485	73
Empréstimos no Exterior (Nota 12)	1.502.505	1.274.831	1.502.505	1.274.831
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	716.066	569.428	716.066	569.428
Tesouro Nacional	116.201	104.282	116.201	104.282
BNDES	385.419	278.009	385.419	278.009
CEF	6.448	6.234	6.448	6.234
FINAME	207.971	180.903	207.971	180.903
Outras Instituições Oficiais	27	-	27	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	5.596	-	5.596	-
Repasse do Exterior	5.596	-	5.596	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	41.566	40.019	41.566	40.019
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.566	40.019	41.566	40.019
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	4.340.704	3.796.246	5.194.760	4.204.432
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.446	45.121	44.446	45.121
Carteira de Câmbio	40.686	7.516	40.686	7.516
Sociais e Estatutárias	48.427	82.011	48.539	82.275
Fiscais e Previdenciárias	182.521	219.031	211.708	239.373
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.138	693
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.012.608	1.298.626	2.012.608	1.298.626
Dívidas Subordinadas	161.675	143.567	161.675	143.567
Diversas	1.850.341	2.000.374	2.673.960	2.387.261

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (continuação)				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	24.949.696	21.513.543	24.953.074	21.516.464
DEPÓSITOS (Nota 11)	18.450.674	15.020.166	18.450.674	15.020.166
Depósitos Interfinanceiros	323.517	294.808	323.517	294.808
Depósitos a Prazo	18.127.157	14.725.358	18.127.157	14.725.358
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	1.593.023	2.129.324	1.593.023	2.129.324
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.593.023	2.129.324	1.593.023	2.129.324
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	5.892	-	5.892
Repasse Interfinanceiros	-	5.892	-	5.892
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	4.656	-	7.969	1.320
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	-	3.313	1.320
Empréstimos no Exterior (Nota 12)	4.656	-	4.656	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13)	1.935.961	1.641.857	1.935.961	1.641.857
Tesouro Nacional	1.075	1.641	1.075	1.641
BNDES	1.193.782	988.135	1.193.782	988.135
CEF	55.579	58.157	55.579	58.157
FINAME	685.349	593.924	685.349	593.924
Outras Instituições Oficiais	176	-	176	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 13)	11.065	-	11.065	-
Repasse do Exterior	11.065	-	11.065	-
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d))	-	72.028	-	72.028
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	72.028	-	72.028
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 14)	2.954.317	2.644.276	2.954.382	2.645.877
Fiscais e Previdenciárias	461.612	443.019	461.677	444.586
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	68.090	68.408	68.090	68.408
Dívidas Subordinadas	2.060.848	1.717.927	2.060.848	1.717.927
Diversas	363.767	414.922	363.767	414.956
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22)	5.669.248	5.147.862	5.671.345	5.149.682
Capital Social de Domiciliados no País	4.000.000	3.750.000	4.000.000	3.750.000
Reservas de Capital	4.511	4.511	4.511	4.511
Reservas de Lucros	1.698.569	1.621.614	1.698.569	1.621.614
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(33.832)	(228.263)	(33.832)	(228.263)
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	2.097	1.820
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58.939.001	53.121.798	59.561.696	53.210.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

			Banrisul	Banrisul Consolidado	
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.604.345	8.177.697	6.568.903	8.196.657	6.572.527
Operações de Crédito	2.810.740	5.228.915	4.590.923	5.228.915	4.590.923
Operações de Arrendamento Mercantil	6.917	12.670	13.222	12.670	13.222
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	947.518	1.810.034	1.434.921	1.828.994	1.438.545
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	301.818	250.653	2.685	250.653	2.685
Resultado de Operações de Câmbio	179.977	200.249	155.081	200.249	155.081
Resultado das Aplicações Compulsórias	325.826	630.212	323.500	630.212	323.500
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	31.549	44.964	48.571	44.964	48.571
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.095.999)	(5.213.623)	(3.595.350)	(5.191.055)	(3.566.959)
Operações de Captação no Mercado	(2.251.000)	(3.903.874)	(2.481.567)	(3.880.043)	(2.452.528)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(399.813)	(526.737)	(453.471)	(526.770)	(453.484)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (e))	(445.186)	(783.012)	(660.312)	(784.242)	(660.947)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.508.346	2.964.074	2.973.553	3.005.602	3.005.568
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(863.610)	(2.075.381)	(1.798.705)	(2.041.950)	(1.799.001)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 16)	74.459	141.096	125.106	221.324	210.793
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 17)	338.711	646.511	727.310	974.974	772.647
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(753.304)	(1.524.759)	(1.353.007)	(1.535.066)	(1.360.090)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(594.711)	(1.127.095)	(1.022.601)	(1.271.444)	(1.054.658)
Despesas Tributárias	(133.614)	(256.360)	(259.833)	(319.437)	(279.186)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 02 (c))	83.113	149.908	63.919	3.174	1.503
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	307.355	524.831	262.095	519.923	254.591
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(185.619)	(629.513)	(341.694)	(635.398)	(344.601)
RESULTADO OPERACIONAL	644.736	888.693	1.174.848	963.652	1.206.567
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	644.736	888.693	1.174.848	963.652	1.206.567
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24 (a))	(129.048)	(106.393)	(291.999)	(180.895)	(323.455)
Corrente	(225.708)	(254.660)	(344.147)	(328.320)	(377.161)
Diferido	96.660	148.267	52.148	147.425	53.706
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(52.152)	(90.884)	(91.235)	(90.980)	(91.331)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO	-	-	-	(361)	(167)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	463.536	691.416	791.614	691.416	791.614
Número de Ações em Circulação – Milhares (Nota 22 (a))	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	1.133,41	1.690,61	1.935,61	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2014	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2013
Lucro Ajustado antes da Tributação e Participação dos Empregados	1.559.309	2.114.804	2.299.820	2.338.474
Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados	644.736	888.693	1.174.848	963.652
Ajustes ao Lucro antes da Tributação e Participação dos Empregados				
Depreciação e Amortização	29.729	62.300	64.100	64.352
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(83.113)	(149.908)	(63.919)	(3.174)
Resultado de Atualização da Dívida Subordinada	446.638	404.184	300.915	404.184
Provisão para Operações de Crédito	445.186	783.012	660.312	784.242
Reversão para Perdas de Securitização	(122)	(1.255)	(413)	(1.255)
Provisão para Contingência	76.255	127.778	163.977	126.473
Variação de Ativos e Obrigações	(1.641.129)	(2.083.271)	(6.531.373)	(2.300.841)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Ajustes de Avaliação Patrimonial	82.100	110.803	35.944	110.803
Redução em Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	202.062	36.642	14.191	36.642
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários	(662.914)	(22.431)	(5.932.199)	(238.853)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(355.455)	(340.614)	15.716	(340.614)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	408.333	(1.727.602)	(1.176.188)	(1.727.602)
Aumento em Operações de Crédito	(2.024.826)	(3.928.169)	(2.878.375)	(3.928.169)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(1.353)	(843)	3.281	(843)
Aumento em Outros Créditos	(959.001)	(736.925)	(619.436)	(1.198.750)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	3.643	(76.137)	(151.721)	(76.177)
Aumento em Depósitos	2.190.233	3.404.117	3.843.986	3.490.846
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(1.198.269)	97.468	2.593.343	97.529
Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	107.936	331.910	2.190.517	331.910
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	631.442	689.733	230.889	692.138
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	144.071	333.437	(4.357.174)	778.619
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(209.131)	(254.660)	(344.147)	(328.320)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(81.820)	31.533	(4.231.553)	37.633
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Alienação de Investimentos	506	942	4.434	2.476
Alienação de Imobilizado de Uso	716	2.731	1.163	3.357
Aquisição de Investimentos	(1.044)	(2.086)	(11.602)	(2.086)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(22.671)	(47.973)	(48.689)	(56.988)
Aplicação no Intangível	(3.016)	(7.817)	(10.028)	(7.831)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25.509)	(54.203)	(64.722)	(61.072)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dívidas Subordinadas	(8.589)	90.198	524.701	90.198
Pagamento de Juros da Dívida Subordinada	(63.950)	(133.353)	(122.457)	(133.353)
Dividendos Pagos	(69.401)	(69.401)	-	(69.401)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(136.016)	(268.806)	(244.943)	(268.806)
Dividendos a Receber de Coligadas	-	-	-	1.809
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	277
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(277.956)	(381.362)	157.301	(379.276)
REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(385.285)	(404.032)	(4.138.974)	(402.715)
Disponibilidades	1.082.743	737.919	809.036	737.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	109.374	472.945	4.540.802	491.110
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DOS EXERCÍCIOS/SEMESTRE	1.192.117	1.210.864	5.349.838	1.229.072
Disponibilidades	797.517	797.517	737.919	797.643
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	9.315	9.315	472.945	28.714
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DOS EXERCÍCIOS/SEMESTRE	806.832	806.832	1.210.864	826.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores em Milhares de Reais)

			Banrisul		Banrisul Consolidado
	2º Semestre	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS (a)	4.880.640	8.710.638	7.021.632	9.132.151	7.148.141
Intermediação Financeira	4.605.301	8.181.212	6.567.433	8.200.172	6.571.057
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	413.170	787.607	852.416	1.196.298	983.440
Provisão para Operações de Crédito	(445.186)	(783.012)	(660.312)	(784.242)	(660.947)
Outras	307.355	524.831	262.095	519.923	254.591
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	2.650.813	4.430.611	2.935.038	4.406.813	2.906.012
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	711.714	1.621.171	1.231.955	1.770.480	1.266.440
Materiais, Energia e Outros	455.854	1.168.221	899.581	1.218.712	920.218
Serviços de Terceiros	254.904	449.435	333.844	548.253	347.692
Perda (Recuperação) de Valores Ativos	956	3.515	(1.470)	3.515	(1.470)
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.518.113	2.658.856	2.854.639	2.954.858	2.975.689
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	29.729	62.300	64.100	64.352	65.134
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.488.384	2.596.556	2.790.539	2.890.506	2.910.555
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)	83.113	149.908	63.919	3.174	1.503
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	83.113	149.908	63.919	3.174	1.503
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.571.497	2.746.464	2.854.458	2.893.680	2.912.058
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.571.497	2.746.464	2.854.458	2.893.680	2.912.058
Pessoal	697.983	1.392.484	1.245.321	1.402.491	1.252.193
Remuneração Direta	533.750	1.060.214	943.747	1.067.798	948.541
Benefícios	133.547	264.966	240.950	266.353	242.128
FGTS	30.686	67.304	60.624	68.340	61.524
Impostos, Taxas e Contribuições	370.135	585.912	750.753	723.887	801.869
Federais	349.141	544.750	705.075	661.120	749.828
Estaduais	71	81	81	98	95
Municipais	20.923	41.081	45.597	62.669	51.946
Remuneração de Capitais de Terceiros	39.843	76.652	66.770	75.525	66.215
Aluguéis	39.843	76.652	66.770	75.525	66.215
Remuneração de Capitais Próprios	463.536	691.416	791.614	691.777	791.781
Juros sobre o Capital Próprio	136.016	268.806	244.943	268.806	244.943
Dividendos	12.027	12.027	69.401	12.027	69.401
Lucros Retidos do Exercício/Semestre	315.493	410.583	477.270	410.583	477.270
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	361	167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores em Milhares de Reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	TOTAL
	Capital Social	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão	Títulos Disponíveis para Venda (Nota 05 (b))	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Em 01 de janeiro de 2013	3.500.000	4.511	278.578	869.218	246.548	(4.644)	(259.563)	-	-	4.634.648
Aumento de Capital (Nota 22 (a))	250.000	-	-	(3.452)	(246.548)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.565)	37.509	-	-	35.944
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	791.614	791.614
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	39.581	197.904	239.785	-	-	-	(477.270)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(244.943)	(244.943)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.401)	(69.401)
Em 31 de dezembro de 2013	3.750.000	4.511	318.159	1.063.670	239.785	(6.209)	(222.054)	-	-	5.147.862
Em 01 de janeiro de 2014	3.750.000	4.511	318.159	1.063.670	239.785	(6.209)	(222.054)	-	-	5.147.862
Aumento de Capital (Nota 22 (a))	250.000	-	-	(10.215)	(239.785)	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.477)	112.280	-	-	110.803
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	691.416	691.416
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	30.390	151.947	144.618	-	-	-	(326.955)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(268.806)	(268.806)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.027)	(12.027)
Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	83.628	-	(83.628)	-
Em 31 de dezembro de 2014	4.000.000	4.511	348.549	1.205.402	144.618	(7.686)	(26.146)	-	-	5.669.248
Em 01 de julho de 2014	4.000.000	4.511	325.372	1.057.704	-	(6.257)	(109.675)	-	-	5.271.655
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.429)	83.529	-	-	82.100
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	463.536	463.536
Destinação do Lucro Líquido (Nota 22 (b))										
Constituição de Reservas	-	-	23.177	147.698	144.618	-	-	-	(315.493)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(136.016)	(136.016)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.027)	(12.027)
Em 31 de dezembro de 2014	4.000.000	4.511	348.549	1.205.402	144.618	(7.686)	(26.146)	-	-	5.669.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	2014	2013
Operações de Crédito	851.772	617.314
Operações com Sede no Brasil	653.076	447.062
Outras Operações de Crédito	198.696	170.252
Outros Ativos	110.256	61.714
Imobilizado de Uso	17	-
Total do Ativo	962.045	679.028
Passivo		
Depósitos	134.835	90.106
Operações com Sede no Brasil	86.263	34.552
Outros Depósitos	48.572	55.554
Outras Obrigações	615.556	409.028
Outros Passivos	1.141	2.794
Patrimônio Líquido	210.513	177.100
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	962.045	679.028
Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas da Intermediação Financeira	31.832	23.856
Despesas da Intermediação Financeira	(1.091)	(1.007)
Outras Despesas, Líquidas	(21.036)	(15.103)
Lucro Líquido do Exercício	9.705	7.746

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2014, totalizaram R\$552.382 (2013 -

R\$439.373), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$146.734 (2013 - R\$62.416) e estão apresentados no quadro a seguir:

Principais Informações sobre os Investimentos em Controladas:

	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Cartões S.A.	Total
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.500	2.780	-
Ações Preferenciais	-	19.616	-	-	-
Participação no Capital Social Ajustada (%)	99,498	98,984	99,683	99,785	-
Capital Social	31.550	70.000	155.600	150.000	-
Patrimônio Líquido	33.893	77.050	185.228	258.307	-
Lucro Líquido do Exercício	3.234	1.181	25.519	117.162	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 27)					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2014	1.547	(69.271)	(151.430)	(553.654)	(772.808)
31 de dezembro de 2013	831	(69.546)	(141.441)	(669.839)	(879.995)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2014	(1.133)	(2.917)	(8.694)	38.563	25.819
31 de dezembro de 2013	(830)	(1.365)	(7.456)	(2.106)	(11.757)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2014	33.723	76.267	184.641	257.751	552.382
31 de dezembro de 2013	31.309	75.522	165.382	167.160	439.373
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2014	3.218	1.168	25.438	116.910	146.734
31 de dezembro de 2013	3.159	698	17.400	41.159	62.416

(d) Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e o resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(e) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

(i) **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(iv) **Instrumentos Financeiros Derivativos** - são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 14) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

(i) **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não hajam perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(iv) **Instrumentos Financeiros Derivativos** - são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 14) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*.

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 775 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 14. Na data de 31 de dezembro de 2014, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 05 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Banricompras, Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em títulos e créditos a receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações com base no número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer em face de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes com base nas respectivas faixas de atraso.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

(i) Avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

(ii) Ágio - corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos;

(iii) Depreciação do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 10; e

(iv) Os ativos intangíveis são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de software. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 10.

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos permanentes poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda do valor recuperável destes ativos.

(h) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado, deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 23 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais

adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. A seguir, o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

(i) Contingências Ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando existem evidências que propiciam a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Podem ser:

Provisões para Riscos Trabalhistas - constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, no momento da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando este é exigido.

Provisões para Riscos Cíveis - constituídas no momento da notificação judicial e ajustadas mensalmente pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - referem-se, basicamente, a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é considerada provável e que estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que têm os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto no momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança, bem como de perdas remotas, não são provisionados e/ou divulgados.

(iii) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - são registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(k) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(l) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% para empresas não financeiras) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(m) Obrigações com Benefícios de Longo Prazo Pós-Emprego a Empregados

Obrigações de Aposentadoria - o Banrisul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que,

respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de Previdência - o Banrisul é patrocinador de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral. Neste caso, o Banrisul não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de Saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

O Banco oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações

existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio Aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

(n) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(o) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

NOTA 04 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações no Mercado Aberto	4.001	379.999	23.400	398.164
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.001	-	4.001	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	379.999	-	379.999
Certificados de Depósito Bancário	-	-	100	-
Outros	-	-	19.299	18.165
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.314	129.588	5.314	129.588
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	5.314	129.588	5.314	129.588
Total	9.315	509.587	28.714	527.752

(1) Em 31 de dezembro de 2014, o Banrisul não possui Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação. Em 31 de dezembro de 2013, do montante de R\$129.588 de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R\$36.642 possuía o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação, e não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.

NOTA 05 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Títulos para Negociação	2.190.269	3.985.546	2.426.484	4.005.295
Títulos Disponíveis para Venda	612.550	874.430	615.201	878.891
Títulos Mantidos até o Vencimento	15.254.634	13.175.046	15.261.015	13.179.661
Instrumentos Financeiros Derivativos	585.853	315.720	585.853	315.720
Total	18.643.306	18.350.742	18.888.553	18.379.567

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.174.978	3.956.508	2.174.978	3.956.508
Cessão Fiduciária - LFT	15.291	29.038	15.291	29.038
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	-	233.334	18.377
Cotas de Fundo Referenciado	-	-	198	-
Outras Cotas de Fundos	-	-	2.683	1.372
Total	2.190.269	3.985.546	2.426.484	4.005.295

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	-	-	236.215	236.215
De 1 a 3 anos	15.291	15.291	15.291	15.291
De 3 a 5 anos	2.176.592	2.174.978	2.176.592	2.174.978
Total em 2014	2.191.883	2.190.269	2.428.098	2.426.484
Total em 2013	3.983.645	3.985.546	4.003.394	4.005.295

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	592.445	863.297	592.445	863.297
Ações de Companhias Abertas	9.825	11.031	10.759	12.213
Certificados de Privatização	-	-	7	6
Cotas de Fundo de Renda Fixa	10.177	-	10.177	1.389
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	1.710	1.884
Outras Cotas de Fundos	103	102	103	102
Total	612.550	874.430	615.201	878.891

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Sem Vencimento	32.146	20.105	35.453	22.756
De 3 a 5 anos	592.558	592.445	592.558	592.445
Total em 2014	624.704	612.550	628.011	615.201
Total em 2013	884.593	874.430	889.239	878.891

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$12.154 (2013 – R\$10.163), foram levados a conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$4.862 (2013 – R\$4.063), além de R\$656, líquido dos efeitos tributários de R\$262, referente a ajuste de marcação a mercado de títulos de empresas controladas, lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.069.663	14.066.777	14.076.044	14.073.158
Títulos Públicos Federais - CVS	129.980	93.959	129.980	93.959
Letras Hipotecárias - LH	1.324	1.049	1.324	1.049
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	2.295	1.781	2.295	1.781
Nota Promissória Comercial - NPC	178.844	178.948	178.844	178.948
Debêntures	169.895	175.911	169.895	175.911
Letras Financeiras	702.627	675.720	702.627	675.720
Outros	6	6	6	6
Total em 2014	15.254.634	15.194.151	15.261.015	15.200.532
Total em 2013	13.175.046	13.142.686	13.179.661	13.147.306

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Até 3 meses	1.621.641	130.083	1.621.641	130.083
De 3 a 12 meses	736.309	109.245	736.309	109.245
De 1 a 3 anos	1.942.199	1.858.565	1.942.199	1.858.565
De 3 a 5 anos	10.823.507	8.756.278	10.829.888	8.760.893
De 5 a 15 anos	129.981	2.319.748	129.981	2.319.748
Acima de 15 anos	997	1.127	997	1.127
Total	15.254.634	13.175.046	15.261.015	13.179.661

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 14, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na CETIP S/A – Mercados Organizados, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				2014	2013
Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo				Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumento de "Hedge"					
Contratos de "Swap"					
Moeda Estrangeira – Dólar	1.503.160	513.829	544.287	30.458	203.673
Objeto de "Hedge"					
Dívida Subordinada (Nota 14)	1.503.160	513.829	544.287	30.458	203.673
Moeda Estrangeira – Dólar					
	1.446.225	2.120.798	2.165.941	45.143	(1.805.769)
	1.446.225	2.120.798	2.165.941	45.143	(1.805.769)

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

Swaps	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/a Pagar ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado	
			Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	1.503.160	617.387	29.470	646.857
Passivo				
% do CDI	1.503.160	(103.558)	988	(102.570)
Ajuste Líquido em 2014		513.829	30.458	544.287
Ajuste Líquido em 2013		283.272	(79.599)	203.673

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

Swaps	Valor de Referência	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Banrisul e Banrisul Consolidado				
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD)+7,375% a.a.	1.503.160	646.857	22.728	22.204	81.739	70.951	449.235
Passivo							
% do CDI	1.503.160	(102.570)	(8.016)	(1.224)	(26.631)	(18.095)	(48.604)
Ajuste Líquido em 2014		544.287	14.712	20.980	55.108	52.856	400.631
Ajuste Líquido em 2013		203.673	5.277	5.079	19.463	18.388	155.466

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$549.266 e por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$14.038.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 - CRÉDITOS VINCULADOS

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2014	2013
Depósitos Compulsórios - Bacen		5.658.866	3.945.045
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	611.986	726.322
Exigibilidade Adicional	SELIC	2.182.575	838.993
Depósitos de Poupança	Poupança	1.506.762	1.376.114
Recursos a Prazo	SELIC	1.357.543	1.003.616
Créditos Vinculados ao SFH		755.299	734.722
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	490.427	485.099
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	262.709	247.562
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽¹⁾	2.163	2.061
Correspondentes	Sem Remuneração	39.490	46.453
Convênios	SELIC	52	47
Total		6.453.707	4.726.267

(1) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2014, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$753.136 (2013 - R\$732.661). O seu valor de face é de R\$872.632 (2013 - R\$877.033). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CRÉDITO

As tabelas a seguir compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2014	2013
Empréstimos e Títulos Descontados	1.546.876	10.428.224	4.173.066	1.305.791	690.622	368.997	305.623	80.067	791.272	19.690.538	18.119.039
Financiamentos	434.880	928.766	1.228.051	206.392	35.709	12.552	2.715	2.044	25.896	2.877.005	2.295.156
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.473.103	615.129	375.160	154.520	52.261	15.446	2.510	2.247	59.039	2.749.415	2.196.170
Financiamentos Imobiliários	1.836.348	932.385	285.305	68.181	30.281	5.422	7.266	4.956	43.509	3.213.653	2.626.960
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	44.372	17.987	1.495	1.425	835	73	61	-	282	66.530	83.899
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	20.203	60.995	-	-	-	-	-	-	-	81.198	86.514
Subtotal de Operações de Crédito	5.355.782	12.983.486	6.063.077	1.736.309	809.708	402.490	318.175	89.314	919.998	28.678.339	25.407.738
Operações de Arrendamento Mercantil	6.841	18.623	31.198	10.611	3.816	155	277	168	5.139	76.828	76.995
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	95.578	165.725	327.306	40.047	7.604	26.762	-	-	41.925	704.947	687.096
Outros Créditos ⁽³⁾	2.421	7.392	6.711	4.693	298	5.740	-	1.330	5.330	33.915	39.678
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	983.918	-	-	-	-	9.034	-	-	992.952	440.527
Total de Operações com Características de Crédito	5.460.622	14.159.144	6.428.292	1.791.660	821.426	435.147	327.486	90.812	972.392	30.486.981	26.652.034
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.328.699	1.110.922
Total Geral em 2014	5.460.622	14.159.144	6.428.292	1.791.660	821.426	435.147	327.486	90.812	972.392	31.815.680	27.762.956
Total de Operações com Características de Crédito em 2013	3.903.103	10.263.279	5.634.882	4.064.665	1.076.545	569.371	325.132	90.324	724.733	26.652.034	26.652.034

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu à CIBRASEC operações de crédito imobiliário.

(2) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 14).

(3) Outros Créditos -- referem-se a créditos de securitização e a rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado												
	Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2014	2013	
Parcelas Vencidas												
01 a 30 dias	5.456.996	14.134.051	6.275.070	1.509.845	560.102	215.143	127.745	19.482	241.784	28.540.218	24.562.120	
31 a 60 dias	320.548	694.022	484.404	131.521	42.466	10.155	4.873	1.180	9.110	1.698.279	1.540.576	
61 a 90 dias	335.583	771.119	421.779	131.803	39.611	14.483	4.757	1.060	10.090	1.730.285	1.542.998	
91 a 180 dias	252.952	676.732	452.169	123.749	30.595	11.673	4.472	976	7.722	1.561.040	1.356.270	
181 a 360 dias	837.356	1.773.910	1.099.281	245.627	71.393	38.216	27.174	1.769	20.250	4.114.976	3.700.694	
Acima de 360 dias	584.438	2.366.902	1.185.715	269.159	77.777	39.409	19.070	2.561	39.566	4.584.597	3.957.699	
Parcelas Vencidas												
Até 14 dias	3.626	25.093	22.893	16.634	6.069	2.233	2.639	649	3.112	82.948	76.952	
Subtotal	5.460.622	14.159.144	6.297.963	1.526.479	566.171	217.376	130.384	20.131	244.896	28.623.166	24.639.072	
Operações em Curso Anormal												
Parcelas Vencidas												
01 a 30 dias	-	-	109.707	227.026	210.167	152.548	113.422	42.956	401.923	1.257.749	1.520.241	
31 a 60 dias	-	-	4.901	11.452	7.486	5.453	6.265	1.677	14.844	52.078	58.161	
61 a 90 dias	-	-	4.593	10.293	7.251	5.183	6.275	1.657	14.655	49.907	57.269	
91 a 180 dias	-	-	4.325	9.875	6.856	4.866	5.872	1.456	13.626	46.876	52.322	
181 a 360 dias	-	-	12.000	26.168	24.323	14.028	16.886	4.174	39.315	136.894	153.811	
Acima de 360 dias	-	-	18.094	45.820	33.985	25.915	28.206	6.959	74.065	233.044	266.157	
Parcelas Vencidas												
01 a 14 dias	-	-	20.622	38.155	45.088	65.223	83.680	27.725	325.573	606.066	492.721	
15 a 30 dias	-	-	181	3.577	1.733	3.025	1.756	638	5.801	16.711	14.087	
31 a 60 dias	-	-	19.333	13.541	12.089	5.952	6.162	2.251	23.516	82.844	77.599	
61 a 90 dias	-	-	1.108	19.979	13.835	16.179	8.165	3.643	30.076	92.985	66.299	
91 a 180 dias	-	-	-	1.058	14.140	9.760	8.643	4.029	21.281	58.911	59.163	
181 a 360 dias	-	-	-	-	3.291	20.974	22.683	13.725	88.566	149.239	127.487	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	9.333	36.271	3.439	124.722	173.765	120.780	
Subtotal	-	-	130.329	265.181	255.255	217.771	197.102	70.681	727.496	1.863.815	2.012.962	
Total em 2014	5.460.622	14.159.144	6.428.292	1.791.660	821.426	435.147	327.486	90.812	972.392	30.486.981		
Total em 2013	3.903.103	10.263.279	5.634.882	4.064.665	1.076.545	569.371	325.132	90.324	724.733		26.652.034	

(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2014	2013
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	92.308	101.784
Total Setor Público	92.308	101.784
Setor Privado		
Rural	2.749.586	2.196.170
Indústria	5.433.930	4.867.040
Comércio	3.336.467	2.901.608
Serviços e Outros	3.885.763	3.512.375
Pessoa Física ⁽¹⁾	11.708.744	10.362.198
Habitação	3.280.183	2.710.859
Total Setor Privado	30.394.673	26.550.250
Total	30.486.981	26.652.034

(1) Do montante de R\$1.193.203 (2013 - R\$995.511) de operações de compra de carteira de crédito consignado, com coobrigação de outras instituições financeiras, R\$992.952 (2013 - R\$440.526) referem-se a créditos vinculados a Operações Adquiridas em Cessão conforme Carta Circular nº 3.543/12 do Bacen e R\$200.251 (2013 - R\$554.985) referem-se a Operações de Crédito com Coobrigação.

(i) Do montante total de créditos consignados adquiridos, o Banco é detentor de créditos no valor de R\$121.084 (2013 - R\$214.634) a receber em 31 de dezembro de 2014 junto aos devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012. O Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012 o Banrisul recebeu R\$299.934 do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial por conta destes contratos.

As operações que se encontram nesta condição no Banco estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos e estão provisionadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária - RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

(ii) O Banrisul também é detentor de créditos consignados no valor de R\$78.228 (2013 - R\$144.415) a receber em 31 de dezembro de 2014 junto aos devedores, na sua maioria aposentados pelo INSS, por intermédio do Banco Rural S.A. - Em Liquidação Extrajudicial, cujo processo de liquidação extrajudicial foi decretado em 02 de agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil. O Banco Rural S.A. - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas dessas operações. O montante repassado desde o processo de liquidação extrajudicial foi de R\$119.089 por conta destes contratos.

As operações que se encontram nesta condição no Banco estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos, e estão provisionadas de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

(d) Concentração das Operações de Crédito:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2014		2013	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
Principal Devedor	693.701	2,28	489.696	1,84
10 Maiores Devedores Seguintes	1.648.750	5,41	1.202.183	4,51
20 Maiores Devedores Seguintes	1.247.316	4,09	1.299.014	4,87
50 Maiores Devedores Seguintes	1.843.128	6,05	1.887.699	7,08
100 Maiores Devedores Seguintes	2.044.960	6,71	1.956.840	7,34

(e) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo da Provisão para Perdas em Operações de Crédito em 1º de janeiro	1.586.263	1.590.990
Constituição Líquida do Período	773.411	659.751
Baixas para Contas de Compensação	(665.679)	(664.478)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	1.693.995	1.586.263
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	327.927	385.468
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.281.621	1.104.552
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	2.702	2.124
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.175	4.364
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 08)		
Ativo Circulante	77.018	89.116
Ativo Realizável a Longo Prazo	552	639

A despesa com a provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$9.601 (2013 – R\$561) e no consolidado é de R\$10.831 (2013 – R\$1.196).

(f) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Banrisul e Banrisul Consolidado					
Provisão Existente					
Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento Mínimo Requerido pela Resolução nº 2.682/99	Provisão Mínima Requerida	Provisão Adicional (Nota 03(f))	Total
AA	5.460.622	0,00%	-	-	-
A	14.159.144	0,50%	70.796	14.159	84.955
B	6.428.292	1,00%	64.283	12.857	77.140
C	1.791.660	3,00%	53.750	26.875	80.625
D	821.426	10,00%	82.143	16.428	98.571
E	435.147	30,00%	130.544	8.703	139.247
F	327.486	50,00%	163.743	11.030	174.773
G	90.812	70,00%	63.568	2.724	66.292
H	972.392	100,00%	972.392	-	972.392
Total em 2014	30.486.981		1.601.219	92.776	1.693.995
Total em 2013	26.652.034		1.458.596	127.667	1.586.263

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação, montavam R\$665.679 (2013 - R\$664.478).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$187.217 (2013 - R\$161.563) no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 montavam R\$767.055 (2013 – R\$765.940).

NOTA 08 - OUTROS CRÉDITOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Carteira de Câmbio	858.314	761.938	858.314	761.938
Câmbio Comprado a Liquidar	823.364	745.722	823.364	745.722
Direitos sobre Vendas de Câmbio	28.065	5.308	28.065	5.308
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(11.862)	(5.176)	(11.862)	(5.176)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	18.747	16.084	18.747	16.084
Rendas a Receber	118.532	95.485	121.237	103.005
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	36.210	15.655	256	521
Serviços Prestados a Receber	80.484	79.035	80.484	79.035
Rendas a Receber MDR (<i>Merchant Discount Rate</i>)	-	-	38.659	22.654
Outros	1.838	795	1.838	795
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.059	894
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.059	894
Créditos Específicos	-	-	51	38
Créditos Específicos	-	-	51	38
Diversos	3.838.679	3.050.079	4.726.637	3.509.573
Adiantamentos a Empregados	15.878	12.580	16.222	12.921
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	15.526	17.877	16.214	22.608
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 24 (b))	1.149.661	1.119.932	1.152.945	1.124.598
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 15 (b))	197.100	196.227	208.825	207.372
Impostos e Contribuições a Compensar	103	56	122	1.031
Pagamentos a Ressarcir	96.990	49.262	97.075	49.264
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.364	40.774	4.364	40.774
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	857.956	762.709	1.726.357	1.194.863
Superávit Planos de Benefícios (Nota 25)	85.686	59.856	86.065	60.105
Transações com Cartões de Crédito	307.562	238.580	307.562	238.580
Devedores Diversos - País	114.901	111.699	117.934	116.930
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 07 (c))	992.952	440.527	992.952	440.527
Provisão para Outros Créditos	(125.565)	(135.287)	(129.520)	(138.099)
Com Característica de Crédito (Nota 07 (e))	(77.570)	(89.755)	(77.570)	(89.755)
Sem Característica de Crédito	(47.995)	(45.532)	(51.950)	(48.344)
Total de Outros Créditos	4.689.960	3.772.215	5.577.778	4.237.349

(1) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

(a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2014, totalizavam R\$113.653 (2013 - R\$107.411) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

(b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$72.417 (2013 - R\$73.295) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 0,5% a 12,4% a.a. e indexados à TR e ao IGP-M com vencimento até 2030.

(c) Cartões de Débitos e Adquirência - referem-se a direitos a receber dos usuários do Banricompras e emissões das bandeiras Visa, MasterCard e VerdeCard utilizados na rede de adquirência. Em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$564.654 e consolidado R\$1.428.543.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outros Valores e Bens	71.293	29.557	71.389	29.662
Bens Não de Uso Próprio	68.783	27.398	68.871	27.486
Outros	2.510	2.159	2.518	2.176
Provisão para Desvalorização	(21.177)	(11.203)	(21.177)	(11.203)
Despesas Antecipadas	257.539	213.164	257.877	213.453
Custo de Originação de Crédito – Correspondentes Bancários	233.479	190.471	233.479	190.471
Outros	24.060	22.693	24.398	22.982
Total	307.655	231.518	308.089	231.912

NOTA 10 - PERMANENTE

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participações em Controladas e Coligadas no País	604.306	490.322	51.924	50.949
Participações em Controladas (Nota 02 (c))	552.382	439.373	-	-
Participações em Coligadas	14.490	13.515	14.490	13.515
Ágio na Aquisição de Investimentos ⁽¹⁾	37.434	37.434	37.434	37.434
Outros Investimentos	11.454	11.455	12.054	12.104
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.785)	(4.892)	(4.892)
Total	610.975	496.992	59.086	58.161

(1) O ágio de R\$37.434 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. O valor da equivalência patrimonial desse investimento em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$3.174 (2013 – R\$1.503).

(b) Imobilizado

Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Banrisul	
				Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2013
Imóveis de Uso	4%	114.470	(95.239)	19.231	20.123
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	12.456	-	12.456	23.578
Instalações	10%	147.317	(99.782)	47.535	33.563
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	92.583	(64.022)	28.561	27.416
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	5.048	(3.865)	1.183	387
Sistema de Processamento de Dados	20%	285.882	(233.670)	52.212	53.225
Sistema de Segurança	10%	11.739	(7.864)	3.875	3.409
Sistema de Transportes	20%	3.420	(2.562)	858	1.299
Total em 2014		672.915	(507.004)	165.911	
Total em 2013		649.893	(486.893)		163.000

Imobilizado de Uso	Taxa	Custo Original	Depreciação Acumulada	Banrisul Consolidado	
				Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2013
Imóveis de Uso	4%	126.081	(100.393)	25.688	26.696
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	12.456	-	12.456	23.578
Imobilizações em Curso	-	650	-	650	347
Instalações	10%	154.392	(101.798)	52.594	37.379
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	98.161	(66.959)	31.202	29.560
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	8.350	(4.284)	4.066	395
Sistema de Processamento de Dados	20%	286.886	(234.281)	52.605	53.550
Sistema de Segurança	10%	11.739	(7.864)	3.875	3.409
Sistema de Transportes	20%	6.176	(3.317)	2.859	2.050
Total em 2014		704.891	(518.896)	185.995	
Total em 2013		674.438	(497.474)		176.964

(c) Intangível

				Banrisul		Banrisul Consolidado	
				Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2013	Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2013
Ativos Intangíveis	Taxa	Custo Original	Amortização Acumulada				
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽¹⁾							
Setor Público	20%	65.604	(63.237)	2.367	13.869	2.367	13.869
Setor Privado	20%	23.313	(20.903)	2.410	6.352	2.410	6.352
Aquisição de Software	20%	57.109	(42.839)	14.270	10.963	14.710	10.963
Outros	-	1.718	(668)	1.050	1.065	2.086	2.260
Total em 2014		147.744	(127.647)	20.097		21.573	
Total em 2013		139.975	(107.726)		32.249		33.444

(1) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 11 - DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banrisul				Banrisul Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2014	2013
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.289.132	-	-	-	3.289.132	3.400.508
Poupança ⁽¹⁾	7.762.045	-	-	-	7.762.045	6.990.978
Interfinanceiros	-	50.059	196.293	323.517	569.869	351.820
A Prazo ⁽²⁾	5.799	1.566.406	2.982.425	18.127.157	22.681.787	20.155.410
Total	11.056.976	1.616.465	3.178.718	18.450.674	34.302.833	30.898.716
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.388.168	-	-	4.388.168	4.290.700
Total	-	4.388.168	-	-	4.388.168	4.290.700
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	71.548	1.173.221	1.593.023	2.837.792	2.505.882
Total	-	71.548	1.173.221	1.593.023	2.837.792	2.505.882

	Banrisul Consolidado				Banrisul Consolidado	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2014	2013
Depósitos						
À Vista ⁽¹⁾	3.280.758	-	-	-	3.280.758	3.397.760
Poupança ⁽¹⁾	7.762.045	-	-	-	7.762.045	6.990.978
Interfinanceiros	-	50.059	196.293	323.517	569.869	351.820
A Prazo ⁽²⁾	5.799	1.566.406	2.823.410	18.127.157	22.522.772	19.904.040
Total	11.048.602	1.616.465	3.019.703	18.450.674	34.135.444	30.644.598
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	4.318.236	-	-	4.318.236	4.220.707
Total	-	4.318.236	-	-	4.318.236	4.220.707
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares ⁽⁴⁾	-	71.548	1.173.221	1.593.023	2.837.792	2.505.882
Total	-	71.548	1.173.221	1.593.023	2.837.792	2.505.882

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 94,08% e 5,92% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 79,46% (2013 – 70,56%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 8,64% (2013 – 7,21%) ao ano.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(4) Do montante de R\$2.837.792 (2013 – R\$2.505.882), R\$1.678.933 (2013 – R\$1.664.478) refere-se à emissão de Letras Financeiras ocorrida em 01, 02 e 05 de agosto de 2013, realizada em 3 séries, com vencimentos finais em 2, 3 e 4 anos respectivamente, contados da data da emissão. O percentual da taxa foi indexado ao DI, limitado à taxa de até 108%, 109% e 110% da variação acumulada da Taxa DI. Os Juros Remuneratórios das Letras Financeiras serão pagos semestralmente.

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

No Exterior - são representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo à variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 0,62% a 3,82% (2013 – 1,00% a 3,37%) ao ano, com vencimento máximo em até 1.591 dias (2013 – 356 dias), e apresenta saldo de R\$1.507.161 (2013 – R\$1.274.831).

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasses do País - Instituições Oficiais		Repasses do Exterior		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Até 90 dias	205.625	166.590	-	-	205.625	166.590
De 91 a 360 dias	510.441	402.838	5.596	-	516.037	402.838
De 1 a 3 anos	842.866	701.690	11.065	-	853.931	701.690
De 3 a 5 anos	497.871	410.960	-	-	497.871	410.960
Acima de 5 anos	595.224	529.207	-	-	595.224	529.207
Total	2.652.027	2.211.285	16.661	-	2.668.688	2.211.285

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até novembro de 2029, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,40% a 8,00% (2013 – 0,50% a 8,61%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-01, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2013 - 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 14 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.446	45.121	44.446	45.121
Recebimento de Tributos Federais	44.181	44.856	44.181	44.856
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	40.686	7.516	40.686	7.516
Câmbio Vendido a Liquidar	28.014	5.300	28.014	5.300
Importação Financiada Câmbio Contratado	(7.145)	(674)	(7.145)	(674)
Obrigações por Compras de Câmbio	724.764	689.986	724.764	689.986
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(704.947)	(687.096)	(704.947)	(687.096)
Sociais e Estatutárias	48.427	82.011	48.539	82.275
Dividendos e Bonificações a Pagar	12.796	70.148	12.908	70.218
Gratificações e Participações a Pagar	35.631	11.863	35.631	12.057
Fiscais e Previdenciárias	644.133	662.050	673.385	683.959
Impostos e Contribuições a Recolher	69.307	63.862	77.688	70.761
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	63.253	115.525	83.981	128.835
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 24 (b))	49.961	39.644	50.104	39.776
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 15 (b))	461.612	443.019	461.612	444.587
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.138	693
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.138	693
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.080.698	1.367.034	2.080.698	1.367.034
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 23(a))	1.968.494	1.256.142	1.968.494	1.256.142
Outros	112.204	110.892	112.204	110.892
Dívidas Subordinadas ⁽¹⁾	2.222.523	1.861.494	2.222.523	1.861.494
Dívidas Subordinadas Marcação a Mercado	2.174.748	1.813.479	2.174.748	1.813.479
Ágio/Deságio a Incorporar	47.775	48.015	47.775	48.015
Diversas	2.214.108	2.415.296	3.037.727	2.802.217
Credores por Recursos a Liberar	116.768	117.383	117.011	117.604
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	59.750	75.700	59.750	75.700
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	6.296	12.838	6.447	12.949
Obrigações por Convênios Oficiais	52.174	4.484	52.174	4.484
Obrigações de Lojistas a Pagar Adquirência	567.378	543.114	1.246.252	812.401
Provisões para Férias e Outros Encargos	269.156	285.698	256.116	275.483
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 25)	67.366	67.312	67.366	67.312
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 15 (b))	195.114	182.708	202.520	190.778
Multas Câmbio Bacen (Nota 15(b))	132.866	128.096	132.866	128.096
Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 15 (b))	7.462	15.830	7.462	15.864
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	1.905	3.160	1.905	3.160
Provisão Benefício Pós-Emprego	129.261	427.564	129.641	429.826
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 15 (b))	97.635	83.650	98.020	83.860
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	11.499	10.141	11.499	10.141
Recursos de FGTS para Amortizações	5.657	4.123	5.657	4.123
Credores Diversos - País	91.613	132.962	238.000	247.777
Transações com Cartões a Pagar	257.996	205.114	257.996	205.114
Outros	144.212	115.419	147.045	117.545
Total de Outras Obrigações	7.295.021	6.440.522	8.149.142	6.850.309

(1) **Dívidas Subordinadas** – o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir:

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$ 500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$ 275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a. Essa captação, até junho de 2013, foi avaliada ao custo amortizado.

Conforme descrito na Nota 03 (c), os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$9.916 (2013 - R\$12.182), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 15 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Movimentação das Provisões

	Banrisul				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	
Saldo Inicial em 31/12/2013	458.849	182.708	83.650	128.096	853.303
Constituição e Atualização Monetária	19.517	86.183	26.598	4.770	137.068
Reversão da Provisão	(9.290)	-	-	-	(9.290)
Baixas por Pagamento	(2)	(73.777)	(12.613)	-	(86.392)
Saldo Final em 31/12/2014	469.074	195.114	97.635	132.866	894.689
Depósitos em Garantia (Nota 08)	10.802	99.285	87.013	-	197.100

	Banrisul Consolidado				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	
Saldo Inicial em 31/12/2013	460.450	190.778	83.860	128.096	863.184
Constituição e Atualização Monetária	19.538	87.483	26.790	4.770	138.581
Reversão da Provisão	(10.912)	(1.196)	-	-	(12.108)
Baixas por Pagamento	(2)	(74.545)	(12.630)	-	(87.177)
Saldo Final em 31/12/2014	469.074	202.520	98.020	132.866	902.480
Depósitos em Garantia (Nota 08)	12.409	103.993	92.423	-	208.825

Provisões Fiscais

(i) Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$461.612 (2013 - R\$443.019). O Banrisul, por meio de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

(ii) Notificação fiscal de débito do INSS referente à cobrança previdenciária sobre verbas que não apresentam natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$7.462 (2013 - R\$15.830) e no Consolidado R\$7.462 (2013 - R\$15.864).

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$57.727 (2013 - R\$43.044) e no Consolidado R\$96.600 (2013 - R\$81.427). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Provisões Trabalhistas

São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, na ocasião da notificação judicial, cujo risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$71.401 (2013 - R\$93.317) e no Consolidado R\$75.115 (2013 - R\$102.837). Adicionalmente, o valor de R\$27.884 (2013 - R\$26.247) e no Consolidado R\$28.879 (2013 - R\$27.229) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$742.833 (2013 - R\$489.953) e no consolidado R\$752.687 (2013 - R\$496.889), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Provisões Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registram a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$87.013 (2013 - R\$66.815) e no Consolidado R\$92.423 (2013 - R\$71.889).

Existem ainda R\$1.378.832 (2013 - R\$1.071.649) e no Consolidado R\$1.383.948 (2013 - R\$1.634.025) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a cadernetas de poupança, danos morais, repetição do indébito e financiamento imobiliário, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados.

Outros

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$132.866 (2013 - R\$128.096).

NOTA 16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Administração de Fundos	82.751	71.535	82.751	71.535
Cobrança de Títulos	55.414	50.831	55.414	50.831
Rendas de Garantias Prestadas	2.873	2.241	2.873	2.241
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	35.224	28.686
Rendas de Corretagens de Operações	58	-	1.946	2.400
Serviços de Administração Convênio Banricard	-	-	6.681	38.311
Serviços de Administração Rede de Adquirência Vero	-	-	20.086	-
Outras Receitas de Serviços	-	499	16.349	16.789
Total	141.096	125.106	221.324	210.793

NOTA 17 - RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rede de Adquirência Vero ⁽¹⁾	-	111.887	290.829	135.876
Tarifas <i>Voucher</i> ⁽¹⁾	-	-	37.649	-
Devolução de Cheques	14.803	15.617	14.803	15.617
Débitos em Conta	37.975	60.892	37.975	72.711
Serviços de Arrecadação	149.816	115.072	149.816	115.072
Transações com Cheques	13.647	13.504	13.647	13.504
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	359.918	328.756	359.918	328.756
Cartão de Crédito	23.586	17.501	23.586	17.501
Tarifas de Saques	7.245	7.018	7.245	7.018
Tarifas de Uso da Agência Virtual	5.393	5.992	5.393	5.992
Tarifas de Fiança Bancária	7.874	7.056	7.874	7.056
Outras Receitas de Tarifas	26.254	44.015	26.239	53.544
Total	646.511	727.310	974.974	772.647
Pessoas Físicas	339.120	314.096	342.798	314.646
Pessoas Jurídicas	307.391	413.214	632.176	458.001

(1) Conforme Acordo Operacional celebrado entre o Banrisul S.A. e a Banrisul Cartões S.A., as receitas das respectivas tarifas bancárias passaram a ser reconhecidas pela Banrisul Cartões S.A. a partir de novembro de 2013.

NOTA 18 - DESPESAS DE PESSOAL

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração Direta ⁽¹⁾	872.843	783.674	879.058	788.331
Benefícios	256.168	231.505	257.476	232.629
Encargos Sociais ⁽¹⁾	386.950	328.382	389.655	329.630
Treinamentos	8.798	9.446	8.877	9.500
Total	1.524.759	1.353.007	1.535.066	1.360.090

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Encargos Sociais está incluído, em 2014, o montante de R\$64.104, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PAI – Programa de Aposentadoria Incentivada com os respectivos encargos.

NOTA 19 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Processamento de Dados e Telecomunicações	177.660	180.407	212.096	189.999
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	132.486	120.459	132.486	120.459
Amortização e Depreciação	62.300	64.100	64.352	65.134
Aluguéis e Condomínios	87.165	73.649	86.037	73.095
Materiais	19.044	16.412	22.716	16.522
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	449.435	333.844	548.253	347.692
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	67.826	92.045	69.849	93.148
Manutenção e Conservação	36.985	29.469	37.262	29.984
Água, Energia e Gás	17.111	15.508	17.530	15.789
Serviços do Sistema Financeiro	31.467	51.681	31.419	51.975
Outras	45.616	45.027	49.444	50.861
Total	1.127.095	1.022.601	1.271.444	1.054.658

(1) Do montante de R\$449.435, R\$213.370 (2013 – R\$108.586) são provenientes de despesas dos serviços com originação de crédito consignado através do canal Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

(2) É composto principalmente por R\$30.976 (2013 - R\$51.251) de despesa com propaganda institucional e R\$28.984 (2013 - R\$31.450) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 20 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Recuperação de Encargos e Despesas	99.593	73.737	48.527	55.724
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	1.196	179
Cíveis	-	-	-	37
Fiscais	9.290	-	10.912	-
Outros	12.288	2.092	12.288	2.211
Perdas de Securitização	1.255	1.536	1.255	1.536
Tarifas Interbancárias	24.810	22.974	24.810	22.974
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	34.300	21.623	34.300	21.623
Títulos de Créditos a Receber	6.243	6.020	6.243	6.020
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei n° 12.069	30.862	14.859	30.862	14.859
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros	8.700	8.286	8.700	8.286
Receitas Diversas com Cartões	55.812	41.791	55.812	41.791
Lucros na Venda de Bens	13.787	5.986	13.787	5.986
Reversão de Provisões para Pagamentos a Efetuar	6.107	47.115	6.140	47.115
Receitas de Adquirência - Antecipação Operações Performadas	-	-	34.243	7.397
Fundação Banrisul – Resultado Atuarial Migração ⁽¹⁾	83.628	-	83.628	-
Receita Convênio de Distribuição de Seguros ⁽²⁾	115.000	-	115.000	-
Outras Receitas Operacionais	23.156	16.076	32.220	18.853
Total	524.831	262.095	519.923	254.591

(1) Refere-se ao reconhecimento do efeito no déficit existente no Plano de Benefício PBI na parcela de responsabilidade do Patrocinador em relação aos migrantes para o Plano de Benefícios Saldado e Plano de Benefícios FBPREV II conforme CPC 33 e Deliberação CVM n° 695/12.

(2) Refere-se ao compromisso do Banrisul de celebrar convênio de distribuição com a Icatu Seguros, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, de produtos de Seguros de Pessoas e Previdência nos canais Banrisul, sendo o pagamento e a celebração do acordo realizados em 11 de dezembro de 2014, após ter sido aprovado pelo CADE e o Bacen, conforme fato relevante divulgado na mesma data.

NOTA 21 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Descontos Concedidos em Renegociações	56.699	49.512	56.699	49.512
Despesas com Provisões Trabalhistas	86.183	105.433	87.483	107.731
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso	11.613	1.386	11.613	1.386
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização	-	1.123	-	1.123
Despesas com Provisões para Ações Cíveis	26.598	40.850	26.790	41.040
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais	5.333	3.369	5.333	3.369
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR)	19.517	14.113	19.538	14.191
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen	4.770	3.581	4.770	3.581
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul	7.187	32.154	7.189	32.177
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	2.489	2.377	2.489	2.377
Despesas com Cartões	18.657	15.440	18.657	15.440
Bônus BanriClube de Vantagens	6.885	5.222	6.885	5.222
Incentivo à Migração - Planos FBSS ⁽¹⁾	287.179	-	288.309	-
Outras Despesas Operacionais	96.403	67.134	99.643	67.452
Total	629.513	341.694	635.398	344.601

(1) Refere-se aos incentivos oferecidos pelo Banco aos participantes do Plano de Benefícios PBI que migraram suas reservas para o Plano de Benefícios Saldado ou Plano de Benefícios FBPREV II.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANRISUL

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.000.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme tabela a seguir:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	77,10	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,50	-	-	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	44.934	0,02	168.612	4,78	-	-	213.546	0,05
Outros	349.548	0,17	480.772	13,62	174.314.274	86,98	175.144.594	42,83
Total	205.043.395	100,00	3.529.851	100,00	200.401.231	100,00	408.974.477	100,00

No período, houve a conversão de ações, principalmente entre PNA e PNB, no montante de 1.879 ações, em virtude das solicitações dos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2014, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$250.000, sem emissão de novas ações, homologado pelo Bacen em 26 de maio de 2014.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

(i) Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;

(ii) Direito de participar, depois de pagar às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;

- (iii) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e
- (iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

- (i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e
- (ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para constituição de Reserva Estatutária; e (iii) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

A Reserva de Expansão tem como finalidade a retenção de lucros para financiar projeto de investimento em capital fixo ou circulante, justificado em orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de abril de 2014, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2014 no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96 e Política de Pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio, a Administração do Banrisul pagou o montante de R\$268.806, referente aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2014 (2013 - R\$244.943), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento desses juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$107.523 (2013 - R\$97.977) (Nota 24 (a)).

A distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio está assim representada:

	2014	2013
Lucro Líquido do Exercício	691.416	791.614
Ajuste		
Reserva Legal	(30.390)	(39.581)
Base de Cálculo dos Dividendos	661.026	752.033
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	165.256	188.008
Dividendo Adicional 15%	99.154	112.805
Total dos Dividendos	264.410	300.813
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	252.383	231.412
Ações Ordinárias (R\$657,20830 por lote de mil ações)	134.756	122.804
Ações Preferenciais A (R\$664,09715 por lote de mil ações)	2.345	2.120
Ações Preferenciais B (R\$657,21091 por lote de mil ações)	131.705	120.019
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(16.423)	(13.531)
B) Dividendos Provisionados	12.027	69.401
Ações Ordinárias (R\$29,38066 por lote de mil ações)	6.024	34.795
Ações Preferenciais A (R\$32,35574 por lote de mil ações)	114	599
Ações Preferenciais B (R\$29,38329 por lote de mil ações)	5.889	34.007
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B)	264.410	300.813

NOTA 23 - COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTROS

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$9.687.065 (2013 - R\$8.323.788), do qual R\$7.708.000 (2013 - R\$7.058.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 14).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$1.248.867 (2013 - R\$1.042.798), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 662.961 mil títulos de clientes (2013 – 479.411 mil).

(d) O Banrisul possui créditos abertos para importação e créditos de exportação confirmados no valor de R\$69.916 (2013 – R\$55.942) e coobrigações em cessões de crédito no valor de R\$9.916 (2013 – R\$12.182).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	7.987.313	5.624.181	7.987.313	5.624.181
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos	173.411	129.275	173.411	129.275
Fundos de Ações	57.097	77.934	57.097	77.934
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	18.512	18.379	18.512	18.379
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do RS	359.554	2.127.770	359.554	2.127.770
Carteiras Administradas	631.620	1.556.956	631.620	1.556.956
Clubes de Investimentos	-	-	1.226	1.485
Total	9.227.507	9.534.495	9.228.733	9.535.980

(1) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 173 grupos (178 em 2013) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 39.929 consorciados ativos (39.432 em 2013).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2014 é de R\$270.578, sendo R\$66.928 com vencimento até um ano, R\$170.681 de um a cinco anos e R\$32.969 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$76.652.

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	888.693	1.174.848	963.652	1.206.567
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(222.173)	(293.712)	(240.913)	(301.642)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(19.782)	(8.372)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(133.304)	(176.227)	(111.577)	(167.032)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas	(355.477)	(469.939)	(372.272)	(477.046)
Ajuste Multa Câmbio	(1.908)	(1.432)	(1.908)	(1.432)
Participação dos Empregados nos Resultados	36.354	36.494	36.354	36.494
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22 (b))	107.523	97.977	107.523	97.977
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	73.328	37.324	9.483	8.649
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	33.787	7.577	39.925	11.903
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(106.393)	(291.999)	(180.895)	(323.455)
Corrente	(254.660)	(344.147)	(328.320)	(377.161)
Diferido	148.267	52.148	147.425	53.706

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2014 o Banrisul possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(i) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul		
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	689.715	304.853	205.416
Provisão para Riscos Trabalhistas	73.083	34.473	29.510
Provisão para Riscos Fiscais	96.711	7.909	3.717
Outras Provisões Temporárias	260.446	41.062	119.925
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.119.955	388.297	358.568
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.119.932	388.297	358.568
Obrigações Fiscais Diferidas	(39.644)	(10.317)	-
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.080.288	377.980	358.568

	Banrisul Consolidado		
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	689.948	304.850	205.416
Provisão para Riscos Trabalhistas	76.798	33.756	29.771
Provisão para Riscos Fiscais	97.256	7.938	4.269
Outras Provisões Temporárias	260.619	41.184	119.925
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.124.621	387.728	359.381
Créditos não Registrados	(23)	-	-
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08)	1.124.598	387.728	359.381
Obrigações Fiscais Diferidas	(39.776)	(10.328)	-
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas	1.084.822	377.400	359.381

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias		Total	Banrisul	Banrisul Consolidado
	Imposto de Renda	Contribuição Social		Totais Registrados	Totais Registrados
2015	228.154	136.893	365.047	365.047	365.426
2016	118.529	71.118	189.647	189.647	190.026
2017	109.264	65.559	174.823	174.823	175.202
2018	94.706	56.823	151.529	151.529	151.908
2019	46.791	28.075	74.866	74.866	75.245
2020 a 2022	79.607	47.765	127.372	127.372	128.213
2023 a 2024	41.485	24.892	66.377	66.377	66.925
Após 2025	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2014	718.550	431.134	1.149.684	1.149.661	1.152.945
Total em 31/12/2013	699.971	419.984	1.119.955	1.119.932	1.124.598

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$791.956, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(ii) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Superveniência de Depreciação	(15.731)	(14.842)	(15.731)	(14.840)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	45	(860)	45	(860)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(14)	(49)
Superávit Atuarial	(34.275)	(23.942)	(34.404)	(24.027)
Total	(49.961)	(39.644)	(50.104)	(39.776)

(c) Alterações na Legislação Tributária

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Instituição elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

NOTA 25 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2014 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo) Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2014	31/12/2013
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	110.729	449.707
Plano de Benefícios Saldado (PBS)	7.149	-
Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II)	(144)	-
Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV)	265	492
Planos de Saúde, Odontológico e Medicamento	(85.921)	(60.105)
Prêmio Aposentadoria ⁽¹⁾	123.532	109.930
Total	155.610	500.024

(1) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$49.284 (2013 – R\$43.818) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$172.655 (2013 – R\$153.748).

(a) Descrição dos Benefícios de Longo Prazo

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Cartões S.A., da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social (FBSS), instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A partir de 6 de julho de 2009, foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev (atualmente denominado FBPREV), que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. De sua implantação em diante, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Com a aprovação pela Previc dos novos planos de benefícios ao final de 2013, a Fundação Banrisul iniciou, em 03 de fevereiro de 2014, o processo de migração voluntária e incentivada dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I para: (i) **Plano Saldado**, que é constituído no modelo de Benefício Definido, no qual o montante acumulado por todos os participantes fica em uma conta coletiva, e (ii) **Plano FBPREV II**, que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida na fase de acúmulo de reserva e benefício definido durante o pagamento do benefício vitalício. O referido processo de migração foi encerrado em 03 de abril de 2014.

Em junho de 2014, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul, o valor aportado, calculado em fevereiro de 2013, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 5,5% a.a., é de R\$255.064, que foram transferidos para os novos planos.

Após a reestruturação do plano, a parcela remanescente da dívida contratada no montante de R\$67.366 em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$67.312), foi distribuída da seguinte forma: Plano de Benefícios I (PBI) o valor de R\$38.183, Plano de Benefícios Saldado (PBS) o valor de R\$17.185 e Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) o valor de R\$11.998 e registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 14). Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna – (IGP-DI), por meio de atualizações e pagamentos mensais, com prazo final em 2028.

Após o processo de migração encerrado em 03 de abril de 2014, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano Saldado	Plano FBPREV II
Ativos	8.145	1.021	1.715	5.409
Aposentados	4.779	3.577	1.110	92
Inválidos	41	-	-	41
Pensionistas	1.135	819	291	25
Total	14.100	5.417	3.116	5.567

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banco se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

(b) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto Nominal	11,17% a.a.	10,56% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,22% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2014	31/12/2013
Tábua de Mortalidade de Válidos	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.	AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%.	RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte, específica por sexo.	Light Forte, específica por sexo
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%.	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(c) Principais Riscos Atuariais

O Banrisul e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, o Banrisul está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução Previc nº 09, de 14 de dezembro de 2010, combinadas com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações do Plano de Benefícios I com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - o Banrisul oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - o Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

A composição do ativo/ (passivo) atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2014 e 2013 de acordo com CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(1.834.273)	(913.080)	(46.146)	(4.120)	(133.635)	(123.532)
Valor Justo dos Ativos	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Superávit/ (Déficit)	(110.729)	(6.863)	7.787	(258)	85.921	(123.532)
Teto do Ativo	-	(286)	(7.643)	(7)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2013						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.205.596)	-	-	(2.078)	(132.981)	(109.930)
Valor Justo dos Ativos	2.755.889	-	-	1.586	193.086	-
Superávit/ (Déficit)	(449.707)	-	-	(492)	60.105	(109.930)
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(449.707)	-	-	(492)	60.105	(109.930)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	3.205.596	-	-	2.078	132.981	109.930
Custo de Serviço Corrente	5.367	-	250	(41)	1.448	3.348
Custo Financeiro	246.431	55.993	2.329	202	13.860	9.605
Contribuições dos Participantes do Plano	32.795	2.434	-	759	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	70.677	8.331	8.558	1.350	390	20.003
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(125.733)	(44.460)	(1.658)	(220)	(9.121)	(3.768)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(203.936)	(38.961)	(1.682)	(8)	(3.493)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.430)	(15.586)
Mudança de Plano	-	952.789	38.349	-	-	-
Redução do Plano	(308.817)	-	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas na Liquidação	(1.088.107)	(23.046)	-	-	-	-
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	1.834.273	913.080	46.146	4.120	133.635	123.532

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2013						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldaado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações Atuariais em 1º de Janeiro	3.681.721	-	-	1.482	149.144	110.307
Custo de Serviço Corrente	26.603	-	-	91	1.508	3.735
Custo Financeiro	309.835	-	-	117	12.827	8.224
Contribuições dos Participantes do Plano	26.086	-	-	699	-	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	342.621	-	-	508	14.044	2.178
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(967.100)	-	-	(381)	(39.348)	(11.311)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(214.170)	-	-	(438)	(2.911)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(2.283)	(3.203)
Valor Presente das Obrigações Atuariais no Final do Período	3.205.596	-	-	2.078	132.981	109.930

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	2.755.889	-	-	1.586	193.086	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	222.500	56.006	2.609	221	20.029	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	156.165	(6.876)	9.881	610	6.441	-
Contribuições do Empregador	33.259	5.061	724	694	-	-
Contribuições dos Empregados	32.795	2.434	-	759	-	-
Benefícios Pagos	(203.936)	(38.961)	(1.682)	(8)	-	-
Transferências de Pagamentos	-	907.110	42.401	-	-	-
(Ganhos) /Perdas na Liquidação	-	(18.557)	-	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(1.273.128)	-	-	-	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	1.723.544	906.217	53.933	3.862	219.556	-
Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2013						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	3.236.083	-	-	851	167.355	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	275.167	-	-	102	14.099	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(598.498)	-	-	(308)	11.632	-
Contribuições do Empregador	31.221	-	-	680	-	-
Contribuições dos Empregados	26.086	-	-	699	-	-
Benefícios Pagos	(214.170)	-	-	(438)	-	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	2.755.889	-	-	1.586	193.086	-
Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2014						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(449.707)	-	-	(492)	60.105	(109.930)
Custo dos Serviços Correntes	1.391.557	(948.300)	(38.599)	40	(1.448)	(3.348)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(23.931)	13	26	20	6.169	(9.605)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	211.221	28.967	(4.408)	(527)	15.172	(16.235)
Contribuições do Empregador	33.259	5.061	724	694	5.923	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	15.586
Transferências de Pagamentos	-	907.110	42.401	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(1.273.128)	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(110.729)	(7.149)	144	(265)	85.921	(123.532)
Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2013						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	(445.638)	-	-	(631)	18.211	(110.307)
Custo dos Serviços Correntes	(26.603)	-	-	(91)	(1.508)	(3.735)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido	(34.668)	-	-	(15)	1.272	(8.224)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente	25.981	-	-	(435)	36.936	9.133
Contribuições do Empregador	31.221	-	-	680	5.194	-
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	3.203
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	(449.707)	-	-	(492)	60.105	(109.930)

Custo Estimado do Benefício Definido para o Exercício de 2015						
	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo dos Serviços Correntes	1.043	-	2.515	1.232	1.385	3.805
Juros Líquido sobre o Passivo/(Ativo) Atuarial	7.669	(755)	(489)	(106)	1.614	11.595
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	8.712	(755)	2.026	1.126	2.999	15.400

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
2015	200.088	73.371	2.463	26	7.414	39.461
2016	207.621	78.659	2.542	24	7.667	10.057
2017	214.575	83.891	2.620	27	8.545	8.601
2018	221.739	88.637	2.697	30	9.282	8.942
2019	228.673	92.685	2.770	34	10.089	8.935
2020 a 2024	1.239.872	522.088	14.831	240	66.798	78.419

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	827	1.505	5.335	4.696	5.638	11.630
Aposentados	3.673	1.301	102	-	4.557	-
Aposentados por Invalidez	-	-	40	2	-	-
Pensionistas	829	295	29	1	947	-
Total	5.329	3.101	5.506	4.699	11.142	11.630

Quantidade de Participantes em 31/12/2013	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Ativos	7.241	-	-	4.274	5.376	11.783
Aposentados	4.740	-	-	-	4.320	-
Pensionistas	1.118	-	-	1	967	-
Total	13.099	-	-	4.275	10.663	11.783

(e) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(99.136)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	107.650
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(40.156)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	43.516

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(47.611)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	52.030
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(14.595)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	15.738

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(1.808)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	1.938
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	671
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	(635)

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(175)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	188
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	170
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	(177)

Plano de Saúde – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,17%	Aumento de 0,5%	(2.209)
Taxa de Desconto	11,17%	Redução de 0,5%	2.394
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Aumento de 10%	(798)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Redução de 10%	864

Auxílio Medicamento – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,17%	Aumento de 0,5%	(4.600)
Taxa de Desconto	11,17%	Redução de 0,5%	5.125
Tábua de Mortalidade		Aumento de 10%	(2.124)
Tábua de Mortalidade		Redução de 10%	2.376

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(3.039)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	3.232
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	(229)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	230

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%

(3) AT – 2000 suavizada em 10%

NOTA 26 - INSTRUMENTOS E GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, intrínsecos à área financeira, é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. O constante aperfeiçoamento nos processos de identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação de riscos possibilitam tornar mais apuradas as boas práticas de governança alinhadas aos objetivos, políticas e estratégias da Instituição.

Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de avaliação de risco de crédito está alicerçada em metodologias estatísticas de *Application e Behaviour Score* e/ou no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição esteja disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo ao binômio risco x retorno. A descrição desta estrutura está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito".

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção e o aprimoramento dos sistemas de *Application e Behaviour Score* oportunizam o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob o prisma financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nesses ambientes. A gestão da exposição ao risco de crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito - o Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

- (i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais, ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso;
- (ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem eventuais exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são controladas mensalmente; e
- (iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos de crédito, não canceláveis incondicional e unilateralmente pela Instituição, representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul, que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

(d) Créditos a Liberar

Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos a operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionadas ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas. O valor da exposição relativa aos créditos a liberar, corresponde ao somatório das parcelas de operações de crédito a liberar em até 360 dias.

Risco de Mercado

O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito na Nota 14. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (c).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475/08, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2014.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2014.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2014.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais ou para menos.

Para o Fator de Risco "Moeda Estrangeira", foi considerada a cotação de R\$2,6562 de 31/12/2014 (PTAX - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros (*)	Moedas	Ações	
1	1%	1	1.370	110	1.481
2	25%	24	34.236	2.757	37.017
3	50%	48	68.472	5.514	74.034

(*) Exposição Inexistente para a data analisada

Definições:

Taxa de Juros – exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, identifica-se no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 92,5% de toda a perda esperada para os três cenários. Observamos que a perda esperada no Cenário 2 foi 25 vezes maior que no Cenário 1. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 100%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (65,8%), no valor total de R\$74.034.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - o Banrisul também realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e das operações de captação externa realizadas em 02/02/2012 no valor de USD 500 milhões e 03/12/2012 no valor de USD 275 milhões, com vencimento em 02/02/2022, contabilizadas na Carteira *Banking* (Nota 14). Foram aplicados choques para mais ou para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$2,6562 de 31/12/2014 (PTAX - Bacen).

O Cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os Cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475/08 da CVM, que determina que os cenários de alta devam contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o Cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o Cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o Cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2014.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2014.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2014.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	Trading	Alta do Cupom de US\$	(8.652)	(153.599)	(282.067)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	Banking	Alta do Cupom de US\$	6.537	150.598	278.584
Efeito Líquido			(2.115)	(3.001)	(3.483)

Cupom de Dólar Americano (USD): Todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez

A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos – esperados e inesperados, correntes e futuros – num horizonte de tempo definido, e também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado.

O risco de liquidez dos negócios bancários pode ter a sua origem no momento em que estes são gerados, ocasionado pela dificuldade na captação de recursos necessários para financiar ativos, o que conduz, normalmente, a acréscimos nos custos de captação; ou pelas dificuldades de liquidação das obrigações para com terceiros, induzidas por descasamentos nos prazos de vencimento de ativos e passivos.

O Banrisul estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as estratégias de negócios do Banco, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente pelos Comitês de Riscos Corporativos e de Gestão Bancária e submetidos a instâncias diretivas, visando a garantir sua operacionalidade de forma eficaz pelos gestores.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de liquidez do Banco.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com adoção de ações corretivas, caso necessário.

No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis mínimos de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (*funding*) adequadamente diversificada, cumprindo os níveis mínimos exigidos pelos requerimentos regulatórios.

No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.

De acordo com os requerimentos normativos constantes na Resolução nº 4.090/12, do CMN e na Circular nº 3.393/08, do Bacen, é elaborado e enviado mensalmente ao Bacen o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), contemplando os ativos negociáveis, os passivos exigíveis, a programação para alocação de ativos e captação de passivos, as estimativas dos cenários de estresse para liquidez, os planos de contingência e a concentração da captação.

Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises acerca do DRL e demais informações referentes ao gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Índice de Basileia

Em março de 2013, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu um conjunto de normas para implementação das diretrizes de Basileia III no Brasil, com vigência a partir de outubro de 2013. A Resolução nº 4.192, dispõe sobre uma nova composição de Capital Regulamentar, que continuará a ser o somatório dos Níveis I, dividido em Capital Principal e Capital Complementar e Nível II, apurados em relação ao total dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e calculados com base nas informações do Conglomerado Financeiro, sendo que a partir de janeiro de 2015 a apuração passa a ser com base no Conglomerado Prudencial. Foram definidos novos limites mínimos que devem ser observados na apuração desses capitais em conformidade com o cronograma de implementação divulgado pela Resolução nº 4.193/13. Serão exigidos limites para Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além da introdução do Adicional de Capital Principal. Em dezembro de 2014, os limites mínimos de capital exigidos foram de 11,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 5,5% para o Índice de Nível I e de 4,5% para o Índice de Capital Principal. O Adicional de Capital Principal – ACP será exigido a partir de 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Circular nº 3.741, de 29 de dezembro de 2014, estabeleceu que o valor de ACP deve corresponder à aplicação dos percentuais relativos aos limites inferiores de que trata a Resolução nº 4.193/13.

Os Índices calculados para o Banrisul em dezembro de 2014 foram: Índice de Basileia – 17,77%; Índice de Capital Principal – 14,20% e Índice de Nível I – 14,20%, ambos apresentando folga em relação aos mínimos exigidos.

Banrisul Conglomerado Financeiro		2014
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I		7.062.312
Capital Principal		5.641.052
Capital Social		5.641.052
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros		4.005.316
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais		1.703.040
Avaliação Patrimonial e TVM		38.325
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria		33.835
Ajustes Prudenciais		4.490
Exceto Participações não Consolidadas e Crédito Tributário		28.979
Nível II		28.979
Instrumentos Elegíveis ao Nível II		1.421.260
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA		1.421.260
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})		39.732.619
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})		34.146.039
Risco de Juros (RWA _{JUR1})		672.362
Risco de Ações (RWA _{ACS})		110
Risco Taxa de Câmbio (RWA _{CAM})		16.040
Risco Operacional (RWA _{OPAD})		656.212
Carteira Banking (RBAN)		4.914.218
Excesso/Insuficiência de PR		740.071
Índice de Basileia (Fator de Risco/PRE)		1.951.653
Índice de Nível I %		17,77%
Índice de Capital Principal %		14,20%
Índice de Basileia Amplo %		14,20%
Índice de Imobilização %		15,20%
		10,17%

NOTA 27 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e as empresas controladas indiretamente, Fundação Banrisul de Seguridade Social – FBSS e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Em 28 de junho de 2012 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1.201/12 entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos e inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS) pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, em razão da reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

Além disso, o Banrisul efetua o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e de suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços de cobrança por meio de arrecadação e fornecimento de cartão-refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, receita no valor de R\$10.448. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line, e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06. Em 31 de dezembro de 2014, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$755.299.

O Banrisul tem contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, despesas no montante de R\$1.240.

O Banrisul dispõe de acordo com o Estado de cessão de funcionários, segundo o qual o Estado cedeu 8 (oito) funcionários e recebeu 12 (doze) funcionários alocados em secretarias e fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banco é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE e pelo fornecimento de cartão-combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi remunerado em R\$3.563 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line.

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banco é também agente arrecadador das contas de consumo emitidas pela CORSAN e pelo fornecimento de cartão-combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi remunerado em R\$4.875 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos dessa companhia com o BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a essas operações.

SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal com as empresas acima mencionadas e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por essas companhias e o fornecimento de cartão-refeição e combustível também são de responsabilidade do Banrisul e, para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o Banco foi remunerado em R\$282 por esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line.

A SULGÁS dispõe ainda de aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos dessa companhia com o BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a essas operações.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de cartão-refeição também são de responsabilidade do Banrisul e, para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Banco foi remunerado em R\$87 sobre esses serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line.

O Banrisul tem acordo de cessão de empregados, segundo o qual cedeu 3 (três) de seus funcionários e recebeu 1 (um). Os custos desse acordo são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e tem contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS

Conforme descrito na Nota 25, o Banrisul tem dívida contratada em 31 de março de 1998 relativa à parcela remanescente do déficit atuarial, no montante de R\$67.366. Essa dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, por meio de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com o montante de R\$55.363.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação dispõe também de fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação com o Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul tem contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, despesas no montante de R\$7.754.

Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Cabergs

O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, despesas no montante de R\$34.520.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e de fornecedores. A Cabergs dispõe de fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs com o Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas por meio do Portal de Compras Pregão On Line e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

Com o objetivo de ampliar canais de relacionamento com clientes em escala nacional, o Banrisul firmou uma parceria com a promotora de vendas Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. para atuar na geração de crédito consignado.

Sobre os serviços prestados de originação de crédito consignado por meio dos convênios, o Banrisul pagou para a Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$115.091 a título de comissões e taxas de performance.

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas

O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras administradas, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Administrador foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas dos Fundos que tiveram como lastro títulos públicos federais. Essas operações apresentaram no período um volume médio diário de R\$59.793, que representou 32,28% sobre o patrimônio líquido médio dos fundos. Essas operações foram realizadas em condições de mercado no que se refere a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compra e venda de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas no exercício. Essas operações apresentaram um volume de R\$61.055, que representou 86,3% sobre o patrimônio líquido médio dos fundos de ações no mesmo período, e foram realizadas a preço de mercado por meio de pregão eletrônico da BM&FBovespa. Essas operações incorreram em uma corretagem de R\$55.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Banrisul	
	2014	2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(715.221)	(2.507.813)	(197.474)	(242.624)
Serviços de Arrecadação	-	5.072	-	-
Outros Créditos	16.399	15.169	-	-
Depósitos à Vista	(362.885)	(351.587)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(359.554)	(2.127.770)	(196.234)	(241.533)
Outras Obrigações	(9.181)	(48.697)	(1.240)	(1.091)
Empresas Controladas	(772.808)	(879.995)	25.819	(19.309)
Outros Créditos	43.423	5.728	52.722	26.394
Depósitos à Vista	(8.374)	(2.748)	-	-
Depósitos a Prazo	(159.015)	(251.370)	(16.602)	(34.404)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(70.121)	(69.993)	(7.788)	(7.687)
Outras Obrigações	(578.721)	(561.612)	(2.513)	(3.612)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(68.052)	(67.926)	(14.807)	(16.605)
Outras Obrigações	(68.052)	(67.926)	(14.807)	(16.605)
Total	(1.556.081)	(3.455.734)	(186.462)	(278.538)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Banrisul Consolidado				
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2014	2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(693.911)	(2.486.493)	(195.262)	(240.668)
Disponibilidades	19.299	18.165	1.945	1.428
Serviços de Arrecadação	-	5.072	-	-
Outros Créditos	18.410	18.324	267	528
Depósitos à Vista	(362.885)	(351.587)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(359.554)	(2.127.770)	(196.234)	(241.533)
Outras Obrigações	(9.181)	(48.697)	(1.240)	(1.091)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(68.052)	(67.926)	(14.807)	(16.605)
Outras Obrigações	(68.052)	(67.926)	(14.807)	(16.605)
Total	(761.963)	(2.554.419)	(210.069)	(257.273)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

(i) O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e

(ii) A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos administradores, dentro do plano de previdência destinado aos funcionários e administradores do Banrisul e das suas controladas.

Em 2014, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$448 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as remunerações estão demonstradas a seguir:

Benefícios de Curto Prazo	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Proventos	3.317	3.208
Gratificações	68	108
Encargos Sociais	697	635
Total	4.082	3.951

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$56 (2013 – R\$46).

O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$80.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

(c) Outras Informações

(i) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas que participem com capital de mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(ii) Em dezembro de 2014, em continuidade a fato relevante divulgado em data 14/07/2014, foi assinado contrato de parceria entre Banrisul e a Icatu Seguros S.A. para constituição de empresa seguradora no ramo de vida e previdência. A efetivação da operação esta sujeita à aprovação dos Órgãos Reguladores.

(d) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria têm, em conjunto, a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2014:

Ações	Quantidade
Ações Ordinárias	105
Ações Preferenciais	294
Total de Ações	399

NOTA 28 - IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01(R1));
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03(R2));
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05(R1));
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10(R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

O Banrisul, em 14 de março de 2014, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS. Na avaliação da Administração, as reconciliações entre o lucro líquido e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 são consistentes com os valores apresentados nas reconciliações de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 29 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 05 de fevereiro de 2015.

DIRETORIA

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

GUILHERME CASSEL
Vice-Presidente

JOÃO EMILIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
VICENTE JOSÉ RAUBER
Diretores

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º SEMESTRE DE 2014

A Resolução nº 3198/04, do Conselho Monetário Nacional determina que o Comitê de Auditoria elabore, no final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no período, onde avalie a efetividade dos sistemas de controle interno da instituição e a das auditorias independente e interna, além da qualidade das demonstrações contábeis. Deve descrever, também, as recomendações apresentadas à diretoria, evidenciando aquelas não acatadas e respectivas justificativas.

O presente documento é o resumo daquele relatório, elaborado para publicação em conjunto com as demonstrações contábeis do semestre encerrado em 31-12-2014, como determina o parágrafo segundo, do artigo 17, da citada Resolução.

I - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dando cumprimento ao plano de trabalho previamente aprovado, o Comitê reuniu-se com a direção do Banco, inclusive seu Presidente.

Inúmeras reuniões foram realizadas no semestre com representantes de variados setores da instituição visando sempre a melhor compreensão do funcionamento de áreas estratégicas, especialmente as relacionadas ao controle interno e gerenciamento de riscos. Os contatos mais frequentes ocorreram com a Auditoria Interna, a Controladoria e a Contabilidade. Com a Unidade de Recuperação de Créditos e com a Assessoria Jurídica foram analisadas as providências que estão sendo tomadas para recuperar os valores pendentes de pagamento e, especialmente, o plano de medidas para a redução da carteira de créditos em liquidação e pendências. A Assessoria Jurídica também atualizou o Comitê sobre o estágio atual do passivo trabalhista, ressaltando a importância do ponto eletrônico, recentemente instalado, para inibir ações relativas a horas extras não remuneradas.

Sobre a implantação dos novos planos de previdência complementar e benefícios da Fundação Banrisul de Seguridade Social e as tratativas de migração dos funcionários e beneficiários para o novo modelo, o Comitê ouviu o seu Diretor Presidente, que considerou o processo exitoso. Segundo ele a migração correspondeu às expectativas, com mais de 60% dos 14.100 participantes migrando para algum dos novos planos, sendo que 87,5% dos empregados ativos optaram por abandonar o plano antigo.

Também neste semestre o Comitê recebeu a visita de representantes do Banco Central do Brasil, examinando com eles questões relevantes para o desempenho do Banco e atendimento às normas legais e regulamentares que dizem respeito à atuação da autarquia fiscalizadora.

Por duas vezes no período o Comitê esteve reunido com a auditoria independente, sendo que em uma delas foi discutido o conteúdo do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares, que deve ser elaborado pela empresa para atender a Circular 3467/09, do Banco Central do Brasil.

Convidado, o Comitê participou de reunião com o Conselho Fiscal, quando foram examinadas as demonstrações contábeis e notas explicativas, os relatórios dos auditores independentes e da administração do Banco.

Na qualidade de integrante do Conselho de Administração do Banco, membro do Comitê de Auditoria foi presente a todas as reuniões daquele Conselho.

II - CONCLUSÕES

Contatos frequentes mantidos com a Auditoria Interna, a Controladoria e a Auditoria Independente permitiram ao Comitê constatar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco funcionam adequadamente.

Na descrição das recomendações apresentadas à Diretoria pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente transparece claramente não apenas a extensão do trabalho por elas desenvolvido, mas sua qualidade e, conseqüentemente, sua importância para a eficiência e a eficácia do controle interno.

É possível afirmar que o trabalho exercido pela auditoria independente é satisfatório e compatível com o porte e características do Banrisul.

O trabalho da Auditoria Interna é plenamente satisfatório e se pode afirmar que ela cumpre adequadamente as funções que lhe são cometidas.

Exame dos papéis de trabalho e relatórios fornecidos pela Unidade de Contabilidade e, mais recentemente, das demonstrações financeiras que apresentam os balanços patrimoniais, demonstrações do resultado, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado e demonstrações das mutações do patrimônio líquido, além das notas explicativas que integram o conjunto dessas demonstrações permitem ao Comitê concluir que as demonstrações contábeis do Banrisul – data-base 31-12-2014 – foram elaboradas em conformidade com a legislação pertinente e as normas regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional-Cosif e as melhores práticas contábeis adotadas no país e refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Recomenda-se sua aprovação.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2015.

João Acir Verle

Orion Herter Cabral

Valdir Heck

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, inclusa a destinação de resultados do período, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2015.

Claudio Morais Machado

Presidente

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Vice-Presidente

Conselheiros

Djedah de Souza Lisboa

Eduardo Ludovico da Silva

Nilvo Luiz Alves da Silva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Instituição") e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição e das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 05 de fevereiro de 2015.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC1SP214144/O-1

TABELA 7: INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13	2014 / 2013	4T14 / 3T14
Margem Financeira	3.789,8	3.666,5	998,5	979,3	942,9	869,2	906,3	3,4%	2,0%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	784,2	660,9	237,1	209,3	141,5	196,4	145,5	18,7%	13,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	3.005,6	3.005,6	761,4	769,9	801,4	672,8	760,8	0,0%	-1,1%
Receita da Intermediação Financeira	8.196,7	6.572,5	2.330,6	2.285,8	1.821,4	1.758,9	1.767,7	24,7%	2,0%
Despesa da Intermediação Financeira	5.191,1	3.567,0	1.569,2	1.515,8	1.019,9	1.086,1	1.006,9	45,5%	3,5%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	1.196,3	983,4	333,1	308,4	286,4	268,5	274,7	21,6%	8,0%
Despesas Administrativas Recorrentes ⁽¹⁾	2.742,4	2.414,7	747,4	689,9	672,4	632,7	651,1	13,6%	8,3%
Outras Despesas Operacionais Recorrentes	347,2	344,6	101,7	86,0	69,5	90,1	85,9	0,8%	18,2%
Outras Receitas Operacionais Recorrentes	321,3	254,6	93,9	97,5	69,8	60,1	62,3	26,2%	-3,6%
Lucro Líquido Ajustado	753,0	791,6	177,0	215,3	222,7	137,9	189,0	-4,9%	-17,8%
Lucro Líquido	691,4	791,6	248,2	215,3	150,1	77,8	189,0	-12,7%	15,3%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez 2014	Dez 2013	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014 / Dez 2013	Dez 2014 / Set 2014
Ativos Totais	59.561,7	53.210,7	59.561,7	59.092,2	57.212,1	57.445,8	53.210,7	11,9%	0,8%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	14.599,0	14.686,6	14.599,0	12.719,5	12.654,7	12.634,6	14.686,6	-0,6%	14,8%
Carteira de Crédito Total	30.487,0	26.652,0	30.487,0	29.950,8	28.062,4	27.252,2	26.652,0	14,4%	1,8%
Provisão para Operações de Crédito	1.694,0	1.586,3	1.694,0	1.713,8	1.622,6	1.595,2	1.586,3	6,8%	-1,2%
Créditos em Atraso > 60 dias	1.169,1	1.014,5	1.169,1	1.221,9	1.126,5	1.124,7	1.014,5	15,2%	-4,3%
Créditos em Atraso > 90 dias	1.034,4	859,9	1.034,4	1.058,6	990,2	942,9	859,9	20,3%	-2,3%
Recursos Captados e Administrados	48.064,9	42.420,2	48.064,9	46.397,0	44.622,1	43.035,3	42.420,2	13,3%	3,6%
Patrimônio Líquido	5.671,3	5.149,7	5.671,3	5.420,7	5.273,6	5.161,3	5.149,7	10,1%	4,6%
Patrimônio de Referência Conglomerado Financeiro	7.062,3	6.743,9	7.062,3	6.812,6	6.663,2	6.532,9	6.743,9	4,7%	3,7%
Patrimônio Líquido Médio	5.410,5	4.893,0	5.546,0	5.347,2	5.217,5	5.155,5	5.080,0	10,6%	3,7%
Ativo Total Médio	56.386,2	49.977,3	59.326,9	58.152,1	57.328,9	55.328,2	53.337,6	12,8%	2,0%
Ativos Rentáveis Médios	52.315,0	47.137,1	53.756,4	52.432,6	51.650,7	51.420,4	48.870,4	11,0%	2,5%
Principais Inf. do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13	2014 / 2013	4T14 / 3T14
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	280,8	314,3	80,3	67,7	66,6	66,1	86,5	-10,7%	18,6%
Valor de Mercado	5.930,1	5.153,1	5.930,1	6.011,9	4.396,5	5.365,7	5.153,1	15,1%	-1,4%
Valor Patrimonial por Ação	13,35	12,59	13,35	13,25	12,89	12,60	12,59	6,0%	0,8%
Preço Médio da Ação (R\$)	12,62	15,73	13,91	13,26	11,84	11,40	14,39	-19,8%	4,9%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,69	1,94	0,61	0,53	0,37	0,19	0,46	-12,9%	15,1%
Índices Financeiros	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13		
ROAA Recorrente Anualizado ⁽⁴⁾	1,3%	1,6%	1,2%	1,5%	1,6%	1,0%	1,4%		
ROAE Recorrente Anualizado ⁽⁵⁾	13,9%	16,2%	13,4%	17,1%	18,2%	11,1%	15,7%		
Índice de Eficiência Recorrente ⁽⁶⁾	55,3%	52,9%	55,3%	55,2%	55,9%	55,1%	52,9%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	7,2%	7,8%	7,6%	7,7%	7,5%	6,9%	7,6%		
Custo Operacional Recorrente	4,6%	4,5%	4,6%	4,5%	4,5%	4,4%	4,5%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,83%	3,80%	3,83%	4,08%	4,02%	4,13%	3,80%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	3,39%	3,23%	3,39%	3,53%	3,53%	3,46%	3,23%		
Índice de Cobertura 60 dias ⁽¹⁰⁾	144,9%	156,4%	144,9%	140,3%	144,0%	141,8%	156,4%		
Índice de Cobertura 90 dias ⁽¹¹⁾	163,8%	184,5%	163,8%	161,9%	163,9%	169,2%	184,5%		
Índice de Provisonamento ⁽¹²⁾	5,6%	6,0%	5,6%	5,7%	5,8%	5,9%	6,0%		
Índice de Base de Referência Conglomerado Financeiro	17,8%	18,3%	17,8%	17,2%	16,5%	16,8%	18,3%		
Indicadores Estruturais	Dez 2014	Dez 2013	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013		
Agências	528	512	528	524	522	515	512		
Postos de Atendimento Bancário	206	216	206	208	210	214	216		
Pontos de Atendimento Eletrônico	594	595	594	604	589	600	595		
Colaboradores	11.636	12.175	11.636	11.679	11.718	11.967	12.175		
Indicadores Econômicos	2014	2013	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13		
Selic Efetiva Acumulada	10,90%	8,22%	2,78%	2,75%	2,53%	2,42%	2,34%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,66	2,34	2,66	2,45	2,20	2,26	2,34		
Variação Cambial (%)	13,39%	14,64%	8,37%	11,28%	-2,67%	-3,40%	5,05%		
IGP-M	3,67%	5,53%	1,89%	-0,68%	-0,10%	2,55%	1,76%		
IPCA	6,41%	5,91%	1,72%	0,83%	1,54%	2,18%	2,04%		

(1) Inclui despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(2) Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

(3) Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

(4) Lucro líquido sobre ativo total médio.

(5) Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

(6) Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses. Despesas de pessoal + outras despesas administrativas / margem financeira + renda de prestação de serviços + (outras receitas operacionais – outras despesas operacionais).

(7) Margem financeira em percentual dos ativos rentáveis.

(8) Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

(9) Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

(10) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

(11) Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 90 dias.

(12) Provisão para devedores duvidosos / carteira de crédito.

SUMÁRIO EXECUTIVO 2014

Os principais fatores que afetaram o desempenho de 2014 e do 4T14, em especial, estão resumidamente destacados a seguir, assim como os eventos relevantes que ocorreram no período:

- 1** Operação aprovada pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ao final de 2014, Banrisul e Icatu Seguros S.A. firmaram **convênio de distribuição**, em caráter de exclusividade, de **seguros de vida e previdência**. Tão logo a operação seja autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, será criada uma *joint venture*, na qual o Banrisul será detentor de 49% do capital. Essa associação societária representa uma evolução no modelo de negócios; além de receber comissão pela comercialização de seguros de vida e previdência, o Banrisul passará a dividir o lucro da operação. A Icatu pagou R\$115 milhões pela exclusividade de uso dos canais de venda do Banrisul. Descontados os efeitos fiscais, o evento gerou efeito positivo no resultado do período em R\$71,1 milhões.
- 2** A **reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego** foi outro importante evento de 2014. O processo concluído em junho, gerou despesas de R\$288,1 milhões com a criação de novos planos, das quais R\$31,9 milhões pagas aos participantes do Plano de Benefícios Definido – PBI que optaram, voluntariamente, pela migração de suas reservas matemáticas, e R\$256,2 milhões aportadas diretamente nos planos - PB Saldado e FBPrev II. Os novos planos passaram por reavaliação atuarial. Descontados os benefícios fiscais, R\$111,2 milhões, o evento Fundação gerou efeito negativo no resultado em R\$93,3 milhões, montante representado pela diferença entre as despesas citadas e o ganho atuarial de R\$83,6 milhões, relativos à parcela de obrigações do patrocinador decorrente do efeito dos cálculos de liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI. Pela aplicação das regras contábeis previstas no CPC 33 (R1), a reestruturação promovida agregou maior equilíbrio aos planos de benefícios pós-emprego, remanescendo passivo de R\$118,0 milhões, reconhecido no patrimônio do patrocinador.
- 3** Outro evento de destaque de 2014 foi o **Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI**. Implementado no início do ano com a finalidade de estimular a saída de empregados em condições favoráveis, o PAI foi direcionado aos empregados aptos à aposentadoria oficial e complementar até dezembro de 2014. O prazo de adesão se estendeu até março e os desligamentos foram efetivados até junho de 2014. Aderiram ao PAI, 554 pessoas. As exonerações somaram 510 empregados. Os incentivos pagos no âmbito do PAI totalizaram R\$64,1 milhões. Líquido dos efeitos fiscais, o evento afetou o resultado em R\$39,4 milhões.
- 4** A **consolidação do segmento de adquirência** favoreceu a performance alcançada em 2014. O lançamento da marca da rede de adquirência - **Vero**, e da solução **Vero Mobile** fortaleceram o modelo de negócios, alicerçado no acolhimento de transações multibandeiras - Banricompras, VISA, MasterCard, VerdeCard - num único equipamento, favorecendo comerciantes e consumidores. As receitas de adquirência e *vouchers* somaram R\$355,2 milhões no ano de 2014, 45,5% acima do valor apurado em 2013.
- 5** O Banrisul apurou **lucro líquido** de R\$691,4 milhões em 2014. O resultado recorrente alcançou R\$753,0 milhões, 4,9% abaixo do registrado em 2013. A rentabilidade, calculada com base no lucro recorrente, foi de 13,9% sobre o patrimônio líquido médio. Os eventos extraordinários (PAI, Fundação e parceria com a Icatu Seguros), líquido do benefício fiscal de R\$92,0 milhões, geraram impacto líquido negativo de R\$61,6 milhões no resultado do ano. O lucro contábil do 4T14 alcançou R\$248,2 milhões, 31,3% acima do apurado no 4T13 e 15,3% acima do resultado registrado no 3T14. O lucro recorrente do 4T14 somou R\$177,0 milhões, 6,3% abaixo do contabilizado no 4T13 e 17,8% abaixo do apurado no 3T14.
- 6** O **resultado recorrente de 2014** foi afetado pela elevação da taxa básica de juros, com repercussões diretas sobre as despesas de *funding*, num contexto de queda de *spreads* e de estabilização da inadimplência; e foi favorecido pela expansão de rendas sobre serviços e tarifas bancárias, em volume

menor que o aumento de despesas administrativas. No **4T14**, o resultado recorrente reflete maior fluxo de provisões de crédito e de despesas administrativas.

- 7** A **margem financeira** apurada em 2014, R\$3.789,8 milhões, apresentou crescimento de R\$123,3 milhões ou 3,4% em relação àquela registrada em 2013. No 4T14, a margem financeira somou R\$998,5 milhões, com expansão de R\$92,2 milhões ou 10,2% em relação à performance alcançada no 4T13 e incremento de R\$19,2 milhões ou 2,0% frente ao 3T14. A evolução do fluxo anual de margem financeira é explicada pela gradativa recuperação das receitas de intermediação, notadamente na segunda metade do ano, frente à elevação das despesas, num contexto de elevação dos juros básicos da economia, com efeito direto sobre as despesas de captação pós-fixadas e indireto sobre as receitas de crédito. Entre os trimestres, a melhoria de margem proveio do maior ritmo de crescimento do crédito e da gradativa recomposição de *spreads* a partir da consolidação de elevação da trajetória da Taxa Selic.
- 8** As **despesas de provisão** com operações de crédito somaram R\$784,2 milhões em 2014, com incremento de R\$123,3 milhões frente ao fluxo apurado em 2013. No 4T14, as despesas de provisão registraram expansão de R\$91,6 milhões contra o 4T13 e crescimento de R\$27,8 milhões em relação ao 3T14. Nos últimos doze meses, a carteira de crédito classificada por *rating* apresentou melhora de 1,8 pp. no risco normal. O índice de inadimplência de 60 dias, 3,83%, aumentou 0,03 pp. em doze meses e diminuiu 0,25 pp. no último trimestre. O índice de atraso de 90 dias, 3,39%, apresentou incremento de 0,16 pp. em doze meses e redução 0,14 pp. no último trimestre. O aumento de despesas de provisão nos períodos em análise refletiu a rolagem da carteira por *rating*, decorrente de operações pontuais que requisitaram ajustes no fluxo de provisão.
- 9** As **receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias** seguem influenciadas pelo desempenho da Banrisul Cartões e pelos negócios com seguros, previdência e capitalização. O fluxo de receitas contabilizado no ano de 2014 superou em R\$212,9 milhões ou 21,6% o valor registrado em 2013, dos quais R\$147,8 milhões provenientes do incremento de negócios com adquirência e *vouchers* e com seguros, previdência e capitalização. No último trimestre, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias apresentaram crescimento de 21,2% frente ao fluxo apurado no 4T13 e expansão de 8,0% em relação ao valor contabilizado no 3T14.
- 10** As **despesas administrativas recorrentes**, R\$2.742,4 milhões no exercício de 2014, apresentaram aumento de R\$327,7 milhões ou 13,6% frente ao valor apurado em 2013. No 4T14, o fluxo de despesas administrativas recorrentes alcançou R\$747,4 milhões, R\$96,4 milhões ou 14,8% acima do apurado no 4T13 e R\$57,5 milhões ou 8,3% acima do valor contabilizado no 3T14. No exercício de 2014, o aumento de despesas reflete, especialmente, o incremento de custos associados aos novos negócios e o dissídio da categoria. O índice de eficiência calculado com base nas despesas recorrentes alcançou 55,3% considerando o fluxo acumulado nos últimos doze meses até dezembro de 2014.
- 11** Os **ativos totais** alcançaram saldo de R\$59.561,7 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 11,9% em relação a dezembro de 2013 e de 0,8% frente setembro de 2014. Os ativos de crédito alcançaram R\$31.815,7 milhões no conceito ampliado, com incremento de 14,6% em doze meses. Descontadas as operações de coobrigação em garantias prestadas, o crescimento do crédito foi de 14,4% em doze meses e de 1,8% no trimestre. O desempenho do crédito, em doze meses, foi motivado pela expansão da carteira comercial e dos créditos especializados. A performance do último trimestre foi favorecida, em especial, pelo desempenho do segmento empresarial.
- 12** O **patrimônio líquido** alcançou R\$5.671,3 milhões em dezembro de 2014, 10,1% acima da posição de dezembro de 2013 e 4,6% acima de setembro de 2014. Nos doze meses, o saldo do patrimônio líquido foi afetado pela incorporação dos resultados gerados, pelo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio e pelo remensuramento do passivo atuarial dos planos de benefícios pós-emprego. Os recursos captados e administrados somaram R\$48.064,9 milhões, 13,3% acima do saldo de dezembro de 2013 e 3,6% acima da posição de setembro de 2014.

MERCADO COMPETITIVO

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2014, a 11ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 11ª posição em patrimônio líquido, 7ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluindo o BNDES.

O Banrisul registrou, nos doze meses, ganhos de *market share* de 0,7357 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, reflexo da variação positiva desses depósitos em 13,2%, frente à retração de 7,0% verificada no Sistema Financeiro Nacional nos últimos doze meses. Em relação aos depósitos à vista, a representatividade do Banrisul nesses recursos no mercado nacional alcançou 1,9105% em dezembro de 2014 frente ao indicador de dezembro de 2013, 1,8894%; e nos depósitos de poupança, a participação do Banrisul no SFN apresentou aumento de 0,0058 pp. frente ao indicador de dezembro de 2013, alcançando representatividade de 1,1713% em dezembro de 2014. No saldo total de crédito, o Banco apresentou crescimento de 14,4% nos doze meses enquanto as instituições do SFN apresentaram elevação de 11,3% no mesmo período. A representatividade da Instituição no saldo de operações de crédito do SFN atingiu, em dezembro de 2014, 1,0089%, frente à participação de 0,9815% em dezembro de 2013.

No mercado regional, o Banrisul apresentou ampliação na participação dos depósitos a prazo em 2,2694 pp. nos doze meses, alcançando 38,8399% em setembro de 2014, aumento nos depósitos à vista, em 1,6994 pp., e crescimento de 0,2641 pp. nos depósitos de poupança no mesmo período. A representatividade do saldo de operações de crédito do Banco no mercado do Rio Grande do Sul alcançou 17,2433% em setembro de 2014, com redução de 0,3655 pp. frente à representatividade de setembro de 2013.

TABELA 8: MERCADO COMPETITIVO

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/14 ⁽¹⁾	Dez/13	Set/14 ⁽²⁾	Set/13
Depósito à Vista	1,9105%	1,8894%	25,8287%	24,1293%
Poupança	1,1713%	1,1655%	14,8455%	14,5814%
Depósito a Prazo	4,1225%	3,3868%	38,8399%	36,5705%
Operações de Crédito	1,0089%	0,9815%	17,2433%	17,6088%
Nº de Agências	2,2745%	2,2253%	26,9209%	25,9572%

(1) Última informação divulgada.

(2) Última informação disponível.

RECONHECIMENTOS

Fevereiro/2014. Banrisul está entre os bancos mais valiosos do mundo.

Março/2014. Banrisul é uma das marcas mais lembradas e preferidas no Rio Grande do Sul.

Maió/2014. *Ranking* mundial da Forbes destaca o Banrisul.

Maió/2014. Banrisul é uma das 10 marcas de empresas mais lembradas no Estado.

Junho/2014. Pesquisa aponta Banrisul como melhor banco comercial em custo-benefício do País.

Junho/2014. Banrisul é uma das 100 maiores empresas do Brasil.

Agosto/2014. Banrisul é destaque em *ranking* nacional.

Setembro/2014. Banrisul é a segunda maior empresa do Rio Grande do Sul.

Outubro/2014. *Ranking* empresarial aponta Banrisul como a segunda maior companhia do RS.

Novembro/2014. Banrisul recebe Diploma de Mérito Social da Assembleia Legislativa do RS.

Dezembro/2014. Banrisul é um dos 200 maiores grupos do Brasil.

Dezembro/2014. Banrisul recebe o prêmio Pioneiras da Ecologia da Assembleia Legislativa do RS.

MARGEM ANALÍTICA

DESEMPENHO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados. A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate, deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros. Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A margem sobre ativos rentáveis apresentou redução no ano de 2014 em relação ao observado no ano de 2013. Os ativos médios rentáveis cresceram 11,0%, e os passivos onerosos, 13,8%, na comparação entre 2014 vs 2013. A margem absoluta do ano de 2014 apresentou expansão de 3,4% e a margem relativa retraiu 0,6 pp. frente à apurada no ano de 2013.

A trajetória da Taxa Selic, que foi ascendente em 2014, afetou os preços dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos. Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis apresentou crescimento de 0,5 pp. na comparação entre 2014 vs 2013, atingindo 52,2%. As operações de tesouraria reduziram a participação no total de ativos rentáveis, passando de 39,1% em 2013 para 34,3% em 2014. Os compulsórios aumentaram a representatividade no total de ativos rentáveis em 4,3 pp. alcançando 11,8% no ano de 2014.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo representou 47,1% dos passivos geradores de despesas em 2014 frente aos 47,7% do ano de 2013. Os depósitos de poupança aumentaram, nos doze meses, em 0,3 pp. a representatividade sobre os passivos onerosos, atingindo 16,5% em 2014. A captação no mercado aberto alcançou participação de 13,0% dos passivos onerosos em 2014, com crescimento de 0,4 pp. na comparação com o ano de 2013. Dentre os outros passivos onerosos, os recursos por aceite e emissão de títulos apresentaram crescimento de 3,0 pp., alcançando participação de 6,2% no ano de 2014.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram redução de 0,6 pp. no *spread*, que atingiu 6,6% no ano de 2014.

TABELA 9: MARGEM ANALÍTICA - R\$ MILHÕES

	2014			2013			2012		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	52.315,0	8.196,7	15,67%	47.137,1	6.572,5	13,94%	39.856,6	6.346,4	15,92%
Operações de Créditos	27.311,5	5.486,8	20,09%	24.373,7	4.807,8	19,73%	22.229,0	4.760,2	21,41%
Compromissos de Revendas	225,9	33,1	14,67%	2.401,2	201,5	8,39%	3.834,2	311,6	8,13%
TVM para Negociação	2.983,8	300,3	10,07%	3.326,3	256,1	7,70%	2.221,5	172,0	7,74%
TVM Disponíveis para Venda	842,3	84,8	10,07%	1.299,0	100,0	7,70%	1.187,5	91,9	7,74%
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos Mantidos até o Vencimento	13.915,3	1.651,2	11,87%	11.410,9	875,8	7,67%	6.582,4	704,4	10,70%
Depósitos Interbancários	133,6	9,9	7,45%	91,6	7,2	7,88%	105,8	8,0	7,60%
Outros Ativos Rentáveis	6.902,6	630,4	9,13%	4.234,4	324,1	7,66%	3.696,2	298,3	8,07%
Compulsórios	6.153,1	571,0	9,28%	3.525,7	266,2	7,55%	3.040,5	242,6	7,98%
Outros	749,5	59,4	7,93%	708,7	58,0	8,18%	655,7	55,7	8,50%
Ativos Não Rentáveis	5.370,3	-	-	4.036,9	-	-	2.692,7	-	-
Ativos Totais	57.685,3	8.196,7	14,21%	51.174,0	6.572,5	12,84%	42.549,3	6.346,4	14,92%
Passivos Onerosos	44.904,0	(4.406,8)	9,81%	39.475,4	(2.906,0)	7,36%	32.357,5	(2.615,8)	8,08%
Depósitos Interfinanceiros	434,4	(38,8)	8,93%	372,5	(23,6)	6,32%	195,9	(10,9)	5,57%
Poupança	7.411,7	(493,5)	6,66%	6.414,9	(374,1)	5,83%	5.467,6	(328,0)	6,00%
Depósitos a Prazo	21.161,1	(1.923,5)	9,09%	18.822,6	(1.320,0)	7,01%	15.719,9	(1.138,7)	7,24%
Captações no Mercado Aberto	5.857,1	(619,4)	10,58%	4.976,0	(419,5)	8,43%	1.886,7	(172,3)	9,13%
Dívida Subordinada	1.947,9	(513,9)	26,38%	1.790,3	(212,0)	11,84%	1.055,7	(340,0)	32,21%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.710,3	(371,3)	10,01%	3.044,4	(241,9)	7,95%	2.421,9	(173,7)	7,17%
No País	2.429,6	(102,6)	4,22%	1.931,8	(86,9)	4,50%	1.430,5	(74,3)	5,20%
Exterior	1.280,6	(268,8)	20,99%	1.112,6	(155,0)	13,93%	991,5	(99,3)	10,02%
Outros	4.381,5	(446,3)	10,19%	4.054,7	(314,9)	7,77%	5.609,8	(452,2)	8,06%
Passivos Não Onerosos	7.433,2	-	-	6.760,7	-	-	5.475,8	-	-
Patrimônio Líquido	5.348,1	-	-	4.937,9	-	-	4.716,1	-	-
Passivos e PL	57.685,3	(4.406,8)	7,64%	51.174,0	(2.906,0)	5,68%	42.549,3	(2.615,8)	6,15%
Spread			6,6%			7,2%			8,8%
Margem		3.789,8	7,2%		3.666,5	7,8%		3.730,6	9,4%

VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS

A tabela abaixo apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2014 vs 2013, (ii) 2013 vs 2012 e (iii) 2012 vs 2011.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos geradores de despesas no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação positiva das receitas geradas pelos ativos rentáveis no ano de 2014, em R\$1.624,1 milhões, está associada ao aumento das taxas médias, que motivou aumento das rendas em R\$910,9 milhões, principalmente nas receitas de tesouraria, e ao incremento do volume médio dos ativos rentáveis, que resultou em ganhos de R\$713,2 milhões, principalmente no crédito.

A ampliação das despesas geradas pelos passivos onerosos no ano de 2014 em relação ao ano de 2013, em R\$1.500,8 milhões, está vinculada, principalmente, à elevação das taxas médias, que motivou a ampliação das despesas em R\$1.067,2 milhões, especialmente dos depósitos a prazo e da dívida subordinada. O incremento do volume de captação de recursos resultou no aumento das despesas em R\$433,6 milhões.

O ganho gerado com o aumento do volume médio dos ativos rentáveis em valor mais expressivo que os ônus imputados aos passivos onerosos em R\$279,6 milhões absorveu o incremento das despesas geradas pela elevação das taxas médias dos passivos onerosos em volume mais expressivo que o ganho obtido pela variação das taxas médias dos ativos rentáveis em R\$156,3 milhões. O fluxo do ano de 2014 gerou ampliação da margem analítica em R\$123,3 milhões.

TABELA 10: VARIAÇÕES NAS RECEITAS E DESPESAS DE JUROS: VOLUMES E TAXAS - R\$ MILHÕES

	2014/2013			2013/2012			2012/2011		
	Aumento / Redução			Aumento / Redução			Aumento / Redução		
	Devido a Variação em:			Devido a Variação em:			Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	588,8	90,2	679,0	260,8	(213,2)	47,6	704,9	(378,1)	326,8
Compromissos de Revendas	(257,4)	89,0	(168,4)	(119,9)	9,9	(110,1)	34,4	(21,4)	13,1
Operações com Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	142,5	662,0	804,5	401,0	(137,4)	263,6	101,2	(70,1)	31,1
Depósitos Interbancários	3,1	(0,4)	2,7	(1,1)	0,3	(0,8)	(7,3)	1,1	(6,2)
Compulsórios	233,1	71,7	304,8	35,6	(12,0)	23,6	59,5	(21,2)	38,3
Outros	3,1	(1,7)	1,4	4,2	(1,9)	2,3	2,3	(5,8)	(3,4)
Total de Ativos Rentáveis	713,2	910,9	1.624,1	580,5	(354,4)	226,1	895,0	(495,4)	399,7
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	(4,4)	(10,8)	(15,2)	(11,0)	(1,7)	(12,6)	(9,5)	0,4	(9,1)
Depósitos de Poupança	(62,4)	(56,9)	(119,3)	(54,9)	8,9	(46,1)	(17,7)	55,1	37,4
Depósitos a Prazo	(178,4)	(425,2)	(603,5)	(216,2)	34,9	(181,3)	(304,4)	377,5	73,2
Captações no Mercado Aberto	(82,0)	(117,9)	(199,9)	(259,4)	12,1	(247,3)	(24,0)	68,3	44,2
Dívida Subordinada	(20,2)	(281,7)	(301,9)	(158,2)	286,2	128,0	(177,0)	(163,0)	(340,0)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(59,2)	(70,3)	(129,5)	(48,0)	(20,2)	(68,2)	(62,8)	146,4	83,5
Outros	(27,0)	(104,4)	(131,4)	120,1	17,2	137,3	(76,7)	150,4	73,7
Total de Passivos Onerosos	(433,6)	(1.067,2)	(1.500,8)	(627,7)	337,5	(290,2)	(672,2)	635,1	(37,1)

DESEMPENHO NO MERCADO ACIONÁRIO

A BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1 de Governança, Nível 2 de Governança e Novo Mercado, que se diferenciam pelo grau das exigências destas práticas. O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, reforçando e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2014, era de R\$4.000,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.043.374 ações ordinárias e 203.931.103 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 56,9% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2014, havia 55.864 acionistas com domicílio no Brasil (98,9% do total de acionistas e 60,6% do total das ações) e 607 acionistas residentes no exterior (1,1% dos acionistas e 39,4% das ações).

No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da BM&FBovespa. No final do mês de dezembro de 2014, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, listada na 79ª posição do *ranking* anual.

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. Em 2014, foram realizadas 259 reuniões, teleconferências e eventos no exterior, com a participação de 1.226 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiros.

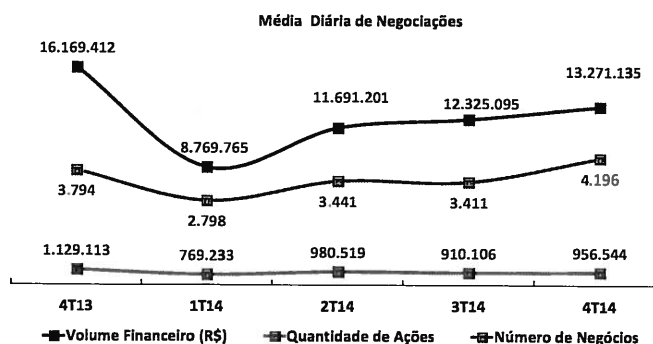
TABELA 11: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13
Reuniões	31	7	7	24	23
Teleconferências	35	39	37	30	34
Eventos no Exterior ⁽¹⁾	24	-	25	-	21
Reuniões APIMEC	-	3	-	-	3
Total	90	49	69	54	81

(1) 2013 Amsterdam, Chicago, Edimburgo, Haia, Londres, Nassau, Nova Iorque, Paris, Radnor, Rotterdam, Santiago do Chile, Washington, Wilmington. 2014 Boston, Chicago, Londres, Nova Iorque, Paris, Rotterdam, Washington, Wilmington, Zurique.

Em 2014, o volume financeiro médio negociado diariamente diminuiu 20,0% em relação ao apurado em 2013; no mesmo período, o número de negócios médio diário cresceu 16,0%. No último trimestre, o volume financeiro cresceu 7,7%, enquanto que o número de negócios cresceu 23,0%.

Gráfico 6: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2014, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$5.930,1 milhões, aumento de 15,1% na comparação com dezembro de 2013 e redução de 1,4% em relação a setembro de 2014. Estimativas de resultados do Banrisul, elaboradas de forma independente por corretoras e bancos de investimento, estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Em março de 2014, com a revisão do *rating* soberano do Brasil, foram alteradas as perspectivas de *rating* relativas às instituições financeiras brasileiras, tendo o risco do Banrisul sido alterado de “perspectiva estável” para “negativa”. Em agosto de 2014, foi emitida avaliação da agência Fitch Ratings, a qual reafirmou a perspectiva “positiva” e os *ratings* de longo prazo ‘AA-’ e de curto prazo ‘F1+’ em escala nacional do Banrisul, reforçando a solidez financeira da Instituição e o compromisso no aprimoramento da gestão e no alinhamento com as melhores práticas de Governança Corporativa. A S&P, em janeiro de 2015, reafirmou os *ratings* ‘BBB-’ na escala global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil para o Banco.

TABELA 12: CLASSIFICAÇÃO DE AGÊNCIAS DE RATING

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb+	BB+	B	BB+	B	AA-	F1+
Moody's Investors Service						
Força Financeira	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
D+	Baa3	P-3	Baa3	P-3	Aaa.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bbb+	BBB-	-	BBB-	-	brAAA	
Austin Rating						
Escala Nacional						
Curto Prazo			Longo Prazo			
A-1			AA-			
Risk Bank						
9,49						

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

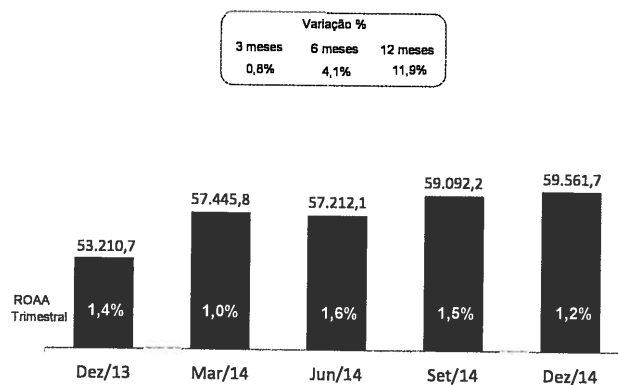
ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais somaram R\$59.561,7 milhões em dezembro de 2014, estando compostos por (i) 51,2% de operações de crédito, (ii) 31,8% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 11,0% de relações interfinanceiras e interdependências, e (iv) 6,0% de outros ativos. Em relação à tempestividade dos ativos, classificavam-se, em sua maioria, no longo prazo. A composição de ativos, com vencimento até 360 dias, está concentrada nas operações de crédito e arrendamento mercantil, nas relações interfinanceiras e interdependências e nos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez, representando, respectivamente, 44,2%, 21,3% e 18,0% do saldo das aplicações em curto prazo. No que se refere aos ativos com vencimento acima de 360 dias, destaca-se a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil e dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, compondo, respectivamente, 47,1% e 43,7% dos ativos de longo prazo.

O acréscimo de 11,9% ou R\$6.351,0 milhões no saldo dos ativos em relação a dezembro de 2013 proveio, especialmente, da expansão na captação de depósitos, em R\$3.490,8 milhões, do crescimento dos fundos financeiros e de desenvolvimento, em R\$713,7 milhões, e da elevação das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$692,1 milhões. Os recursos captados foram direcionados para operações de crédito, que apresentaram incremento de R\$3.834,9 milhões, e para relações interfinanceiras, que aumentaram R\$1.726,3 milhões, face ao aumento de depósitos compulsórios no Banco Central.

Na comparação com setembro de 2014, os ativos apresentaram relativa estabilidade, com aumento de 0,8% ou R\$469,5 milhões. O movimento teve como origem o incremento dos depósitos, em R\$1.215,3 milhões, o aumento dos fundos financeiros e de desenvolvimento, em R\$466,4 milhões, e o crescimento das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$316,0 milhões, movimento em parte compensado pela redução da captação no mercado aberto em R\$1.497,0 milhões. Em relação à alocação dos ativos, as operações de crédito apresentaram crescimento de R\$536,2 milhões e a tesouraria apresentou elevação de R\$382,5 milhões no período, movimentos parcialmente compensados pela redução das relações interfinanceiras em R\$557,9 milhões.

Gráfico 7: Ativo Total - R\$ Milhões



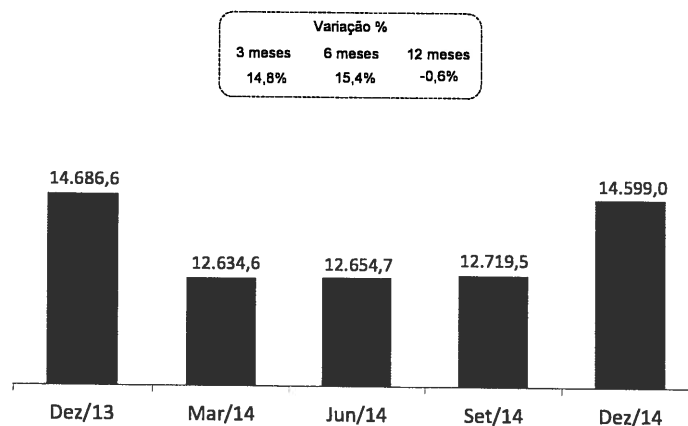
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez e deduzidas das obrigações por operações compromissadas, totalizaram R\$14.599,0 milhões em dezembro de 2014, apresentando relativa estabilidade na comparação com dezembro de 2013, retração de 0,6% ou R\$87,6 milhões, e aumento de 14,8% ou R\$1.879,5 milhões em relação a setembro de 2014.

Em relação à composição das aplicações em tesouraria, 80,7% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$15.261,0 milhões, 12,8% de títulos mantidos para negociação, no montante de R\$2.426,5 milhões, 3,3% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$615,2 milhões, 3,1% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$585,9 milhões, e 0,2% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$28,7 milhões, totalizando R\$18.917,3 milhões em ativos de tesouraria.

Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos, que, somados, representam 89,8% das aplicações em tesouraria.

Gráfico 8: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾ - R\$ Milhões



(1) Deduzidos de obrigações compromissadas.

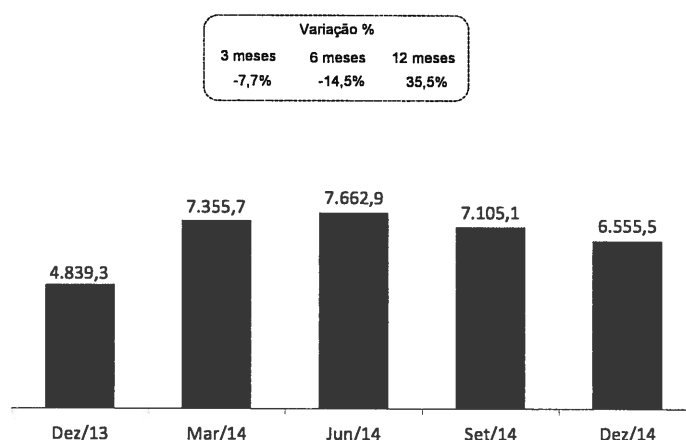
Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$6.555,5 milhões em dezembro de 2014, com incremento de 35,5% ou R\$1.716,2 milhões em relação a dezembro de 2013 e redução de 7,7% ou R\$549,6 milhões na comparação com setembro de 2014.

O saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou aumento, influenciado pela trajetória dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, com incremento de R\$1.713,8 milhões nos doze meses, refletindo o nível de patrimônio de referência alcançado pelo Banco, que implicou na perda de redutor aplicado à base de cálculo do recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo.

No último trimestre, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou queda influenciada pela redução dos créditos vinculados aos depósitos compulsórios no Banco Central, em R\$361,2 milhões, movimento que pode ser explicado por alterações nas regras de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório, que permitiu deduzir, do valor a recolher, alguns tipos de operações de crédito e a aquisição de letras financeiras, conforme regulamentam as Circulares nº 3.712, nº 3.715 e nº 3.723 do Banco Central do Brasil.

Gráfico 9: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



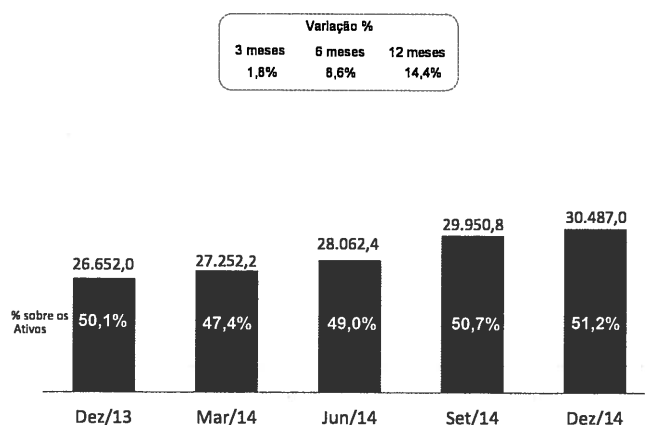
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$30.487,0 milhões em dezembro de 2014, saldo 14,4% ou R\$3.834,9 milhões acima do alcançado em dezembro de 2013 e aumento de 1,8% ou R\$536,2 milhões em relação a setembro de 2014.

Nos doze meses, a ampliação da carteira de crédito proveio, especialmente, do aumento da carteira comercial, do financiamento imobiliário e dos créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, estes últimos, motivados pela aquisição de carteiras de crédito com coobrigação, de bancos elegíveis no âmbito da Circular nº 3.712 do Banco Central, de julho/2014, política adotada para minimizar o efeito da redução de remuneração sobre recolhimentos compulsórios.

Nos últimos três meses, a ampliação dos ativos de crédito decorreu, principalmente, do crédito comercial pessoa jurídica e do financiamento de longo prazo. O saldo da carteira de crédito ampliada, que inclui coobrigações e riscos em garantias prestadas, apresentou crescimento de 14,6% ou R\$4.052,7 milhões em relação a dezembro de 2013 e de 2,0% ou R\$623,5 milhões na comparação com setembro de 2014.

Gráfico 10: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito ao segmento empresarial totalizaram R\$14.589,1 milhões em dezembro de 2014, compondo 47,9% da carteira total de crédito. Do montante de crédito aplicado na pessoa jurídica, 57,2% estão alocados em crédito às micro, pequenas e médias empresas.

Na comparação com dezembro de 2013, o saldo de crédito às micro, pequenas e médias empresas apresentou incremento de R\$893,5 milhões, influenciado, especialmente, pelo crescimento do saldo das médias empresas, e o saldo às grandes empresas registrou elevação de R\$825,8 milhões no período.

Em relação a setembro de 2014, observou-se expansão de R\$522,2 milhões no crédito aplicado nas micro, pequenas e médias empresas, em especial, nas empresas de médio porte.

TABELA 13: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO PESSOA JURÍDICA POR PORTE DE EMPRESA - R\$ MILHÕES

Porte	Dez 2014			Set 2014			Dez 2013			Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total		
Grandes Empresas	6.243,2	42,8%	20,5%	6.296,5	44,6%	21,0%	5.417,4	42,1%	20,3%	-0,8%	15,2%
Total Média/Pequena/Micro	8.345,9	57,2%	27,4%	7.823,7	55,4%	26,1%	7.452,4	57,9%	28,0%	6,7%	12,0%
Médias Empresas	6.182,0	42,4%	20,3%	5.740,3	40,7%	19,2%	5.214,1	40,5%	19,6%	7,7%	18,6%
Pequenas Empresas	1.722,9	11,8%	5,7%	1.599,5	11,3%	5,3%	1.276,4	9,9%	4,8%	7,7%	35,0%
Microempresas	441,0	3,0%	1,4%	483,9	3,4%	1,6%	961,9	7,5%	3,6%	-8,9%	-54,2%
Total PJ	14.589,1	100,0%	47,9%	14.120,3	100,0%	47,1%	12.869,8	100,0%	48,3%	3,3%	13,4%

O critério utilizado foi: Faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$300 mil, Médias até R\$25 milhões. Para Grandes empresas: faturamento médio mensal acima de R\$25 milhões ou Ativo Total acima de R\$240 milhões.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na formação da carteira de crédito por atividade, o setor privado atingiu 99,7% dos ativos de crédito em dezembro de 2014. A carteira de crédito por setor de atividade é composta, especialmente, por pessoa física, 38,4% do total, e por indústria, 17,8% dos ativos de crédito do Banco segmentados por atividade.

Em relação a dezembro de 2013, destaca-se a ampliação das operações de crédito à pessoa física e aos setores da habitação, da indústria e rural.

No último trimestre, o crescimento do crédito proveio, especialmente, do setor de serviços e outros e da indústria. No mesmo período, o crédito à pessoa física apresentou redução.

TABELA 14: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE - R\$ MILHÕES

	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Setor Privado	30.394,7	29.856,8	27.966,6	27.157,0	26.550,2	1,8%	14,5%
Rural	2.749,6	2.739,7	2.531,6	2.353,8	2.196,2	0,4%	25,2%
Indústria	5.433,9	5.240,2	4.862,1	4.724,4	4.867,0	3,7%	11,6%
Comércio	3.336,5	3.229,6	3.143,3	3.078,4	2.901,6	3,3%	15,0%
Serviços e Outros	3.885,8	3.602,1	3.490,9	3.454,3	3.512,4	7,9%	10,6%
Pessoa Física	11.708,7	11.924,5	10.976,6	10.732,6	10.362,2	-1,8%	13,0%
Habitação	3.280,2	3.120,7	2.962,1	2.813,5	2.710,9	5,1%	21,0%
Setor Público	92,3	94,0	95,9	95,2	101,8	-1,8%	-9,3%
Total	30.487,0	29.950,8	28.062,4	27.252,2	26.652,0	1,8%	14,4%

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas em cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio, e representavam 70,0% do total da carteira de crédito em dezembro de 2014. As carteiras de financiamento de longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam com 30,0% do valor aplicado em dezembro de 2014.

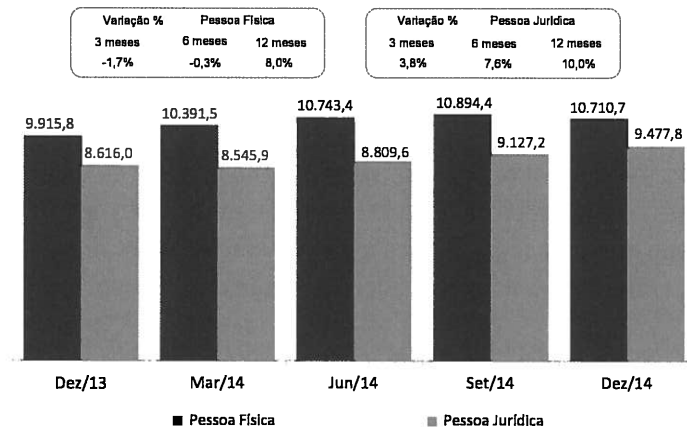
TABELA 15: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO POR CARTEIRA

Operações de Crédito	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Sector Privado	30.394,7	29.856,8	27.966,6	27.157,0	26.550,2	1,8%	14,5%
Câmbio	738,7	755,5	730,3	683,7	713,3	-2,2%	3,6%
Comercial	20.188,5	20.021,5	19.553,0	18.937,3	18.531,8	0,8%	8,9%
Pessoa Física	10.710,7	10.894,4	10.743,4	10.391,5	9.915,8	-1,7%	8,0%
Cartão de Crédito	99,9	102,1	97,7	95,1	81,2	-2,1%	23,1%
Empréstimos e Títulos Descontados - PF	10.376,0	10.579,0	10.440,9	10.093,5	9.625,3	-1,9%	7,8%
Financiamento Direto ao Consumidor - PF	234,8	213,3	204,8	202,9	209,3	10,1%	12,2%
Pessoa Jurídica	9.477,8	9.127,2	8.809,6	8.545,9	8.616,0	3,8%	10,0%
Créditos no Exterior	198,7	161,0	155,9	158,9	170,3	23,4%	16,7%
Empréstimos e Títulos Descontados - PJ	9.014,9	8.731,9	8.436,6	8.171,0	8.242,3	3,2%	9,4%
Financiamento Direto ao Consumidor - PJ	264,2	234,3	217,2	216,0	203,5	12,8%	29,8%
Financiamento de Longo Prazo	2.371,7	2.123,5	1.889,8	1.958,5	1.871,6	11,7%	26,7%
Imobiliário	3.280,2	3.120,7	2.962,1	2.813,5	2.710,9	5,1%	21,0%
Leasing	73,0	71,3	72,2	75,5	72,7	2,4%	0,4%
Rural ⁽¹⁾	2.749,6	2.739,7	2.531,6	2.353,8	2.209,5	0,4%	24,4%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	993,0	1.024,5	227,7	334,7	440,5	-3,1%	125,4%
Sector Público	92,3	94,0	95,9	95,2	101,8	-1,8%	-9,3%
Total Oper. com Caract. Concessão de Crédito	30.487,0	29.950,8	28.062,4	27.252,2	26.652,0	1,8%	14,4%
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas	1.328,7	1.241,4	1.247,3	1.135,1	1.110,9	7,0%	19,6%
Total	31.815,7	31.192,2	29.309,8	28.387,3	27.763,0	2,0%	14,6%

(1) Inclui créditos de securitização.

A carteira comercial totalizou R\$20.188,5 milhões em dezembro de 2014, compondo 66,2% do saldo total de operações de crédito do Banco e responsável por 43,2% do incremento total dos ativos de crédito nos doze meses e 31,1% nos últimos três meses.

Gráfico 11: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



Em relação à composição do crédito comercial, o segmento pessoa física correspondeu a 53,1% do saldo da carteira comercial e 35,1% do total das operações de crédito do Banco em dezembro de 2014. O segmento empresarial representou, no mesmo período, 46,9% do saldo do crédito comercial e 31,1% do montante total de crédito.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$3.280,2 milhões em dezembro de 2014, com acréscimo de 21,0% ou R\$569,3 milhões em doze meses e incremento de 5,1% ou R\$159,5 milhões em três meses. O crédito imobiliário representava 10,8% dos ativos de crédito do Banco em dezembro de 2014. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$66,5 milhões referente à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação.

O saldo do crédito rural totalizou R\$2.749,6 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 24,4% ou R\$540,1 milhões na comparação com dezembro de 2013 e relativa estabilidade em relação a setembro de 2014, crescimento de 0,4% ou R\$9,9 milhões. O crédito rural representava 9,0% da carteira de crédito do

Banco em dezembro de 2014. O desempenho do crédito rural foi favorecido pela participação do Banco em diversas feiras durante o ano de 2014.

Os financiamentos de longo prazo alcançaram R\$2.371,7 milhões em dezembro de 2014, com incremento de 26,7% ou R\$500,2 milhões em doze meses e crescimento de 11,7% ou R\$248,2 milhões nos últimos três meses. Nos doze meses, o incremento dessa carteira decorreu, especialmente, dos financiamentos com repasses de recursos. Nos últimos três meses, a ampliação da carteira proveio do incremento nos financiamentos com repasses de recursos e do aumento no saldo das linhas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), com recursos próprios do Banco, oriundos do cumprimento da exigibilidade do recolhimento compulsório ao Banco Central.

A carteira de câmbio registrou R\$738,7 milhões em dezembro de 2014, com ampliação de 3,6% ou R\$25,4 milhões em relação a dezembro de 2013 e redução de 2,2% ou R\$16,8 milhões na comparação com setembro de 2014.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu saldo de R\$10.710,7 milhões em dezembro de 2014, com incremento de 8,0% ou R\$794,9 milhões em relação a dezembro de 2013 e redução de 1,7% ou R\$183,7 milhões na comparação com setembro de 2014.

A ampliação do crédito comercial à pessoa física na comparação com dezembro de 2013 proveio, especialmente, da elevação do saldo da carteira de crédito consignado, que representou 72,4% do crescimento dessa carteira no período. Nos últimos três meses, a redução da carteira comercial pessoa física decorreu da trajetória descendente do crédito pessoal não consignado e do cheque especial.

O crédito consignado totalizou R\$7.936,8 milhões em dezembro de 2014, perfazendo 74,1% da carteira comercial pessoa física e 39,3% do crédito comercial, com incremento de 7,8% ou R\$575,2 milhões em doze meses e relativa estabilidade nos últimos três meses, com redução de 0,2% ou R\$16,1 milhões no período. Dentre as linhas de crédito consignado, R\$4.694,4 milhões corresponde ao saldo gerado na rede Banrisul, cujo incremento foi de 7,7% ou R\$337,1 milhões em doze meses e 1,2% ou R\$57,8 milhões no último trimestre. O saldo de crédito originado pelos correspondentes, representando 38,3% do crédito consignado do Banco, alcançou R\$3.042,1 milhões em dezembro de 2014, com expansão de 24,2% ou R\$592,8 milhões em doze meses e relativa estabilidade nos últimos três meses, com aumento de 0,7% ou R\$20,0 milhões no período. O restante, R\$200,3 milhões, corresponde a carteiras adquiridas com coobrigação.

O crédito consignado somado às transferências de ativos, R\$993,0 milhões, contabilizadas conforme Carta Circular nº 3.543 de 26/03/12 do Banco Central do Brasil em créditos vinculados a operações adquiridas em cessão, alcançou R\$8.929,7 milhões em dezembro de 2014. Desse montante, o crédito adquirido com coobrigação alcançou R\$1.193,2 milhões em dezembro de 2014, com incremento de R\$197,7 milhões nos doze meses, face à aquisição de carteiras de crédito consignado motivada por mudanças nas regras de recolhimento compulsório.

O crédito comercial pessoa jurídica atingiu R\$9.477,8 milhões em dezembro de 2014, com evolução de 10,0% ou R\$861,8 milhões em relação a dezembro de 2013 e aumento de 3,8% ou R\$350,7 milhões na comparação com setembro de 2014. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, 74,6% do crédito comercial à pessoa jurídica e 35,0% do total do crédito comercial.

A trajetória do crédito comercial à pessoa jurídica foi influenciada, especialmente, pelo incremento das linhas de capital de giro e conta garantida, responsáveis, respectivamente, por 62,3% e 19,0% do crescimento da carteira comercial ao segmento empresarial nos doze meses. Na comparação com setembro de 2014, a variação positiva do crédito comercial à pessoa jurídica foi influenciada pelo aumento nas linhas de capital de giro em R\$329,7 milhões.

TABELA 16: COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO COMERCIAL PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Pessoa Física	10.710,7	10.894,4	10.743,4	10.391,5	9.915,8	-1,7%	8,0%
Crédito Pessoal - Consignado	7.861,4	7.885,3	7.830,1	7.576,8	7.268,6	-0,3%	8,2%
Aquisição Bens - Consignado	75,4	67,6	73,5	82,9	93,0	11,6%	-18,9%
Aquisição Bens - Outros Bens	5,0	4,5	3,6	3,2	3,2	11,1%	55,6%
Aquisição Bens - Veículos	73,5	68,3	69,9	72,9	79,2	7,6%	-7,2%
Cheque Especial	536,2	604,1	617,4	619,7	546,3	-11,2%	-1,8%
Crédito 1 Minuto	399,2	404,3	395,4	380,1	359,0	-1,3%	11,2%
Crédito Pessoal Automático	255,3	267,9	272,6	275,2	274,4	-4,7%	-7,0%
Crédito Pessoal - Não Consignado	577,7	680,6	612,9	563,4	499,1	-15,1%	15,8%
Cartão de Crédito	99,9	102,1	97,7	95,1	81,2	-2,1%	23,1%
Outros - PF	827,0	809,7	770,3	722,3	711,7	2,1%	16,2%
Pessoa Jurídica	9.477,8	9.127,2	8.809,6	8.545,9	8.616,0	3,8%	10,0%
Aquisição Bens - Outros Bens	32,4	34,5	32,5	30,7	31,4	-5,9%	3,4%
Aquisição Bens - Veículos	49,8	45,9	44,2	42,2	43,6	8,4%	14,3%
Capital de Giro - CEB	5.567,4	5.343,7	5.045,7	4.849,8	4.992,3	4,2%	11,5%
Capital de Giro - CGB	1.501,2	1.395,3	1.467,2	1.495,6	1.539,6	7,6%	-2,5%
CDCI	15,9	16,0	16,2	19,1	17,9	-0,1%	-10,7%
Compror	160,8	134,5	121,8	121,9	112,8	19,6%	42,6%
Conta Devedora Caução - CCC	305,6	269,7	260,5	252,2	241,7	13,3%	26,4%
Conta Garantida	733,7	750,5	750,2	682,8	570,4	-2,2%	28,6%
Desconto de Recebíveis	368,0	358,1	330,3	319,5	315,9	2,8%	16,5%
Vendor	88,7	107,2	91,2	96,3	83,0	-17,2%	6,8%
Crédito no Exterior	198,7	161,0	155,9	158,9	170,3	23,4%	16,7%
Outros - PJ	455,4	510,8	494,0	477,0	497,2	-10,9%	-8,4%
Total	20.188,5	20.021,5	19.553,0	18.937,3	18.531,8	0,8%	8,9%

Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

No ano de 2014, a concessão de ativos de crédito totalizou R\$47.141,0 milhões, com crescimento de 14,7% ou R\$6.059,3 milhões frente ao volume concedido no ano de 2013. No 4T14, a concessão de crédito alcançou R\$12.622,1 milhões, com incremento de 12,3% ou R\$1.381,6 milhões na comparação com o 4T13 e relativa estabilidade frente ao 3T14, aumento de 0,1% ou R\$18,2 milhões.

O crédito comercial, com participação de 80,3% no incremento das concessões de crédito do período, apresentou acréscimo de 13,6% ou R\$4.867,3 milhões nos doze meses de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciado, especialmente, pela evolução dos produtos capital de giro, crédito pessoal e conta garantida. As linhas do crédito rural apresentaram ampliação expressiva no período, com crescimento de R\$1.065,7 milhões.

Na comparação entre 4T14 vs 4T13, o incremento no volume concedido proveio da carteira comercial, com incremento de 14,2% ou R\$1.371,6 milhões no período, especialmente nas linhas de capital de giro, crédito pessoal e conta garantida, do financiamento rural, com aumento de 26,5% ou R\$138,6 milhões, fluxo, em parte, compensado pela redução nas linhas de câmbio, em 28,1% ou R\$96,8 milhões.

No que se refere ao comparativo 4T14 vs 3T14, a trajetória da concessão de crédito proveio do incremento da carteira comercial em R\$200,1 milhões, especialmente nas linhas de capital de giro, e do aumento dos volumes concedidos em financiamentos de longo prazo em R\$94,3 milhões, fluxo parcialmente compensado pela redução das linhas de crédito de câmbio, em R\$163,7 milhões, do financiamento rural, em R\$82,9 milhões, e do financiamento imobiliário em R\$32,4 milhões.

TABELA 17: COMPOSIÇÃO DOS VOLUMES CONCEDIDOS DE CRÉDITO POR LINHAS DE FINANCIAMENTO - R\$ MILHÕES

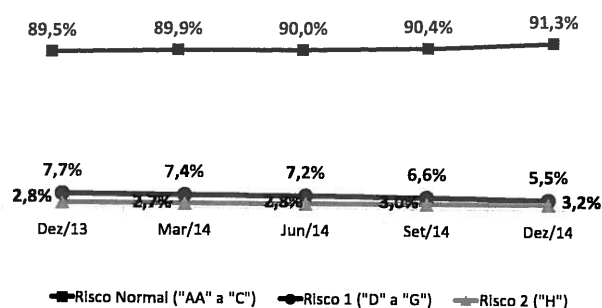
Operações de Crédito	2014	2013 ⁽¹⁾	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13 ⁽¹⁾	4T14/ 3T14	2014/ 2013
Câmbio	1.357,6	1.364,5	247,1	410,8	400,3	299,5	343,9	-39,8%	-0,5%
Comercial	40.691,0	35.823,6	11.025,8	10.825,7	9.777,0	9.062,4	9.654,2	1,8%	13,6%
Cheque Especial	9.341,0	9.135,6	2.459,5	2.353,6	2.310,4	2.217,5	2.380,7	4,5%	2,2%
Crédito Pessoal	8.497,3	7.229,0	2.133,5	2.600,1	1.825,3	1.938,4	1.813,8	-17,9%	17,5%
Conta Garantida	9.399,8	8.446,4	2.479,9	2.367,4	2.358,2	2.194,3	2.227,5	4,8%	11,3%
Capital de Giro	7.887,6	6.324,7	2.395,8	2.082,0	1.849,6	1.560,2	2.005,0	15,1%	24,7%
Desconto de Recebíveis	2.394,3	2.451,7	645,9	622,0	608,3	518,1	575,2	3,8%	-2,3%
Outros	3.170,9	2.236,3	911,2	800,6	825,2	633,9	652,0	13,8%	41,8%
Financiamento a Longo Prazo	1.417,0	1.231,7	425,3	331,0	299,9	360,7	412,5	28,5%	15,0%
Financiamento Imobiliário	998,0	1.046,3	253,6	286,0	275,8	182,6	300,6	-11,3%	-4,6%
Leasing	23,4	27,2	8,0	5,3	4,1	6,1	5,8	52,7%	-13,8%
Financiamento Rural	2.654,0	1.588,3	662,3	745,1	831,8	414,8	523,7	-11,1%	67,1%
Total	47.141,0	41.081,7	12.622,1	12.603,9	11.588,9	10.326,1	11.240,6	0,1%	14,7%

(1) Reapresentado.

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam 91,3% da carteira de crédito em dezembro de 2014. O indicador apresentou melhora de 1,8 pp. frente ao obtido em dezembro de 2013 e de 0,9 pp. em relação a setembro de 2014.

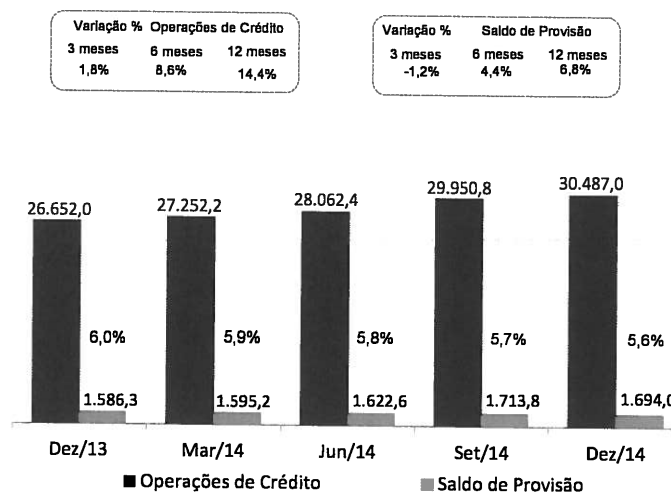
Gráfico 12: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)



Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito somaram R\$1.694,0 milhões em dezembro de 2014, representando 5,6% da carteira de crédito. O indicador reduziu 0,4 pp. frente ao índice de dezembro de 2013 e 0,1 pp. em relação a setembro de 2014. A variação no saldo de provisões para operações de crédito nos períodos comentados reflete a ampliação da carteira de crédito e dos créditos classificados no risco normal.

Gráfico 13: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2014, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- (i) R\$829,6 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- (ii) R\$771,6 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;
- (iii) R\$92,8 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

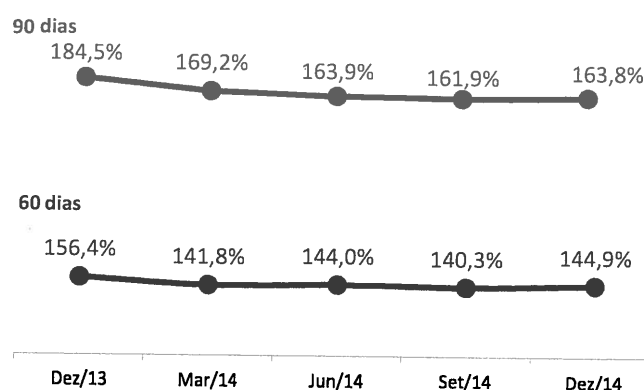
TABELA 18: SALDO DAS PROVISÕES PARA PERDAS - R\$ MILHÕES

Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima		Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
						Vencidos	A Vencer			
AA	0,00%	5.460,6	17,91%	0	5.460,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%
A	0,50%	14.159,1	64,35%	0	14.159,1	0,0	70,8	14,2	85,0	0,60%
B	1,00%	6.428,3	85,44%	0	6.428,3	0,0	64,3	12,9	77,1	1,20%
C	3,00%	1.791,7	91,32%	29,9	1.761,8	0,9	52,9	26,9	80,6	4,50%
D	10,00%	821,4	94,01%	111,8	709,6	11,2	71,0	16,4	98,6	12,00%
E	30,00%	435,1	95,44%	168,2	266,9	50,5	80,1	8,7	139,2	32,00%
F	50,00%	327,5	96,51%	146,7	180,8	73,3	90,4	11,0	174,8	53,37%
G	70,00%	90,8	96,81%	62,8	28,0	44,0	19,6	2,7	66,3	73,00%
H	100,00%	972,4	100,00%	649,7	322,7	649,7	322,7	0,0	972,4	100,00%
Total		30.487,0		1.169,1	29.317,8	829,6	771,6	92,8	1.694,0	5,56%

ÍNDICE DE COBERTURA

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Gráfico 14: Índice de Cobertura

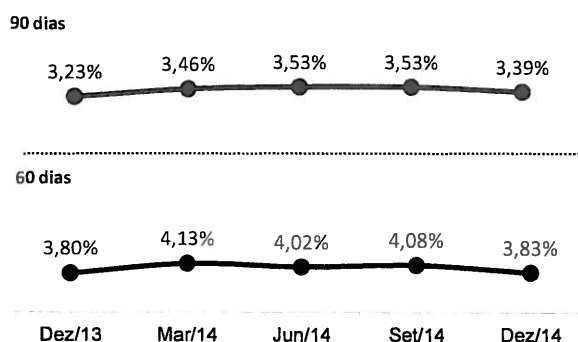


Em dezembro de 2014, o índice de cobertura das operações em atraso acima de 60 dias atingiu 144,9%, indicador abaixo daquele registrado em dezembro de 2013 e acima do registrado em setembro de 2014. Considerando o índice de 90 dias, a cobertura das provisões em relação às operações atrasadas alcançou 163,8%, menor que o índice de dezembro de 2013 e maior que o indicador de setembro de 2014. Os indicadores refletem a ampliação da carteira de crédito de risco normal, o que requer menor provisionamento em relação à carteira total. Os indicadores seriam 154,2% e 175,4%, respectivamente, de 60 e 90 dias, caso não tivessem sido impactados pelas operações com o Banco Cruzeiro do Sul.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

Gráfico 15: Índice de Inadimplência



A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul atingiu 3,83% das operações de crédito em dezembro de 2014, com aumento de 0,03 pp. frente ao indicador de dezembro de 2013 e redução de 0,25 pp. frente ao indicador de setembro de 2014. O montante de operações de crédito em atraso superior a 60 dias totalizou R\$1.169,1 milhões em dezembro de 2014, crescimento de 15,2% frente ao saldo de dezembro de 2013 e redução de 4,3% em relação a setembro de 2014.

A inadimplência acima de 90 dias alcançou 3,39% em dezembro de 2014, 0,16 pp. acima do indicador de dezembro de 2013 e 0,14 pp. abaixo do índice de setembro de 2014. O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somou R\$1.034,4 milhões, com crescimento de 20,3% em relação a dezembro de 2013 e queda de 2,3% na comparação com setembro de 2014.

O montante referente às parcelas vencidas das operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial, representava, em dezembro de 2014, 6,1% do saldo de operações vencidas há mais de 60 dias e 6,6% do valor vencido há mais de 90 dias do Banrisul. Os índices de inadimplência de 60 dias e de 90 dias do Banrisul alcançariam, respectivamente, 3,60% e 3,17%, caso não fossem considerados os atrasos específicos dessa operação.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados, constituídos por depósitos, recursos em letras e dívida subordinada, alcançaram R\$39.195,8 milhões em dezembro de 2014, com incremento de 11,9% ou R\$4.183,8 milhões nos doze meses e expansão de 4,0% ou R\$1.497,4 milhões em três meses. A trajetória do saldo de recursos captados nos doze meses foi influenciada, especialmente, pela expansão dos depósitos, que representaram 83,4% do incremento dos recursos captados no período.

TABELA 19: COMPOSIÇÃO DE RECURSOS CAPTADOS POR PRODUTO - R\$ MILHÕES

	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Depósitos Totais	34.135,4	32.920,1	31.956,5	30.770,3	30.644,6	3,7%	11,4%
Depósitos a Prazo	22.522,8	21.925,0	20.879,1	20.383,7	19.904,0	2,7%	13,2%
Depósitos à Vista	3.280,8	2.961,2	3.277,5	2.788,8	3.397,8	10,8%	-3,4%
Depósitos de Poupança	7.762,0	7.583,3	7.376,3	7.211,8	6.991,0	2,4%	11,0%
Outros Depósitos	569,9	450,5	423,6	386,1	351,8	26,4%	62,0%
Recursos em Letras ⁽¹⁾	2.837,8	2.794,6	2.729,9	2.732,9	2.505,9	1,5%	13,2%
Dívida Subordinada	2.222,5	1.983,7	1.848,4	1.848,3	1.861,5	12,0%	19,4%
Total	39.195,8	37.698,4	36.534,8	35.351,5	35.012,0	4,0%	11,9%
Recursos Administrados	8.869,2	8.698,6	8.087,3	7.683,8	7.408,2	2,0%	19,7%
Total Recursos Captados e Administrados	48.064,9	46.397,0	44.622,1	43.035,3	42.420,2	3,6%	13,3%

(1) Letras Financeiras e Imobiliárias.

Depósitos Totais

Os depósitos totais somaram R\$34.135,4 milhões em dezembro de 2014, posição 11,4% ou R\$3.490,8 milhões acima do saldo de dezembro de 2013 e 3,7% ou R\$1.215,3 milhões acima do saldo de setembro de 2014. Nos doze meses, a expansão dos depósitos foi influenciada especialmente pelo crescimento dos depósitos a prazo. Nos últimos três meses, o incremento dos depósitos foi motivado, principalmente, pelo crescimento dos depósitos a prazo e dos depósitos à vista.

Depósitos à Vista - Os depósitos à vista alcançaram R\$3.280,8 milhões em dezembro de 2014, com redução de 3,4% ou R\$117,0 milhões nos doze meses e crescimento de 10,8% ou R\$319,5 milhões nos três meses. A trajetória ascendente dos depósitos à vista no último trimestre foi influenciada pela sazonal ampliação da renda ao final do ano, refletindo no aumento dos recursos em conta corrente.

Depósitos de Poupança - Os depósitos de poupança somaram R\$7.762,0 milhões em dezembro de 2014, com crescimento de 11,0% ou R\$771,1 milhões em relação a dezembro de 2013 e aumento de 2,4% ou R\$178,7 milhões frente ao saldo de setembro de 2014. O movimento acompanha a preferência dos poupadores pelo produto.

Depósitos a Prazo - Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco. Em dezembro de 2014, o montante captado em depósitos a prazo alcançou R\$22.522,8 milhões, com incremento de 13,2% ou R\$2.618,7 milhões em relação a dezembro de 2013 e 2,7% ou R\$597,8 milhões na comparação com setembro de 2014.

Dívida Subordinada

As dívidas subordinadas totalizaram R\$2.222,5 milhões em dezembro de 2014, com crescimento de 19,4% ou R\$361,0 milhões nos doze meses e elevação de 12,0% ou R\$238,8 milhões nos três meses.

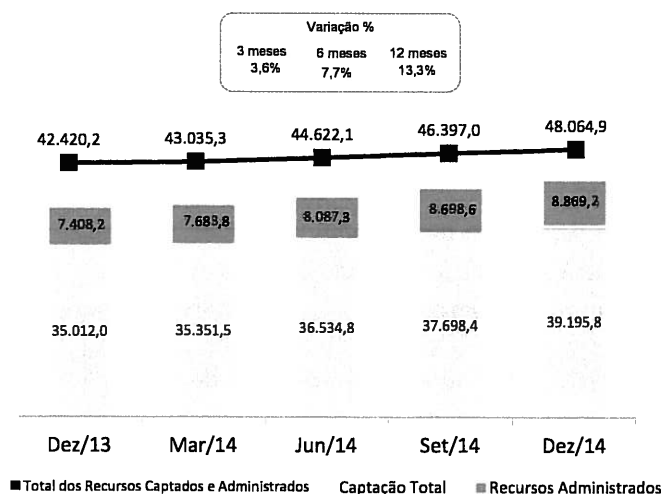
Recursos em Letras

O saldo de letras financeiras e imobiliárias alcançou R\$2.837,8 milhões em dezembro de 2014, com crescimento de 13,2% ou R\$331,9 milhões nos doze meses e aumento de 1,5% ou R\$43,2 milhões nos últimos três meses.

RECURSOS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$8.869,2 milhões em dezembro de 2014, com aumento de 19,7% ou R\$1.461,0 milhões na comparação dezembro de 2013 e elevação de 2,0% ou R\$170,6 milhões na comparação com setembro de 2014.

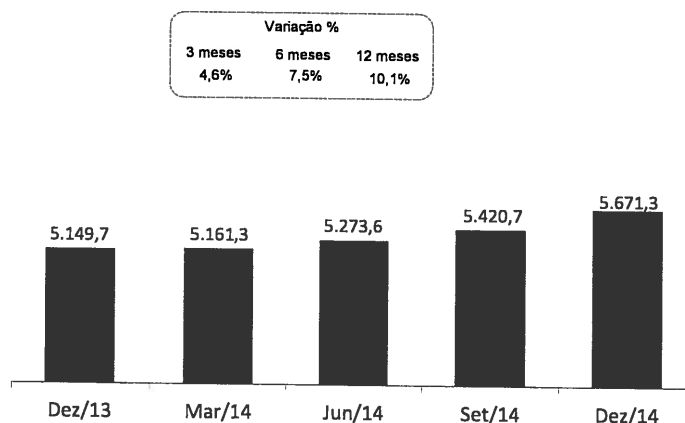
Gráfico 16: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$5.671,3 milhões ao final de dezembro de 2014, com expansão de 10,1% ou R\$521,7 milhões na comparação com dezembro de 2013 e aumento de 4,6% ou R\$250,6 milhões em relação a setembro de 2014. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, e ao remensuramento do passivo atuarial por atualização das premissas dos planos de benefícios pós-emprego, ajustado pelo efeito tributário.

Gráfico 17: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



ÍNDICE DE BASILEIA

O Patrimônio de Referência apresentou crescimento anual de 4,7%, totalizando R\$7.062,3 milhões, reflexo do incremento de 9,6% no Nível I pela apropriação do lucro no período. Já o Nível II apresentou retração de 11,1%, encerrando com saldo de R\$1.421,3 milhões, em decorrência da aplicação do cronograma de ajustes prudenciais, que reduziu em 20% o montante da dívida subordinada, ante a redução de 10% em 2013, ambos aplicados sobre o valor contábil de dezembro de 2012. Já no último trimestre verificou-se incremento de 3,7% no Patrimônio de Referência, equivalente à R\$249,7 milhões, pelo crescimento de 4,6% no Nível I. O Nível II manteve-se constante no último trimestre de 2014.

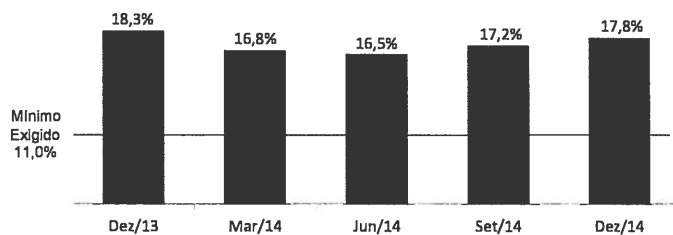
O total dos Ativos Ponderados pelo Risco encerrou o ano de 2014 com aumento de R\$2.953,3 milhões, ou 8,0%, em relação ao ano de 2013. O principal fator desse aumento foi o incremento de R\$2.804,7 milhões de requerimento de capital da parcela das exposições sujeitas ao Risco de Crédito (RWA_{CPAD}), decorrente, principalmente, do acréscimo de exposições em direitos de crédito da Instituição e de aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários. No mesmo período, o RWA_{MPAD} (Risco de Mercado) permaneceu praticamente estável, com queda de 2,8%. O Risco Operacional (RWA_{OPAD}) apresentou aumento de 3,5% em decorrência da incorporação do resultado do período. Nos últimos três meses, o total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA_{TOTAL}) apresentou incremento de R\$87,1 milhões, ocasionado principalmente pelo aumento de R\$125,8 milhões do RWA_{CPAD} (Risco de Crédito). O RWA_{MPAD} (Risco de Mercado) apresentou queda de 5,4% em relação a setembro de 2014, sendo que o principal motivo para isso foram as operações financeiras de curto prazo referenciadas em taxas pré-fixadas, cuja média diminuiu ao longo do trimestre. A parcela do Risco Operacional (RWA_{OPAD}) manteve-se fixa no trimestre, considerando-se que a variação é semestral.

A Carteira *Banking*, na comparação anual, apresentou acréscimo de 64,2% na parcela, sendo intensificado nos últimos meses de 2014 com o aumento nas volatilidades dos mercados devido principalmente às perspectivas da economia brasileira e da continuidade no crescimento da Taxa Selic. Na comparação entre dezembro de

2014 e setembro de 2014, a Carteira *Banking* apresentou aumento de 29,8%, variação causada pela oscilação nas volatilidades das taxas de mercado da carteira pré-fixada.

Com base nas variações verificadas, os Índices de Capital encerraram 2014 em 17,8% para o Índice de Basileia e em 14,2% para o Capital Principal e de Nível I, ambos apresentando folga em relação ao mínimo exigido.

Gráfico 18: Índice de Basileia Conglomerado Financeiro



EVOLUÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

LUCRO LÍQUIDO

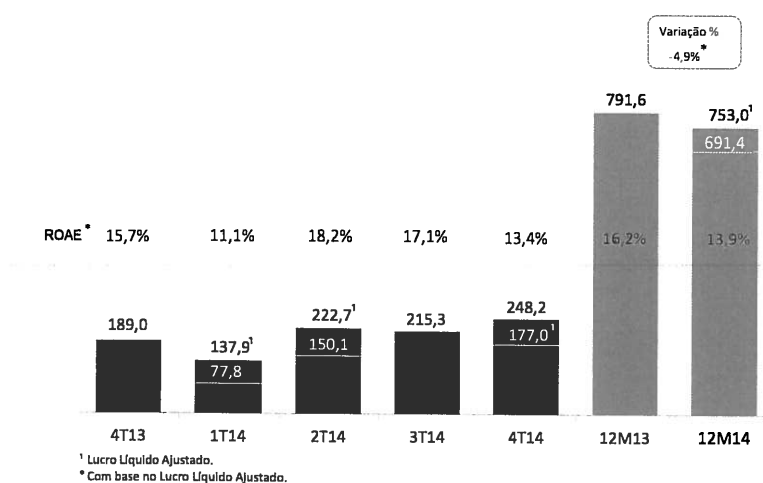
O lucro líquido totalizou R\$691,4 milhões em 2014. O resultado recorrente alcançou R\$753,0 milhões, com redução de 4,9% ou R\$38,6 milhões na comparação com 2013. Os eventos extraordinários comentados a seguir impactaram o resultado contábil: (i) receita de R\$115,0 milhões oriunda do compromisso de celebração do acordo de distribuição exclusiva de produtos de seguro de vida e previdência na rede Banrisul; (ii) despesas de R\$204,5 milhões com a reestruturação dos planos de benefícios pós-emprego da Fundação Banrisul, decorrente de incentivos pagos à migração das reservas matemáticas aos planos, minimizadas pelo ganho atuarial decorrente do efeito de cálculos de liquidação dos direitos dos participantes migrantes do PBI sobre a parcela de obrigações do patrocinador; (iii) despesas de R\$64,1 milhões face à implantação do Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI); (iv) efeitos fiscais incidentes sobre os eventos não recorrentes em R\$92,0 milhões. Esses eventos produziram efeito líquido negativo de R\$61,6 milhões no resultado do ano de 2014.

O resultado ajustado apurado em 2014 frente ao registrado em 2013 foi afetado pelos seguintes fatores: (i) aumento da margem financeira, em R\$123,3 milhões, devido ao crescimento das receitas com juros, em especial com crédito e tesouraria, em parte absorvido, especialmente, pela ampliação das despesas de captação no mercado; (ii) elevação das despesas de provisão para operações de crédito em R\$123,3 milhões; (iii) expansão das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$212,9 milhões; (iv) incremento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$327,7 milhões; e (v) crescimento das outras receitas operacionais em R\$66,7 milhões.

No 4T14, o resultado recorrente alcançou R\$177,0 milhões, com redução de 6,3% ou R\$11,9 milhões em relação ao resultado do 4T13. A trajetória do período foi influenciada, principalmente, (i) pela expansão da margem financeira em R\$92,2 milhões; (ii) pelo aumento das despesas de provisão para operações de crédito em R\$91,6 milhões; (iii) pelo incremento das receitas de prestação de serviços e tarifas em R\$58,4 milhões; (iv) pelo crescimento das despesas administrativas, incluídas as de pessoal, em R\$96,4 milhões; e (v) pelo aumento das outras receitas operacionais em R\$31,6 milhões.

Na comparação com o 3T14, o resultado recorrente do 4T14 apresentou redução de 17,8% ou R\$38,3 milhões, impactado (i) pela expansão da margem financeira em R\$19,2 milhões, motivada pela ampliação das receitas com juros, especialmente, com tesouraria e crédito, em parte, compensada pela elevação das despesas de captação no mercado; (ii) pelo crescimento das despesas com provisão para operações de crédito em R\$27,8 milhões; (iii) pela ampliação das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$24,7 milhões; (iv) pelo aumento das outras despesas administrativas, incluídas as de pessoal em R\$57,5 milhões.

Gráfico 19: Lucro Líquido - R\$ Milhões



Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio atingiu 13,9% no ano de 2014, 2,3 pp. abaixo do retorno registrado em 2013, refletindo um cenário que associa (i) aumento das receitas e despesas com juros, impactados pela trajetória da Taxa Selic, pela ampliação dos saldos e pelas condições de competitividade; (ii) maior fluxo de despesas de provisão para operações de crédito, face ao incremento dos ativos de crédito e à rolagem da carteira por níveis de *rating*; e (iii) ampliação das despesas administrativas e das receitas com outros serviços, ambas associadas à expansão de negócios.

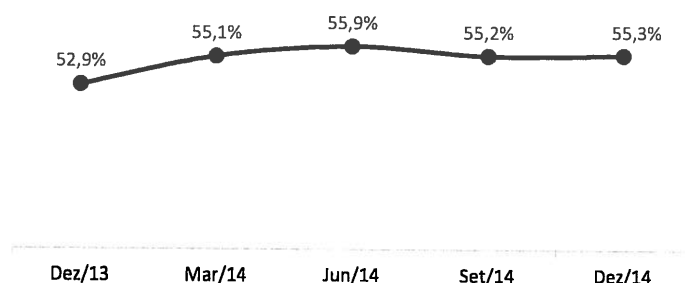
Índice de Eficiência Recorrente

O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas.

O índice de eficiência recorrente, calculado no período de doze meses até dezembro de 2014, alcançou 55,3%, 2,4 pp. acima do obtido no mesmo período até dezembro de 2013, refletindo a ampliação das receitas e despesas com juros e a elevação das despesas administrativas, face à estratégia de crescimento em execução desde 2012, efeito minimizado pela ampliação das receitas com serviços e tarifas bancárias, que já incorporam o desempenho favorável oriundo da recente reestruturação dos negócios de *adquirência* e *vouchers*.

Em relação ao indicador apurado nos doze meses terminados em setembro de 2014, o indicador apresentou aumento de 0,1 pp., afetado pelo incremento pontual de despesas administrativas no último trimestre, relacionadas aos ajustes decorrentes do acordo coletivo de trabalho e à originação de operações nos correspondentes.

Gráfico 20: Índice de Eficiência Recorrente



RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

No ano de 2014, as receitas da intermediação financeira somaram R\$8.196,7 milhões, 24,7% ou R\$1.624,1 milhões acima do alcançado no ano de 2013. No 4T14, o total de receitas da intermediação financeira alcançou R\$2.330,6 milhões, com aumento de 31,8% ou R\$562,9 milhões frente ao fluxo do 4T13 e incremento de 2,0% ou R\$44,9 milhões na comparação com o 3T14.

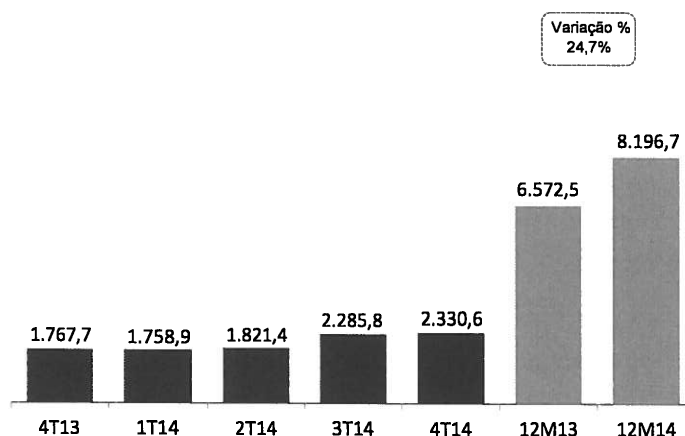
A trajetória ascendente das receitas da intermediação financeira nos doze meses de 2014 em relação aos doze meses de 2013 proveio da ampliação do resultado de TVM e derivativos, em R\$638,4 milhões, da elevação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$633,8 milhões, e do crescimento do resultado de aplicações compulsórias em R\$306,7 milhões. A elevação da taxa básica de juros e o incremento no saldo médio dos ativos motivaram o aumento das receitas no período.

Na comparação entre 4T14 e 4T13, a ampliação das receitas da intermediação financeira decorreu, especialmente, do incremento das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$236,4 milhões, e da ampliação do resultado de TVM e dos

instrumentos financeiros derivativos em R\$231,1 milhões, impulsionada pelas mesmas condicionantes comentadas no parágrafo anterior.

A elevação das receitas da intermediação financeira no último trimestre decorreu da ampliação do resultado de TVM e derivativos, em R\$44,8 milhões, do crescimento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$23,3 milhões, movimento, em parte, compensado pela redução do resultado de câmbio, em R\$15,2 milhões, e do resultado de aplicações compulsórias em R\$8,1 milhões.

Gráfico 21: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

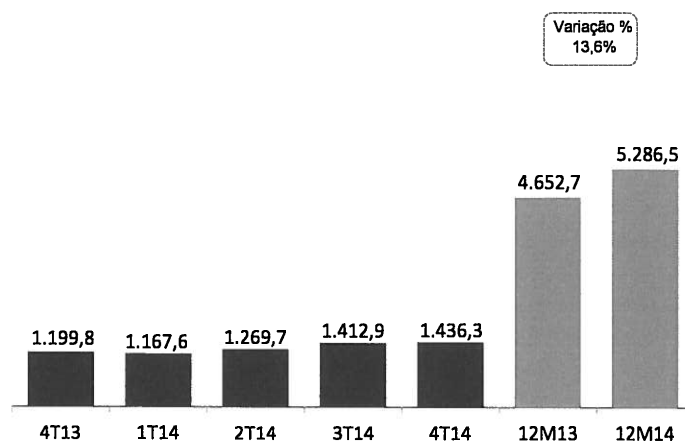
As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$5.286,5 milhões no ano de 2014, 13,6% ou R\$633,8 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2013. No 4T14, as receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros alcançaram R\$1.436,3 milhões, com crescimento de 19,7% ou R\$236,4 milhões na comparação com o 4T13 e aumento de 1,7% ou R\$23,3 milhões em relação ao 3T14.

O crescimento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses de 2014 em relação aos doze meses de 2013 proveio, principalmente, da ampliação da receita do crédito comercial, em R\$443,0 milhões, em especial do segmento pessoa física, da receita dos financiamentos de longo prazo, em R\$94,0 milhões, principalmente dos financiamentos em moeda estrangeira, e das receitas do crédito imobiliário em R\$60,2 milhões. O incremento das receitas de crédito foi influenciado pelo crescimento do saldo dos ativos de crédito, pelo aumento das taxas médias de modalidades pós-fixadas, que acompanham a trajetória da Taxa Selic, e pela variação cambial do período.

A trajetória das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros no 4T14 em relação ao 4T13 decorre, especialmente, do aumento das receitas do crédito comercial, em R\$164,4 milhões, em especial do segmento pessoa física, e das receitas de financiamentos de longo prazo, em R\$36,7 milhões, principalmente dos financiamentos em moeda estrangeira.

A ampliação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros na comparação entre 4T14 e 3T14, proveio, especialmente, do incremento das receitas do crédito comercial, em R\$36,6 milhões, e das receitas de venda ou transferências de ativos financeiros, em R\$20,2 milhões, influenciadas pela expansão do saldo desses ativos de crédito, fluxo minimizado pela redução das receitas de recuperação de créditos baixados a prejuízo em R\$31,7 milhões.

Gráfico 22: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

No ano de 2014, as receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$4.411,9 milhões, 11,2% ou R\$443,0 milhões acima do montante registrado no ano de 2013. No 4T14, as receitas do crédito comercial alcançaram R\$1.177,4 milhões, com crescimento de 16,2% ou R\$164,4 milhões em relação ao fluxo do 4T13 e incremento de 3,2% ou R\$36,6 milhões na comparação com o 3T14. As receitas foram favorecidas pelo crescimento do saldo de pessoa física e pessoa jurídica e pela elevação da taxa básica de juros, com repercussão direta na receita do segmento empresarial, caracterizado, em boa parte, por operações pós-fixadas.

A ampliação da receita do crédito comercial pessoa física, comparados os doze meses de 2014 e os doze meses de 2013, proveio, especialmente, das receitas do crédito consignado, responsáveis por 66,4% do incremento de receita da carteira comercial pessoa física no período. No que se refere às receitas do crédito comercial ao segmento empresarial, comparados os anos de 2014 e 2013, o aumento proveio, especialmente, do crescimento das receitas das linhas de capital de giro, responsáveis por 72,2% da elevação dessa carteira no período.

Comparados os períodos 4T14 vs 4T13, o crescimento da receita do crédito comercial pessoa física proveio da ampliação das receitas do crédito consignado e do cheque especial. Nos mesmos períodos, o incremento das receitas das linhas de capital de giro e conta garantida influenciou a ampliação das receitas do crédito comercial ao segmento empresarial.

No último trimestre, a trajetória do crédito comercial à pessoa jurídica decorreu, especialmente, do crescimento das receitas nas linhas de capital de giro, influenciadas pela aceleração sazonal das concessões de crédito nessa modalidade no 4T14. No crédito comercial à pessoa física, o aumento das receitas proveio do crédito consignado e do crédito pessoal não consignado.

TABELA 20: RECEITAS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA - R\$ MILHÕES

	2014	2013 ⁽¹⁾	4T14	3T14	2T14	1T14	4T13 ⁽¹⁾	2014/ 2013
Pessoa Física	2.847,8	2.616,6	751,9	735,2	704,8	655,9	657,4	8,8%
Crédito Pessoal - Consignado	1.568,2	1.405,2	413,3	404,1	389,4	361,4	354,5	11,6%
Aquisição Bens - Consignado	13,1	22,5	2,9	3,0	3,3	3,8	4,3	-42,0%
Aquisição Bens - Outros Bens	0,9	0,8	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	19,7%
Aquisição Bens - Veículos	13,7	17,7	3,3	3,3	3,4	3,6	3,9	-22,7%
Cheque Especial	630,9	610,4	162,7	165,0	157,2	146,0	147,5	3,4%
Crédito 1 Minuto	154,4	133,3	41,1	39,6	37,9	35,8	36,2	15,8%
Crédito Pessoal Automático	117,4	110,2	29,8	30,0	29,3	28,3	27,5	6,5%
Crédito Pessoal - Não Consignado	182,4	169,9	53,0	47,1	43,8	38,5	45,7	7,3%
Cartão de Crédito	70,5	55,6	20,2	18,1	16,6	15,7	15,0	26,7%
Outros - PF	96,4	90,9	25,3	24,7	23,6	22,8	22,7	6,0%
Pessoa Jurídica	1.564,1	1.352,4	425,5	405,6	374,7	358,3	355,6	15,7%
Aquisição Bens - Outros Bens	6,2	7,5	1,5	1,6	1,6	1,5	1,9	-18,5%
Aquisição Bens - Veículos	8,7	9,1	2,3	2,2	2,1	2,1	2,1	-4,0%
Capital de Giro - CEB	778,0	643,5	211,1	201,9	184,5	180,5	175,7	20,9%
Capital de Giro - CGB	259,1	240,7	67,2	64,9	63,8	63,2	61,6	7,6%
CDCI	6,4	7,1	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	-9,2%
Comprar	19,2	14,4	5,8	5,0	4,6	3,8	3,8	33,3%
Conta Devedora Caução - CCC	52,5	35,9	14,8	13,6	12,8	11,3	10,7	46,5%
Conta Garantida	285,5	263,9	78,8	75,6	68,1	63,0	64,1	8,2%
Desconto de Recebíveis	90,1	81,4	25,6	23,6	22,2	18,6	19,9	10,7%
Vendor	12,7	11,6	3,6	3,4	3,2	2,5	3,0	8,7%
Crédito no Exterior	8,6	5,7	2,6	2,4	1,7	1,9	2,1	51,4%
Outros - PJ	37,1	31,5	10,4	9,8	8,5	8,4	9,0	17,7%
Total	4.411,9	3.969,0	1.177,4	1.140,8	1.079,5	1.014,3	1.013,0	11,2%

(1) Reapresentado.

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram aumento de 0,05 pp. no ano de 2014 em relação ao ano de 2013. Os produtos do crédito comercial à pessoa jurídica apresentaram crescimento de 0,13 pp. nas taxas médias mensais nos doze meses, enquanto as taxas médias mensais dos produtos do crédito comercial à pessoa física apresentaram redução de 0,02 pp. no mesmo período. As taxas médias mensais do crédito comercial ao segmento empresarial são influenciadas, em especial, pela trajetória da taxa básica de juros e pelas condições de competitividade, enquanto as taxas médias mensais da pessoa física carregam o efeito do estoque de operações pré-fixadas.

Na comparação entre as taxas médias mensais do 4T14 e do 4T13, observa-se aumento de 0,14 pp. nas taxas médias mensais do segmento empresarial e de 0,07 pp. nas taxas médias mensais da pessoa física.

No último trimestre, as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram crescimento de 0,02 pp., impactadas pela ampliação em 0,02 pp. das taxas médias do crédito comercial de ambos os segmentos.

TABELA 21: TAXAS MÉDIAS MENSAS DO CRÉDITO COMERCIAL - PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

	2014	2013 ⁽¹⁾	4T14	3T14	2T14	1T14 ⁽¹⁾	4T13 ⁽¹⁾
Pessoa Física	2,38%	2,40%	2,43%	2,41%	2,36%	2,34%	2,36%
Crédito Pessoal - Consignado	1,86%	1,89%	1,91%	1,87%	1,84%	1,84%	1,85%
Aquisição Bens - Consignado	1,46%	1,46%	1,46%	1,47%	1,46%	1,46%	1,46%
Aquisição Bens - Outros Bens	2,06%	1,71%	2,13%	2,13%	2,06%	1,93%	1,82%
Aquisição Bens - Veículos	1,67%	1,60%	1,68%	1,68%	1,66%	1,64%	1,62%
Cheque Especial	7,95%	7,71%	8,14%	8,17%	7,76%	7,71%	7,56%
Crédito 1 Minuto	3,52%	3,21%	3,62%	3,51%	3,48%	3,49%	3,53%
Crédito Pessoal Automático	4,00%	3,68%	4,20%	4,07%	3,94%	3,78%	3,62%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,56%	2,56%	2,55%	2,57%	2,58%	2,56%	2,59%
Cartão de Crédito	8,63%	8,51%	9,05%	8,77%	8,30%	8,39%	8,37%
Outros - PF	1,09%	1,16%	1,07%	1,09%	1,10%	1,10%	1,14%
Pessoa Jurídica	1,50%	1,37%	1,55%	1,53%	1,50%	1,42%	1,41%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,64%	1,59%	1,61%	1,65%	1,66%	1,66%	1,57%
Aquisição Bens - Veículos	1,69%	1,76%	1,67%	1,69%	1,70%	1,71%	1,71%
Capital de Giro - CEB	1,31%	1,15%	1,34%	1,33%	1,33%	1,23%	1,21%
Capital de Giro - CGB	1,50%	1,26%	1,56%	1,56%	1,48%	1,38%	1,36%
CDCI	3,25%	2,76%	3,49%	3,42%	3,12%	2,97%	2,92%
Comprar	1,24%	1,04%	1,25%	1,28%	1,25%	1,18%	1,13%
Conta Devedora Caução - CCC	1,69%	1,45%	1,69%	1,70%	1,71%	1,64%	1,55%
Conta Garantida	3,29%	3,40%	3,42%	3,28%	3,20%	3,25%	3,25%
Desconto de Recebíveis	1,79%	1,68%	1,84%	1,82%	1,77%	1,74%	1,71%
Vendor	1,21%	1,08%	1,24%	1,23%	1,19%	1,18%	1,12%
Outros - PJ	0,64%	0,89%	0,68%	0,67%	0,62%	0,61%	0,83%
Total	1,98%	1,93%	2,03%	2,01%	1,98%	1,92%	1,93%

(1) Reapresentado.

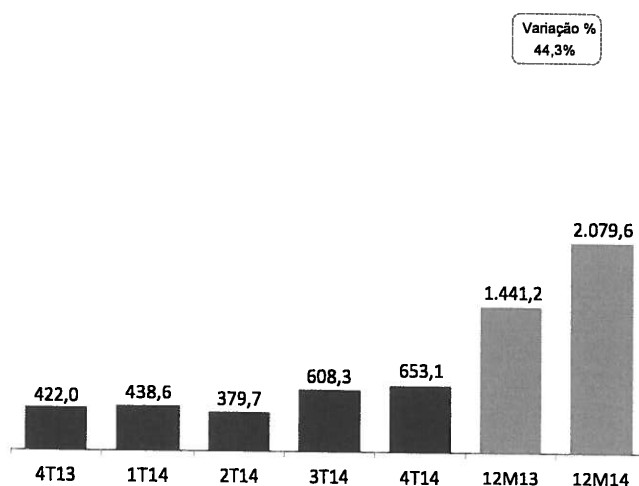
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários (TVM) e instrumentos financeiros derivativos somou R\$2.079,6 milhões no ano de 2014, 44,3% ou R\$638,4 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2013. No 4T14, o resultado de tesouraria alcançou R\$653,1 milhões, com crescimento de 54,8% ou R\$231,1 milhões frente ao resultado apurado no 4T13 e elevação de 7,4% ou R\$44,8 milhões em relação ao 3T14.

No comparativo entre os doze meses de 2014 e o mesmo período do ano anterior, o resultado de tesouraria proveio da expansão do resultado de TVM, influenciada pela ampliação da Taxa Selic efetiva, que passou de 8,22% no ano de 2013 para 10,90% no ano de 2014, e do incremento do resultado de instrumentos financeiros derivativos, impactado pela marcação a mercado dos contratos de *swap*.

O incremento do resultado de tesouraria nos comparativos 4T14 vs 4T13 e 4T14 vs 3T14 proveio, principalmente, da ampliação do resultado de instrumentos financeiros derivativos, impactada pela marcação a mercado e variação cambial dos contratos de *swap*.

Gráfico 23: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões



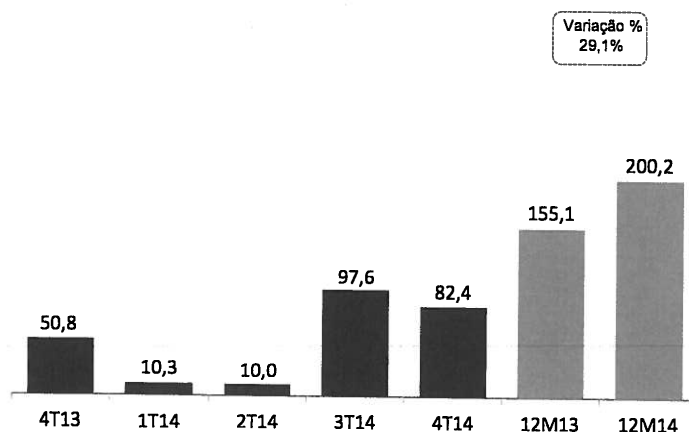
RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO

O resultado de operações de câmbio totalizou R\$200,2 milhões no ano de 2014, 29,1% ou R\$45,2 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2013. No 4T14, o resultado de câmbio alcançou R\$82,4 milhões, com crescimento de R\$31,6 milhões na comparação com o 4T13 e redução de R\$15,2 milhões na comparação com o 3T14. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por variação das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

A ampliação do resultado de câmbio nos comparativos entre o ano 2014 e o mesmo período de 2013 e entre 4T14 e 4T13 reflete a desvalorização cambial dos períodos.

No último trimestre, a redução do resultado de câmbio foi impactada pela queda de saldo em moeda estrangeira.

Gráfico 24: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões



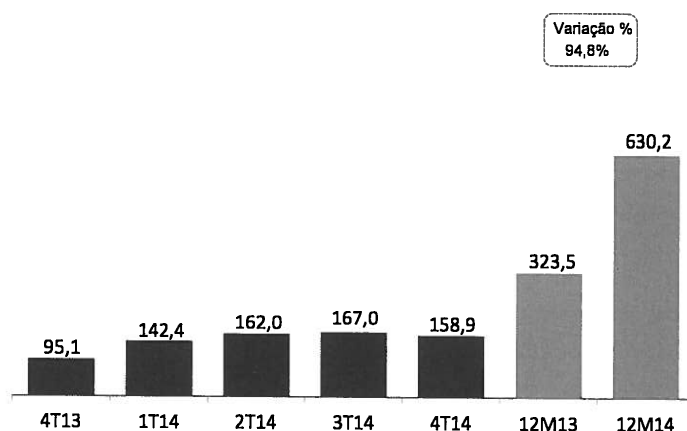
RESULTADO DAS APLICAÇÕES COMPULSÓRIAS

O resultado das aplicações compulsórias alcançou R\$630,2 milhões no ano de 2014, R\$306,7 milhões acima do valor do ano de 2013. No 4T14, o resultado das aplicações compulsórias atingiu R\$158,9 milhões, com crescimento de R\$63,8 milhões em relação ao 4T13 e redução de R\$8,1 milhões na comparação com o 3T14.

A ampliação do resultado das aplicações compulsórias nos comparativos 2014 vs 2013 e 4T14 vs 4T13 proveio, especialmente, do incremento das rendas de créditos vinculados à exigibilidade adicional e aos recursos a prazo, motivado pelo aumento do saldo desses ativos compulsórios, face à alteração na base de cálculo do recolhimento compulsório, impactada pelo nível de patrimônio de referência do Banco, além do aumento do principal indexador de remuneração (Selic).

No último trimestre, a trajetória do resultado das aplicações compulsórias foi impactada pela redução das rendas vinculadas aos recursos a prazo, movimento em linha com a variação percebida no saldo dos depósitos compulsórios no Bacen, influenciado por alterações nas regras de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório.

Gráfico 25: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

As despesas da intermediação financeira somaram R\$5.191,1 milhões no ano de 2014, com aumento de 45,5% ou R\$1.624,1 milhões sobre o fluxo do ano de 2013. No 4T14, as despesas da intermediação financeira alcançaram R\$1.569,2 milhões, com crescimento de 55,8% ou R\$562,3 milhões frente ao fluxo do 4T13 e aumento de 3,5% ou R\$53,4 milhões em relação ao 3T14. As despesas financeiras foram influenciadas pela elevação da Taxa Selic efetiva, pelo incremento dos saldos, pela variação cambial, pela marcação a mercado da dívida subordinada e pela rolagem da carteira de crédito, que exigiu ajustes no fluxo de provisão para operações de crédito durante o ano de 2014.

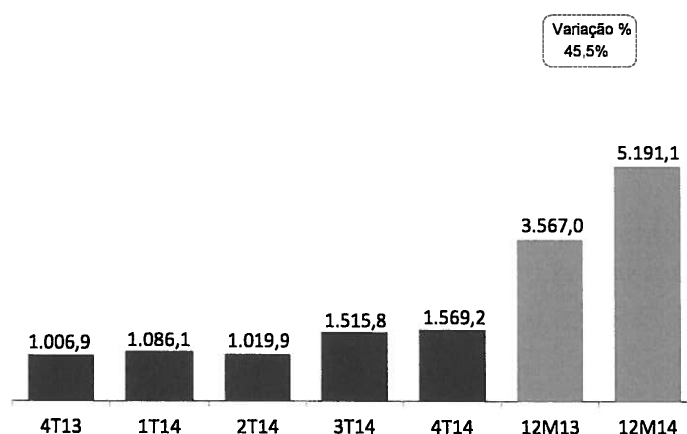
A ampliação das despesas da intermediação na comparação entre os doze meses de 2014 e o mesmo período de 2013 decorreu, especialmente, do incremento das despesas de captação no mercado, em R\$1.427,5 milhões, e da elevação das despesas de provisão para operações de crédito em R\$123,3 milhões.

O incremento das despesas da intermediação financeira no 4T14 frente ao 4T13 decorreu, principalmente, do crescimento das despesas de captação no mercado, em R\$402,8 milhões, e da ampliação das despesas de provisão para operações de crédito em R\$91,6 milhões.

No último trimestre, o incremento das despesas da intermediação financeira proveio do aumento das despesas de captação no mercado, em R\$49,9 milhões, da elevação das despesas de provisão para operações de crédito,

em R\$27,8 milhões, movimento parcialmente compensado pela redução das despesas de empréstimos, cessões e repasses em R\$24,3 milhões.

Gráfico 26: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

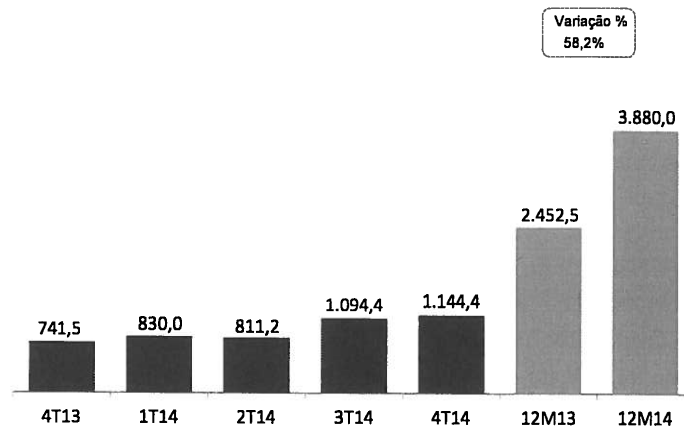
As despesas de captação no mercado somaram R\$3.880,0 milhões no ano de 2014, 58,2% ou R\$1.427,5 milhões acima do montante do ano de 2013. No 4T14, as despesas de captação no mercado alcançaram R\$1.144,4 milhões, com crescimento de 54,3% ou R\$402,8 milhões na comparação com o 4T13 e elevação de 4,6% ou R\$49,9 milhões em relação ao 3T14.

O crescimento das despesas de captação no mercado na comparação entre os doze meses de 2014 e o mesmo período de 2013 proveio, especialmente, do aumento das despesas de depósitos a prazo, em R\$598,2 milhões, do crescimento das despesas relacionadas à marcação a mercado e variação cambial da dívida subordinada, em R\$301,9 milhões, da ampliação das despesas de operações compromissadas, em R\$199,9 milhões, e da elevação das despesas de letras financeiras e de crédito imobiliário em R\$184,3 milhões. O aumento da Taxa Selic efetiva, que referencia boa parte da captação, e a expansão do saldo desses recursos favoreceram a ampliação das despesas no período.

Na comparação entre 4T14 vs 4T13, a expansão das despesas de captação no mercado decorreu, especialmente, da ampliação das despesas relacionadas à marcação a mercado e variação cambial da dívida subordinada, em R\$195,4 milhões, e das despesas de depósitos a prazo em R\$134,3 milhões.

No último trimestre, a trajetória ascendente das despesas de captação no mercado decorreu do incremento das despesas relacionadas à marcação a mercado e variação cambial da dívida subordinada, em R\$30,3 milhões, e do crescimento das despesas de depósitos a prazo, em R\$25,7 milhões, influenciado pelo crescimento do saldo desses recursos em R\$597,8 milhões, fluxo parcialmente compensado pela redução das despesas de operações compromissadas, em R\$11,8 milhões, motivada pela redução do saldo destas operações em R\$1.497,0 milhões.

Gráfico 27: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



DESPESAS DE EMPRÉSTIMOS, CESSÕES E REPASSES

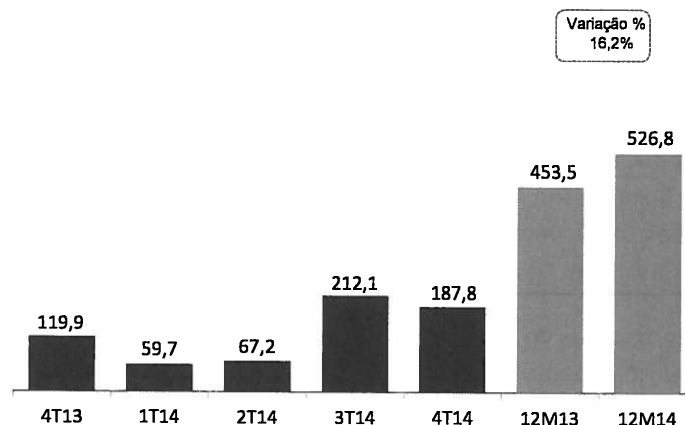
As despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$526,8 milhões no ano de 2014, 16,2% ou R\$73,3 milhões acima do montante do ano de 2013. No 4T14, as despesas de empréstimos, cessões e repasses alcançaram R\$187,8 milhões, com aumento de 56,6% ou R\$67,9 milhões em relação ao 4T13 e redução de 11,5% ou R\$24,3 milhões na comparação com o 3T14.

O incremento das despesas de empréstimos, cessões e repasses no comparativo entre o ano de 2014 e o ano de 2013 decorreu do crescimento das despesas de repasses em moeda estrangeira, em R\$113,7 milhões, impactado pela variação cambial do período, movimento, em parte, compensado pela redução das despesas do Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais (FRDJ), em R\$52,9 milhões.

No comparativo entre 4T14 e 4T13, a trajetória das despesas de empréstimos, cessões e repasses foi influenciada pela expansão das despesas de repasses em moeda estrangeira em R\$60,2 milhões.

A trajetória das despesas de empréstimos, cessões e repasses no 4T14 frente ao 3T14 proveio da redução das despesas de repasse em moeda estrangeira em R\$29,1 milhões, face à queda do saldo de recursos em moeda estrangeira.

Gráfico 28: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



CUSTO DE CAPTAÇÃO

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, ajustados pelo resultado de instrumentos financeiros derivativos, gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos e as dívidas subordinadas líquidas do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap*, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 2,25% no 4T14, acima da taxa de 1,94% do 4T13 e maior que 2,24% do 3T14, em linha com as oscilações da Taxa Selic efetiva, que referencia boa parte da captação, e influenciada pela variação no custo da dívida subordinada e pela marcação a mercado. O indicador de custo médio em relação à Taxa Selic alcançou 81,04% no 4T14, redução de 2,05 pp. na comparação com o índice do 4T13 e de 0,48 pp. frente ao indicador obtido no 3T14.

O custo médio dos depósitos a prazo, que representam 51,2% do saldo médio do conjunto de rubricas demonstradas na tabela a seguir, alcançou 2,35% no 4T14, com crescimento de 0,39 pp. em relação ao 4T13 e aumento de 0,03 pp. na comparação com o 3T14. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic atingiu 84,44% no 4T14, aumento de 0,63 pp. frente ao registrado no 4T13 e crescimento de 0,07 pp. na comparação com o custo do 3T14.

O custo médio da dívida subordinada alcançou 3,40% no 4T14, 0,19 pp. acima do registrado no 4T13 e 0,38 pp. abaixo do custo obtido no 3T14, influenciado pelos encargos financeiros, variação cambial e marcação a mercado dos contratos, ajustado pela marcação a mercado verificada nos instrumentos derivativos associados.

TABELA 22: CUSTO DE CAPTAÇÃO - R\$ MILHÕES E %

	4T14			3T14			4T13		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.947,0	(0,0)	0,00%	2.920,2	(0,0)	0,00%	2.948,1	(0,0)	0,00%
Depósitos de Poupança	7.669,9	(130,7)	1,70%	7.511,0	(128,5)	1,71%	6.858,6	(109,7)	1,60%
Depósitos a Prazo	22.234,3	(521,8)	2,35%	21.408,7	(496,1)	2,32%	19.781,2	(387,5)	1,96%
Depósitos Interfinanceiros	500,2	(10,5)	2,09%	455,9	(10,5)	2,30%	338,4	(7,0)	2,07%
Despesas de Contribuição FGC	-	(12,6)	-	-	(12,1)	-	-	(11,3)	-
Operações Compromissadas	5.104,4	(150,8)	2,96%	5.816,7	(162,6)	2,80%	4.746,1	(123,5)	2,60%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	5,7	(0,0)	0,23%	5,3	(0,0)	0,12%	3,4	(0,0)	0,05%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.826,7	(79,0)	2,80%	2.769,4	(76,0)	2,74%	2.475,0	(59,1)	2,39%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	2.145,8	(72,9)	3,40%	1.921,6	(72,7)	3,78%	1.851,1	(59,4)	3,21%
Saldo Médio Total / Despesa Total	43.434,1	(978,4)	2,25%	42.808,8	(958,5)	2,24%	39.001,8	(757,5)	1,94%
Selic			2,78%			2,75%			2,34%
Custo Médio / Selic			81,04%			81,52%			83,09%
Custo Depósito a Prazo / Selic			84,44%			84,37%			83,81%

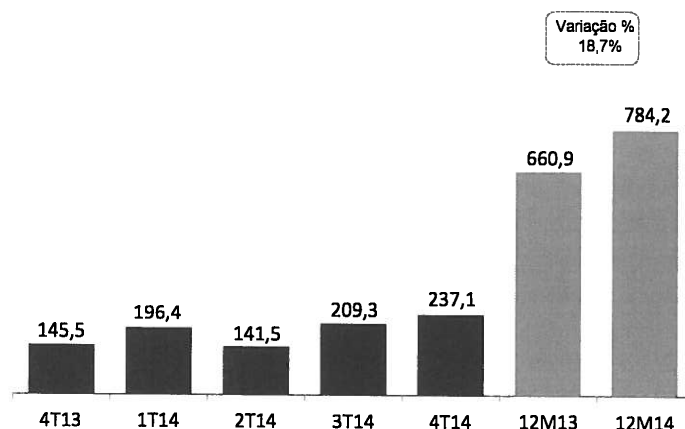
(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (*swap*).

DESPESAS DE PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As despesas de provisão para operações de crédito somaram R\$784,2 milhões no ano de 2014, 18,7% ou R\$123,3 milhões acima do fluxo do ano de 2013. No 4T14, as despesas de provisão para operações de crédito alcançaram R\$237,1 milhões, com ampliação de 63,0% ou R\$91,6 milhões na comparação com o 4T13 e elevação de 13,3% ou R\$27,8 milhões frente ao fluxo do 3T14.

A trajetória ascendente das despesas de provisão para operações de crédito refletiu a rolagem da carteira por *rating*, decorrente de operações pontuais que requisitaram ajustes no fluxo de provisão nos últimos seis meses, num contexto de melhora da carteira de crédito de risco normal e ampliação dos ativos de crédito.

Gráfico 29: Despesas de Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



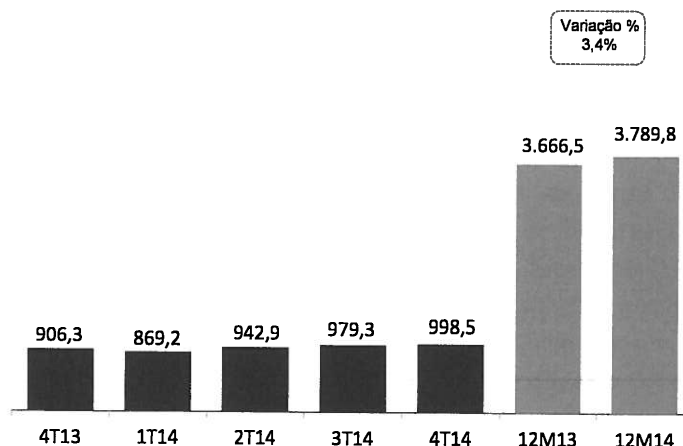
MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou R\$3.789,8 milhões no ano de 2014, fluxo superior ao registrado no ano de 2013 em 3,4% ou R\$123,3 milhões. No 4T14, a margem financeira alcançou R\$998,5 milhões, com crescimento de 10,2% ou R\$92,2 milhões frente ao valor do 4T13 e incremento de 2,0% ou R\$19,2 milhões na comparação com o 3T14.

A trajetória da margem financeira no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 foi impactada pela elevação da Taxa Selic efetiva, com efeito direto sobre as despesas de captação pós-fixadas e indireto sobre as receitas de juros, face à estrutura da carteira e às condições de competitividade do mercado, e pela ampliação do saldo de ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas.

Entre os trimestres, a melhoria de margem proveio do maior ritmo de crescimento do crédito e da gradativa recomposição de *spreads* a partir da consolidação de elevação da trajetória da Taxa Selic.

Gráfico 30: Margem Financeira - R\$ Milhões



RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$1.196,3 milhões no ano de 2014, 21,6% ou R\$212,9 milhões acima do montante do ano de 2013. No 4T14, as receitas de prestação de serviços e tarifas

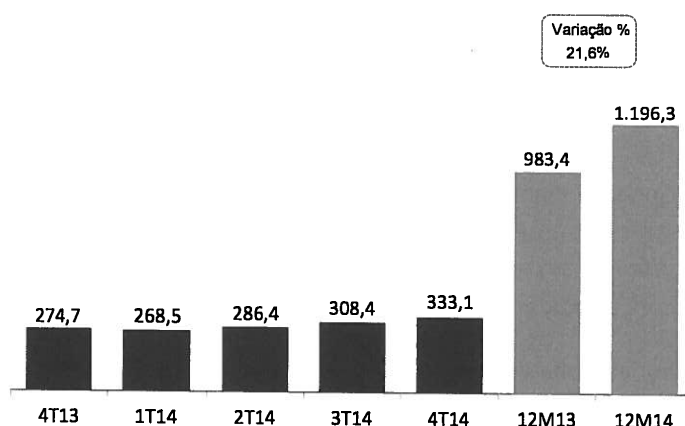
bancárias alcançaram R\$333,1 milhões, com crescimento de 21,2% ou R\$58,4 milhões em relação ao 4T13 e incremento de 8,0% ou R\$24,7 milhões na comparação com o 3T14.

A trajetória das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias no comparativo entre o ano de 2014 e 2013 foi influenciada, especialmente, pelo crescimento das receitas do negócio adquirência e *vouchers*, em R\$111,1 milhões, de seguros, previdência e capitalização, em R\$36,6 milhões, e de tarifas bancárias de conta corrente em R\$31,2 milhões.

Na comparação entre 4T14 e 4T13, a ampliação das receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias decorreu, especialmente, do aumento das receitas do negócio adquirência e *vouchers*, em R\$33,7 milhões, do incremento das receitas de tarifas bancárias de conta corrente, em R\$10,1 milhões, e do crescimento das receitas de seguros, previdência e capitalização em R\$5,0 milhões.

A elevação das rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias no último trimestre decorreu, principalmente, da expansão das receitas do negócio adquirência e *vouchers*, em R\$17,7 milhões, e das receitas de seguros, previdência e capitalização em R\$3,9 milhões.

Gráfico 31: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



DESPESAS ADMINISTRATIVAS RECORRENTES

As despesas administrativas recorrentes alcançaram R\$2.742,4 milhões no ano de 2014, valor 13,6% ou R\$327,7 milhões acima do apurado no ano de 2013. No 4T14, as despesas administrativas recorrentes somaram R\$747,4 milhões, com crescimento de 14,8% ou R\$96,4 milhões na comparação com o 4T13 e incremento de 8,3% ou R\$57,5 milhões em relação ao 3T14.

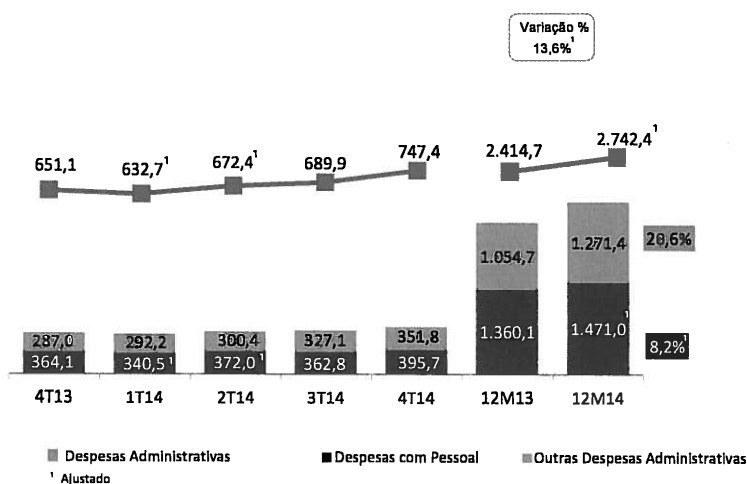
As despesas de pessoal ajustadas pelo Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), no valor de R\$64,1 milhões, somaram R\$1.471,0 milhões no ano de 2014, com elevação de 8,2% ou R\$110,9 milhões sobre o valor registrado no ano de 2013, impactada pelo dissídio coletivo da categoria. As outras despesas administrativas alcançaram R\$1.271,4 milhões no ano de 2014, com elevação de 20,6% ou R\$216,8 milhões frente às despesas apuradas em 2013, decorrente, especialmente, do aumento das despesas com serviços de terceiros, em R\$200,6 milhões, influenciado, principalmente, pela ampliação das despesas dos serviços com o canal de originação de crédito consignado e pelo incremento das despesas de intercâmbio referentes aos negócios com cartões, do incremento das despesas de processamento de dados e telecomunicações, em 11,6% ou R\$22,1 milhões, fluxo em parte compensado pela redução das despesas com propaganda, promoções e publicidade em 25,0% ou R\$23,3 milhões.

No 4T14, as despesas de pessoal somaram R\$395,7 milhões, com aumento de 8,7% ou R\$31,6 milhões frente às despesas do 4T13. As outras despesas administrativas somaram R\$351,8 milhões no 4T14, com acréscimo de

22,6% ou R\$64,8 milhões na comparação com o 4T13, influenciado, principalmente, pela elevação das despesas com serviços de terceiros em R\$62,2 milhões.

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas de pessoal registraram aumento de 9,0% ou R\$32,8 milhões no 4T14, refletindo os ajustes do acordo coletivo de trabalho. As outras despesas administrativas apresentaram crescimento de 7,5% ou R\$24,7 milhões no último trimestre, impactadas, especialmente, pelo crescimento das despesas com serviços de terceiros, em R\$23,2 milhões, face, especialmente, ao crescimento das despesas dos serviços com o canal de origem de crédito consignado.

Gráfico 32: Despesas Administrativas Recorrentes - R\$ Milhões



OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS RECORRENTES

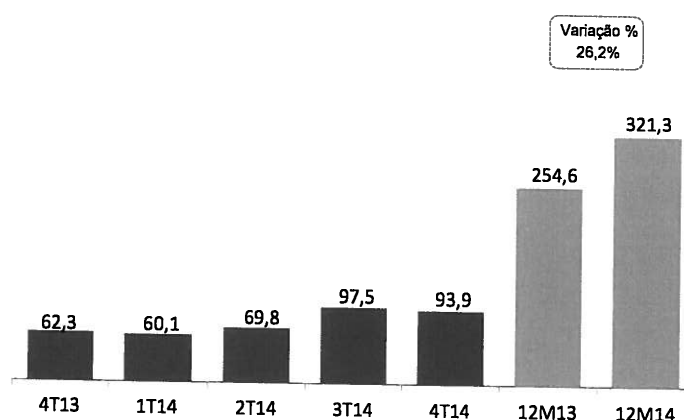
Outras receitas operacionais ajustadas pelo ganho atuarial decorrente do efeito dos cálculos de *settlement* e *curtailment* do PBI e pelo compromisso de celebração do acordo de distribuição exclusiva de produtos de seguro de vida e previdência na rede Banrisul somaram R\$321,3 milhões no ano de 2014, 26,2% ou R\$66,7 milhões acima do montante registrado no ano de 2013. No 4T14, outras receitas operacionais totalizaram R\$93,9 milhões, com crescimento de 50,8% ou R\$31,6 milhões em relação ao 4T13 e redução de 3,6% ou R\$3,5 milhões na comparação com o 3T14.

A ampliação de outras receitas operacionais recorrentes no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 proveio, especialmente, da expansão das receitas de antecipação de operações realizadas - rede de adquirência, em R\$26,8 milhões, do aumento das receitas de reversão de provisões operacionais, em R\$22,0 milhões, e do crescimento das receitas do fundo de reservas de depósitos judiciais em R\$16,0 milhões.

No comparativo 4T14 vs 4T13, o acréscimo de outras receitas operacionais recorrentes, proveio, especialmente, da ampliação das receitas de reversão de provisões fiscais, em R\$8,8 milhões, do crescimento das receitas de ajuste cambial, em R\$7,4 milhões, das rendas relacionadas à ressarcimento de custos na portabilidade de operações de crédito, em R\$3,9 milhões, do incremento das receitas de antecipação de operações realizadas - rede de adquirência, em R\$3,7 milhões, e da elevação das receitas com cartões em R\$3,7 milhões.

No último trimestre, a redução de outras receitas operacionais recorrentes decorreu, especialmente, do menor volume de reversão de provisões constituídas para pagamento de despesas administrativas, em R\$7,6 milhões, minimizado, em parte, das rendas relacionadas à ressarcimento de custos na portabilidade de operações de crédito em R\$3,9 milhões.

Gráfico 33: Outras Receitas Operacionais Recorrentes- R\$ Milhões



OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS RECORRENTES

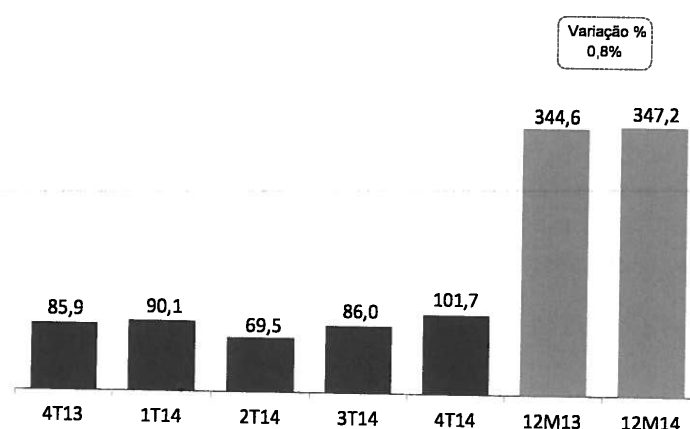
Outras despesas operacionais ajustadas pelas despesas referentes ao incentivo à migração para os novos planos de previdência complementar alcançaram R\$347,2 milhões no ano de 2014, 0,8% ou R\$2,6 milhões acima do valor registrado no ano de 2013. No 4T14, as despesas operacionais somaram R\$101,7 milhões, com aumento de 18,3% ou R\$15,7 milhões frente ao valor do 4T13 e elevação de 18,2% ou R\$15,6 milhões em relação ao 3T14.

O acréscimo de outras despesas operacionais recorrentes no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 decorreu, especialmente, da ampliação das despesas com provisões para outros créditos sem característica de crédito, das despesas com provisões de imóveis – bens não de uso e das despesas com atualização da provisão para riscos fiscais, que juntas apresentaram crescimento de R\$27,8 milhões, e do crescimento das despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$7,2 milhões, fluxo minimizado em parte pela redução das despesas com provisões para ações cíveis e trabalhistas em R\$34,5 milhões.

No comparativo 4T14 vs 4T13, a ampliação das outras despesas operacionais proveio, especialmente, da elevação das despesas com descontos concedidos em renegociações, em R\$18,1 milhões, e do aumento das despesas com provisão de imóveis – bens não de uso, em R\$3,3 milhões, fluxo parcialmente compensado pela redução das despesas com processos judiciais em R\$9,7 milhões.

No último trimestre, a ampliação das outras despesas operacionais decorreu, especialmente, do aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações em R\$11,0 milhões.

Gráfico 34: Outras Despesas Operacionais Recorrentes - R\$ Milhões



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO

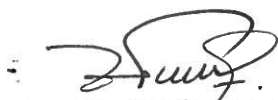
TABELA 23: BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO RESUMIDO – R\$ MILHARES

Ativo	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Circulante e Realizável a Longo Prazo	59.295.042	58.827.352	56.941.255	57.178.464	52.942.118	0,8%	12,0%
Disponibilidades	797.643	932.784	1.082.902	728.491	737.962	-14,5%	8,1%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.714	47.423	330.201	989.798	527.752	-39,5%	-94,6%
Títulos e Val. Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	18.888.553	18.487.337	17.841.988	18.911.542	18.379.567	2,2%	2,8%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	6.555.523	7.105.100	7.662.914	7.355.714	4.839.350	-7,7%	35,5%
Operações de Crédito	28.678.339	28.096.344	27.015.313	26.140.950	25.407.739	2,1%	12,9%
Provisão para Operações de Crédito	(1.609.548)	(1.626.861)	(1.526.856)	(1.503.208)	(1.490.020)	-1,1%	8,0%
Operações de Arrendamento Mercantil	76.828	74.261	75.694	79.460	76.995	3,5%	-0,2%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(6.877)	(7.096)	(6.402)	(7.193)	(6.488)	-3,1%	6,0%
Outros Créditos	5.707.298	5.547.011	4.303.448	4.318.602	4.375.448	2,9%	30,4%
Provisão para Outros Créditos	(129.520)	(140.301)	(149.678)	(145.251)	(138.099)	-7,7%	-6,2%
Outros Valores e Bens	308.089	311.350	311.731	309.559	231.912	-1,0%	32,8%
Permanente	266.654	264.799	270.826	267.300	268.569	0,7%	-0,7%
Investimentos	59.086	58.754	60.496	60.355	58.161	0,6%	1,6%
Imobilizado de Uso	185.995	182.632	182.738	176.317	176.964	1,8%	5,1%
Intangível	21.573	23.413	27.592	30.628	33.444	-7,9%	-35,5%
Total do Ativo	59.561.696	59.092.151	57.212.081	57.445.764	53.210.687	0,8%	11,9%
Passivo	Dez 2014	Set 2014	Jun 2014	Mar 2014	Dez 2013	Dez 2014/ Set 2014	Dez 2014/ Dez 2013
Circulante e Exigível a Longo Prazo	53.890.351	53.671.436	51.938.458	52.284.454	48.061.005	0,4%	12,1%
Depósitos	34.135.444	32.920.105	31.956.535	30.770.320	30.644.598	3,7%	11,4%
Depósitos à Vista	3.280.758	2.961.240	3.277.508	2.788.778	3.397.760	10,8%	-3,4%
Depósitos de Poupança	7.762.045	7.583.331	7.376.313	7.211.775	6.990.978	2,4%	11,0%
Depósitos Interfinanceiros	569.869	450.517	423.611	386.061	351.820	26,5%	62,0%
Depósitos a Prazo	22.522.772	21.925.017	20.879.103	20.383.706	19.904.040	2,7%	13,2%
Captação no Mercado Aberto	4.318.236	5.815.238	5.517.530	7.266.753	4.220.707	-25,7%	2,3%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.837.792	2.794.600	2.729.856	2.732.890	2.505.882	1,5%	13,2%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	228.524	662.263	927.582	844.074	239.953	-65,5%	-4,8%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.179.647	3.863.623	3.546.937	3.547.509	3.487.509	8,2%	19,8%
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.566	25.794	94.667	31.209	112.047	61,1%	-62,9%
Outras Obrigações	8.149.142	7.589.813	7.165.351	7.091.699	6.850.309	7,4%	19,0%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	44.446	166.637	166.189	165.882	45.121	-73,3%	-1,5%
Carteira de Câmbio	40.686	114.036	30.139	110.056	7.516	-64,3%	441,3%
Sociais e Estatutárias	48.539	66.477	39.523	93.038	82.275	-27,0%	-41,0%
Fiscais e Previdenciárias	673.385	783.474	632.561	628.401	683.959	-14,1%	-1,5%
Negociação e Intermediação de Valores	1.138	1.594	995	2.767	693	-28,6%	64,1%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.080.698	1.614.329	1.791.812	1.506.340	1.367.034	28,9%	52,2%
Dívida Subordinada	2.222.523	1.983.674	1.848.424	1.848.317	1.861.494	12,0%	19,4%
Diversas	3.037.727	2.859.592	2.655.708	2.736.898	2.802.217	6,2%	8,4%
Patrimônio Líquido	5.671.345	5.420.715	5.273.623	5.161.310	5.149.682	4,6%	10,1%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	59.561.696	59.092.151	57.212.081	57.445.764	53.210.687	0,8%	11,9%

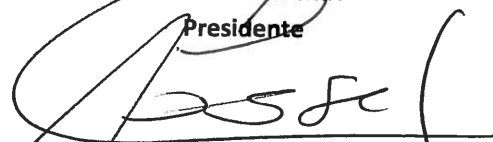
**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

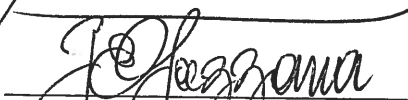
Diretoria



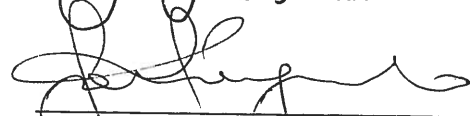
TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente



GUILHERME CASSEL
Vice-Presidente



JOÃO EMILIO GAZZANA



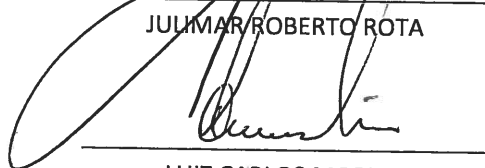
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO



JONE LUIZ HERMES PFEIFF



JULIMAR ROBERTO ROTA



LUIZ CARLOS MORLIN

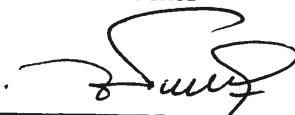


VICENTE JOSÉ RAUBER
Diretores

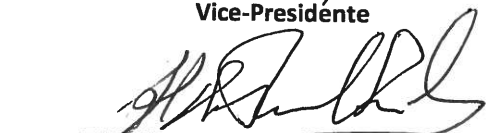
Conselho de Administração



ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente



TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente



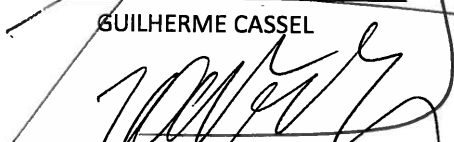
ALDO PINTO DA SILVA



DILIO SERGIO PENEDO



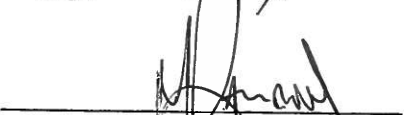
GUILHERME CASSEL



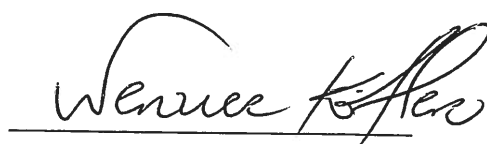
JOÃO ACIR VERLE



JUCARA MARIA DUTRA VIEIRA



MARCELO TUERLINCKX DANERIS
Conselheiros



WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

GUILHERME CASSEL
Vice-Presidente

JOÃO EMILIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN
VICENTE JOSÉ RAUBER
Diretores

Conselho de Administração

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

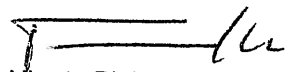
ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
GUILHERME CASSEL
JOÃO ACIR VERLE
JUÇARA MARIA DUTRA VIEIRA
MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos e o Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2015.


Odir Alberto Pinheiro Tonollier
Presidente


Túlio Luiz Zamin
Vice-Presidente

Conselheiros


Aldo Pinto da Silva


Guilherme Cassel


Juçara Maria Dutra Vieira


Dilio Sérgio Penedo


João Acir Verle


Marcelo Tuerlinckx Daneris



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1245 - PORTO ALEGRE - RS - FONE: (51) 2131-3000 - FAX: (51) 2131-3003
BEL. LUIZ CARLOS WEIZENMANN - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que DOU fé.

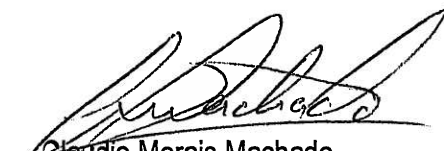
Porto Alegre, 16 de março de 2015


Emolumentos R\$ 3,60 Selo nº. (0463.01.1400710.74891) - Hora nº. 35.31-04804 (Luis Paulo) (Marco Baum) (Carlos Mario) (Cristiano Baum)


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, inclusa a destinação de resultados do período, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base em nossas revisões, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

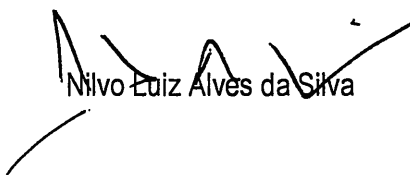
Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2015.


Claudio Moraes Machado
Presidente


André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente


Djedah de Souza Lisboa
Conselheiros


Eduardo Ludevico da Silva


Nilvo Luiz Alves da Silva



2º TABELIONATO DE NOTAS DE PORTO ALEGRE
RUA SIQUEIRA CAMPOS, 1245 - PORTO ALEGRE - RS - FONE: (51) 2131-3000 - FAX: (51) 2131-3003
BEL. LUIZ CARLOS WEIZENMANN - TABELIÃO



AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme o original a mim apresentado, do que DOU fé.

Porto Alegre, 16 de março de 2015

Emolumentos R\$ 3,60 Selo nº. (0463.01.1400-10.7489) - Hora: 16:35:31-04804 (Luis Paulo)(Marco Baum)(Carlos Mario)(Cristiano Baum)

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2015 as 13:05:04.

Válido até: 14.06.2015.

Código de Controle: 189570.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Ambiente Macroeconômico 2014

O ano de 2014 foi atípico para o investidor, não só pela realização da Copa do Mundo, mas também pela acirrada eleição presidencial. Na esfera macroeconômica, tivemos o fraco crescimento de 0,14% do PIB (projeção do relatório FOCUS de 26/12/2014) da economia. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) terminou o ano em 6,38% projeção do relatório FOCUS de 26/12/2014), quase acima do teto de 6,5% do Governo. A fim de controlar a inflação em curso a autoridade monetária nacional iniciou uma política contracionista, elevando a taxa básica de juros de 10,00% a.a. para 11,75% a.a..

A economia norte americana ainda foi amparada em 2014 pelo Quantitative Easing 3 (QE3), uma injeção mensal de US\$ 85 bilhões na economia que começou a ser reduzida ainda em 2013 e encerrou-se em outubro deste ano. A retirada destes estímulos afetaram as economias emergentes, inclusive a brasileira. A China desacelerou a taxa de crescimento do seu Produto Interno Bruto para 7,3%, o que, aliado a um crescimento da oferta, pressionou os preços das matérias primas que compõem, majoritariamente, nossa pauta de exportação. Enquanto isso, Japão e Zona do Euro continuam patinando para alavancar seu crescimento e fugir da deflação.

Dado o crescimento assimétrico das economias centrais, o clima de negócios foi de grande incerteza e o Ibovespa encerrou o ano com queda de 2,91%, aos 50.007 pontos. O ambiente hostil também foi severo com as aplicações em títulos públicos. O IMA Geral, índice que mede o rendimento médio dos títulos públicos federais, apontou um retorno de 12,35%. O Dólar despontou com forte valorização de 12,92% no ano enquanto que a aplicação em ouro encerrou com alta de 12,04%.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Os ativos totais da Corretora alcançaram em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$79,9 milhões, com um aumento de R\$1,7 milhão em relação ao montante de R\$78,2 milhões, registrado na mesma data de 2013. A variação se deve pelo melhor desempenho nas aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido – Ao final do exercício de 2014 o Patrimônio Líquido da Corretora atingiu R\$77,1 milhões, representando um aumento de 1,05% em relação ao registrado no mesmo período de 2013, de R\$76,3 milhões. A evolução do Patrimônio Líquido decorreu da incorporação dos resultados gerados, compensado pelo ajuste negativo da variação patrimonial – carteira própria.

Lucro Líquido – A Corretora registrou lucro líquido de R\$1,2 milhão no exercício de 2014, comparado com o mesmo período de 2013, que foi de R\$0,7 milhão. A variação ocorreu principalmente pelo aumento no resultado das aplicações em títulos e valores mobiliários, pela redução no resultado de prestações de serviços e pelo aumento nas despesas administrativas.

Desempenho Operacional

Volume Total de Operações - O total das operações realizadas em 2014 alcançou R\$794,57 milhões, representando uma redução de 45,27% em relação ao volume de R\$1.451,9 milhões, atingidos no mesmo período de 2013.

Sistema Home Broker - O Home Broker é o serviço interligado à Bovespa que permite ao investidor enviar pela Internet, em ambiente seguro, ordens de compra e venda de ações. As operações efetuadas neste sistema atingiram um montante de R\$550,51 milhões, que representou 69,28% do total intermediado pela Corretora.

Gestão de Risco

A Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio está inserida na estrutura organizacional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, seu controlador. A administração e a estrutura de gerenciamento de riscos são desenvolvidas de forma consolidada com o Banrisul, abrangendo os riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, em atendimento aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN e à Resolução Interna nº 4.354, de 20.06.2008, do Banrisul.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional do Banrisul está disponibilizada no site <http://www.banrisul.com.br>, na rota "Relação com Investidores/Governança Corporativa/Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional". O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. divulgou o seu Balanço do exercício de 2014, em 13.02.2015, nos jornais Zero Hora, Valor Econômico e Diário Oficial do Estado.

Agradecimento

Agradecemos a todos os clientes, fornecedores e acionistas pela confiança depositada, bem como aos nossos colaboradores, que não mediram esforços, neste período, para o bom desempenho da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

Ativo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	<u>71.468</u>	<u>71.561</u>
Disponibilidades	11	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	69.932	69.993
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		
Carteira própria	940	1.182
Outros créditos (Nota 6)	<u>583</u>	<u>378</u>
Negociação e intermediação de valores	1.059	895
(-) Provisão para outros créditos	(575)	(577)
Diversos	99	60
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	2	1
Realizável a longo prazo	<u>6.862</u>	<u>5.029</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		
Carteira própria.....	-	6
Vinculados à prestação de garantia	6.380	4.616
Outros créditos (Nota 6)		
Diversos	482	407
Permanente	<u>1.536</u>	<u>1.576</u>
Investimentos	476	475
Imobilizado de uso	311	360
Intangíveis	749	741
Total do ativo	<u>79.866</u>	<u>78.166</u>
Passivo	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante	<u>2.762</u>	<u>1.869</u>
Outras obrigações	<u>2.762</u>	<u>1.869</u>
Sociais e estatutárias (Nota 7 (a))	286	175
Fiscais e previdenciárias (Nota 7 (b))	324	69
Negociação e intermediação de valores (Nota 7(c))	1.138	693
Diversas (Nota 7 (d))	1.014	932
Exigível a longo prazo	<u>54</u>	<u>-</u>
Outras obrigações	<u>54</u>	<u>-</u>
Diversas (Nota 7 (d))	54	-
Patrimônio líquido (Nota 9)	<u>77.050</u>	<u>76.297</u>
Capital social	70.000	70.000
Reservas de capital	1	-
Reservas de lucros	11.880	10.979
Ações em tesouraria	(4.490)	(4.490)
Ajuste de avaliação patrimonial	(341)	(192)
Total do passivo	<u>79.866</u>	<u>78.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas da intermediação financeira	<u>4.106</u>	<u>7.774</u>	<u>5.863</u>
Resultado de títulos e valores mobiliários	<u>4.106</u>	<u>7.774</u>	<u>5.863</u>
Despesas da intermediação financeira	=	<u>2</u>	<u>(10)</u>
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	<u>2</u>	<u>(10)</u>
Resultado da intermediação financeira	<u>4.106</u>	<u>7.776</u>	<u>5.853</u>
Receitas (despesas) operacionais	<u>(2.819)</u>	<u>(5.873)</u>	<u>(4.766)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	<u>1.411</u>	<u>2.554</u>	<u>2.963</u>
Despesas de pessoal (Nota 8 (b))	<u>(368)</u>	<u>(666)</u>	<u>(625)</u>
Outras despesas administrativas (Nota 13)	<u>(3.659)</u>	<u>(7.370)</u>	<u>(7.104)</u>
Despesas tributárias	<u>(335)</u>	<u>(625)</u>	<u>(589)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>132</u>	<u>234</u>	<u>589</u>
Resultado operacional	<u>1.287</u>	<u>1.903</u>	<u>1.087</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>1.287</u>	<u>1.903</u>	<u>1.087</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	<u>(486)</u>	<u>(721)</u>	<u>(394)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(501)</u>	<u>(740)</u>	<u>(404)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>15</u>	<u>19</u>	<u>10</u>
Participações no lucro	=	=	<u>(1)</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>801</u>	<u>1.182</u>	<u>692</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do Semestre/exercícios - R\$	<u>0,027</u>	<u>0,039</u>	<u>0,017</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em milhares de reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reserva de Capital		Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva expansão					
Em 01 de janeiro de 2013	70.000	-	3.948	5.766	737	(35)	-	(4.490)	75.926	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(157)	-	-	(157)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	692	-	692	
Destinação do Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	34	173	321	-	(528)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	(164)	-	(164)	
(R\$1,75 por ação)										
Em 31 de dezembro de 2013	70.000	-	3.982	5.939	1.058	(192)	-	(4.490)	76.297	
Ajustes da avaliação patrimonial	-	1	-	-	-	(149)	-	-	(148)	
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.182	-	1.182	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	59	296	546	-	(901)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	(281)	-	(281)	
(R\$1,75 por ação)										
Em 31 de dezembro de 2014	70.000	1	4.041	6.235	1.604	(341)	-	(4.490)	77.050	
Em 01 de julho de 2014	70.000	-	4.001	6.035	1.234	(220)	-	(4.490)	76.560	
Ajustes da avaliação patrimonial	-	1	-	-	-	(121)	-	-	(120)	
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	801	-	801	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	40	200	370	-	(610)	-	-	
Dividendos propostos (Nota 9 (c))	-	-	-	-	-	-	(191)	-	(191)	
(R\$1,75 por ação)										
Em 31 de dezembro de 2014	70.000	1	4.041	6.235	1.604	(341)	-	(4.490)	77.050	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas	<u>5.679</u>	<u>10.672</u>	<u>9.491</u>
Intermediação financeira	4.106	7.774	5.863
Prestação de serviços	1.411	2.554	2.963
Provisão (líquido das reversões) para outros créditos	-	2	2
Outras.....	162	342	663
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(3.392)</u>	<u>(6.739)</u>	<u>(6.336)</u>
Serviços de terceiros	(3.201)	(6.352)	(5.989)
Aluguéis	(1)	(2)	(2)
Água, energia e gás	(18)	(40)	(33)
Comunicações	(169)	(338)	(303)
Materiais	(3)	(7)	(9)
Valor adicionado bruto	2.287	3.933	3.155
Depreciação	(24)	(49)	(50)
Valor adicionado a distribuir	2.263	3.884	3.105
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal (Nota 8(b))	<u>593</u>	<u>1.270</u>	<u>1.348</u>
Proventos.....	583	1.254	1.336
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	10	16	12
Impostos, taxas e contribuições.....	<u>869</u>	<u>1.432</u>	<u>1.065</u>
Federais	798	1.304	917
Municipais	71	128	148
Remuneração de capitais próprios	<u>801</u>	<u>1.182</u>	<u>692</u>
Lucros retidos	610	901	528
Dividendos	191	281	164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(em milhares de reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado.....	862	1.283	752
Lucro líquido do semestre/exercícios.....	801	1.182	692
Ajustes do lucro líquido	61	101	60
Depreciações	24	49	50
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(2)	10
Provisão para passivos contingentes	37	54	-
Variação nos ativos e obrigações	177	(1.168)	61
Redução em ajustes de atualização patrimonial	(121)	(148)	(157)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(135)	(1.516)	1.758
(Aumento) redução em outros créditos	175	(279)	4.004
(Aumento) redução em outros valores e bens.....	1	(1)	2
Aumento (redução) em outras obrigações.....	257	776	(5.546)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.039	115	813
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação no intangível.....	(8)	(8)	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(8)	(8)	(5)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos.....	-	(164)	(379)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(164)	(379)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	1.031	(57)	429
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios.....	68.912	70.000	69.571
Disponibilidades	6	7	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez	68.906	69.993	69.563
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	69.943	69.943	70.000
Disponibilidades	11	11	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	69.932	69.932	69.993
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	1.031	(57)	429
Itens que não afetam caixa			
Dividendos.....	191	281	164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Corretora”) tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2015.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidas dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponível para venda	940	1.188
Mantidos até o vencimento	<u>6.380</u>	<u>4.616</u>
Total da carteira	<u>7.320</u>	<u>5.804</u>
Curto prazo	940	1.182
Longo prazo	6.380	4.622

a) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	1.616	933	1.182
Certificados de privatização	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>6</u>
Total	<u>1.623</u>	<u>940</u>	<u>1.188</u>

Os efeitos decorrentes do ajuste valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$683 (2013 – R\$434), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$273 (2013 – R\$231).

Durante o exercício de 2012 algumas ações classificadas como “Para Negociação” foram reclassificadas para a categoria “Disponíveis para Venda”. O ajuste de marcação a mercado destes ativos na data da reclassificação era de R\$69, líquido dos efeitos tributários, registrados no resultado daquele exercício.

b) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	<u>2014</u>		<u>2013</u>
	Valor de custo	Valor mercado	Valor de custo
Vencimento de um a cinco anos			
Letras financeiras do tesouro - (LFT)			
Vinculados a prestação de garantia (Vencimento 01.03.2018)	6.380	6.380	4.616

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
a) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	13	-
Devedores - Conta liquidações pendentes	471	319
Outros	575	576
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(575)</u>	<u>(577)</u>
	484	318
b) Diversos:		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (b))	525	407
Impostos e contribuições a compensar	6	6
Outros	<u>50</u>	<u>54</u>
	<u>581</u>	<u>467</u>
Total - Outros créditos	<u>1.065</u>	<u>785</u>
Circulante.....	583	378
Realizável a longo prazo	482	407

7. Outras obrigações

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
a) Sociais e estatutárias:		
Dividendos e bonificações a pagar	<u>286</u>	<u>175</u>
	286	175
b) Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições sobre o lucro	257	28
Impostos e contribuições a recolher	<u>67</u>	<u>41</u>
	324	69
c) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	-	166
Comissões e corretagens a pagar	14	8
Credores - Conta liquidações pendentes	<u>1.124</u>	<u>519</u>
	1.138	693
d) Diversas:		
Credores diversos - País	395	395
Obrigações por aquisição de bens e direitos	595	514
Provisão para pagamentos a efetuar	24	23
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	<u>54</u>	-
	1.068	932
Total geral das outras obrigações	<u>2.816</u>	<u>1.869</u>
Circulante.....	2.762	1.869
Exigível a longo prazo	54	-

8. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	<u>Ativos(Passivos)</u>		<u>Receitas(Despesas)</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades	11	7	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez -				
mercado aberto	69.932	69.993	7.230	5.339
Convênio prestação de serviços.....	(444)	(403)	(4.960)	(4.508)
Dividendos	(276)	(162)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2014 em R\$1.254 (R\$1.336 em 2013) registrados na rubrica convênio prestação de serviços e despesas de pessoal. Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

As despesas de pessoal registradas na demonstração do resultado são representadas por honorários da diretoria, no qual registrou no exercício de 2014 o total de R\$666 (R\$625 em 2013)

A Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2014 é R\$70.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.182	692
Constituição de reservas		
Legal	(59)	(34)
Base de cálculo de dividendos	1.123	658
Dividendos propostos - 25%	281	164

10. Limites operacionais

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07 alterou a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2014 é de 17,8% (2013 - 18,34%) para o Conglomerado Banrisul.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:

	2014	2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.903	1.087
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	(15)	-
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	52	(2)
(=) Base do IRPJ	1.940	1.085
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(10)	(7)
(=) Base da CSLL	1.930	1.078
Imposto de Renda - corrente	(461)	(248)
Contribuição Social - corrente	(290)	(163)
Incentivos Fiscais	11	7
Total IRPJ e CSLL - correntes	(740)	(404)
IRPJ e CSLL diferidos	19	(10)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	721	394

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2014, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	Saldo inicial	Constituição (Realização)	2014	2013
	233	(3)	230	233
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa				
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	174	99	273	174
Outras provisões temporárias	=	22	22	=
Total do ativo fiscal diferido	407	118	525	407

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2015	16	27	43
2016	17	28	45
2017	14	24	38
2018	35	58	93
2019	115	191	306
Total 31.12.2014	197	328	525
Total 31.12.2013	254	153	407

O valor presente dos créditos tributários é de R\$332, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

d) Alterações na Legislação Tributária

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Corretora elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

12. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2014	2014	2013
Rendas corretagens em operações em bolsas	1.073	1.889	2.400
Rendas de comissões	-	-	3
Rendas de outros serviços	338	665	560
Total	1.411	2.554	2.963

Em 31.12.2014, o Patrimônio Líquido total dos Clubes de Investimentos administrados pela Corretora é R\$2.501 (2013 – R\$1.485).

13. Outras despesas administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comunicações	169	338	303
Processamentos de dados	296	722	599
Serviços do sistema financeiro	107	234	398
Convenio prestação serviços (Nota 8)	2.520	4.960	4.508
Comissões de intermediação financeira	81	150	318
Serviços técnicos especializados	225	449	473
Publicações	69	151	139
Outras	192	366	366
Total.....	<u>3.659</u>	<u>7.370</u>	<u>7.104</u>

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2014 há R\$54 classificados como perda provável, que foi integralmente provisionados e R\$147 (2013 – R\$136) referentes a processos de natureza cível, que de acordo com os assessores jurídicos internos da Corretora a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível, e desta forma não foram provisionados.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre 29 de janeiro de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6-F-RS

Dario Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2015.

Leandro Pires Barcellos
Presidente

Edimar Luz
Conselheiro

Edir Pedro Domeneghini
Conselheiro

Daniel Maia
Diretor - Presidente

Nuno Antônio Duro Arriaga
Diretor

Robson Colombi Schüller
Diretor

Conselho de Administração

Neusa Maria de Azevedo
Presidente

Antônio Ávila da Silva
Conselheiro

Antônio Guido Classmann
Conselheiro

Cleber Cristiano Prodanov
Conselheiro

Onilda Maria Petró Dutra
Contadora / CRCRS - 063884/O-9

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**



Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500

Fax: +55 51 3204-5699

www.ey.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e acionistas da

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-RS



Dário Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2014, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, Zero Hora e Valor Econômico em 13.02.2015.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Circulante	<u>193.049</u>	<u>169.901</u>
Disponibilidades	<u>52</u>	<u>65</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)		
Certificados de depósitos bancários.....	<u>158.358</u>	<u>145.280</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6)	<u>31.562</u>	<u>21.631</u>
Cotas de fundos de investimento.....	27.169	18.377
Cotas de fundo imobiliário	1.710	1.883
Recursos não procurados	2.683	1.371
Outros créditos - diversos (Nota 7).....	3.077	2.925
 Não circulante	 <u>7.374</u>	 <u>7.861</u>
Realizável a longo prazo	<u>7.090</u>	<u>7.593</u>
Outros créditos - diversos (Nota 7)	7.090	7.593
Permanente.....	<u>284</u>	<u>268</u>
Imobilizado de uso		
Outras imobilizações de uso.....	399	136
Depreciações acumuladas	(115)	(84)
Intangível.....	<u>0</u>	<u>216</u>
Ativos intangíveis	216	216
(-) Provisão p/perdas com incentivos fiscais - audiovisual.....	(216)	0
 Total do ativo	 <u>200.423</u>	 <u>177.762</u>
 Passivo e patrimônio líquido	 <u>2014</u>	 <u>2013</u>
Circulante	<u>15.130</u>	<u>10.253</u>
Outras obrigações.....	<u>15.130</u>	<u>10.253</u>
Sociais e estatutárias (Nota 8)	6.071	4.351
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	4.773	3.346
Diversas	4.286	2.556
 Não Circulante.....	 <u>65</u>	 <u>1.602</u>
Outras obrigações	<u>65</u>	<u>1.602</u>
Passivos Contingentes (Nota 10a)	65	1.602
 Patrimônio líquido.....	 <u>185.228</u>	 <u>165.907</u>
Capital social (Nota 11)	155.600	144.000
Reservas de lucros.....	29.685	21.827
Ajuste de avaliação patrimonial.....	(57)	80
 Total do passivo e patrimônio líquido.....	 <u>200.423</u>	 <u>177.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014.
(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9.890	18.179	12.208
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>9.890</u>	<u>18.179</u>	<u>12.208</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>11.050</u>	<u>20.221</u>	<u>14.009</u>
Receitas de prestação de serviços	18.218	35.224	28.686
Outras despesas administrativas (Nota 12)	(5.748)	(11.020)	(10.491)
Despesas tributárias	(2.683)	(5.210)	(4.288)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.263	1.227	102
Resultado operacional	<u>20.940</u>	<u>38.400</u>	<u>26.217</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	(6.942)	(12.856)	(8.710)
Participações nos resultados	(23)	(25)	(30)
Lucro líquido do Semestre/Exercício	<u>13.975</u>	<u>25.519</u>	<u>17.477</u>
Lucro líquido do semestre/exercício em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,16</u>	<u>0,29</u>	<u>0,19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucros						Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva Especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	134.000	-	4.754	4.632	9.115	95	-	-	152.596
Aumento de capital (Nota 11)	10.000	-	-	(885)	(9.115)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.477	17.477	17.477
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	874	874	11.578	-	(13.326)	(13.326)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(4.151)	(4.151)	(4.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	144.000	-	5.628	4.621	11.578	80	-	-	165.907
Aumento de capital (Nota 11)	-	11.600	-	(22)	(11.578)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.519	25.519	25.519
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(137)	-	-	(137)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	1.276	1.276	16.906	-	(19.458)	(19.458)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,07 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(6.061)	(6.061)	(6.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.600	-	6.904	5.875	16.906	(57)	-	-	185.228
Saldos em 30 de junho de 2014	144.000	-	6.205	5.176	7.648	41	-	-	174.670
Capital Integralizado	11.600	(11.600)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	13.975	13.975	13.975
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(98)	-	-	(98)
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	699	699	9.258	-	(10.656)	(10.656)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	(3.319)	(3.319)	(3.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	155.600	0	6.904	5.875	16.906	(57)	-	-	185.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u> <u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios	13.975	25.519	17.477
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para contingências	(1.589)	(1.568)	44
Créditos tributários.....	534	522	(26)
Baixa do Imobilizado	(1)	(1)	-
Depreciação	19	31	24
Variações de ativos e obrigações			
Ajuste de avaliação patrimonial	(98)	(137)	(15)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez.....	(5.858)	(13.078)	(1.848)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(8.414)	(9.930)	(14.113)
(Aumento) redução em outros créditos	2.373	(171)	(445)
Aumento (redução) em outras obrigações	(946)	2.994	2.020
Caixa líquido proveniente das(usado nas) atividades operacionais	(5)	4.181	3.117
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(262)	(263)	(10)
Intangível.....	216	216	(0)
Caixa líquido (usado nas) atividades de Investimento	(46)	(47)	(10)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(4.147)	(3.264)
Caixa líquido (usado nas) atividades de financiamento	-	(4.147)	(3.264)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(51)	(13)	(157)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício.....	103	65	222
Disponibilidades	103	65	222
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	52	52	65
Disponibilidades	52	52	65
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(51)	(13)	(157)
Itens que não afetam o caixa			
Dividendos propostos	3.319	6.061	4.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo		
Circulante	<u>454.176</u>	<u>356.024</u>
Disponibilidades	213	306
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>219.543</u>	<u>173.254</u>
Disponibilidade do grupo	23.276	21.409
Vinculadas a contemplações	195.967	151.502
Recursos grupos em formação.....	300	343
Outros créditos.....	<u>234.420</u>	<u>182.464</u>
Bens apreendidos ou retomados	265	202
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 15).....	234.155	182.262
Compensação	<u>1.852.889</u>	<u>1.722.126</u>
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados.....	17.485	15.459
Contribuições devidas ao grupo.....	952.773	879.701
Valores e bens ou serviços a contemplar.....	882.631	826.966
Total do ativo	<u>2.307.065</u>	<u>2.078.150</u>
 Passivo	 <u>2014</u>	 <u>2013</u>
Circulante	<u>454.176</u>	<u>356.024</u>
Outras obrigações.....	<u>454.176</u>	<u>356.024</u>
Obrigações com consorciados.....	188.481	152.756
Grupos em formação	300	343
Valores a repassar	1.190	1.250
Contemplações a entregar	195.967	151.502
Recursos a devolver a consorciados.....	44.281	31.127
Recursos dos grupos	23.957	19.046
Compensação	<u>1.852.889</u>	<u>1.722.126</u>
Consórcio.....		
Recursos mensais a receber de consorciados.....	17.485	15.459
Obrigações do grupo por contribuições.....	952.773	879.701
Bens ou serviços a contemplar.....	882.631	826.966
Total do passivo.....	<u>2.307.065</u>	<u>2.078.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e semestre findo em 31 de dezembro de 2014
(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u> <u>2014</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Disponibilidades no início do período	200.615	173.560	135.990
(+) Recursos coletados.....	<u>167.111</u>	<u>321.322</u>	<u>259.905</u>
Contribuições para aquisições de bens	132.097	253.627	206.746
Taxa de administração.....	18.071	34.680	28.242
Contribuição ao fundo de reserva	4.070	7.790	6.251
Renda de aplicação financeira.....	9.488	16.791	10.024
Prêmios de seguros	2.182	4.245	3.805
Outros.....	1.202	4.189	4.837
(-) Recursos utilizados.....	<u>147.970</u>	<u>275.125</u>	<u>222.335</u>
Aquisição de bens.....	117.101	216.647	175.898
Taxa de administração.....	18.175	35.113	28.736
Prêmio de seguros	2.186	4.269	3.819
Devolução a consorciados desligados	6.420	11.275	8.165
Outros.....	4.088	7.821	5.717
Disponibilidades no final do período	<u>219.756</u>	<u>219.756</u>	<u>173.560</u>
Depósitos bancários	213	213	306
Aplicações financeiras	219.543	219.543	173.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Banrisul Consórcios") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular 3.624, de 26/12/2013.

As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 27/01/2015.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) **Apuração do resultado** - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) **Títulos e valores mobiliários** - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- (iv) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)** - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.
- (v) **Imobilizado de uso** - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.
- (vi) **Redução ao valor recuperável** - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- (vii) **Demais passivos circulantes** - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.
- (viii) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:
- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
- (ix) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.
- O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- (x) **Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.
- b) **Dos grupos de consórcio** - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:
- (i) **Disponibilidades e aplicações interfinanceiras** - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454 e 3.261 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estas taxa de administração.
- As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

- (ii) **Direitos junto a consorciados contemplados** - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.
- (iii) **Previsão mensal de recursos a receber de consorciados** - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.
- (iv) **Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições** - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.
- (v) **Valores de bens ou serviços a contemplar** - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.
- (vi) **Obrigações com consorciados** - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.
- (vii) **Valores a repassar** - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.
- (viii) **Obrigações por contemplações a entregar** - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.
- (ix) **Recursos a devolver a consorciados** - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.
- (x) **Recursos dos grupos** - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381, art. 13 parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	<u>Quantidade</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Grupos administrados	173	178
Consortados ativos.....	39.929	39.432
Bens entregues - no período.....	6.608	6.049
Bens entregues - total	21.938	19.271
Bens pendentes de entrega	6.148	4.526
Desistentes/excluídos – no período.....	1.570	442
Desistentes/excluídos - total.....	15.832	14.262
Assembleias a realizar	6.180	6.557

A taxa de inadimplência é de 3,34 % (2013 – 5,27%).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez (Administradora)

Referem-se exclusivamente à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 324 dias.

6. Títulos e valores mobiliários (Administradora)

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Para negociação	29.852	19.748
Disponível para venda	1.710	1.883
Total da carteira	<u>31.562</u>	<u>21.631</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Custo/Valor de Mercado	Custo/Valor de Mercado
Fundo de Investimento Flex Crédito Privado LP.....	12.840	8.617
Fundo de Investimento Flex Plus Crédito Privado LP	14.329	9.760
Banrisul Master Fundo de Investimento Ref. DI LP.....	2.683	1.371
Total.....	<u>29.852</u>	<u>19.748</u>

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
	Valor de Custo/Curva	Valor Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário.....	1.781	1.883
Total.....	<u>1.781</u>	<u>1.883</u>

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda --continuação

Em 31 de dezembro de 2014, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram uma perda de R\$71 (2013- R\$129), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$14 (2013- 49).

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Circulante</u>		
Cota de Consórcio adquiridas	2.950	2.842
Outros	127	83
Total	<u>3.077</u>	<u>2.925</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>		
Depósitos vinculados a processos judiciais	7.062	7.043
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	22	545
Bens retomados	6	5
Total	<u>7.090</u>	<u>7.593</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingente (ações cíveis).

A expectativa de realização desses créditos é até 2019 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 17(2013 - R\$ 314).

Os depósitos vinculados a processos judiciais são compostos por R\$46 (2013 - R\$32) correspondentes a cobranças judiciais pendentes de recebimento, R\$1.606 (2013 - R\$1.568) relacionados a processos judiciais de ISSQN e R\$ 5.410 (2013 - R\$ 5.075) relacionados a depósitos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

8. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Dividendos a pagar	6.061	4.151
Outras	10	200
Total	<u>6.071</u>	<u>4.351</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	4.283	2.882
Outras	490	464
Total	<u>4.773</u>	<u>3.346</u>

10. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências – Prováveis

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Provisão para riscos fiscais.....	0	1.601
Provisão para passivos contingentes cíveis	65	0
Provisão para passivos contingentes trabalhistas	0	1
Total	<u>65</u>	<u>1.602</u>

Em Julho de 2014 foi alterada a situação do processo fiscal movido pela Prefeitura de Porto Alegre, referente a cobrança de ISSQN, de perda provável, no valor de R\$ 1.601, para possível, tendo em vista que foi prolatada a sentença de total procedência dos embargos e de extinção da execução fiscal.

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISSQN e processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 25.943 (2013 - R\$ 26.793) e R\$ 1.380 (2013-R\$ 928) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

11. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O capital social é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 23 de abril de 2014, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 11.600, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 11.578 e de Reserva Estatutária no valor de R\$ 22. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 04 de junho de 2014.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2014 podem ser demonstrados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	25.519	17.477
Reserva legal (5%)	(1.276)	(874)
Base de cálculo dos dividendos	24.243	16.603
Dividendos propostos (25%)	6.061	4.151
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,07	0,05

12. Outras despesas administrativas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 14)	5.050	4.010
Despesas com vendas	2.954	3.681
Despesas de serviços de terceiros	592	681
Despesas com pessoal	664	597
Aluguéis	415	457
Manutenção	23	140
Outras despesas administrativas	1.322	925
Total	<u>11.020</u>	<u>10.491</u>

13. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	38.400	26.217
Adições (Exclusões) Permanentes – IRPJ	(908)	250
Adições (Exclusões) Permanentes – CSLL	(946)	214
(=) Base do IRPJ	37.492	26.467
(=) Base da CSLL	37.454	26.431
Imposto de Renda (25%)	(9.349)	(6.593)
Contribuição Social	(3.371)	(2.379)
Benefício fiscal IRPJ	387	235
Total IRPJ e CSLL	<u>(12.333)</u>	<u>(8.737)</u>
IRPJ e CSLL Diferidos	(523)	27
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(12.856)</u>	<u>(8.710)</u>

Alterações na Legislação Tributária –

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Administração elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

14. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Receitas</u>	<u>Ativos</u>	<u>Receitas</u>
	<u>(passivos)</u>	<u>(despesas)</u>	<u>(passivos)</u>	<u>(despesas)</u>
Disponibilidades.....	52	-	65	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	158.358	15.671	145.280	11.465
Outros créditos	-	-	235	-
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	(6.042)	-	(4.138)	-
Convênio prestação de serviços	-	(5.050)	-	(4.010)

(a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes a 100% do CDI.

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem, ao todo, duas cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/2009 publicada pelo BACEN, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

15. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Curso normal	232.547	181.240
Em atraso	862	644
Em cobrança judicial	746	378
Total	<u>234.155</u>	<u>182.262</u>

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Relatório dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2014. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.

Eli Pegoraro
Presidente

Astrid Inês Schuster
Conselheira

José Francisco Bernardes Milanez
Conselheiro

Alvaro Rogério Alencar Silva
Diretor - Presidente

José Odair Scorsatto
Luiz Edson da Motta
Diretores

Conselho de Administração
João Emílio Gazzana – Presidente

Daniel Francisquetti - Conselheiro
Eduardo Santa Helena da Silva - Conselheiro
João Lúcio da Costa - Conselheiro

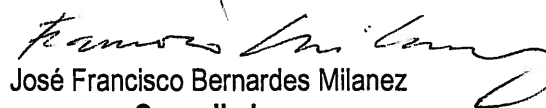
Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRCRS - 61075



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.


Eli Pegoraro
Presidente
Astrid Inês Schuster
Conselheira
José Francisco Bernardes Milanez
Conselheiro

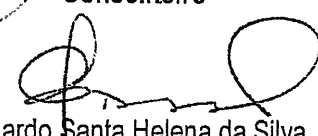
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

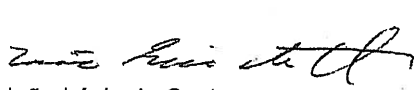
Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Parecer do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2015.


João Emílio Gazzana
Presidente


Daniel Francisquetti
Conselheiro


Eduardo Santa Helena da Silva
Conselheiro


João Lúcio da Costa
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO.....	: RS-061075/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2015 as 12:56:21.

Válido até: 31.03.2015.

Código de Controle: 189387.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

Demonstrações Financeiras

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

31 de dezembro de 2014 e 2013

Com relatório dos Auditores Independentes



Building a better
working world

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Barinsul Armazéns Gerais S.A.
Canoas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2014	2013		Nota explicativa	2014	2013
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	891	189	Contas a pagar a fornecedores		944	659
Aplicações financeiras	5	20.254	18.165	Empréstimos e financiamentos	8	486	73
Contas a receber de clientes	6	3.767	3.288	Impostos diretos e indiretos correntes a pagar		602	254
Partes relacionadas	10	189	107	Obrigações trabalhistas		545	325
Outros ativos		716	546	Partes relacionadas	10	3.238	1.951
Total do ativo circulante		25.817	22.295	Retenções diversas		243	220
				Outros passivos		10	16
				Total do passivo circulante		6.068	3.498
Realizável a longo prazo				Não circulante			
IRPJ e CSLL diferidos	11 b	-	119	Empréstimos e financiamentos	8	3.313	1.320
Depósitos judiciais		763	651	Provisão para contingências	9	855	841
Outros ativos		145	145	IRPJ e CSLL diferidos	11 b	92	-
		908	915	Total do passivo não circulante		4.260	2.161
Investimentos				Patrimônio líquido	12		
Imobilizado	7	18	68	Capital social		31.550	29.100
Intangível		17.735	14.410	Reserva de capital		231	231
		489	15	Reservas de lucros		2.858	2.713
Total do ativo não circulante		19.150	15.408	Total do patrimônio líquido		34.639	32.044
Total do ativo		44.967	37.703	Total do passivo e do patrimônio líquido		44.967	37.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota explicativa	2014	2013
Receita operacional líquida	13	16.788	15.767
Custo dos serviços prestados	14	(7.321)	(6.437)
Lucro bruto		9.467	9.330
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(6.115)	(5.717)
Despesas comerciais	14	(403)	(465)
Despesas tributárias		(253)	(166)
Outras receitas operacionais		960	568
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.656	3.550
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.977	1.450
Despesas financeiras		(287)	(95)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.346	4.905
Imposto de renda e contribuição social	11.a		
Imposto de renda e contribuição social – correntes		(1.731)	(1.786)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		(212)	144
Lucro líquido do exercício		3.403	3.263
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4,8614	4,6614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	<u>3.403</u>	<u>3.263</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.403</u>	<u>3.263</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2012							
Aumento de capital	12 a	26.550	231	352	2.423	-	29.556
Lucro líquido do exercício		2.550	-	(127)	(2.423)	-	-
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	3.263	3.263
Reserva legal	12.b	-	-	163	-	(163)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	2.325	(2.325)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(775)	(775)
Saldos em 31 de dezembro de 2013							
Aumento de capital	12 a	29.100	231	388	2.325	-	32.044
Lucro líquido do exercício		2.450	-	(125)	(2.325)	-	-
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	3.403	3.403
Reserva legal	12.b	-	-	170	-	(170)	-
Reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	2.425	(2.425)	-
Dividendos	12.b	-	-	-	-	(808)	(808)
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
		31.550	231	433	2.425	-	34.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.346	4.905
Ajustado por:		
Depreciação	1.204	828
Amortização	96	-
Resultado da baixa de bens do permanente	681	3
Provisão para contingências	276	278
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	422
Juros sobre empréstimos	83	34
	7.686	6.470
Variação nos ativos e obrigações:	(3.573)	(2.575)
Contas a receber de clientes	(479)	(457)
Aplicações financeiras	(2.089)	(414)
Outros ativos	(170)	113
Depósitos judiciais	(112)	(174)
Partes relacionadas	(82)	22
Fornecedores, obrigações trabalhistas e outros passivos	954	135
Impostos correntes a pagar	-	(100)
Pagamento de provisões	137	(105)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.732)	(2.009)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.113	3.481
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(4.529)	(3.972)
Compra de ativos intangíveis	(1.199)	(15)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(5.728)	(3.987)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(197)	(61)
Pagamento de dividendos	(6)	(804)
Captação de empréstimos	2.520	1.420
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	2.317	555
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	702	49
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no final do exercício	891	189
Saldo no início do exercício	189	140
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	702	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas		
Receita da prestação de serviços (Nota 13)	20.179	18.881
Outras receitas	699	525
Reversão de provisão para contingências	262	43
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	(422)
Insumos adquiridos de terceiros	(5.536)	(5.747)
Custos dos serviços prestados	(3.183)	(3.316)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.353)	(2.431)
Valor adicionado bruto	15.604	13.280
Depreciação e amortização	(1.300)	(828)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	14.304	12.452
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.977	1.450
Valor adicionado total a distribuir	16.281	13.902
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(6.850)	(5.515)
Remuneração direta	(5.113)	(4.011)
Benefícios	(1.228)	(1.107)
FGTS	(233)	(186)
Outros	(276)	(211)
Impostos, taxas e contribuições	(5.547)	(4.849)
Federais	(4.978)	(4.358)
Estaduais	(17)	(15)
Municipais	(552)	(476)
Remuneração de capitais de terceiros	(481)	(275)
Despesas financeiras	(287)	(95)
Aluguéis	(194)	(180)
Remuneração de capitais próprios	(3.403)	(3.263)
Dividendos	(808)	(775)
Lucros retidos	(2.595)	(2.488)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (“Companhia”) atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e entreposto aduaneiro e depósito alfandegário através de permissão não onerosa, outorgada pela Secretaria da Receita Federal. Esta permissão, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos. Seu controlador é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A - Banrisul, controlado, por sua vez, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Sua sede localiza-se Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2015.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/10.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Impostos sobre serviços--Continuação

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 7,60%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2%
FUNDAF	0% a 9,51%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Tributação--Continuação

Imposto de Renda e Contribuição Social --Continuação

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não teve impostos registrados diretamente à rubricas do patrimônio líquido.

O saldo dos impostos diferidos passivos e ativos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial.

Alterações na Legislação Tributária

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

e) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos
Outros	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Aplicação Financeira - SIAC e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis e valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

j) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

k) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2014 e 2013 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agente.

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 33 (R1) Benefícios aos Empregados, correspondente ao IAS 19.
- CPC 36 (R3) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, revisado em 2011 e correspondente ao IAS 27.
- CPC 19 (R2) Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures revisado em 2011, e correspondente ao IAS 31.
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades, correspondente ao IFRS 12.
- CPC 46 - Mensuração de Valor Justo, correspondente ao IFRS 13.

p) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

A seguir destacamos as normas já emitidas, aplicáveis à Companhia e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis—Continuação

c) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2014

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2014	2013
Caixa	7	17
Bancos conta corrente	884	172
Total	891	189

5. Aplicações financeiras

Descrição	2014	2013
Aplicação financeira	20.254	18.165

Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído pelo Decreto Estadual nº. 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base na variação da taxa SELIC.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$1.955 (R\$1.428 em 2013).

6. Contas a receber de clientes

Composição do contas a receber de clientes:

	2014	2013
Devedores por armazenagem	4.189	3.710
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(422)	(422)
Total	3.767	3.288

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	2014	2013
A vencer	3.508	2.433
Vencidos:		
Até 30 dias	138	319
De 31 a 60 dias	55	470
De 61 a 90 dias	13	34
De 91 a 360 dias	475	454
	4.189	3.710

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado:

	2014	2013
Saldo inicial	422	-
Constituição de provisão	-	422
Saldo final	422	422

O risco de crédito da Companhia está relacionada com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente e, de suas obrigações previamente acordadas.

	2014	2013
Aplicações Financeiras	20.254	18.165
Clientes	4.189	3.710
Total	24.443	21.875

7. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo do Imobilizado	2013	Adições	Baixas	Transferência	2014
Terrenos	5.337	-	-	-	5.337
Edificações e benfeitorias	6.862	17	-	685	7.564
Móveis e utensílios	927	31	(1)	-	957
Máquinas e equipamentos	2.897	197	-	(1.458)	1.636
Equipamentos-Empilhadeiras	-	-	-	2.748	2.748
Veículos	1.902	2.080	-	(1.290)	2.692
Instalações	4.036	1.275	-	-	5.311
Obras em Andamento	346	883	-	(579)	650
Equipamento de Informática	559	46	-	-	605
Outras Imobilizações	106	-	-	(106)	-
Total	22.972	4.529	(1)	-	27.500

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Imobilizado--Continuação

Depreciação	31/12/2013	Adição	Baixas	Transferência	31/12/2014
Edificações e Benfeitorias	(4.592)	(87)	-	(23)	(4.702)
Móveis e Utensílios	(599)	(43)	-	-	(642)
Máquinas e Equipamentos	(1.027)	(92)	1	233	(885)
Equipamentos - Empilhadeira	-	(259)	-	(1.060)	(1319)
Veículos	(1.176)	(276)	-	827	(625)
Equipamentos de Informática	(323)	(66)	-	-	(389)
Instalações	(822)	(381)	-	-	(1.203)
Outras Imobilizações	(23)	-	-	23	-
Total	(8.562)	(1.204)	1	-	(9.765)
 Valor residual	 14.410	 3.325	 -	 -	 17.735

8. Empréstimos e financiamentos

	Juros	Vencimento	2014	2013
Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	481	8
Capital de Giro - CEF	11,88% a.a.	15/01/2015	5	65
			486	73
Não Circulante				
FINAME	3% a.a.	15/04/2020	3.313	1.320
			3.313	1.320
			3.799	1.393

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2014 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos, apresentado ao valor presente e ao valor contratual não descontado:

Vencimento	Valor contratual não descontado	Valor presente
2015	851	681
2016	947	824
2017	909	824
2018	871	824
2019	570	558
2020	89	88
Total	4.237	3.799

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Provisão para contingências

Demonstramos a seguir a composição das contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217	451	668
Adições	28	250	278
Reversões/ Pagamentos	(37)	(68)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	208	633	841
Adições	25	251	276
Reversões/ Pagamentos	(1)	(261)	(262)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	232	623	855

Perdas possíveis não provisionadas

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$364 (R\$742 – 2013). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionadas, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$2.778 (R\$1.619 – 2013).

Em 25 de junho de 2003, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão, no valor aproximado de R\$ 5.980. A Companhia ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.

O processo foi julgado procedente em junho de 2013, reconhecendo a prescrição do direito da Receita da Fazenda em exigir os valores da Companhia. Aguarda publicação do acórdão no STJ. Em decorrência do julgamento referido e com base na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda da ação foi alterada de possível para remota em junho de 2013. Dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras. Para o ano de 2014 o processo não apresentou nenhuma alteração.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, consequentemente não sendo registradas provisões para contingência, no montante aproximado de R\$1.438 (R\$1.322 – 2013).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A.	2014
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	765	-	-	765
Aplicações Banrisul CDB	657			657
Aplicação SIAC	19.299			19.299
Crédito com partes relacionadas	189	-	-	189
	<u>20.910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.910</u>
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	1.892	-	-	1.892
Contas a pagar	1.270	-	76	1.346
	<u>3.162</u>	<u>-</u>	<u>76</u>	<u>3.238</u>
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.739	1.945	-	3.684
Despesas	(889)	-	(914)	(1.803)
Recuperação de despesas	558	-	-	558
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Cartões S.A.	2013
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Depósitos Bancários	146	-	-	146
Aplicação SIAC	18.165			18.165
Crédito com partes relacionadas	107	-	-	107
	<u>18.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.418</u>
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	1.084	-	-	1.084
Contas a pagar	682	-	185	867
	<u>1.766</u>	<u>-</u>	<u>185</u>	<u>1.951</u>
<u>Resultado</u>				
Receitas	1.193	1.428	-	2.621
Despesas	(416)	-	(834)	(1.250)
Recuperação de despesas	273	-	-	273

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2014, foi determinado o valor máximo anual de R\$331 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$308 em 2013). Adicionalmente a Companhia paga R\$2,54 por sessão para cada membro do Conselho de Administração e R\$1,91 para cada membro do Conselho Fiscal, o qual totalizou um gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$130 (R\$ 14 em 2013).

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado sobre as diferenças temporárias.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.346	5.346	4.905	4.905
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	-1.312	-481	-1.226	-441
(+) Adições/Exclusões permanentes	40	15	-38	-15
(-) Incentivos fiscais e outros	7	-	-33	-33
IRPJ e CSLL Correntes	-1.265	-466	-1.297	-489
IRPJ e CSLL diferidos	-156	-56	106	38
Total impostos correntes	-1.731		-1.786	
Total impostos diferidos	-212		144	

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

	2014	2013
Ativo diferido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	131
Provisão para passivos cíveis e trabalhistas	293	285
Passivo diferido		
Reserva de reavaliação / custo atribuído	(385)	(297)
	<u>(92)</u>	<u>119</u>

A expectativa de realização destes créditos é de 7 anos.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$31.550, (R\$ 29.100 em 2013), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, seu controlador.

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 15 de abril de 2014, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 2.325 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 125 com a reserva legal, passando assim o capital social para R\$ 31.550, sem emissão de novas ações.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Patrimônio Líquido--Continuação

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	3.403	3.263
Reserva Legal (5%)	(170)	(163)
Base de cálculo dos dividendos	3.233	3.100
Dividendos (25%)	808	775

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$2.425.

13. Receita líquida

A receita líquida é composta como segue:

	2014	2013
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	18.250	17.445
Arrendamentos operacionais	1.929	1.436
Menos:		
Impostos sobre receita de serviços	(3.391)	(3.114)
Receita operacional líquida	16.788	15.767

14. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas e comerciais		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	2.616	2.454	2.705	1.823	5.321	4.277
Terceirizados	1.784	1.945	924	718	2.708	2.663
Honorários da administração	-	-	431	429	431	429
Depreciação e amortização	1.062	605	238	223	1.300	828
Comunicação	-	-	469	467	469	467
Energia elétrica	245	181	130	96	375	277
Combustível	166	181	42	48	208	229
Gastos com veículos	47	21	32	32	79	53
Despacho aduaneiro	171	189	-	-	171	189
Reclamações trabalhistas	461	62	60	-	521	62
Contingências	-	-	276	216	276	216
Conservação e manutenção	113	162	128	179	241	341
Outras	656	637	1.083	1.951	1.739	2.588
Total	7.321	6.437	6.518	6.182	13.839	12.619

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, sobre o contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Decreto nº 1.102, de 1903, a Companhia tem o direito de retenção para garantia do pagamento das armazenagens e despesas com a conservação e com as operações, benefícios e serviços prestados às mercadorias, a pedido do dono; dos adiantamentos feitos com fretes e seguro, e das comissões e juros, quando as mercadorias lhes tenham sido remetidas em consignação.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

A Companhia não possui quaisquer instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

Gestão de liquidez

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento. Cabe ressaltar que este risco é da empresa.

Pode ser classificado em:

Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da empresa.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros-- Continuação

Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

Gestão de Risco

A gestão de risco de crédito da Banrisul Armazéns Gerais S.A é ferramenta necessária para controle mais eficiente dos riscos a que está exposta. Neste contexto, a Companhia está reestruturando os controles de risco de crédito presentes na empresa.

16. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2014 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50 % das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09 (nove) armazéns, ultrapassando 33 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

A balança comercial brasileira registrou, em 2014, déficit de US\$ 3,930 bilhões. O conjunto das importações feitas somou US\$ 229 bilhões e as exportações totalizaram US\$ 225,1. As importações, portanto, passaram as exportações em US\$ 3,9 bilhões. A economia mundial ainda patinando e a crise na Argentina, um dos principais compradores de produtos brasileiros, estão entre os fatores que contribuíram para a piora na balança comercial brasileira.

Na empresa, este quadro está representado no número de despachos acumulados de janeiro-dezembro de 2014, onde foram atendidos 22.543 despachos aduaneiros, sendo 11.482 relativos à importação e 11.061 à exportação. Sobre igual período em 2013, observamos uma queda de 8,3% na importação e uma retração de 18,4% na exportação. Em razão de mudanças estratégicas, como a ampliação da

Armazenagens – Entrepasto Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

T:\Secretaria\Secretaria Geral\Balanço\2014\Relatório Administração 2014.doc

carteira de grandes clientes, conseguimos atingir resultado superior, em comparação ao exercício de 2013.

Encerramos o exercício de 2014 com resultado líquido de R\$ 3.403.024,75 contra R\$3.263.438,12 de 2013, com variação positiva de 4,1% - resultado obtido através de investimentos e ações de gestão, tais como: foco em grandes parceiros comerciais, investimentos em tecnologia, alterações nos processos de cobrança tarifária, reestruturação do quadro funcional, integração dos sistemas de gestão e a aquisição de novos equipamentos, visando à diminuição dos custos de armazenagem.

Contamos com a participação de 144 colaboradores, incluindo o quadro permanente e contratos terceirizados de prestação de serviços de manutenção e vigilância. Nossa estratégia em 2014 para crescer de forma sustentável, mantendo os empregados estimulados e reconhecidos, foi a reestruturação do quadro funcional. Em todos os níveis hierárquicos, promovemos constante capacitação e qualificação através de treinamentos, totalizando, em média, para cada empregado 5 horas de capacitação. O turnover da empresa foi elevado (4,78), em razão da contratação de empregos permanentes, através de Concurso Público em substituição aos contratos temporários. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa distribuiu 2% do resultado líquido a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados.

Em 2014, os investimentos em ativo imobilizado somaram R\$ 5,1 milhões. Desse total 40% foram direcionados para aquisição de veículos, 29% para edificações e benfeitorias, 25% para instalações e o restante, aplicados em sistemas, serviços e equipamentos de informática.

Para 2015, projeta-se a manutenção e ampliação do resultado operacional positivo com foco nos investimentos, buscando a qualificação dos nossos serviços; a diversificação de novos produtos como o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos e o Transporte de Cargas; implantação do Sistema de Gestão de Armazéns - WMS, ferramenta para o gerenciamento de estoque e o transporte de cargas a curta distância; a reestruturação no acesso de entrada de pessoas e veículos na empresa; a aquisição de nova subestação de energia elétrica; a ampliação dos atuais contratos com

clientes de grande porte; a construção de novos armazéns (de lona); inovação em tecnologia na movimentação e armazenagem de cargas; o aumento e pavimentação de área para cargas pesadas; reestruturação de áreas para armazenamento de medicamentos e produtos congelados e o aperfeiçoamento no sistema de vigilância.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2014.

Yuri Santanna dos Santos
Diretor Presidente

Evandro César Dias Gomes
Diretor Superintendente

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57
NIRE N. ° 43300003183.

PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 27 de fevereiro de 2015.


Luiz Carlos Morlin
Presidente do Conselho de Administração


Yuri Santana dos Santos
Conselheiro


Roque José Coimbra Werlang
Conselheiro


Henrique Cândano Peixoto
Conselheiro

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER


DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2014. Baseado no exame procedido e no relatório da auditoria externa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 27 de fevereiro de 2015.


Antonio Ávila da Silva
Conselheiro Presidente


Flavio José Helmann da Silva
Conselheiro


Zildo Sippel
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

T:\Secretaria\Secretaria Geral\Balanço\2014\Parecer Conselho Fiscal.doc



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANA PAULA HILLEBRAND
REGISTRO.....	: RS-080610/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 970.007.600-87

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 12.03.2015 as 09:56:21.

Válido até: 31.03.2015.

Código de Controle: 189363.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul Cartões S.A.



Building a better
working world

Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Banrisul Cartões S.A.

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Cartões S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

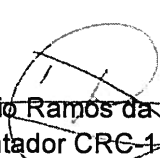
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-18P214144/O-1

Banrisul Cartões S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		7.546	2.296
Aplicações financeiras	4	206.165	107.479
Clientes	5	1.485.794	1.013.431
Outros ativos		573	1.744
Total do ativo circulante		1.700.078	1.124.950
Ativo não circulante			
Crédito tributário	10	2.355	3.299
Depósitos Judiciais	9	3.945	3.851
Outros ativos		985	4.317
Imobilizado	6	2.609	-
Intangível		237	237
Total do ativo não circulante		10.131	11.704
Total dos ativos		1.710.209	1.136.654
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	7	52.404	49.547
Contas a pagar a estabelecimentos	8	1.332.064	879.802
Dividendos a pagar		27.807	9.772
Obrigações fiscais		23.218	14.962
Outros passivos		9.266	5.264
Total do passivo circulante		1.444.759	959.347
Passivo não circulante			
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	9	6.815	7.440
Outros passivos		509	2.346
Total do passivo não circulante		7.324	9.786
Patrimônio líquido			
Capital social	11	150.000	77.640
Reserva de capital		252	252
Reserva de lucros		107.875	90.957
Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	(1.328)
Total do patrimônio líquido		258.126	167.521
Total do passivo e patrimônio líquido		1.710.209	1.136.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	13	299.708	71.582
Custo dos serviços prestados	14	(152.496)	(25.660)
Lucro bruto		147.212	45.922
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(7.402)	(1.751)
Pessoal	15	(16.521)	(3.817)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	412	364
Lucro operacional antes do resultado financeiro		123.701	40.718
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	21	53.185	21.350
Despesas financeiras	21	(826)	(169)
Lucro antes imposto de renda e contribuição social		176.060	61.899
Imposto corrente	12	(58.855)	(21.298)
Imposto diferido	12	(120)	543
Lucro líquido do exercício		117.085	41.144
Lucro líquido por ação - R\$		42,03	14,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	117.085	41.144
Ajuste CPC 33(R1)	298	158
Efeito tributário sobre o ajuste	(101)	(54)
Total dos resultados abrangentes do exercício	117.282	41.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de expansão	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	77.640	252	59.585	-	(1.432)	-	136.045
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.144	41.144
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	104	-	104
Reserva Legal	-	-	-	2.057	-	(2.057)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(9.772)	(9.772)
Reserva de Expansão	-	-	29.315	-	-	(29.315)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	77.640	252	88.900	2.057	(1.328)	-	167.521
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	117.085	117.085
Aumento de Capital Social (Nota 11)	72.360	-	(72.360)	-	-	-	-
Ajuste Del. CVM 695/2012	-	-	-	-	197	-	197
Reserva Legal	-	-	-	5.855	-	(5.855)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(27.807)	(27.807)
Reserva de expansão	-	-	83.423	-	-	(83.423)	-
Realização Ajustes Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	1.130	-	1.130
Saldos em 31 de dezembro de 2014	150.000	252	99.963	7.912	(1)	-	258.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido ajustado	179.262	64.636
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	176.060	61.899
Ajuste para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.144	211
Depreciações	690	-
Créditos tributários	(120)	543
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	161	1.879
Outros resultados abrangentes	197	104
Reestruturação dos planos da FBSS	1.130	-
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) diminuição de clientes	(473.507)	(947.846)
(Aumento) diminuição de outros ativos	5.354	(3.452)
Aumento de cartões em circulação	2.857	8.115
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	452.262	827.335
Aumento de obrigações fiscais	8.256	13.533
Aumento de outros passivos	2.164	4.020
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(786)	(282)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.855)	(21.298)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades operacionais	117.007	(55.239)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
(Aumento) diminuição em aplicações financeiras	(98.686)	56.762
Adições ao imobilizado	(3.299)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de investimento	(101.985)	56.762
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamento de dividendos	(9.772)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(9.772)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.250	1.523
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.296	773
No fim do exercício	7.546	2.296
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.250	1.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas		
Receita da prestação de serviços	354.058	84.372
Outras receitas	6.852	2.645
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(138.269)	(20.930)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.808)	(1.233)
Outros	(4.235)	(2.222)
Valor adicionado bruto	209.598	62.632
Depreciação e Amortização	(690)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	208.908	62.632
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	53.185	21.350
Valor adicionado total a distribuir	262.093	83.982
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	25.549	8.208
Remuneração direta	24.687	7.747
Benefícios	525	211
FGTS	63	60
INSS	274	190
Impostos, taxas e contribuições	115.975	33.943
Federais	96.499	29.332
Municipais	19.476	4.611
Remuneração de capitais de terceiros	3.484	687
Despesas financeiras	346	169
Outros	3.138	518
Remuneração de capitais próprios	117.085	41.144
Dividendos	27.807	9.772
Lucros retidos	89.278	31.272
Valor adicionado distribuído	262.093	83.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul Cartões S.A. ("Banrisul Cartões" ou "Companhia") é empresa de capital fechado estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Banco"), com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com o conjunto de instituições que integram o mercado de meios de pagamento e com os regramentos e normas do Banco Central do Brasil, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

No mês de novembro de 2013 por meio de cessão onerosa dos direitos e obrigações adquiriu junto ao Banrisul as operações da rede de adquirência, desta maneira a Banrisul Cartões passou a operar em dois segmentos de negócios: (i) Adquirência, que contempla os serviços da rede de adquirência Vero de credenciamento de estabelecimentos comerciais, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, das principais bandeiras (Visa, MasterCard e VerdeCard), com os cartões de conta corrente do Banrisul e com os cartões vouchers BanriCard; e (ii) Vouchers, que abrange os serviços de emissão dos cartões de benefícios e empresariais BanriCard e administração dos convênios.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de emissores e conveniados.

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Os principais passivos financeiros são: cartões em circulação e contas a pagar a estabelecimentos.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado pelo valor original da transação.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados são ativos financeiros, com recebimentos fixos ou determináveis. São incluídos como ativos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

O montante corresponde às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços. O saldo de contas a receber de conveniados está acrescido da taxa do convênio.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e serviços. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída.

e) Cartões em circulação

Registram as obrigações referentes aos valores transacionados nos cartões de benefícios e serviços que aguardam fechamento da agenda financeira. Soma-se ao grupo a carga não utilizada nos cartões de benefícios pré-pagos.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis. São incluídos como passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e serviços nos estabelecimentos credenciados a Rede Vero.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado pelo valor original das transações, exceto as transações realizadas pelos cartões de benefícios e serviços, nos quais os valores estão deduzidos das taxas de intermediação.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

g) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2014 e 2013 não transacionou operações de longo prazo que se qualificassem a serem ajustadas. Também, analisou os realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente. O estudo apontou um efeito não relevante, considerando que grande parte da operação possui um ciclo financeiro inferior a 90 dias e, há um equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

h) Redução ao valor recuperável de ativos--Continuação

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na nota explicativa Nº 12.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis e atuariais, bem como para a depreciação contabilizada com base na vida útil dos bens. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período o qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

i) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

j) Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente será registrado na respectiva data de aprovação.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando os estabelecimentos comerciais solicitam a Companhia o recebimento correspondente às transações com cartões de crédito efetivamente realizadas antes do prazo de liquidação originalmente avençado, é reconhecida de uma única vez na data da transação, e classificada como receita financeira.

No segmento voucher, que compreende as transações realizadas através dos cartões de benefícios e serviços, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da fatura, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

I) Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

- (i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido" e de "contribuição variável".

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

I) Benefício a empregados--Continuação

(i) Planos de previdência--Continuação

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

I) Benefício a empregados--Continuação

(ii) Planos de saúde--Continuação

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Ativos e passivos financeiros--Continuação

m) Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais e estão apresentadas na Nota 22. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a administração da Companhia.

n) Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira.

A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

A Banrisul Cartões protocolou no BACEN os requerimentos necessários para o pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

o) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Administração estabelece estimativa e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Planos de pensão de benefícios definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

b) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

c) Redução ao valor recuperável de ativos

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros, com o intuito de verificar se ocorreu perda no valor contábil dos mesmos. Essa perda pode ser ocasionada pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

4. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações em fundos de investimento em renda fixa junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, com prazo médio inferior a 365 dias e resgate automático. A rentabilidade média dos fundos no ano de 2014 foi de 10,52%.

	2014	2013
Depósitos a prazo - CDI	-	106.090
Cotas de fundos de investimento	206.165	1.389
Total	206.165	107.479

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5. Clientes

	2014	2013
Valores a faturar (a)	12.399	11.223
Contas a receber de conveniados	59.864	51.946
Contas a receber de emissores (b)	684.445	298.725
Contas a receber de emissores - Banrisul (c)	506.565	489.076
Contas a receber - Tarifas (d)	40.635	24.775
Antecipação de recebíveis (e)	184.844	139.500
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.958)	(1.814)
Total	1.485.794	1.013.431

- (a) O saldo corresponde aos valores transacionados nos cartões de benefícios pós-pagos e os serviços contratados através do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.
- (b) O saldo corresponde aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras.
- (c) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações realizadas com o cartão Banricompras.
- (d) O saldo corresponde aos valores a receber referente às taxas de MDR (Merchant Discount Rate) e as tarifas cobradas pelo serviço da rede de aquisição. O MDR refere-se ao percentual sobre as transações cobradas dos estabelecimentos comerciais.
- (e) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis que serão recebidas dos emissores em até 360 dias da data de contratação das operações pelos estabelecimentos comerciais.

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2014	2013
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.247.508	863.718
Acima de 90 dias	224.950	140.880
Vencidos:		
Até 90 dias	9.235	6.367
Entre 91 e 180 dias	2.581	1.143
Entre 181 e 360 dias	1.186	954
Acima de 360 dias	3.292	2.183
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.958)	(1.814)
Total	1.485.794	1.013.431

Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2013	2013
Saldo anterior	1.814	1.603
Créditos recuperados no exercício	(9)	(130)
Créditos provisionados no exercício	1.153	341
Saldo final	2.958	1.814

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2014	Saldo Líquido em 2013
Sistemas de comunicação	10	122	(3)	119	-
Equipamentos de informática	20	19	(13)	6	-
Equipamentos de captura	33,3	3.170	(686)	2.484	-
Total		3.311	(702)	2.609	-

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2014
Sistemas de comunicação	-	122	-	(3)	119
Equipamentos de informática	-	7	-	(1)	6
Equipamentos de captura	-	3.170	-	(686)	2.484
Total	-	3.299	-	(690)	2.609

7. Cartões em circulação

	2014	2013
Alimentação e refeição	46.060	46.814
Salário	2.692	1.960
Cultura	1.851	-
Combustível e Manutenção Frota	622	499
Demais cartões	1.179	274
Total	52.404	49.547

8. Contas a pagar a estabelecimentos

	2014	2013
Contas a pagar – lojistas	1.320.961	875.143
Contas a pagar - fornecedores (a)	11.103	4.659
Total	1.332.064	879.802

(a) O saldo corresponde às obrigações com os parceiros e emissores.

A composição do contas a pagar por vencimento está apresentada a seguir::

	2014	2013
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.134.669	681.039
Acima de 90 dias	197.395	198.763
Total	1.332.064	879.802

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Provisão para riscos

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível e outras. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Movimentação das provisões

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2013	-	5.843	5.843
Adições	3	2.978	2.981
Reversões	-	(1.102)	(1.102)
Liquidações	-	(282)	(282)
Saldo em 31/12/2013	3	7.437	7.440
Adições	49	1.728	1.777
Reversões	(1)	(1.615)	(1.616)
Liquidações	(19)	(767)	(786)
Saldo em 31/12/2014	32	6.783	6.815

Da provisão mencionada, já foi depositado judicialmente o montante de R\$3.572 (R\$3.414 em 2013) para Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora), R\$32 (R\$32 em 2013) para Auto de Infração e R\$341 (R\$405 em 2013) para Depósito Recursal.

b) Causas possíveis

	2014	2013
Cível	2.294	2.033
Tributária	12.929	11.590
Trabalhista	7.076	5.825
Saldo final	22.299	19.448

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se principalmente a ações revisionais de débitos de cartão de crédito quando este produto era administrado pela Companhia, anterior ao ano de 2007.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Provisão para riscos--Continuação

b) Causas possíveis--Continuação

Contingências tributárias

Na esfera judicial há duas ações executivas vinculadas a ação anulatória de débito fiscal ajuizada em 2007, visando a desconstituição de lançamentos. A ação anulatória foi julgada totalmente procedente para declarar a nulidade dos créditos tributários, tendo sido interposto recurso de apelação pela Fazenda Nacional, o qual pende de julgamento. O processo da esfera administrativa se refere à decisão da Receita Federal que determinou a retificação do saldo negativo da DIPJ 2000, ano-calendário 1999; indeferiu pedidos de compensação e determinou a devolução de valores compensados com base no saldo negativo de 2000. Atualmente, há recurso interposto pela Companhia pendente de julgamento no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Contingências trabalhistas

Existem contingências trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$7.076 (R\$5.825 em 2013).

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

10. Créditos tributários

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, oriundo das provisões para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 9), das depreciações calculadas com base na vida útil dos bens (Nota 6) e benefícios pós-emprego (Nota 20), e estão classificados no ativo circulante e não circulante. Sobre esse valor é aplicado alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

10. Créditos tributários--Continuação

Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	2014				2013			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo inicial	3.299	(85)	(684)	2.530	2.725	-	(738)	1.987
Constituição	91	(44)	-	47	1.045	(85)	-	960
Reversão	(851)	-	684	(167)	(471)	-	54	(417)
Saldo final	2.539	(129)	-	2.410	3.299	(85)	(684)	2.530

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, em Provisões para outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem. A projeção da Administração para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada abaixo:

	2014
2015	184
2016	184
2017	184
Após 2018	1.987
Total	2.539

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1.800.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de 150.000. Conforme ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 72.360. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da Reserva de Expansão.

b) Distribuição de resultado

O Lucro Líquido do Exercício, no valor de R\$ 117.085, terá as seguintes destinações: (I) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social; (II) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de expansão

Para atender a projetos de investimento e expansão, a companhia reteve parte dos lucros do exercício. A retenção está justificada pelo orçamento de capital, aprovado na data de autorização para conclusão das demonstrações financeiras.

12. Imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	176.060	61.899
Adições (exclusões) - IRPJ		
Cotas audiovisual	210	200
Provisão para passivos contingentes	(654)	1.594
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	1.644	88
Tributos não recuperáveis	834	-
Outras Adições (exclusões)	267	-
Adições (exclusões) - CSLL		
Cotas audiovisual	210	200
Provisão para passivos contingentes	(654)	1.594
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	1.644	83
Tributos não recuperáveis	834	-
Outras Adições (exclusões)	244	-
(=) Base do IRPJ corrente	178.361	63.781
(=) Base do CSLL corrente	178.338	63.776
Imposto de renda	42.803	15.558
Outros	1	-
Contribuição social	16.051	5.740
IRPJ e CSLL correntes	58.855	21.298
IRPJ e CSLL diferidos	120	(543)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	58.975	20.755
Alíquota efetiva	33,1%	33,5%

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Alterações na Legislação Tributária

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 e está avaliando se optará ou não pela antecipação de seus efeitos, que deverá ser manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês a ser determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

13. Composição da receita operacional líquida

	2014	2013
Receita bruta	355.270	84.770
Impostos incidentes sobre serviços	(55.562)	(13.188)
Receita operacional líquida	299.708	71.582

14. Custo dos serviços prestados

	2014	2013
Pessoal	(8.918)	(4.391)
Processamento de dados e comunicação (a)	(46.290)	(11.682)
Intercâmbio (b)	(73.640)	(7.446)
Repasse parceiros (c)	(18.745)	(1.798)
Outros custos	(4.903)	(343)
Total	(152.496)	(25.660)

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Custo dos serviços prestados—Continuação

- (a) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.
- (b) Taxas cobradas pelos bancos emissores nas transações dos cartões de crédito e débito.
- (c) Custo do repasse da parcela de MDR devido aos parceiros nas transações dos cartões de débito e crédito.

15. Despesas administrativas e de pessoal

	2014	2013
Honorários a pessoas jurídicas	(2.035)	(377)
Serviço de terceiros – ressarcimento Banrisul	(1.329)	(777)
Patrocínios	(1.765)	(280)
Publicidade e Propaganda	(969)	(13)
Outros	(1.304)	(304)
Total despesas administrativas	(7.402)	(1.751)
Ordenados	(1.304)	(850)
Ordenados – ressarcimento Banrisul	(11.431)	(2.190)
Comissões – ressarcimento Banrisul	(2.727)	(265)
Outros	(1.059)	(512)
Total despesas de pessoal	(16.521)	(3.817)
Total	(23.923)	(5.568)

16. Outras despesas/receitas operacionais

	2014	2013
Despesas de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(1.777)	(2.978)
Reestruturação dos planos da FBSS	(1.130)	-
Despesa de serviços – Bandeiras	(884)	-
Tributos não recuperáveis	(834)	-
Outros	(2.496)	(232)
Total de outras despesas operacionais	(7.121)	(3.210)
Reversão de provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.616	1.102
Recuperação de encargos e salários	1.252	1.249
Recuperações PIS/COFINS	4.643	1.085
Outros	22	138
Total de outras receitas operacionais	7.533	3.574
Total	412	364

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Transações entre partes relacionadas

	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes de caixa	7.546	-	2.296	-
Depósitos e aplicações financeiras	206.165	14.884	107.479	12.275
Clientes (1)	578.673	24	563.453	52
Outros	20	-	-	-
Dividendos	(27.748)	-	(9.750)	-
Custos e despesas com a prestação dos serviços				
Reembolso custo/despesa de pessoal	-	(20.349)	-	(6.230)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	-	(12.377)	-	(3.146)
Reembolso despesas gerais	-	(6.886)	-	(777)
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	-	(159)	-	(133)
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios				
Dividendos	(59)	-	(21)	-
Banrisul Armazéns Gerais S.A.				
Clientes	76	9	185	1
Estado do Rio Grande do Sul.				
Clientes	3.840	288	3.518	578

Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

A Companhia possui acordo com o Banrisul para a cessão de empregados, onde a Companhia cedeu 1 empregado e recebeu 114, cujos custos são ressarcidos pelas partes.

Além disso, existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Cartões, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(1) As faturas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul possuem vencimentos de 30 dias.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

18. Remuneração da Administração

Foi pago durante o exercício de 2014 a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios) o montante de R\$ 1.686 (R\$ 414 em 2013).

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

19. Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Categoria	2014	
		Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	7.546	7.546
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	206.165	206.165
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.485.794	1.485.794
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	52.404	52.404
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	1.332.064	1.332.064

	Categoria	2013	
		Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	2.296	2.296
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	107.479	107.479
Clientes	Empréstimos e recebíveis	1.013.431	1.013.431
Cartões em circulação	Outros passivos financeiros	49.547	49.547
Cartões a pagar	Outros passivos financeiros	879.802	879.802

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas operações e aplicações financeiras com o Banrisul, seu controlador..

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos em renda fixa, com prazo médio inferior a 365 e resgate automático.. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos com derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar em conformidade com as práticas e governança corporativa atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela da Instrução Normativa CVM nº 475, no qual seriam as seguintes condições:

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras--Continuação

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2014.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2014.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2014.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e menos.

Cenário	2014			2013		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	111	2.747	5.417	73	1.801	3.537
Total	111	2.747	5.417	73	1.801	3.537

Definições:

- Taxa de juros - exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.
- Moeda estrangeira - exposições sujeitas à variação cambial.
- Renda variável - exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Para o do ano de 2014, do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 97,21%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 no valor total de R\$ 5,4 milhões.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para o período de 31 de dezembro de 2014 e 2013, preparados com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2014 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

	2014	2013
Obrigações (ativo) registradas no balanço patrimonial com benefícios de:		
Planos de pensão (PBI)	219	2.074
Planos de saúde, odontológico e medicamento	(379)	(249)
Plano prêmio aposentadoria (*)	161	134
Total	1	1.959

(*) A esse montante deverá ser considerado o valor de R\$65(2013 - R\$54) referente à complementação de encargos incidentes sobre a provisão de prêmio de aposentadoria, totalizando R\$226(2013- R\$188).

a) Descrição dos benefícios de longo prazo

O Banrisul é o principal patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Cartões S.A., da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - (Cabergs), assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social - (FBSS), instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social - (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

A partir de 06 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev (atualmente denominado FBPREV), que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo "contribuição variável", entrou em funcionamento em novembro de 2009. De sua implantação em diante, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Com a aprovação pela Previc dos novos planos de benefícios ao final de 2013, a Fundação Banrisul iniciou, em 03 de fevereiro de 2014, o processo de migração voluntária e incentivada dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I para: (i) Plano Saldado, que é constituído no modelo de Benefício Definido, no qual o montante acumulado por todos os participantes fica em uma conta coletiva, e (ii) Plano FBPREV II, que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida na fase de acúmulo de reserva e benefício definido durante o pagamento do benefício vitalício. O referido processo de migração foi encerrado em 03 de abril de 2014.

Em junho de 2014, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso do Patrocinador Banrisul Cartões, o valor aportado, calculado em fevereiro de 2013, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 5,5% a.a., é de R\$1.021, que foram transferidos para os novos planos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV e FBPREV II (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

b) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses econômicas		2014	2013
Taxa de desconto nominal		11,17% a.a.	10,56% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo		4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro		8,22% a.a.	8,22% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites		4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de crescimento do custo farmácia		5,50% a.a.	5,50% a.a.

Hipóteses demográficas		31/12/2014	31/12/2013
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%.		AT-2000 Basic desagravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983 desagravada em 50%		RRB 1983 desagravada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte, específica por sexo		Light Forte desagravada em 50%
Tábua de rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%.		Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Principais Riscos Atuariais

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Cartões está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

Variação na rentabilidade dos títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação - algumas obrigações dos planos de pensão do Grupo são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros prefixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do Brasil, onde os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

d) Descrições dos planos

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- (i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- (ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- (iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, a qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Instrução PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, combinadas com a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações do Plano de Benefícios I com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Plano de Benefícios Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual. Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano de Benefícios FBPREV II - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação.
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% e 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência.
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Benefícios FBPREV (anteriormente denominado Banrisulprev) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio-funeral, e benefícios com características de benefício definido, que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% aplicado sobre o salário de participação.
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência.
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento – a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) - a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

A composição do passivo atuarial líquido para os exercícios de 2014 e 2013 de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2014					
	Plano de Benefícios I	Plano Salda	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.497)	(10.416)	(203)	(12)	(440)
Valor Justo dos Ativos	5.278	10.533	232	19	819
Superávit/ (Déficit)	(219)	117	29	7	379
Teto do Ativo	-	(117)	(29)	(7)	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(219)	-	-	-	379
					(161)

Movimentação da Posição Líquida do Balanço em 31/12/2013					
	Plano de Benefícios I	Plano Salda	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(14.763)	-	-	(56)	(472)
Valor Justo dos Ativos	12.692	-	-	53	721
Superávit/ (Déficit)	(2.071)	-	-	(3)	249
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	(2.071)	-	-	(3)	249
					(134)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2014					
	Plano de Benefícios I	Plano Salda	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde
Em 1º de Janeiro	14.763	-	-	5	472
Custo de Serviço Corrente	16	-	-	(1)	1
Custo Financeiro	1.000	546	13	-	48
Contribuições dos Participantes do Plano	91	34	-	2	-
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Experiência	(723)	1.752	(17)	6	(25)
(Ganhos)/Perdas Atuariais - Premissas Financeiras	(379)	(482)	(8)	-	(25)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(1.022)	(546)	(7)	-	(17)
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(14)
Mudança de Plano	-	9.312	222	-	-
Redução do Plano	(238)	-	-	-	-
(Ganhos)/Perdas na Liquidação	(8.011)	(200)	-	-	-
No Final do Período	5.497	10.416	203	12	440
					161

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras – Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2013	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	16.241	-	-	5	510	143
Custo de Serviço Corrente	58	-	-	(1)	1	4
Custo Financeiro	1.357	-	-	-	43	12
Contribuições dos Participantes do Plano	62	-	-	1	-	-
(Ganhos) / Perdas Atuariais - Experiência	2.001	-	-	1	47	-
(Ganhos) / Perdas Atuariais – Premissas Financeiras	(3.816)	-	-	(1)	(100)	(25)
Benefícios Pagos sobre Ativos do Plano	(1.140)	-	-	-	(14)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Companhia	-	-	-	-	(15)	-
No Final do Período	14.763	-	-	5	472	134

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2014	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	12.692	-	-	2	721	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	890	517	16	-	68	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	200	1.985	(40)	13	30	-
Contribuições do Empregador	11	34	-	2	-	-
Contribuições dos Empregados	91	34	-	2	-	-
Benefícios Pagos	(1.022)	(546)	(7)	-	-	-
Transferências de Pagamentos	-	8.642	263	-	-	-
(Ganhos) / Perdas na Liquidação	-	(133)	-	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes	(7.584)	-	-	-	-	-
No Final do Período	5.278	10.533	232	19	819	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2013	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio Aposentadoria
Em 1º de Janeiro	14.275	-	-	1	625	-
Receitas de Juros sobre os Ativos do Plano	1.192	-	-	-	46	-
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	(1.719)	-	-	(1)	50	-
Contribuições do Empregador	22	-	-	1	-	-
Contribuições dos Empregados	62	-	-	1	-	-
Benefícios Pagos	(1.140)	-	-	-	-	-
No Final do Período	12.692	-	-	2	721	-

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em		Plano de	Plano Saldo	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio
31/12/2014		Benefícios I					Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior		(2.071)			(3)	249	(134)
Custo dos Serviços Correntes		8.233	(9.245)	(222)	-	(1)	(4)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido		(110)	(29)	-	1	20	(14)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente		1.302	598	(41)	-	80	(9)
Contribuições do Empregador		11	34	-	2	31	-
Benefícios Pagos		-	-	-	-	-	-
Transferências de Pagamentos		-	-	-	-	-	-
Transferência de Ativos devido à Migração de Participantes		(7.584)	8.642	263	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual		(219)	-	-	-	379	(161)

Movimentação do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido do Plano em		Plano de	Plano Saldo	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio
31/12/2013		Benefícios I					Aposentadoria
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior		(1.966)	-	-	(4)	115	(143)
Custo dos Serviços Correntes		(58)	-	-	1	(1)	(4)
Juros sobre o Ativo/(Passivo) do Benefício Líquido		(165)	-	-	-	3	(12)
Efeitos da Correção Reconhecidos no Resultado Abrangente		96	-	-	(1)	103	25
Contribuições do Empregador		22	-	-	1	29	-
Benefícios Pagos		-	-	-	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual		(2.071)	-	-	(3)	249	(134)

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Período do Pagamento Estimado	Plano de	Plano Saldo	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Prêmio
	Benefícios I					Aposentadoria
2015	605	913	19	0	17	2
2016	628	946	20	0	18	2
2017	648	979	21	0	18	3
2018	668	1.013	21	0	19	3
2019	688	1.047	21	0	23	4
2020 a 2024	3.728	5.935	110	1	106	414

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2014	Plano de Benefícios I				Plano de Benefícios II				Prêmio Aposentadoria			
	Ativos	Aposentados	Aposentados por Invalidez	Pensionistas	Total	Plano Saltdado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Aposentadoria	Prêmio
Ativos	-	28	-	9	37	2	2	3	2	1	5	5
Aposentados	-	-	-	-	-	27	-	2	-	42	-	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Pensionistas	-	-	-	-	-	4	-	-	-	9	-	-
Total	-	-	-	-	-	33	2	6	2	52	5	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2013	Plano de Benefícios I				Plano de Benefícios II				Prêmio Aposentadoria			
	Ativos	Aposentados	Aposentados por Invalidez	Pensionistas	Total	Plano Saltdado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV	Plano de Saúde	Aposentadoria	Prêmio
Ativos	4	61	12	77	154	-	-	-	1	1	5	5
Aposentados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-
Pensionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-
Total	4	61	12	77	154	-	-	-	1	61	5	5

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a empregados-- Continuação

e) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(298)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	324
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(85)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	92

Plano de Benefícios Saldado (PBS) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(518)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	563
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Aumento de 10%	(181)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽¹⁾	Redução de 10%	196

Plano de Benefícios FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(7)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	9
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	(2)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	4

Plano de Benefícios FBPREV (FBPREV) – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	-
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	-
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	(1)

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Plano de Saúde – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,17%	Aumento de 0,5%	(8)
Taxa de Desconto	11,17%	Redução de 0,5%	8
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Aumento de 10%	(3)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽³⁾	Redução de 10%	4

Auxílio Medicamento – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,17%	Aumento de 0,5%	(11)
Taxa de Desconto	10,17%	Redução de 0,5%	12
Tábua de Mortalidade		Aumento de 10%	(8)
Tábua de Mortalidade		Redução de 10%	9

Prêmio Aposentadoria – 31/12/2014

Descrição da Premissa	Dados Considerados no Laudo Atuarial	Avaliação do Impacto	Impacto em R\$ Mil Efeito na Obrigação
Taxa de Desconto	11,68%	Aumento de 0,5%	(7)
Taxa de Desconto	10,64%	Redução de 0,5%	7
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ agravada em 10%	Aumento de 10%	(1)
Tábua de Mortalidade	AT -2000 ⁽²⁾ desagravada em 10%	Redução de 10%	1

(1) AT – 2000 Basic segregada por sexo suavizada em 10%

(2) AT – 2000 Basic suavizada em 10%

(3) AT – 2000 suavizada em 10%

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

21. Resultado financeiro

	2014	2013
Rendimentos aplicações financeiras	14.884	12.275
Rendas com antecipação de recebíveis (a)	34.244	7.397
Outros	4.057	1.678
Total receita financeiras	53.185	21.350
Outros	(826)	(169)
Total despesas financeiras	(826)	(169)
Total	52.359	21.181

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação de recebíveis, quando da solicitação à Companhia, pelos estabelecimentos, do recebimento antecipado das transações com cartões de crédito efetivamente realizadas..

22. Segmento operacional

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, revisadas pela administração, e considera que os mercados de atuação estão segmentados conforme os serviços apresentados na nota explicativa nº 1.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil, concentradas na região sul.

Banrisul Cartões S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

22. Segmento operacional--Continuação

A receita gerada pelos segmentos reportados é oriunda, principalmente dos serviços da rede de adquirência e da gestão dos cartões de benefícios e serviços (voucher), abaixo detalhados:

- a) Adquirência: contempla os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não financeiras. A receita financeira obtida nas operações de antecipação de recebíveis também integra o segmento da adquirência.
- b) Voucher: contempla os serviços de administração dos cartões de benefícios e serviços relativos aos convênios alimentação, refeição, combustível, manutenção de frotas, gestão de despesas, cartão salário, desenvolvimento rural, entre outros.

	2014	
	Adquirência	Voucher
Receita de serviços	310.915	44.355
Receita de antec. Recebíveis	34.244	-
Receita total	345.159	44.355

	2013	
	Adquirência	Voucher
Receita de serviços	46.461	38.309
Receita de antec. recebíveis	7.397	-
Receita total	53.858	38.309

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
CIRCULANTE	9.543.875,49	8.455.493,50
DISPONIBILIDADES	6.378.813,95	5.684.788,52
Caixa	100.203,13	64.209,74
Bancos	818.812,88	643.278,25
Aplicações de Liquidez Imediata	5.459.797,94	4.977.300,53
DIREITOS REALIZÁVEIS	3.103.124,54	2.691.454,45
Permissionários	3.475.165,69	3.345.927,57
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(836.385,02)	(836.753,81)
Estoques	106.818,07	103.055,19
Impostos a Recuperar	20.985,56	26.124,64
Outros Direitos	336.540,24	53.100,86
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	61.937,00	79.250,53
Premios de Seguros	8.448,25	33.652,08
Despesas Administrativas	53.488,75	45.598,45
NÃO CIRCULANTE	13.256.545,90	10.282.718,62
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.024.271,19	720.943,58
Permissionários	229.414,55	207.410,07
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(229.414,55)	(196.400,04)
Depósitos Judiciais	1.024.271,19	709.933,55
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	12.208.731,56	9.538.231,89
Custo Histórico Corrigido	28.515.360,68	25.953.737,97
(-) Depreciações Acumuladas	(16.306.629,12)	(16.415.506,08)
TOTAL ATIVO	22.800.421,39	18.738.212,12

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
CIRCULANTE	2.801.818,56	3.385.938,96
Fornecedores	1.343.806,19	1.886.097,51
Ordenados e Salários a Pagar	137.341,60	108.362,93
Obrigações Sociais	455.249,17	494.434,79
Obrigações Tributárias	344.838,07	353.122,30
Provisões Constituídas	370.985,49	392.744,30
Outras Exigibilidades	149.598,04	151.177,13
NÃO CIRCULANTE	2.125.054,22	2.073.545,98
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.700.193,01	1.757.470,04
Credores por Caução	6.297,73	6.248,04
Obrigações Sociais e Fiscais	1.588.486,90	1.645.813,62
Provisões Constituídas	105.408,38	105.408,38
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	424.861,21	316.075,94
PATRIMONIO LIQUIDO	17.873.548,61	13.278.727,18
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	18.264.196,46
Capital Subscrito	21.877.617,98	18.264.196,46
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.373.243,85)	(8.354.643,76)
TOTAL PASSIVO	22.800.421,39	18.738.212,12

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.911.034,12	10.280.131,30
Serviços Prestados	10.911.034,12	10.280.131,30
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(736.636,48)	(629.205,80)
Impostos Incidentes s/ receitas	736.636,48	629.205,80
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	10.174.397,64	9.650.925,50
LUCRO BRUTO	10.174.397,64	9.650.925,50
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	788.905,16	652.824,74
Financeiras	455.475,93	392.758,42
Outras Receitas	333.429,23	260.066,32
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(9.712.143,92)	(9.761.732,68)
Pessoal	4.685.327,22	4.139.609,58
Gastos Gerais e Administrativos	1.047.064,65	1.221.870,08
Serviços e Seguros	15.612.918,25	14.256.175,77
Encargos, Impostos e Taxas	47.101,87	112.565,12
Depreciações e Amortizações	413.220,76	401.777,63
Financeiras	175.995,22	154.583,01
Provisões	32.645,72	631.846,04
Convênios	298.121,43	249.358,02
Outras Despesas	123.481,69	24.830,34
(-) Recuperação de Gastos	(12.723.732,89)	(11.430.882,91)
RESULTADO OPERACIONAL	1.251.158,88	542.017,56
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	1.250.277,51	567.072,11
(-) Provisão para Imposto de Renda	189.958,49	73.521,06
(-) Provisão para Contribuição Social	78.919,11	35.970,88
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	981.399,91	457.580,17
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,080855099	0,037698893

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.12	12.137.761,48	0,00	3.369.174,48	(8.812.223,93)	6.694.712,03
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	6.126.434,98				6.126.434,98
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				457.580,17	457.580,17
SALDO EM 31.12.13	18.264.196,46	0,00	3.369.174,48	(8.354.643,76)	13.278.727,18
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	3.613.421,52				3.613.421,52
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				981.399,91	981.399,91
SALDO EM 31.12.14	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.373.243,85)	17.873.548,61

[Handwritten signatures and initials]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2014 R\$	31/12/2013 R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	981.399,91	457.580,17
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	413.220,76	401.777,63
Provisão Contingências Trabalhistas	0,00	0,00
Provisão Perdas Recebimento Créditos	32.645,72	631.846,04
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento/Redução Direitos Realizáveis	(444.315,81)	(939.076,15)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	17.313,53	2.165,07
Aumento/Redução Realizável a Longo Prazo	(301.228,47)	(458.759,95)
Aumento/Redução Passivo Circulante	(584.120,40)	705.891,77
Aumento/redução Exigível Longo Prazo	(57.277,03)	(66.049,72)
Aumento/Redução Resultado Exercícios Futuros	108.785,27	23.578,77
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	166.423,48	758.953,63
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(3.085.819,57)	(5.572.879,70)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.085.819,57)	(5.572.879,70)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	3.613.421,52	6.126.434,98
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.613.421,52	6.126.434,98
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	694.025,43	1.312.508,91
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	5.684.788,52	4.372.279,61
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	6.378.813,95	5.684.788,52

[Handwritten signatures and initials]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão é constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2014	2013
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	16.941.487,15	16.938.048,81
Instalações	10	1.206.736,27	1.205.278,00
Veículos e Acessórios	20	402.594,20	399.108,96
Máq. Equipam. e Ferramentas	10	363.244,51	543.230,64
Móveis e Utensílios	10	356.014,62	416.850,38
Equipamentos de Comunicação	10	28.415,31	54.580,01
Outras Imobilizações	10	8.432,99	9.921,00
Obras em Andamento	0	8.424.225,31	5.532.271,70
Direito Uso Software	5	116.116,41	109.787,51
Equipamentos de Informática	276	299.032,93	375.599,98

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

SOMA	28.515.360,68	25.953.737,97
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(16.306.629,12)	(16.415.506,08)
VALOR RESIDUAL	12.208.731,56	9.538.231,89

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL


O Capital Social autorizado é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.


PAULINO OLIVO DONATTI
PRESIDENTE


CARLOS FREDERICO SCOTT BECKER
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


GERSON MADRUGA DA SILVA
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7



ceasa/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2014, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 13 de março de 2015.

Ivor Vicentini

Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS

Adriana Vieira Lara

Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Lino Bernardo Dutra

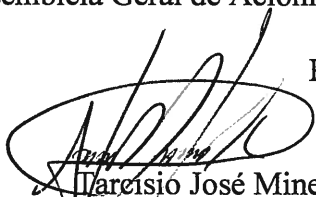
Representante do Governo do Estado do RGS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

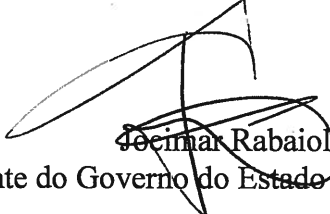
Porto Alegre, 18 de março de 2015.



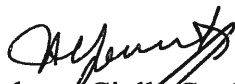
Marcílio José Minetto
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente



Gerson Cutruneo
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Jocimar Rabaioli
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



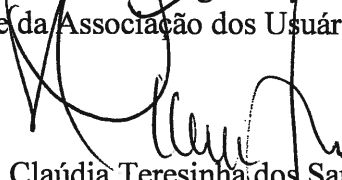
Humberto Ciulla Goulart
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Evandro Finkler
Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS



Gilberto Agia Moysés
Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS



Cláudia Teresinha dos Santos
Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 17.03.2015 as 11:52:20.

Válido até: 15.06.2015.

Código de Controle: 189665.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>109.339.217,98</u>	<u>78.439.858,54</u>
DISPONIBILIDADES	3.a	<u>12.785.814,40</u>	<u>12.749.810,26</u>
CAIXA E BANCOS		12.785.814,40	12.749.810,26
CRÉDITOS		<u>78.060.549,74</u>	<u>48.952.972,66</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	3.b	73.686.284,05	44.276.562,17
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.c	(214.106,11)	(336.346,43)
CRÉDITOS DE PESSOAL	3.d	2.269.322,47	1.977.508,66
OUTROS CRÉDITOS	3.e	2.319.049,33	3.035.248,26
ESTOQUES		<u>17.511.385,26</u>	<u>15.858.877,66</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	3.f	41.944,72	47.298,85
MATERIAIS INDIRETOS	3.f	734.988,70	794.958,23
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	3.g	16.734.451,84	15.016.620,58
 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		 <u>981.468,58</u>	 <u>878.197,96</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>47.063.103,53</u>	<u>42.017.814,00</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>2.639.752,47</u>	<u>2.463.696,19</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	3.h	2.634.870,14	2.450.949,33
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		4.882,33	12.746,86
INVESTIMENTOS	3.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
IMOBILIZADO	3.j e 4	<u>32.450.440,51</u>	<u>27.935.722,73</u>
INTANGÍVEL	3.k e 5	<u>11.821.522,15</u>	<u>11.467.006,68</u>
 <u>TOTAL DO ATIVO</u>		 <u>156.402.321,51</u>	 <u>120.457.672,54</u>



Rosalino Iv
Diretor Administrativo



Cláudio Crossetti Dutra
Diretor Vice-Presidente



Lino Kieling
Diretor Técnico



Carlson Janes Aquistapasse
Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>47.386.509,64</u>	<u>39.040.300,18</u>
FORNECEDORES		7.961.450,43	7.616.970,79
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		12.084.155,66	9.287.824,28
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		7.985.265,12	6.911.542,16
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		14.099.381,02	12.152.596,65
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	7.b	4.016.502,67	1.891.519,55
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.n	1.239.754,74	1.179.846,75
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>721.624,81</u>	<u>2.833.756,64</u>
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	7.b	721.624,81	2.833.756,64
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>48.108.134,45</u>	<u>41.874.056,82</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>105.009.999,92</u>	<u>75.009.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	6	105.009.999,92	95.509.999,92
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR		-	(20.500.000,00)
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>		<u>3.276.323,46</u>	<u>3.565.752,12</u>
RESERVA LEGAL		45.899,10	335.327,76
RESERVA ESTATUTÁRIA		3.230.424,36	3.139.074,20
RESERVA ESPECIAL		0,00	91.350,16
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>108.294.187,06</u>	<u>78.583.615,72</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>156.402.321,51</u>	<u>120.457.672,54</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68



CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10



LINO ROQUE CAMARGO KIBLING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.194-20



ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15





CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	RESERVA ESPECIAL			
SALDO EM 31.12.2012	50.009.999,92	7.863,68	317.057,73	2.883.293,74	-	0,00	53.218.215,07	
AUMENTO DE CAPITAL	25.000.000,00	-	-	-	-	-	25.000.000,00	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	365.400,65	365.400,65	
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:								
- RESERVA LEGAL	-	-	18.270,03	-	-	(18.270,03)	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	255.780,46	-	(255.780,46)	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	91.350,16	(91.350,16)	-	
SALDO EM 31.12.2013	75.009.999,92	7.863,68	335.327,76	3.139.074,20	91.350,16	0,00	78.583.615,72	
AUMENTO DE CAPITAL	30.000.000,00	-	-	-	-	-	30.000.000,00	
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	(768.402,54)	(768.402,54)	
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	478.973,88	478.973,88	
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							-	
- RESERVA LEGAL	-	-	(289.428,66)	-	-	289.428,66	-	
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	91.350,16	(91.350,16)	-	-	
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	
SALDO EM 31.12.2014	105.009.999,92	7.863,68	45.899,10	3.230.424,36	0,00	0,00	108.294.187,06	

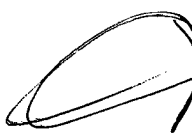
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.491-20



ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em reais)

	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	265.351.954,15	235.718.180,75
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(23.478.101,09)</u>	<u>(20.671.816,13)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	241.873.853,06	215.046.364,62
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(192.183.306,35)</u>	<u>(161.717.128,82)</u>
LUCRO BRUTO	49.690.546,71	53.329.235,80
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(52.410.008,01)</u>	<u>(55.087.307,61)</u>
DESPESAS COM VENDAS	(5.307.104,46)	(4.662.519,07)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(49.146.462,02)	(51.035.158,88)
DESPESAS FINANCEIRAS	(297.822,41)	(400.957,71)
RECEITAS FINANCEIRAS	2.341.380,88	1.011.328,05
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>3.174.942,37</u>	<u>2.128.845,52</u>
LUCRO OPERACIONAL	455.481,07	370.773,71
OUTRAS RECEITAS	26.348,70	13.088,99
OUTRAS DESPESAS	(2.855,89)	(18.462,05)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	478.973,88	365.400,65
IMPOSTO DE RENDA	-	-
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>478.973,88</u>	<u>365.400,65</u>
Lucro por lote de mil ações	1,11	0,95

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15

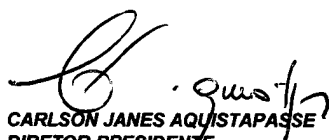

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em reais)**

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2014	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	478.973,88	365.400,65
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	16.502.143,27	12.001.666,17
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	12.851,29	453.763,99
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-	(214.762,83)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(768.402,54)	-
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	16.225.565,90	12.606.067,98
VARIAÇÕES DO ATIVO		
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	424.385,12	5.824,01
AUMENTO DOS ESTOQUES	(1.652.507,60)	2.900.875,39
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(176.056,28)	971.550,42
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(29.531.962,20)	(9.970.012,62)
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(103.270,62)	(117.841,71)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	3.019.226,53	2.580.760,11
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	650.189,54	1.283.845,69
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	2.146.141,84	515.699,26
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	61.188,79	136.981,46
AUMENTO DE FORNECEDORES	344.479,64	(5.638.100,55)
REDUÇÃO PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-	(736.413,42)
REDUÇÃO PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-	(349.565,34)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.592.619,34)	4.189.670,68
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	2.855,89	18.462,05
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(17.169.262,15)	(17.607.074,27)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(4.204.970,26)	(6.589.284,42)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(21.371.376,52)	(24.177.896,64)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	30.000.000,00	25.000.000,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	30.000.000,00	25.000.000,00
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	36.004,14	5.011.774,04

	2014	2013	VARIACÃO
CAIXA	5.775,56	2.651,38	3.124,18
BANCOS	801.775,42	347.731,34	454.044,08
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	11.978.263,42	12.399.427,54	(421.164,12)
	12.785.814,40	12.749.810,26	36.004,14

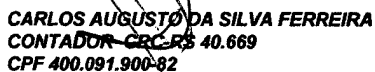
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR - CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em Reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**(a) Disponibilidades**

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência.

(c) Provisão para Devedores Duvidosos

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente impostos), impostos a compensar, e outros créditos tais como bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(g) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

(h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

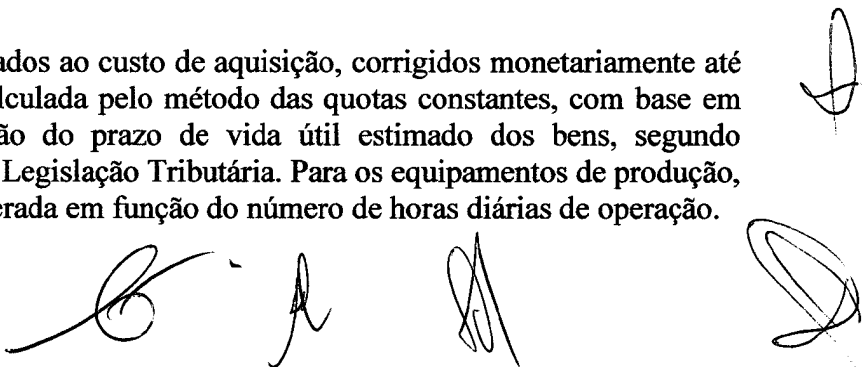
São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas, para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.



(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(l) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(m) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(n) Outras Obrigações

Neste item registramos as cauções de contratos recebidos pela Cia., os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados a terceiros.

(o) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

(p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

4. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	--x--	1.769.907,19	-- x --
Prédios	11.300.071,26	7.613.412,82	3.686.658,44	4%
Equip. de Produção	76.057.719,22	53.194.928,45	22.862.790,77	40%
Equip. de Apoio	3.529.371,95	3.125.341,40	404.030,55	20%
Instalações/Outros	10.960.299,20	7.478.643,19	3.481.656,01	17% (1)
Benf. Prédios de Terc.	978.124,24	864.716,69	113.407,55	20%
Imob. em andamento	131.990,00	-- x --	131.990,00	-- x --
Totais	104.727.483,06	72.277.042,55	32.450.440,51	

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei n.º 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

5. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	31.474.556,68	19.661.047,26	11.813.509,42	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--x--	2.911,08	-- x --
Marcas	5.101,65	--x--	5.101,65	-- x --
Totais	31.482.569,41	19.661.047,26	11.821.522,15	

6. Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 430.564.685 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	428.393.748	99,49
OI S.A.	ON	1.366.594	0,32
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,10
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,09
Total das ações		430.564.685	100,00

Em 2014 foi integralizado pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul, o valor de R\$20.500.000,00, subscrito em 26/11/2012, conforme Boletim e Ata de Assembleia Geral Extraordinária n.º 98.

Além do valor já mencionado foi subscrito e totalmente integralizado em 2014 pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul, o valor de R\$9.500.000,00, conforme boletim e Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 103 de 25/04/2014.

O valor patrimonial da ação em 31/12/14 é de R\$ 0,25.

7. Outras informações**(a) Coberturas de Seguros**

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	147.362.000,00
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* Ver abaixo
Seguro de Vida em Grupo	Morte e invalidez	18.291.000,00

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

O valor provisionado nessa rubrica foi determinado pela Administração e contemplam as estimativas sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

- As ações trabalhistas estão representadas por processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, reconhecimento de vínculo, horas extras, FGTS e diferenças de salários.
- As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

Contingência	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	4.016.502,67	483.497,33
Cíveis	-	238.127,48
Total	4.016.502,67	721.624,81

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCIUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

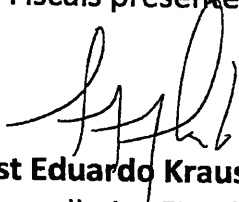
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2015/01

No décimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 11h, na sede da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, situada na Praça dos Açorianos, s/ n.º, Nesta Capital, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos Conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar e aprovar a seguinte pauta: 1) Encerramento do Exercício de 2014; 2) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES: 1) O Sr. Paulo Zborowsky, Gerente da DCF - Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária, apresentou o Encerramento do Exercício de 2014. Alguns aspectos relevantes foram destacados pelo Gerente: a) Em Créditos de Clientes está o Faturamento antecipado em dezembro de 2014 (valores pendentes de recebimento); b) Em Outros Créditos estão contemplados os seguintes itens: Adiantamento de férias, R\$ 2.268 mil; Impostos a recuperar, R\$ 431 mil; Reembolso funcionários cedidos, R\$ 429 mil; Bloqueio Judicial, R\$ 1.425 mil; e outros créditos, R\$ 35 mil; c) Em Estoques está o Diferimento de custo (serviços em andamento), no valor de R\$ 16.734.451,84 mil; d) Em Despesas do período seguinte: Seguros R\$51 mil; Vale transporte R\$74 mil; cartão refeição/alimentação R\$786 mil; e outras despesas R\$70 mil; d) Em Depósitos Judiciais está o valor de R\$ 1.366 mil; e) Para Imobilizado está a Aquisição de R\$ 17.169 mil, deduzido da depreciação acumulada no valor de R\$ 12.655 mil; f) Em Intangível está a Aquisição de software, de R\$ 4.205 mil,

PROCERGS - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Praça dos Açorianos, s/nº - Centro Histórico - CEP 90.010-340 - Cx. Postal 236 - Porto Alegre/RS - Brasil
PABX + 55 51 3210.3100 - Fax + 55 51 3227.5177 - www.procergs.rs.gov.br - procergs@procergs.rs.gov.br

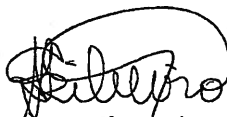
deduzido da amortização acumulada no valor de R\$3.850 mil. Nada mais a ser tratado, o Diretor Rosalino agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a reunião. Assim, foi lavrada a presente ata, que é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes.



Erwin Ernst Eduardo Krause Junior
Conselheiro Fiscal



Valmor Braga Simonetti
Conselheiro Fiscal



Aníger Lorena Ribeiro de Oliveira
Conselheira Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações legais, Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, art. 163, itens II e VII, estatutárias, Estatuto Social, art. 40º, e tendo acompanhado, através da Análise Econômica, Financeira e Fiscal, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, a gestão da entidade no exercício de 2014, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entendemos que as citadas demonstrações reproduzem, com fidelidade, a situação patrimonial financeira e fiscal da PROCERGS, naquela data, estando, assim, em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos acionistas.

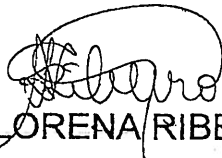
Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2015.



ERWIN ERNST EDUARDO KRAUSE JUNIOR



VALMOR BRAGA SIMONETTI



ANIGER LORENA RIBEIRO DE OLIVEIRA

PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA Nº 105

(Lavrada na forma de sumário, conforme art. 130, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76)

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, na sede social da **PROCERGS - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situada na Praça dos Açorianos s/nº, 3º andar, na Sala do Conselho, Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. **2 - PRESENCAS:** Conforme "Livro de Presença de Acionistas", folha nº 23, estiveram presentes o Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto da Fazenda, **Luiz Antônio Bins**, representante do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **Flávio Ferreira Presser**, representante da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento; o Sr. **Eduardo Dias Lopes**, representante do IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. **Gabriel Ribeiro de Campos**, representante da OI S.A., totalizando 100% (cem por cento) das ações da Companhia, instalando-se assim, a presente Assembléia Geral Ordinária. **3 - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidindo os trabalhos, o Excelentíssimo Senhor **Luiz Antônio Bins**, Secretário Adjunto da Fazenda, representante do Estado do Rio Grande do Sul, acionista majoritário e, como secretário, o Sr. **Antonio Ramos Gomes**. **4 - DAS PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Face a presença da totalidade dos representantes dos acionistas, em conformidade com o disposto no art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, estão dispensadas as formalidades das publicações legais de convocação para a presente Assembléia Geral Ordinária. **5 - ORDEM DO DIA:** a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2014; b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2014 e a distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; d) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal; e) Outros assuntos de interesse da Companhia. **6 - DELIBERAÇÕES:** Registrada a abstenção das decisões por parte da OI S.A, foi deliberado pelos acionistas o seguinte: **a) Exame das contas dos administradores e demonstrações financeiras encerradas no exercício de 2014:** A Assembléia de Acionistas aprovou as contas da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. **b) Deliberação sobre a destinação de lucro do exercício de 2014 e a distribuição de**

dividendos: A Companhia apresentou um lucro líquido, no exercício de 2014, no valor de R\$ 478.973,88 (quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos). Em função dos ajustes negativos de exercícios anteriores reconhecidos em 2014, no valor de R\$768.402,54 (setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos), a Companhia apresenta um prejuízo contábil registrado no Patrimônio Líquido de R\$289.428,66 (duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e seis centavos), devidamente compensado com Reserva de Lucros, conforme determina a legislação e, desta forma, impossibilitando qualquer destinação. Não foi constituída provisão para imposto de renda e para contribuição social sobre o lucro, em função do prejuízo fiscal apresentado, quando da apuração do lucro real.

c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal: A Assembléia Geral de Acionistas elegeu para o período de 1 (um) ano, a contar desta data, os seguintes membros do Conselho Fiscal: **TITULARES:** **Beatriz Gaspar Fagundes**, brasileira, solteira, servidora pública municipal, residente e domiciliada na Rua Washington Luis, 72, bairro Santa Lúcia, Campo Bom – RS, CPF nº 810.102.900-10, Documento de Identidade nº 307.344.9625 expedido pela SSP/RS; **Eloi Antonio de Paula**, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na Rua Pio XII, 321, bairro Centro, Sapiranga - RS, CPF nº 193.795.440-49 Documento de Identidade nº 300.607.8509, expedido pela SSP/RS; **Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro**, brasileiro, casado, servidor público estadual, residente e domiciliado na Rua Presidente Castelo Branco, 170, bairro Sítio São José, Viamão – RS, CPF nº 411.911.290-04, Documento de Identidade nº 9022477807, expedido pela SSP/RS; **SUPLENTES:** **Cristoferli Wingert**, brasileiro, casado, gestor público, residente e domiciliado na Rua Ida Guilhermina K., 162, bairro Metzler, Campo Bom – RS, CPF nº 97454427049, Documento de Identidade nº 3078584723 expedido pela SJS/RS; **Ricardo Prates Bassi**, brasileiro, divorciado, servidor público residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, 586, bairro Centro, Porto Alegre – RS, CPF nº 010965940-64, Documento de Identidade nº 1085218343 expedido pela SSP/RS; **Norton Soares da Rosa**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, residente e domiciliado na Rua Demetrio Ribeiro, 112, apto 501, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre – RS, CPF nº 016.327.180-14, Documento de Identidade nº 4091357493, expedido pela SSP/RS. **d) Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal:** Fica estabelecida a remuneração para os membros do Conselho de Fiscal em 15% (quinze por cento) sobre a média da remuneração mensal da Diretoria. **e) Em outros assuntos de interesse da Companhia,** nada foi deliberado. **7- ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Concluídos os assuntos do dia, o Senhor Presidente da Assembléia colocou a palavra à disposição dos Acionistas presentes. Não tendo ninguém se manifestado e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a

Assembléia, tendo eu Secretário, redigido, e feito lavrar a presente Ata, na forma sumária, autorizada pelo § 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Após lida e achada conforme em todos os seus termos, vai por todos os presentes aprovada e assinada, extraindo-se as cópias necessárias e destinadas aos fins legais.



Luiz Antônio Bins

Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul



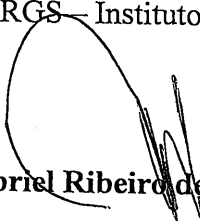
Flávio Ferreira Presser

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento



Eduardo Dias Lopes

IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul



Gabriel Ribeiro de Campos

OI S.A.



Antônio Ramos Gomes

Secretário



Pedro Ruthschilling

OAB/RS nº 11.906

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
REGISTRO.....	: RS-040669/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 400.091.900-82

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 13.03.2015 as 15:13:04.

Válido até: 31.03.2015.

Código de Controle: 189488.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (1)

Elifas Marion Kerller Simas (1)
Márcio Lopes Cairuga (1)
André Stalliviere (2)

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração

• Membros Titulares (3)

Ricardo Guimarães Moura
Mauri Nunes da Silva
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann
Gildo Antônio Feijó da Silva
Vanderlan Frank Carvalho
Vera Inêz Salgueiro Lermen

Presidente

• Membros Suplentes (3)

Artur José de Lemos Junior
Paulo Ricardo Salerno
Paulo Sérgio Nunes
Romano Matias Guerra

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto (4)
Felipe Rispoli Leal (6)
Helen Martins Cabral (6)
Giordano Borba de Freitas (6)
Jorge Luiz Santanna Harlacher (5)

Presidente



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

• **Membros Suplentes**

Roberto Carlos Scheidt de Lima (5)

Márcio Rogério Pilger (6)

Everton de Souza (6)

Beatriz Carlesso (7)

(1) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013

(2) Eleição e posse em 09.04.2014

(3) Eleição e posse em 03.02.2015

(4) Eleição e posse em 06.04.2011; reeleição em 23.04.2014;

(5) Eleição e posse em 23.04.2014

(6) Eleição e posse em 22.01.2014; reeleição em 23.04.2014;

(7) Eleição e posse em 20.08.2014



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

A economia brasileira encerrou o ano de 2014 com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu apenas 0,14% no período, e a taxa de juros (SELIC) encerrou o ano em 11,75%. A projeção de crescimento do PIB apresentada pelo Banco Central do Brasil para o ano era em torno de 2,00%, e essa diferença se deu em consequência do forte impacto que a economia brasileira sofreu com a crise internacional e pelo fato de o país ser grande exportador de *commodities* minerais e agrícolas. Seus maiores parceiros comerciais, entre eles China, Rússia e Índia, tiveram seu crescimento reduzido e, consequentemente,



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

reduziram suas encomendas ao Brasil, o que levou a uma retração da atividade econômica interna. Some-se a isto o fato de a Petrobrás, que é responsável direta por 10% do investimento total do país, ter sido atingida pela queda do preço internacional do petróleo o que trouxe incertezas quanto à exploração do pré-sal, fazendo com que o setor privado segurasse seus investimentos.

Além disso a inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,78% em dezembro, 0,27 ponto percentual acima da registrada no mês anterior. Desta forma, a inflação acumulada em 2014 atingiu 6,41%. Este percentual ficou acima da expectativa de 6,03% e acima da meta de 4,50%, chegando próximo do limite superior de 6,50%.

O ano também foi marcado pela recuperação da economia americana e consequente aumento do dólar que fechou 2014 em mais de R\$ 2,65. A queda nos preços das *commodities* e a crise econômica argentina foram os aspectos negativos no cenário internacional em 2014, prejudicando, principalmente, os setores exportadores.

No que se refere ao carvão mineral, finalmente houve êxito no Leilão A-5 realizado em novembro último. Porém, a perspectiva da CRM em fornecer o combustível a projeto termelétrico participante do certame não se confirmou, apesar do forte empenho dos técnicos e da diretoria da CRM.

Para o ano de 2014 estava previsto entrar em vigor o novo marco regulatório da mineração (Projeto de Lei nº 5.807/2013). O novo regulamento prevê a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM de 3% para 4%, o que representa elevação de custos, mas que, por outro lado, aumentará a arrecadação, principalmente dos municípios onde se localizam as minas. Além da elaboração de mapa geológico do país e transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em agência



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

reguladora, um dos pontos bastante criticado e apontado como retrocesso em relação à regulamentação atual é a eliminação do direito de prioridade, que hoje garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa. No entanto, o Projeto de Lei ainda está em trâmite.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2014 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C limitaram sua geração durante o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional que seria possível ser atingido pela CRM, face aos baixos índices pluviométricos e de acumulação de água nos reservatórios do Sistema Interligado e a consequente maior demanda por energia térmica. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 3.120.614t, ou seja, aproximadamente 94,6% do mínimo contratual, mas bem abaixo da produção que poderia ser obtida, considerando a capacidade instalada da mina (5.000.000 t/ano) e a demanda por geração térmica do período.

Na Mina do Leão, o fornecimento foi direcionado a empresas de Santa Catarina, totalizando 176.586t no ano, de carvão

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gêcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2010	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO % 2014/2013
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00
CE 5200	53.277	12.195	3.751	27.055	34.279	26,70
CE 4700	0	0	4.885	19.567	31.256	59,74
CE 4500	8.002	942	0	301	12538	4065,45
CE 4200	39.092	46.923	42.494	33.349	21.257	-36,26
CE 3300	1.699.102	2.000.466	2.776.961	3.264.605	3.137.128	-3,90
CE 5200*	15.831	0	0	0	0	0,00
CE 4200*	643	2.301	4.513	3.469	5.863	69,01
CE 5500*	1.583	4.797	2.945	6.000	8.951	49,18
ROM	0	0	0	2.969	3.431	15,56
TOTAL	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703	-3,06

* Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2014 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME no período. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
Carvão Vendável (t/ano)	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703
Total Homem/dia	83.483	109.702	115.049	108.813	122.123
PCV* (t/H/d)	21,77	18,85	24,65	30,85	26,65

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável - PCV



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM (R\$)

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
Receita Bruta Anual	105.861.897	149.481.715	158.665.290	171.671.942	185.169.567	7,86%
Receita Líquida Anual	99.741.480	142.682.298	151.508.331	162.404.735	168.291.438	3,62%
Custos dos Prod. Vendidos	67.641.658	78.520.447	104.135.365	111.338.705	114.788.343	3,10%
Resultado Bruto	32.099.822	64.161.851	47.372.966	51.066.031	53.503.096	4,77%
Despesas Operacionais	17.218.415	35.913.413	15.432.192	49.278.782	30.233.440	-38,65%
Res. Oper. antes Res. Financ.	14.881.407	28.248.438	31.940.774	1.787.249	23.269.656	1201,98%
Resultado Financeiro	-13.168.955	-43.031.041	-16.204.780	-7.636.708	-8.037.025	-5,24%
Resultado Operacional	1.712.452	-14.782.603	15.735.994	1.787.249	23.269.656	1201,98%
Investimentos	23.969.737	23.049.975	16.279.155	15.747.558	7.780.208	-43,61%

Valores em reais de 31/12/2014, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013
Receita Bruta Anual	131.578.994	176.952.696	173.755.553	178.167.310	185.169.567	3,93%
Receita Líquida Anual	123.971.740	168.903.717	165.917.913	168.549.470	168.291.438	-0,15%
Custos dos Prod. Vendidos	84.073.889	92.950.531	114.039.422	115.551.309	114.788.343	-0,66%
Resultado Bruto	39.897.852	75.953.186	51.878.492	52.998.162	53.503.096	0,95%
Despesas Operacionais	21.401.295	42.513.395	16.899.910	51.143.291	30.233.440	-40,88%
Res. Oper. antes Res. Financ.	18.496.557	33.439.791	34.978.582	1.854.871	23.269.656	1154,52%
Resultado Financeiro	-16.368.098	-50.939.064	-17.745.977	-7.925.650	-8.037.025	-1,41%
Resultado Operacional	2.128.459	-17.499.274	17.232.605	1.854.871	23.269.656	1154,52%
Investimentos	29.792.720	27.285.981	17.827.425	16.343.382	7.780.208	-45,66%
Produção carvão ROM (t)	2.015.205	2.207.739	2.914.363	3.366.843	3.430.900	1,90%
Pessoal Próprio	401	402	429	393	480	22,14%
IGP-DI	443,427	465,586	503,283	531,056	551,149	3,78%



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2014 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 7,8 milhões, incluindo investimentos em coligada. Estes recursos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

Entre os principais investimentos realizados estão a conclusão de oficina mecânica industrial, construção de novo vestiário e refeitório, todos na Mina de Candiota. Construção de Planta Piloto de Beneficiamento de Carvão a Seco, e continuidade no EIA-RIMA, ambos também em Candiota. As aquisições e contratações deram continuidade ao projeto de expansão da Companhia, que visa a redução de contratação de serviços terceirizados nos processos operacionais das minas.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2014 a CRM, naquela Unidade, deu continuidade à implantação do seu plano de melhorias através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios, visando a manutenção de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

oferecidos diversos cursos de qualificação profissional, entre eles, curso de segurança na operação de retroescavadeira e curso de segurança na operação de caminhão rodoviário basculante, por exemplo. Visando o bem estar de todos, foi dado início à reforma e ampliação da colônia de férias de Tramandaí. Além das iniciativas acima, a Companhia deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida que oferece ginástica laboral, grupo de corrida, massagens, atendimento odontológico, avaliações de saúde e revisão ergonômica dos locais de trabalho.

Como empresa pública, a CRM manteve seu compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado, sobretudo nas regiões em que atua. No ano de 2014 a Companhia apoiou 27 projetos em 10 diferentes municípios, totalizando R\$ 355.703,50 em patrocínios e convênios.

1.8. Meio Ambiente

Na Mina de Candiota foi iniciado processo de licenciamento no SELACA/FEPAM das florestas implantadas em áreas mineradas. Manteve-se o plantio de arbóreas nativas e a implantação de pastagens em áreas recuperadas. Ampliou-se de 15.000 mudas/ano para 30.000 mudas/ano a produção de árvores nativas e, conseqüentemente, houve aumento de doações para as escolas e municípios da região, além do aumento do plantio nas áreas regeneradas. A FEPAM expediu novas licenças (agora conjuntas) para as Malhas IV e VII (atuais áreas em mineração a céu aberto).

Iniciadas obras integrantes do Sistema de Gestão Ambiental de Candiota, abrangendo reforma da rampa de lavagem de veículos/equipamentos, prédio da lubrificação, instalação de caixas separadoras de água e óleo e adequação do sistema de esgoto sanitário.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Foi protocolado na FEPAM, em novembro de 2014, o EIA/RIMA da Jazida de Candiota, abrangendo todas as áreas de concessão da CRM na região. Está prevista a entrega, no primeiro semestre de 2015, da complementação do levantamento da fauna e do diagnóstico arqueológico da região, em fase final de conclusão.

Além disso, houveram as seguintes ações na Mina de Candiota:

- Recuperação de 10 hectares de passivo ambiental na malha II (experimento para avaliar o uso de solo alternativo para antigas áreas mineradas, onde a terra vegetal não foi aproveitada na época na regeneração ambiental);
- Construção de bacias de decantação para o tratamento das águas nas malhas IV e VII;
- Reaproveitamento de calcário proveniente da Usina Termoeletrica para correção do pH nos passivos ambientais (malha II);
- Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, através de poços instalados em torno da mina;
- Reconstrução dos solos minerados e o monitoramento da fertilidade (evolução das propriedades químicas e físicas);
- Investimentos em implementos agrícolas, a fim de fazer o plantio de plantas recuperadoras de solo;
- Negociação e avaliação química de composto orgânico para uso nos solos da Mina de Candiota;

Na Mina de Candiota, o índice de regeneração demonstrou que para cada 1 hectare minerado recupera-se 1,3 hectares, ou seja, há redução nos passivos ambientais da empresa.

A Mina do Leão manteve plano de expansão de áreas recuperadas nos arredores da planta de beneficiamento e pátios de estocagem, aumentando as áreas verdes nestes locais. Continuou a recuperar novas áreas junto à Mina São Vicente Norte, além de fazer a manutenção das áreas já recuperadas. Em novembro de 2014 a FEPAM renovou as licenças ambientais de operação da Mina São Vicente Norte.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gáucha Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Foi dado início à utilização das bacias de decantação e de polimento na Mina São Vicente Sul, em Minas do Leão, encerrando definitivamente o lançamento de efluentes da mineração diretamente no meio ambiente. O principal avanço nesta área, porém, foi a construção de barragem que, retendo para decantação e desacidificação por meio de adição de calcário as águas efluentes do Lavador, possibilitou, por meio de uma estação de bombeamento a reutilização em circuito fechado das águas do lavador, diminuindo assim a captação de água do Arroio Taquara, a acidez e o volume de particulados lançados no meio ambiente.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM (em hectares):

			2010	2011	2012	2013	2014
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		477	507	553	595	623
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		420	456	471	493	501
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		410	454	476	500	514
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		356	356	356	356	356
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		54	59	59	59	59
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		47	58	58	58	58
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA		41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		26	26	35	35	35
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		21	21	24	24	24
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA		27	39	41	42	45
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		5	11	16	16	46
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		3	9	13	13	15
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	Total	966	1.008	1.056	1.099	1.130
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	Total	861	908	937	959	967
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	Total	837	898	927	951	967




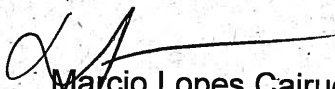
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.9. Perspectivas

A crise energética que vem passando o país em razão do baixo armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas gera uma perspectiva de aumento no despacho termelétrico em 2015, a fim de reduzir os riscos de problemas de fornecimento de energia ao país. Somando-se a isso, há para os próximos meses previsão de chuvas abaixo da média em diversas regiões do Brasil, conforme especialistas. Esta situação mostra a importância de uma matriz energética mais diversificada no país e, em relação à CRM, permite vislumbrar perspectivas positivas para a empresa, a médio e longo prazo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014


Elifas Mariom Kerller Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87


Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásócho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2014	2013
Circulante	135.200	111.293
Disponibilidades	22.522	18.146
Contas a receber de clientes	17.999	13.435
Créditos tributários (nota 2.5.3)	39.633	35.609
Demais contas a receber (nota 2.5.4)	4.006	473
Estoques (nota 2.5.5)	13.163	8.575
Despesas do exercício seguinte	37.877	35.055
Não Circulante	282.172	260.354
Realizável a longo prazo	22.524	1.179
Devedores por aquisição de imóveis	19	21
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.6)	1.221	1.158
Outros valores	21.284	0
Investimentos (nota 2.5.7)	170.523	170.481
Custo	170.523	170.481
Imobilizado (nota 2.5.8)	87.566	86.979
Custo	240.989	233.456
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(110.579)	(104.180)
(-) Provisão para ajuste valor mercado	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	(3.968)	(3.421)
Intangível	1.559	1.715
Total	417.372	371.647

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	2014	2013
Circulante	92.322	69.589
Fornecedores	11.746	8.287
Salários e encargos sociais	2.988	2.191
Tributos federais (nota 2.5.12)	9.744	3.082
Tributos estaduais e municipais	217	193
Provisão para contingências (nota 2.5.11)	5.497	2.752
Demais contas a pagar (nota 2.5.9)	31.859	32.534
Juros sobre o capital próprio	30.231	20.550
Dívida com controlada	40	0
Não Circulante	30.858	23.935
Tributos federais (nota 2.5.12)	14.887	14.404
Provisão para contingências (nota 2.5.11)	7.232	3.604
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.16)	5.747	5.927
Outros créditos	2.992	0
Patrimônio líquido	294.192	278.123
Capital social (nota 2.5.13.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.13.3)	11.227	11.505
Reserva de Lucros (2.5.22)	31.500	15.153
Total	417.372	371.647

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gácho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2014	2013
Receita líquida de venda (nota 2.5.14.a)	168.291	162.405
(-) Custo dos produtos vendidos	(114.788)	(111.339)
Lucro bruto	53.503	51.066
Despesas / Receitas operacionais	(19.268)	(30.751)
Comerciais	(2.047)	(2.358)
Gerais e administrativas	(33.957)	(24.179)
Outras despesas	(325)	(1.217)
Despesas Indedutíveis	(7.698)	(5.438)
Outras receitas (nota 2.5.14 d)	24.759	2.441
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	34.235	20.315
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.14 b/c)	(9.511)	(17.665)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	24.724	2.650
Contribuição social (nota 2.5.15)	(2.334)	(262)
Imposto de renda (nota 2.5.15)	(5.046)	(669)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	17.344	1.719
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.13.2)	7.576	6.894
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.21)	(1.455)	(863)
Lucro líquido do exercício	23.465	7.750
Lucro por lote de mil ações do capital social	2,02	0,63

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	15.889	857
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.733	6.872
Custo das baixas do ativo imobilizado	27	629
Juros e Variações Monetárias ativas	(1.005)	(663)
Juros e Variações Monetárias passivas	2.675	219
Provisão para contingências fiscais	2.744	211
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	3.628	44
Provisão Reversões tributárias, Trabalhistas e outras	(14.639)	11.178
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.380	930
Lucro líquido ajustado	23.432	20.277
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	(4.564)	(1.158)
Aumento estoques	(4.588)	5.984
Aumento/redução outras contas	(27.754)	(25)
Aumento/Redução créditos tributários	(4.024)	(6.170)
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	3.459	(1.280)
Aumento/Redução impostos e contribuições	6.989	(2.188)
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	797	133
Aumento outras contas a pagar	9.046	(1.114)
Transf. de Financ.de Longo Prazo para o Circulante	-	(68)
Outras Adições ao Passivo Não Circulante	2.992	(1)
Aumento/redução provisões contingências	6.373	-



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>12.158</u>	<u>14.390</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	-	(4.124)
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	(4.124)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(7.740)	(15.748)
Investimentos	(42)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(7.782)	(15.748)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.376</u>	<u>(5.482)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>18.146</u>	<u>23.628</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>22.522</u>	<u>18.146</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação</u>
Disponibilidades	<u>22.522</u>	<u>18.146</u>	<u>4.376</u>
Caixa	24	24	0
Disponibilidades em bancos	1.154	2.076	(922)
Aplicações financeiras	21.344	16.046	5.298
Numerário em trânsito	0	0	0



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gráfico Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2014

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Lucro do Exercício	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2012	251.465	11.864	13.788	-	365	24.114	24.479	277.117
Realização da Reserva de Reavaliação		(508)		508	508		508	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		149		7.751		7.751	7.751	149
Lucro líquido do exercício				(6.894)				7.751
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio			1.365	(1.365)				(6.894)
Reserva de Lucros								-
Saldos em 31 de dezembro 2013	251.465	11.505	15.153	-	508	7.751	8.259	278.123
Realização da Reserva de Reavaliação		(458)		458	458		458	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		180		23.465		23.465	23.465	180
Lucro líquido do exercício				(7.576)				23.465
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio			16.347	(16.347)				(7.576)
Reserva de Lucros								-
Saldos em 31 de dezembro 2014	251.465	11.227	31.500	-	458	23.465	23.923	294.192

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 regulamentado pela IN RFB nº 1.515/14 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

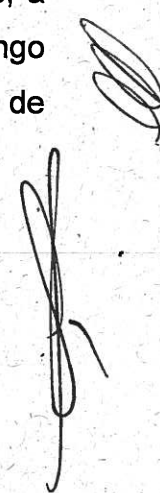
A Cia passou a adotar a partir de 01.01.2015 o RTD, conforme Lei nº 12.973/14, art. 1º, Lei nº 9.718/98, art. 14 (com redação dada pela Lei nº 12.814/13), Lei nº 9.964/00, art. 4º, e INs SRF 25/99 E 16/01.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações financeiras será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e CPC 12 E 30:

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 39.633 mil (R\$ 35.609 mil em 2013), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 13 mil (R\$ 5 mil em 2013);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 594 mil (R\$ 2.914 mil em 2013);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 121 (R\$ 105 em 2013);
- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 13.174 mil (R\$ 397 mil em 2013);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 1.440 mil (R\$ 13.208 mil em 2013);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 15.082 mil (R\$ 10.001 mil em 2013);
- g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 3.505 mil (R\$ 4.193 mil em 2013), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 1.915 mil (R\$ 2.142 mil em 2013);
- i) Amortização Parcelamento IRPJ – R\$ 3.789 mil (R\$ 2.644 mil em 2013);

2.5.4 Contas a Receber: R\$ 4006 mil (R\$ 473 mil em 2013), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 609 mil (R\$ 223 mil em 2013);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 701 mil (R\$ 22 mil em 2013);
- c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 2.365 mil
- e) Outros Valores – R\$ 331 mil (R\$ 228 mil em 2013);



2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Carvão	<u>2.942</u>	<u>2.404</u>
Produtos Acabados	1.138	919
Produtos em Elaboração	1.804	1.485
Almoxarifado	9.070	6.171
Estoque em poder de terceiros	1.151	0
Total	<u>13.163</u>	<u>8.575</u>

2.5.6. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.221 mil (R\$ 1.158 mil em 2013), tendo como valores mais relevantes:

- Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 0 mil (R\$ 86 mil em 2013);
- Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2013);
- Depósitos Trabalhistas – R\$ 500 mil (R\$ 342 mil em 2013);
- Questões Fiscais – R\$ 4 mil (R\$ 13 mil em 2013).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.7. Investimentos

O valor total de R\$ 170.523 mil corresponde a: R\$ 52 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.427 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos no ano de 2013.

2.5.8. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de câputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e CPC 27.

Durante o ano de 2014, não houve alguma ocorrência relevante que pudesse provocar alterações na vida útil econômica e valor residual já estimados para cada bem existente do ativo imobilizado atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130/99 e CPC 27.

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, BCTG 01 e 32 e CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de R\$ 3.968 mil. **Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:**

ITENS	SALDO EM 2013	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2014	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.899	0	0	0	0	1.899	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.669	0	0	0	0	5.669	0
Prédios de Uso/Residenciais	-9.832	0	0	29	0	9.861	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	11.053	0	(27)	17	0	11.043	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	113.722	2.536	0	(557)	0	115.701	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.204	418	0	114	0	2.736	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	2.831	227	0	890	0	3.948	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	841	186	0	(2)	0	1.025	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.761	183	(179)	9	0	7.774	0,27 a 45,99
Instalações	11.341	471	0	481	0	12.293	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Bens em Operação	188.332	4.021	(206)	981	0	193.128	
Deprec./Exaustão Acumulada	(104.648)	0	179	0	(6.733)	(111.202)	0
Subtotal	83.684	4.021	(27)	981	(6.733)	81.926	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
Subtotal	9.628	0	0	0	0	9.628	
Imobilização em Andam.	37.677	3.719	0	(981)	0	40.415	
Bens em Formação	37.677	3.719	0	(981)	0	40.415	0
Subtotal	130.989	7.740	(27)	0	(6.733)	131.969	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Impairment	(3.420)	(548)	0	0	0	(3.968)	0
Total	88.693	7.192	(27)	0	(6.733)	89.125	



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, em 2012, no montante de R\$ 170.427 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.9. Demais Contas a Pagar: R\$ 31.859 mil (R\$32.534 mil em 2013), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 145 mil (R\$ 117 mil em 2013);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 0 mil (R\$ 45 mil em 2013);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 886 mil (R\$ 773 mil em 2013);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5.891 mil (R\$ 5.162 mil em 2013);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 24.854 mil (R\$ 26.333 mil em 2013);
- f) Termos de convênios – R\$ 16 mil (R\$ 15 mil em 2013);
- g) Retenções contratuais – R\$ 67 mil (R\$ 40 mil em 2013).

2.5.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que era o credor deste financiamento, integralizou o total da dívida que em 2011 era de R\$ 108.148 mil em aumento do Capital Social.

2.5.11. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gásco Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2014	2013	2014	2013
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	5497	2.752	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	6663	3.302	500	342
Fiscais	0	0	4	13
Cíveis	569	302	0	0
	7.232	3.604	504	355
Total	12.729	6.356	504	355

A Companhia vem constituindo a provisão dos honorários de sucumbência no valor de **R\$ 3.059 mil**, cuja origem é o processo nº 11080.007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

Em 2014 a Companhia passou a constituir, conforme entendimento da consultoria jurídica Sbaraini, a provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de **R\$ 1.262 mil**, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Por fim, constitui provisão complementar ao parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, nos termos da lei nº 11.941/09 (REFIS) no valor de **R\$ 1.176 mil**.



2.5.12. Tributos Federais a Recolher: R\$ 24.631 mil (R\$ 17.486 mil em 2013)

Deste total, **R\$ 15.936 mil** (R\$ 15.395 mil em 2013) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

A decisão favorável (no segundo grau) proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança 5048981-801.2011.404.7100-RS permanece sem movimento processual que noticie a interposição de recurso especial ou extraordinário por parte da Fazenda Nacional.

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil** (R\$ 104 mil em 2013).

Provisão para IRPJ e CSLL no valor de **R\$ 7.380 mil** (R\$ 930 mil em 2013).

2.5.13. Patrimônio Líquido

2.5.13.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de **R\$ 251.465 mil** (R\$ 251.465 mil em 2013), representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2013), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de **R\$ 418.593 mil** (R\$ 418.593 em 2013)



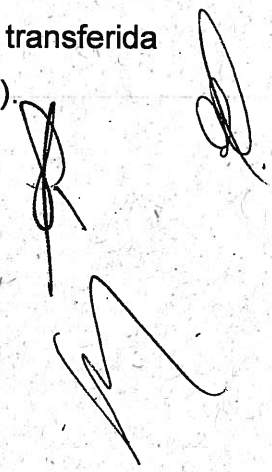
2.5.13.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 7.576 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.13.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 11.227 mil** (R\$ 11.505 mil em 2013) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 458 mil** (R\$ 508 mil em 2013).





COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.15. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.334	262
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.046	669

2.5.16. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reserva de reavaliação		16.974	17.432
Contribuição social	9%	1.528	1.569
Imposto de renda	15%	2.546	2.615
Adicional imposto de renda	10%	1.673	1.743
Provisão impostos diferidos		<u>5.747</u>	<u>5.927</u>



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cávulo Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.17. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.18. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Plano de previdência complementar	1.939	1.717

2.5.19. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.



2.5.20. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2014/2013 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBCTG 26, Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.21. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montante a ser distribuído, com base no regramento da participação nos Lucros ou resultados firmados entre a Cia e o sindicato será de 4,25% (quatro, vinte e cinco por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL, positivo, no montante de **R\$ 34.235 mil**, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado das operações O valor de **R\$ 1.455 mil**, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Este montante é distribuído de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

2.5.22. Destinação do Lucro do Exercício

Dos lucros apurados e existentes na Companhia em 31/12/2014, no montante de **R\$ 23.923 mil** em conformidade com o que preceitua a Lei 6.404/76 e o estatuto da Companhia, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas a seguinte destinação: para a Reserva Legal, **R\$ 1.196 mil**; a título de

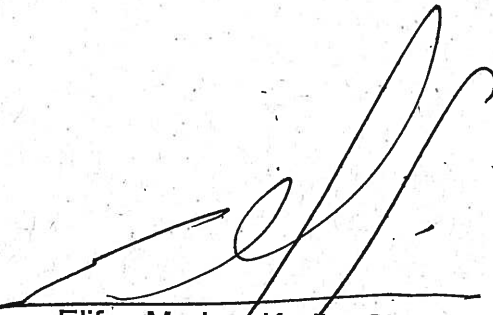


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gás e Energia Gerando Energia e Desenvolvimento Social

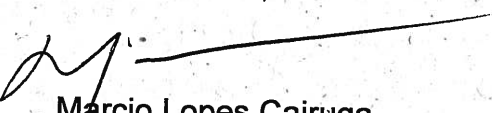
Juros sobre Capital Próprio, **R\$ 7.576 mil** imputados aos dividendos; à conta de Reserva Estatutária, **R\$ 2.423 mil**; e por fim à conta de Reserva para Contingências, **R\$ 12.728 mil**.

Os Juros sobre o capital próprio conforme orientação do Governo do Estado, através do Decreto nº 51.057/2013, deverá ser creditado o valor máximo permitido a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente e dentro dos limites de dedutibilidades legais.

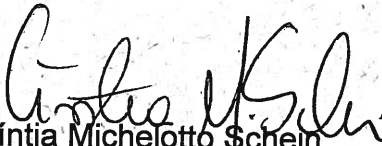
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.



Elifas Marioni Kerler Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87



Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



Cíntia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gêucho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

UHY Moreira50

auditoria.com.br

**AOS
DIRETORES E AÇIONISTAS DA
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
PORTO ALEGRE - RS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.8, letra "a", a companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

UHY Moreira50

uhy.com.br

2

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.1, a Lei nº 12.973/14 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revogou o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil entre outros. Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada a legislação societária e as normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. A companhia vai adotar a partir de 1º de janeiro de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 18 de março de 2014, com ressalva de que a companhia mantém conta credora no imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão. E ênfase de que conforme a nota explicativa nº 2.5.10, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, em 2012 a companhia reverteu o valor de R\$ 14.278 mil, com reflexo no resultado daquele exercício, referente ao parcelamento de débitos de tributos federais, com base em Mandado de Segurança com decisão favorável em segundo grau, visando à reinclusão no REFIS da Lei nº 11.941/09 e a reinclusão no referido programa REFIS pendente de homologação pela Procuradoria da Fazenda Federal.

Porto Alegre 18 de março de 2015.

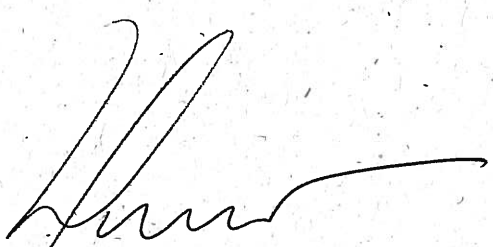
UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
DIEGO ROTHERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68683
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico



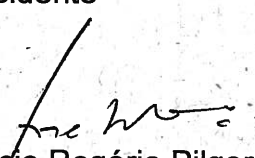
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2014 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2015, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.


Porto Alegre, 20 de março de 2015.




Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente




Márcio Rogério Pilger
CPF 802.864.370-15



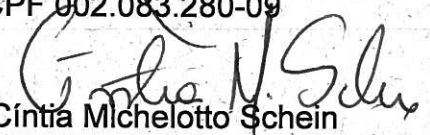
Jorge Luiz Santanna Harlacher
CPF 170.975.410-91



Helen Martins Cabral
CPF 667.451.870-00



Felipe Rispoli Leal
CPF 002.083.280-09



Cíntia Michelotto Schein
CPF 763.863.410-15
Contadora e Secretária da Sessão

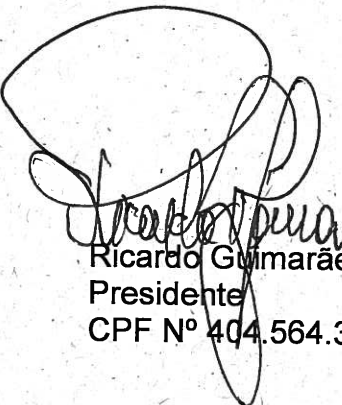


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Cervão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2014, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.


Porto Alegre, 20 de março de 2015.




Ricardo Guimarães Moura
Presidente
CPF Nº 404.564.390-72



Mauri Nunes da Silva
CPF Nº 300.421.350-87



Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann
CPF Nº 801.966.670-20



Vanderlân Frank Carvalho
CPF Nº 964.138.590-91



Vera Inêz Salgueiro Lermen
CPF Nº 259.547.330-15

**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

Composição da Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria (1)

Elifas Mariom Kerller Simas (1)

Marcio Lopes Cairuga (1)

André Stalliviere (2)

Diretor Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Técnico

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto (1)

Felipe Rispoli Leal (3)

Helen Martins Cabral (3)

Giordano Borba de Freitas (3)

Presidente

• Membros Suplentes

Márcio Rogério Pilger (3)

Everton de Souza (3)

Jorge Luiz Santanna Harlacher (4)

Roberto Carlos Scheidt de Lima (4)

(1) Eleição em 06.04.2011, reeleição em 24.04.2013.

(2) Eleição em 24.04.2014.

(3) Eleição e posse em 22.01.14, reeleição em 23.04.2014

(4) Eleição em 23.04.2014

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

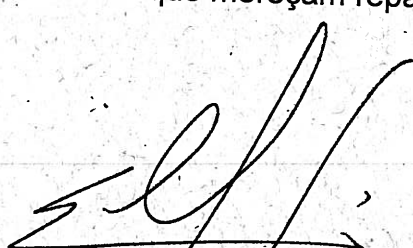
1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2014

A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, destaca o que segue:

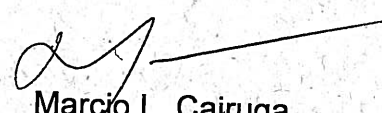
1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.



Elifas M. K. Simas
Diretor Presidente
CPF 252.982.750-87



Marcio L. Cairuga
Diretor Administrativo
CPF 882.422.180-72

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**
Em reais

Ativo	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	<u>82.654</u>	<u>40.361</u>
Disponibilidades	36.508	36.926
Conta Corrente Coligada	39.947	0
Créditos Tributários	2.155	2.155
Barrisul Rendimentos SIAC	4.044	1.280
Não Circulante	<u>(13.246)</u>	<u>(4.580)</u>
Bens em Formação	(13.246)	(4.580)
Total	<u>69.408</u>	<u>35.781</u>
Passivo		
Circulante	<u>15.836</u>	<u>16.143</u>
Outros Contas a pagar	15.836	16.143
Não Circulante	<u>1.750</u>	<u>8.665</u>
Dívidas com Controladora (nota 5.3)	1.750	8.665
Patrimônio Líquido	<u>51.822</u>	<u>10.973</u>
Capital Social	60.000	10.000
Reservas de Lucros	0	973
Prejuízos Acumulados	(8.178)	0
Total	<u>69.408</u>	<u>35.781</u>



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro**
Em reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e rec. operacionais	0	0
Resultado financeiro líquido	(8.897)	1280
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	(8.897)	1.280
Contribuição social	0	115
Imposto de renda	0	192
Resultado líquido do exercício	<u>(8.897)</u>	<u>973</u>

4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro
Em reais

	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro 2013	10.000	972		10.972
Aumento de Capital Social	50.000			-
Reserva de Lucros				50.000
Realização da Reserva de Lucros		(972)	972	-
Reserva de reavaliação				-
Ajustes de Exercícios anteriores				-
Lucro líquido do exercício			(8.897)	(8.897)
Saldos em 31 de dezembro 2014	60.000	0	(7.925)	52.075

COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.****5.1 – Contexto Operacional**

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis



As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 regulamentado pela IN RFB nº 1.515/14 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A Cia passou a adotar a partir de 01.01.2015 o RTD, conforme Lei nº 12.973/14, art. 1º, Lei nº 9.718/98, art. 14 (com redação dada pela Lei nº 12.814/13), Lei nº 9.964/00, art. 4º, e INs SRF 25/99 E 16/01.

5.3 – Dívidas com Controladora

A Companhia durante o ano de 2012 registrou dívidas com sua controladora, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, referente ao pagamentos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego.



COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO

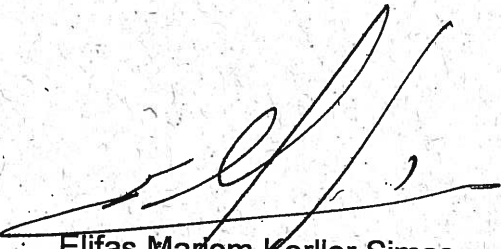
Como forma de prover meios ao cumprimento de obrigações fiscais dessa Cia, a Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração CRM, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento, em espécie, para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O efetivo adiantamento ocorreu no curso do ano de 2014 devido a necessidade financeira da COM submetida à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

5.4 – Prejuízo Contábil

Em 31 de dezembro de 2014 a Cia apresentou prejuízo de R\$ (8.896,72), sendo absorvido pelos lucros acumulados e pelas reservas, restando o valor remanescente de prejuízo de R\$ (7.924,30). A proposta será levada à Assembleia Geral Ordinária após procedimentos legais cabíveis.

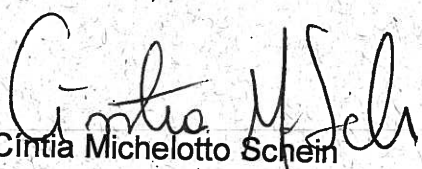
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.



Elifas Marlon Kerller Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87



Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72

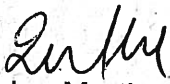


Cintia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15

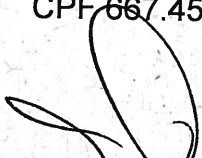
COM - COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO**PARECER DO CONSELHO FISCAL**


Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

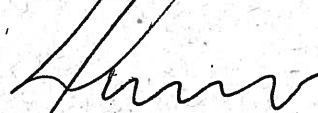
Porto Alegre, 20 de março de 2015.



Helen Martins Cabral
CPF 667.451.870-00

Márcio Rogério Pilger
CPF 802.864.370-15


Jorge Luis Santanna Harlacher
CPF 170.975.410-91


Felipe Rispoli Leal
CPF 002.083.280-09


Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente do Conselho


Cintia Michelotto Schein
CPF 763.863.410/15
Contadora e Secretária da Sessão

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013

Em Reais

ATIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante			
Disponível		139.117.797,29	141.443.770,79
Caixa e equivalentes de caixa		40.184.764,89	31.785.847,79
Direitos realizáveis até o exercício seguinte	NOTA 4	40.184.764,89	31.785.847,79
Contas a receber de clientes e outras		98.933.032,40	109.657.923,00
Estoques	NOTA 5	88.292.582,60	76.890.563,97
Impostos a Recuperar	NOTA 6	4.092.506,70	4.351.473,57
Despesas Antecipadas	NOTA 13	5.644.330,94	27.742.771,29
Outros Ativos		197.979,43	85.075,76
		705.632,73	588.038,41
Ativo Não Circulante			
Relizável a longo prazo		149.752.790,65	141.213.699,05
Contas a receber de clientes e outras		6.197.890,35	10.015.170,56
Impostos Diferidos Ativos	NOTA 5	-	175.027,90
Impostos a Recuperar	NOTA 13	1.609.256,40	1.534.010,54
Depósitos Judiciais	NOTA 13	1.233.567,27	1.515.818,15
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás		3.118.865,08	6.554.112,37
Outros Ativos	NOTA 19	182.422,05	182.422,05
		53.779,55	53.779,55
Investimentos			
Investimentos		48.772,40	48.772,40
		48.772,40	48.772,40
Intangível			
	NOTA 07	143.506.127,90	131.149.756,09
Imobilizado da Concessão - Terrenos		147.400,00	147.400,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		245.409.601,31	219.197.643,40
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		3.985.975,49	3.628.436,91
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		5.872.943,22	5.675.601,05
Imobilizado da Concessão - Veículos		752.809,00	752.809,00
Imobilizado da Concessão em Andamento		42.788.631,41	42.776.942,37
(-) Amortização Acumulada		(155.451.232,53)	(141.029.076,64)
TOTAL DO ATIVO		288.870.587,94	282.657.469,84

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



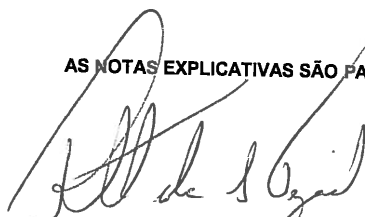

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104


BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013
 Em Reais

P A S S I V O

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013
Passivo Circulante			
Fornecedores de Mercadorias		167.097.966,57	167.855.249,66
Empréstimos e Financiamentos	NOTA 08	124.859.007,72	128.077.989,12
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		8.000.000,00	-
Impostos a pagar		2.780.567,26	2.540.010,55
Imposto de renda e contribuição social a pagar	NOTA 13	829.480,06	1.927.511,81
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 13	-	22.231.501,06
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás		11.623.107,22	10.143.375,15
Outros passivos		16.992.014,75	1.052.483,57
		2.013.789,56	1.882.378,40
Passivo Não Circulante			
Provisão para contingências		700.690,22	836.286,26
	NOTA 14	700.690,22	836.286,26
Patrimônio Líquido			
		121.071.931,15	113.965.933,92
Capital Social			
Capital Subscrito e Integralizado		81.186.711,84	81.186.711,84
	NOTA 10	81.186.711,84	81.186.711,84
RESERVAS DE CAPITAL			
Reserva de Lucros			
Reserva Legal		5.015.897,65	2.349.096,64
	NOTA 10	5.015.897,65	2.349.096,64
Dividendos a disposição da assembléia			
Dividendos Adicionais Propostos		34.869.321,66	30.430.125,44
	NOTA 11	34.869.321,66	30.430.125,44
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		288.870.587,94	282.657.469,84

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


 Roberto da Silva Tejedas
 Diretor Presidente
 CPF: 628.962.960-34


 Alex Dornelles da Silva
 Contador CRCRS n.º 64077
 CPF: 676.831.420-34



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013
Em Reais

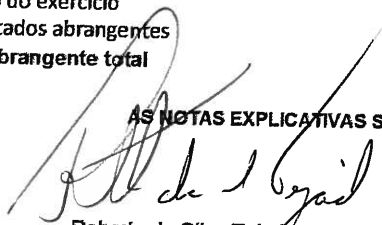
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013
Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços	NOTA 12	863.177.711,29	747.496.820,97
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	NOTA 16	(728.293.271,88)	(627.742.606,44)
Lucro Bruto	NOTA 16	134.884.439,41	119.754.214,53
Despesas e Receitas Operacionais			
Despesas com Vendas		(57.080.794,98)	(51.335.495,97)
Despesas Gerais Administrativas	NOTA 16	(8.256.498,85)	(11.459.726,69)
Outras Receitas Operacionais	NOTA 16	(49.421.689,59)	(45.541.276,75)
Receita de Construção - CPC 17		597.393,46	5.665.507,47
Custos de Construção - CPC 17	NOTA 21	26.398.252,49	32.616.447,54
	NOTA 21	(26.398.252,49)	(32.616.447,54)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		1.790.968,01	1.747.972,75
Despesas Financeiras		4.110.424,90	3.300.852,25
		(2.319.456,89)	(1.552.879,50)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			
Imposto de Renda	NOTA 13	79.594.612,44	70.166.691,31
Contribuição Social	NOTA 13	(17.376.512,72)	(15.970.855,23)
		(6.698.233,68)	(5.959.223,79)
Lucro após o Imposto de Renda e a Contribuição Social			
		55.519.866,04	48.236.612,29
Participação dos Empregados	NOTA 9	(2.183.845,74)	(1.254.679,47)
Lucro Líquido do Exercício			
Lucro por ação de capital social		53.336.020,30	46.981.932,82
		2,47	2,18

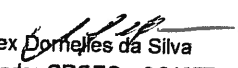
AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013
Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício			
Outros resultados abrangentes		53.336.020,30	46.981.932,82
Resultado abrangente total	NOTA 2	53.336.020,30	46.981.932,82

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


Roberto da Silva Tejas
Diretor Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Donzelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2014 e 31/12/2013

Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS		LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		67.655.593,20	13.531.118,64	32.633.373,52	0,00	113.820.085,36
Dividendos adicionais aprovados				(32.633.373,52)		(32.633.373,52)
Aumento de capital (capitalização da reserva legal)		13.531.118,64	(13.531.118,64)			-
Lucro líquido do exercício					46.981.932,82	46.981.932,82
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Constituição da reserva legal			2.349.096,64		(2.349.096,64)	-
Dividendos obrigatórios					(10.143.375,15)	(10.143.375,15)
Dividendo adicional sujeito a aprovação				30.430.125,44	(30.430.125,44)	-
Juros sobre capital próprio					(4.059.335,59)	(4.059.335,59)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		81.186.711,84	2.349.096,64	30.430.125,44	0,00	113.965.933,92
Dividendos adicionais aprovados				(30.430.125,44)		(30.430.125,44)
Lucro líquido do exercício					53.336.020,30	53.336.020,30
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	Nota 10		2.666.801,01		(2.666.801,01)	0,00
Dividendos obrigatórios	Nota 11				(11.623.107,22)	(11.623.107,22)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	Nota 11			34.869.321,66	(34.869.321,66)	-
Juros sobre capital próprio	Nota 11				(4.176.790,41)	-4.176.790,41
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		81.186.711,84	5.015.897,65	34.869.321,66	0,00	121.071.931,15

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Roberto da Silva Tejadães
Diretor Presidente
CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
Controlador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

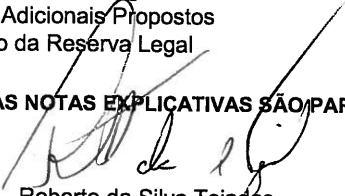



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 e 31/12/2013
Em Reais

	31/12/2014	31/12/2013
1 - Receitas		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.040.353.170,08	911.820.103,87
1.2. Outras receitas operacionais	631.396,21	2.082.517,07
1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-	3.610.075,46
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	845.205.251,63	738.047.054,96
2.2. Materiais, energia, serviço de terceiro e outros	30.705.394,45	30.310.693,35
2.3. Perda na realização de ativos	264.768,08	4.387.452,32
3 - Retenções		
3.1. Amortizações	14.992.337,54	13.966.757,20
4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	149.816.814,59	130.800.738,57
5 - Valor adicionado recebido em transferência		
5.1. Receitas financeiras	4.110.424,90	3.300.852,25
6 - Valor adicionado total a distribuir	153.927.239,49	134.101.590,82
7 - Distribuição do valor adicionado	153.927.239,49	134.101.590,82
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	18.096.883,24	15.120.074,01
Benefícios	6.370.128,07	4.789.673,86
FGTS	1.167.169,64	1.037.590,51
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	51.852.644,60	46.382.654,80
Estaduais	20.957.130,70	18.435.075,35
Municipais	58.378,93	49.413,16
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	268.355,64	-
Aluguéis	1.820.528,37	1.305.176,31
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	4.176.790,41	4.059.335,59
Dividendos Mínimo Obrigatório	11.623.107,22	10.143.375,15
Dividendos Adicionais Propostos	34.869.321,66	30.430.125,44
Constituição da Reserva Legal	2.666.801,01	2.349.096,64

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


Roberto da Silva Tejaças
Diretor Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

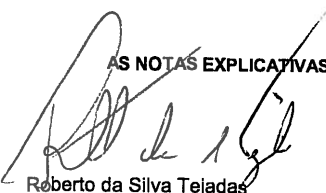



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em Reais

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	53.336.020,30	46.981.932,82
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	214.887,33	750.291,80
Amortização	14.992.337,54	13.966.757,20
	68.543.245,17	61.698.981,82
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes de outras	(11.441.878,06)	6.331.792,73
(Aumento) redução de estoques	258.966,87	(1.404.985,21)
(Aumento) de outros ativos	25.510.194,67	(3.883.416,80)
Aumento (redução) de fornecedores	11.858.889,86	21.357.289,57
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.231.501,06)	(6.547.068,39)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	72.497.917,45	77.552.593,72
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(27.845.068,97)	(36.614.829,66)
Baixa de intangível	496.359,62	499.553,03
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(27.348.709,35)	(36.115.276,63)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(40.573.500,59)	(32.633.373,52)
Juros sobre o capital próprio	(4.176.790,41)	(4.059.335,59)
Recebimento/Amortizações de Empréstimo	8.000.000,00	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(36.750.291,00)	(36.692.709,11)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.398.917,10	4.744.607,98
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	31.785.847,79	27.041.239,81
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	40.184.764,89	31.785.847,79

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


Roberto da Silva Tejedas
Diretor Presidente
CPF: 628.962.960-34


Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referente às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- Nota 7 - Intangíveis
- Nota 14 - Provisões para contingências

c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos

i - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Além disso, são registrados os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

ii - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

iii - Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2014 e 2013.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 9.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Diferido

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais foram amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia optou pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações e já foram totalmente amortizados.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 13.

o. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências, a liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

p. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

4) Caixas e Equivalentes de Caixas

Cliente	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	4.409,36	6.049,99
Banco Conta Movimento	14.538.458,79	5.442.223,33
Aplicações Financeiras	25.641.896,74	26.337.574,47
TOTAL	40.184.764,89	31.785.847,79

As aplicações financeiras foram no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 11,57%.

5) Contas a Receber de Clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A	14.554.689,39	19.736.472,31
Petrobras Distrib S/A	1.042.291,71	1.260.869,45
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	1.411.608,71	1.541.423,94
Gerdau S/A	3.098.189,17	2.002.494,59
Braskem S/A	4.772.007,02	5.653.580,34
Outros	65.288.779,69	48.449.554,78
PDD	-4.575.254,59	-4.360.367,26
TOTAL	85.592.311,10	74.284.028,15

Confissão de Dívida	31/12/2014	31/12/2013
Confissão de Dívida de Curto Prazo	2.700.271,50	2.606.535,82
TOTAL	2.700.271,50	2.606.535,82

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

Detalhe - Clientes	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas até 30 dias	1.249.296,70	1.491.946,15
De 31 a 60 dias	92.006,81	782.644,90
De 61 a 90 dias	42.157,72	279.286,69
Mais de 91 dias	7.481.881,32	2.865.986,20
Clientes Vencidos	8.865.342,55	5.419.863,94
A Vencer até 30 dias	54.011.056,80	42.400.525,46
De 31 a 60 dias	1.630.765,96	5.069.426,54
De 61 a 90 dias	0,00	0,00
Mais de 91 dias	0,00	442,41
Clientes a Vencer	55.641.822,76	47.470.394,41
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	64.507.165,31	52.890.258,35

6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

Estoques	31/12/2014	31/12/2013
Materiais de Manutenção	2.852.087,73	2.410.047,02
Materias de Conversão	1.240.418,97	1.941.426,55
Total	4.092.506,70	4.351.473,57

7) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil dos ativos em conformidade com o contrato de concessão e reconhecida no resultado do exercício.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2014	31/12/2013
Gasoduto em Serviço	10%	231.305.867,58	205.604.599,32
Máquinas e Equip. Operacionais	10%	14.082.493,70	13.571.804,05
Equipamentos e Móveis Administrativos	10%	3.912.359,15	3.554.820,57
Equip. de Proc. de Dados e Software	5%	5.872.943,22	5.675.601,05
Equipamentos de Transporte	5%	752.809,00	752.809,00
Gasoduto em Formação	-	37.506.134,27	37.099.653,83
Terrenos	-	147.400,00	147.400,00
Estoques (Tubos, Estações e Materiais)	-	5.290.339,29	5.706.917,57
Outros	-	87.014,22	65.227,34
(-) Amortização Acumulada		-155.451.232,53	-141.029.076,64
Total		143.506.127,90	131.149.756,09

Contas	31/12/2013	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2014
Gasoduto em Serviço	205.604.599,32	1.484.065,50		-	24.217.202,76	231.305.867,58
Máquinas e Equip. Operacionais	13.571.804,05	1.305.237,32		-685.933,43	-108.614,24	14.082.493,70
Equipamentos e Móveis Administrativos	3.554.820,57	431.546,31		-85.770,97	11.763,24	3.912.359,15
Equip. de Proc. de Dados e Software	5.675.601,05	494.701,94		-286.701,87	-10.657,90	5.872.943,22
Equipamentos de Transporte	752.809,00	-		-	-	752.809,00
Gasoduto em Formação	37.099.653,83	21.714.177,71		-	-21.307.697,27	37.506.134,27
Terrenos	147.400,00	-		-	-	147.400,00
Estoques (Tubos, Estações e Materiais)	5.706.917,57	2.385.418,31		-	-2.801.996,59	5.290.339,29
Outros	65.227,34	29.921,88		-8.135,00	-	87.014,22
Total do Custo	272.178.832,73	27.845.068,97		-1.066.541,27	-	298.957.360,43
(-) Amortização Acumulada	-141.029.076,64	-	-14.992.337,54	570.181,65	-	-155.451.232,53
Total Geral	131.149.756,09	27.845.068,97	-14.992.337,54	-496.359,62	-	143.506.127,90

Do total R\$ 1.066.541,27 de bens baixados, R\$ 673.792,72 são referentes baixas do sistema supervisorio que foram convertidas em créditos de PIS/COFINS. Tais créditos foram aproveitados após parecer jurídico favorável.

8) Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores de Gás Natural	89.766.461,92	93.859.644,59
Fornecedores de Gás Natural Importado	28.360.671,67	28.360.671,67
Fornecedores de Frete de Gás Natural	686.841,58	536.925,21
Fornecedores de Materiais Gasoduto	2.799.153,42	2.637.833,05
Fornecedores de Outros Materiais	925.815,71	901.729,95
Fornecedores de Serviços	2.320.063,42	1.781.184,65
	124.859.007,72	128.077.989,12

Detalhe - Fornecedores	31/12/2014	31/12/2013
A Vencer até 30 dias	63.829.579,83	64.452.385,09
De 31 a 60 dias	32.651.190,88	35.262.857,08
De 61 a 90 dias	17.565,34	2.075,28
Mais de 91 dias	-	-
Fornecedores a Vencer	96.498.336,05	99.717.317,45
AES SUL/YPF - Ver nota 5	28.360.671,67	28.360.671,67
Fornecedores Vencidos	28.360.671,67	28.360.671,67
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	124.859.007,72	128.077.989,12

9) Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo, são eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

b) Participação nos Lucros/Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 2.183.845,74 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais com setenta e quatro centavos) relativo ao exercício findo em 2014, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.047.444,03 (hum milhão, quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais com três centavos) em dezembro de 2014, assim restando e R\$ 1.136.401,71 (hum milhão, cento e trinta e seis mil quatrocentos e um reais com setenta e um centavos) a serem pagos em 2015.

10) Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
	21.562.644	100%	81.186.711,84

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 2013 a Reserva Legal acumulada de R\$ 13.531.118,64 foi incorporada ao Capital Social e, com isso, voltou a ser constituída. Ainda em 2013 foram reservados R\$ 2.349.096,64 e em 2014 R\$ 2.666.801,01, totalizando R\$ 5.015.867,65 a Reserva Legal Acumulada.

c) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2014 foi o seguinte:

	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas	53.336.020,30	46.981.932,82
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	2,47	2,18

11) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2014 VALORES (R\$)	31/12/2013 VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.336.020,30	46.981.932,82
RESERVA LEGAL	-2.666.801,01	-2.349.096,64
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-4.176.790,41	-4.059.335,59
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	46.492.428,88	40.573.500,59
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	5.927.784,68	5.173.121,33
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	5.695.322,54	4.970.253,82
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	17.783.354,04	15.519.363,98
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	17.085.967,62	14.910.761,47
TOTAL	46.492.428,88	40.573.500,59

b) Juros Sobre Capital Próprio

Em 31/12/2014, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4.176.790,41 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	2.130.163,11	-	2.130.163,11
Petrobrás Gás S/A	2.046.627,31	306.994,10	1.739.633,21
TOTAL	4.176.790,42	306.994,10	3.869.796,32

12) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2014	31/012/2013
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	1.040.353.170,08	911.820.103,87
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	5.412.799,62	4.136.659,19
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	17.145.355,04	16.415.800,19
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	675.410.293,12	622.293.132,13
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	53.115.280,77	49.224.229,44
RECEITA DE GÁS VEICULAR	84.388.637,16	84.589.552,19
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.111.673,29	-
RECEITA DE SERVICO DE DISTRIBUIÇÃO	99.452,88	-
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	203.669.678,20	135.160.730,73
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	177.175.458,79	164.323.282,90
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	13.787.519,72	12.795.540,64
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	63.506.150,96	58.937.035,33
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	99.877.809,99	92.590.706,93
ISS SOBRE SERVICO	3.978,12	-
RECEITA LÍQUIDA	863.177.711,29	747.496.820,97

13) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra Impostos e Contribuições a compensar ou a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Ativo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a Compensar	1.453.280,76	1.135.172,44
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.049.405,30	490.502,95
PIS/COFINS a Compensar	141.644,88	4.703.365,20
TOTAL	5.644.330,94	6.329.040,59
 Ativo Não-Circulante	 31/12/2014	 31/12/2013
ICMS a compensar	1.233.567,27	1.515.818,15
IR/CSLL Diferidos	1.609.256,40	1.534.010,54
TOTAL	2.842.823,67	3.049.828,69

b) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes dos impostos	79.594.612,44	70.166.691,31
Dedutibilidade dos juros sobre capital próprio	-4.176.790,41	-4.059.335,59
Dedutibilidade da participação dos empregados	-2.183.845,74	-1.254.679,47
	73.233.976,29	64.852.676,25
Adições:		
Provisões trabalhistas	106.639,65	2.078.771,01
Provisões cíveis	6.424,02	340.161,02
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	214.887,33	750.291,80
Participação dos administradores	71.033,02	42.937,08
Incentivos estaduais e federais	1.218.065,00	723.011,30
Outras despesas não dedutíveis	48.357,13	60.443,61
Total das adições	1.665.406,15	3.995.615,82
Exclusões:		
Reversão de provisões	248.659,71	1.746.379,97
Outras receitas dedutíveis	4.592,66	1.779,02
Total das exclusões	253.252,37	1.748.158,99
Base de cálculo da CSLL e IRPJ:	74.646.130,07	67.100.133,08
Cálculo da Contribuição Social		
Alíquota de 9%	6.718.151,71	6.039.011,98
CSLL diferida sobre provisões	-19.918,02	-79.788,19
Contribuição social do exercício	6.698.233,68	5.959.223,79
Cálculo do Imposto de Renda		
Alíquota de 15%	11.196.919,51	10.065.019,96
Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)	7.440.613,01	6.686.013,31
Incentivos federais aproveitados no exercício	-1.205.691,96	-558.544,18
IR diferido sobre provisões	-55.327,84	-221.633,86
Imposto de renda do exercício	17.376.512,72	15.970.855,23

c) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

Passivo Circulante	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	31.878,62	305.424,92
COFINS	176.380,88	288.806,02
PIS	38.293,21	62.701,30
IRPJ e CSLL	-	817.770,37
Outras Obrigações	582.927,35	1.270.579,57
TOTAL	829.480,06	2.745.282,18

d) Impostos e Contribuições Diferidos (Ativo Não Circulante)

IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2014	31/12/2013
Provisão Devedores Duvidosos	1.555.586,56	1.482.524,87
Provisões Cíveis	53.669,85	51.485,68
TOTAL	1.609.256,41	1.534.010,55

14) Provisões para Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2014, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. O processo avaliado como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	6.493.142,18	2.592.705,80	9.085.847,98
Processos com Provável Perda (Provisionados)	157.852,49	542.837,73	700.690,22
TOTAL	6.650.994,67	3.135.543,53	9.786.538,20

Dentre as causas classificadas como possíveis (não provisionadas) está o processo cível de valor relevante movido pela empresa Qualysolda RS Engenharia Ltda. contra a Companhia. O valor da causa atualmente está em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 2013	Reversões 2014	Adições 2014	Saldo Final 2014
Provisões Trabalhistas	684.857,79	-248.659,71	106.639,65	542.837,73
Provisões Cíveis	151.428,47	-	6424,02	157.852,49
TOTAL	836.286,26	-248.659,71	113.063,67	700.690,22

15) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o Grupo Petrobras S.A.:

Composição dos Saldos	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante		
Contas a Receber BR Distribuidora	1.042.291,71	1.260.869,45
Contas a Receber Petrobras	<u>14.554.689,39</u>	<u>19.736.472,31</u>
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	<u>89.766.461,92</u>	<u>93.859.644,59</u>
Composição dos Saldos	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	27.029.800,05	28.446.682,42
Petrobras S/A	252.387.817,57	206.763.397,00
Compra de Gás Natural		
Petrobras Global Trading	145.289.123,81	88.319.246,26
Petróleo Brasileiro S/A	<u>512.005.645,30</u>	<u>481.755.370,92</u>

b) Remuneração – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2014	31/12/2013
Administradores	442.395,74	393.404,62
Conselho de Administração	142.607,25	144.542,40
Conselho Fiscal	71.222,82	65.043,60
Total	<u><u>656.225,81</u></u>	<u><u>602.990,62</u></u>

16) Despesas por Natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2014	31/12/2013
Compra de Gás e demais insumos	-705.430.637,15	-606.741.106,28
Custos de Operação e Manutenção da Rede	-8.901.697,69	-8.100.695,60
Amortização Operacional	-13.960.937,04	-12.900.804,56
Amortização Administrativa	-1.031.400,50	-1.065.952,64
Despesas com Materias e Serviços	-22.338.826,44	-26.786.688,27
Despesas com Pessoal	-29.243.158,23	-24.060.894,04
Despesas Tributárias	-7.248.649,01	-6.342.147,96
Outras Receitas e Despesas Operacionais	597.393,46	5.665.507,47
Total	-787.557.912,60	-680.332.781,88

	31/12/2014	31/12/2013
Classificadas como:		
Custo dos Produtos Vendidos	-728.293.271,88	-627.742.606,44
Despesas de venda, administrativas e gerais	-57.080.794,98	-51.335.495,97
Participação dos Empregados	-2.183.845,74	-1.254.679,47
Total	-787.557.912,60	-680.332.781,88

17) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras	2.627.868,18	1.545.209,92
Descontos Obtidos	231.065,51	387.838,11
Juros Recebidos	784.125,28	998.785,76
Multa Contratual	290.213,03	187.532,79
Variação Monetárias Ativa	177.152,90	181.485,67
Total	4.110.424,90	3.300.852,25

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas Financeiras		
Descontos Concedidos	-25.075,26	-39.890,47
Despesas Bancárias	-212.649,63	-138.149,25
Despesas de Cobrança	-238,04	-5.562,61
IOF e demais despesas sobre empréstimos	-5.479,25	-134.812,05
Juros Pagos	-16.245,04	-5.145,84
Juros sobre Empréstimos	-268.355,64	0,00
Multa por Atraso de Pagamento	-27.864,98	-13.967,85
Variação Cambial	-1.758.429,98	-1.208.979,45
Variação Monetária Passiva	-5.119,07	-6.371,98
Total	-2.319.456,89	-1.552.879,50

18) Seguros

A companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
Mafre Vera Cruz	Patrimonial	até março/2015	R\$ 10.050,00
Liberty	Veículos	até maio/2015	R\$ 14.850,90
Ace Seguradora	Responsabilidade Civil	até agosto/2015	R\$ 38.405,42

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

19) Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobras, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

20) Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

21) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2014	2013
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	26.398.252,49	32.616.447,54
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	26.398.252,49	32.616.447,54
MARGEM	0	0

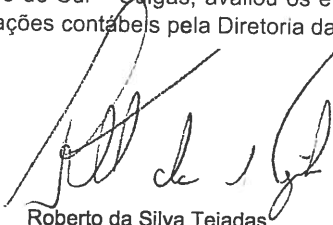
22) Nota referente Lei 12.973/2014:

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e regulamentada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.515/2014, 1.492/2014 e nº 1.397/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.492, de 17 de setembro de 2014, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição – RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 elimina potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados ao pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.


A Administração, baseada em análises sobre os efeitos decorrentes da aplicação da referida lei, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação a legislação vigente e risco de tributação adicional sobre os dividendos distribuídos no ano-calendário de 2014 e, com isso, não optou pela aplicação antecipada no exercício de 2014.

23) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 18 de fevereiro de 2015, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa.


Roberto da Silva Tejedas
Diretor Presidente


Daru Etchichury Filho
Diretor Administrativo-Financeiro


Flávio Ricardo Soares de Soares
Diretor Técnico-Comercial


Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS

Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da ***Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia")***, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da ***Companhia*** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ***Companhia*** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da ***Companhia***. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas

e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS*, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir Parecer sobre as Demonstrações Contábeis referida no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar mais informações sobre a *SULGÁS*, não é requerida como parte integrante das Demonstrações Contábeis, contudo foi submetida aos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 28 de fevereiro de 2014.

Porto Alegre, 17 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S

CRC/RS 1544



DANIEL EDUARDO RODRIGUES

CONTADOR CRC/RS 30361

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações Patrimoniais, com as respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Foram verificadas e avaliadas as proposições de destinação de resultados para pagamento de dividendos após constituição de Reserva Legal, que estão sendo encaminhadas pela Administração da SULGÁS à deliberação de Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Nesse particular cabe destacar a opinião desfavorável da Conselheira Fiscal, Sra. Paula Danyelle Almeida da Silva, quanto ao pagamento de 100% (cem por cento) dos dividendos, pois considera recomendável a constituição de reserva de Retenção de Lucros para Investimento, considerando o orçamento de capital já aprovado pela Administração da Companhia, sem prejuízo da constituição de dividendos para pagamento até o final do exercício de 2015, condicionado à existência de caixa para tal fim e anuência do BNDES.

Tomando como base o parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2015, e as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia ao longo do exercício, inclusive o conforto técnico sobre a destinação do resultado do período na forma de Dividendos sem prejuízo à estrutura financeira da SULGÁS, esse conselho é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou esta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Porto Alegre, 24 de março de 2015.


Paula Danyelle Almeida da Silva
Presidente do Conselho


Vera Inez Salgueiro Lermen
Membro do Conselho


Paulo Ricardo Salerno
Membro do Conselho

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

<div><div><div><div><div><div></div><div>CADIP</div><div>Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.</div></div><div>»»» Continuação</div></div></div><div><div><div><div><div>CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.</div><div>COMPANHIA ABERTA</div><div>CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8</div><div>AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)</div></div><div><div><div><div><div><div></div><div>GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL</div><div>SECRETARIA DA FAZENDA</div></div></div><div><div><div></div><div></div><div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>																																									
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 Em milhares de reais		Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis																																							
<div><div><div><div><div><div>2.1. Base de preparação</div><div>As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apre-sentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</div><div>A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.</div></div><div><div>2.2. Caixa e equivalentes de caixa</div><div>Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimen-tos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou me-nos e com risco insignificante de mudança de valor.</div></div><div><div>2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge</div><div>A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que pos-sa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de <i>hedge</i>, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.</div><div>Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.</div></div><div><div>2.4. Provisões</div><div>As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A des-pesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</div></div><div><div>2.5. Reconhecimento da receita</div><div>A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.</div></div><div><div>3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos</div><div>As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.</div><div>Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com pro-babilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.</div></div><div><div>Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro</div><div>A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.183 (2013 - R\$ 21.936), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.183 (2013 - R\$ 21.936), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conser-vadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.542 (2013 - R\$ 7.458), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Compa-nhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 126 (2013 - R\$ 118). Neste exercício social, atendendo pleito da Companhia, a Receita Federal do Brasil restituiu créditos tribu-tários oriundos de Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro.</div></div><div><div>4. Caixa e equivalentes de caixa</div><div><table><tr><td></td><td><u>2014</u></td><td><u>2013</u></td></tr><tr><td>Bancos - conta movimento</td><td>188</td><td>105</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td><u>22.485</u></td><td><u>21.885</u></td></tr><tr><td></td><td><u>22.673</u></td><td><u>21.990</u></td></tr></table><div>As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Inte-grado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.</div></div></div><div><div>5. Tributos a recuperar</div><div><table><tr><td></td><td><u>2014</u></td><td><u>2013</u></td></tr><tr><td>Contribuição social a compensar</td><td>0</td><td>196</td></tr><tr><td>Imposto de renda a compensar</td><td><u>0</u></td><td><u>744</u></td></tr><tr><td></td><td><u>0</u></td><td><u>940</u></td></tr></table></div></div><div><div>6. Partes relacionadas</div><div>Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.</div></div><div><div>7. Patrimônio líquido</div><div><div><div>(a) Capital social</div><div>Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social subscrito e integralizado, totalizando R\$ 10.200, é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nomina-tivas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.</div></div></div></div></div></div></div></div>		<u>2014</u>	<u>2013</u>	Bancos - conta movimento	188	105	Aplicações financeiras	<u>22.485</u>	<u>21.885</u>		<u>22.673</u>	<u>21.990</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>	Contribuição social a compensar	0	196	Imposto de renda a compensar	<u>0</u>	<u>744</u>		<u>0</u>	<u>940</u>	<div><div><div><div><div>(b) Reservas de lucros</div><div>(i) Reserva legal</div><div>É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.</div></div><div><div>(ii) Reserva de retenção de lucros</div><div>A reserva de retenção de lucros representa o saldo acumulado remanescente dos lucros líquidos dos exercícios, após as destinações legais e estatutárias.</div></div><div><div>(c) Apropriação do lucro líquido do exercício</div><div>De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:</div><div>(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e</div><div>(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.</div></div><div><div>8. Remuneração dos administradores</div><div>Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.</div></div><div><div>9. Provisão para riscos fiscais</div><div>A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de consti-tuir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 260, em 31 de dezembro de 2014, (2013 - R\$ 247) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questio-namento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 110, em 31 de dezembro de 2014, (2013 - R\$ 100). A Justiça Federal decidiu favoravelmente, em 1ª Instância, referentemente a parte da demanda.</div></div><div><div>10. Despesas gerais e administrativas</div><div>Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:</div><table><tr><td></td><td><u>2014</u></td><td><u>2013</u></td></tr><tr><td>Serviços de terceiros</td><td>185</td><td>108</td></tr><tr><td>Impostos taxas e emolumentos</td><td>87</td><td>11</td></tr><tr><td>Publicações</td><td><u>52</u></td><td><u>40</u></td></tr><tr><td></td><td><u>324</u></td><td><u>159</u></td></tr></table></div></div><div><div><div><div><div>Leonildo Migon</div><div>Presidente</div></div><div><div>Carlos Eduardo Provenzano</div><div>Diretor de Relações com Investidores</div></div><div><div>Olavo Cesar Dias Medeiros</div><div>Diretor Técnico</div></div></div><div><div><div>Paulo Cesar Santana Nunes</div><div>Contador</div><div>CRCRS 034346/0-4</div><div>CPF 139.198.490-00</div></div></div></div></div></div></div>			<u>2014</u>	<u>2013</u>	Serviços de terceiros	185	108	Impostos taxas e emolumentos	87	11	Publicações	<u>52</u>	<u>40</u>		<u>324</u>	<u>159</u>
	<u>2014</u>	<u>2013</u>																																							
Bancos - conta movimento	188	105																																							
Aplicações financeiras	<u>22.485</u>	<u>21.885</u>																																							
	<u>22.673</u>	<u>21.990</u>																																							
	<u>2014</u>	<u>2013</u>																																							
Contribuição social a compensar	0	196																																							
Imposto de renda a compensar	<u>0</u>	<u>744</u>																																							
	<u>0</u>	<u>940</u>																																							
	<u>2014</u>	<u>2013</u>																																							
Serviços de terceiros	185	108																																							
Impostos taxas e emolumentos	87	11																																							
Publicações	<u>52</u>	<u>40</u>																																							
	<u>324</u>	<u>159</u>																																							
Manifestação do Conselho de Administração																																									
O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a De-monstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício en-cerrado em 31 de dezembro de 2014, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.																																									
Luis Antônio Medina Gomez		Túlio Luiz Zamin																																							
João Emílio Gazzana		Flávio Pompermayer																																							
Felipe Rodrigues da Silva																																									
Parecer do Conselho Fiscal																																									
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Públi-ca Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balan-ço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2014, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2014 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2015, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Indepen-dentes, entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.																																									
Fernando Rodrigues		Iria Salton Rotunno																																							
Conselheiro		Conselheira																																							
Cristiane Costa da Rosa		380																																							
Conselheira																																									



EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544

Daniel Eduardo Rodrigues
Contador CRC/RS 30.361

**Companhia Riograndense de
Artes Gráficas
CORAG**



Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas
CNPJ 87.161.501/0001-38

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Permanecemos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais eventualmente necessários.

Porto Alegre, 20 de março de 2015.

Vinicius de Tomasi Ribeiro
Diretor Presidente
CPF 923.932.330-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
I - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO (EM REAIS)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	31.588.900,08	27.582.119,06	CIRCULANTE	6.861.951,78	7.009.524,12
DISPONIBILIDADES	15.438.039,95	13.116.153,33	Fornecedores	270.634,50	493.656,84
Caixa e equivalentes de caixa	15.438.039,95	13.116.153,33	Outras Obrigações	942.339,43	1.205.755,59
CRÉDITOS	13.937.392,93	12.031.471,41	Impostos a Recolher	2.180.843,30	892.426,30
Faturas a Receber	10.059.456,50	8.255.927,54	Obrigações Sociais a Recolher	492.546,71	394.051,50
Cheques a Receber	18.429,81	18.429,81	Provisões de Férias e Encargos Sociais	2.415.587,84	1.106.305,52
Adiantamentos a Funcionários	256.211,55	156.851,89	Juros s/Capital Próprio a Pagar	-	2.312.328,37
Impostos a Recuperar	3.447.357,35	3.443.060,32	Contingências Trabalhistas	560.000,00	605.000,00
Outros Créditos	155.937,72	157.201,85			
ESTOQUES	2.191.211,03	2.415.885,70	NÃO CIRCULANTE	1.744.852,00	2.402.934,89
Estoques Matéria-Prima	1.479.370,81	1.684.579,49	Contingências Trabalhistas	1.744.852,00	2.402.934,89
Estoques Materiais Diversos	711.840,22	731.306,21			
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	22.256,17	18.608,62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.698.166,83	40.627.549,18
Prêmios de Seguros a Vencer	11.166,69	12.000,00	Capital Social	7.953.859,23	7.953.859,23
Assinaturas e Anuidades a Vencer	11.089,48	6.608,62	Reservas de Capital	168.975,23	168.975,23
			Reserva de Lucros	7.953.859,23	7.953.859,23
			Lucros Acumulados	23.621.473,14	24.550.855,49
NÃO CIRCULANTE	16.716.070,53	22.457.889,13			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	274.480,88	552.675,37			
Empréstimos Compulsórios	30.450,76	30.450,76			
Depósitos Judiciais	138.366,72	484.804,76			
Juros a Receber do SIAC	105.663,40	37.419,85			
INVESTIMENTOS	110.043,24	110.043,24			
IMOBILIZADO	16.327.047,41	21.795.170,52			
INTANGÍVEL	4.499,00	-			
TOTAL DO ATIVO	R\$ 48.304.970,61	R\$ 50.040.008,19	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 48.304.970,61	R\$ 50.040.008,19

II - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2014	2013
RECEITA BRUTA	65.247.086,09	55.387.720,53
Vendas de Produtos	1.379.711,84	658.824,57
Serviços Prestados	63.867.374,25	54.728.895,96
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	7.754.114,76	3.938.034,44
Vendas Canceladas	4.864.777,95	1.686.538,39
Impostos Sobre Vendas e Serviços	2.773.512,16	2.189.553,20
Descontos Concedidos	115.824,65	61.942,85
RECEITA LÍQUIDA	57.492.971,33	51.449.686,09
Custos dos Serviços Prestados e dos Produtos Vendidos	20.738.374,39	19.919.140,85
LUCRO BRUTO	36.754.596,94	31.530.545,24
Despesas Operacionais	20.472.458,92	18.147.794,69
Despesas com Vendas	3.193.977,46	3.727.465,27
Despesas Administrativas	16.078.829,24	12.412.513,56
Despesas Financeiras	2.292.024,09	2.795.477,41
Receitas Financeiras	1.092.371,87	787.661,55
LUCRO OPERACIONAL	16.282.138,02	13.382.750,55
Outras Despesas	380.373,23	18.324,79
Outras Receitas	717.980,31	172.313,61
LUCRO ANTES DA PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	16.619.745,10	13.536.739,37
Provisão da Contribuição Social	1.864.991,53	1.516.001,74
Provisão do Imposto de Renda	4.872.030,35	4.212.159,64
LUCRO DO EXERCÍCIO	R\$ 9.882.723,22	R\$ 7.808.577,99
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1000 AÇÕES	1,05	0,83

IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	9.882.723,22	7.808.577,99
Rubricas que não Afetam o Caixa:		
Depreciações	2.280.571,52	2.458.571,16
Dividendos Exercício Anterior	-	(22.379.743,09)
Outras Destinações	-	795.340,81
	12.163.294,74	(11.317.253,13)
Variações do circulante:		
Recebimento de clientes	(1.803.528,96)	5.544.599,76
Estoques	224.674,67	335.333,29
Impostos a Recuperar	(4.297,03)	113.010,92
Outros recebimentos líquidos	176.451,41	8.559.102,73
Valores a fornecedores	(223.022,34)	(795.042,84)
Obrigações previdenciárias e trabalhistas	1.407.777,53	183.826,19
Tributos e obrigações sociais	1.288.417,00	(3.848.321,16)
Contingências	(703.082,89)	1.678.572,48
Outros pagamentos líquidos	(263.416,16)	199.928,51
Caixa Líquido (Gerado)/Consumido pelas Operações	12.263.267,97	653.756,75
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição Imobilizado	(578.118,33)	(972.634,81)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(578.118,33)	(972.634,81)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Distribuir	(2.312.328,37)	2.720.386,32
Dividendos Distribuídos	(7.050.934,65)	(1.949.402,74)
Publicidade Institucional	-	(840.416,56)
Ações de Responsabilidade Social	-	(499.867,06)
Caixa Líquido (Gerado)/Consumido nas Atividades de Financiamento	(9.363.263,02)	(569.300,04)
(Aumento)/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.321.886,62	(888.178,10)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	13.116.153,33	14.004.331,43
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	15.438.039,95	13.116.153,33
	2.321.886,62	(888.178,10)

III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INVESTIMENTOS		
Saldo em 31/12/2012	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	-	44.689.767,16	54.403.373,47
Reserva de investimentos	-	-	-	6.363.087,38	(6.363.087,38)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	7.808.577,99	7.808.577,99
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(22.379.743,09)	(22.379.743,09)
Distribuição Funcionários	-	-	-	-	(470.175,96)	(470.175,96)
Publicidade Institucional	-	-	-	-	1.265.516,77	1.265.516,77
Saldo em 31/12/2013	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	6.363.087,38	24.550.855,49	40.627.549,18
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	9.882.723,22	9.882.723,22
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(3.761.170,92)	(3.761.170,92)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	(7.050.934,65)	(7.050.934,65)
Saldo em 31/12/2014	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	6.363.087,38	23.621.473,14	39.698.166,83

V - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objeto a edição, a publicação, a impressão e a distribuição do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e de outros Diários e veículos oficiais de divulgação, no âmbito das esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios; a execução de produtos e serviços gráficos em geral; a operacionalização de outros meios e veículos de comunicação, de acordo com as possibilidades tecnológicas contemporâneas, inclusive sistemas de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, bem como a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, ao Estado, de modo a supri-lo adequadamente nesse campo de sua especialização.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pela lei 11.638/07 e pela lei 11.941/09, incluindo as normas e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), nos seus aspectos materiais. Para a elaboração destas demonstrações financeiras, foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e outras similares.

2.2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia:

- a) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.
- c) Títulos Vinculados ao Mercado Aberto: Estão demonstrados ao custo de aquisição, refere-se ao fundo de investimento Siac (Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado do Rio Grande do Sul), cuja a remuneração está atrelada a variação do Fundo Super do Banrisul, podendo ser resgatado a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Os rendimentos estão apropriados conforme regime de competência no ativo não circulante a receber.
- d) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – O valor de R\$1.275.318,89, foi constituído com base nos valores devidos por clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não sejam controladoras, controladas, coligadas ou interligadas com a Corag. Este valor foi considerado suficiente para demonstrar os créditos a receber de clientes em seu valor provável de realização.
- e) Estoques - Os estoques de matéria-prima e materiais diversos estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os valores de mercado.
- f) Provisão para contribuição social - A apuração da contribuição social foi efetuada pelo lucro real anual, sendo que o tributo foi calculado por estimativa mensal, com base no faturamento, contabilizado e recolhido pelo regime de competência à alíquota de 9%.
- g) Provisão para o imposto de renda – A apuração do imposto de renda foi efetuada pelo lucro real anual, sendo que o tributo foi calculado por estimativa mensal, com base no faturamento, contabilizado e recolhido pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%.
- h) Regime de competência – Foi adotado o regime de competência para o cálculo de todos os tributos.
- i) Provisão para férias – Está representada pelo efetivo período adquirido, mais os encargos sociais correspondentes.
- j) Apuração do resultado - As despesas e receitas foram apropriadas pelo regime de competência.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta conta contempla os seguintes valores:

	2014	2013
Caixa	5.600,51	5.487,59
Bancos	1.481.934,06	1.530.160,36
Aplicações no Siac	13.950.505,38	11.580.505,38
Total	15.438.039,95	13.116.153,33

NOTA 4 – FATURAS A RECEBER

Os valores a receber da Companhia estão demonstrados pelos seus valores originais.

Especificação	Valores em R\$
Faturas a receber 1999	1.585,88
Faturas a receber 2000	181.446,37
Faturas a receber 2001	129.815,57
Faturas a receber 2002	163.064,56
Faturas a receber 2003	115.377,67
Faturas a receber 2004	305.630,14
Faturas a receber 2005	452.526,84
Faturas a receber 2006	1.071.297,85
Faturas a receber 2007	157.304,64
Faturas a receber 2008	557.249,58
Faturas a receber 2009	1.090.666,16
Faturas a receber 2010	966.913,23
Faturas a receber 2011	571.560,63
Faturas a receber 2012	523.458,49
Faturas a receber 2013	964.214,43
Faturas a receber 2014	3.711.115,29
Devedores diversos	367.692,06
Corag – Loja centro	3.856,00
TOTAL	11.334.775,39
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.	(1.275.318,89)
Clientes	10.059.456,50

NOTA 5 – IMPOSTOS A RECUPERAR

O valor dos impostos a recuperar no exercício de 2014, refere-se ao Pis, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social, para os quais foi efetuado um trabalho de conciliação destes valores e recomposição das bases de cálculo destes tributos de 2009 a 2011 e solicitada a sua restituição em moeda corrente junto ao órgão competente.

NOTA 6 – SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia mantém coberturas de seguros em montantes considerados adequados para cobrir eventuais sinistros em seus bens e valores. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2014 cobrem principalmente os seguintes riscos:

Categoria	Riscos Cobertos	Valor de Cobertura	Vigência
Patrimonial	Incêndios, Explosões e danos causados por fenômenos da natureza.	21.445.000,00	31/05/2014 a 31/05/2015
Veículos	Danos materiais, pessoais, acidentes pessoais a passageiros com invalidez ou morte.	Valor de Mercado dos Veículos referenciado pela tabela FIPE	24/06/2014 a 24/06/2015

NOTA 7 – INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ajustado pelas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e não ultrapassa as taxas normais estabelecidas pela legislação. Até 31/12/2014, a depreciação do exercício foi registrada com cálculo praticado sobre saldos do exercício anterior e sobre as aquisições do período atual. Em 31/12/2014, efetuou-se recálculo da depreciação individual dos itens no software de controle patrimonial. Os ajustes oriundos desse recálculo foram registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, detalhados em Nota Explicativa específica. Os Investimentos e Imobilizado estão assim constituídos:

INVESTIMENTOS	2014	2013
CRT	19.897,15	19.897,15
Ações Eletrobrás	6.325,82	6.325,82
COTEPE	0,49	0,49
TANAC	12,29	12,29
Florestadora PALM	13.377,24	13.377,24
FISET	991,42	991,42
Fundo inv. Set.	928,31	928,31
EMBRAER	147,02	147,02
FINOR	28.507,99	28.507,99
FINAM	28.510,33	28.510,33
Novadata Informática	11.345,18	11.345,18
	110.043,24	110.043,24

IMOBILIZADO	2014	2013	Taxas anuais de Depreciação - %
Benfeitorias	5.831.009,91	3.138.151,88	4
Edificações	996.773,38	2.094.047,56	4
Terrenos	17.215,56	17.242,58	-
Máquinas e equipamentos	23.005.477,85	22.395.749,49	10
Instalações	2.011.986,18	3.359.428,79	10
Móveis e utensílios	1.126.052,98	1.035.818,64	10
Veículos	815.865,54	813.463,13	20
Computadores e periféricos	3.987.801,66	3.988.803,91	20
Sistemas informatizados	1.344.968,27	1.512.414,96	20
(-) Bens em sindicância	255.060,06	-	
Totais bens em operação	38.882.091,27	38.355.120,94	
(-) Deprec. acumulada	18.840.547,44	16.559.950,42	
(-) Deprec. acumulada recálculo	3.714.496,42	-	
IMOBILIZADO LÍQUIDO	16.327.047,41	21.795.170,52	

NOTA 8 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

As contingências trabalhistas estão apropriadas com base em valor informado pela área jurídica da Companhia, considerado suficiente para cobrir os processos em andamento:

Especificação	Valores em R\$
Passivo circulante	560.000,00
Passivo não circulante	1.744.852,00
Total provisionado no exercício	2.304.852,00

NOTA 9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Estas obrigações referem-se a despesas apropriadas a serem liquidadas no exercício seguinte:

Especificação	Valores em R\$
Contas a pagar	817.269,05
Fretes a pagar	6.727,89
STIGPA	1.907,23
Sindicato dos Jornalistas	30,32
ASCORAG	22,10
Associação Funcionários Públicos	1.500,00
Pensões alimentícias	13.437,08
Empréstimos descontados em folha	35.863,41
Provisão p/Contingência Cíveis	36.914,00
Valores em Sindicância	28.668,35
TOTAL	942.339,43

NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31/12/2014 o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 7.953.859,23 (Sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove Reais e vinte e três centavos), cuja composição acionária do capital subscrito e integralizado é a seguinte:

ACIONISTAS	Quantidade de ações	(R\$)	Participação (%)
Estado do Rio Grande do Sul	9.412.044.506	7.953.819,48	99,9995
CEDRO – Cia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras	5.647	7,95	0.0001
CRTUR – Cia Rio-Grandense de Turismo	5.647	7,95	0.0001
CESA – Cia Estadual de Silos e Armazéns	5.647	7,95	0.0001
CORLAC – Cia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	5.647	7,95	0.0001
Banrisul Armazéns Gerais	5.647	7,95	0.0001
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	9.412.072.741	7.953.859,23	100,00

b) Ajustes de Exercícios Anteriores

Devido ao trabalho especial realizado de identificação dos bens do ativo imobilizado foram identificados nos registros contábeis diversos bens, adquiridos em exercícios anteriores e contabilizados indevidamente no resultado daquele período. Determinado pela diretoria foi efetuado o recálculo da depreciação de todos os bens, retroativamente a data de sua aquisição e contabilizado neste exercício.

NOTA 11 – CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS

a) Reserva Legal: A constituição da reserva legal prevista no inciso II do artigo 43 do Estatuto Social, não foi constituída em razão de já ter atingido o limite de 20% do capital social.

NOTA 12 – DIVIDENDOS

Foram imputados os JSCP no valor de R\$ 1.726.809,00 líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202 da lei 6.404/76, sem prejuízo do disposto do § 2º.

VINICIUS DE TOMASI RIBEIRO Diretor-Presidente CPF 923.932.330-91	ELOÁ CRISTINE NESPOLO BENEDETTI Diretora Administrativa, Financeira e Comercial CPF 480.647.500-91	SERGIO LUIZ VALMORBIDA Diretor Industrial CPF 293.815.760-68
---	---	---

Sistemática Csl Serviços Gerenciais LtdaCRC/RS CRC RS 5.499
Contador João Eduardo Raya Fontan - CRC RS 43.374 – CPF 403.221.060-87

Empresa Gaúcha de Rodovias
EGR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e o presente Relatório da Administração: A Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. - EGR é uma empresa pública, vinculada à Seinfra, criada para administrar as estradas com pedágio pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Ela foi criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado, transformando todos os pedágios em comunitários e, com isso, garantindo a queda dos valores das tarifas. Após 15 anos de cobrança dos pedágios privados estabelecidos através do Programa Estadual de Concessão de Rodovias (PECR), o Governo do Estado debateu com a comunidade gaúcha um novo modelo de gestão das estradas e estabeleceu um sistema público de pedagiamento em trechos anteriormente privados que foram colocados sob a gestão da EGR. A partir do processo de diálogo com a sociedade sobre o modelo de gerenciamento das estradas, a EGR recebeu contribuições de diversos segmentos, inclusive do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS), através de sua câmara temática, com sugestões destinadas a garantir estradas de qualidade, mobilidade social e escoamento da produção. Ao longo do ano de 2013, ano de encerramento dos contratos de concessão, as rodovias federais pedagiadas passaram a ter sua administração sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, e as rodovias estaduais passaram a ser, gradativamente, gerenciadas pela EGR, à exceção da praça de pedágio de Farroupilha, que foi extinta. O novo modelo consolidado tem como diferencial a redução do valor das tarifas, a criação de mecanismos permanentes de fiscalização pública, transparência e controle social, consulta prévia às comunidades para definição das prioridades para cada localidade onde há alteração de modelo e ainda a destinação de todos os recursos arrecadados para as estradas, com o objetivo de manter e melhorar seu estado de conservação. Conforme o balanço de 2014, foram dispendidos R\$ 122.429.417,83 na manutenção e conservação das rodovias e R\$

3.860.160,51 em obras novas. Apresentamos uma síntese de realizações do exercício de 2014:

- Assinatura de contrato para duplicação de trecho de quatro quilômetros da RSC-287 na travessia urbana de Santa Cruz do Sul, com construção de viaduto. Obras com custo previsto de R\$ 22 milhões.
- Abertura de licitação para duplicar 6,8 quilômetros da ERS-135, entre Passo Fundo e Erechim, com custos estimados de até R\$ 25 milhões. Na mesma rodovia, obra de construção de acesso à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), já realizada.
- Recuperação e restauro das rodovias ERS-135, ERS-239, ERS-240, ERS-122, ERS-040, ERS-235, ERS-115, ERS-129, ERS-130, ERS-324, RSC-453 e RSC-287, totalizando 415 quilômetros de melhorias, com investimentos de aproximadamente R\$ 105 milhões.
- Restauração em andamento da ponte sobre o Rio Caí na ERS-122, com investimento de R\$ 3,4 milhão.
- Construção já concluída de duas novas faixas na ERS-040 em Viamão, com extensão de 18 quilômetros.
- Construções concluída de interseção de acesso à Westfália (na RSC-453) e em andamento a interseção de Novo Cabrais (RSC-287), totalizando investimentos de R\$ 1,4 milhão.
- Abertura de licitação para compra de 31 veículos do tipo furgão para posterior transformação em ambulâncias de resgate, com a compra de equipamentos.
- Construção em andamento de ciclovia na RSC-239 em Rolante, com uma extensão de 3,7 quilômetros e investimento de R\$ 1,8 milhão.
- Conclusão de construção de passarela em Parobé, na ERS-239, com investimentos de R\$ 865 mil.

- Ampliação em andamento do pedágio de Venâncio Aires, aumentando o número de pistas para seis, com investimentos de R\$ 200 mil.
- Ampliação concluída da RSC-453 na saída de Estrela em direção a Teutônia, com gastos de R\$ 260 mil.
- Manutenção rodoviária de rotina, incluindo roçada, capina, corte e poda de árvores, instalação de placas, operações de tapa-buraco e recuperação de guard-rail, totalizando pouco mais de R\$ 12,4 milhões (valor anual).
- Contratos em andamento para fornecimento permanente de sinalização horizontal no valor de 3,05 milhões.
- Assinatura de convênios com os bombeiros voluntários de diversos municípios do Estado, como Candelária, Antônio Prado, Bom Princípio, Garibaldi, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, São Sebastião do Caí, São Vendelino e Teutônia, pelos quais cada corporação recebe um repasse anual de R\$ 1,8 milhão.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Bertotto
Diretor – Presidente
CPF nº 366.945.920/00

Leticia Novello Cezarotto
Diretora Adm. e Financeira
CPF nº 006.622.680/59

Manuel João Souza de Freitas
Diretor Técnico
CPF nº 122.542.400/30

Rubem Frederico Masera e Silva
Contador CRC/RS 078309
CPF nº 387.554.670/91

BALANÇO PATRIMONIAL						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO										
ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO PASSIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013	RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	31/12/2014	31/12/2013						
		80.200.830,21	59.022.113,86			80.200.830,21	59.022.113,86				208.939.583,55	208.939.583,55				
		73.033.416,52	58.294.745,64			35.780.490,35	28.690.620,54				208.939.583,55	89.531.710,79				
		DISPONIBILIDADES	54.070.672,96			43.573.466,20	PASSIVO CIRCULANTE				35.780.490,35	28.690.620,54	DEDUÇÕES DA RECEITA	(37.008.143,04)	(11.853.282,38)	
		Bancos C/Corrente	1.477.213,65			1.072.141,96	Fornecedores				17.191.688,61	4.141.590,09	PIS	(1.247.487,46)	(552.755,36)	
		SIAC	52.593.459,31			42.501.324,24	Obrigações Trabalhistas				722.350,47	380.191,77	COFINS	(5.757.634,45)	(2.551.178,51)	
		REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	18.581.307,21			14.530.142,69	Tributos Contribuições Federais				2.819.638,91	17.613.658,81	ISSQN	(8.339.684,76)	(3.428.798,11)	
		Arrecadação das Praças	9.832.515,30			5.310.141,35	Tributos Municipais				4	12.111.677,73	3.524.454,87	Isentos	(21.509.417,87)	(5.044.402,70)
		Valores a Receber	30,00			-	Outras Contas a Pagar				2.322.309,90	2.471.179,66	Multipassagem	(859,10)	(79.556,10)	
		Depósitos Judiciais	9			3.804.481,57	-				8	172.360,30	-	Isentados	(153.059,40)	(196.591,60)
Adiantamento a Empregados	1.340,86	2.351,19	Adiantamento de clientes	-	-	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	171.931.440,51	77.678.428,41								
Impostos a Recuperar	4.942.939,48	9.217.650,15	Obrigações Cíveis	122.035,90	-	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(180.080.906,64)	(28.313.541,75)								
ESTOQUES	341.905,77	135.748,80	Provisão p/ Penalidades Contratuais	318.428,53	559.545,34	Serviços de Terceiros PJ	(8.662.207,66)	(1.137.410,74)								
Material de Expediente	34.157,13	9.292,80	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	44.420.339,86	30.331.493,32	Manutenção Conservação de Rodovia	(122.429.417,83)	(10.592.983,84)							
Material Rodovias	307.748,64	126.456,00			CAPITAL SOCIAL	30.500.000,00	500.000,00	Manutenção Conservação de Intalações	(36.595.102,23)	(15.057.900,83)						
DESPESAS ANTECIPADAS	39.530,58	55.387,95			Capital a Integralizar	31.000.000,00	31.000.000,00	Convênios	(12.229.513,14)	(1.479.558,02)						
Despesas Antecipadas	39.530,58	55.387,95			Capital a Integralizar	(500.000,00)	(30.500.000,00)	Ressarcimento Usuários	(164.641,78)	(45.671,82)						
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3	7.167.413,69			RESERVA DE LUCROS	13.920.339,86	29.831.493,32	Reembolso Usuários	(24,00)	(16,50)						
IMOBILIZADO	2.5/10	3.256.124,69			Reserva Legal	1.504.737,53	1.504.737,53	RECEITAS DIVERSAS	43.925,11	24,60						
Imobilizado	3.351.500,44	696.397,59			Reserva Retenção Lucros	12.415.602,33	28.326.755,79	Receitas Diversas	43.925,11	24,60						
Depreciação Acumulada	(95.375,75)	(11.657,04)			PREJUÍZOS/ LUCROS ACUMULADOS	-	-	DESPESAS OPERACIONAIS	(12.353.952,47)	(4.585.049,09)						
INTANGÍVEL	3.911.289,00	42.627,67			Prejuízos Acumulados	-	-	Despesas Administrativas	(12.353.952,47)	(4.585.049,09)						
Intangível	3.949.164,85	45.104,00				-	-	RECEITA ANTES DO MOVIMENTO FINANCEIRO	(20.459.493,49)	44.779.862,17						
Amortização Acumulada	(37.875,85)	(2.476,33)		-	-	Receitas Financeiras	4.663.372,28	734.416,59								
				-	-	Despesas Financeiras	(115.032,25)	(12.269,97)								
						PREJUÍZO/LUCRO ANTES PROVISÃO IRPJ E CSLL	(15.911.153,46)	45.502.008,79								
						Provisão IRPJ		(11.312.077,31)								
						Provisão CSLL		(4.095.180,79)								
						PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(15.911.153,46)	30.094.750,69								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2014																
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros													
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	-	-	(262.832,58)	237.167,42											
Ajuste exercício anterior				(424,79)	(424,79)											
Lucro líquido exercício				30.094.750,69	30.094.750,69											
Destinação :					0,00											
Reserva Legal		1.504.737,53		(1.504.737,53)	0,00											
Reserva Retenção Lucros			28.326.755,79	(28.326.755,79)	0,00											
Saldo em 31.12.2013	500.000,00	1.504.737,53	28.326.755,79	0,00	30.331.493,32											
Integralização	30.000.000,00				30.000.000,00											
Lucro líquido exercício				(15.911.153,46)	(15.911.153,46)											
Destinação :																
Reserva Legal																
Reserva Retenção Lucros																
Reversão de reservas			(15.911.153,46)	15.911.153,46												
Saldo em 31.12.2014	30.500.000,00	1.504.737,53	12.415.602,33	0,00	44.420.339,86											
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014																
1. Informações Gerais																
A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública de capital fechado controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, constituída sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, mediante autorização da Lei Estadual nº 14.033, de 29 de junho de 2012, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEINFRA – e regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593, de 19 de setembro de 2012. A EGR sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários. A empresa tem sede e foro na cidade de Porto Alegre podendo criar escritórios regionais no Estado do Rio Grande do Sul e possui prazo de duração indeterminado.																
2. Resumo das Principais Políticas Contábeis																
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.																
2.1 Base de Preparação																
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.																
As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.																
2.2 Reconhecimento de Receita																
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.																
Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.																
Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referente às aplicações financeiras (SIAC) são registrados mensalmente como receita financeira.																
2.3 Regime de Contabilização																
As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.																
2.4 Disponibilidades																
São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.																
2.5 Imobilizado																
Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.																
	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício											
Móveis e utensílios	105.849,08	29.570,00	-	13.916,37	121.502,71											
Máquinas	8.329,72	1.598,00	-	1.023,08	8.904,64											
Equipamentos	3.896,71	3.178.846,71	-	66.207,90	3.116.535,52											
Computadores e periféricos	1.380,58	-	-	372,60	1.007,98											
Impressoras	10.372,60	-	-	2.198,76	8.173,84											
Software	42.627,67	43.900,34	-	10.872,43	75.655,58											
Imóveis	-	865.662,03	-	24.527,09	841.134,94											
Obras em andamento	554.911,86	3.305.248,65	865.662,03	-	2.994.498,48											
Total	727.368,22	7.424.825,73	865.662,03	119.118,23	7.167.413,69											
		Taxa de depreciação/amortização														
Móveis e utensílios		10%														
Máquinas		10%														
Equipamentos		10%														
Computadores e periféricos		10%														
Impressoras		10%														
Software		10%														
Imóveis		10%														
Obras em andamento		10%														
Total		10%														

CONTINUAÇÃO

da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários”.

7. Medida Provisória nº 627 - Impactos

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que dentre outras providências, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT). Com vigência a partir de 2015, mas com opção de adoção antecipada para 2014.

A Administração da Empresa, com base no conhecimento de seus negócios, das operações realizadas e data do início de suas operações considerando sua melhor interpretação do atual texto da referida Medida Provisória, avaliou e concluiu que a implementação, antecipada ou não, das medidas contidas na referida MP, não ocasionaria impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Outrossim, considerando a elevada quantidade de emendas já propostas, o texto original até sua conversão em Lei poderá ser alterado substancialmente, sujeitando possível revisão de nossas atuais conclusões.

8- Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da EGR nos processos judiciais pendentes na data do balanço. A EGR responde por de 144 processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível.

Os processos são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perda Provável		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias Total	Nº de Processos 38 38	Valor R\$ 122.035,90 R\$ 122.035,90

Perda Possível		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias Total	Nº de Processos 19 19	Valor R\$ 600.000,00 R\$ 600.000,00

Perda Remota		
Processo Judicial Ações Cíveis Reclamações Trabalhistas Ações Tributárias Total	Nº de Processos 82 5 87	Valor R\$ 246.000,00 R\$ 22.520.112,01 R\$ 22.766.112,01
TOTAL	144	R\$ 23.488.147,91

Obs.: No item Perda Remota - Ações Tributárias está inserido o processo no valor de R\$ 7.956.866,77 já pago, o qual se postula o ressarcimento de IRPJ; No mesmo item consta o processo no valor de R\$ 14.468.329,56 é referente a ISSQN não pago. O valor desta ação no processo de imunidade tributária do ISSQN se dá conforme o levantamento dos valores que deixaram de ser recolhidos até abril de 2014, totalizando R\$ 6.188.680,95 e que somados às prestações vincendas no período de 12 meses, totalizando R\$ 8.279.648,61, chega-se ao valor R\$14.468.329,56

9 – Depósitos Judiciais

Foram realizados depósitos judiciais do processo 5019554-33.2014.404.7100 que pleiteia a imunidade tributária do IRPJ, que totalizam R\$ 3.761.739,60, relativo ao IRPJ dos meses de março, abril e maio de 2014.

Foi feito bloqueio judicial de R\$ 42.741,97 retirado da praça de pedágio de Portão, em 01.09.2014, realizado no processo nº 077/1.13.0003086-8. O motivo do bloqueio foi a imposição de multa à EGR por suposto descumprimento de decisões judiciais. A multa não se afigurava correta, motivo pelo qual houve recurso sob nº 70061704003, o qual foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, determinando este a devolução dos valores à EGR.

10 – Doação de Bens

Não foram baixados do imobilizado 31 desencarceradores, nºs de patrimônio 5553 a 5583, no valor total de R\$ 1.849.999,71 (Termo de Convênio 81/2013 - Bombeiros) e equipamentos do Termo de Convênio 01/2014 – SAMU no valor de R\$ 1.249.848,00 tendo em vista que os processos de doação encontram-se em trâmites de regularização.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A – EGR, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Empresa divulga na nota explicativa 3, a existência de Ativo Imobilizado recebido das concessionárias que não está reconhecido no patrimônio da empresa, em razão de estar em processo de valoração, sendo que como evento subsequente obtivemos o laudo a respeito desses bens, que somam R\$ 4.234.334,51 em 31/12/2014. Conforme descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com ISSQN, no montante original de R\$ 11.768.482,87, em 31 de dezembro de 2014, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Outros assuntos

Valores Correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 02 de abril de 2014, sem modificação na opinião e com as seguintes ênfases: Conforme descrito na nota explicativa 3, a Empresa aguarda valoração dos bens de uso oriundos de Concessionárias, em 2013, para fins de incorporação ao seu patrimônio contábil, o que ocorrerá após a comissão técnica constituída, implementar o processo avaliatório. Conforme o descrito na nota explicativa 4, a Empresa registra em seu passivo dívida fiscal com diversas Prefeituras Municipais, no montante original de R\$ 3.418.798,11, em 31 de dezembro de 2013, correspondente ao ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, sobre as operações das praças de pedágios, matéria que está sendo discutida no âmbito jurídico, quanto à imunidade tributária.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2015.

MACIEL AUDITORES S/S

CRC/RS 5.460/O-0

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

CRC RS – 71.505/O-3

Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO

Contadora CRC/RS 65.932/O –7

Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, todas em comparabilidade ao exercício social de 2013. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2014. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, sendo que, na forma da Lei Federal nº 6404/76, o resultado negativo do exercício será absorvido pelas Reservas de Lucros.

Porto Alegre, 06 de março de 2015.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR

Paulo Cesar Santana Nunes

Conselheiro Presidente

Delmar Henrique Backes

Conselheiro

Vanderlan Frank Carvalho

Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação, por maioria de votos, do conjunto de Demonstrações Financeiras e, ainda, pela aprovação da Proposta de Destinação dos Lucros e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 06 de março de 2015.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EGR

Humberto Brandão Canuso

Presidente Secretaria dos Transportes e Mobilidade

Flávio Pompermayer

Secretaria da Fazenda – SEFAZ

José Antônio Voltan Adamoli

Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES

José Carlos Silvano

Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do RS – SETCERGS

Nelson Lídio Nunes

Diretor-Presidente da EGR

Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann

Casa Civil

Mário Rache Freitas

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional

Cloraldino Soares Severo

Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas do Estado do RGS – ASSURCON

Everton Santos Oltramari

Representante do Governador do Estado do RS

Gilberto Machado de Pinho

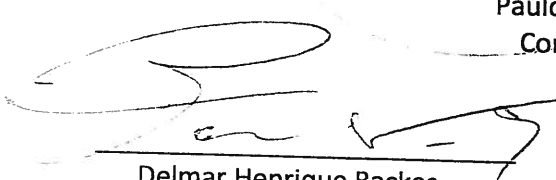
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Irapuan Jorge Teixeira

Federação das Associações dos Municípios do RGS - FAMURS

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S/A – EGR**ATA 24**

LOCAL, DATA E HORA: Av. Borges de Medeiros, n.º 261, 3º andar, sala de reuniões da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), nesta Capital, dia 06 de março de 2015, às 12h00min. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** com a presença da totalidade de seus membros, reuniu-se o Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S.A – EGR, integrado pelos Conselheiros, Delmar Henrique Backes, Paulo Cesar Santana Nunes e Vanderlan Frank Carvalho. **ORDEM DO DIA:** a) exame e parecer sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014; b) exame e parecer sobre a Proposta de Destinação do Lucro oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia. **PARECER:** após exame das peças que compõem as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, da Proposta de Destinação do Lucro, abrigado em reservas da Companhia, o Colegiado emanou, por unanimidade e sem ressalvas, o seguinte parecer: *“PARECER DO CONSELHO FISCAL: Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Gaúcha de Rodovias S/A - EGR, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, todas em comparabilidade ao exercício social de 2013. Da análise procedida, inferiu-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e, as manifestações deste Colegiado proferidas em relatórios de suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2014. Opinamos, ainda, favoravelmente sobre a Proposta de destinação do Lucro, oriunda dos Órgãos da Administração da Companhia, a qual não contempla a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, sendo que, na forma da Lei Federal nº 6404/76, o resultado negativo do exercício será absorvido pelas Reservas de Lucros”*. Nada mais havendo a ser tratado, foi dada por encerrada a reunião e dela lavrada a Ata que, após lida e considerada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA EGR
Paulo Cesar Santana Nunes
Conselheiro Presidente
Delmar Henrique Backes
Conselheiro
Vanderlan Frank Carvalho
Conselheiro

**Companhia Estadual de Geração e
Transmissão de Energia Elétrica
CEEE - GT**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO 2014

**Conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as
Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	03
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	16
Demonstração dos Resultados	17
Demonstração dos Resultados Abrangentes	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
Demonstração dos Valores Adicionados	20
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	21
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	87
Declaração dos Diretores	90
Parecer do Conselho Fiscal	92
Manifestação do Conselho de Administração	93

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os desafios do Setor Elétrico Nacional foram acentuados no ano de 2014, sendo o segundo ano após as alterações do arcabouço regulatório trazidas pela Lei Federal nº 12.783/13.

Nesse contexto de transição normativa, o ano foi caracterizado por uma série de novos regramentos regulatórios buscando dar maior estabilidade ao Setor Elétrico, o qual segue muito impactado pelos eventos climáticos extremos, em especial o regime hidrológico adverso, assim como pelo comportamento retraído da economia nacional.

Quanto aos nossos resultados econômicos e financeiros de 2014, seguimos trilhando com afinco o planejamento traçado após a renovação dos contratos de concessão de Geração 025/2000 e de Transmissão 055/2001.

Precisamos, dentro do que é gerenciável pela Administração, reduzir ainda mais nossos custos operacionais, equilibrando a equação dos investimentos prudentes com custos eficientes, amoldando-nos a estrutura de receita trazida pelo novo arcabouço regulatório.

Nesse plano, a certeza para os próximos anos é de uma melhoria contínua do nosso desempenho econômico e financeiro com a manutenção da qualidade e da confiabilidade na prestação de nosso serviço.

2. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul.

A CEEE-GT é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

A CEEE-GT produz cerca de 19% da energia hidrelétrica gerada no Rio Grande do Sul. O Parque Gerador da CEEE-GT possui uma potência instalada de 909,9 MW, atinge uma potência total de 1.244,73 MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e em mais nove Pequenas Centrais Hidrelétricas. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de distribuição, consumidores livres do mercado, comercializadoras e geradoras.

A CEEE-GT é responsável pela maior parte das instalações que compõem a Rede Básica de Transmissão do Estado. Viabiliza o suprimento de energia às concessionárias de distribuição: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, concessionárias municipais e cooperativas de eletrificação rural. Para tanto, dispõe de 6.055,6 km de linhas de transmissão. Possui ainda 67 Subestações (54 próprias, 2 com cessão de uso, 9 compartilhadas e 2 com contrato de O&M), as quais, juntas, totalizam uma potência de 9.430 MVA.

2.1. Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,44	126.187.018	32,59
MUNICÍPIOS	1.323.371	0,34	2.030.636	30,95	3.354.007	0,87
BMF BOVESPA S.A	1.404.802	0,37	913.055	13,92	2.317.857	0,60
OUTROS	26.812	0,01	67.788	1,03	94.600	0,02
TOTAL	380.669.270	100	6.560.558	100	387.229.828	100

Notas:

1 - Posição em 31 de dezembro de 2014.

2 - 388 Acionistas

3 - Valor Patrimonial da Ação-VPA em 31/12/14: R\$3,73 unitário

2.2. Reconhecimentos

Em 2014, o CEEE-GT recebeu distinção pela sua atuação em ações ou projetos sociais, ganhou estatueta de reconhecimento pelo Sistema Fecomércio-Rs/Sesc, referente a participação do Grupo CEEE no Projeto Social Doação de Uniformes, que é executado em parceria com a referida instituição.

3. GESTÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. Organização e Gestão

A CEEE-GT, no âmbito do Departamento de Operação do Sistema, da Divisão de Instalações na transmissão, possui certificação ISO9001/2008 para o escopo Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização desde 2001.

Para obter a certificação, estes processos devem ser submetidos a auditorias de empresas certificadoras independentes, periodicamente. Cada certificação tem duração de três anos. De julho de 2014 a julho de 2017, a empresa certificadora é a ABS Group.

Nas últimas cinco avaliações semestrais não foram registradas não-conformidades nos processos.

3.2. Ética

Por meio de seu conjunto de valores e princípios éticos, o Código de Ética da CEEE-GT estabelece diretrizes básicas para a conduta requerida para todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico por estes ocupados.

A Companhia assegura a manutenção de canais de relacionamento, internos e externos, para o recebimento de consultas e denúncias de práticas irregulares ou consideradas ilegais e contrárias aos valores e princípios éticos disponíveis para a sociedade, clientes, fornecedores, investidores e empregados.

3.3. Governança Corporativa

A Companhia segue as melhores práticas de mercado, fazendo parte do Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa, onde estão listadas as empresas com reconhecida transparência com seus públicos.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,2% em 2014, registrando a marca de 473,4 TWh, um crescimento de 2,2% em relação a 2013, segundo a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009, quando o consumo total retraiu 1,1%. O segmento que frustrou as expectativas foi o industrial, cujo desempenho foi muito inferior ao previsto, recuou 3,6%. O Consumo no setor serviços manteve o forte dinamismo e o consumo das famílias cresceu 5,7%.

A quantidade de energia elétrica utilizada pelas famílias brasileiras alcançou 132.049 GWh no ano de 2014, consumida em 65,9 milhões de residências.

Certamente contribuiu para este resultado a expansão da posse e intensificação do uso de condicionadores de ar, fato que ficou evidenciado na forte elevação do consumo de energia nos meses de janeiro e fevereiro, sobretudo no Sul e Sudeste do país.

4.2. Mercado de Geração e Transmissão de Energia

O Parque Gerador da CEEE-GT tem uma potência instalada de 909,9MW, distribuídos nas usinas do Sistema Jacuí, do Sistema Salto e em mais nove pequenas centrais hidrelétricas.

No que diz respeito ao setor de transmissão de energia no RS, cabe ressaltar que uma parcela expressiva da energia elétrica consumida no Estado flui pelas linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Na área de transmissão, a CEEE-GT detém a maioria das concessões de linhas de transmissão e de subestações na tensão de 230 kV, disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul através da Rede Básica do Sistema Interligado Brasileiro, com índice de disponibilidade média superior a 99,5%.

Também possui a concessão de instalações em tensão menor ou igual a 138 kV. Essas instalações viabilizam o suprimento de energia às concessionárias que atuam no Rio Grande do Sul, assim como aos consumidores livres, produtores independentes e a outras empresas de geração que atuam no Estado.

4.2.1. Comercialização

Através da Medida Provisória Nº 579/12, convertida na Lei Federal Nº 12.783/13, a CEEE-GT prorrogou por 30 anos a concessão de 12 usinas de seu parque gerador. A energia destes empreendimentos, totalizando 233 MW médios, foi alocada na forma de Cotas de Garantia Física e Potência para as distribuidoras do país, sendo a CEEE-GT remunerada pela operação e manutenção destas usinas. A partir desta alocação de energia criou-se a necessidade de comprar energia para composição de lastro nos anos de 2013 e 2014.

Desta forma, em 2014 a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de compra de energia elétrica no mercado livre e participou de chamadas públicas de compra e venda de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada em 2014, entre contratos de compra e venda, totalizou 361 MW médios, negociados no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). Os ajustes no balanço energético - montantes não comprados ou não vendidos em contratos – foram liquidados no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

4.3. Aspectos Regulatórios

No segmento de Transmissão, a CEEE-GT em atendimento a Resolução ANEEL RN 589/2013 contratou e iniciou o trabalho de definição do Laudo de Indenização dos ativos elétricos existentes em maio/2000. A conclusão deste levantamento está prevista para abril de 2015.

No segmento de Geração, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL editou a Resolução Nº 593, estabelecendo os critérios e os procedimentos para o cálculo da parcela dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados das usinas que foram renovadas. Observando os prazos normativos, em 29 de janeiro de 2014, a Concessionária protocolou junto à Agência Reguladora, correspondência relatando a existência de investimentos realizados após o projeto básico e que

seriam pendentes de indenização. Ainda no segmento de geração, a Audiência Pública ANEEL nº 02/14, iniciada em 29 de janeiro de 2014, busca definir o regramento administrativo de remuneração dos novos investimentos das Usinas prorrogadas pela Lei nº 12.783/13.

A principal alteração para as concessionárias de geração foi a disponibilização das garantias físicas dos empreendimentos impactados pela Lei nº 12.783/13 em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência, alocadas integralmente as distribuidoras do país. Estes empreendimentos tiveram a concessão prorrogada por um período de 30 anos, sendo a concessionária responsável pela operação e manutenção da usina e remunerada através da Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela ANEEL, sujeita a ajuste por indisponibilidade ou desempenho de geração.

Em ambos os negócios – Geração e Transmissão são previstos reajustes e revisões tarifárias periódicas.

4.3.1. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

4.3.1.1. Produtividade e Qualidade

A melhoria e a modernização dos empreendimentos justificam-se pela necessidade de minimizar as perdas técnicas e de buscar alternativas que proporcionem maior confiabilidade ao sistema e garantam o atendimento de energia elétrica com qualidade e eficácia, atendendo o crescimento da demanda. A CEEE-GT utiliza uma série de indicadores que permitem o monitoramento da energia gerada e do desempenho do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul, facilitando a canalização de recursos para buscar melhores índices, melhor qualidade e o mínimo de interrupções.

a) Indicadores Operacionais de Geração - Usinas Hidroelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's):

Disponibilidade: A Disponibilidade Geral Equivalente das Usinas representa o percentual de tempo médio ponderado pela potência de cada máquina disponível para a geração de energia elétrica. O valor do mês de dezembro de 2014, que corresponde à média acumulada no ano, ficou em 96,81%.

As Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS (Usinas Tipo I) são reguladas por disponibilidade, devendo manter disponibilidade móvel nos últimos 60 meses igual ou superior a estabelecida pela ANEEL.

Enquadram-se neste critério na CEEE-GT as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2014 atendendo este indicador.

Produção de Energia: A meta da CEEE-GT é de gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada instalação.

Disponibilidade Média móvel 60 meses, ponderado pela Garantia Física das Usinas Despachadas Centralizadamente - DGH60																
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	desvio da meta	folga em dias (1UG)	Limite	Observações
Itaúba	97,04%	97,17%	97,47%	97,56%	97,63%	97,63%	97,63%	97,53%	97,50%	97,49%	97,49%	97,55%	7,97%	574	89,58%	referência ANEEL
Passo Real	92,81%	92,81%	92,82%	92,81%	92,80%	92,73%	93,61%	94,22%	95,04%	95,00%	95,06%	94,95%	5,37%	193	89,58%	referência ANEEL
Jacui	96,35%	96,34%	96,41%	96,40%	96,54%	96,58%	96,33%	96,20%	96,17%	96,18%	96,20%	96,20%	3,18%	344	93,02%	referência ANEEL
Média no ano	96,09%	96,17%	96,36%	96,42%	96,49%	96,48%	96,59%	96,62%	96,75%	96,74%	96,76%	96,77%	6,44%		90,32%	Indicador SEINFRA

As demais UHE's e PCH's da CEEE-GT também têm sua disponibilidade acompanhada mensalmente. Apesar da ANEEL não estabelecer disponibilidade mínima para os empreendimentos não despachados centralizadamente (usinas Tipo III), este indicador é acompanhado pela CEEE-GT com vistas à maximização do tempo disponível para geração de energia.

b) Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão:

Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2014 a CEEE-GT concluiu a implantação de novos transformadores em 8 Subestações, aumentando em 348 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 9.480 MVA. Houve um aumento de 3,81% de capacidade instalada em relação a 2013. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que contribuíram para esse aumento na capacidade instalada foram nas subestações de Porto Alegre 8, Porto Alegre 10, Santa Maria 1, Santa Maria 3, Uruguaiana 5, Quinta, Nova Prata 2 e Maçambará.

c) Índice de Disponibilidade Mensal de Energia (IIT):

Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas é realizada diariamente e contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas.

O quadro 1 demonstra uma estabilidade destes indicadores entre 2009 e 2014.

Valores do Indicador IIT

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014
IIT – Geral (%)	0,0057	0,0060	0,0071	0,0049	0,0060	0,0066
IIT – Transmissão (%)	0,0055	0,0039	0,0060	0,0047	0,0058	0,0041

Energia Deixada de Transmitir (EDT): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade da empresa.

A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2014 e a EDT Média é o resultado da média dos doze meses do ano de 2014.

O quadro 2 demonstra os valores obtidos nos últimos 6 anos.

Valores do Indicador EDT

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EDT Total - Geral (MWh)	1589,09	1866,11	2217,98	1580,51	2002,44	2379,69
EDT Total - Transmissão (MWh)	1538,44	1206,78	1885,27	1504	2100,59	1429,31
EDT Média - Geral (MWh)	132,42	155,51	184,83	131,71	175,05	198,31
EDT Média - Transmissão (MWh)	128,20	100,56	157,11	125,62	166,87	119,11

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela CEEE-GT no Parque Gerador e em obras de Subestações e Linhas de Transmissão, com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica, ao longo de 2014, totalizaram cerca de R\$ 305,16 milhões.

O quadro abaixo resume a forma como recursos foram aportados:

SEGMENTO	Valores em mil R\$
CEEE-GT	Realizações 2014
Expansão, Manutenção & Operação de Usinas	18.828,83
Expansão, Manutenção & Operação de Subestações e Linhas	80.611,57
Participações em Geração e Transmissão	204.527,11
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.196,95
TOTAL	305.164,46

Fonte: Valores realizados em 2014, conforme relatórios do Sistema de Informações Econômico-Financeiras – Módulo Orçamentário (SIEF-O).

5.1. Geração

5.1.1. Expansão e Modernização da Geração

Durante o ano de 2014 prosseguiu-se com ações visando o aumento da capacidade de geração das usinas da CEEE-GT que possuem condições favoráveis à ampliação. Podem ser destacados os seguintes projetos:

- Ampliação da Central Hidrelétrica Bugres - Ampliação da usina, que passará de 11,12 para 19,2 MW de potência instalada. No ano de 2014 o empreendimento foi licitado e aguarda a assinatura do contrato com a empresa vencedora do certame para início das obras.
- Ampliação da Central Hidrelétrica Ijuzinho II - Ampliação da usina, que passará a ter 15,0 MW de potência instalada e aguarda autorização da ANEEL e emissão da Licença de Instalação do empreendimento.
- Ampliação da Usina hidroelétrica Ernestina - O projeto de ampliação, que está em fase de revisão, prevê um incremento de 9,6 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PCH Forquilha - O projeto de ampliação, que está em fase de complementação, prevê um incremento de 9,0 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PCH Guarita - O projeto de ampliação, que está em fase de complementação, prevê um incremento de 12,0 MW na capacidade de geração da atual usina.
- Ampliação da PCH Santa Rosa - O projeto de ampliação prevê um incremento de 4,6 MW na capacidade de geração da atual usina e aguarda autorização da ANEEL e emissão da Licença de Instalação do empreendimento.
- Ampliação da UHE Gov. Leonel Brizola - Concluído estudo de viabilidade, que indicou a possibilidade de incremento de até 42 MW de potência instalada.

Além dos estudos de investimentos realizados nas usinas sob concessão da CEEE-GT, foi firmado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Investimentos com o Grupo Elecnor/Enerfin para aquisição de 10% de participação nos Parques Eólicos de propriedade da Empresa, em uma potência que se limitará a 376 MW de empreendimentos em operação e construção. Em dez/14 ocorreu aporte de recursos no montante de R\$ 35,0 milhões, com o ingresso efetivo na SPE Ventos do Sul Energia S/A. Com a efetivação deste aporte, a participação da CEEE-GT nas sociedades é de 10% sobre uma potência de 322,5 MW. Resta, portanto o ingresso efetivo no EOL Ventos dos Índios S/A, cuja potência será de 52,9 MW, o que deverá ocorrer até 30/06/2015 e cujo desembolso será de aproximadamente R\$ 8,00 milhões.

O principal fato relevante da Expansão da Geração da CEEE-GT neste período foi a participação vencedora no leilão A-3, realizado em 18 de novembro de 2013, com a venda de 3.558.996 MWh, gerando faturamento anual em torno de R\$ 23,00 milhões durante 30 anos com investimento total de aproximadamente R\$ 292,68 milhões, desse valor, aproximadamente 49,88% corresponderão a recursos próprios. O complexo eólico Povo Novo, localizado a margem da rodovia BR 392, distante cerca de 30 km do centro do município de Rio Grande, é composto de 3 centrais eólicas (CGE Curupira, CGE Fazenda Vera Cruz e CGE Povo Novo) e terá capacidade instalada de 55 MW, potencia suficiente para fornecer energia para cerca de 90 mil residências e gerará em torno de 800 empregos diretos.

A ampliação da capacidade de geração eólica da CEEE-GT, planejada para os próximos anos, poderá ser dada a partir da aquisição de novos projetos ou através de medições próprias, existentes nos municípios de Rio Grande, Bagé, Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar, com potencial estimado em 420 MW.

5.2. Transmissão

5.2.1. Expansão da Transmissão

Com foco na construção e na ampliação de linhas de transmissão e de subestações de energia elétrica, o processo de expansão visa, além de aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da

CEEE-GT, expandir e modernizar o Sistema Elétrico, buscando atender o aumento da demanda instalada e da demanda por energia resultante da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

No ano de 2014, foram aplicados R\$202,00 milhões na expansão de transmissão.

Para atendimento à Copa do Mundo FIFA 2014, foram concluídas 2 obras (SE Porto Alegre 8 e SE Porto Alegre 10), com aumento de 133 MVA de potência. A Empresa tem obras em andamento na subestação Canoas 1.

Para expansão da capacidade de transmissão, foram concluídas outras 6 obras, sendo instalados 215 MVA de potência em 6 subestações (SE Maçambará, SE Nova Prata 2, SE Quinta, SE Santa Maria 1, SE Santa Maria 3 e SE Uruguaiana 5). A CEEE-GT possui outras 18 obras em andamento.

5.2.2. Manutenção e Operação da Transmissão

No ano de 2014, a CEEE-GT aplicou R\$10,40 milhões em obras nas diversas Subestações e Linhas do Sistema de Transmissão, visando manter as instalações em operação dentro dos padrões estabelecidos pelo ONS e pela ANEEL. Foram executadas programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operação da rede básica de transmissão, de forma a garantir um bom desempenho do sistema que, no ano de 2014, atingiu uma disponibilidade garantida de 99,849% (dado de dezembro de 2014).

5.2.3. Modernização de Instalações de Transmissão para a Copa 2014

Em 2014 foram investidos R\$ 0,9 milhões na modernização de subestações objetivando o bom funcionamento das instalações de transmissão para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Estas instalações foram definidas pelos organismos do Setor elétrico; EPE - Empresa de Pesquisa Energética, ONS e ANEEL.

Das 7 Subestações definidas como de interesse para a Copa 2014, 6 foram concluídas e uma está em fase de conclusão:

Subestações Modernizadas 2014 - Copa de 2014		
Corede	Subestação	Situação
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 6	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 8	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 9	Em execução
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Gravataí 2	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 13	Concluída
Metropolitano Delta do Jacuí	SE Porto Alegre 4	Concluída
Vale do Rio dos Sinos	SE Cidade Industrial - Canoas	Concluída

5.3. Participação no Mercado de Energia Elétrica

O quadro a seguir apresenta as Participações Societárias da CEEE-GT em Empreendimentos de Geração.

Empreendimentos	Participação CEEE
UHE Machadinho (1)	5,53%
UHE Dona Francisca (1) (2)	10,00%
UHE Campos Novos (3)	6,51%
UHE Furnas do Segredo (3)	10,50%
UHE Monte Claro (3) (4)	30,00%
UHE Castro Alves (3) (4)	30,00%
UHE 14 de Julho (3) (4)	30,00%
UHE Foz do Chapecó (3)	9,00%
UTE Piratini (3)	10,00%
EOL Palmares (3)	10,00%
EOL Ventos da Lagoa (3)	10,00%
EOL Ventos do Litoral (3)	10,00%
EOL Ventos do Sul S/A (3)	10,00%

- (1) A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nestes empreendimentos.
- (2) A energia assegurada à CEEE é de 2MWm nos 10 primeiros anos de operação comercial, 6MWm do 11º ao 20º e 10MWm a partir do 21º ano.
- (3) A CEEE-GT não recebe energia, apenas dividendos destes empreendimentos.
- (4) Usina integrante do Projeto CERAN (Companhia Rio das Antas).

6. BALANÇO SOCIAL – INDICADORES SOCIAIS

Balanco Social						
1 - BASE DE CALCULO	Dezembro 2014 (valor em mil R\$)			Dezembro 2013 (valor em mil R\$)		
Receita liquida (RL)	589.207			735.508		
Resultado operacional (RO)	(224.595)			(218.626)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	236.437			223.611		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	45.694	19%	8%	45.083	19%	8%
Saúde	467	0%	0%	474	0%	0%
Medicina e Segurança	910	0%	0%	899	0%	0%
Educação	476	0%	0%	610	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.710	1%	0%	164	0%	0%
Benefícios	59.595	25%	10%	53.779	23%	9%
Alimentação	13.616	6%	2%	13.944	6%	2%
Creches ou Auxílio-Creche	1.320	1%	0%	1.283	1%	0%
Previdência privada	38.626	16%	7%	32.868	14%	6%
Plano de Saúde	6.033	3%	1%	5.684	2%	1%
Participação nos Lucros ou Resultados	2.869	1%	0%	0	0%	0%
Inclusão Social	75	0%	0%	63	0%	0%
Outros	1.165	0%	0%	861	0%	0%
Produtividade	977	0%	0%	645	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	188	0%	0%	216	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	112.961	50%	15%	101.933	45%	14%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	223	0%	0%	982	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	45	0%	0%
Inclusão Social	40	0%	0%	52	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	263	0%	0%	1.079	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.303	-7%	3%	23.595	-11%	4%
Total - Indicadores sociais externos	16.566	-7%	3%	24.674	-11%	4%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	12	0%	0%	147	0%	0%
Gestão	1.630	-1%	0%	1.310	-1%	0%
Resíduos	419	0%	0%	44	0%	0%
ISO 14.001	-	0%	0%	4	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	866	0%	0%	1.262	-1%	0%
Medida Compensatória Parque Itapeva	345	0%	0%	-	0%	0%
Programas Ambientais	1.861	-1%	0%	3.680	-2%	1%
Psicultura	5	0%	0%	-	0%	0%
Reposição Reflorestal	27	0%	0%	46	0%	0%
Poda e Desmatamento	1.121	0%	0%	3.427	-2%	1%
Monitoramento de águas e Salvamento fauna	78	0%	0%	130	0%	0%
Reassentamentos - Remanej	-	0%	0%	31	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	25	0%	0%	-	0%	0%
Desapropriações - Indenizações	605	0%	0%	24	0%	0%
Outros	-	0%	0%	22	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	3.503	-2%	1%	5.137	-2%	1%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	{ } não possui metas { } cumpre de 0 a 50%;			{ } não possui metas { } cumpre de 0 a 50%;		
	{ } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 76 a 100%;			{ } cumpre de 51 a 75% { } cumpre de 76 a 100%;		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.334			1.476		
Nº de admissões durante o período	3			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	740			884		
Nº de estagiários(as)	109			83		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	508			563		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	208			240		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,69%			20,29%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	150			184		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,97%			7,25%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	27			29		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2014			Em 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,1			21,45		
Número total de acidentes de trabalho**	10			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	{ } direção	{x} direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{ } direção	{x} direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{x} todos(as) - Cipa	{ } direção e gerências	{ } todos(as) empregados(as)	{x} todos(as) - Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	{ } não se envolverá	{x} seguirá as normas da OIT	{ } incentivar-se seguirá a OIT	{ } não se envolverá	{x} seguirá as normas da OIT	{ } incentivar-se seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	{ } direção	{ } direção e gerências	{x} todos(as) empregados(as)	{ } direção	{ } direção e gerências	{x} todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	{ } direção	{ } direção e gerências	{x} todos(as) empregados(as)	{ } direção	{ } direção e gerências	{x} todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	{ } não serão considerados	{x} serão sugeridos	{ } serão exigidos	{ } não serão considerados	{x} serão sugeridos	{ } serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	{ } não se envolverá	{ } apoiará	{x} organizará e incentivará	{ } não se envolverá	{ } apoiará	{x} organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: R\$ 118.482			Em 2013: R\$ 258.148		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	(10,95)% governo (236,47)% acionistas retido			25,58% governo (74,12)% acionistas 126,53% colaboradores(as) 22,01% terceiros ____% retido		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	Em 2014			Em 2013		
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade						
Graduados	569			571		
Graduandos	-			-		
Ensino Médio	713			827		
Ensino Médio Incompleto	-			-		
Ensino Fundamental	33			54		
Ensino Fundamental Incompleto	19			24		
Não Alfabetizados						
**Acidentes com perda de tempo				**Acidentes com perda de tempo		
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas às receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações. Conforme negociações coletivas o resultado do Programa de Participação nos Resultados de 2013 foi distribuído em folgas para aos empregados.						

6.1. Indicadores Sociais

A CEEE-GT encerrou o ano de 2014 com 1.334 empregados. Há, no quadro pessoal, 27 empregados portadores de deficiência, o que representa 2,02%.

A taxa de rotatividade (turnover) é historicamente baixa e, como nos anos anteriores, manteve este padrão, ficando em 0,41% como taxa média do ano de 2014.

Os indicadores sociais estão detalhados no relatório de sustentabilidade disponível do site www.ceee.com.br.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

7.1. Resultados do Exercício

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com um prejuízo de R\$ 280,2 milhões, representando um aumento no prejuízo de 46,43% no seu resultado em relação ao prejuízo de R\$ 191,3 milhões do exercício de 2013.

O resultado está bastante influenciado pela redução da Receita Operacional Bruta, principalmente do segmento de Geração que em 2013 era de R\$544,3 milhões passando para R\$345,6 milhões em 2014. Os custos de energia comprada, embora menores que o exercício anterior, permaneceram elevados, comprometendo a receita operacional líquida da Companhia. A necessidade de compra de energia está relacionada às usinas com a concessão prorrogadas em 2012, pois a totalidade de suas garantias físicas de energia e potência foi alocada compulsoriamente, na forma de cotas para as distribuidoras. A partir dessa alocação de energia, criou-se a necessidade de comprar energia para recomposição de lastro, considerando os contratos de suprimento negociados no Ambiente de Comercialização Livre, sendo que esse custo foi potencializado em função da situação hidrológica adversa desse exercício.

Outro fator que impactou o resultado do exercício foi a aumento das despesas operacionais, devido, principalmente pela constituição da provisão para devedores duvidosos relativos à energia livre. A partir da análise dos devedores e considerando o atual contexto econômico e financeiro vivenciado pelas Distribuidoras do Setor Elétrico Nacional, em especial frente ao momento de excepcionalidade referente ao regime hidrológico, a Companhia constituiu provisão desses créditos no montante de R\$149,7 milhões.

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Informações e Indicadores Econômico - Financeiros	2014	2013	Varição 2014 2013
Ativo Total	2.861.460	3.147.257	-9,08%
Passivo	1.417.706	1.414.784	0,21%
Patrimônio Líquido	1.443.754	1.732.473	-16,67%
Receita Operacional Líquida	589.207	735.508	-19,89%
Resultado do Serviço (EBIT)	(505.753)	(411.253)	22,98%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(280.173)	(191.336)	46,43%
EBITDA (1)	(473.981)	(369.996)	28,10%
PMS (2)	351.580	382.734	-8,14%
Dívida Total (3)	291.536	234.429	24,36%
ROCE (4) %	64,73%	51,47%	25,78%
Dívida Bruta / EBITDA	-61,51%	-63,36%	1,85
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) %	49,54%	44,95%	4,59
Margem Operacional (6) %	-64,24%	-29,72%	(34,51)
Margem Líquida (7) %	-47,55%	-26,01%	(21,54)
Dívida Líquida (8)	(226.004)	(781.476)	-71,08%
PMS / ROL %	59,67%	52,04%	7,63
Cotação Unitária da Ação - ON - (R\$ por lote mil)	1,13	1,60	
Cotação Unitária da Ação - PNA - (R\$ por lote de mil)	1,47	1,70	

- (1) EBITDA - Resultado do Serviço menos depreciação e amortização
 (2) PMS - Despesas de Pessoal, Material e Serviço
 (3) Dívida Total - Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações
 (4) ROCE - Retorno sobre o capital Empregado = Receita Operacional Líquida / Ativo Circulante x 100
 (5) Participação do Capital de Terceiros sobre o Ativo Total = Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total x 100
 (6) Margem Operacional = Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social / Receita Operacional Líquida x 100
 (7) Margem Líquida = Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício / Receita Operacional Líquida
 (8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

7.2. LAJIDA / EBITDA

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos nas despesas operacionais e no custo do serviço de energia elétrica, o EBITDA teve uma variação 28,10%, passando de R\$(369,9) milhões em 2013, para R\$(473,9) milhões em 2014.

A margem do EBITDA apresentou uma variação negativa, passando de -50,30% em 2013 para -80,44% em 2014.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2014	2013	Variação 2014 / 2013
Receita Operacional Líquida - ROL	589.207	735.508	-19,89%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(751.872)	(969.568)	-22,45%
(-) Despesas Operacionais (*)	(343.088)	(177.193)	93,62%
Resultado do Serviço - EBIT	(505.753)	(411.253)	22,98%
(+) Depreciação e Amortização	(31.772)	(41.257)	-22,99%
EBITDA (1)	(473.981)	(369.996)	28,10%
Margem EBITDA	-80,44%	-50,30%	

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

7.3. DRE

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	31/12/2014	31/12/2013	Variação % 2014 / 2013
Receita Operacional Bruta	629.570	783.147	-19,61%
Deduções da Receita Operacional	(40.363)	(47.639)	-15,27%
Receita Operacional Líquida	589.207	735.508	-19,89%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(751.872)	(969.568)	-22,45%
Custo com Energia Elétrica	(451.698)	(610.036)	-25,96%
Custo de Operação	(300.174)	(359.532)	-16,51%
Lucro Operacional Bruto	(162.665)	(234.060)	-30,50%
Despesas Operacionais	(363.181)	(166.939)	117,55%
Outras Receitas	36.221	2.763	1210,93%
Outras Despesas	(16.128)	(13.017)	23,90%
Resultado do Serviço	(505.753)	(411.253)	22,98%
Depreciação e Amortização	(31.772)	(41.257)	-22,99%
Resultado de Participações Societárias	29.400	54.295	-45,85%
EBITDA	(473.981)	(369.996)	28,10%
Margem EBITDA	-80,44%	-50,30%	(30,14)
Receita/Despesa Financeira	97.854	138.332	-29,26%
Imposto de Renda e Contribuição Social	98.326	27.290	260,30%
Resultado Líquido do Exercício	(280.173)	(191.336)	46,43%

7.3.1. Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT encerrou o exercício de 2014 com uma receita operacional bruta de R\$629,5 milhões, representando uma redução de 19,61% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$783,1 milhões.

Esse resultado deve-se basicamente à redução da receita de suprimento, que atingiu o valor de R\$335,6 milhões, ante R\$449,3 milhões no mesmo período do ano anterior devido ao reconhecimento da receita por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

7.3.2. Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intra-setoriais. As deduções da receita operacional reduziram de R\$47,6 milhões em 2013 para R\$40,3 milhões em 2014 devido, principalmente às variações negativas da receita bruta.

7.3.3. Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida em 2013 foi de R\$735,5 milhões, já em 2014 foi de R\$589,2 milhões, refletindo uma redução de 19,89%. Essa redução deve-se a combinação das variações apresentadas na receita operacional bruta e nas deduções da receita operacional, conforme identificado anteriormente.

7.3.4 Custos e Despesas Operacionais

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, se divide em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação.

- **Custo com Energia Elétrica:** O custo com energia elétrica reduziu 25,95% se comparado com o mesmo período do ano anterior. Em função da Lei Nº 12.783/13, a CEEE-GT teve usinas com a concessão prorrogada, alocando a totalidade de suas garantias físicas de energia e potência compulsoriamente, na forma de cotas, para as distribuidoras pelo prazo de 30 anos. A partir dessa alocação de energia, criou-se a necessidade de comprar energia para recomposição de lastro, considerando os contratos de suprimento negociados no Ambiente de Comercialização Livre.
- **Custo de Operação:** Com relação ao custo de operação, a redução apresentada em 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 16,09%.

As despesas operacionais representam os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram um aumento de 117,55% em relação ao exercício 2013, passando de R\$166,9 milhões para R\$363,1 milhões em 2014, devido ao reconhecimento da provisão para devedores duvidosos dos créditos relativos à energia livre.

7.4. Endividamento

Em 2014, o saldo da dívida da Empresa totalizou em R\$ 294.564 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

CEEE-GT	Indexador	Saldo (R\$ Mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		181.375	61,57%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	13.177	4,47%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	44.150	14,99%
Moeda Nacional - BNDES	TJLP	58.320	19,80%
Moeda Nacional – Banco ABC	CDI	65.728	22,31%
Saldo Devedor da Dívida Externa		113.189	38,43%
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	98.056	33,29%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	15.133	5,14%
Saldo Devedor da Dívida		294.564	100,00%
*Posição em 31/12/2014			

7.5. Ingressos Extra-Operacionais

Em setembro de 2014, a CEEE-GT recebeu nova parcela do desembolso no valor de R\$ 6,7 milhões, resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de abrangência da CEEE-GT).

No mês de abril de 2014 a Companhia recebeu o valor de R\$ 17,8 milhões em contrapartida ao contrato de empréstimo entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD.

7.6. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou uma redução de 29,26%, onde no exercício de 2014 totalizou R\$97,8 milhões e em 2013, o valor ficou na ordem de R\$138,3 milhões.

- Receita Financeira – No exercício de 2014, as receitas somaram R\$200,9 milhões, ocorrendo um aumento de 4,88% se comparado com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas somavam R\$191,5 milhões.
- Despesa Financeira – Aumentou em 93,61%, passando de R\$53,2 milhões no exercício de 2013, para R\$103 milhões em 2014 devido principalmente à retração ao valor justo das NTN-Bs.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$ 410,1 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, com uma carga mínima de 2.734 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2014, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$421,8 mil.

Neste contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras estão contemplados os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

A Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$448,6 mil e uma carga de 2.908 horas/ano) e Companhia Estadual de Energia Elétrica



Participações – CEEE – PAR (valor de R\$41,4 mil e uma carga de 269 horas/ano), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT representa 46,25% em relação aos honorários totais pagos pelas empresas CEEE-D, CEEE-PAR e inclusive CEEE-GT.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS

Diretor

JULIO HOFER

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

Balancos Patrimoniais
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013		Explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
						não auditado					
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.145	63.559	73.972	63.660	Fornecedores	17	125.513	159.114	128.219	161.314
Investimentos em Títulos do Governo	10	475.395	952.346	475.395	952.346	Obrigações Trabalhistas	18	30.347	32.586	30.364	32.586
Concessionárias e Permissionárias	6	55.134	69.864	55.134	69.864	Obrigações Fiscais	19	9.486	7.013	10.824	7.013
Tributos a Recuperar	7	41.696	19.064	41.696	19.064	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	94.785	66.357	237.618	66.357
Estoques	8	8.489	8.677	8.489	8.677	Provisão para Benefícios a Empregados	21	61.023	50.671	61.023	50.671
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13.5	222.634	260.435	222.634	260.435	Obrigações da Concessão	22	35.567	31.966	35.567	31.966
Ativo Financeiro da Concessão	13	14.644	13.580	18.712	14.331	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	23	31.991	67.532	31.991	67.532
Pagamentos Antecipados		881	792	965	874	Outros Passivos	24	48.862	45.419	50.289	65.046
Outros Créditos a Receber	9	49.175	40.787	49.161	40.284			437.574	460.658	585.895	482.485
		910.193	1.429.104	946.158	1.429.535						
						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
						Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	196.751	168.072	196.751	293.818
						Provisão para Benefícios a Empregados	21	562.851	504.677	562.851	504.677
						Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	23	141.552	106.949	141.552	106.949
						Obrigações da Concessão	22	2.448	3.030	2.448	3.030
						Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	1.967	87.850	1.967	87.850
						Outros Passivos	24	74.563	83.548	76.750	83.548
								980.132	954.126	982.319	1.079.872
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Social	26.1	588.447	588.447	588.447	588.447
						Reserva de Incentivos Fiscais	26.2	1.209.304	1.209.304	1.209.304	1.209.304
						Reserva de Lucros	26.3	-	73.253	-	73.253
						Outros Resultados Abrangentes	26.4	(166.046)	(138.531)	(166.046)	(138.531)
						Prejuízos Acumulados		(187.951)	-	(187.951)	-
								1.443.754	1.732.473	1.443.754	1.732.473
						Participação dos não controladores		-	-	6.125	32.825
								1.443.754	1.732.473	1.449.879	1.765.298
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2.861.460	3.147.257	3.018.093	3.327.655			2.861.460	3.147.257	3.018.093	3.327.655

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	589.207	735.508	670.957	755.925
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(751.872)	(969.568)	(835.018)	(986.813)
Custo com Energia Elétrica	29	(451.698)	(610.036)	(451.698)	(610.036)
Custo de Operação	30	(300.174)	(359.532)	(383.320)	(376.777)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(162.665)	(234.060)	(164.061)	(230.888)
Despesas Operacionais		(363.181)	(166.939)	(364.463)	(166.984)
Despesas com Vendas	30	(412)	(3.400)	(412)	(3.400)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(53.218)	(54.911)	(54.500)	(54.956)
Outras Despesas Operacionais	30	(309.551)	(108.628)	(309.551)	(108.628)
Outras Receitas	31	36.221	2.763	36.221	2.763
Outras Despesas	31	(16.128)	(13.017)	(16.128)	(13.017)
RESULTADO DO SERVIÇO		(505.753)	(411.253)	(508.431)	(408.126)
Resultado de Participações Societárias		29.400	54.295	33.862	54.294
Receita/Despesa Financeira	32	97.854	138.332	98.565	138.206
Resultado Operacional		(378.499)	(218.626)	(376.004)	(215.626)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(378.499)	(218.626)	(376.004)	(215.626)
Imposto de Renda Corrente	33	-	-	(2.263)	-
Imposto de Renda Diferido	33	76.627	20.066	76.627	20.066
Contribuição Social Corrente	33	-	-	(822)	-
Contribuição Social Diferida	33	21.699	7.224	21.699	7.224
PREJUÍZO DO PERÍODO		(280.173)	(191.336)	(280.763)	(188.336)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	(0,72)	(0,49)	(0,73)	(0,49)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	27	(0,72)	(0,49)	(0,73)	(0,49)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		-	-	(280.173)	(191.336)
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	(590)	3.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
PREJUÍZO DO PERÍODO		(280.173)	(191.336)	(280.763)	(188.336)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(14.997)	34.027	(14.997)	34.027
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	20.154	(346.820)	20.154	(346.820)
Venda de Títulos do Governo	10	35.413	9.451	35.413	9.451
Ganho/Perda Atuarial		(51.672)	256.691	(51.672)	256.691
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(18.892)	114.705	(18.892)	114.705
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(295.170)	(157.309)	(295.760)	(154.309)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora				(295.170)	(157.309)
Atribuído a Sócios Não Controladores				(590)	3.000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA							
Nota Explicativa	Capital Social Integralizado	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Reserva de Lucro			Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos Não Controladores	Total
			Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados				
Saldos em 31/12/2012	588.447	620	1.209.304	213.827	22.168	(153.686)	1.880.680	29.825	1.910.505
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(191.336)	-	(191.336)	3.000	(188.336)
Reversão por Prescrição	-	(620)	-	-	-	-	(620)	-	(620)
Outros resultados abrangentes									
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	-	(337.369)	(337.369)	-	(337.369)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	114.705	114.705	-	114.705
Registro do Ganho Atuarial	26.4	-	-	-	-	256.691	256.691	-	256.691
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	34.027	34.027	-	34.027
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	28.594	(28.594)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	9.722	9.722	-	9.722
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	28.594	(18.872)	9.722	-	9.722
Destinação do Resultado:									
Absorção do Prejuízo do Exercício	-	-	-	(140.574)	140.574	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013 (não auditado)	588.447	-	1.209.304	73.253	-	(138.531)	1.732.473	32.825	1.765.298
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(280.173)	-	(280.173)	(590)	(280.763)
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	(29.047)	(29.047)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	2.937	2.937
Outros resultados abrangentes									
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	-	55.567	55.567	-	55.567
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	-	(18.892)	(18.892)	-	(18.892)
Registro da Perda Atuarial	26.4	-	-	-	-	(51.672)	(51.672)	-	(51.672)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	(14.997)	(14.997)	-	(14.997)
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	18.969	(18.969)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	6.451	6.451	-	6.451
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	18.969	(12.518)	6.451	-	6.451
Destinação do Resultado:									
Absorção do Prejuízo do Exercício	-	-	-	(73.253)	73.253	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	588.447	-	1.209.304	-	(187.951)	(166.046)	1.443.754	6.125	1.449.879

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Nota Explicativa		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
não auditado					
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do Período		(280.173)	(191.336)	(280.763)	(188.336)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa					
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		20.778	15.895	20.778	15.895
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante		-	2.105	-	2.105
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis		30 31.772	41.257	31.772	41.257
Resultado de Equivalência Patrimonial		(29.400)	(54.295)	(33.862)	(54.294)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		43.852	57.703	46.018	57.703
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos		30 39.122	31.374	39.122	31.374
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		30 150.190	28.718	150.190	28.718
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(98.327)	(27.290)	(98.327)	(27.290)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		152.074	213.752	152.074	213.752
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo		10 (103.268)	(76.693)	(103.268)	(76.693)
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC		10 -	(23.064)	-	(23.064)
Outros		-	-	1.396	(3.172)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES		(73.380)	18.126	(74.870)	17.955
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		503.247	256.461	631.642	256.416
Concessionárias e Permissionárias		14.318	29.584	14.318	29.584
Tributos a Recuperar		(19.533)	(16.855)	(19.533)	(16.855)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		25.231	(415)	119.163	(415)
Estoques		188	(722)	188	(722)
Conta de Resultados a Compensar - CRC		-	365.370	-	365.370
Investimentos em Títulos do Governo		635.786	(254.298)	635.786	(254.298)
Pagamentos Antecipados		(89)	3	(91)	(42)
Contas a Receber		(20.743)	(5.390)	(20.743)	(5.390)
Depósitos Judiciais		8.810	(261)	7.922	(261)
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI		189.721	263.473	189.721	263.473
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(7.893)	(79.380)	27.018	(79.380)
Ativo Financeiro da Concessão		(82.187)	(79.403)	(82.187)	(79.403)
Bens e Direitos Destinados à Alienação		13	(12)	13	(12)
Outros Créditos a Receber		(240.375)	34.767	(239.933)	34.767
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(102.947)	(93.862)	(101.102)	(92.388)
Fornecedores		(33.601)	95.371	(33.095)	96.846
Obrigações Trabalhistas		(2.239)	584	(2.222)	584
Obrigações Fiscais		2.473	(6.381)	3.811	(6.382)
Provisão para Benefícios a Empregados		(44.223)	(50.494)	(44.223)	(50.494)
Obrigações da Concessão		3.019	(2.703)	3.019	(2.703)
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias		(22.920)	(15.131)	(22.920)	(15.131)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		12.444	(124.427)	12.444	(124.427)
Outros Passivos		(17.900)	9.319	(17.916)	9.319
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS		326.920	180.725	455.670	181.983
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(384.663)	(271.202)	(470.426)	(382.379)
Aumento de Investimentos		(212.972)	(43.380)	(187.403)	(137.312)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(170.077)	(226.820)	(281.409)	(244.065)
Aquisição de Ativo Intangível		(1.614)	(1.002)	(1.614)	(1.002)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		36.329	36.864	25.068	146.878
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		99.239	133.043	116.325	243.057
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos		(57.671)	(92.909)	(57.671)	(92.909)
Pagamento de Encargos de Dívidas		(5.239)	(3.270)	(33.586)	(3.270)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.414)	(53.613)	10.312	(53.518)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa		5 63.559	117.172	63.660	117.178
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa		5 42.145	63.559	73.972	63.660

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	28	629.570	783.147	711.320	803.564
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(150.190)	(28.718)	(150.190)	(28.718)
Outras Receitas e Despesas	31	20.093	(10.254)	20.093	(10.254)
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(551.651)	(699.096)	(635.853)	(716.386)
Material	30	(5.976)	(8.457)	(5.976)	(8.457)
Serviços de Terceiros	30	(25.103)	(24.918)	(25.103)	(24.918)
Custo de Energia Comprada	29	(451.698)	(610.036)	(451.698)	(610.036)
Outros Custos Operacionais	30	(10.109)	(9.349)	(10.109)	(9.349)
Custo de Construção	30	-	-	(83.146)	(17.245)
Outras Despesas Operacionais		(58.765)	(46.336)	(59.821)	(46.381)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		(52.178)	45.079	(54.630)	48.206
(-) Depreciação e Amortização	30	(31.772)	(41.257)	(31.772)	(41.257)
(-) Provisões	30	(27.879)	8.472	(27.879)	8.472
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		(111.829)	12.294	(114.281)	15.421
(+) Resultado de Participações Societárias		29.400	54.295	33.862	54.294
(+) Receitas Financeiras	32	200.911	191.559	201.977	191.559
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		118.482	258.148	121.558	261.274
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		306.273	258,51	306,418	252,08
Remuneração Direta		130.224	109,92	130.369	107,24
Benefícios		39.213	33,10	39.213	32,26
Plano de Benefícios Previdenciais		85.118	71,84	85.118	70,01
Compromissos Previdenciais		39.853	33,64	39.853	32,79
F.G.T.S.		11.865	10,01	11.865	9,76
Impostos, Taxas e Contribuições		(12.969)	(10,95)	(9.803)	(8,06)
Federais		(14.948)	(12,62)	(11.782)	(9,69)
Estaduais		188	0,16	188	0,15
Municipais		1.791	1,51	1.791	1,47
Remuneração de Capitais de Terceiros		105.351	88,91	105.706	86,96
Aluguéis	30	2.294	1,94	2.294	1,89
Despesas Financeiras	32	103.057	86,98	103.412	85,07
Remuneração de Capitais Próprios		(280.173)	(236,47)	(280.763)	(230,97)
Prejuízo do Período		(280.173)	(236,47)	(280.763)	(230,97)
TOTAL		118.482	258.148	121.558	261.274

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (Companhia) com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 26 de novembro de 2006. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção (geração) e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

No segmento de transmissão, a CEEE-GT exerce o controle acionário da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB. Em janeiro 2014 a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a sócia Zhejiang United Engeneering CO Ltda transferiram cotas de capital subscrito para a CEEE-GT e em 24 de janeiro de 2014 foi efetuada a integralização de capital no montante de R\$25.000 pela CEEE-GT na Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB, aumentando sua participação no capital integralizado. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 88,49% do capital integralizado.

No segmento de geração, a CEEE-GT também exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo. A participação acionária da CEEE-GT no empreendimento é de 99,99%, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

1.1. Das Concessões

1.1.1. Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
					Unidades Geradoras		Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes as usinas renovadas. Vide nota explicativa nº15.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.5.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.3.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2. Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973/2014

Em 11 de novembro de 2013 o Poder Executivo Federal editou a Medida Provisória - MP nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A norma modifica a legislação tributária nacional, e, dentre outras alterações, revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009. Os dispositivos da MP têm vigência a partir do ano-calendário de 2015, podendo, a critério dos contribuintes, terem os efeitos de sua aplicação antecipados a partir do ano-calendário de 2014.

A Companhia decidiu pela aplicabilidade das disposições da Lei nº 12.973/2014 a partir do ano-calendário de 2015.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem tanto o método de custo quanto o de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A referida revisão deve ser aplicada retrospectivamente, de acordo com as regras do IAS 8, a partir de janeiro de 2016. Até a revisão desse pronunciamento, a única divergência com relação às normas internacionais aplicáveis à Companhia correspondia à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, cuja prática não estava prevista nas IFRS. De modo a eliminar a mencionada inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais, a Companhia está considerando a adoção antecipada da referida norma, cuja aplicação não resultará em nenhum ajuste retrospectivo em seu balanço patrimonial e demonstração de resultado apresentado nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras compreendem:

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

a) Demonstrações Financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS, IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 23/03/2015.

3.1.3. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras Individuais são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras Individuais. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações de compra e venda de energia elétrica na CEEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Ativo Financeiro da Concessão;
- VIII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- IX. Vida útil do ativo imobilizado.

3.3. Procedimento de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e de suas controladas Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

Empresas Controladas	% de Participação	
	31/12/2014	31/12/2013
1 - Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB	88,49%	0,02%
2 - Ventos de Curupira	99,99%	0,00%
3 - Ventos de Povo Novo	99,99%	0,00%
4 - Ventos de Vera Cruz	99,99%	0,00%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

Para o exercício de 2013 foram elaboradas Demonstrações Financeiras Consolidadas pro forma, exclusivamente, para fins de comparabilidade.

As demonstrações financeiras consolidadas pro forma de 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas para refletir a situação financeira e patrimonial e os resultados operacionais consolidados como se a TESB tivesse sido controlada pela Companhia desde 1º de janeiro de 2013. Essas demonstrações financeiras consolidadas pro forma não devem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos ou quaisquer outros fins societários que não sejam de proporcionar informações comparativas sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

31/12/2013			
	Controladora	Ajustes pro forma * não auditado	Consolidado não auditado
Balanço Patrimonial			
Ativo Circulante	1.429.104	431	1.429.535
Ativo Não Circulante	1.718.153	179.967	1.898.120
	3.147.257	180.398	3.327.655
Passivo Circulante	460.658	21.827	482.485
Passivo Não Circulante	954.126	125.746	1.079.872
Patrimônio Líquido	1.732.473	32.825	1.765.298
	3.147.257	180.398	3.327.655
Demonstração do Resultado do Exercício			
	Controladora	Ajustes pro forma * não auditado	Consolidado não auditado
Receita Operacional Líquida	735.508	20.417	755.925
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(969.568)	(17.245)	(986.813)
Resultado Operacional Bruto	(234.060)	3.172	(230.888)
Despesas Operacionais	(166.939)	(45)	(166.984)
Outras Receitas	2.763	-	2.763
Outras Despesas	(13.017)	-	(13.017)
Resultado do Serviço	(411.253)	3.127	(408.126)
Resultado de Participações Societárias	54.295	(1)	54.294
Receita(Despesa) Financeira	138.332	(126)	138.206
Resultado Antes do IR e CS	(218.626)	3.000	(215.626)
IR e CS	27.290	-	27.290
Prejuízo do Período	(191.336)	3.000	(188.336)

* Os saldos ilustram os ajustes pro forma, meramente para efeito comparativo, referentes aos saldos contábeis da TESB em 31/12/2013.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento das Demonstrações Financeiras, contabilizado com base no regime contábil de competência.

4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.10. Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

4.11. Investimentos

4.11.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4.11.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.11.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

4.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por

outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.13. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

4.14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

4.15. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

4.15.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.15.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O

valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.17. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço.

4.18. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

4.19. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente quando apurado é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R\$240 anuais e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.22. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.24. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.25. Reconhecimento da Receita

4.25.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2012, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.25.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

4.25.2.1. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.25.2.2. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originárias do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2.

4.26. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.27. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

4.28. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 35.

4.29. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

4.30. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.31. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.32. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (joint operation) A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3 – Combinação de negócios, aplique os princípios desse IFRS, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que conflitam com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em eventuais aquisições de operações conjuntas.

- Revisão do IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações contábeis individuais A alteração permite que uma Entidade prepare suas demonstrações contábeis individuais considerando os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e associadas tanto ao método de custo, de acordo com o IFRS 9 – Instrumentos financeiros, como utilizando o método de equivalência patrimonial conforme descrito no IAS 28 – Investimento em associada. Tendo em vista que esse procedimento já está previsto através das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia já avalia os seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial. Conforme anteriormente mencionado, a aplicação antecipada desse pronunciamento elimina a única divergência aplicável à Companhia entre as normas contábeis brasileiras e internacionais. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade

espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxos de caixa decorrentes das vendas. A Companhia está avaliando a eventual aplicação da norma às suas transações.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros O pronunciamento tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como de alguns contratos de compra ou venda de itens não-financeiros, com a finalidade de apresentar informações úteis e relevantes para a avaliação de valores, períodos e incertezas no fluxo de caixa futuro da entidade. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE				
Numerário Disponível	26.973	3.227	27.913	3.328
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - SIAC/BANRISUL	15.172	60.332	15.172	60.332
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial	-	-	30.887	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>42.145</u>	<u>63.559</u>	<u>73.972</u>	<u>63.660</u>
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações Financeiras Vinculadas	-	-	-	93.932
Quotas Subordinadas - FIDC	7.446	32.677	7.446	32.677
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	<u>7.446</u>	<u>32.677</u>	<u>7.446</u>	<u>126.609</u>

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$26.973 (R\$3.227 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$15.172 (R\$60.332 em 31 de dezembro de 2013) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$30.887 no ativo circulante refere-se a aplicações financeiras das controladas classificadas em CDB Especial, resgatáveis a qualquer tempo e remuneradas com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

O valor de R\$ 7.446 (R\$32.677 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante refere-se a Quotas Subordinadas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC III CEEE- GT e FIDC V CEEE-GT, que são atualizadas conforme definido em contrato.

O montante de R\$93.932 em 31 de dezembro de 2013 corresponde a uma parte do empréstimo de R\$120.000 tomado pela TESB com a Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.. A emitente do fundo autoriza o credor a utilizar este valor para aplicação em Certificados de Depósito Bancário, que será objeto de garantia do empréstimo.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Suprimento de Energia	22.101	38.985	22.101	38.985
Encargos de uso da Rede	39.972	28.455	39.972	28.455
Energia de Curto Prazo - CCEE	-	8.970	-	8.970
Títulos de Crédito a Rebeber	344	326	344	326
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.283)	(6.872)	(7.283)	(6.872)
Total	55.134	69.864	55.134	69.864

6.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$7.283 (R\$6.872 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	5	119	5	119
IRPJ e CSLL a Compensar	41.153	18.346	41.153	18.346
INSS a Compensar	454	460	454	460
Outros Créditos a Compensar	84	139	84	139
	41.696	19.064	41.696	19.064
NÃO CIRCULANTE				
PIS/COFINS a Compensar	2	3.100	2	3.100
IRPJ e CSLL a Compensar	1	2	1	2
Outros Créditos a Compensar	2	2	2	2
	5	3.104	5	3.104

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Estoque de Operação	9.006	9.193	9.006	9.193
(-) Provisão para Perdas	(517)	(516)	(517)	(516)
	8.489	8.677	8.489	8.677

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
CIRCULANTE					
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.1	8.631	8.270	8.631	8.270
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		1.060	1.143	1.060	1.143
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		2.008	1.733	2.008	1.733
Cedência de Funcionários	35	1.190	998	1.190	998
Conta Gráfica	35	12.790	9.416	12.790	9.416
Investimento	9.2	8.165	10.967	8.149	10.967
Custos a Reembolsar.....		10.829	6.131	10.829	6.131
Outros Devedores		4.502	2.129	4.504	1.626
Total		49.175	40.787	49.161	40.284
NÃO CIRCULANTE					
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	9.3	415.022	415.022	415.022	415.022
Mútuo CEEE-D	9.4/35	231.583	-	231.583	-
Outros		3.722	3.316	38.625	28.116
		650.327	418.338	685.230	443.138

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$8.631 (R\$8.270 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Investimento

O valor de R\$8.165 (R\$10.967 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Etau R\$14, Chapecoense R\$2.140, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Ceran R\$2.676 e Enercan R\$3.318 (vide nota explicativa nº 14).

9.3. Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

O montante de R\$415.022 refere-se ao valor residual dos ativos de transmissão de energia elétrica pertencentes à Rede Básica Existente em 31 de maio de 2000, também denominada RBSE, classificados conforme Resoluções ANEEL nº 166/2000 e nº 167/2000. Nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, em seu §2º, art. 15º, a União irá indenizar os ativos de RBSE ainda não depreciados ou amortizados, com pagamento em 30 anos, corrigida por IPCA.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa Nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que irá valorar esses ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

A Companhia mantém seu ativo pelo valor histórico residual dos bens pertencentes à RBSE, o qual poderá sofrer alterações até sua homologação final.

9.4. Mútuo CEEE-D

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária), com o objetivo de alterar o valor para R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto é a alteração na Cláusula Primeira do referido Contrato de Mútuo. As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$231.583.

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE				
Investimentos em Títulos do Governo	475.395	952.346	475.395	952.346
Total	<u>475.395</u>	<u>952.346</u>	<u>475.395</u>	<u>952.346</u>

10.1. Descrição

O saldo de R\$475.395 (R\$952.346 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Companhia junto a Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$451.310, de R\$459.759 e de R\$365.370, correspondentes a 197.135, 160.231 e 160.231 NTN-B, respectivamente.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- a intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- as NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- as NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a. calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	CONTROLADORA				
	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita (Despesa) financeira	Impostos
Posição em 31/12/2013	952.346	4.888	(65.039)	-	-
Atualização pela taxa efetiva	103.268	-	-	103.268	-
Valorização do valor justo	20.154	-	20.154	-	-
Venda do ativo financeiro	(555.503)	-	35.413	(35.413)	-
Juros Recebidos	(44.870)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	12.157	(18.892)	-	6.736
Posição em 31/12/2014	475.395	17.045	(28.364)	67.855	6.736

11. CONTAS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Comercialização de Energia na CEEE	-	129.144	-	129.144
Títulos de Crédito a Receber	262	153	262	153
Total	262	129.297	262	129.297

11.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – Energia Livre

Durante o período de racionamento de energia, ocorrido entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, vigorou a redução de consumo de energia elétrica imposta pelo PERCEE (Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica) nos submercados Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e, parcialmente, no submercado Norte. Em maio de 2001 foi efetuado o Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual foram estabelecidos os compromissos de repasse da parcela de energia pelas Concessionárias Distribuidoras às Geradoras.

Nessa vertente, a Nota Técnica nº 001/2003 e a Resolução nº 36/2003, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prescreveram as parcelas da chamada “Energia Livre” pertencentes às empresas geradoras e distribuidoras que recorreram ao então denominado Mercado Atacadista de Energia (MAE), atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante o período do racionamento e que foram impactadas pela redução da geração de energia elétrica das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 10.438/2002, estando a Companhia inserida neste contexto de energia a receber.

Adicionalmente, o artigo 9º, §1º, da Resolução nº 36/2003 dispõe que o repasse de energia livre está condicionado à solução de controvérsias contratuais e normativas e à eliminação de eventuais litígios judiciais ou extrajudiciais, em conformidade com o art.4º §13 da Lei nº 10.438/2002. Neste cenário, em 2002, a então Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE (empresa antecessora da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT) ajuizou a ação nº 2002.34.00.036038-5, processo CEEE nº 3.494/2002, que tem por objetivo a declaração de nulidade do item IV do Despacho ANEEL nº 288 no que tange ao alívio de exposição dos quotistas de Itaipu localizados na região Sul. Também foram impetradas as ações judiciais nº 2002.61.00.026519-4 e nº 2002.61.00.029736-5, processo CEEE nº 3.555/2002, contra a ANEEL e o MAE, que buscam a suspensão do andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22/11/2002.

Em março de 2004, a Resolução ANEEL nº 45 atualizou o percentual da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) referente à Energia Livre e o percentual que cabe a cada agente, até que, em 2010, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.517, o qual fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras. No item V do referido despacho a ANEEL informa que os montantes pertencentes à CEEE devem ser registrados contabilmente como direito ou obrigação das distribuidoras, conforme o caso, e atualizados monetariamente até serem solucionados os litígios judiciais.

Considerando o atual contexto econômico e financeiro vivenciado pelas Distribuidoras do Setor Elétrico Nacional, em especial frente ao momento de excepcionalidade referente ao regime hidrológico, a Companhia constituiu provisão desses créditos, a partir da análise dos devedores.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Saldo Inicial	149.222	149.222	149.222	149.222
Atualização Monetária	24.551	5.239	24.551	5.239
Provisão para Perdas	(173.773)	(25.317)	(173.773)	(25.317)
Saldo Final	-	129.144	-	129.144

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$49.570 (R\$58.380 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 23).

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Circulante	14.644	13.580	18.712	14.331
Não Circulante	193.302	112.179	332.976	173.419
Total	207.946	125.759	351.688	187.750

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$207.946, é composto por R\$49.457, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002 e por R\$158.489, referente aos bens das obras em curso pertencentes às instalações abrangidas no Contrato de Concessão nº 055/2001 e seu Primeiro Aditivo. O registro é demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras em curso que ainda não possuem Resolução Autorizativa emitida pela Aneel, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

13.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	CONSOLIDADO			Total
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 001/2011 TESB	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (não auditado)	77.939	47.820	61.991	187.750
(+) Receita de Construção (Adições).....	91.884	-	83.146	175.030
(+) Receita Financeira.....	-	16.495	-	16.495
(-) Perda de Valor recuperável.....	(11.334)	-	(1.395)	(12.729)
(-) Amortização do período.....	-	(14.858)	-	(14.858)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	158.489	49.457	143.742	351.688
Em 31 de Dezembro de 2014 - Circulante	-	14.644	4.068	18.712
Em 31 de Dezembro de 2014 - Não Circulante	158.489	34.813	139.674	332.976

O Contrato de Concessão 001/2011 da Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB ainda não se encontra em fase operacional, dessa forma, não há receita de O&M (operação e manutenção) ou amortização do ativo financeiro. A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014 de 24 de junho de 2014 é de R\$25.449.

13.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

13.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

13.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão, para as quais a Companhia consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Companhia apura anualmente, ao final do exercício, o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

13.5. Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI

O montante de R\$222.634 (R\$260.435 em 31 de dezembro de 2013) no ativo circulante e de R\$151.920 em 31 de dezembro de 2013 no ativo não circulante refere-se à indenização dos empreendimentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL após 31 de maio de 2000, denominados de Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, para o contrato de concessão nº 055/2001, conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013. O valor de indenização foi divulgado através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, cujo recebimento será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*weighted average cost ff capital*) de 5,59% real ao ano, segundo o que estabelece o Artigo 4º da referida Portaria Interministerial.

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Participações societárias permanentes				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	605.417	384.196	558.233	384.191
Avaliadas pelo método de custo	2.724	2.724	2.724	2.724
	<u>608.141</u>	<u>386.920</u>	<u>560.957</u>	<u>386.915</u>

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
Controladas				
TESB	60.000.000	88,49%	24.515.000	0,02%
Ventos de Curupira	10.000	99,99%	-	0,00%
Ventos de Povo Novo	10.000	99,99%	-	0,00%
Ventos de Vera Cruz	10.000	99,99%	-	0,00%
Coligadas				
FOTE	23.215.000	49,00%	10.000	49,00%
TSLE	280.000.000	49,00%	34.010.000	49,00%
Ceran	510.000.000	30,00%	510.000.000	30,00%
TPAE	20.350.000	20,00%	20.350.000	20,00%
Jaguari	17.680.000	10,50%	17.680.000	10,50%
Etau	34.895.364	10,00%	34.895.364	10,00%
Palmares	114.116.000	10,00%	114.116.000	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701.000	10,00%	88.701.000	10,00%
Ventos do Litoral	102.901.000	10,00%	102.901.000	10,00%
Ventos do Sul	140.964.000	10,00%	-	0,00%
Chapecoense	714.509.342	9,00%	714.509.342	9,00%
Enercan	388.787.000	6,51%	388.787.000	6,51%

14.3 Controladas

14.3.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos:

- LT 230Kv, com extensão aproximada de 12Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Porto Alegre 8;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Nova Santa Rita;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Campo Bom e término na subestação Taquara;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 19Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Porto Alegre 13;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 13Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Viamão 3;
- SE Porto Alegre 12;
- SE Viamão 2;
- SE Candelária 2; e
- SE Porto Alegre 13.

A composição acionária originária foi assim estabelecida: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 40%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 40% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 20%.

Em julho de 2012, em virtude da subscrição do capital a ser integralizado, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A., detentora de 40% das quotas e a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda detentora de 40% das quotas, cederam e transferiram cada uma 3%, totalizando 6% de cessão e transferência

de cotas de capital subscrito e não integralizado para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 37%, Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 26%.

Em março de 2013, a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu, 27% das cotas não integralizadas para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 10%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 53% do capital subscrito.

Ainda em 2013, a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT recebeu transferências de cotas da seguinte forma:

- a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu gratuitamente 9,2% das cotas, correspondendo a 5.520.000 cotas. As cotas cedidas pela sócia Procable correspondem a 1.830.000 cotas de capital integralizado e 3.690.000 cotas de capital não integralizado.

- a sócia Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda cedeu e transferiu 28,2% das cotas, correspondendo a 16.920.000 cotas, gerando uma contrapartida de R\$16.920 cujo pagamento se dará mediante condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes (vide nota explicativa nº 24.4).

Com as transferências, a TESB passa ter seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A – 0,8%, Zhejiang Insignia United Engineering CO Ltda – 8,8% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 90,4% do capital subscrito.

A transferência de controle acionário estava condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

No encerramento do exercício de 2013 a participação da CEEE-GT no capital da TESB, considerando as cotas integralizadas era de 0,02%.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. Em 25 de janeiro foi efetivada a integralização de capital, passando a participação acionária da CEEE-GT no empreendimento para 88,49% do capital integralizado.

14.3.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potencia instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potencia instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potencia instalada é de 22,5MW;

O conjunto de investimentos ocorrerá em 2014 e 2015, uma vez que o início da operação comercial do empreendimento deverá ocorrer até 01/01/2016.

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da CEEE-GT.

Balço Patrimonial	31/12/2014			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos de Vera Cruz
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.581	3.298	1.085	2.863
Outros Ativos Circulantes	4.121	15	5	13
Ativo N3o Circulante	175.003	12.444	4.473	11.269
	203.705	15.757	5.563	14.145
Passivo e Patrim3nio Lquido				
Financiamentos e Empr3stimos (curto prazo)	142.833	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	5.461	20	6	17
Outros Passivos N3o Circulantes	2.186	15.697	5.543	14.098
Patrim3nio Lquido	53.225	40	14	30
	203.705	15.757	5.563	14.145
Demonstra3o do Resultado	31/12/2014			
	TESB	Ventos do Curupira	Ventos de Povo Novo	Ventos do Curupira
Receita Operacional Lquida	81.750	-	-	-
Custo de Opera3o	(83.146)	-	-	-
Lucro Bruto	(1.396)	-	-	-
Despesas Operacionais	(1.126)	(64)	(29)	(63)
Resultado Financeiro	481	105	34	91
Lucro Antes dos Impostos	(2.041)	41	5	28
Impostos sobre o Lucro	(3.083)	(1)	-	(1)
Lucro lquido	(5.124)	40	5	27

14.4. Coligadas

14.4.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Gera3o e Transmiss3o de Energia El3trica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais El3tricas S.A, constitu3ram uma sociedade an3nima fechada, sob a denomina3o Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composi3o acion3ria: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a constru3o, projeto, implanta3o, opera3o, manuten3o e explora3o sob o regime de autoriza3o ou concess3o, de instala3es de transmiss3o de energia el3trica da rede b3sica do Sistema Interligado Nacional e demais instala3es necess3rias 3s fun3es de medi3o, supervis3o, prote3o, comando, controle, telecomunica3o, administra3o e apoio das seguintes Linhas e Subesta3es:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo 3ngelo – Ma3ambar3;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapec3, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapec3, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo p3tio)

Em reuni3o do Conselho de Administra3o foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$30.345 na propor3o de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 15 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE em R\$23.205 com a subscri3o de 23.205.000 a3es ordin3rias nominativas sem valor nominal.

14.4.2. Transmissora Sul Litor3nea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Gera3o e Transmiss3o de Energia El3trica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais El3tricas S.A constitu3ram uma sociedade an3nima fechada, sob a denomina3o Transmissora Sul Litor3nea de Energia S.A com a seguinte composi3o acion3ria: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a constru3o, projeto, implanta3o, opera3o, manuten3o e explora3o sob o regime de autoriza3o ou concess3o, de instala3es de transmiss3o de energia el3trica da rede b3sica do Sistema Interligado Nacional e demais instala3es necess3rias 3s fun3es de medi3o, supervis3o, prote3o, comando, controle, telecomunica3o, administra3o e apoio das seguintes Linhas e Subesta3es:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$498.500 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 11 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE em R\$245.990 com a subscrição de 245.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

14.4.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

14.4.4. Transmissora Porto Alegrense Ltda - TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e– CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A CEEE-GT e a Procable, em conjunto, são responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do empreendimento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

14.4.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos do reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos.

14.4.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$890.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

14.4.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	31/12/2014
Contraprestação Efetivamente Transferida	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes	80.879
Ativos não Circulantes	422.459
Passivos Circulantes	(98.623)
Passivos não Circulantes	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%)	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	18.174

14.4.11 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP.

14.4.12. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos da utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado considerando o prazo de concessão. As taxas de depreciação estão de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL).

14.5. Informações Financeiras das Investidas

	31/12/2014					
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Lucro (prejuízo) ajustado
Controladas						
TESB	50.053	53.225	-	53.225	(5.124)	(5.124)
Ventos de Curupira	10.000	41	-	41	40	40
Ventos de Povo Novo	10.000	14	-	14	5	5
Ventos de Vera Cruz	10.000	30	-	30	27	27
Coligadas						
FOTE	23.215	28.663	-	28.663	57	57
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	280.000	283.223	-	283.223	2.817	2.817
Ceran	470.875	612.726	-	612.726	37.559	37.559
Transmissora Porto Alegrense de Energia - TP AE	20.350	18.495	-	18.495	(4.894)	(4.894)
Jaguari	17.680	16.114	(4.255)	11.859	1.505	1.505
Étau	34.895	84.449	-	84.449	14.799	14.799
Palmares	114.116	141.781	-	141.781	4.617	4.617
Ventos da Lagoa	88.701	102.554	-	102.554	1.483	1.483
Ventos do Litoral	102.901	112.348	-	112.348	658	658
Ventos do Sul	140.964	165.457	-	165.457	23.008	23.008
Chapecoense	714.509	1.043.614	(132.308)	911.306	100.124	(28.507)
Enercan	388.787	898.456	(59.018)	839.438	98.449	3.333

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes

14.6. Movimentação dos investimentos

	CONTROLADORA					Saldos em 31/12/2014
	Saldos em 31/12/2013	Aumento de Capital	Ganho (perda)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	
Controladas						
TESB	5	44.288	-	2.807	-	47.100
Ventos de Curupira	-	10	-	40	(9)	41
Ventos de Povo Novo	-	10	-	5	(1)	14
Ventos de Vera Cruz	-	10	-	27	(6)	31
Coligadas						
FOTE	5	13.120	-	28	-	13.153
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	16.864	120.535	-	1.380	-	138.779
Ceran	185.426	-	-	11.268	(12.877)	183.817
Transmissora Porto Alegrense de Energia - TPAE	4.886	-	-	(1.188)	-	3.698
Jaguari	1.087	-	-	159	-	1.246
Etau	9.765	-	-	1.480	(2.800)	8.445
Palmares	13.716	-	-	462	-	14.178
Ventos da Lagoa	10.107	-	-	149	-	10.256
Ventos do Litoral	11.169	-	-	66	-	11.235
Ventos do Sul	-	35.000	(18.174)	(358)	-	16.468
Chapecoense	77.712	-	-	6.446	(2.140)	82.018
Enercan	51.370	-	-	6.629	(3.319)	54.680
Ágio Parques Eólicos	2.084	-	-	-	-	2.084
Ágio Ventos do Sul	-	18.174	-	-	-	18.174
	384.196	231.147	(18.174)	29.400	(21.152)	605.417

14.7. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL.....	2.160	2.160	2.160	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	908	908	908	908
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)	(354)	(354)
	2.724	2.724	2.724	2.724

14.7.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

14.7.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

14.8. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Complexo Eólico Povo Novo.....	34.911	-	-	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	52.362	79.380	52.362	79.380
	87.273	79.380	52.362	79.380

15. IMOBILIZADO

		CONTROLADORA				
CUSTO		31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Outros
		1.575.112	-	(5.946)	33.910	310
EM SERVIÇO	Barragens	765.546	-	(1)	17.685	-
	Terrenos	16.299	-	-	790	(789)
	Edificações	120.140	-	(10)	270	1
	Máquinas e Equipamentos	656.291	-	(5.902)	14.674	1.047
	Veículos	12.445	-	-	449	50
	Móveis e Utensílios	4.391	-	(33)	42	1
	DEPRECIACÃO	(1.302.943)	(31.551)	4.810	-	(748)
	Barragens	(634.759)	(12.352)	1	-	-
	Edificações	(102.538)	(3.514)	10	-	13
	Máquinas e Equipamentos	(549.533)	(15.570)	4.767	-	(784)
EM CURSO	Veículos	(12.388)	(40)	-	-	-
	Móveis e Utensílios	(3.725)	(75)	32	-	23
	CUSTO	65.207	118.351	(109.782)	(33.910)	34.193
FORA DO ESCOPO DO ICPC 01	Fora do Escopo da Concessão	19.090	-	-	-	-
	Depreciação	(18.134)	(160)	-	-	(49)
	Total	338.332	86.640	(110.918)	-	33.706

		CONSOLIDADO				
CUSTO		31/12/2013 não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Outros
		1.575.112	-	(5.946)	33.910	310
EM SERVIÇO	Barragens	765.546	-	(1)	17.685	-
	Terrenos	16.299	-	-	790	(789)
	Edificações	120.140	-	(10)	270	1
	Máquinas e Equipamentos	656.291	-	(5.902)	14.674	1.047
	Veículos	12.445	-	-	449	50
	Móveis e Utensílios	4.391	-	(33)	42	1
	DEPRECIACÃO	(1.302.943)	(31.551)	4.810	-	(748)
	Barragens	(634.759)	(12.352)	1	-	-
	Edificações	(102.538)	(3.514)	10	-	13
	Máquinas e Equipamentos	(549.533)	(15.570)	4.767	-	(784)
EM CURSO	Veículos	(12.388)	(40)	-	-	-
	Móveis e Utensílios	(3.725)	(75)	32	-	23
	CUSTO	65.207	146.537	(109.782)	(33.910)	34.193
FORA DO ESCOPO DO ICPC 01	Fora do Escopo da Concessão	19.090	-	-	-	-
	Depreciação	(18.134)	(160)	-	-	(49)
	Total	338.332	114.826	(110.918)	-	33.706

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as

usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

16. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA
Custo	
Saldo em 31 de dezembro 2013	5.795
Transferências (AIC-AIS).....	1.285
Aquisições.....	328
Outros	(1.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.424
Amortização e perdas por redução do valor recuperável	
Saldo em 31 de dezembro 2013	(1.280)
Amortização do período.....	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.314)
Em 31 de dezembro de 2013	4.515
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.110

É composto pelos gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente por um período de 5 anos.

17. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
Encargos de Uso da Rede	4.724	3.967	4.724	3.967
Energia Elétrica Comprada para Revenda	61.319	85.275	61.319	85.275
Materiais e Serviços	15.421	28.975	18.127	31.175
Retenção Contratual	44.049	40.897	44.049	40.897
Total	125.513	159.114	128.219	161.314

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	21.733	23.625	21.733	23.625
Retenções sobre a Folha de Pagamento	8.536	8.851	8.553	8.851
Prêmio Assiduidade	78	110	78	110
Total	30.347	32.586	30.364	32.586

O valor de R\$8.536 (R\$8.851 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
CIRCULANTE				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5	49	5	49
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.545	3.814	3.545	3.814
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.301	298	2.301	298
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	499	65	499	65
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.532	1.599	1.532	1.599
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	188	179	188	179
Parcelamento Municipal - ITBI	-	71	-	71
Outros	1.416	938	2.754	938
Total	9.486	7.013	10.824	7.013

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

20.1. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações - Controladora

		CONTROLADORA						
		31/12/2014						
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETRORRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.322	4.161	12.483
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	58.320	58.320
Notas Promissórias Banco ABC S.A.	CDI	Taxa DI + spread 1,90%	2015	03	108	65.620	-	65.728
TOTAL MOEDA NACIONAL					108	73.942	62.481	136.531
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	96.067	96.067
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	14.787	14.787
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	-	110.854	110.854
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					108	73.942	173.335	247.385
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					108	73.942	173.335	247.385

		CONTROLADORA						
		31/12/2014						
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	20.735	23.416	44.151
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES					-	20.735	23.416	44.151
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					108	94.677	196.751	291.536

		CONTROLADORA						
		31/12/2013						
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETRORRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.323	12.484	20.807
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	55.094	55.094
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	8.323	67.578	75.901
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	65.984	65.984
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	6.014	6.014
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	-	71.998	71.998
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					-	8.323	139.576	147.899
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					-	8.323	139.576	147.899

		CONTROLADORA						
		31/12/2013						
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC III	CDI	1,85%	2014	04	-	2.496	-	2.496
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	55.538	28.496	84.034
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES					-	58.034	28.496	86.530
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					-	66.357	168.072	234.429

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 – Governo Federal e Governo Estadual / 02 – Procuração para Acesso em Conta Corrente / 03 – Títulos Públicos Federais/ 04 – Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão.

20.2. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações – Consolidado

CONSOLIDADO								
31/12/2014								
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.322	4.161	12.483
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	58.320	58.320
Notas Promissórias Banco ABC S.A.	CDI	Taxa DI + spread 1,90%	2015	03	108	65.620	-	65.728
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.	CDI	CDI + 2,50%	2015	02-03	-	142.833	-	142.833
TOTAL MOEDA NACIONAL						108	216.775	279.364
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	96.067	96.067
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	14.787	14.787
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA						-	110.854	110.854
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA						108	216.775	390.218
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						108	216.775	390.218

CONSOLIDADO								
31/12/2014								
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	20.735	23.416	44.151
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES						-	20.735	44.151
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES						108	237.510	434.369

CONSOLIDADO								
31/12/2013								
não auditado								
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.323	12.484	20.807
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	55.094	55.094
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.	CDI	Libor + 2,75%	2015	02-03	-	-	125.746	125.746
TOTAL MOEDA NACIONAL						-	8.323	201.647
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	-	65.984	65.984
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	-	6.014	6.014
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA						-	71.998	71.998
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA						-	8.323	273.645
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						-	8.323	273.645

CONSOLIDADO								
31/12/2013								
não auditado								
C R E D O R	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC III	CDI	1,85%	2014	04	-	2.496	-	2.496
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	04	-	55.538	28.496	84.034
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES						-	58.034	86.530
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES						-	66.357	360.177

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 – Governo Federal e Governo Estadual / 02 – Procuração para Acesso em Conta Corrente / 03 – Títulos Públicos Federais/ 04 – Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão.

20.3. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	não auditado			
PRINCIPAL				
2015	-	13.733	-	139.479
2016	10.663	16.373	10.663	16.373
2017	16.985	17.410	16.985	17.410
2018	3.110	7.571	3.110	7.571
Após 2018	165.993	112.985	165.993	112.985
	196.751	168.072	196.751	293.818

20.4. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Dólar US\$.....	56,34%	42,84%	56,34%	24,50%
TJLP	29,64%	32,78%	29,64%	18,75%
RGR *	2,11%	7,43%	2,11%	4,25%
CDI	11,91%	16,95%	11,91%	52,50%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

*A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

20.5. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC III e FIDC V

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Companhia, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias. A última parcela do fundo foi liquidada em janeiro de 2014.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Companhia firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL estruturando o FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. O prazo de duração do contrato foi alterado de 80 meses para 104 meses por meio de decisão em assembleia geral de cotistas do fundo realizada em 20 de outubro de 2014. A liquidação da última parcela está prevista para outubro de 2017.

20.6. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Programa de Recuperação Financeira - PRF para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Em 2014 foram liberados os valores de R\$6.726 referente ao BID e de R\$17.792 referente à AFD.

20.7. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT, por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 26 de setembro de 2013, no valor de R\$51.441.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

20.8. Notas Promissórias Banco ABC S.A

Em outubro de 2014 a CEEE-GT assinou contrato de financiamento na modalidade de notas promissórias com o Banco ABC S.A, com subscrição e integralização de 130 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$500, perfazendo o valor total de R\$65.000 com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação da taxa DI mais 1,90% ao ano.

Todo o montante foi liberado em novembro de 2014 para utilização como aporte no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo. Em garantia das notas promissórias, a CEEE-GT cedeu os direitos creditórios de Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN – B de titularidade da emissora em montante suficiente para perfazer 100% do montante total da emissão acrescido da remuneração conforme termos e condições em instrumento particular.

21.9. Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Em 25 de junho de 2013 foi emitida a cédula de crédito bancário no valor de R\$120.000, cujo objetivo é financiar a infraestrutura da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. - TESB. O montante será pago em apenas uma parcela em junho de 2015, e poderá ser postergada futuramente, a remuneração do empréstimo é de 100% do CDI mais 2,5% ao ano. Conforme cláusulas restritivas, o montante de R\$90.576 foi aplicado em certificados de depósito bancário e foi liberado R\$75.932 deste crédito, restando R\$23.424 a ser liberado.

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	352	851	352	851
Contribuição Patrocinadora - Plano Único..... 35	4.074	2.660	4.074	2.660
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV..... 35	10.898	3.329	10.898	3.329
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	45.699	43.831	45.699	43.831
	<u>61.023</u>	<u>50.671</u>	<u>61.023</u>	<u>50.671</u>
NÃO CIRCULANTE				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....	1.786	5.403	1.786	5.403
Provisão Plano Único	24.816	22.293	24.816	22.293
Contrato 1254/95 - Plano Único	36.113	36.113	36.113	36.113
Provisão Plano CEEEPREV	217.901	110.247	217.901	110.247
Contrato 1254/95 - CEEEPREV	38.702	38.702	38.702	38.702
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	243.533	291.919	243.533	291.919
	<u>562.851</u>	<u>504.677</u>	<u>562.851</u>	<u>504.677</u>
Total	<u>623.874</u>	<u>555.348</u>	<u>623.874</u>	<u>555.348</u>

21.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

21.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

A alteração do regulamento resultou num acréscimo do compromisso da patrocinadora no valor de R\$ 36.999, que será integralizado em 216 meses, tendo sido reconhecido como despesa no exercício de 2014.

21.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição Constitucional, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que apurado aquele resultado, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

O déficit do Plano Único não reconhecido referente à premissa da paridade perfaz R\$ 65.000, sendo que, no entendimento da administração, um resultado atuarial deficitário apurado para efeito de *accounting* (cálculo atuarial da patrocinadora) não acarreta necessariamente impacto real e prático na gestão patrimonial-financeira do Plano, na medida em que a Companhia só será acionada para contribuir no equacionamento do déficit quando o mesmo se apresenta pelas regras do *funding* (cálculo atuarial pelas regras da previdência nacional).

Nessa esteira, considerando que o reconhecimento paritário do déficit atuarial não se encontra pacificado junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a administração, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, firmou entendimento de manter o ajuste do passivo do Plano Único na proporção paritária, correspondente a 50% do déficit calculado pelas regras do *accounting*, até que haja um entendimento homogêneo, aguardando eventuais recomendações e/ou modificações do órgão de controle.

21.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,2 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

21.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,17% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	6,12% a.a.	N/A	N/A	6,17% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,48% a.a.	N/A	N/A	(a)
Expectativa de Inflação	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,50%	100,00%	100,00%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação

(a) Para os benefícios vinculados ao Benefício Saldado e ao Benefício Referencial: Não aplicado (0,00% a.a.)

Para os demais benefícios de risco: 3,48% a.a.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

21.6. Resultado da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(838.642)	(6.182)	(335.749)	(1.157.614)	(2.338.187)	(1.009.314)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.300)
Custo do serviço corrente	(814)	-	-	(5.502)	(6.316)	(1.984)	-	-	(6.201)	(8.185)
Custo de juros	(95.351)	(731)	(39.008)	(142.719)	(277.809)	(85.531)	(661)	(30.994)	(128.592)	(245.778)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	(36.999)	(36.999)	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(64.974)	4.439	36.021	(125.355)	(149.869)	174.078	2.153	22.230	272.068	470.529
Benefícios pagos pelo plano	91.148	336	49.505	94.502	235.491	84.109	832	48.896	85.710	219.547
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(908.633)</u>	<u>(2.138)</u>	<u>(289.231)</u>	<u>(1.373.687)</u>	<u>(2.573.689)</u>	<u>(838.642)</u>	<u>(6.182)</u>	<u>(335.749)</u>	<u>(1.157.614)</u>	<u>(2.338.187)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(778.632)	-	-	(1.107.577)	(1.886.209)	(716.508)	-	-	(1.005.335)	(1.721.843)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(130.001)	(2.138)	(289.231)	(266.110)	(687.480)	(122.134)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(616.343)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(908.633)</u>	<u>(2.138)</u>	<u>(289.231)</u>	<u>(1.373.687)</u>	<u>(2.573.689)</u>	<u>(838.642)</u>	<u>(6.182)</u>	<u>(335.749)</u>	<u>(1.157.613)</u>	<u>(2.338.186)</u>
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	716.508	-	-	1.005.335	1.721.843	807.430	-	-	1.094.242	1.901.672
Retorno esperado dos ativos do plano	80.180	-	-	124.253	204.433	39.289	-	-	56.880	96.169
Ganhos / (perdas) atuariais	47.261	-	-	54.996	102.257	(73.381)	-	-	(76.468)	(149.849)
Contribuições do empregador	24.405	336	49.505	16.008	90.254	25.687	832	48.896	14.988	90.403
Contribuições de participantes do plano	1.426	-	-	1.487	2.913	1.592	-	-	1.403	2.995
Benefícios pagos pelo plano	(91.148)	(336)	(49.505)	(94.502)	(235.491)	(84.109)	(832)	(48.896)	(85.710)	(219.547)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	<u>778.632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.577</u>	<u>1.886.209</u>	<u>716.508</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.005.335</u>	<u>1.721.843</u>

21.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	130.001	2.138	289.231	266.110	687.480	122.134	6.182	335.749	152.278	616.343
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(65.000)	-	-	-	(65.000)	(61.067)	-	-	-	(61.067)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial não reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício	65.001	2.138	289.231	266.110	622.480	61.067	6.182	335.749	152.278	555.276
Ajuste do Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	-	72	-	-	72
Passivo reconhecido na patrocinadora	65.001	2.138	289.231	266.110	622.480	61.067	6.254	335.749	152.278	555.348

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)	(100.941)	(8.506)	(375.881)	(286.357)	(771.685)
Pagamentos para o plano líquido de administração	24.405	336	49.505	16.008	90.254	25.686	832	48.896	14.988	90.402
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(21.773)	4.439	36.021	(70.359)	(51.672)	36.708	2.153	22.230	195.600	256.691
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(6.566)	(731)	(39.008)	(59.481)	(105.786)	(22.520)	(661)	(30.994)	(76.509)	(130.684)
Passivo referente ao Benefício Definido	(65.001)	(2.138)	(289.231)	(266.110)	(622.480)	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	(1.394)	(1.394)	-	-	-	-	-
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício (BD + CD)	(65.001)	(2.138)	(289.231)	(267.504)	(623.874)	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2014					2015 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	407	-	-	5.502	5.909	364	-	-	8.812	9.176
Contribuições dos participantes	(1.426)	-	-	(1.487)	(2.913)	(1.400)	-	-	(1.584)	(2.984)
Custo de juros	47.675	731	39.008	142.719	230.133	52.951	261	34.334	173.374	260.920
Retorno esperado dos ativos dos plano	(40.090)	-	-	(124.253)	(164.343)	(46.202)	-	-	(139.689)	(185.891)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	36.999	36.999	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	6.566	731	39.008	59.480	105.785	5.713	261	34.334	40.913	81.221

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(138.642)	(5.880)	(84.481)	79.063	(149.940)	(175.350)	(8.033)	(106.711)	(116.537)	(406.631)
Ganho/(perda) do exercício atual de responsabilidade da patrocinadora	(21.773)	4.439	36.021	(70.359)	(51.672)	36.708	2.153	22.230	195.600	256.691
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(160.415)	(1.441)	(48.460)	8.704	(201.612)	(138.642)	(5.880)	(84.481)	79.063	(149.939)

21.6. Resultado da Avaliação Atuarial (continuação)

2014								
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(36.237)	-3,99%	(83)	-3,88%	(6.423)	-2,22%	(64.438)	-4,69%
Redução de 0,5%	39.000	4,29%	89	4,18%	6.713	2,32%	70.260	5,11%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(19.459)	-2,14%	(45)	-2,09%	(13.118)	-4,54%	(22.103)	-1,61%
Aumento da Expectativa em 1 ano	19.014	2,09%	44	2,05%	13.336	4,61%	21.480	1,56%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	169	0,02%	N/A	N/A	N/A	N/A	3.876	0,28%
Redução de 0,5%	(166)	-0,02%	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.404)	-0,25%
2014								
ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD				
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a desse exercício								
- de 6,35% para 6,12% (Plano Único)	16.996	N/A	N/A	N/A				
- de 6,47% para 6,17% (CEEEPREV)	N/A	N/A	N/A	39.319				
- de 6,23% para 6,12% (EXA e CTP)	N/A	32	1.437	N/A				
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários de 3% para 3,48%	159	N/A	N/A	17.229				
Alteração na Tábua de Mortalidade Geral de AT-83M para UP-94M	N/A	(105)	(38.845)	N/A				
Experiência da população / outros	47.818	(4.365)	1.387	68.807				
Total das Perdas/(Ganhos)apuradas no exercício	64.973	(4.438)	(36.021)	125.355				
2014								
CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	Plano Único	CEEEPREV BD						
Disponível	0,05%	0,05%						
Realizável – Gestão Previdencial	7,85%	5,34%						
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,97%						
Títulos Públicos	38,32%	38,00%						
Créditos Privados e Depósitos	12,86%	12,76%						
Ações	15,55%	15,43%						
Fundos de Investimentos	22,38%	22,20%						
Investimentos Imobiliários	0,74%	0,74%						
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,51%						
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%						

22. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
CIRCULANTE				
Reserva Global de Reversão - RGR	-	492	-	492
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	1.358	904	1.358	904
Recursos P&D	30.235	29.750	30.235	29.750
Recursos FNDCT	3.767	547	3.767	547
Recursos MME	207	273	207	273
Total	35.567	31.966	35.567	31.966
NÃO CIRCULANTE				
Recursos P&D	2.448	3.030	2.448	3.030
Total	2.448	3.030	2.448	3.030

22.1. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2014				31/12/2013			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos prováveis.....	119.968	71.227	4.140	195.335	133.032	65.513	4.026	202.571
Riscos possíveis e remotos.....	176.781	69.568	88.950	335.299	176.427	54.277	84.704	315.408
	296.749	140.795	93.090	530.634	309.459	119.790	88.730	517.979

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresentam riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

23.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2014				31/12/2013			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	28.091	3.900	-	31.991				
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	91.877	46.247	4.140	142.264				
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080				
Subtotal Riscos Prováveis	119.968	71.227	4.140	195.335				
(-) Depósitos judiciais	(21.458)	(334)	-	(21.792)				
Total não circulante	70.419	66.993	4.140	141.552				
Total geral	98.510	70.893	4.140	173.543				

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	31/12/2013							
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante								
Saldo da provisão	63.943	3.589	-	67.532				
Passivo não circulante								
Saldo da provisão	69.089	40.844	4.026	113.959				
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080				
Subtotal Riscos Prováveis	133.032	65.513	4.026	202.571				
(-) Depósitos judiciais	(27.773)	(317)	-	(28.090)				
Total não circulante	41.316	61.607	4.026	106.949				
Total geral	105.259	65.196	4.026	174.481				

23.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO							
	Movimentação da Provisão para Contingências							
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2013	105.259	65.196	4.026	174.481				
(+) Novos Ingressos	5.724	1.957	-	7.681				
(-) Pagamentos	(17.611)	(3.879)	-	(21.490)				
(-) Montantes Revertidos	(17.579)	(3.188)	-	(20.767)				
(+) Atualização Monetária	16.402	10.822	114	27.338				
(+/-) Montantes Depositados	6.315	(15)	-	6.300				
(=) Saldo Final Dezembro/2014	98.510	70.893	4.140	173.543				

23.3. Natureza das ações

23.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados

com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE GT referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

23.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

23.3.3 Tributárias

O saldo provisionado de R\$4.140 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A Companhia busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

23.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$8.074.

23.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Companhia possui cerca de R\$77.192 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
CIRCULANTE				
Compensação Financ para Utilização de Recursos Hídricos	3.499	2.540	3.499	2.540
Obrigações com Obras da Transmissão	12.534	12.542	12.534	12.542
Programa de Participação nos Resultados - PPR	188	313	188	313
Acordo Judicial Cível - ABB	8.934	8.934	8.934	8.934
Acordo Judicial Trabalhista	19.039	19.040	19.039	19.040
Parcelamentos ANEEL	1.202	-	1.202	-
Outros Credores	3.466	2.050	4.893	21.677
Total	48.862	45.419	50.289	65.046
NÃO CIRCULANTE				
Provisão Auto de Infração	1.018	1.827	1.018	1.827
Prêmio Assiduidade	705	703	705	703
Acordo Judicial Cível - ABB	4.123	12.370	4.123	12.370
Acordo Judicial Trabalhista	5.210	24.249	5.210	24.249
Comercialização de Energia na CCEE	37.299	35.977	37.299	35.977
TESB	16.925	5	16.925	5
Outros Credores	9.283	8.417	11.470	8.417
Total	74.563	83.548	76.750	83.548

24.1. Acordo Judicial Cível - ABB

A Companhia efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ABB Ltda. O processo de conciliação foi efetivado em dezembro de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$41.233. O montante acordado

será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 41 (quarenta e uma) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$13.057 (R\$21.304 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
26/12/2011	Acordo Judicial Cível ABB	41.233
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(28.176)
	Saldo a Pagar	13.057
CIRCULANTE		8.934
NÃO CIRCULANTE		4.123
Total		13.057

24.2. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

24.2.1. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul – SENG

A Companhia efetuou acordo judicial referente a reclamatórias trabalhistas impetradas pelo SENG. O processo de conciliação foi efetivado em abril de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$68.212. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 45 (quarenta e cinco) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$17.053 (R\$30.695 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
14/04/2011	Acordo RT - SENG Produtividade	49.032
14/04/2011	Acordo RT - SENG Periculosidade	19.180
	Total do Acordo	68.212
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(51.159)
	Saldo a Pagar	17.053
CIRCULANTE		13.642
NÃO CIRCULANTE		3.411
Total		17.053

24.2.2. Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL

A Companhia efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor da obrigação de responsabilidade da CEEE-GT perfaz R\$32.549. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$1.006 e as demais no valor de R\$450, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 44 (quarenta e quatro) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$7.196 (R\$12.594 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
15/05/2011	Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL	32.549
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(25.353)
	Saldo a Pagar	7.196
CIRCULANTE		5.397
NÃO CIRCULANTE		1.799
Total		7.196

24.3. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$37.299 (R\$35.977 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

24.4. TESB

O valor de R\$16.925 (R\$5 em 31 de dezembro de 2013) refere-se quotas integralizadas do capital da TESB. A variação de R\$16.920 refere-se a quotas cedidas pela acionista Zhejiang que serão ressarcidas pela Companhia. Sobre este valor não estão previstas atualizações e o pagamento se dará de acordo com as condições estabelecidas em termo de compromisso a ser firmado entre as partes.

24.5. Parcelamentos ANEEL

A Companhia efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração nº 1002/2014-SFE, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 1.603, e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 3 (três) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$1.202:

Data do Evento	Histórico	Valor
20/10/2014	Parcelamento ANEEL	1.603
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	11
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(412)
	Saldo a Pagar	1.202
CIRCULANTE		1.202
Total		1.202

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

25.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

25.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reconhecimento do Custo Atribuído	96.861	115.831	96.861	115.831
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	(42.976)	(98.544)	(42.976)	(98.544)
Exclusão Temporária	93.107	112.919	93.107	112.919
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das Concessões).....	65.837	197.512	65.837	197.512
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	212.829	327.718	212.829	327.718
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	72.362	111.424	72.362	111.424

25.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo fiscal refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias dedutíveis entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais do IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurada em casa exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT foi incrementado na importância de R\$ 46.821, comparativamente ao exercício de 2013. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 315.208.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	279.241	289.738	279.241	289.738
Provisão para Contingências Trabalhistas	119.969	133.032	119.969	133.032
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	54.287	48.458	54.287	48.458
Outras Provisões	783	813	783	813
Total das Diferenças Temporárias	454.280	472.041	454.280	472.041
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	154.455	160.494	154.455	160.494
Base Negativa da CSLL	417.684	258.215	417.684	258.215
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	37.592	23.239	37.592	23.239
Prejuízos Fiscais do IRPJ	774.223	614.754	774.223	614.754
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	193.556	153.689	193.556	153.689
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	231.148	176.928	231.148	176.928
Crédito Fiscal não Reconhecido.....	(315.208)	(313.848)	(315.208)	(313.848)
Saldo Contábil.....	70.395	23.574	70.395	23.574

25.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Diferenças Temporárias Tributáveis	72.362	111.424	72.362	111.424
Diferenças Temporárias Dedutíveis	(70.395)	(23.574)	(70.395)	(23.574)
Saldo Contábil Líquido.....	1.967	87.850	1.967	87.850

25.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Concessionária.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Exercício de 2014.....	-	45.944	-	45.944
Exercício de 2015.....	32.616	18.627	32.616	18.627
Exercício de 2016.....	2.533	9.083	2.533	9.083
Exercício de 2017.....	1.100	10.025	1.100	10.025
Exercício de 2018.....	695	4.171	695	4.171
Exercício de 2019.....	(109)	-	(109)	-
A partir do Exercício de 2020	(34.868)	-	(34.868)	-
Total	1.967	87.850	1.967	87.850

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$588.447, com a seguinte composição:

	CONTROLADORA						CONTROLADORA	
	31/12/2014						31/12/2013	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92	255.276.346	65,92%
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59	126.187.020	32,59%
Municípios	1.385.015	0,36	2.140.195	32,69	3.525.210	0,91	3.532.789	0,91%
Custódia BM&F Bovespa.....	1.346.527	0,35	818.901	12,32	2.165.428	0,56	2.154.891	0,56%
Outros	23.441	0,01	52.383	0,90	75.824	0,02	78.782	0,02%
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00	387.229.828	100,00%

26.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 01 de janeiro de 2012 perfazendo total de R\$ 1.209.304.

26.3. Reserva de Lucros

A reserva de lucros é composta da Reserva Legal, Reserva Estatutária e da Reserva de Dividendos não Distribuídos.

26.3.1. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. Em 2014 a Companhia absorveu o montante de R\$13.168 referente ao prejuízo do exercício.

26.3.2. Reserva Estatutária

O estatuto da Companhia determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. Em 2014 a Companhia absorveu o montante de R\$26.335 referente ao prejuízo do exercício.

26.3.3. Dividendos Não Distribuídos

De acordo com a Ata 187 da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2012, ficou deliberado pelos acionistas que o montante de R\$41.613, referente à proposta de dividendos obrigatórios e R\$32.852 referente à proposta de dividendos remanescentes, a constituição de uma Reserva Especial. Em 2014 a Companhia absorveu o montante de R\$33.750 referente ao prejuízo do exercício.

26.4. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA	
	31/12/2014	31/12/2013
Variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tributos)...	(28.364)	(65.039)
Custo atribuído dos Ativos de Geração.....	63.929	76.448
Perda Atuarial.....	(201.611)	(149.940)
	(166.046)	(138.531)

27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	(275.426)	(4.747)	(280.173)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico por Ação - R\$	(0,72)	(0,72)	(0,72)
	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período.....	(188.094)	(3.242)	(191.336)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	(0,49)	(0,49)	(0,49)

27.2. Diluído

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo para as ações ordinárias.....	(275.426)	(188.094)
Prejuízo para as ações preferenciais.....	(4.747)	(3.242)
	(280.173)	(191.336)
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	(0,72)	(0,49)

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
Receita Bruta				
Suprimento de Energia Elétrica	335.658	449.307	335.658	449.307
Disponibilização do Sistema de Transmissão	262.920	219.831	262.920	219.831
Remuneração do Ativo Financeiro.....	16.496	13.980	15.100	17.152
Energia Elétrica de Curto Prazo	10.004	95.018	10.004	95.018
Receita de Construção	-	-	83.146	17.245
Outras Receitas.....	4.492	5.011	4.492	5.011
	629.570	783.147	711.320	803.564
Deduções da Receita				
ICMS/ISS	(142)	(124)	(142)	(124)
PIS/COFINS	(14.651)	(21.853)	(14.651)	(21.853)
Quota RGR	(2.973)	(2.953)	(2.973)	(2.953)
Outros Encargos	(10.836)	(11.123)	(10.836)	(11.123)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(5.876)	(7.341)	(5.876)	(7.341)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(5.885)	(4.245)	(5.885)	(4.245)
	(40.363)	(47.639)	(40.363)	(47.639)
Receita Operacional Líquida	589.207	735.508	670.957	755.925

28.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$335.658 (R\$449.307 em 31 de dezembro de 2013) referem-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, contratos bilaterais em Ambiente de Contratação Livre – ACL e na forma de cotas.

A CEEE-GT tem aproximadamente 6% da energia vendida a 37 concessionárias de distribuição, através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's, com períodos de

suprimento variando entre os anos de 2006 e 2016. Do total do suprimento, 50% da energia está vinculada a contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Por fim, 45% da energia está alocada sob a forma de cotas, pois a partir de janeiro de 2013, em função da MP 579/12 convertida na Lei 12783/13, a CEEE-GT prorrogou a concessão da maioria de suas usinas.

28.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$262.920 (R\$219.831 em 31 de dezembro de 2013) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	410.734	574.036	410.734	574.036
Encargo de Uso do Sistema	40.964	36.000	40.964	36.000
	<u>451.698</u>	<u>610.036</u>	<u>451.698</u>	<u>610.036</u>

29.1. Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

O valor de R\$410.734 (R\$574.036 em 31 de dezembro de 2013) refere-se essencialmente a aquisição de energia no mercado livre. Em função da Lei Nº 12.783/13, a CEEE-GT teve usinas com a concessão prorrogada, alocando a totalidade de suas garantias físicas de energia e potência compulsoriamente, na forma de cotas, para as distribuidoras pelo prazo de 30 anos. A partir dessa alocação de energia, criou-se a necessidade de comprar energia para recomposição de lastro, considerando os contratos de suprimento negociados no Ambiente de Comercialização Livre.

29.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$40.964 (R\$36.000 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

30. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

30.1. Controladora

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	122.411	137.209	-	-	39.780	40.487	17.974	4.630	180.165	182.326
Cláusula 25 CTP	-	-	-	-	-	-	732	734	732	734
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	51.512	82.326	-	-	-	-	22.116	17.284	73.628	99.610
INSS - Empregador	42.226	43.524	-	-	-	-	927	218	43.153	43.742
Administradores	-	-	-	-	894	1.042	323	98	1.217	1.140
Subtotal Pessoal / Administradores	216.149	263.059	-	-	40.674	41.529	42.072	22.964	298.895	327.552
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	9.357	9.528	-	-	-	-	-	-	9.357	9.528
Total Pessoal e Administradores	225.506	272.587	-	-	40.674	41.529	42.072	22.964	308.252	337.080
Material	5.976	8.457	-	-	847	896	-	-	6.823	9.353
Serviço de Terceiros	25.103	24.918	-	-	9.061	8.414	2.341	2.969	36.505	36.301
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	-	-	-	-	-	-	30.842	20.322	30.842	20.322
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	2.145	3.612	2.145	3.612
Depreciação e Amortização	31.594	41.061	-	-	151	169	27	27	31.772	41.257
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	40	52	40	52
Arrendamento e Aluguéis	1.886	3.160	-	-	408	430	-	-	2.294	3.590
Seguros	602	521	-	-	32	203	-	-	634	724
Tributos	857	785	-	-	1.629	1.693	778	410	3.264	2.888
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	412	3.400	-	-	149.778	25.318	150.190	28.718
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	18.587	25.766	18.587	25.766
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	9.680	9.254	9.680	9.254
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	1.856	1.023	1.856	1.023
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(2.358)	(44.606)	(2.358)	(44.606)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	39.122	31.374	39.122	31.374
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	2.978	5.320	2.978	5.320
Outros	8.650	8.043	-	-	416	1.577	11.549	4.732	20.615	14.352
TOTAL	300.174	359.532	412	3.400	53.218	54.911	309.551	108.628	663.355	526.471

30. 2. Consolidado

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	não auditado		não auditado		não auditado		não auditado		não auditado	
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	122.411	137.209	-	-	39.780	40.487	17.974	4.630	180.165	182.326
Cláusula 25 CTP	-	-	-	-	-	-	732	734	732	734
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	51.512	82.326	-	-	-	-	22.116	17.284	73.628	99.610
INSS - Empregador	42.226	43.524	-	-	-	-	927	218	43.153	43.742
Administradores	-	-	-	-	894	1.042	323	98	1.217	1.140
Subtotal Pessoal / Administradores	216.149	263.059	-	-	40.674	41.529	42.072	22.964	298.895	327.552
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	9.357	9.528	-	-	-	-	-	-	9.357	9.528
Total Pessoal e Administradores	225.506	272.587	-	-	40.674	41.529	42.072	22.964	308.252	337.080
Material	5.976	8.457	-	-	847	896	-	-	6.823	9.353
Serviço de Terceiros	25.103	24.918	-	-	9.061	8.414	2.341	2.969	36.505	36.301
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	-	-	-	-	-	-	30.842	20.322	30.842	20.322
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	2.145	3.612	2.145	3.612
Depreciação e Amortização	31.594	41.061	-	-	151	169	27	27	31.772	41.257
Custo de Construção	83.146	17.245	-	-	-	-	-	-	83.146	17.245
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	40	52	40	52
Arrendamento e Aluguéis	1.886	3.160	-	-	408	430	-	-	2.294	3.590
Seguros	602	521	-	-	32	203	-	-	634	724
Tributos	857	785	-	-	1.629	1.693	778	410	3.264	2.888
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	412	3.400	-	-	149.778	25.318	150.190	28.718
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	18.587	25.766	18.587	25.766
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	9.680	9.254	9.680	9.254
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	1.856	1.023	1.856	1.023
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(2.358)	(44.606)	(2.358)	(44.606)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	39.122	31.374	39.122	31.374
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	2.978	5.320	2.978	5.320
Outros	8.650	8.043	-	-	1.698	1.622	11.549	4.732	21.897	14.397
TOTAL	383.320	376.777	412	3.400	54.500	54.956	309.551	108.628	747.783	543.761

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
OUTRAS RECEITAS				
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	32.804	234	32.804	234
Outras	3.417	2.529	3.417	2.529
	<u>36.221</u>	<u>2.763</u>	<u>36.221</u>	<u>2.763</u>
OUTRAS DESPESAS				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(12.490)	(14.657)	(12.490)	(14.657)
Outras	(3.638)	1.640	(3.638)	1.640
	<u>(16.128)</u>	<u>(13.017)</u>	<u>(16.128)</u>	<u>(13.017)</u>

32. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
RECEITA FINANCEIRA				
Renda de Aplicações Financeiras.....	13.021	10.778	14.087	10.778
Receitas Financeiras com Parcelamentos	39	58	39	58
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	9.375	5.695	9.375	5.695
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	4.126	2.357	4.126	2.357
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	7.163	2.371	7.163	2.371
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	106.389	98.110	106.389	98.110
Atualização Monetária da Indenização RBNI.....	37.178	62.406	37.178	62.406
Outras Receitas Financeiras	23.620	9.784	23.620	9.784
Total Receita Financeira	<u>200.911</u>	<u>191.559</u>	<u>201.977</u>	<u>191.559</u>
DESPESA FINANCEIRA				
Encargos de Dívidas	(8.811)	(4.422)	(8.811)	(4.422)
Despesas Financeiras com P&D	(3.152)	(1.857)	(3.152)	(1.857)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(4.051)	(4.657)	(4.051)	(4.657)
Despesa Financeira com Tributos.....	(489)	(1.194)	(489)	(1.194)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(31.302)	(24.243)	(31.302)	(24.243)
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	(4.778)	(419)	(4.778)	(419)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações.....	(349)	(1.019)	(349)	(1.019)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(5.283)	(156)	(5.283)	(156)
Variação das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	(38.534)	(7.804)	(38.534)	(7.804)
Outras Despesas Financeiras	(6.308)	(7.456)	(6.663)	(7.582)
Total Despesa Financeira	<u>(103.057)</u>	<u>(53.227)</u>	<u>(103.412)</u>	<u>(53.353)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>97.854</u>	<u>138.332</u>	<u>98.565</u>	<u>138.206</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Os saldos compõem-se de:

	CONTROLADORA			
	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(378.499)	(378.499)	(218.626)	(218.626)
Ajustes Decorrentes do RTT	(23.649)	(23.649)	2.618	2.618
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT.....	(402.148)	(402.148)	(216.008)	(216.008)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício ...	257.338	257.338	68.325	68.325
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	52.256	52.256	26.133	26.133
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(66.914)	(66.914)	(66.265)	(66.265)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(159.468)	(159.468)	(187.815)	(187.815)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(159.468)	(159.468)	(187.815)	(187.815)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(71.674)	(19.916)	(32.919)	(11.851)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	(4.953)	(1.783)	12.853	4.627
IR CS Diferidos	(76.627)	(21.699)	(20.066)	(7.224)
Total IRPJ e CSLL	(76.627)	(21.699)	(20.066)	(7.224)

As controladas Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB e Complexo Eólico Povo Novo apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando em 31 de dezembro de 2014 a despesa de R\$2.263 e R\$822 referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, respectivamente.

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 apresentamos as Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

34.1. Balanço Patrimonial

34.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	não auditado		não auditado		não auditado		não auditado	
ATIVO	2.500.676	1.952.696	3.376.505	3.031.249	(2.859.088)	(1.656.290)	3.018.093	3.327.655
CIRCULANTE	1.501.185	1.168.146	2.221.540	1.917.674	(2.776.567)	(1.656.285)	946.158	1.429.535
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.042	63.331	27.930	329	-	-	73.972	63.660
Investimentos em Títulos do Governo	130.258	260.943	345.137	691.403	-	-	475.395	952.346
Concessionárias e Permissionárias	21.293	44.693	34.049	25.357	(208)	(186)	55.134	69.864
Tributos a Recuperar	24.776	5.938	16.920	13.126	-	-	41.696	19.064
Estoques	985	993	7.504	7.684	-	-	8.489	8.677
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	18.712	14.331	-	-	18.712	14.331
Pagamentos Antecipados	33	-	932	874	-	-	965	874
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	-	-	222.634	260.435	-	-	222.634	260.435
Outros Créditos a Receber	1.277.798	792.248	1.547.722	904.135	(2.776.359)	(1.656.099)	49.161	40.284
NÃO CIRCULANTE	999.491	784.550	1.154.965	1.113.575	(82.521)	(5)	2.071.935	1.898.120
Contas a Receber	262	129.297	-	-	-	-	262	129.297
Tributos a Recuperar	4	356	1	2.748	-	-	5	3.104
Aplicações Financeiras	1.959	12.803	5.487	113.806	-	-	7.446	126.609
Depósitos Judiciais	22.710	26.438	26.860	31.942	-	-	49.570	58.380
IR e Contribuição Social Diferidos	-	6.615	-	-	-	-	-	6.615
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	-	-	-	151.920	-	-	-	151.920
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.911	-	52.362	79.380	(34.911)	-	52.362	79.380
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	332.976	173.419	-	-	332.976	173.419
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda	2.100	2.141	971	970	-	-	3.071	3.111
Outros Créditos a Receber	234.863	2.874	450.793	440.264	(426)	-	685.230	443.138
Investimentos	375.217	333.648	232.924	53.272	(47.184)	(5)	560.957	386.915
Imobilizado	326.428	275.939	49.518	62.393	-	-	375.946	338.332
Intangível	1.037	1.054	3.073	3.461	-	-	4.110	4.515

34.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	não auditado		não auditado		não auditado		não auditado	
PASSIVO	2.500.676	1.952.696	3.376.505	3.031.249	(2.859.088)	(1.656.290)	3.018.093	3.327.655
CIRCULANTE	1.718.518	1.018.556	1.643.944	1.120.214	(2.776.567)	(1.656.285)	585.895	482.485
Fornecedores	69.634	94.691	58.793	66.809	(208)	(186)	128.219	161.314
Obrigações Trabalhistas	11.970	13.024	18.384	19.562	-	-	30.354	32.586
Obrigações Fiscais	3.175	2.620	7.649	4.393	-	-	10.824	7.013
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	74.022	23.089	163.596	43.268	-	-	237.618	66.357
Provisão para Benefícios a Empregados	30.499	26.201	30.524	24.470	-	-	61.023	50.671
Obrigações da Concessão	14.028	12.207	21.539	19.759	-	-	35.567	31.966
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	18.616	37.677	13.375	29.855	-	-	31.991	67.532
Outros Passivos	1.496.574	809.047	1.330.084	912.098	(2.776.359)	(1.656.099)	50.299	65.046
NÃO CIRCULANTE	535.822	439.980	481.834	639.892	(35.337)	-	982.319	1.079.872
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	44.617	28.073	152.134	265.745	-	-	196.751	293.818
Provisão para Benefícios a Empregados	300.509	252.320	262.342	252.357	-	-	562.851	504.677
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	91.719	75.226	49.833	31.723	-	-	141.552	106.949
Obrigações da Concessão	1.419	2.165	1.029	865	-	-	2.448	3.030
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.850	34.107	(15.883)	53.743	-	-	1.967	87.850
Outros Passivos	79.708	48.089	32.379	35.459	(35.337)	-	76.750	83.548
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	246.336	494.160	1.250.727	1.271.143	(53.309)	(32.830)	1.443.754	1.732.473
Capital Social	65.769	65.739	572.761	547.223	(50.083)	(24.515)	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	339.209	339.209	870.095	870.095	-	-	1.209.304	1.209.304
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	-	20	-	(20)	-	-
Reserva de Lucros	54	37.125	3.172	44.423	(3.226)	(8.295)	-	73.253
Outros Resultados Abrangentes	56.108	(31.253)	(222.154)	(107.278)	-	-	(166.046)	(138.531)
Lucros Acumulados	(214.804)	83.340	26.853	(83.340)	-	-	(187.951)	-
Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	6.125	32.825	6.125	32.825

34.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	não auditado		não auditado		não auditado		não auditado	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	340.084	524.715	332.701	232.900	(1.828)	(1.690)	670.957	755.925
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(565.701)	(742.565)	(271.145)	(245.938)	1.828	1.690	(835.018)	(986.813)
Custo com Energia Elétrica	(453.526)	(611.726)	-	-	1.828	1.690	(451.698)	(610.036)
Custo com Energia Elétrica	(410.734)	(574.036)	-	-	-	-	(410.734)	(574.036)
Encargo de Uso do Sistema	(42.792)	(37.690)	-	-	1.828	1.690	(40.964)	(36.000)
Custo de Operação	(112.175)	(130.839)	(271.145)	(245.938)	-	-	(383.320)	(376.777)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(225.617)	(217.850)	61.556	(13.038)	-	-	(164.061)	(230.888)
Despesas Operacionais	(244.061)	(76.442)	(120.402)	(90.542)	-	-	(364.463)	(166.984)
Despesas com Vendas	(384)	(3.126)	(28)	(274)	-	-	(412)	(3.400)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.005)	(15.651)	(38.495)	(39.305)	-	-	(54.500)	(54.956)
Outras Despesas Operacionais.....	(227.672)	(57.665)	(81.879)	(50.963)	-	-	(309.551)	(108.628)
Outras Receitas.....	33.901	838	2.320	1.925	-	-	36.221	2.763
Outras Despesas.....	(1.010)	(534)	(15.118)	(916)	-	-	(16.128)	(13.017)
RESULTADO DO SERVIÇO	(436.787)	(293.988)	(71.644)	(102.571)	-	-	(508.431)	(408.126)
Resultado de Participações Societárias	24.891	51.067	4.509	3.228	4.462	(1)	33.862	54.294
Receita/Despesa Financeira	42.748	27.590	55.817	110.616	-	-	98.565	138.206
RESULTADO ANTES DO IR E CS	(369.148)	(215.331)	(11.318)	11.273	4.462	(1)	(376.004)	(215.626)
Imposto de Renda Corrente	(2)	-	(2.261)	-	-	-	(2.263)	-
Imposto de Renda Diferido.....	12.232	(3.522)	64.395	23.588	-	-	76.627	20.066
Contribuição Social Corrente	-	-	(822)	-	-	-	(822)	-
Contribuição Social Diferido.....	2.752	(1.268)	18.947	8.492	-	-	21.699	7.224
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	(354.166)	(220.121)	68.941	43.353	4.462	(1)	(280.763)	(188.336)
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	(0,91)	(0,57)	0,18	0,11	0,01	(0)	(0,73)	(0,49)
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	(0,91)	(0,57)	0,18	0,11	0,01	(0)	(0,73)	(0,49)

34.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Prejuízo/Lucro Líquido do Período	(354.166)	(220.121)	68.941	31.786	4.462	(1)	(280.763)	(188.331)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa								
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	7.363	4.038	13.415	11.857	-	-	20.778	15.891
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante	-	591	-	1.514	-	-	-	2.101
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30.583	40.057	1.189	1.200	-	-	31.772	41.251
Resultado de Equivalência Patrimonial	(24.891)	(51.067)	(4.509)	(3.228)	(4.462)	1	(33.862)	(54.294)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	33.658	41.015	12.360	16.688	-	-	46.018	57.701
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	12.081	9.344	27.041	22.030	-	-	39.122	31.374
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	150.162	28.443	28	275	-	-	150.190	28.711
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(14.984)	4.789	(83.343)	(32.079)	-	-	(98.327)	(27.294)
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	39.002	67.154	113.072	146.598	-	-	152.074	213.751
Atualização dos Investimentos em Títulos do Governo	(28.295)	(21.014)	(74.973)	(55.679)	-	-	(103.268)	(76.691)
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	(6.319)	-	(16.745)	-	-	-	(23.066)
Outros	-	-	1.396	(3.172)	-	-	1.396	(3.171)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	(149.487)	(103.090)	74.617	121.045	-	-	(74.870)	17.951
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(579.896)	(244.525)	55.415	(205.259)	1.155.239	706.200	630.758	256.411
Concessionárias e Permissonárias	23.016	(5.505)	(8.720)	34.563	126	-	14.315	29.559
Tributos a Recuperar	(18.486)	(4.585)	(1.047)	(12.270)	-	-	(19.533)	(16.851)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	10.844	(319)	108.319	(96)	-	-	119.163	(41)
Estoques	8	(34)	180	(688)	-	-	188	(72)
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	100.111	-	265.259	-	-	-	365.371
Investimentos em Títulos do Governo	174.205	(69.880)	461.581	(184.616)	-	-	635.786	(254.294)
Pagamentos Antecipados	(33)	-	(58)	(42)	-	-	(91)	(4)
Contas a Receber	(20.743)	(5.390)	-	-	-	-	(20.743)	(5.394)
Depósitos Judiciais	3.728	558	4.194	(819)	-	-	7.922	(26)
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBN	-	-	189.721	263.473	-	-	189.721	263.473
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(34.911)	-	27.018	(79.380)	34.911	-	27.018	(79.380)
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	(62.187)	(79.403)	-	-	(82.187)	(79.403)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	14	(14)	(1)	2	-	-	13	(1)
Outros Créditos a Receber	(717.538)	(259.667)	(643.585)	(411.640)	1.120.306	706.074	(240.817)	34.761
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	753.746	439.047	266.364	174.765	(1.120.328)	(706.200)	(100.218)	(92.381)
Fornecedores	(25.057)	71.079	(8.016)	25.893	(22)	(126)	(33.095)	96.844
Obrigações Trabalhistas	(1.044)	22	(1.178)	562	-	-	(2.222)	59
Obrigações Fiscais	555	(2.702)	3.256	(3.680)	-	-	3.811	(6.381)
Provisão para Benefícios a Empregados	107.058	(25.774)	(151.281)	(24.720)	-	-	(44.223)	(50.494)
Obrigações da Concessão	1.075	2.314	1.944	(5.017)	-	-	3.019	(2.701)
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	(13.155)	(5.082)	(9.765)	(10.049)	-	-	(22.920)	(15.131)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.273)	(41.151)	13.717	(83.276)	-	-	(12.444)	(124.421)
Outros Passivos	685.587	440.341	417.687	275.052	(1.120.306)	(706.074)	(17.032)	9.511
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	24.363	91.432	396.396	90.551	34.911	-	455.670	181.981
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO								
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(136.708)	(104.498)	(359.287)	(277.881)	25.569	-	(470.426)	(382.371)
Aumento de Investimentos	(35.030)	(43.369)	(177.342)	(93.943)	25.569	-	(187.403)	(137.311)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(101.678)	(60.970)	(179.731)	(183.095)	-	-	(281.409)	(244.061)
Aquisição de Ativo Intangível	-	(159)	(1.614)	(843)	-	-	(1.614)	(1.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	95.056	(14.757)	(9.508)	161.635	(60.480)	-	25.068	146.871
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	81.759	17.749	34.566	225.308	-	-	116.325	243.051
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(19.615)	(31.650)	(38.056)	(61.259)	-	-	(57.674)	(92.505)
Pagamento de Encargos de Dívidas	(2.030)	(856)	(31.556)	(2.414)	-	-	(33.586)	(3.278)
Integralização de Capital Social	34.942	-	25.538	-	(60.480)	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(17.289)	(27.823)	27.601	(25.695)	-	-	10.312	(53.531)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	63.331	91.154	329	26.024	-	-	63.660	117.171
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	46.042	63.331	27.930	329	-	-	73.972	63.660

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

		CONTROLADORA					
		31/12/2014					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	15.172	-	-	-	-	15.172
Concessionárias e Permissonárias	6	-	5.942	-	-	-	5.942
Cedência de funcionários	9	345	553	292	-	-	1.190
Conta Gráfica	9	-	12.790	-	-	-	12.790
Mútuo CEEE-D	9	-	231.583	-	-	-	231.583
		15.517	250.868	292	-	-	266.677
Passivo							
Fornecedores	17	-	246	-	-	-	246
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	14.972	-	14.972
Empréstimo circulante	20	-	-	8.322	-	-	8.322
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	4.161	74.815	-	78.976
		-	246	12.483	89.787	-	102.516
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	2.015	2.015
Suprimento de Energia Elétrica		-	1.660	-	-	-	1.660
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	36.064	-	-	-	36.064
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(46.487)	-	(46.487)
Receita financeira		3.219	7.583	-	-	-	10.802
Despesa financeira		-	-	(1.189)	-	(3.929)	(5.118)
		3.219	45.307	(1.189)	(46.487)	(1.914)	(1.064)

		CONTROLADORA					
		31/12/2013					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5	60.332	-	-	-	-	60.332
Concessionárias e Permissonárias	6	-	4.481	-	-	-	4.481
Cedência de funcionários	9	434	476	88	-	-	998
Conta Gráfica	9	-	9.416	-	-	-	9.416
		60.766	14.373	88	-	-	75.227
Passivo							
Fornecedores	17	-	300	-	-	-	300
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	5.989	-	5.989
Empréstimo circulante	20	-	-	8.323	-	-	8.323
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	12.484	74.815	-	87.299
		-	300	20.807	80.804	-	101.911
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	1.915	1.915
Suprimento de Energia Elétrica		-	5.112	-	-	-	5.112
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	27.069	-	-	-	27.069
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(42.396)	-	(42.396)
Receita financeira		10.778	-	-	-	-	10.778
Despesa financeira		-	-	-	-	(4.657)	(4.657)
		10.778	32.181	-	(42.396)	(2.742)	(2.179)

35.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$2.806 (R\$2.421 em 31 de dezembro de 2013), contando com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS				
Conselho de Administração	310	312	310	312
Conselho Fiscal	147	156	147	156
Verba de Representação	193	201	193	201
Honorário Diretor não Empregado	193	120	193	120
Encargos	374	351	374	351
Subtotal	1.217	1.140	1.217	1.140
Diretores Empregados	1.589	1.281	1.589	1.281
Total	2.806	2.421	2.806	2.421

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros					
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5				não auditado
Numerário Disponível		26.973	3.227	27.913	3.228
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial		-	-	30.887	-
SIAC/BANRISUL		15.172	60.332	15.172	60.332
Aplicações Financeiras					
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	-	-	-	93.932
Quotas Subordinadas - FIDC	5	7.446	32.677	7.446	32.677
Empréstimos e Recebíveis					
Concessionárias e Permissionárias	6	55.134	69.864	55.134	69.864
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13.5	222.634	412.355	222.634	412.355
Ativo Financeiro da Concessão	13	207.946	125.759	351.688	187.750
Disponível para Venda					
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	475.395	952.346	475.395	952.346
		1.010.700	1.656.560	1.186.269	1.812.484
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado					
Fornecedores	17	125.513	159.114	128.219	161.314
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	291.428	234.429	434.261	360.175
TOTAL		416.941	393.543	562.480	521.489

36.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$50.482.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

36.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros					
não auditado					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.145	63.559	73.972	63.560
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	-	-	-	93.932
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC	5	7.446	32.677	7.446	32.677
Concessionárias e Permissionárias	6	55.134	69.864	55.134	69.864
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13.5	222.634	412.355	222.634	412.355
Ativo Financeiro da Concessão	13	207.946	125.759	351.688	187.750
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	475.395	952.346	475.395	952.346
TOTAL		1.010.700	1.656.560	1.186.269	1.812.484

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O recebimento da indenização dos empreendimentos da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, conforme Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 01/11/2012 será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano e possui risco considerado baixo uma vez que se trata de um montante a receber do Poder Concedente.

O segmento de Geração da empresa CEEE-GT tem aproximadamente 6% da energia vendida a 37 concessionárias de distribuição, através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. Estes contratos apresentam baixo risco de crédito, o que pode ser observado pelo índice de adimplência de aproximadamente 100% ao longo dos anos.

As garantias que a CEEE-GT possui para os CCEARs são divididas em dois grupos:

- I. - Garantia Principal: corresponde a 110% da média de faturamento dos últimos 3 meses. Para essa garantia a modalidade preponderante é a vinculação de receitas, feita através de Contrato de Constituição de Garantias - CCGs, com anuência da ANEEL.
- II. - Garantia Suplementar: corresponde a 20% da receita mensal. Nesse caso, as modalidades preponderantes são Carta Fiança e CDB, com validade, em sua maioria, de 1 ano.

Outra parcela da energia vendida, correspondendo a 49% do total, está vinculada a contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL. A CEEE-GT exige como garantia Carta de Fiança Bancária, Carta de Fiança Corporativa ou Certificado de Depósito Bancário – CDB, com valores não inferiores a 1 mês de faturamento.

A partir de janeiro de 2013, 45% da energia da CEEE-GT está alocada às Distribuidoras sob a forma de Cotas de Garantia Física, em função da Lei Nº 12.783/13. Por meio desta Lei o Governo antecipou para 31/12/2012 o fim do regime anterior de concessão, que no caso da CEEE-GT venceria em 2015, e prorrogou por um prazo de 30 anos a concessão de diversas usinas da Companhia. A partir desta prorrogação a Área de Geração passou a receber uma Receita Anual de Geração – RAG, fixada pela ANEEL, pela execução dos serviços de operação e manutenção destas usinas e pela disponibilização da Garantia Física destes empreendimentos às Distribuidoras. A garantia financeira desta receita são os CCGs, que são contratos firmados entre a distribuidora e a instituição financeira (Banco Gestor).

No geral a Administração entende que o risco de crédito no qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

36.1.2. Risco de Preço

A receita obtida pela venda de energia da CEEE-GT é dividida entre os mercados: Ambiente de Contratação Regulada - ACR, Ambiente de Contratação livre - ACL e Cotas. No ACR os preços são reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA e no ACL os preços destes contratos, em sua maioria, são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Nas Cotas, a tarifa é estipulada pela ANEEL separadamente para cada empreendimento, sendo reajustada anualmente de acordo com o IPCA e revisada a cada cinco anos.

A CEEE-GT teve a necessidade de comprar energia para composição do lastro de venda no ano de 2014. Esta compra foi realizada no mercado livre através de processos públicos, sendo que uma parcela da energia comprada estava atrelada ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que oscila em função da energia armazenada nos reservatórios das usinas e da previsão hidrológica e outra parcela, a preço fixo, reajustada anualmente pelo IGP-M.

A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

36.1.3. Risco de Mercado

No ACR o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição como compradores em leilões promovidos pelo MME, EPE e ANEEL, e operacionalizados pela CEEE. Nestes leilões a energia é rateada entre as distribuidoras participantes do certame. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

A receita das usinas prorrogadas transformadas em Cotas sob condições estabelecidas pela ANEEL, destinadas às concessionárias de distribuição integrantes do SIN, apresentam baixo risco de mercado.

36.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2014 não há nenhum montante indexado ao dólar exceto a expectativa de exposição cambial que está sendo tratada no tópico de análise de sensibilidade a seguir:

I. Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	31/12/2014	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	2,6562	110.854	138.568	166.281
Passivo Líquido Exposto		110.854	138.568	166.281
Efeito Líquido da Variação Cambial			27.714	55.427

36.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

Nota Explicativa	CONTROLADORA				
	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.145	42.145	-	-
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC	5	7.446	-	7.446	-
Concessionárias e Permissionárias	6	55.134	55.134	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13.5	222.634	222.634	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	207.946	14.644	-	193.302
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	475.395	475.395	-	-
		1.010.700	809.952	7.446	193.302
Passivos Financeiros					
Fornecedores	17	125.513	125.513	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	417.541	131.614	16.591	57.128
		543.054	257.127	16.591	57.128

Nota Explicativa	CONSOLIDADO				
	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	73.972	73.972	-	-
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	-	-	-	-
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC	5	7.446	-	7.446	-
Concessionárias e Permissionárias	6	55.134	55.134	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13.5	222.634	222.634	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	351.688	18.712	-	332.976
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	475.395	475.395	-	-
		1.186.269	845.847	7.446	332.976
Passivos Financeiros					
Fornecedores	17	128.219	128.219	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	20	560.546	274.619	16.591	57.128
		688.765	402.838	16.591	57.128

36.1.6. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2014 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2014. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Nota Explicativa	Índices	CONTROLADORA			
		Cenário Base em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros					
Empréstimos e Financiamentos	20				
Eletrobrás - RGR	Sem Risco	12.483	12.483	12.483	12.483
FIDC V	CDI	44.151	44.464	45.472	46.480
BNDES	TJLP	58.320	48.857	57.260	65.664
Notas Promissórias Banco ABC S.A	CDI	65.620	66.872	77.988	80.211
		180.574	172.676	193.203	204.838
Exposição Líquida		<u>(180.574)</u>	<u>(172.676)</u>	<u>(193.203)</u>	<u>(204.838)</u>
Efeito esperado no Resultado			<u>7.898</u>	<u>(20.527)</u>	<u>(11.635)</u>

Nota Explicativa	Índices	CONSOLIDADO			
		Cenário Base em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros					
Empréstimos e Financiamentos	20				
Eletrobrás - RGR	Sem Risco	12.483	12.483	12.483	12.483
FIDC V	CDI	44.151	44.464	45.472	46.480
BNDES	TJLP	58.320	48.857	57.260	65.664
Notas Promissórias Banco ABC S.A	CDI	65.620	66.872	77.988	80.211
Godilman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A	CDI	142.833	143.005	145.451	147.897
		323.407	315.681	338.654	352.735
Exposição Líquida		<u>(323.407)</u>	<u>(315.681)</u>	<u>(338.654)</u>	<u>(352.735)</u>
Efeito esperado no Resultado			<u>7.726</u>	<u>(22.973)</u>	<u>(14.081)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

36.1.7. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		CONTROLADORA	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	42.145	42.145
Aplicações Financeiras -Quotas Subordinadas FIDC.....	5	7.446	7.446
Concessionárias e Permissionárias.....	6	55.134	55.134
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI.....	13.5	222.634	222.634
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	475.395	475.395
Ativo Financeiro da Concessão	13	207.946	207.946
Total		1.010.700	1.010.700
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	125.513	125.513
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	291.428	417.541
Total		416.941	543.054
		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5	73.972	73.972
Aplicações Financeiras -Quotas Subordinadas FIDC.....	5	7.446	7.446
Concessionárias e Permissionárias.....	6	55.134	55.134
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI.....	13.5	222.634	222.634
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	10	475.395	475.395
Ativo Financeiro da Concessão	13	351.688	351.688
Total		1.186.269	1.186.269
Passivos Financeiros			
Fornecedores.....	17	128.219	128.219
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	434.261	560.546
Total		562.480	688.765

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

36.1.8. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (input não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

CONTROLADORA				
	Valor contábil 31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Numerário Disponível.....	26.973	26.973	-	-
SIAC/BANRISUL.....	15.172	-	15.172	-
Aplicações Financeiras-Quotas Subordinadas do FIDC	7.446	7.446	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	222.634	-	222.634	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	475.395	475.395	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	207.946	-	-	207.946
	<u>955.566</u>	<u>509.814</u>	<u>237.806</u>	<u>207.946</u>

CONSOLIDADO				
	Valor contábil 31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Numerário Disponível.....	27.913	27.913	-	-
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial	3.319	-	3.319	-
SIAC/BANRISUL.....	15.172	-	15.172	-
Aplicações Financeiras-Quotas Subordinadas do FIDC	7.446	7.446	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	222.634	-	222.634	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	475.395	475.395	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	351.688	-	-	351.688
	<u>1.103.567</u>	<u>510.754</u>	<u>241.125</u>	<u>351.688</u>

36.1.9. Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo das quotas subordinadas do FIDC e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL e da Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com as PCHs, representam aproximadamente 73% (dados da CCEE - Relatório Info Mercado nº 90, de fevereiro de 2015) da garantia física do sistema elétrico brasileiro e estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente e para as Usinas e PCHs que foram prorrogadas, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo. O risco hidrológico das usinas cotizadas é de responsabilidade das concessionárias de Distribuição, com posterior repasse as tarifas dos consumidores.

Outras fontes energéticas (termelétricas a biomassa, a gás, nuclear, a óleo, carvão mineral, eólicas e outras fontes de energia) têm a função de diversificar a matriz energética do país e atuar como fonte complementar de energia.

36.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação

ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Companhia.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

37. SEGUROS

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9947695 foi renovado por mais 12(doze), meses tendo vigência de 11/04/2014 até 11/04/2015. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R\$56.144 e no de Transmissão é de R\$202.757 e o prêmio é R\$481.

38. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

38.1. Reajuste Tarifário – Geração

A Resolução Homologatória nº 1.767 de 29 de julho de 2014 reajustou a Receita Anual de Geração – RAG das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da Lei nº 12.783/2013 e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e de potência. Para as usinas da CEEE-GT no período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015 a RAG homologada é de R\$ 52.306. Adicionados a tarifa homologada, a CEEE-GT tem os custos incorridos com CFURH, PIS/PASEP e COFINS ressarcidos pelas distribuidoras.

38.2. Receita Anual Permitida da Transmissão

38.2.1. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho do mesmo ano, estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas pela disponibilização das instalações sob responsabilidade das concessionárias de serviço público de transmissão de energia. Conjuntamente com a Nota Técnica 178/2014 SRT/ANEEL de 16 de junho de 2014, ajustou a RAP da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT para o ciclo 2014-2015 no montante de R\$248.111, sendo R\$227.049 para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$21.062 para o Contrato de Concessão nº 080/2002. Desconsiderando a Parcela de Ajuste do período, que resulta em um incremento ainda maior, estes valores representam um acréscimo de 16,77% em relação ao ciclo 2013-2014, resultado do desempenho da Transmissora na execução de seus Reforços e do Reajuste Monetário do período em consonância com o índice estabelecido em cada contrato de concessão.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

RODRIGO GOMES WALLAU

Contador CRCRS 70484

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE GT

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE GT (a "Companhia" ou a "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE GT e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 21.3 às demonstrações financeiras, a Companhia através da Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee concede aos seus empregados planos de previdência complementar, os quais são denominados CEEEPREV e Plano Único. Este último é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido, e recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e participante. Em 31 de dezembro de 2014 este plano apresentava déficit atuarial no montante de R\$ 130.001 mil (2013 – R\$ 122.134 mil), calculado com base no método de crédito unitário projetado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu uma provisão para fazer frente ao referido passivo atuarial no montante de R\$ 65.000 mil (2013 – R\$ 61.067 mil),

equivalente a 50% do déficit atuarial apurado nesta data ("paridade"). Entendemos que, para fins de reconhecimento contábil do saldo passivo decorrente de déficit atuarial, este somente poderia ser registrado contabilmente limitado a razão de 50%, nos termos da Lei Complementar no 108/2001, se o saldo do déficit atuarial calculado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados estivesse equacionado mediante acordo aprovado entre as partes (patrocinadora e participante). Dessa forma, o passivo está apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior no montante de R\$ 65.001 mil (2013 – R\$ 61.067 mil) em 31 de dezembro de 2014 e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$ 6.566 mil (2013 – R\$ 22.520 mil), líquido dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE GT e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE GT e sua controlada em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito nas Notas 1.1.2.2 e 9.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, deveriam ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação, incluindo adições realizadas no ano de 2013, correspondem a R\$ 415.022 mil em 31 de dezembro de 2014 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, mantendo o critério de valoração dessa indenização pelo valor histórico residual, conforme descrito na Nota 9.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas "pro forma" - não auditadas

Conforme descrito na nota 3.3, as demonstrações financeiras consolidadas pro forma da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram preparadas para refletir a situação financeira e patrimonial e os resultados operacionais consolidados como se a TESB tivesse sido controlada pela Companhia desde 1º de janeiro de 2013, embora a Companhia ter adquirido seu controle em 21 de janeiro de 2014. Essas demonstrações financeiras consolidadas "pro forma" não foram auditadas ou revisadas por nós e nem por outros auditores independentes.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/ O-7 "S" RS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, exceto quanto à ressalva apontada, conforme o conteúdo da nota explicativa nº 21.3.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, corroboradas a ressalva e as ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Vinícius Gomes Wu
Presidente do Conselho Fiscal

Pedro Paulo da Cunha
Conselheiro

Flávio José Helmann da Silva
Conselheiro

Antonio Paulo Pereira Astrana
Conselheiro

Marcelo Roberto Model Nepomuceno
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2014, encerrado em 31 de dezembro de 2014, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Artur José de Lemos Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Paulo de Tarso.Pinheiro Machado

Ademir Baretta

Cristiano Roberto Tatsch

Daniel Vargas de Farias

Carlos Antônio Burigo

Sidney do Lago Júnior

Vicente José Rauber

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEZEMBRO 2014

Conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil

Períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de reais.

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	17
Demonstração dos Resultados	18
Demonstração dos Resultados Abrangentes	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
Demonstração dos Valores Adicionados	21
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	22
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	79
Declaração dos Diretores	82
Parecer do Conselho Fiscal	84
Manifestação do Conselho de Administração	85

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os desafios do Setor Elétrico Nacional foram acentuados no ano de 2014, sendo o segundo ano após as alterações do arcabouço regulatório trazidas pela Lei Federal nº 12.783/13.

Nesse contexto de transição normativa, o ano foi caracterizado por uma série de novos regramentos regulatórios buscando dar maior estabilidade ao Setor Elétrico, o qual segue muito impactado pelos eventos climáticos extremos, em especial o regime hidrológico adverso, assim como pelo comportamento retraído da economia nacional.

Quanto aos resultados econômicos e financeiros de 2014, seguimos trilhando com afinco o nosso planejamento, com foco no 4º ciclo de revisão tarifária, que se inicia em outubro de 2016, alicerçados nos investimentos prudentes que estão sendo realizados, de modo a incrementar nossa base de ativos remunerados.

Precisamos, dentro do que é gerenciável pela Administração, reduzir ainda mais nossos custos operacionais, equilibrando a equação dos investimentos com custos eficientes.

Nesse plano, a certeza para os próximos anos é de uma melhoria contínua do nosso desempenho econômico e financeiro com a manutenção da qualidade e da confiabilidade na prestação do serviço, focando na excelência operacional e disciplina na gestão financeira.

A CEEE-D é fruto de uma longa história de contribuição ao desenvolvimento da infraestrutura do Rio Grande do Sul e, durante essa trajetória, vem construindo, ao lado do Estado Brasileiro, o crescimento sócio econômico sustentável do País. Essa é nossa força que nos levará a superar os desafios que se apresentam, na certeza da renovação de nosso Contrato de Concessão por mais 30 anos.

2. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço Público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado.

A CEEE-D é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de distribuição de energia elétrica, prestar serviços de natureza pública e privada no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços previstos em seu contrato de concessão.

2.1. Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,44	126.187.018	32,59
MUNICÍPIOS	1.323.371	0,34	2.030.636	30,95	3.354.007	0,87
BMF BOVESPA S.A	1.404.802	0,37	913.055	13,92	2.317.857	0,60
OUTROS	26.812	0,01	67.788	1,03	94.600	0,02
TOTAL	380.669.270	100	6.560.558	100	387.229.828	100

Notas:

1 - Posição em 31 de dezembro de 2014.

2 - 388 Acionistas

3 - Valor Patrimonial da Ação-VPA em 31/12/14: R\$ 0,23 unitário

2.2. Reconhecimentos

A marca do Grupo CEEE subiu na preferência e lembrança dos empresários gaúchos, conforme a mais recente pesquisa Marcas de Quem Decide: é a Empresa de energia elétrica mais lembrada e preferida e, no quesito Empresa Pública, apresentou significativo crescimento, ficando atrás apenas da Petrobras.

Em 2014, a CEEE-D ficou em 12º lugar no ranking da Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Esse ranking é medido pelo Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida – ISQP, em pesquisa realizada com as grandes distribuidoras do Brasil. Também ganhou estatueta de reconhecimento pelo Sistema Fecomércio-RS/SESC, referente ao Projeto Social Doação de Uniformes, que é executado em parceria com a referida instituição.

Além disso, outras duas premiações recebidas pelo Grupo CEEE foram referentes à atuação do Centro Cultural CEEE Erico Verissimo. O Troféu Amigo do Livro 2013, concedido pela Câmara Rio-Grandense do Livro em função do trabalho de preservação, difusão e disponibilização do acervo de Erico Verissimo, pela programação literária oferecida ao público e pela parceria com a Câmara Rio-Grandense do Livro na realização de atividades da Feira do Livro de Porto Alegre em seus espaços. E o prêmio “Humanidades 2014”, concedido pelo Instituto Brasileiro de Defesa à Pessoa, em razão da “abertura ao novo, ao diferente e à preservação das manifestações artísticas, assim como a disponibilidade às ações de desenvolvimento social”.

3. GESTÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. Organização e Gestão

A CEEE-D confirmou, em 2014, a manutenção da certificação ISO 9001 do seu Sistema de Gestão, conforme o escopo orientado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Normativa nº 414/2010 e do PRODIST - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

Para o ano de 2015, a ANEEL exigiu a certificação ISO 9001 de mais um processo: Coleta e geração dos dados para apuração dos indicadores de qualidade do atendimento telefônico. Este processo será auditado pelo órgão certificador até julho de 2015, resultando em uma ampliação do escopo certificado na CEEE-D.

Para o consumidor de energia elétrica, este Sistema de Gestão representa um ganho de qualidade, à medida que a Empresa trata cada vez mais os seus processos e seus resultados em um ambiente controlado e pautado pela melhoria contínua, com foco no cliente e na qualidade dos serviços, além de estar gerenciando e operando de forma sistematizada, apurando e atuando sobre os desvios verificados, através de ações corretivas e de melhoria dos processos.

3.2. Ética

Por meio de seu conjunto de valores e princípios éticos, o Código de Ética da CEEE-D estabelece diretrizes básicas para a conduta requerida para todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico por estes ocupados.

A Companhia assegura a manutenção de canais de relacionamento, internos e externos, para o recebimento de consultas e denúncias de práticas irregulares ou consideradas ilegais e contrárias aos valores e princípios éticos disponíveis para a sociedade, clientes, fornecedores, investidores e empregados.

3.3. Governança Corporativa

A Companhia segue as melhores práticas de mercado, fazendo parte do Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa, onde estão listadas as empresas com reconhecida transparência com seus públicos.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Setor de Energia Elétrica no Brasil

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE o ano de 2014 terminou com o consumo de energia elétrica na rede registrando a marca de 473,4 TWh, anotando um crescimento de 2,2% em relação a 2013. Porém, comparando desde 2009, foi a menor taxa de crescimento, quando o consumo total retraiu 1,1% em razão da crise econômica global que eclodiu em fins de 2008.

A classe residencial e o setor de serviços foram os que mais contribuíram no aumento do crescimento no consumo de energia. Em contrapartida, o consumo de energia elétrica na indústria, como era de se esperar, mostrou desaceleração de -3,6%. A EPE destaca como principais causas desta retração do consumo industrial o fraco desempenho do setor de metalurgia, que vem sofrendo com os baixos preços no mercado internacional, e do setor automobilístico, em função da queda na produção de veículos, segundo dados da ANFAVEA.

4.2. Mercado de Distribuição de Energia

A Companhia fechou o ano de 2014 com 1.604.245 unidades consumidoras, representando um acréscimo de 2,0% em relação a 2013, ou seja, 30.997 novas unidades consumidoras. Durante o ano houve migrações de consumidores cativos para o mercado livre, dentre esses foram cinco consumidores industriais e cinco comerciais.

Número de Unidades Consumidoras			
Classe	31/12/2014	31/12/2013	Δ%
Residencial	1.352.981	1.325.987	2,0%
Industrial	13.438	13.558	-0,9%
Comercial	143.831	140.911	2,1%
Rural	85.365	84.313	1,2%
Outros	8.593	8.452	1,7%
Livres	37	27	37,0%
Total	1.604.245	1.573.248	2,0%

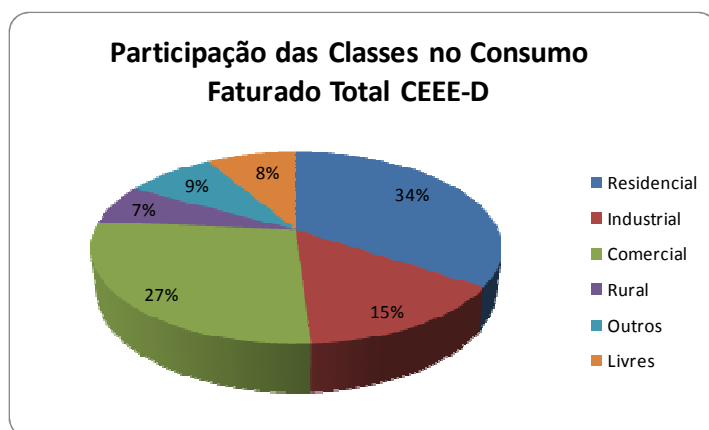
O consumo faturado de energia elétrica, considerando consumidores livres, apresentou um acréscimo de 5,0% quando comparado ao consumo faturado total do ano de 2013. Essa variação deu-se principalmente pelas altas temperaturas verificadas no início do ano, o que impulsionou o consumo das classes residencial e comercial, principalmente no mês de fevereiro. Esse fator fez com que as duas classes de maior

representatividade, residencial (34% do total) e comercial (27% do total) apontassem um crescimento anual no consumo de 8,0% e 6,5%, respectivamente.

O consumo industrial total apresentou uma variação de -0,9% em relação ao ano anterior. Destaca-se a queda de 0,6% na fabricação de alimentos, cuja atividade representa 23% do consumo industrial total da distribuidora. Outros ramos de atividades que se destacaram negativamente, impactando o consumo industrial, foram a metalurgia que apontou queda de 11,7% em relação a 2013 e a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias com retração de 10,8%, as quais representam 16% e 5% do consumo industrial da CEEE-D. Por outro lado, o ramo de fabricação de bebidas foi o maior destaque positivo para o consumo industrial do ano de 2014, quando apresentou um crescimento de 9,3% em relação a 2013, sendo que sua participação é de 5% do consumo industrial faturado da companhia.

Em 2014 o consumo comercial total da distribuidora, incluindo consumidores livres, mostrou um acréscimo de 7,3% em relação a 2013, que havia apresentado um fraco crescimento perante 2012, 1,5%. Essa aceleração do consumo comercial é explicada principalmente em função da busca pelo conforto térmico, o que elevou o consumo nos primeiros meses do ano em função das altas temperaturas na área de concessão da distribuidora. Nota-se esse efeito principalmente no ramo do comércio varejista, que apresentou uma aceleração de 35% do seu consumo faturado, sendo que esta atividade representa 28% do consumo comercial da CEEE-D.

O consumo rural fechou o ano com um acréscimo de 5,5% e as demais classes, menos representativas, somaram uma variação de 2,6%.



4.3. Aspectos Regulatórios

4.3.1. Reajuste Tarifário Anual – Outubro de 2014

Em 05 de Dezembro de 2014, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.834, estabeleceu as tarifas de energia e de uso do sistema de distribuição da CEEE-D, resultantes do reajuste tarifário anual da Companhia, o qual terá vigência no período de 08 de dezembro de 2014 a 24 de outubro de 2015.

De acordo com a Nota Técnica nº 360, de 16 de outubro de 2014, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor está resumido na tabela abaixo:

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (> 2,3kV)	25,60%
BT - Baixa Tensão (< 2,3kV)	22,39%
Efeito tarifário médio AT+BT	23,51%

Conforme identificado na tabela acima, as tarifas dos consumidores cativos da Companhia foram reajustadas, em média, 23,5%.

4.3.2. Bandeiras Tarifárias

Em novembro de 2013, a Resolução Normativa ANEEL nº 593 determinou que a aplicação das bandeiras tarifárias devesse ser efetivamente operacionalizada pelas distribuidoras a partir de janeiro de 2015, sendo 2014 um ano-teste. Segue-se o seguinte procedimento: a bandeira verde será acionada nos meses em que a soma dos valores de Custo Marginal de Operação (CMO) e Encargo de Serviço de Sistema por Segurança Energética (ESS_SE) for inferior a 200,00 R\$/MWh; a bandeira amarela quando a soma dos valores estiver no intervalo de R\$ 200/MWh a R\$ 350/MWh; e a bandeira vermelha será acionada quando o somatório for igual ou superior a R\$ 350/MWh.

As bandeiras indicam o seguinte:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos.

4.3.3. Compra de Energia

A compra de energia pelas Distribuidoras somente poderá ocorrer através de Leilões no Ambiente de Contratação Regulada. Os Leilões de Compra de Energia Elétrica estão previstos no Decreto nº 5.163, de 30/07/2004 e têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras.

O portfólio de contratos da CEEE-D é composto por Contratos de compra no Ambiente Regulado (CCEAR), Itaipu, Proinfa, Contratos Bilaterais, cotas de Angra I e II (eletrônica) e cotas de garantia física de usinas que tiveram a antecipação da renovação da concessão pela Lei 12.783/13.

Em relação aos CCEAR, iniciou-se em 2014 três novos produtos:

- 12º Leilão de Energia Existente – realizado em dez/2013 para reposição de contratos encerrados em 2013, com produtos térmicos e hídricos e durações de 12, 18 e 36 meses. Apresentou frustração de aproximadamente 46% do montante declarado pela distribuidora.
- 13º Leilão de Energia Existente - realizado em março de 2014 para suprimento a partir de maio de 2014 com duração de 5 anos e produtos térmicos e hídricos. Apresentou frustração de aproximadamente 32% da declaração de necessidade da distribuidora.
- 12º Leilão de Energia Nova – realizado em 2011 para suprimento a partir de 1/1/2014 composto por produtos hídrico de 30 anos, eólico e térmico, ambos de 20 anos. O produto hídrico decorrente da ampliação da UHE Jirau e algumas geradoras eólicas estão em atraso, não tendo ainda entrado em suprimento.

As frustrações de leilões e atrasos de usinas em 2014 acarretaram forte exposição involuntária ao mercado de curto prazo, ocasionando o aporte de transferências da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e da conta ACR, como forma de viabilizar as liquidações no curto prazo. Desta forma o balanço energético da distribuidora apresentou os seguintes resultados em 2014.

COMERCIALIZAÇÃO EM 2014			
ENERGIA EM MW/h		CUSTO EM R\$	
Energia contratada total	9.564.992	Preço médio dos contratos	177,67
Energia negociada no mercado spot	663.722	Preço médio de compra	214,38
Total da energia	10.228.714	Custo total	2.192.858,97

4.3.4. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

O Decreto nº 8.203, de 07/03/2014 dispôs sobre a possibilidade de repasse de recursos da CDE, para a competência de janeiro de 2014, para neutralizar a exposição contratual involuntária das distribuidoras no MCP, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

4.3.5. Conta - ACR

O Decreto 8.221 é fundado na modicidade tarifária prevista no inciso IV do art. 13 da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, com alterações da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e seus instrumentos buscam atenuar a já referida conjuntura hidrológica desfavorável. Para tanto, o Decreto estabelece dois mecanismos de repasse de recurso às distribuidoras com a finalidade de cobrir, de fevereiro a dezembro de 2014, os custos que excedam a cobertura tarifária relativa à exposição contratual involuntária e ao despacho termoeletrônico relativo aos CCEAR-D.

O primeiro mecanismo é similar aos repasses efetuados pela CDE nos termos do Decreto 7.945, de 2013. As diferenças são que a devolução para a CDE dos valores repassados se dá proporcionalmente ao mercado cativo da Distribuidora com previsão de cobrança na Tarifa de Energia (TE) e que o repasse é condicionado aos aportes da União na CDE, ou seja, a utilização dos recursos da conta é condicionada a existência de saldo.

O segundo mecanismo trata da contratação pela CONTA-ACR de operações de crédito que serão ressarcidas a partir de 2015 pela CDE, que receberá o ingresso de recursos junto às Distribuidoras pelo recolhimento de um encargo tributário compatível às operações contratadas. O encargo é vinculado ao tamanho do mercado das Distribuidoras, garantindo que os custos sejam distribuídos equitativamente a todos os consumidores cativos do país.

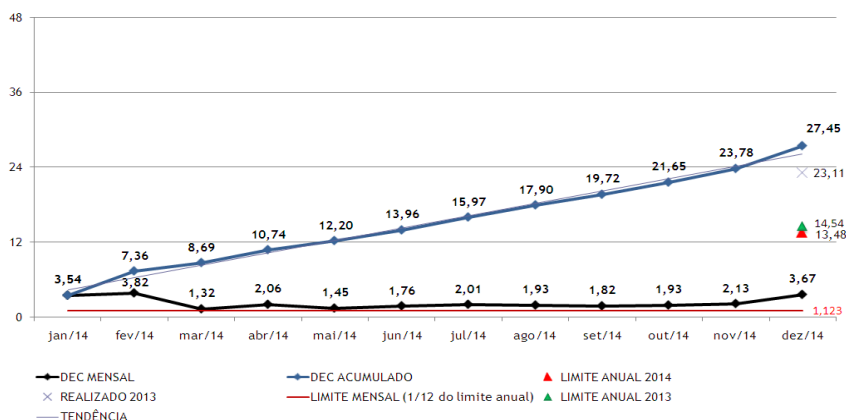
4.3.6. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade – DEC e FEC

Os principais indicadores do negócio de Distribuição são a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC).

O DEC corresponde ao intervalo de tempo que o consumidor permanece sem energia, em casos de interrupção do fornecimento, tanto imprevistas como programadas.

A ANEEL sinaliza com redução anual do limite do DEC a melhoria contínua do desempenho da qualidade dos serviços prestados. Neste contexto, a redução dos limites, concomitantemente aos eventos climáticos e aos desligamentos programados para melhorias remetem aos resultados do indicador no ano de 2014, apresentado no gráfico DEC.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora

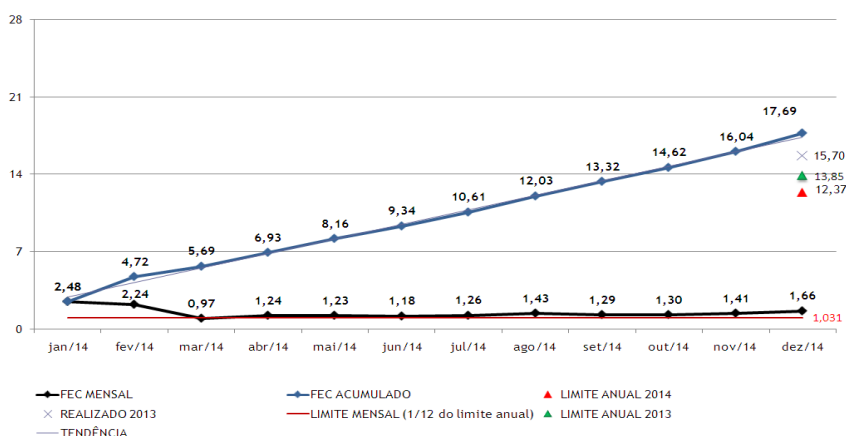


Dentre as causas que motivaram as variações no DEC destacamos a elevação das temperaturas médias. As causas são relativas ao desempenho do sistema elétrico, que geram um grande número de ocorrências, sendo este número influenciado pelas elevadas temperaturas registradas nos primeiros meses de 2014, ocasionando eventos climáticos que por consequência contribuem para o aumento das interrupções nas redes de distribuição de energia.

O indicador FEC mede o número de vezes que são atendidas ocorrências em um período.

Este indicador também é influenciado pelas mesmas ocorrências que atingem o indicador DEC. Porém sua redução vem ocorrendo através de um programa de manutenção preventiva realizadas pelas equipes de manutenção da CEEE-D.

FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora



5. INVESTIMENTOS

A Companhia está reforçando a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na sua área de concessão, através da realização de um conjunto de obras de expansão e adequação no sistema elétrico de alta, média e baixa tensão, com vistas ao atendimento do crescimento do mercado consumidor, da melhoria contínua da qualidade, confiabilidade e segurança do sistema, e garantindo o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio Grande do Sul e favorecendo a qualidade de vida da população gaúcha.

São cerca de R\$ 531,85 milhões para investimentos na planta elétrica no prazo de 4 anos que se perfectibilizam através de financiamentos captados junto aos agentes internacionais e nacionais: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e Centrais Elétricas S.A. – ELETROBRAS.

Destaca-se o Programa RS Mais Energia da CEEE-D, financiado pelo BID e pela AFD – na proporção, respectivamente, 60%/40% - totalizando cerca de R\$ 440 milhões, contando com Garantias Soberanas da União e contra garantias do Estado do Rio Grande do Sul. Em 2014 foi investido nas obras do Programa o montante de R\$ 123,8 milhões, o qual corresponde à marca de 30 % do RS Mais Energia.

Em 2014 a Companhia investiu mais de R\$ 241,1 milhões em obras nas redes de distribuição e subestações. O quadro abaixo apresenta as movimentações financeiras conforme segue:

INVESTIMENTOS	2014
	R\$ Mil
Expansão das Redes de Distribuição	R\$ 70.561,45
Renovação das Redes de Distribuição	R\$ 47.546,23
Expansão e Renovação das Instalações de Subtransmissão	R\$ 122.022,79
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura em Distribuição	R\$ 987,91
TOTAL	R\$ 241.118,38

Importante dar relevo que parte desses investimentos atendeu à expansão e modernização do Sistema Elétrico em função da realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

No que tange às Linhas de Subtransmissão, os investimentos na ordem de R\$ 9,90 milhões foram destinados às linhas localizadas no COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, e envolvem mais de 5,1 km de linhas.

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Linhas de Subtransmissão*				
Corede	Linha Transmissão - Trecho	Extensão	Discriminação	Situação
Delta do Jacuí	LT Porto Alegre 10 x Menino Deus	3,3	Construção	Concluída
	PAL 1 x LT ZAFFARI	1,8	Implantação	Concluída
Total		5,1	*Extensão em quilômetros	

No que se refere a Subestações Copa do Mundo FIFA 2014, os investimentos na ordem de R\$ 34 milhões possibilitaram um acréscimo de aproximadamente 100 MVA de potência.

Capacidade de Subtransmissão Expandida - Copa de 2014 - Subestações			
Corede	Subestação	Obra	Situação
Delta Jacuí	SE Porto Alegre 16	Modernização	Concluída
	SE Porto Alegre 1	Modernização	Concluída
	SE Porto Alegre 12 (50 MVA)	Ampliação	Concluída
	SE MENINO DEUS (50 MVA)	Construção	Concluída
	SE Porto Alegre 14	Modernização	Concluída

5.1. Modernização Tecnológica

Destacamos entre outros investimentos em modernização tecnológica a aquisição da nova plataforma dos sistemas corporativos ERP/SGC que destinou neste ano de 2014 o montante de R\$ 50,9 milhões. O investimento total é de R\$ 125 milhões. Este investimento não está relacionado na tabela acima.

5.2. Plano de Desenvolvimento da Distribuidora – PDD

Atendendo às exigências da ANEEL, que estabelece os procedimentos de distribuição (PRODIST), a empresa elaborou seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). O investimento total da empresa no ano de 2014 foi R\$ 300 milhões, deste montante, em torno de R\$ 240 milhões destinaram-se a esse plano e foram aplicados em obras para expansão, melhoria, renovação, bem como em Universalização e Programa Qualidade no Campo.

6. BALANÇO SOCIAL – INDICADORES SOCIAIS

Balanco Social						
1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2014 (valor em mil R\$)			Dezembro 2013 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	2.849.004			2.263.719		
Resultado operacional (RO)	(322.639)			(231.849)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	376.351			360.337		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	66.540	18%	2%	64.162	17%	2%
Saúde	934	0%	0%	731	0%	0%
Medicina e Segurança	3.125	1%	0%	3.168	1%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Educação	1.030	0%	0%	1.167	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	2.099	1%	0%	3.264	1%	0%
Benefícios	95.270	25%	3%	83.891	22%	3%
Alimentação	28.386	8%	1%	26.893	7%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	3.259	1%	0%	3.098	1%	0%
Previdência privada	51.087	14%	2%	42.342	11%	1%
Plano de Saúde	12.538	3%	0%	11.558	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.282	1%	0%	-	0%	0%
Inclusão Social	176	0%	0%	156	0%	0%
Outros	2.310	1%	0%	2.575	1%	0%
Produtividade	1.306	0%	0%	1.488	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	1.004	0%	0%	1.087	0%	0%
Complexo Apoio Empregados	-	0%	0%	-	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	176.766	47%	6%	159.114	42%	6%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	835	0%	0%	739	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	3.224	-1%	0%
Saúde e saneamento	-	0%	0%	-	0%	0%
Esporte	-	0%	0%	-	0%	0%
Inclusão Social	364	0%	0%	4.877	-2%	0%
Ação Social	-	0%	0%	-	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	1.199	0%	0%	8.840	-3%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	795.958	-247%	28%	708.141	-219%	25%
Total - Indicadores sociais externos	797.157	-247%	28%	716.981	-222%	25%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	-	0%	0%	-	0%	0%
Educação	-	0%	0%	-	0%	0%
Estudo	-	0%	0%	-	0%	0%
Gestão	788	0%	0%	52.955	-16%	2%
Resíduos	788	0%	0%	52.955	-16%	2%
ISO 14.001	-	0%	0%	-	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	-	0%	0%	-	0%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
Institucional	-	0%	0%	-	0%	0%
Programas Ambientais	7.218	-2%	0%	9.259	-3%	0%
Reflorestamento	1	0%	0%	-	0%	0%
Efficientização Energética	232	0%	0%	106	0%	0%
Reposição Florestal	-	0%	0%	-	0%	0%
Poda e Desmatamento	6.131	-2%	0%	9.019	-3%	0%
Monitoramento e Salvamento Avifauna	-	0%	0%	23	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	854	0%	0%	111	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.006	-2%	0%	62.214	-19%	2%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%;			() não possui metas () cumpre de 0 a 50%;		
	() cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%;			() cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%;		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período*	2.784			2.938		
Nº de admissões durante o período	1			1		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.076			1.436		
Nº de estagiários(as)	226			190		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	870			912		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	634			688		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	15,72%			15,80%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	380			397		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,67%			8,99%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	49			51		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2014			Em 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,49			27,57		
Número total de acidentes de trabalho**	21			18		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)			() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) - Cipa			() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) todos(as) - Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá (x) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT			() não se envolverá (x) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados (x) serão sugeridos () serão exigidos			() não serão considerados (x) serão sugeridos () serão exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá () apoiará (x) organizará e incentivará			() não se envolverá () apoiará (x) organizará e incentivará		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 47.435 no Procon na Justiça			na empresa 43.280 no Procon na Justiça		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100% no Procon na Justiça			na empresa 100% no Procon na Justiça		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: R\$ 1.247.231			Em 2013: R\$ 1.184.497		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77,99% governo 38,08% colaboradores(as) 19,30% terceiros ____% retido			69,45% governo 37,96% colaboradores(as) 19,30% terceiros ____% retido		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2014			Em 2013		
Graduados	1.187			972		
Graduandos	-			-		
Ensino Médio	1.488			1.800		
Ensino Médio Incompleto	-			-		
Ensino Fundamental	69			132		
Ensino Fundamental Incompleto	40			34		
Não Alfabetizados	-			-		
**Acidentes com perda de tempo						
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas às receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações. Conforme negociações coletivas o resultado do Programa de Participação nos Resultados de 2013 foi distribuído em folgas para aos empregados.						



6.1. Desempenho Social

A CEEE-D, alinhada aos valores e princípios organizacionais do Grupo CEEE, atua no sentido de buscar o equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social, incorporando-as à sua visão.

A força de trabalho da Empresa é formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, profissões que, historicamente, são exercidas por homens. Isso se reflete diretamente no quadro de empregados, dos quais 22,77% são mulheres e 77,23% são homens.

A maior parte dos empregados (45,65%) se encontra na faixa de idade entre 31 e 40 anos. Do universo total, 29,56% tem nível superior e 7,65% possuem algum tipo de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado). A maioria 58,08% tem ensino médio e 3,88% concluíram o ensino fundamental.

A CEEE-D encerrou o ano com 2.784 empregados. Durante o ano de 2014 tivemos apenas 75 admissões, através de concurso externo e 229 empregados foram desligados.

A taxa de rotatividade (turnover) é historicamente baixa e como nos anos anteriores manteve este padrão ficando em 0,42% como taxa média do ano de 2014.

Os indicadores sociais estão detalhados no relatório de sustentabilidade disponível do site www.ceee.com.br.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

7.1. Resultados do Exercício

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D encerrou o exercício de 2014 com um prejuízo de R\$445,3 milhões, representando um aumento do prejuízo de 94,81% em relação ao prejuízo de R\$ 228,5 milhões do exercício de 2013.

Em 2014, o custo com a energia comprada apresentou aumento de 19,89% passando de R\$1.564 milhões para R\$1.875 milhões. Este aumento deve-se, principalmente pela elevação do preço da energia – PLD - no mercado de curto prazo e pelo acionamento das usinas térmicas devido às condições hidro-energéticas desfavoráveis.

As despesas operacionais apresentaram um aumento de 11,22% devido, principalmente, pela constituição da provisão para devedores duvidosos para os créditos de Energia Livre no montante de R\$45,9 milhões.

Além da questão operacional, contribuiu para o prejuízo do exercício a retração de 101,51% no resultado financeiro da Companhia comparativamente ao exercício de 2013, devido à queda do valor justo dos títulos disponíveis para venda, NTN-B's.

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Informações e Indicadores Econômico - Financeiros	2014	2013	Variação 2014/2013
Ativo Total	2.962.165	2.997.582	-1,18%
Passivo	2.874.156	2.486.241	15,60%
Patrimônio Líquido	88.009	511.341	-82,79%
Receita Operacional Líquida	2.849.004	2.263.719	25,86%
Resultado do Serviço (EBIT)	(387.940)	(291.974)	32,87%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(445.282)	(228.571)	94,81%
EBITDA (1)	(325.979)	(232.245)	40,36%
PMS (2)	(607.886)	(606.837)	0,17%
Dívida Total (3)	386.406	451.072	-14,34%
ROCE (4) %	348,76%	216,50%	132,25
Dívida Bruta / EBITDA	(1,19)	(1,94)	0,76
Participação Capital de Terceiros sobre Ativo Total (5) %	97,03%	82,94%	14,09
Margem Operacional (6) %	-13,65%	-10,24%	(3,41)
Margem Líquida (7) %	-15,63%	-10,10%	(5,53)
Dívida Líquida (8)	296.693	(11.654)	-2645,85%
PMS / ROL %	-21,34%	-26,81%	5,47
Cotação Unitária da Ação - ON - (R\$ por lote mil)	0,79	1,50	
Cotação Unitária da Ação - PNA - (R\$ por lote de mil)	1,59	1,60	

(1) EBITDA - Resultado do Serviço menos depreciação e amortização

(2) PMS - Despesas de Pessoal, Material e Serviço

(3) Dívida Total - Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

(4) ROCE - Retorno sobre o capital Empregado = Receita Operacional Líquida / Ativo Circulante x 100

(5) Participação do Capital de Terceiros sobre o Ativo Total = Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total x 100

(6) Margem Operacional = Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social / Receita Operacional Líquida x 100

(7) Margem Líquida = Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício / Receita Operacional Líquida

(8) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos - Disponibilidades

7.2. LAJIDA/EBITDA

O LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBTIDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, isto é, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos nas despesas operacionais e no custo do serviço de energia elétrica, comentados anteriormente, o EBITDA teve uma variação de 40,36%, passando de R\$(232,2) milhões em 2013, para R\$(325,9) milhões em 2014.

A margem do EBITDA apresentou uma variação negativa, passando de -10,26% em 2013 para -11,44% em 2014.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2014	2013	Variação 2014/2013
Receita Operacional Líquida - ROL	2.849.004	2.263.719	25,86%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.819.325)	(2.299.047)	22,63%
(-) Despesas Operacionais (*)	(417.619)	(256.646)	62,72%
Resultado do Serviço - EBIT	(387.940)	(291.974)	32,87%
(+) Depreciação e Amortização	61.961	59.729	3,74%
EBITDA	(325.979)	(232.245)	40,36%
Margem EBITDA	-11,44%	-10,26%	

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras.

7.3. DRE

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	31/12/2014	31/12/2013	Variação % 2014/2013
Receita Operacional Bruta	3.700.400	3.026.211	22,28%
Deduções da Receita Operacional	(851.396)	(762.492)	11,66%
Receita Operacional Líquida	2.849.004	2.263.719	25,86%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.819.325)	(2.299.047)	22,63%
Custo com Energia Elétrica	(1.875.469)	(1.564.304)	19,89%
Custo de Operação	(943.856)	(734.743)	28,46%
Lucro Operacional Bruto	29.679	(35.328)	-184,01%
Despesas Operacionais	(397.364)	(357.273)	11,22%
Outras Receitas	29.204	106.452	-72,57%
Outras Despesas	(49.459)	(5.825)	749,08%
Resultado do Serviço	(387.940)	(291.974)	32,87%
Depreciação e Amortização	(61.961)	(59.729)	3,74%
EBITDA	(325.979)	(232.245)	40,36%
Margem EBITDA	-11,44%	-10,26%	(1,18)
Receita/Despesa Financeira	(905)	60.125	-101,51%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(56.437)	3.278	-1821,69%
Resultado Líquido do Exercício	(445.282)	(228.571)	94,81%

7.3.1 Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D encerrou o exercício de 2014 com uma receita operacional bruta de R\$ 3.700,4 milhões, representando um aumento de 22,28% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 3.026,2 milhões.

O aumento da receita de 2014 foi decorrente do Reajuste Tarifário Anual vigente no período de 2013 e 2014, aprovado pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.639/2013, cujo efeito médio do reajuste para os consumidores foi de 14,57%.

7.3.2 Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional são os valores deduzidos diretamente do faturamento, tais como os impostos sobre venda e os encargos intrasetoriais. As deduções da receita operacional aumentaram 11,66%, passando de R\$762,4 milhões em 2013 para R\$851,3 milhões em 2014. As deduções referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento e as variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

7.3.3 Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções. A receita líquida, de 2014 foi maior em 25,86%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, aumentando de R\$2.849 milhões em 2013 para R\$2.263,7 milhões em 2014.

7.3.4 Custos e Despesas Operacionais

O Custo do Serviço de Energia Elétrica compreende os custos necessários para a realização dos objetivos da atividade da empresa, inclui todos os gastos incorridos diretamente na produção e na prestação de serviços, e divide-se em Custo com Energia Elétrica e Custo de Operação.

- Custo com Energia Elétrica – Apresentou um aumento de 19,89%, passando de R\$1.564,3 milhões em 2013 para R\$1.875,4 milhões em 2014 decorrente dos seguintes fatores:
 - A energia comprada para revenda apresentou um aumento de 40,14% quando comparados ao mesmo período do ano anterior, sendo R\$1.588,6 milhões em 2013 e R\$2.226,4 milhões em 2014. Este aumento deve-se ao aumento do PLD da energia comprada no mercado de curto prazo (CCEE) e pelo acionamento das usinas térmicas devido às condições hidro-energéticas desfavoráveis.
 - As compensações do custo de energia referente aos valores aportados de CDE e Conta ACR apresentaram um aumento de 241,84%, passando de R\$145,6 milhões em 2013 para R\$497,9 milhões em 2014.
 - O Encargo de Uso do Sistema passou de R\$121,2 milhões em 2013 para R\$146,9 milhões em 2014. Aumento percentual de 21,18%.
- Custo de Operação – O Custo de Operação apresentou um aumento de 28,43%, passando de R\$734,7 milhões em 2013 para R\$943,8 milhões em 2014.

As despesas operacionais são os gastos para a manutenção da atividade da empresa, inclui as despesas com vendas, administrativas e outras despesas operacionais. As despesas operacionais apresentaram um aumento de 11,22% em 2014, totalizando R\$397,4 milhões, sendo que em 2013 foi de R\$357,2 milhões.

7.4. Endividamento

Em 2014, o saldo da dívida da CEEE-D totalizou em R\$ 384.652 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

CEEE-D	Indexador	Saldo (R\$ Mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		147.294	38,29%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	30.818	8,01%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	37.635	9,78%
Moeda Nacional - FIDC	IPCA	17.998	4,68%
Moeda Nacional - CEF	CDI	21.833	5,68%
Moeda Nacional - Santander	CDI	7.431	1,93%
Moeda Nacional - Máxima	IPCA	31.579	8,21%
Moeda Nacional - BNDES	TJLP	-	-
Saldo Devedor da Dívida Externa		237.358	61,71%
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	139.101	36,16%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	98.257	25,54%
Saldo Devedor da Dívida		384.652	100,00%
*Posição em 31/12/2014			

7.5. Ingressos Extra-Operacionais

Em setembro de 2014, a CEEE-D recebeu nova parcela do desembolso no valor de R\$ 37,0 milhões, resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS D (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-D).

Nos meses de maio e setembro de 2014 a Companhia recebeu o valor de R\$ 30,2 milhões e R\$ 34,2 milhões, respectivamente, em contrapartida ao contrato de empréstimo entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD.

7.6. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou uma redução de 101,51% se comparado ao mesmo período do ano anterior devido às seguintes variações:

- Receita Financeira – Em 2014, as receitas totalizaram R\$235 milhões, havendo um aumento de 22% se comparado com o mesmo período do ano anterior, no qual as receitas totalizaram R\$192 milhões.
- Despesa Financeira – Aumento de 78,08%, passando de R\$132 milhões em 2013, para R\$234 milhões em 2014. O aumento resulta principalmente da rubrica correção monetária e juros (apropriação juros e multa referente a tributos).

7. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$436,2 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, com uma carga mínima de 2.908 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.



O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2014, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$448,6 mil.

Neste contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras estão contemplados os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP.

A Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT (valor de R\$421,8 mil e uma carga de 2.734 horas/ano) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$41,4 mil e uma carga de 358 horas/ano), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, representa 49,20% em relação aos honorários totais pagos pelas empresas CEEE-GT, CEEE-PAR e inclusive CEEE-D.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS
Diretor

JULIO HOFER
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO
Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ
Diretor

Balanços Patrimoniais
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013		Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.715	39.717	Fornecedores	17	392.409	328.413
Investimento em Títulos do Governo	10	46.998	423.009	Obrigações Trabalhistas.....	18	49.130	50.055
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	308.217	269.771	Obrigações Fiscais	19	141.311	162.474
Tributos a Recuperar	7	28.463	35.285	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	118.681	233.003
Estoques	8	13.042	13.972	Provisões para Benefícios a Empregados	21	105.527	95.970
Outros Créditos a Receber.....	9	174.904	259.194	Obrigações da Concessão	22	155.110	139.063
Ativo Financeiro Setorial Líquido	11	202.562	4.632	Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	23	61.421	94.465
		816.901	1.045.580	Outros Passivos	25	148.410	108.642
						1.171.999	1.212.085
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	128.949	160.209	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações.....	20	267.725	218.069
Tributos a Recuperar	7	14.038	15.711	Provisões para Benefícios a Empregados	21	739.350	753.806
Aplicações Financeiras	5	27.446	31.780	Obrigações Fiscais	19	111.210	27.676
Depósitos Judiciais	12	72.638	101.596	Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	23	200.554	198.106
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.546.936	1.250.350	Obrigações da Concessão	22	17.378	14.633
Bens e Direitos	14	50.158	74.460	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24	95.384	29.967
Outros Créditos a Receber	9	1.875	1.870	Outros Passivos	25	270.556	31.899
Imobilizado	15	201.681	206.898			1.702.157	1.274.156
Intangível	16	101.543	109.128	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		2.145.264	1.952.002	Capital Social	26.1	23.703	23.703
				Reserva de Incentivos Fiscais	26.2	1.592.060	1.592.060
				Outros Resultados Abrangentes.....	26.3	(152.888)	(174.838)
				Prejuízos Acumulados	-	(1.374.866)	(929.584)
						88.009	511.341
TOTAL DO ATIVO		2.962.165	2.997.582	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.962.165	2.997.582

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	2.849.004	2.263.719
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(2.819.325)	(2.299.047)
Custo com Energia Elétrica	29	(1.875.469)	(1.564.304)
Custo de Operação	30	(943.856)	(734.743)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		29.679	(35.328)
Despesas Operacionais		(397.364)	(357.273)
Despesas com Vendas	30	(26.680)	(19.843)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(89.046)	(130.268)
Outras Despesas Operacionais	30	(281.638)	(207.162)
Outras Receitas	31	29.204	106.452
Outras Despesas	31	(49.459)	(5.825)
RESULTADO DO SERVIÇO		(387.940)	(291.974)
Receita/Despesa Financeira	32	(905)	60.125
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(388.845)	(231.849)
Imposto de Renda Diferido	33	(41.498)	2.410
Contribuição Social Diferida	33	(14.939)	868
PREJUÍZO DO PERÍODO		(445.282)	(228.571)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	(1,15)	(0,59)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Preferencial - R\$	27	(1,15)	(0,59)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo do Período		(445.282)	(228.571)
Outros Resultados Abrangentes		21.950	70.435
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	14.177	(222.390)
Venda de Títulos do Governo	10	12.235	(26.730)
Ganho Atuarial		4.518	234.852
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(8.980)	84.703
Resultado Abrangente do Exercício		(423.332)	(158.136)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Reserva de Lucro		Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
		Capital Social Integralizado	Reserva de Incentivos Fiscais			
Saldos em 31/12/2012		23.703	1.592.060	(701.013)	(245.273)	669.477
Prejuízo do Período		-	-	(228.571)	-	(228.571)
Outros resultados abrangentes						
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	(249.120)	(249.120)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	84.703	84.703
Registro do Ganho Atuarial	26.3				234.852	234.852
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	70.435	70.435
Saldos em 31/12/2013		23.703	1.592.060	(929.584)	(174.838)	511.341
Prejuízo do Período		-	-	(445.282)	-	(445.282)
Outros resultados abrangentes						
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	-	-	-	26.412	26.412
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	10	-	-	-	(8.980)	(8.980)
Registro do Ganho Atuarial	26.3	-	-	-	4.518	4.518
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	-	21.950	21.950
Saldos em 31/12/2014		23.703	1.592.060	(1.374.866)	(152.888)	88.009

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Período		(445.282)	(228.571)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		38.273	36.824
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante		-	3.068
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30	61.961	59.729
Constituição de Provisão para Passivos e Outras.....		59.085	77.834
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	30	78.363	63.960
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	60.282	15.242
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		56.438	(3.278)
Baixas do Ativo Biológico, Ativo Imobilizado e Intangível		224.068	195.328
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	10	(36.308)	(31.322)
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	-	(26.936)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES		96.880	161.878
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		3.749	(66.118)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....		(67.468)	23.850
Tributos a Recuperar		8.495	(4.233)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		4.334	(7.003)
Estoques		930	(1.428)
Investimentos em Títulos do Governo		438.731	146.830
Conta de Resultados a Compensar - CRC		-	420.620
Depósitos Judiciais		28.958	5.970
Ativo Financeiro da Concessão		(296.586)	(404.937)
Outros Créditos a Receber		84.285	(178.710)
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA		(197.930)	(4.632)
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda.....		-	(62.445)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		254.233	(37.577)
Fornecedores		63.996	7.817
Obrigações Trabalhistas		(925)	2.018
Obrigações Fiscais		62.371	92.016
Provisão para Benefícios a Empregados		(91.808)	(97.641)
Obrigações da Concessão		18.792	7.665
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis		(76.738)	(71.372)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		8.979	(84.701)
Outros Passivos		269.566	106.621
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS		354.862	58.183
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento		(248.925)	(53.800)
Aumento de Ativos Biológicos		-	39.477
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(200.228)	(89.830)
Aquisição de Ativo Intangível		(48.697)	(3.447)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(102.939)	(158.343)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		167.657	40.063
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos.....		(247.377)	(170.860)
Pagamento de Encargos de Dívidas		(23.219)	(27.546)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.998	(153.960)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	39.717	193.677
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.715	39.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2014		31/12/2013	
RECEITAS					
Venda de Energia e Serviços	28	3.700.400		3.026.211	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(60.282)		(15.242)	
Outras Receitas e Despesas		(20.252)		100.627	
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.501.517)		(1.996.059)	
Material	30	(18.175)		(16.354)	
Serviços de Terceiros	30	(94.363)		(76.053)	
Custo de Energia Comprada	29	(1.875.469)		(1.564.304)	
Outros Custos Operacionais	30	(12.567)		(21.198)	
Custo de Construção	30	(392.967)		(205.099)	
Outras Despesas Operacionais		(107.976)		(113.051)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.118.349		1.115.537	
(-) Depreciação e Amortização	30	(7.091)		(8.100)	
(-) Amortização do Intangível da Concessão	30	(54.870)		(51.629)	
(-) Provisões	30	(44.062)		(63.853)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		1.012.326		991.955	
(+) Receitas Financeiras	32	234.905		192.540	
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.247.231	%	1.184.495	%
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		475.017	38,08	449.636	37,95
Remuneração Direta		241.201	19,34	227.716	19,22
Benefícios		47.473	3,81	45.149	3,81
Plano de Benefícios Previdenciais		89.283	7,16	94.391	7,97
Compromissos Previdenciais		78.507	6,29	64.106	5,41
F.G.T.S.		18.553	1,49	18.274	1,54
Impostos, Taxas e Contribuições		972.648	77,99	822.646	69,45
Federais		279.874	22,44	219.382	18,52
Estaduais		692.152	55,50	603.134	50,92
Municipais		622	0,05	130	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros		244.848	19,63	140.784	11,89
Despesas Financeiras	32	235.810	18,91	132.415	11,18
Aluguéis	30	9.038	0,72	8.369	0,71
Remuneração de Capitais Próprios		(445.282)	(35,70)	(228.571)	(19,29)
Prejuízo do Período		(445.282)	(35,70)	(228.571)	(19,29)
TOTAL		1.247.231		1.184.495	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. A CEEE-D foi organizada em conformidade com a Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, tendo sido constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 27 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal Nº 10.848/04. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Concessões

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,60 milhões de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O vencimento do contrato de concessão está previsto para julho de 2015, sendo que, em 15 de outubro de 2012, conforme prerrogativa ofertada pela MP nº 579/12, a CEEE-D protocolou seu pedido de renovação da concessão por mais 30 anos. Apesar da Companhia ainda não ter recebido nenhuma manifestação clara e objetiva por parte do poder concedente que evidencie a renovação do referido contrato de concessão, a Companhia recebeu Ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), datado de 9 de janeiro de 2015, solicitando a elaboração e apresentação até o 5 de abril de 2015 de um plano de resultados de curto e médio prazo para aperfeiçoamento da prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, e por esse motivo, no entendimento e na expectativa da administração, esse é um movimento que demonstra que a Agência tem expectativa de uma possível intenção do poder concedente em prorrogar ou renovar a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1.2. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e receitas irreversíveis (inadimplência regulatória).

Parcela "A"	Parcela "B"
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável
Taxa de Fiscalização - TFSEE	Despesas de Manutenção
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	Pessoal
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	Material
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	Serviços de Terceiros
Operador Nacional do Sistema (NOS)	Outras Despesas
Encargos de Transmissão	Despesas de Capital
Compra de Energia para Revenda	Cotas de Depreciação
	Remuneração do Capital

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa de energia elétrica deve garantir o fornecimento de energia com qualidade e assegurar aos prestadores dos serviços receitas suficientes para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores residenciais e os de baixa renda). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.3. Aspectos Regulatórios 2014

1.3.1. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 081/1999

Em 10 de dezembro de 2014 a ANEEL e a CEEE-D assinaram o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão 081/1999 cujo objeto é incluir um dispositivo que garanta que os valores registrados na Conta de Compensação de Variação dos Itens da “Parcela A” – CVA e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.

A partir da assinatura do referido aditivo, os ativos e passivos regulatórios passaram ser qualificados como financeiros e foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. (Vide notas explicativas nº 4.33 e nº 11).

1.3.2. Distribuição - Reajuste Tarifário Anual – 2014

A ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 1.834/2014, aprovou o reajuste tarifário anual da CEEE-D, o qual terá vigência no período de 25 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2015.

O efeito médio para todos os consumidores da Companhia foi de um aumento de 23,51%, sendo 22,39% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e 25,60% para alta tensão em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). Já o índice de reajuste tarifário sobre a receita da distribuidora foi na ordem de 28,28%.

1.4. Programa de Recuperação Financeira – PRF – Plano de Qualidade do Serviço

Considerando o atual contexto econômico do Setor Elétrico, adicionalmente agravado pela situação hidrológica desfavorável, que elevou o preço da Energia no Mercado de Curto Prazo, entre 2013 e 2014, houveram impactos severos na Companhia e na sua estrutura de capital circulante.

Em 2014, o somatório desses fatores determinou especial atenção ao Programa de Recuperação Financeira – PRF, no qual a Administração estabeleceu uma série de ações, cujo objetivo é reforçar a capacidade operacional da CEEE-D.

Aqui, pertinente registrar que, no início do exercício de 2015, a ANEEL solicitou um Plano de Melhoria dos Resultados dos Indicadores Técnicos e Financeiros (em elaboração), a ser encaminhado oportunamente até abril do corrente. Referido Plano reforça o compromisso quanto à aderência dos indicadores financeiros e técnicos da Distribuição aos níveis Regulatórios.

No que concerne ao PRF, as ações se fundam em uma atuação institucional direcionada de forma contundente aos eventos que proporcionem incremento da receita operacional e redução de custos gerenciáveis (Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO).

No que tange às ações de incremento da receita destacam-se a retomada da capacidade de investimento da Companhia através dos recursos captados junto a instituições de fomento internacional tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, assim como junto aos agentes de financiamento nacionais, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, totalizando aproximadamente R\$776 milhões de reais. No mesmo sentido, os recursos derivados do processo judicial referente à Conta de Resultados a Compensar – CRC, liquidado no exercício de 2012, contribuem decisivamente nesta recuperação.

Todo o volume desses investimentos está direcionado para a base de remuneração regulatória, buscando incremento da parcela B da Companhia e por sua vez um crescimento da receita operacional, com foco no 4º Ciclo de Revisão Tarifária que se inicia em Outubro de 2016.

Quanto à retração dos custos operacionais gerenciáveis (PMSO), ajustes orçamentários mandatórios, combinados com medidas organizacionais no sentido de racionalizar os gastos serão acentuados no exercício de 2015, buscando equilibrar a equação econômico e financeira com a qualidade do serviço.

1.5. Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973/2014

Em 11 de novembro de 2013 o Poder Executivo Federal editou a Medida Provisória - MP nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A norma modifica a legislação tributária nacional, e, dentre outras alterações, revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Os dispositivos da MP têm vigência a partir do ano-calendário de 2015, podendo, a critério dos contribuintes, terem os efeitos de sua aplicação antecipados a partir do ano-calendário de 2014.

A Companhia decidiu pela aplicabilidade das disposições da Lei nº 12.973/2014 a partir do ano-calendário de 2015.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui quatro hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

Desde a década de 1960 a CEEE produz postes de madeira preservada para a sustentação de suas redes elétricas. Em 2012 foi iniciado o processo de discussão pela empresa sobre a manutenção das atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Os aspectos abordados foram os custos de produção, as questões regulatórias, vantagens e desvantagens do uso de postes de madeira, aspectos técnicos de projeto de rede, entre outros. Em 2013 após a conclusão do trabalho, a Administração decidiu pela alienação das florestas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 23/03/2015.

3.1.3. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem às seguintes questões:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- VIII. Ativo Financeiro da Concessão;
- IX. Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada;
- X. Ativo e Passivo Financeiro Setorial.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- II. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- III. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, quando aplicável, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3 Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. A provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

4.7.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.7.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques

Os materiais em estoque classificado no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

4.11. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

4.12. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.13. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram.

4.14. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)

O Contrato de Concessão é reconhecido como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, convertida na Lei Nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP Nº 579/2012 trouxe o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Companhia ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012, através da Nota Técnica ANEEL Nº 374 de 16 de outubro de 2012.

4.15. Imobilizado

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e são mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui

gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.16. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:

<u>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante</u>	<u>Taxa anual</u>
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

4.17. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

4.18. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.19. Valor Justo

- I. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- II. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.20. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.21. Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.22. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.24. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.25. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.26. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.27. Reconhecimento da Receita

4.27.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.27.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.27.3. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.27.4. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originadas pelo processo judicial nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar - CRC.

4.28. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.29. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.30. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros

componentes da mesma entidade, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia.

A distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

4.31. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.32. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.33. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Pronunciamentos aplicáveis a Companhia a partir de 01/01/2014

A deliberação CVM 732 de 09 de dezembro de 2014 aprovou o OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata do reconhecimento de determinados ativos e passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica. A referida deliberação versa sobre os impactos decorrentes das alterações nos contratos de concessão e permissão das distribuidoras de energia elétrica promovidas pelo Poder Concedente, que inclui, nos referidos contratos, dispositivo garantindo que valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA e Outros Componentes Financeiros sejam incorporados na base de indenização prevista no caso de extinção, por qualquer motivo, da concessão ou permissão.

Em novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros componentes financeiros.

O aditamento aos contratos de concessão e permissão representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão das concessionárias e permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador e que, até então, eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. A partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devem ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica de forma prospectiva.

Em decorrência aprovação da Orientação Técnica OCPC 08 a partir de 1º de janeiro de 2014 e da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014 a CEEE D passou a reconhecer determinados ativos e passivos setoriais, para apresentação destas demonstrações financeiras.

Esses ativos e passivos setoriais têm origem no mecanismo de definição tarifária que podem apresentar diferenças temporais entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa

no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essa diferença é um direito ou uma obrigação, perfeitos e acabados, decorrentes de uma obrigação de performance totalmente completada (energia efetivamente entregue para os seus clientes), devendo a ANEEL, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão, tão somente operacionalizar o seu recebimento ou pagamento, conforme o caso. Além disso, há outros componentes financeiros oriundos da atividade de distribuição e que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes

O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxos de caixa decorrentes das vendas. A Companhia está avaliando a eventual aplicação da norma as suas transações.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como de alguns contratos de compra ou venda de itens não-financeiros, com a finalidade de apresentar informações úteis e relevantes para a avaliação de valores, períodos e incertezas no fluxo de caixa futuro da entidade. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		41.171	32.799
Aplicações Financeiras	34	1.544	6.918
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		42.715	39.717
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo - SIAC/BANRISUL	34	6.686	6.038
Aplicações Financeiras Vinculadas		4.771	4.305
Quotas Subordinadas - FIDC		15.989	21.437
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		27.446	31.780

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$41.171 (R\$32.799 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Equivalentes de Caixa)

O valor de R\$1.544 (R\$6.918 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$27.446 (R\$31.780 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC IV e FIDC VI.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	203.312	100.644	129.529	433.485	401.907
Suprimento de Energia		87	-	-	87	55
Encargo de Uso da Rede		662	-	-	662	540
Permissionárias		162	-	-	162	106
Parcelamentos	6.2	29.136	1.390	26.170	56.696	50.817
Energia de Curto Prazo - CCEE		8.866	-	-	8.866	28
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	6.3	-	-	-	(191.741)	(183.682)
		<u>242.225</u>	<u>102.034</u>	<u>155.699</u>	<u>308.217</u>	<u>269.771</u>
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	128.949	-	-	128.949	120.647
Comercialização de Energia CCEE - Energia Livre	6.4	-	-	-	-	39.562
		<u>128.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128.949</u>	<u>160.209</u>

6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2014	31/12/2013
Residencial	96.662	38.160	37.477	172.299	150.910
Industrial	20.432	21.327	13.693	55.452	56.676
Comercial Serviços e Outras Atividades	69.388	21.775	11.166	102.329	100.098
Rural	8.782	5.102	247	14.131	16.067
Poder Público	77	13.458	38.684	52.219	43.458
Iluminação Pública	946	718	28.139	29.803	28.159
Serviço Público	7.025	104	123	7.252	6.539
Total	<u>203.312</u>	<u>100.644</u>	<u>129.529</u>	<u>433.485</u>	<u>401.907</u>

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$56.696 (R\$50.817 em 31 de dezembro de 2013) no ativo circulante e R\$128.949 (R\$120.647 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2013	Adições	Exclusões	31/12/2014
Residencial	49.074	2.859	-	51.933
Industrial	8.938	-	(3.615)	5.323
Comercial Serviços e Outras Atividades	10.396	-	(1.113)	9.283
Rural	1.636	65	-	1.701
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	61.133	5.565	-	66.698
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos	50.165	4.138	-	54.303
Diversos	2.340	160	-	2.500
Total	183.682	12.787	(4.728)	191.741

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foram efetuadas análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, considerando as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

6.4. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - Energia Livre

Durante o período de racionamento de energia, ocorrido entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, vigorou a redução de consumo de energia elétrica imposta pelo PERCEE (Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica) nos submercados Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e, parcialmente, no submercado Norte. Em maio de 2001 foi efetuado o Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual foram estabelecidos os compromissos de repasse da parcela de energia pelas Concessionárias Distribuidoras às Geradoras.

Nessa vertente, a Nota Técnica nº 001/2003 e a Resolução nº 36/2003, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prescreveram as parcelas da chamada “Energia Livre” pertencentes às empresas geradoras e distribuidoras que recorreram ao então denominado Mercado Atacadista de Energia (MAE), atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante o período do racionamento e que foram impactadas pela redução da geração de energia elétrica das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 10.438/2002, estando a Companhia inserida neste contexto de energia a receber.

Adicionalmente, o artigo 9º, §1º, da Resolução nº 36/2003 dispõe que o repasse de energia livre está condicionado à solução de controvérsias contratuais e normativas e à eliminação de eventuais litígios judiciais ou extrajudiciais, em conformidade com o art.4º §13 da Lei nº 10.438/2002. Neste cenário, em 2002, a então Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE (empresa antecessora da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT) ajuizou a ação nº 2002.34.00.036038-5, processo CEEE nº 3.494/2002, que tem por objetivo a declaração de nulidade do item IV do Despacho ANEEL nº 288 no que

tange ao alívio de exposição dos quotistas de Itaipu localizados na região Sul. Também foram impetradas as ações judiciais nº 2002.61.00.026519-4 e nº 2002.61.00.029736-5, processo CEEE nº 3.555/2002, contra a ANEEL e o MAE, que buscam a suspensão do andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22/11/2002.

Em março de 2004, a Resolução ANEEL nº 45 atualizou o percentual da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) referente à Energia Livre e o percentual que cabe a cada agente, até que, em 2010, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.517, o qual fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras. No item V do referido despacho a ANEEL informa que os montantes pertencentes à CEEE devem ser registrados contabilmente como direito ou obrigação das distribuidoras, conforme o caso, e atualizados monetariamente até serem solucionados os litígios judiciais.

Considerando o atual contexto econômico e financeiro vivenciado pelas Distribuidoras do Setor Elétrico Nacional, em especial frente ao momento de excepcionalidade referente ao regime hidrológico, a Companhia constituiu provisão desses créditos, a partir da análise dos devedores.

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	45.712	45.712
Atualização	7.520	1.605
Provisão Perdas	(53.232)	(7.755)
Saldo Final	-	39.562

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

CIRCULANTE	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a Compensar	15.741	13.573
IRPJ e CSLL a Compensar	11.897	20.898
Outros Créditos a Compensar	825	814
Total	28.463	35.285
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar*	14.038	15.711
Total	14.038	15.711

*A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Estoque de Operação	13.588	14.671
(-) Provisão para Perdas	(546)	(699)
Total	13.042	13.972

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Programa RELUZ	9.1 / 34	1.178	15.596
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	1.235	16.867
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	14.890	10.604
Adiantamento a Fornecedores		576	824
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4 / 34	9.926	8.679
Adiantamento a Empregados		1.492	1.632
Aluguel de Postes/Serviços Prestados		10.962	7.635
Cedência de Funcionários	34	526	501
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDCs IV e VI	9.5	35.198	29.835
Subvenção CDE - PLT	34	1.833	2.751
CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	34	-	8.877
CDE Decreto 7.945/2013 – Exposição Involuntária	34	-	1.782
CDE Decreto 7.945/2013 – CVA Energia	34	-	94.374
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9.6 / 34	26.290	52.579
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014	9.7 / 34	54.058	-
Outros Devedores		16.740	6.658
Total		174.904	259.194
NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Crédito a Receber		6	1
Depósitos Recursais - INSS e ISS		1.869	1.869
Total		1.875	1.870

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$1.178 (R\$15.596 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, a serem reembolsados pelas Prefeituras, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$1.235 (R\$16.867 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$14.890 (R\$10.604 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$9.926 (R\$8.679 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC IV e FIDC VI

O valor de R\$35.198 (R\$29.835 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao montante retido, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras.

9.6. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de dezembro de 2013 a setembro de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

9.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de dezembro de 2014 a setembro de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 25).

10. INVESTIMENTO EM TÍTULOS DO GOVERNO

	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Investimentos em Títulos do Governo	46.998	423.009
	<u>46.998</u>	<u>423.009</u>
Total	<u>46.998</u>	<u>423.009</u>

10.1. Descrição

O saldo de R\$46.998 (R\$423.009 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto a Companhia obteve um valor a receber de R\$1.813.957 inerente à Conta de Resultados a Compensar – CRC, apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos fiscais da Companhia junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$60.753. Assim, no tocante aos créditos da CRC, o valor R\$1.753.204 na data base de 31 de dezembro de 2011, foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
- VII.

- Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
- Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012, 18/12/2012 e 17/12/2013 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira, a segunda e a terceira tranche para a Companhia no valor de R\$930.942, de R\$529.285 e de R\$420.620, correspondentes a 417.684, 184.461 e 184.461 NTN-B, respectivamente.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte da Companhia da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Companhia efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

A Companhia considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- A intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.

- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.

- As NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Formas de atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados pró-rata-die).

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimento em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2013	423.009	3.299	(26.501)	-	-
Atualização pela taxa efetiva	36.308	-	-	36.308	-
Valorização do valor justo	14.177	-	14.177	-	-
Venda de Títulos do Governo	(412.776)	-	12.235	(12.235)	-
Juros recebidos	(13.720)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	(1.920)	(8.980)	-	10.900
Posição em 31/12/2014	46.998	1.379	(9.069)	24.073	10.900

11. ATIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$202.562 (R\$4.632 em 31 de dezembro de 2013) refere-se às variações positivas de itens da Parcela A, assim composto: (Vide notas explicativas nº 1.3 e 4.33)

	2014	2013
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	64	-
Quota ESS e PROINFA	26	-
CVA - Período 26/10/2012 a 25/10/2013 em compensação	90	-
Energia Elétrica Comprada	111.666	-
Transporte Itaipu	160	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	10.575	-
Quota CDE	9.679	-
Quota ESS e PROINFA	2.875	-
CVA - Período 26/10/2013 a 25/10/2014 em compensação	134.955	-
Energia Elétrica Comprada	82.272	-
Transporte Itaipu	711	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	5.538	-
Quota CDE	5.842	-
Quota ESS e PROINFA	782	-
CVA - Período 05/12/2014 a 25/10/2015 a recuperar no IRT 2015	95.145	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais a recuperar no IRT 2015	1.550	-
Subtotal - Itens da Parcela A	231.740	-
Sobrecontratação - Nota Técnica 360/2014	40.936	-
Diferencial Eletronuclear - Nota Técnica 360/2014	8.422	-
Ajuste CVA Energia 2013 - Nota Técnica 360/2014	4.522	-
Subtotal - Demais Ativos Regulatórios	53.880	-
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	4.509	4.632
Subtotal - Outros	4.509	4.632
SubTotal	290.129	4.632
CDE	1	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	9	-
CVA - Período 26/10/2012 a 25/10/2013 em compensação	10	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	58.148	-
CVA - Período 26/10/2013 a 25/10/2014 em compensação	58.148	-
Energia Elétrica Comprada	1.323	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	5.400	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	12.280	-
CVA - Período 05/12/2014 a 25/10/2015 a recuperar no IRT 2015	19.003	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais a recuperar no IRT 2015	898	-
Subtotal - Itens da Parcela A	78.059	-
Exposição Submercados - Nota Técnica 360/2014	5.349	-
Penalidade Universalização - Nota Técnica 360/2014	94	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais - Nota Técnica 360/2014	4.065	-
SubTotal	87.567	-
Total	202.562	4.632

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$72.638 (R\$101.596 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a depósitos judiciais de processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 23).

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta a Companhia sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, a Companhia confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012.

A movimentação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro	Ativo Intangível	Total dos Ativos Financeiro e Intangível
Saldo em 31 de Dezembro 2013	1.250.350	82.216	1.332.566
Adições.....	245.555	5.310	250.865
Atualização*.....	51.031	-	51.031
Amortização.....	-	(54.581)	(54.581)
Saldo em 31 de Dezembro 2014	1.546.936	32.945	1.579.881

*Atualização pelo índice IGP-M.

13.1. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

13.3. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Companhia consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.
- II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.
- III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária.
- IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.
- V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.
- VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Companhia apura anualmente, ao final do exercício, o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

14. BENS E DIREITOS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo não Circulante Mantido para Venda	39.041	62.728
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda	2.004	2.004
(-) Amortização Acumulada	(1.203)	(588)
Outros	16.800	16.800
(-) Amortização Acumulada	(6.484)	(6.484)
	<u>50.158</u>	<u>74.460</u>

14.1. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Companhia. Contempla também as florestas de propriedade da Companhia no montante de R\$39.041, que antes eram classificadas como Ativo Biológico, atendendo aos pré-requisitos do CPC 29/IAS 41.

14.2. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

15. IMOBILIZADO

		31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2014
Em Serviço	CUSTO	78.235	-	(488)	973	171	78.891
	Terrenos	3.318	-	-	-	-	3.318
	Edificações	11.684	-	-	-	-	11.684
	Máquinas e Equipamentos	13.351	-	(169)	45	50	13.277
	Veículos	43.348	-	(31)	848	140	44.305
	Móveis e Utensílios	6.534	-	(288)	80	(19)	6.307
	DEPRECIÇÃO	(50.862)	(6.865)	996	(2)	(243)	(56.976)
	Edificações	(9.675)	(138)	-	-	-	(9.813)
	Máquinas e Equipamentos	(7.066)	(1.855)	720	(2)	294	(7.909)
	Veículos	(29.577)	(4.599)	36	-	(564)	(34.704)
	Móveis e Utensílios	(4.544)	(273)	240	-	27	(4.550)
Em Curso	CUSTO	98.509	192.314	-	(183.666)	1.827	108.984
	Contas em Curso	98.509	192.314	-	(183.666)	1.827	108.984
Fora do Escopo do ICPC 01	Fora do Escopo do ICPC 01	100.196	(5.671)	(195.233)	182.693	764	82.749
	Depreciação	(19.180)	(1.301)	8.496	2	16	(11.967)
	Total	<u>206.898</u>	<u>178.477</u>	<u>(186.229)</u>	<u>-</u>	<u>2.535</u>	<u>201.681</u>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, não sendo os mesmos objetos do contrato de concessão e, por consequência, não abrangidos pela aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 (Contratos de Concessão). Estes ativos são adquiridos já fabricados e entram em operação

tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contemple valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$108.984 é composto por valores registrados das obras em andamento não alcançadas pelo escopo do ICPC01/IFRIC12 (Contratos de Concessão) e por materiais armazenados que ainda não entraram em operação, os quais perfazem o montante de R\$89.331.

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75% ao ano.

16. INTANGÍVEL

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	33.796	622.736	656.532
Aquisições	44.560	5.311	49.871
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	78.356	628.047	706.403
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(6.884)	(540.520)	(547.404)
Amortização do Período	(2.874)	(54.582)	(57.456)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(9.758)	(595.102)	(604.860)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	26.912	82.216	109.128
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	68.598	32.945	101.543

Intangível da Concessão

O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Companhia amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro (vide nota explicativa nº 13), pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente, por um período de 05 anos.

17. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Encargos de Uso da Rede	22.220	13.728
Energia Elétrica Comprada para Revenda	237.078	184.086
Materiais e Serviços	89.954	62.921
Energia de Curto Prazo - CEEE	29.349	56.608
Retenção Contratual	13.808	11.070
Total	392.409	328.413

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	35.438	36.380
Retenções sobre a Folha de Pagamento	13.547	13.491
Prêmio Assiduidade	145	184
Total	49.130	50.055

O valor de R\$13.547 (R\$13.491 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.298	106.010
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	188	182
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2012"	-	1.385
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2014"	26.490	-
Parcelamento PIS / COFINS - REFIS DA COPA	2.437	10.964
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	465	220
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.466	5.679
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	62.465	27.972
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	13.562	6.073
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2.322	2.333
Outros	1.618	1.656
Total	141.311	162.474
NÃO CIRCULANTE		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	21	21
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	5	5
Parcelamento PIS / COFINS - REFIS DA COPA	33.921	26.496
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2012"	-	1.154
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2014"	77.263	-
Total	111.210	27.676

19.1. Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA

A Concessionária efetuou, em agosto de 2014, a repactuação do parcelamento existente junto à Receita Federal do Brasil, referente às contribuições do PIS e da COFINS vencidas até 31/12/13, nos termos da Lei nº 12.996/14 (REFIS DA COPA). O saldo devedor era de R\$ 49.511, sendo repactuado pelo valor de R\$ 43.826, tendo a antecipação de 20% sido parcelada em 5 (cinco) vezes, e o restante parcelado em mais 179 (cento e setenta e nove) prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidada a quinta parcela da antecipação.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente de R\$36.358 (R\$37.460 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA	49.511
31/08/2014	Desconto Lei nº 12.996/14	(5.685)
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	1.464
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(8.932)
	Saldo a Pagar	36.358
CIRCULANTE		2.437
NÃO CIRCULANTE		33.921
Total		36.358

19.2. Parcelamento Estadual – ICMS Programa “Em dia 2014”

A Companhia efetuou parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nºs 0030906997, 0030907969, 0031106811 e 0031241140, decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências novembro/2013 a janeiro/2014. O processo de parcelamento foi efetivado em janeiro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 140.359. A Companhia efetuou a repactuação administrativa do débito parcelado em dezembro de 2014, nos termos do Decreto nº 52.091/2014 (Programa “Em Dia 2014”). O saldo devedor era de R\$ 129.798, sendo repactuado pelo valor de R\$ 120.423, em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 16.670 e as demais no valor de R\$ 2.225, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidada 1 (uma) parcela.

Data do Evento	Histórico	Valor
22/12/2014	Parcelamento ICMS	129.798
31/12/2014	Desconto - Em Dia 2014	(9.375)
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(16.670)
	Saldo a Pagar	103.753
CIRCULANTE		26.490
NÃO CIRCULANTE		77.263
Total		103.753

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

20.1. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

C R E D O R	31/12/2014						
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	PRINCIPAL		Total
					Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL							
ELETROBRAS	RGR	5% a 7,5%	2025	02	2.812	28.006	30.818
Banco Máxima	IPCA	9,55%	2015	04	30.739	-	30.739
Santander	CDI/CETIP	3,39%	2015	03	7.431	-	7.431
Caixa Econômica Federal	CDI	3,41%	2015	04	9.333	-	9.333
Caixa Econômica Federal	CDI	3,04%	2015	04	12.500	-	12.500
Consumidores	-	-	-	-	233	2.361	2.594
TOTAL MOEDA NACIONAL					63.048	30.367	93.415
MOEDA ESTRANGEIRA							
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	139.101	139.101
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	98.257	98.257
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	237.358	237.358
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					63.048	267.725	330.773
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					63.048	267.725	330.773

C R E D O R	31/12/2014						
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	PRINCIPAL		Total
					Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV	IPCA	9,88%	2015	04	17.998	-	17.998
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC VI	CDI	2%	2015	04	37.635	-	37.635
TOTAL DE OUTRAS CAPTAÇÕES					55.633	-	55.633
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					118.681	267.725	386.406

C R E D O R	31/12/2013						
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	PRINCIPAL		Total
					Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL							
ELETROBRAS	RGR	5% a 7,5%	2025	02	2.889	30.818	33.707
Banco Máxima	IPCA	9,55%	2015	04	29.264	28.796	58.060
Santander	CDI/CETIP	3,39%	2015	03	12.739	7.431	20.170
Caixa Econômica Federal	CDI	3,41%	2015	04	16.000	9.333	25.333
Caixa Econômica Federal	CDI	3,04%	2015	04	25.000	12.500	37.500
Consumidores	-	-	-	-	3.200	2.362	5.562
TOTAL MOEDA NACIONAL					89.092	91.240	180.332
MOEDA ESTRANGEIRA							
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	0,25% a 6,83% + 0,50%	2036	01	-	57.120	57.120
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	Libor + 0,75%	2036	01	-	23.836	23.836
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	80.956	80.956
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					89.092	172.196	261.288
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					89.092	172.196	261.288

C R E D O R	31/12/2013						
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	PRINCIPAL		Total
					Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV	IPCA	9,88%	2015	04	45.086	16.798	61.884
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC VI	CDI	2%	2015	04	98.825	29.075	127.900
TOTAL DE OUTRAS CAPTAÇÕES					143.911	45.873	189.784
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					233.003	218.069	451.072

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente/ 03 - Penhor de Duplicatas/ 04 - Percentual de Recebíveis da Distribuição

20.2. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV e FIDC VI

A disponibilização do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses, encerrando em 2015.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$136.850, no qual R\$130.000 referiram-se a quotas seniores (investidores) e o saldo de R\$6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

Em 2012, a Companhia iniciou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC VI. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 14 de setembro de 2012 e as entregas dos Direitos de Crédito serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores em 2015.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$158.100, no qual R\$150.000 referiram-se a quotas seniores (investidores) e o saldo de R\$8.100 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

20.3. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos, a CEEE-D deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma.

A Companhia encaminhou o seu Programa de Recuperação Financeira - PRF para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Em 2014 foram liberados os valores de R\$59.973 referente ao BID e de R\$64.478 referente a AFD.

20.4. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	116.826
2016	10.387	11.399
2017	4.102	12.264
2018	4.529	11.848
Após 2018	248.707	65.732
	<u>267.725</u>	<u>218.069</u>

20.5. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2014	31/12/2013
RGR*	10,46%	14,13%
CDI	-	26,75%
IPCA	-	20,91%
Dólar US\$	88,66%	37,12%
Outros	0,88%	1,09%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

*A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

20.6. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2014	841
	<u>841</u>

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência a Companhia realiza o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		187	449
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	34	3.792	3.743
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único	34	557	562
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV.....	34	13.709	4.409
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	34	597	603
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		86.685	86.204
		<u>105.527</u>	<u>95.970</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP.....		50	1.028
Provisão Plano Único		8.104	4.436
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único	34	52.617	52.617
Provisão Plano CEEEPREV		129.105	51.998
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	34	56.389	56.389
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		493.085	587.338
		<u>739.350</u>	<u>753.806</u>
Total		<u>844.877</u>	<u>849.776</u>

21.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

21.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

A alteração do regulamento resultou num acréscimo do compromisso da patrocinadora no valor de R\$38.252, que será integralizado em 216 meses, tendo sido reconhecido como despesa no exercício de 2014.

21.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que apurado aquele resultado, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

O déficit do Plano Único não reconhecido referente à premissa da paridade perfaz R\$ 65.070 sendo que, no entendimento da administração, um resultado atuarial deficitário apurado para efeito de *accounting* (cálculo atuarial da patrocinadora) não acarreta necessariamente impacto real e prático na gestão patrimonial-financeira do Plano, na medida em que a Companhia só será acionada para contribuir no equacionamento do déficit quando o mesmo se apresenta pelas regras do *funding* (cálculo atuarial pelas regras da previdência nacional).

Nessa esteira, considerando que o reconhecimento paritário do déficit atuarial não se encontra pacificado junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a administração, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, firmou entendimento de manter o ajuste do passivo do Plano Único na proporção paritária, correspondente a 50% do déficit calculado pelas regras do *accounting*, até que haja um entendimento homogêneo, aguardando eventuais recomendações e/ou modificações do órgão de controle.

21.4. Provisão para Complementação de Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 1,8 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

21.5. Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,17% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	6,12% a.a.	N/A	N/A	6,17% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,48% a.a.	N/A	N/A	(a)
Expectativa de Inflação	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,50%	100,00%	100,00%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

(a) Para os benefícios vinculados ao Benefício Saldado e ao Benefício Referencial: Não aplicado (0,00% a.a.)

Para os demais benefícios de risco: 3,48% a.a.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

21.6. Resultados da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(842.651)	(1.477)	(673.541)	(862.050)	(2.379.719)	(1.014.795)	(2.272)	(773.854)	(1.005.357)	(2.796.278)
Custo do serviço corrente	(1.464)	-	-	(6.539)	(8.003)	(2.599)	-	-	(7.326)	(9.925)
Custo de juros	(95.281)	(144)	(78.363)	(106.346)	(280.134)	(85.727)	(146)	(63.960)	(93.685)	(243.518)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	(38.252)	(38.252)	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(66.055)	1.075	74.436	(77.250)	(67.794)	172.935	94	66.759	182.864	422.652
Benefícios pagos pelo plano	95.850	310	97.697	69.312	263.169	87.535	847	97.514	61.454	247.350
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(909.601)</u>	<u>(236)</u>	<u>(579.771)</u>	<u>(1.021.125)</u>	<u>(2.510.733)</u>	<u>(842.651)</u>	<u>(1.477)</u>	<u>(673.541)</u>	<u>(862.050)</u>	<u>(2.379.719)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(779.462)	-	-	(823.313)	(1.602.775)	(719.934)	-	-	(748.651)	(1.468.585)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(130.140)	(236)	(579.771)	(197.812)	(907.959)	(122.719)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(911.135)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(909.602)</u>	<u>(236)</u>	<u>(579.771)</u>	<u>(1.021.125)</u>	<u>(2.510.734)</u>	<u>(842.653)</u>	<u>(1.477)</u>	<u>(673.541)</u>	<u>(862.049)</u>	<u>(2.379.720)</u>

Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	719.934	-	-	748.653	1.468.587	811.814	-	-	796.831	1.608.645
Retorno esperado dos ativos do plano	80.389	-	-	93.165	173.554	39.515	-	-	41.488	81.003
Ganhos / (perdas) atuariais	48.909	-	-	27.871	76.780	(74.196)	-	-	(49.065)	(123.261)
Contribuições do empregador	23.219	310	97.697	21.009	142.235	27.133	847	97.514	19.033	144.527
Contribuições de participantes do plano	2.861	-	-	1.928	4.789	3.203	-	-	1.820	5.023
Benefícios pagos pelo plano	(95.850)	(310)	(97.697)	(69.312)	(263.169)	(87.535)	(847)	(97.514)	(61.454)	(247.350)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>779.462</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>823.314</u>	<u>1.602.776</u>	<u>719.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>748.653</u>	<u>1.468.587</u>

21.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)
Passivo Atuarial
Passivo reconhecido na patrocinadora

2014					2013				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
130.140	236	579.771	197.812	907.959	122.719	1.477	673.541	113.398	911.135
(65.070)	-	-	-	(65.070)	(61.359)	-	-	-	(61.359)
65.070	236	579.771	197.812	842.889	61.360	1.477	673.541	113.398	849.776
65.070	236	579.771	197.812	842.889	61.360	1.477	673.541	113.398	849.776

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício
Pagamentos para o plano líquido de administração
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego
Passivo referente ao Benefício Definido
Parcela referente a Contribuição Definida
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício

2014					2013				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)	(101.491)	(2.272)	(773.854)	(208.527)	(1.086.144)
23.219	310	97.697	21.009	142.235	27.133	847	97.514	19.033	144.527
(21.613)	1.075	74.436	(49.379)	4.519	34.201	94	66.759	133.799	234.853
(5.317)	(144)	(78.363)	(56.044)	(139.868)	(21.202)	(146)	(63.960)	(57.703)	(143.011)
(65.070)	(236)	(579.771)	(197.812)	(842.889)	(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)
-	-	-	(1.988)	(1.988)	-	-	-	-	-
(65.070)	(236)	(579.771)	(199.800)	(844.877)	(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

Custo do serviço corrente
Contribuições dos participantes
Custo de juros
Retorno esperado dos ativos do plano
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)
Total da despesa do exercício

2014					2015 - Estimado				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
732	-	-	6.539	7.271	405	-	-	9.810	10.215
(2.861)	-	-	(1.928)	(4.789)	(2.761)	-	-	(2.054)	(4.815)
47.640	144	78.363	106.346	232.493	52.766	17	68.994	128.843	250.620
(40.194)	-	-	(93.165)	(133.359)	(46.013)	-	-	(104.476)	(150.489)
-	-	-	38.252	38.252	-	-	-	-	-
5.317	144	78.363	56.044	139.868	4.397	17	68.994	32.123	105.531

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES

Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior
Ganho/(perda) do exercício atual
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte

2014 - Real					2013 - Real				
Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(127.226)	(2.079)	(177.644)	158.612	(148.337)	(161.427)	(2.173)	(244.403)	24.813	(383.190)
(21.613)	1.075	74.436	(49.379)	4.519	34.201	94	66.759	133.799	234.853
(148.839)	(1.004)	(103.208)	109.233	(143.818)	(127.226)	(2.079)	(177.644)	158.612	(148.337)

21.6. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2014							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(35.973)	-3,95%	(1.571)	-0,66%	(13.138)	-2,27%	(49.066)	-4,81%
Redução de 0,5%	38.669	4,25%	1.637	0,69%	13.740	2,37%	53.692	5,26%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(19.752)	-2,17%	(1.243)	-0,53%	(25.919)	-4,47%	(21.410)	-2,10%
Aumento da Expectativa em 1 ano	19.293	2,12%	1.219	0,52%	26.314	4,54%	10.331	1,01%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	131	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	5.964	0,58%
Redução de 0,5%	130	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.355)	-0,52%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2014			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a desse exercício				
- de 6,35% para 6,12% (Plano Único)	16.867	N/A	N/A	N/A
- de 6,47% para 6,17% (CEEEPREV)	N/A	N/A	N/A	29.959
- de 6,23% para 6,12% (EXA e CTP)	N/A	-	2.940	N/A
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários de 3% para 3,48%	124	N/A	N/A	29.133
Alteração na Tábua de Mortalidade Geral de AT-83M para UP-94M	N/A	(3)	(75.823)	N/A
Experiência da população / outros	49.064	(1.072)	(1.553)	18.158
Total das perdas / (ganhos) apuradas no exercício	<u>66.055</u>	<u>(1.075)</u>	<u>(74.436)</u>	<u>77.250</u>

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2014	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,05%	0,05%
Realizável - Gestão Previdencial	7,85%	5,34%
Realizável - Gestão Administrativa	0,86%	2,97%
Títulos Públicos	38,32%	38,00%
Créditos Privados e Depósitos	12,86%	12,76%
Ações	15,55%	15,43%
Fundos de Investimentos	22,38%	22,20%
Investimentos Imobiliários	0,74%	0,74%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,51%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

22. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2014	31/12/2013
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	7.379	2.031
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	88.025	85.840
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	58.177	50.065
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	1.019	751
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	510	376
Total	<u>155.110</u>	<u>139.063</u>
NÃO CIRCULANTE		
Recursos PEE	12.529	10.332
Recursos P&D	4.849	4.301
Total	<u>17.378</u>	<u>14.633</u>

22.1. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia - MME.

23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Riscos Prováveis.....	176.893	132.546	209.722	149.600
Riscos Possíveis e Remotos.....	223.109	225.258	230.591	219.675
Total	400.002	357.804	440.313	369.275

23.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	31/12/2014		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Passivo circulante			
Saldo da provisão	30.427	30.994	61.421
Passivo não circulante			
Saldo da provisão	146.466	101.552	248.018
Subtotal Riscos Prováveis	176.893	132.546	309.439
(-) Depósitos judiciais	(32.903)	(14.561)	(47.464)
Total não circulante	113.563	86.991	200.554
Total geral	143.990	117.985	261.975
	31/12/2013		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Passivo circulante			
Saldo da provisão	53.415	41.050	94.465
Passivo não circulante			
Saldo da provisão	156.307	108.550	264.857
Subtotal Riscos Prováveis	209.722	149.600	359.322
(-) Depósitos judiciais	(56.997)	(9.754)	(66.751)
Total não circulante	99.310	98.796	198.106
Total geral	152.725	139.846	292.571

23.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2013	152.725	139.846	292.571
(+) Novos Ingressos	32.418	14.110	46.528
(-) Pagamentos	(25.918)	(22.740)	(48.658)
(-) Montantes Revertidos	(41.469)	(38.522)	(79.991)
(+) Atualização Monetária	26.234	25.291	51.525
(=) Saldo Final Dezembro/2014	143.990	117.985	261.975

23.3. Natureza das ações

23.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

23.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

23.3.3. Tributárias

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R\$10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Companhia compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Companhia vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R\$7.791 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$10.786 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

A Companhia, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Companhia.

24.1. Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	(13.742)	(40.154)
Exclusões Temporárias	215.851	49.859
Atualização do Ativo Financeiro	78.433	78.433
Base de Cálculo	280.542	88.138
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	95.384	29.967

24.2. Estimativa de Liquidação - Passivo Fiscal Diferido

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros:

	31/12/2014	31/12/2013
Exercício de 2014	-	11.795
Exercício de 2015	68.717	11.795
Exercício de 2016	5.926	6.377
Exercício de 2017	5.926	-
A partir do Exercício de 2018	14.815	-
	95.384	29.967

24.3. Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de Contribuição Social

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia acumulou prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o lucro nos valores de R\$1.770.826 e R\$1.770.826, respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2014, R\$877.265.

25. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Encargo de Capacidade Emergencial		1.556	1.558
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		5.246	5.847
Programa de Participação nos Resultados - PPR		186	323
Parcelamento ANEEL - Auto Infração		-	4.772
Consumidores	25.1	20.532	20.963
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	25.2	3.723	3.723
Acordo Judicial Cível	25.3	16.326	1.719
Conta Gráfica	34	12.790	9.416
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014 (nota explicativa nº 9.7)...		48.652	47.322
Juros e Multas Referentes a Tributos		14.391	9.475
Outros Credores		25.008	3.524
Total		148.410	108.642
NÃO CIRCULANTE			
Prêmio Assiduidade		1.305	1.483
Provisão Auto de Infração	25.4	18.604	11.958
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	25.2	1.241	4.964
Acordo Judicial Cível	25.3	3.834	-
Comercialização de Energia na CCEE	25.5	13.989	13.493
Mútuo CEEE-GT	25.6/34	231.583	-
Outros Credores		-	1
Total		270.556	31.899

25.1. Consumidores

O valor de R\$20.532 (R\$20.963 em 31 de dezembro de 2013) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

25.2. Acordo Judicial Reclamatória Trabalhista

A Companhia efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Companhia perfaz R\$22.451. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$694 e as demais no valor de R\$310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 44 (quarenta e quatro) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$4.964 (R\$8.687 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
15/05/2011	Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL	22.451
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(17.487)
	Saldo a Pagar	4.964
CIRCULANTE		3.723
NÃO CIRCULANTE		1.241
		4.964

25.3. Acordo Judicial Cível

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. O processo de conciliação foi efetivado em setembro de 2014, e o valor da obrigação perfeit

22.173. O montante acordado será pago em 18 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidada 02(duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$20.160 (R\$1.719 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
29/09/2014	Acordo Judicial Cível ELETROSUL	22.173
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	432
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(2.445)
	Saldo a Pagar	20.160
CIRCULANTE		16.326
NÃO CIRCULANTE		3.834
		20.160

25.4. Provisão Autos de Infração

O valor de R\$18.604 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2013) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

25.5. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$13.989 (R\$13.493 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

25.6. Mútuo CEEE-GT

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 11 de dezembro, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária), com o objetivo de alterar o valor para R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto é a alteração na Cláusula Primeira do referido Contrato de Mútuo. As parcelas liberadas, corrigidas mensalmente pela CDI, perfazem o montante de R\$231.583.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O capital social é representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2014						31/12/2013	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,44	126.187.018	32,59	126.187.018	32,59
Municípios	1.323.371	0,34	2.030.636	30,95	3.354.007	0,87	3.354.007	0,87
Custódia BM&F Bovespa S.A	1.404.802	0,37	913.055	13,92	2.317.857	0,60	2.317.857	0,60
Outros	26.812	0,01	67.788	1,03	94.600	0,02	94.600	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00	387.229.828	100,00

26.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

26.3. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tributos)	(9.069)	(26.501)
Perda Atuarial	(143.819)	(148.337)
	(152.888)	(174.838)

27. LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.
Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Exercício	(437.738)	(7.544)	(445.282)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico por Ação - R\$	(1,15)	(1,15)	(1,15)

	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Exercício	(224.698)	(3.873)	(228.571)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico por Ação - R\$	(0,59)	(0,59)	(0,59)

27.2. Diluído

	31/12/2014	31/12/2013
Numerador Diluído		
Prejuízo Líquido para as ações ordinárias.....	(437.738)	(224.698)
Prejuízo Líquido para as ações preferenciais.....	(7.544)	(3.873)
	(445.282)	(228.571)
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	(1,15)	(0,59)

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2014	31/12/2013
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	1.174.019	1.047.825
Suprimento de Energia Elétrica	2.311	1.026
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.852.042	1.612.694
Energia Elétrica de Curto Prazo	128.818	21.401
Receita de Construção	392.967	205.099
Outras Receitas Operacionais	150.243	138.166
	3.700.400	3.026.211
Deduções da Receita		
ICMS	(691.536)	(602.499)
PIS e COFINS	(104.814)	(105.510)
Quota RGR	-	(1.307)
Outros Encargos	(4.705)	(3.151)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(24.013)	(20.427)
Subvenções CCC	(88)	(5.231)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(26.240)	(24.367)
	(851.396)	(762.492)
Receita Operacional Líquida	2.849.004	2.263.719

28.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Residencial	1.352.981	1.325.987	3.066.802	2.840.114
Industrial	13.438	13.558	1.317.441	1.460.489
Comercial	143.831	140.911	2.437.094	2.289.011
Rural	85.362	84.310	564.857	543.861
Poder Público	7.568	7.442	308.263	295.310
Outros*	1.065	1.040	1.234.953	1.072.017
	1.604.245	1.573.248	8.929.410	8.500.802

(*) Não auditado

	Fornecimento R\$		Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Residencial	449.657	383.763	845.931	721.816
Industrial	237.688	231.365	157.317	152.454
Comercial	348.005	302.572	618.157	531.621
Rural	57.775	50.842	68.691	61.215
Poder Público	51.170	43.514	62.956	57.957
Outros*	29.724	35.769	98.990	87.631
	1.174.019	1.047.825	1.852.042	1.612.694

	Total Faturamento		Total Faturamento	
	31/12/2014	Δ %	31/12/2013	Δ %
Residencial	1.295.588	42,81	1.105.579	41,56
Industrial	395.005	13,05	383.819	14,43
Comercial	966.162	31,93	834.193	31,35
Rural	126.466	4,18	112.057	4,21
Poder Público	114.126	3,77	101.471	3,81
Outros*	128.714	4,26	123.400	4,64
	3.026.061	100,00	2.660.519	100,00

*A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

28.2. Receita de Construção

A Receita de Construção representa o potencial de geração de receita adicional sendo integralmente registrada como ativo financeiro em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo intangível, transferida somente quando for possível apurar com segurança os valores de intangível e financeiro. Esta bifurcação acontece na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Companhia entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de Construção e Melhoria.....	392.967	205.099
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	392.967	205.099

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014	31/12/2013
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.226.447	1.588.692
Repasse CDE/Conta ACR - Custo de Energia	(497.947)	(145.667)
Encargo de Uso do Sistema	146.969	121.279
	<u>1.875.469</u>	<u>1.564.304</u>

Repasse CDE/ACR – Custo de Energia

O custo de energia das distribuidoras teve um aumento muito expressivo 2013/2014 tendo em vista as condições hidro-energéticas desfavoráveis e a exposição involuntária das concessionárias no mercado de curto prazo. No exercício de 2013 e nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 os custos dessa exposição involuntária foram mitigados pelo governo brasileiro através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, nos termos do Decreto nº 7.945/13.

Em 02 de abril de 2014, o poder executivo através do Decreto n.º 8.221/2014 autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termelétrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA ACR.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia o valor de R\$497.947.

29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$	31/12/2014	31/12/2013
Energia Comprada Hídrica	830.060	635.656
Energia Comprada Hídrica Itaipu	257.848	220.621
Energia Comprada Térmica	583.030	323.178
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras	57.562	263.570
	<u>1.728.500</u>	<u>1.443.025</u>
 SUPRIMENTO MWh	 31/12/2014	 31/12/2013
Energia Comprada Hídrica	5.012.044	5.320.527
Energia Comprada Hídrica Itaipu	1.943.621	1.857.140
Energia Comprada Térmica	1.458.272	925.654
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras	1.220.166	942.748
	<u>9.634.103</u>	<u>9.046.069</u>

30. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	226.905	242.227	-	-	63.328	71.024	16.519	6.070	306.752	319.321
Cláusula 25 CTP	-	-	-	-	-	-	144	146	144	146
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012..	54.134	32.997	-	-	-	-	16.788	14.403	70.922	47.400
INSS - Empregador	62.989	62.324	-	-	-	-	588	341	63.577	62.665
Administradores.....	(39)	-	-	-	586	565	-	276	547	841
Subtotal Pessoal / Administradores	343.989	337.548	-	-	63.914	71.589	34.039	21.236	441.942	430.373
Empréstimo Fundação ELETROCEEE - SF 1254.....	14.083	13.888	-	-	-	-	-	-	14.083	13.888
Total Pessoal e Administradores	358.072	351.436	-	-	63.914	71.589	34.039	21.236	456.025	444.261
Material	18.175	16.354	-	-	846	1.412	217	320	19.238	18.086
Serviço de Terceiros	94.363	76.053	12.371	12.357	20.718	50.164	5.171	5.916	132.623	144.490
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	2.718	4.425	2.718	4.425
Depreciação e Amortização	4.664	4.795	-	-	2.427	2.689	-	616	7.091	8.100
Custo de Construção	392.967	205.099	-	-	-	-	-	-	392.967	205.099
Amortização do Intangível da Concessão	54.254	51.629	-	-	-	-	616	-	54.870	51.629
Arrendamento e Aluguéis	8.794	8.181	-	-	244	188	-	-	9.038	8.369
Seguros	150	143	-	-	32	134	-	-	182	277
Tributos	1.595	1.019	-	-	360	128	3.990	1.030	5.945	2.177
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	14.309	7.486	-	-	45.973	7.756	60.282	15.242
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	20.652	35.450	20.652	35.450
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	21.710	47.199	21.710	47.199
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	12.447	3.170	12.447	3.170
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(6.921)	(27.156)	(6.921)	(27.156)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(3.827)	5.190	(3.827)	5.190
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	78.363	63.960	78.363	63.960
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	305	9.483	305	9.483
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	22.173	-	22.173	-
Outros	10.822	20.034	-	-	505	3.964	44.012	28.569	55.339	52.566
TOTAL	943.856	734.743	26.680	19.843	89.046	130.268	281.638	207.162	1.341.220	1.092.016

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

OUTRAS RECEITAS	31/12/2014	31/12/2013
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	24.833	104.138
Outras	4.371	2.314
	<u>29.204</u>	<u>106.452</u>
 OUTRAS DESPESAS	 31/12/2014	 31/12/2013
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(37.934)	(2.276)
Outras	(11.525)	(3.549)
	<u>(49.459)</u>	<u>(5.825)</u>

32. RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA

Os saldos compõem-se de:

RECEITA FINANCEIRA	31/12/2014	31/12/2013
Renda de Aplicações Financeiras	6.551	3.411
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	28.523	28.586
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	9.429	16.237
Receitas Financeiras com Parcelamentos	32.178	29.138
Variação Monetária - Energia Comprada	6.223	4.775
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	11.548	8.643
Variação Monetária - SELIC CVA	16.587	-
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	45.233	90.890
Atualização do Ativo Financeiro	51.032	-
Outras Receitas Financeiras	27.601	10.860
Total Receita Financeira	<u>234.905</u>	<u>192.540</u>
 DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(21.373)	(16.373)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(12.828)	(8.828)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(72.637)	(59.345)
Variação Monetária - Energia Comprada	(14.487)	(9.200)
Variação Monetária - SELIC CVA	(5.825)	-
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(22.077)	(14.421)
Variação Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	(21.160)	(5.902)
Correção Monetária e Juros	(35.798)	(6.725)
Despesas Financeiras com Parcelamentos	(387)	(2.956)
Outras Despesas Financeiras	(29.238)	(8.665)
Total Despesa Financeira	<u>(235.810)</u>	<u>(132.415)</u>
 RESULTADO FINANCEIRO	 (905)	 60.125

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(388.845)	(388.845)	(231.849)	(231.849)
Ajustes Decorrentes do RTT	(111.803)	(111.803)	(116.983)	(116.983)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT	(500.648)	(500.648)	(348.832)	(348.832)
Efeito líquido provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas exercício	(70.920)	(70.920)	(43.209)	(43.209)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	4.405	4.405	15.848	15.848
Lucro Real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(567.163)	(567.163)	(376.193)	(376.193)
Prejuízo Fiscal e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(567.163)	(567.163)	(376.193)	(376.193)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Ajustes IFRS	(8.015)	(2.885)	(2.410)	(868)
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	49.513	17.824	-	-
Total IRPJ e CSLL	41.498	14.939	(2.410)	(868)

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2014				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	1.544	-	-	-	1.544
Aplicações financeiras	5	6.686	-	-	-	6.686
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	139	246	-	141	526
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	9.926	-	9.926
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9	-	-	26.290	-	26.290
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014	9	-	-	54.058	-	54.058
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	11	-	-	4.509	-	4.509
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	3.011	-	3.011
		30.315	246	97.794	141	128.496
Passivo						
Conta Gráfica	25	-	12.790	-	-	12.790
Mútuo CEEE-GT	25	-	231.583	-	-	231.583
Fornecedores	17	-	6.495	-	-	6.495
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	17.501	17.501
Empréstimo circulante	20 e 21	-	-	2.812	1.154	3.966
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	28.006	109.006	137.012
		-	250.868	30.818	127.661	409.347
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(1.660)	-	-	(1.660)
Encargos de uso do sistema		-	(36.064)	-	-	(36.064)
Despesa operacional - Pessoal		-	-	-	(65.170)	(65.170)
Receita financeira		5.902	-	-	-	5.902
Despesa financeira		-	(7.583)	(2.895)	-	(10.478)
		5.902	(45.307)	(2.895)	(65.170)	(107.470)

		31/12/2013				
		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	6.918	-	-	-	6.918
Aplicações financeiras	5	6.038	-	-	-	6.038
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	110	300	-	91	501
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	8.679	-	8.679
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9	-	-	52.579	-	52.579
CDE Decreto 7.945/2013 – Exposição Involuntária e CVA Energia	9	-	-	96.156	-	96.156
Quotas de Custeio e Energia - Proinfra e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	9 e 11	-	-	13.509	-	13.509
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	18.347	-	18.347
		<u>35.012</u>	<u>300</u>	<u>189.270</u>	<u>91</u>	<u>224.673</u>
Passivo						
Conta Gráfica	25	-	9.416	-	-	9.416
Fornecedores	17	-	4.957	-	-	4.957
Contribuição Patrocinadora	21	-	-	-	8.152	8.152
Empréstimo circulante	20 e 21	-	-	2.889	1.165	4.054
Empréstimo não circulante	20 e 21	-	-	30.818	109.006	139.824
		<u>-</u>	<u>14.373</u>	<u>33.707</u>	<u>118.323</u>	<u>166.403</u>
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(5.112)	-	-	(5.112)
Encargos de uso do sistema		-	(27.069)	-	-	(27.069)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(56.230)	(56.230)
Receita financeira		2.959	-	-	-	2.959
Despesa financeira		-	-	(2.990)	-	(2.990)
		<u>2.959</u>	<u>(32.181)</u>	<u>(2.990)</u>	<u>(56.230)</u>	<u>(88.442)</u>

34.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$2.078 (R\$2.275 em 31 de dezembro de 2013), possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2014	31/12/2013
Conselho de Administração	310	321
Conselho Fiscal	153	154
Verba de Representação	-	73
Honorário Diretor não Empregado	-	73
Encargos	84	220
Subtotal	<u>547</u>	<u>841</u>
Diretores Empregados	<u>1.531</u>	<u>1.435</u>
Total	<u>2.078</u>	<u>2.276</u>

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Numerário Disponível	5	41.171	32.799
SIAC/BANRISUL	5	1.544	6.918
Aplicações Financeiras			
SIAC/BANRISUL	5	6.686	6.038
Quotas Subordinadas - FIDC	5	15.989	21.437
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	4.771	4.305
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	437.166	390.418
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	46.998	423.009
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.546.936	1.250.350
TOTAL		2.101.261	2.135.274
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	17	392.409	328.413
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	20	383.812	445.510
TOTAL		776.221	773.923

35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto a instituições financeiras e aos Consumidores estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$89.274. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$72.470. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são os seguintes:

35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	42.715	39.717
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	27.446	31.780
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	437.166	390.418
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	46.998	423.009
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.546.936	1.250.350
Total		2.101.261	2.135.274

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B- NTN-B.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

II. Garantias

A Companhia concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte das contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

35.1.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada quatro anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

35.1.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Companhia está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de

2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Défis - MCSD.

Além do recurso de descontração, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

ORIGEM	TIPO	MWh (*)	%
1º Leilão	Energia Existente Hidrica	466.895,67	4,6%
2º Leilão	Energia Existente Hidrica	268.417,72	2,6%
4º Leilão	Energia Existente Hidrica	241.240,41	2,4%
5º Leilão	Energia Existente Hidrica	11.100,36	0,1%
8º Leilão	Energia Existente Hidrica	198.236,33	1,9%
10º Leilão	Energia Existente Hidrica	219.218,13	2,1%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	924.727,15	9,0%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	54.790,51	0,5%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	457.891,08	4,5%
8º Leilão	Energia Existente Térmica	3.340,30	0,0%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	22.087,81	0,2%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	9.214,00	0,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	277.855,16	2,7%
3º Leilão	Energia Nova Hidrica	112.251,69	1,1%
5º Leilão	Energia Nova Hidrica	106.188,88	1,0%
8º Leilão	Energia Nova Hidrica	46,51	0,0%
LPE Santo Antônio	Energia Nova Hidrica	124.516,17	1,2%
LPE Jirau	Energia Nova Hidrica	431.205,50	4,2%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	154.010,01	1,5%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	103.847,52	1,0%
1º Leilão	Energia Nova Térmica	261.276,32	2,6%
3º Leilão	Energia Nova Térmica	105.544,21	1,0%
4º Leilão	Energia Nova Térmica	39.260,63	0,4%
5º Leilão	Energia Nova Térmica	230.399,26	2,3%
6º Leilão	Energia Nova Térmica	36.636,07	0,4%
7º Leilão	Energia Nova Térmica	697.172,13	6,8%
8º Leilão	Energia Nova Térmica	465,05	0,0%
12º Leilão	Energia Nova Térmica	30.468,34	0,3%
12º Leilão	Energia Nova Eólica	11.765,56	0,1%
12º Leilão	Energia Nova Hidrica	5.749,45	0,1%
13º Leilão	Energia Existente Hidrica	704.467,30	6,9%
ITAIPU		1.946.182,04	19,1%
PROINFA		202.306,58	2,0%
ANGRA		349.230,58	3,4%
COTAS GARANTIA FISICA		39.019,42	0,4%
BILATERAIS		717.968,05	7,0%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO		663.722,38	6,5%
TOTAL		10.228.714,25	100,0%

(*) Não auditado

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração;

35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

O risco cambial está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2014 não há nenhum montante indexado ao dólar exceto a expectativa de exposição cambial que está sendo tratada no tópico de análise de sensibilidade a seguir:

I. Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	31/12/2014	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	2,6562	237.358	296.698	356.037
Fornecedores (Itaipu Binacional)	2,6562	79.693	99.616	119.540
Passivo Líquido Exposto		317.051	396.314	475.577
Efeito Líquido da Variação Cambial			79.263	158.526

35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.715	42.715	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	27.446	6.686	20.760	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	437.166	308.217	-	-	128.949
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	46.998	46.998	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.546.936	-	-	1.546.936	-
		2.101.261	404.616	20.760	1.546.936	128.949
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20	602.120	131.453	14.044	78.390	378.233
Fornecedores	17	392.409	392.409	-	-	-
		994.529	523.862	14.044	78.390	378.233

35.1.6. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita

financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A Companhia desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2014 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2014. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20					
Banco Máxima		IPCA	30.739	32.734	33.898	35.061
FIDC IV		IPCA	17.998	18.374	18.766	19.158
FIDC VI		CDI	37.635	37.947	38.791	39.320
CEF II		CDI	9.333	9.518	9.718	9.918
CEF III		CDI	12.500	12.689	12.890	13.115
Santander		CDI	7.431	7.577	7.888	8.050
Eletrobras - RGR		Sem Risco	30.818	30.818	30.818	30.818
			146.454	149.657	152.769	155.440
Exposição Líquida			(146.454)	(149.657)	(152.769)	(155.440)
Efeito esperado no Resultado				(3.203)	(6.315)	(8.986)

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus passivos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS7. Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

35.1.7. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	42.715	42.715
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	27.446	27.446
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	437.166	437.166
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	46.998	46.998
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.546.936	1.546.936
Total		2.101.261	2.101.261
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	20	383.812	602.120
Fornecedores	17	392.409	392.409
Total		776.221	994.529

36. SEGUROS

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado com a TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., contrato 9947698, e tem vigência de 11/04/2014 à 11/04/2015. O valor do ativo segurado é de R\$64.071 e o valor do prêmio é de R\$150.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 . Revisão Tarifária Extraordinária da Distribuição

A Diretoria da ANEEL deliberou dia 27 de fevereiro de 2015 a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE de 58 Concessionárias de distribuição, estando a Companhia inserida nesse processo.

A metodologia empregada na RTE foi discutida por meio da Audiência Pública 7/2015 e teve por objetivo reposicionar os dois itens em que havia maior distanciamento entre os custos efetivos e a cobertura tarifária: a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e os custos com compra de energia.

Com relação à CDE, houve elevação substancial da cota para o exercício de 2015, o que motivou a necessidade de reconhecer a cobertura tarifária compatível com as cotas homologadas.

No que se refere à compra de energia, o efeito mais representativo foi a variação dos custos de Itaipu. A energia dessa usina é alocada na forma de cotas às distribuidoras que atuam nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As tarifas a serem aplicadas por Itaipu em 2015 foram reajustadas em 46%, em dólar (Resolução Homologatória 1.836/2014), sendo que o principal motivo para a variação da tarifa de Itaipu foi o cenário hidrológico adverso de 2014. Outro fator que contribuiu para elevação dos custos com compra de energia foi o resultado dos últimos leilões de ajuste de 05 de dezembro de 2014 e 15 de janeiro de 2015. Esses leilões contribuíram para reduzir a exposição involuntária das distribuidoras, mas o custo médio da contratação foi superior ao preço médio de compra de energia definido nos reajustes de 2014, ocorrendo o reposicionamento em razão da RTE.

Nesse sentido, através da Resolução Homologatória Nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015 ficou estabelecido pela ANEEL o Reajuste Tarifário extraordinária da Companhia, com efeitos no período de 02 março até 24 de outubro de 2015. O efeito percebido pelos consumidores depende do subgrupo, posto, modalidade tarifária e classe de consumo ao qual cada consumidor pertence.

Para os consumidores da Companhia, o efeito médio foi de 21,87%, sendo 19,40% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e 26,57% para alta tensão (Cativos + Livres) em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). O percentual da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE - sobre a Receita da Distribuidora foi na ordem de 22,90%.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS
Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

JÚLIO HOFER
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO
Diretor

RODRIGO GOMES WALLAU
Contador CRCRS 70484

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica S.A. - CEEE D (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras² e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 21.3 às demonstrações financeiras, a Companhia através da Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletrocee concede aos seus empregados planos de previdência complementar, os quais são denominados CEEEPREV e Plano Único. Este último é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido, e recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e participante. Em 31 de dezembro de 2014 este plano apresentava déficit atuarial no montante de R\$ 130.140 mil (2013 – R\$ 122.719 mil), calculado com base no método de crédito unitário

projetado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu uma provisão para fazer frente ao referido passivo atuarial no montante de R\$ 65.070 mil (2013 – R\$ 61.359 mil), equivalente a 50% do déficit atuarial apurado nesta data (“paridade”). Entendemos que, para fins de reconhecimento contábil do saldo passivo decorrente de déficit atuarial, este somente poderia ser registrado contabilmente limitado a razão de 50%, nos termos da Lei Complementar no 108/2001, se o saldo do déficit atuarial calculado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados estivesse equacionado mediante acordo aprovado entre as partes (patrocinadora e participante). Dessa forma, o passivo está apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior no montante de R\$ 65.070 mil (2013 – R\$ 61.360 mil) em 31 de dezembro de 2014 e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$ 5.317 mil (2013 – R\$ 21.202 mil), líquido dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica S.A. - CEEE D em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Chamamos a atenção para as Notas 1.1 e 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que o Contrato de Concessão no. 081/99 firmado pela Companhia junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 25 de outubro de 1999 tem término previsto para o mês de julho de 2015. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia, conforme prerrogativa ofertada pela MP 579/12, posteriormente convertida em Lei 12.783/13, homologou junto a ANEEL o seu pedido para a renovação da concessão do direito de exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos. A Companhia, na data de emissão deste relatório de auditoria, não possui qualquer manifestação clara e objetiva por parte do poder concedente que evidencie a renovação do referido contrato de concessão. No entanto, a administração recebeu na data de 9 de janeiro de 2015, Ofício encaminhado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitando a elaboração e apresentação até o dia 5 de abril de 2015 de um Plano de resultados de curto e médio prazo para aperfeiçoamento da prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, e por esse motivo no entendimento e na expectativa da administração, esse é um movimento que demonstra que a agência tem expectativa de uma possível intenção do poder concedente em prorrogar ou renovar a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia vem apurando sucessivos prejuízos e em 31 de dezembro de 2014 apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 355.098 mil. O sucesso do plano da administração, descrito na Nota 1.4, com o objetivo de recuperar a rentabilidade das operações e equalizar a estrutura de capital circulante da Companhia e a renovação do mencionado Contrato de Concessão são fundamentais para a manutenção do regime normal de operações da Companhia, do contrário essas situações suscitam dúvida substancial sobre a sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelo efeito do

assunto descrito no paragrafo “Base para opinião com ressalva”, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RS



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, exceto quanto à ressalva apontada, conforme o conteúdo da nota explicativa nº 21.3.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS
Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

JÚLIO HOFER
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, corroboradas a ressalva e a ênfase contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Vinícius Gomes Wu
Presidente do Conselho Fiscal

Vlândia Viana Regis
Conselheira

Flávio José Helmann da Silva
Conselheiro

Antonio Paulo Pereira Astrana
Conselheiro

Marcelo Roberto Model Nepomuceno
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2014, encerrado em 31 de dezembro de 2014, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Artur José de Lemos Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Paulo de Tarso.Pinheiro Machado

Ademir Baretta

Cristiano Roberto Tatsch

Daniel Vargas de Farias

Carlos Antônio Burigo

Sidney do Lago Júnior

Vicente José Rauber

**Companhia Estadual de Energia
Elétrica Participações
CEEE - Par**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

DEZEMBRO 2014

**Conforme as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e as Normas
Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)**

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório da Administração	
Relatório da Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstração dos Resultados	7
Demonstração dos Resultados Abrangentes	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas	10
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	96
Declaração dos Diretores	99
Parecer do Conselho Fiscal	101
Manifestação do Conselho de Administração	102

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração (RA) e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os desafios do Setor Elétrico Nacional foram acentuados no ano de 2014, sendo o segundo ano após as alterações do arcabouço regulatório trazidas pela Lei Federal nº 12.783/13.

Nesse contexto de transição normativa, o ano foi caracterizado por uma série de novos regramentos regulatórios buscando dar maior estabilidade ao Setor Elétrico, o qual segue muito impactado pelos eventos climáticos extremos, em especial o regime hidrológico adverso, assim como pelo comportamento retraído da economia nacional.

Quanto aos nossos resultados econômicos e financeiros de 2014 da controlada CEEE-GT, seguimos trilhando com afinco o planejamento traçado após a renovação dos contratos de concessão de Geração 025/2000 e de Transmissão 055/2001.

Para CEEE-D, seguimos o nosso planejamento, com foco no 4º ciclo de revisão tarifária, que se inicia em outubro de 2016, alicerçados nos investimentos prudentes que estão sendo realizados, de modo a incrementar nossa base de ativos remunerados.

A CEEE-D é fruto de uma longa história de contribuição ao desenvolvimento da infraestrutura do Rio Grande do Sul e, durante essa trajetória, vem construindo, ao lado do Estado Brasileiro, o crescimento sócio econômico sustentável do País. Essa é nossa força que nos levará a superar os desafios que se apresentam, na certeza da renovação de nosso Contrato de Concessão por mais 30 anos.

Precisamos, dentro do que é gerenciável pela Administração, reduzir ainda mais nossos custos operacionais, equilibrando a equação dos investimentos com custos eficientes.

Nesse plano, a certeza para os próximos anos é de uma melhoria contínua do desempenho econômico e financeiro das empresas com a manutenção da qualidade e da confiabilidade na prestação do serviço, focando na excelência operacional e disciplina na gestão financeira.

2. PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR é a empresa controladora "holding" do Grupo CEEE que possui a controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, e a controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE ocorrido em 2006.

A CEEE-PAR tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

O Estado do Rio Grande do Sul detém, obrigatoriamente, a propriedade de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia, bem como o poder direto de gestão e, somente poderá alienar, ceder, vincular, gravar ou dar em garantia qualquer de suas ações, observado o limite mínimo acima fixado, na forma, nos limites e para os fins dispostos na legislação estadual pertinente. Deverá também manter o controle acionário e o poder direto da gestão das controladas, conservando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos respectivos capitais sociais. Atualmente a participação do Estado na CEEE-Par é de 99,9% do capital social.

2. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par encerrou o exercício de 2014 com um prejuízo de R\$478,2 milhões. Este resultado deve-se exclusivamente ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos nas suas controladas, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, que foram, respectivamente, R\$280,1 e R\$445,2 milhões negativos. Para obtenção do montante registrado a título de resultado de equivalência patrimonial, foi aplicado o percentual de 65,92% no resultado das investidas, percentual este condizente com a participação da CEEE-Par em ambas as controladas, ajustando-se o valor inicialmente registrado nos investimentos.

No que se refere aos resultados da Controlada CEEE-D, o resultado do exercício de 2014 foi um prejuízo de R\$445,3 milhões, representando um aumento de 94,81% em relação ao prejuízo de R\$ 228,5 milhões do exercício de 2013. Os principais fatores que influenciaram o resultado foram o custo com a energia comprada, a constituição de provisões e a retração do resultado financeiro. O custo com a energia comprada apresentou aumento de 19,89%, decorrente da elevação do preço da energia – PLD - no mercado de curto prazo e pelo acionamento das usinas térmicas devido às condições hidro-energéticas desfavoráveis. As despesas operacionais apresentaram um aumento de 11,22% devido, principalmente, pela constituição da provisão para devedores duvidosos para os créditos de Energia Livre. Além da questão operacional, contribuiu para o prejuízo do exercício a retração de 101,51% no resultado financeiro da Companhia comparativamente ao exercício de 2013, devido à queda do valor justo dos títulos disponíveis para venda, NTN-B's.

A Controlada CEEE-GT apresentou em 2014 um prejuízo de R\$280,0 milhões, representando um aumento de 46,43% se comparado ao exercício de 2013 que foi de R\$191,3 milhões. O resultado está bastante influenciado pela redução da Receita Operacional Bruta, principalmente do segmento de Geração. Os custos de energia comprada, embora menores que o exercício anterior, permaneceram elevados, comprometendo a receita operacional líquida da Companhia. A necessidade de compra de energia está relacionada às usinas da CEEE GT que tiveram as concessões prorrogadas em 2012, pois a totalidade de suas garantias físicas de energia e potência foi alocada compulsoriamente, na forma de cotas para as distribuidoras. A partir dessa alocação de energia, criou-se a necessidade de comprar energia para recomposição de lastro, considerando os contratos de suprimento negociados no Ambiente de Comercialização Livre, sendo que esse custo foi potencializado em função da situação hidrológica adversa desse exercício. Outro fator que impactou o resultado do exercício foi o aumento das despesas operacionais, devido, principalmente pela constituição da provisão para devedores duvidosos relativos à energia livre.

3. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2013, no valor de R\$40,2 mil.

O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, com uma carga mínima de 269 horas/ano, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2014, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$41,4 mil.

A Auditoria Independente da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$448,6 mil e uma carga de 2.908 horas/ano) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica Participações – CEEE – GT (valor de R\$421,8 mil e uma carga de 2.734 horas/ano), que são empresas controladas pela CEEE – Par.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO BALAU CALAZANS

Diretor

JULIO HOFER

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

Balancos Patrimoniais

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	-	-	116.687	103.377
Investimentos em Títulos do Governo	10	-	-	522.393	1.375.355
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	-	-	357.409	335.154
Tributos a Recuperar	7	-	-	70.159	54.349
Estoques	8	-	-	21.531	22.649
Ativo Financeiro da Concessão	13	-	-	18.712	14.331
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNi	13	-	-	222.634	260.435
Ativo Financeiro Setorial Líquido	11	-	-	203.527	5.506
Outros Créditos a Receber	9	-	-	210.476	289.286
		-	-	1.743.528	2.460.442
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	-	-	129.211	289.506
Tributos a Recuperar	7	-	-	14.043	18.815
Aplicações Financeiras	5	-	-	34.892	158.389
Depósitos Judiciais	12	-	-	122.208	159.976
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNi	13	-	-	-	151.920
Ativo Financeiro da Concessão	13	-	-	1.879.912	1.423.769
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15	-	-	52.362	79.380
Outros Créditos a Receber	9	-	-	455.522	445.008
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	14	-	-	53.229	77.571
Investimentos	15	1.009.739	1.479.122	560.957	386.915
Imobilizado	16	-	-	577.627	545.230
Intangíveis	17	-	-	105.653	113.643
		1.009.739	1.479.122	3.985.616	3.850.122
TOTAL DO ATIVO		1.009.739	1.479.122	5.729.144	6.310.564

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	18	-	-	513.887	484.470
Obrigações Trabalhistas	19	-	-	79.494	82.641
Obrigações Fiscais	20	-	-	152.135	169.487
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	-	-	356.299	299.360
Provisão para Benefícios a Empregados	22	-	-	166.550	146.641
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	-	-	93.412	161.997
Obrigações da Concessão	23	-	-	190.677	171.029
Outros Passivos	26	-	-	185.909	164.272
		-	-	1.738.363	1.679.897
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	-	-	464.476	511.887
Provisão para Benefícios a Empregados	22	-	-	1.302.201	1.258.483
Obrigações Fiscais	20	-	-	111.210	27.676
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	-	-	342.106	305.055
Obrigações da Concessão	23	-	-	19.826	17.663
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25	-	-	97.351	117.817
Outros Passivos	26	-	-	115.723	115.447
		-	-	2.452.893	2.354.028
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	27.1.1	319.803	319.803	319.803	319.803
Reserva de Incentivos Fiscais		1.846.659	1.846.659	1.846.659	1.846.659
Reserva de Lucros		23.063	23.063	23.063	23.063
Outros Resultados Abrangentes	27.1.2	(210.242)	(206.574)	(210.242)	(206.574)
Prejuízos Acumulados		(969.544)	(503.829)	(969.544)	(503.829)
		1.009.739	1.479.122	1.009.739	1.479.122
Participação dos não controladores		-	-	528.149	797.517
		1.009.739	1.479.122	1.537.888	2.276.639
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.009.739	1.479.122	5.729.144	6.310.564

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	3.482.237	2.987.463
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		-	-	(3.616.619)	(3.253.679)
Custo com Energia Elétrica	29	-	-	(2.289.443)	(2.142.159)
Custo de Operação	30	-	-	(1.327.176)	(1.111.520)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		-	-	(134.382)	(266.216)
Despesas Operacionais		-	-	(761.827)	(524.257)
Despesas com Vendas	30	-	-	(27.092)	(23.243)
Despesas Gerais e Administrativas	30	-	-	(143.546)	(185.224)
Outras Despesas Operacionais	30	-	-	(591.189)	(315.790)
Outras Receitas	31	-	-	65.425	109.215
Outras Despesas	31	-	-	(65.587)	(18.842)
RESULTADO DO SERVIÇO		-	-	(896.371)	(700.100)
Resultado de Participações Societárias		(478.219)	(276.803)	33.862	54.294
Receita/Despesa Financeira	32	-	-	97.660	198.331
Resultado Operacional		(478.219)	(276.803)	(764.849)	(447.475)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(478.219)	(276.803)	(764.849)	(447.475)
Imposto de Renda Corrente	33	-	-	(2.263)	-
Imposto de Renda Diferido	33	-	-	35.129	22.476
Contribuição Social Corrente	33	-	-	(822)	-
Contribuição Social Diferida	33	-	-	6.760	8.092
Participação dos Não Controladores		-	-	247.436	142.082
PREJUÍZO DO PERÍODO		(478.219)	(276.803)	(726.045)	(416.907)
Atribuído a Sócios Não Controladores		-	-	247.826	140.104
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		(478.219)	(276.803)	(478.219)	(276.803)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
PREJUÍZO DO PERÍODO		(478.219)	(276.803)	(726.045)	(416.907)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		4.583	68.862	6.953	104.462
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	22.631	(375.223)	34.331	(569.210)
Venda de Títulos do Governo	10	31.410	(11.390)	47.648	(17.279)
Ganho/Perda Atuarial		(31.084)	324.025	(47.154)	491.543
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(18.374)	131.450	(27.872)	199.408
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(473.636)	(207.941)	(719.092)	(312.445)
Atribuído ao Acionista da Empresa Controladora		-	-	(473.637)	(207.941)
Atribuído aos Acionistas da Empresa Não Controladora		-	-	(245.455)	(104.504)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA					Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes		
SALDOS EM 31/12/2012	319.803	1.846.659	23.063	(245.467)	(262.994)	898.918	2.579.982
Prejuízo do Período	-	-	-	(276.803)	-	(140.104)	(416.907)
Reversão por prescrição	-	-	-	(408)	-	(212)	(620)
	-	-	-	(408)	-	(212)	(620)
Outros resultados abrangentes							
Variação Líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(386.614)	(199.873)	(586.487)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	131.450	67.956	199.406
Registro do Ganho Atuarial	-	-	-	-	324.024	167.519	491.543
	-	-	-	-	68.860	35.602	104.462
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	18.849	(18.849)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	6.409	3.313	9.722
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	18.849	(12.440)	3.313	9.722
SALDOS EM 31/12/2013 (não auditado)	319.803	1.846.659	23.063	(503.829)	(206.574)	797.517	2.276.639
Prejuízo do Período	-	-	-	(478.219)	-	(247.826)	(726.045)
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	(29.047)	(29.047)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	2.937	2.937
Outros resultados abrangentes							
Variação Líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	54.041	27.938	81.979
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(18.373)	(9.499)	(27.872)
Registro da Perda Atuarial	-	-	-	-	(31.084)	(16.070)	(47.154)
	-	-	-	-	4.584	2.369	6.953
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	12.504	(12.504)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	4.252	2.199	6.451
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	12.504	(8.252)	2.199	6.451
SALDOS EM 31/12/2014	319.803	1.846.659	23.063	(969.544)	(210.241)	528.149	1.537.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				não auditado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do Período	(478.219)	(276.803)	(726.045)	(416.907)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	-	-	59.051	52.719
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante	-	-	-	5.173
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	-	-	93.733	100.986
Resultado de Equivalência Patrimonial	478.219	276.803	(33.862)	(54.294)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	-	-	105.103	135.537
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	-	-	117.485	95.334
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	-	210.472	36.204
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	(41.889)	(30.568)
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	-	-	376.142	409.080
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	-	-	(139.576)	(108.015)
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	-	-	(50.000)
Outros	-	-	1.396	(3.172)
CAIXA APLICADO NAS OPERAÇÕES	-	-	22.010	172.077
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	-	-	886.505	212.727
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(47.208)	65.671
Contas a receber	-	-	(20.743)	(5.390)
Tributos a Recuperar	-	-	(11.038)	(21.088)
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	-	123.497	(7.418)
Estoques	-	-	1.118	(2.150)
Investimentos em Títulos do Governo	-	-	1.074.517	(107.468)
Contas de Resultado a Compensar -CRC	-	-	-	785.990
Depósitos Judiciais	-	-	36.880	5.709
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	-	-	189.721	263.473
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	27.018	(79.380)
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	(378.773)	(484.340)
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA	-	-	(198.021)	(4.674)
Outros Créditos a Receber	-	-	89.524	(133.751)
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	13	(62.457)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	-	-	(97.983)	(144.638)
Fornecedores	-	-	24.160	99.406
Obrigações Trabalhistas	-	-	(3.147)	2.602
Obrigações Fiscais	-	-	66.182	85.634
Provisão para Benefícios a Empregados	-	-	(136.031)	(148.135)
Obrigações da Concessão	-	-	21.811	4.962
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	-	-	(99.658)	(86.503)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	21.423	(209.128)
Outros Passivos	-	-	7.277	106.524
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	-	-	810.532	240.166
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	-	-	(719.351)	(436.179)
Aumento/Redução de Investimentos	-	-	(187.403)	(137.312)
Aumento/Redução de Ativo Biológico	-	-	-	39.477
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(481.637)	(333.895)
Aquisição de Ativo Intangível	-	-	(50.311)	(4.449)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamentos	-	-	(77.871)	(11.465)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	283.982	283.120
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	-	-	(305.048)	(263.769)
Pagamento de Encargos de Dívidas	-	-	(56.805)	(30.816)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	13.310	(207.478)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	103.377	310.855
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	116.687	103.377

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, rege-se por estatuto, bem como pela legislação aplicável.

A CEEE-Par tem por objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos, como prestar serviços de consultoria dentro de sua área de atuação, no Brasil ou no exterior, exercer atividades relacionadas direta ou indiretamente com seu objeto social e utilizar a infraestrutura das suas controladas para a prestação de serviços, visando à produção de outras receitas.

As atividades da CEEE-Par serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas controladas ou subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou, ainda, por empresas das quais participa a CEEE-Par, suas controladas ou subsidiárias, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

A CEEE-Par poderá também, participar de consórcios ou de sociedades com empresas privadas ou públicas, constituídas para o fim de desenvolver atividades que guardem identidade com as definidas em seu objeto social.

Atualmente a CEEE-Par exerce suas atividades por intermédio de suas empresas controladas, atuando nos principais segmentos de negócio dentro do setor elétrico nacional. Na geração e na transmissão, sua atuação se dá através da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, assim como no segmento de distribuição, a CEEE-Par exerce suas atividades através da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

Empresas Controladas	31/12/2014	31/12/2013
1 – Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	65,92%	65,92%
2 – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	65,92%	65,92%

1.1. Das Concessões

A Companhia possui o direito de explorar indiretamente, as seguintes concessões e autorizações:

1.1.1 Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro possibilitando a renovação antecipada dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de

operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Em atendimento à legislação, em 04/12/2012, a Companhia firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos.

A Usina de Itaúba ainda não foi alcançada pelo conteúdo da Lei 12.783/13, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão disponibilizando sua energia para o regime de cotas.

Foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Contrato de Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí/Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí/ Salto do Jacuí/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz/Canela/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí/ Ernestina/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui/Passo Fundo/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita/Erval Seco/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia/Santa Maria do Herval/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa/Três de Maio/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz/São Francisco de Paula/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha/Maximiliano de Almeida/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho/Eugênio de Castro/RS	25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas. Assim, nos termos das Portarias publicadas pela União, ficou delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, sendo que, em paralelo, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões, em especial no que se refere à indenização dos investimentos ainda não depreciados inerentes as usinas renovadas. Vide nota explicativa nº16.2.

1.1.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.1.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica enquadradas pela MP 579, ficando delineado o montante de R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, para indenização das instalações não depreciadas, posteriores a maio de 2000, relacionadas ao contrato de Concessão nº 055/2001. Essas instalações são usualmente denominadas RBNI. Vide nota explicativa nº 13.2.5.

Ainda, no que tange as instalações não depreciadas anteriores a maio de 2000, usualmente denominada RBSE, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente. Outras informações complementares estão disponíveis na nota explicativa nº 9.9.

Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/13), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042. O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.1.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Companhia firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que

requerida pela Companhia até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.1.3. Concessões de Distribuição

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,60 milhões de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O vencimento do contrato de concessão está previsto para julho de 2015, sendo que, em 15 de outubro de 2012, conforme prerrogativa ofertada pela MP nº 579/12, a CEEE-D protocolou seu pedido de renovação da concessão por mais 30 anos. Apesar da Companhia ainda não ter recebido nenhuma manifestação clara e objetiva por parte do poder concedente que evidencie a renovação do referido contrato de concessão, a Companhia recebeu Ofício da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), datado de 9 de janeiro de 2015, solicitando a elaboração e apresentação até o 5 de abril de 2015 de um plano de resultados de curto e médio prazo para aperfeiçoamento da prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, e por esse motivo, no entendimento e na expectativa da administração, esse é um movimento que demonstra que a Agência tem expectativa de uma possível intenção do poder concedente em prorrogar ou renovar a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1.1.3.1. Tarifas de Distribuição

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e receitas irre recuperáveis (inadimplência regulatória).

Parcela "A"	Parcela "B"
Encargos Setoriais	Receita Irrecuperável
Taxa de Fiscalização - TFSEE	Despesas de Manutenção
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	Pessoal
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	Material
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	Serviços de Terceiros
Operador Nacional do Sistema (NOS)	Outras Despesas
Encargos de Transmissão	Despesas de Capital
Compra de Energia para Revenda	Cotas de Depreciação
	Remuneração do Capital

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa de energia elétrica deve garantir o fornecimento de energia com qualidade e assegurar aos prestadores dos serviços receitas suficientes para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores residenciais e os de baixa renda). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.2. Aspectos Regulatórios 2014

1.2.1. 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 081/1999

Em 10 de dezembro de 2014 a ANEEL e a CEEE-D assinaram o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão 081/1999 cujo objeto é incluir um dispositivo que garanta que os valores registrados na Conta de Compensação de Variação dos Itens da “Parcela A” – CVA e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados.

A partir da assinatura do referido aditivo, os ativos e passivos regulatórios passaram ser qualificados como financeiros e foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. (Vide notas explicativas nº 4.37 e nº 11).

1.2.2. Distribuição - Reajuste Tarifário Anual – Dezembro 2014

A ANEEL, através da Resolução Homologatória Nº 1.834/2014, aprovou o reajuste tarifário anual da controlada CEEE-D, o qual terá vigência no período de 25 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2015.

O efeito médio para todos os consumidores da Companhia foi de um aumento de 23,51%, sendo 22,39% para baixa tensão em média - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e 25,60% para alta tensão em média – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). Já o índice de reajuste tarifário sobre a receita da distribuidora foi na ordem de 28,28%.

1.3. Programa de Recuperação Financeira – PRF – Plano de Qualidade do Serviço

Considerando o atual contexto econômico do Setor Elétrico, adicionalmente agravado pela situação hidrológica desfavorável, que elevou o preço da Energia no Mercado de Curto Prazo, entre 2013 e 2014, houveram impactos severos na Companhia e na sua estrutura de capital circulante.

Em 2014, o somatório desses fatores determinou especial atenção ao Programa de Recuperação Financeira – PRF, no qual a Administração estabeleceu uma série de ações, cujo objetivo é reforçar a capacidade operacional da CEEE-D.

Aqui, pertinente registrar que, no início do exercício de 2015, a ANEEL solicitou um Plano de Melhoria dos Resultados dos Indicadores Técnicos e Financeiros (em elaboração), a ser encaminhado oportunamente até abril do corrente. Referido Plano reforça o compromisso quanto à aderência dos indicadores financeiros e técnicos da Distribuição aos níveis Regulatórios.

No que concerne ao PRF, as ações se fundam em uma atuação institucional direcionada de forma contundente aos eventos que proporcionem incremento da receita operacional e redução de custos gerenciáveis (Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO).

No que tange às ações de incremento da receita destacam-se a retomada da capacidade de investimento da Companhia através dos recursos captados junto a instituições de fomento internacional tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, assim como junto aos agentes de financiamento nacionais, especialmente o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, totalizando aproximadamente R\$776 milhões de reais. No mesmo sentido, os recursos derivados do processo judicial referente à Conta de Resultados a Compensar – CRC, liquidado no exercício de 2012, contribuem decisivamente nesta recuperação.

Todo o volume desses investimentos está direcionado para a base de remuneração regulatória, buscando incremento da parcela B da Companhia e por sua vez um crescimento da receita operacional, com foco no 4º Ciclo de Revisão Tarifária que se inicia em Outubro de 2016.

Quanto à retração dos custos operacionais gerenciáveis (PMSO), ajustes orçamentários mandatórios, combinados com medidas organizacionais no sentido de racionalizar os gastos serão acentuados no exercício de 2015, buscando equilibrar a equação econômico e financeira com a qualidade do serviço.

1.4. Medida Provisória nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973/2014

Em 11 de novembro de 2013 o Poder Executivo Federal editou a Medida Provisória - MP nº 627, a qual foi convertida na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A norma modifica a legislação tributária nacional, e, dentre outras alterações, revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941/2009.



Os dispositivos da MP têm vigência a partir do ano-calendário de 2015, podendo, a critério dos contribuintes, terem os efeitos de sua aplicação antecipados a partir do ano-calendário de 2014.

A Companhia decidiu pela aplicabilidade das disposições da Lei nº 12.973/2014 a partir do ano-calendário de 2015.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

2.1. Geração e Transmissão

A Companhia possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos. Estas atividades não são relevantes para operação da Companhia.

2.2. Distribuição

A Companhia possui quatro hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

Desde a década de 1960 a CEEE produz postes de madeira preservada para a sustentação de suas redes elétricas. Em 2012 foi iniciado o processo de discussão pela empresa sobre a manutenção das atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Os aspectos abordados foram os custos de produção, as questões regulatórias, vantagens e desvantagens do uso de postes de madeira, aspectos técnicos de projeto de rede, entre outros. Em 2013 após a conclusão do trabalho, a Administração decidiu pela alienação das florestas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

Em 2014, o IASB emitiu uma revisão do IAS 27 permitindo que as entidades adotem tanto o método de custo quanto o de equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos. A referida revisão deve ser aplicada retrospectivamente, de acordo com as regras do IAS 8, a partir de janeiro de 2016. Até a revisão desse pronunciamento, a única divergência com relação às normas internacionais aplicáveis à Companhia correspondia à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, cuja prática não estava prevista nas IFRS. De modo a eliminar a mencionada inconsistência entre as práticas contábeis brasileiras e internacionais, a Companhia está considerando a adoção antecipada da referida norma, cuja aplicação não resultará em nenhum ajuste retrospectivo em seu balanço patrimonial e demonstração de resultado apresentado nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras compreendem:

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

a) Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* - IFRS, IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com

as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 23/03/2015.

3.1.3. Base de Mensuração

3.1.3.1. Geração e Transmissão

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3.1. Distribuição

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.4. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, e são suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem às seguintes questões:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações de compra e venda de energia elétrica na CCEE;

- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Ativo Financeiro da Concessão;
- VIII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- IX. Vida Útil do Ativo Imobilizado;
- X. Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada;
- XI. Ativo e Passivo Financeiro Setorial.

3.3. Procedimento de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam as informações da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT consolidada com suas controladas Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-GT.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas “Participação de acionista não controlador” e “Lucro atribuído ao acionista não controlador”.

Para o exercício de 2013, exclusivamente para fins de comparabilidade, foram elaboradas Demonstrações Financeiras Consolidadas pro forma da controlada CEEE-GT. Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas da CEEE-Par para o exercício de 2013 foram reapresentadas considerando os ajustes pro forma da controlada e os efeitos dos ajustes estão demonstrados no seguinte quadro:

CONSOLIDADO 31/12/2013			
	Publicado	Ajustes pro forma * não auditado	Reapresentado não auditado
Balanco Patrimonial			
Ativo Circulante	2.460.787	(345)	2.460.442
Ativo Não Circulante	3.693.729	156.393	3.850.122
	6.154.516	156.048	6.310.564
Passivo Circulante	1.658.848	21.049	1.679.897
Passivo Não Circulante	2.251.854	102.174	2.354.028
Patrimônio Líquido	1.479.122	-	1.479.122
Participação dos Não Controladores	764.692	32.825	797.517
	6.154.516	156.048	6.310.564
CONSOLIDADO 31/12/2013			
	Publicado	Ajustes pro forma * não auditado	Reapresentado não auditado
Demonstração do Resultado do Exercício			
Receita Operacional Líquida	2.967.046	20.417	2.987.463
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.236.434)	(17.245)	(3.253.679)
Resultado Operacional Bruto	(269.388)	3.172	(266.216)
Despesas Operacionais	(524.212)	(45)	(524.257)
Outras Receitas	109.215	-	109.215
Outras Despesas	(18.842)	-	(18.842)
Resultado do Serviço	(703.227)	3.127	(700.100)
Resultado de Participações Societárias	54.295	(1)	54.294
Receita(Despesa) Financeira	198.457	(126)	198.331
Resultado Antes do IR e CS	(450.475)	3.000	(447.475)
IR e CS	30.568	-	30.568
Prejuízo do Período	(419.907)	3.000	(416.907)
Atribuído a Sócios Não Controladores	143.104	(3.000)	140.104
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(276.803)	-	(276.803)

* Os saldos ilustram os ajustes pro forma, meramente para efeito comparativo, referentes aos saldos contábeis da CEEE-GT consolidados com sua controlada TESB em 31/12/2013.

Essas demonstrações financeiras consolidadas pro forma não devem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos ou quaisquer outros fins societários que não sejam de proporcionar informações comparativas sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando tornarem-se parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

É desreconhecido um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

Os ativos e passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais as controladas têm a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo. Mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponível para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Compreendem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios, suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede, bem como as vendas de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionários e permissionários.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

4.7.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.7.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante, almoxarifado de manutenção e administrativos, e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente, são avaliados os itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A

quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

4.11. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática.

4.12. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.13. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)

O Contrato de Concessão é reconhecido como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, convertida na Lei Nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP Nº 579/2012 trouxe o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Companhia ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012, através da Nota Técnica ANEEL Nº 374 de 16 de outubro de 2012.

4.14. Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura. As novas instalações integradas após a renovação da concessão em 2012 serão reconhecidas como novo Ativo Financeiro. O contrato de concessão de transmissão 080/2002, vigente até 2032, é reconhecido como Ativo Financeiro.

O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

4.15. Investimentos

4.15.1. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4.15.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.15.3. Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em participações em Coligadas - goodwill

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) deve estar contido no saldo contábil do investimento a ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

4.16. Imobilizado

O Imobilizado reconhece os ativos do segmento de Geração a custo atribuído e os bens da Administração mantidos a custo histórico.

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Inclui também os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.17. Intangível

Na controlada CEEE-D, incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão >= 69kv)	2,70%
Condutor (Tensão < 69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza. A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.18. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura à serviço da concessão.

4.19. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

4.19.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.19.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.20. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.21. Valor Justo

- I. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

- II. Ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.22. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.23. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

As provisões são reconhecidas quando as Controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.24. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.25. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente quando apurado é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R\$240 anuais e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente. Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas

que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.26. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, “etc”. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia, através de suas controladas, possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis para as controladas ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/12 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais, tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.27. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração das Controladas, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.28. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. Na controlada CEEE-D, o faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.29. Reconhecimento da Receita

4.29.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são



pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a Medida Provisória 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2012, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.29.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela CEEE GT. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Companhia na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

4.29.3. Receita de Fornecimento da Distribuição

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.29.4. Receita não Faturada da Distribuição

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.29.5. Receita de Construção

As Controladas reconhecem a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.30. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's, originárias do processo de liquidação judicial nº 2006.71.00.047783-2, CRC.

4.31. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.32. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício,

quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

4.33. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.34. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia.

A Controlada CEEE-GT, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

Para a Controlada CEEE-D, a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

4.35. Questões Ambientais

As Controladas capitalizam gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados à questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.36. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.37. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Pronunciamentos aplicáveis a Companhia a partir de 01/01/2014

A deliberação CVM 732 de 09 de dezembro de 2014 aprovou o OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata do reconhecimento de determinados ativos e passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica. A referida deliberação versa sobre os impactos decorrentes das alterações nos contratos de concessão e permissão das distribuidoras de energia elétrica promovidas pelo Poder Concedente, que inclui, nos referidos contratos, dispositivo garantindo que valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA e Outros Componentes Financeiros sejam incorporados na base de indenização prevista no caso de extinção, por qualquer motivo, da concessão ou permissão.

Em novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes,

quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros componentes financeiros.

O aditamento aos contratos de concessão e permissão representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão das concessionárias e permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador e que, até então, eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos. A partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devem ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica de forma prospectiva.

Em decorrência aprovação da Orientação Técnica OCPC 08 a partir de 1º de janeiro de 2014 e da assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014 a CEEE-D passou a reconhecer determinados ativos e passivos setoriais, para apresentação destas demonstrações financeiras.

Esses ativos e passivos setoriais têm origem no mecanismo de definição tarifária que podem apresentar diferenças temporais entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essa diferença é um direito ou uma obrigação, perfeitos e acabados, decorrentes de uma obrigação de performance totalmente completada (energia efetivamente entregue para os seus clientes), devendo a ANEEL, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão, tão somente operacionalizar o seu recebimento ou pagamento, conforme o caso. Além disso, há outros componentes financeiros oriundos da atividade de distribuição e que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (*joint operation*)
A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3 – Combinação de negócios, aplique os princípios desse IFRS, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que conflitam com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em eventuais aquisições de operações conjuntas.

- Revisão do IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações contábeis individuais
A alteração permite que uma Entidade prepare suas demonstrações contábeis individuais considerando os investimentos em subsidiárias, empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e associadas tanto ao método de custo, de acordo com o IFRS 9 – Instrumentos financeiros, como utilizando o método de equivalência patrimonial conforme descrito no IAS 28 – Investimento em associada. Tendo em vista que esse procedimento já está previsto através das práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia já avalia os seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial. Conforme anteriormente mencionado, a aplicação antecipada desse pronunciamento elimina a única divergência aplicável à Companhia entre as normas contábeis brasileiras e internacionais. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxos de caixa decorrentes das vendas. A Companhia está avaliando a eventual aplicação da norma às suas transações.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como de alguns contratos de compra ou venda de itens não-financeiros, com a finalidade de apresentar informações úteis e relevantes para a avaliação de valores, períodos e incertezas no fluxo de caixa futuro da entidade. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Alterações às IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização, alterações às IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas, e alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;

Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013
			não auditado
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		69.084	36.127
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - SIAC/BANRISUL	35	16.716	67.250
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - CDB Especial		30.887	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		116.687	103.377
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo - SIAC/BANRISUL	35	6.686	6.038
Aplicações Financeiras Vinculadas		4.771	98.237
Quotas Subordinadas - FIDC		23.435	54.114
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		34.892	158.389

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$69.084 (R\$36.127 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

O valor de R\$16.716 (R\$67.250 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$30.887 no ativo circulante refere-se a aplicações financeiras das controladas classificadas em CDB Especial, resgatáveis a qualquer tempo e remuneradas com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$34.892 (R\$158.389 em 31 de dezembro de 2013) no ativo não circulante refere-se ao principal e à remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e as relativas à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Os saldos compõem-se de:

CONSOLIDADO						
Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2014	31/12/2013	
						não auditado
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	203.312	100.644	129.529	433.485	401.907
Suprimento de Energia		21.999	-	-	21.999	37.779
Encargo de Uso da Rede		34.881	-	-	34.881	25.775
Permissonárias		162	-	-	162	106
Parcelamentos	6.2	29.136	1.390	26.170	56.696	50.817
Energia de Curto Prazo - CCEE	6.3	8.866	-	-	8.866	8.998
Títulos de Crédito a Receber		344	-	-	344	326
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	6.4	-	-	-	(199.024)	(190.554)
		298.700	102.034	155.699	357.409	335.154
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	128.949	-	-	128.949	120.647
Títulos de Crédito a Receber		262	-	-	262	153
Comercialização de Energia CCEE - Energia Livre	6.5	-	-	-	-	168.706
		129.211	-	-	129.211	289.506

6.1. Consumidores

	CONSOLIDADO				
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2014	31/12/2013
					não auditado
Residencial	96.662	38.160	37.477	172.299	150.910
Industrial	20.432	21.327	13.693	55.452	56.676
Comercial Serviços e Outras Atividades	69.388	21.775	11.166	102.329	100.098
Rural	8.782	5.102	247	14.131	16.067
Poder Público	77	13.458	38.684	52.219	43.458
Iluminação Pública	946	718	28.139	29.803	28.159
Serviço Público	7.025	104	123	7.252	6.539
Total	203.312	100.644	129.529	433.485	401.907

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$56.696 (R\$50.817 em 31 de dezembro de 2013) no circulante e R\$128.949 (R\$120.647 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$8.866 (R\$8.998 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

6.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos compõem-se de:

	Saldo 31/12/2013	Adições	Exclusões	31/12/2014
CONSUMIDORES POR CLASSE	não auditado			
Residencial	49.074	2.859	-	51.933
Industrial	8.938	-	(3.615)	5.323
Comercial Serviços e Outras Atividades	10.396	-	(1.113)	9.283
Rural	1.636	65	-	1.701
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	61.133	5.565	-	66.698
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos	50.165	-	-	50.165
Diversos	9.212	4.709	-	13.921
Total	190.554	13.198	(4.728)	199.024

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias e valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foram efetuadas análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

6.5. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE- Energia Livre

Durante o período de racionamento de energia, ocorrido entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002, vigorou a redução de consumo de energia elétrica imposta pelo PERCEE (Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica) nos submercados Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e, parcialmente, no submercado Norte. Em maio de 2001 foi efetuado o Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual foram estabelecidos os compromissos de repasse da parcela de energia pelas Concessionárias Distribuidoras às Geradoras.

Nessa vertente, a Nota Técnica nº 001/2003 e a Resolução nº 36/2003, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prescreveram as parcelas da chamada “Energia Livre” pertencentes às empresas geradoras e distribuidoras que recorreram ao então denominado Mercado Atacadista de Energia (MAE), atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante o período do racionamento e que foram impactadas pela redução da geração de energia elétrica das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 10.438/2002, estando a Companhia inserida neste contexto de energia a receber.

Adicionalmente, o artigo 9º, §1º, da Resolução nº 36/2003 dispõe que o repasse de energia livre está condicionado à solução de controvérsias contratuais e normativas e à eliminação de eventuais litígios judiciais ou extrajudiciais, em conformidade com o art.4º §13 da Lei nº 10.438/2002. Neste cenário, em 2002, a então Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE (empresa antecessora da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT) ajuizou a ação nº 2002.34.00.036038-5, processo CEEE nº 3.494/2002, que tem por objetivo a declaração de nulidade do item IV do Despacho ANEEL nº 288 no que

tange ao alívio de exposição dos quotistas de Itaipu localizados na região Sul. Também foram impetradas as ações judiciais nº 2002.61.00.026519-4 e nº 2002.61.00.029736-5, processo CEEE nº 3.555/2002, contra a ANEEL e o MAE, que buscam a suspensão do andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22/11/2002.

Em março de 2004, a Resolução ANEEL nº 45 atualizou o percentual da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) referente à Energia Livre e o percentual que cabe a cada agente, até que, em 2010, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.517, o qual fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras. No item V do referido despacho a ANEEL informa que os montantes pertencentes à CEEE devem ser registrados contabilmente como direito ou obrigação das distribuidoras, conforme o caso, e atualizados monetariamente até serem solucionados os litígios judiciais.

Considerando o atual contexto econômico e financeiro vivenciado pelas Distribuidoras do Setor Elétrico Nacional, em especial frente ao momento de excepcionalidade referente ao regime hidrológico, a Companhia constituiu provisão desses créditos, a partir da análise dos devedores.

	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Saldo Inicial	194.168	194.934
Atualização	7.520	6.844
Provisão Perdas	(201.688)	(33.072)
Saldo Final	-	168.706

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE		
PIS/COFINS a Compensar	5	119
ICMS a Compensar	15.741	13.573
IRPJ e CSLL a Compensar	53.050	39.244
INSS a Compensar	454	460
Outros Créditos a Compensar	909	953
Total	70.159	54.349
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar	14.038	15.711
PIS/COFINS a Compensar	2	3.100
IRPJ e CSLL a Compensar	1	2
Outros Créditos a Compensar	2	2
Total	14.043	18.815

A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Estoque de Operação	22.594	23.864
(-) Provisão para Perdas	(1.063)	(1.215)
Total	21.531	22.649

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
			não auditado
CIRCULANTE			
Programa RELUZ	9.1 / 34	1.178	15.596
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	1.235	16.867
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	23.521	18.874
Adiantamento a Fornecedores/Empregados		3.128	3.599
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4 / 34	9.926	8.679
Aluguel de Postes/Serviços Prestados		12.970	9.368
Cedência de Funcionários	34	917	723
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC.....	9.5	35.198	29.835
Subvenção CDE - PLT	34	1.833	2.751
CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição.....	34	-	8.877
CDE Decreto 7.945/2013 – Exposição Involuntária	34	-	1.782
CDE Decreto 7.945/2013 – CVA Energia	34	-	94.374
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9.6 / 34	26.290	52.579
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014	9.7 / 34	54.058	-
Investimento	9.8	8.149	10.967
Custos a Reembolsar.....		10.829	6.131
Outros Devedores		21.244	8.284
Total		210.476	289.286
NÃO CIRCULANTE			
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	9.9	415.022	415.022
Outros Devedores		40.500	29.986
Total		455.522	445.008

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$1.178 (R\$15.596 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.



9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$1.235 (R\$16.867 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$23.521 (R\$18.874 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$9.926 (R\$8.679 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC IV e FIDC VI

O valor de R\$35.198 (R\$29.835 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao montante retido, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras.

9.6. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de dezembro de 2013 a setembro de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

9.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Eletrobras à CEEE-D, no período de competência de dezembro de 2014 a setembro de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

9.8. Investimento

O valor de R\$8.149 (R\$10.967 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a dividendos declarados pelas investidas, compostos da seguinte forma: Etau R\$14, Chapecoense R\$2.140, Complexo Eólico Povo Novo R\$17, Ceran R\$2.676 e Enercan R\$3.318 (vide nota explicativa nº 15).

9.9. Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

O montante de R\$415.022 refere-se ao valor residual dos ativos de transmissão de energia elétrica pertencentes à Rede Básica Existente em 31 de maio de 2000, também denominada RBSE, classificados conforme Resoluções ANEEL nº 166/2000 e nº 167/2000. Nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, em seu §2º, art. 15º, a União irá indenizar os ativos de RBSE ainda não depreciados ou amortizados, com pagamento em 30 anos, corrigida por IPCA.

Na sequência deste processo de indenização dos ativos vinculados à RBSE, a ANEEL divulgou a Resolução Normativa Nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definindo os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. Nesse sentido, considerando os comandos da Resolução ANEEL, a CEEE-GT, em 27 de dezembro de 2013, enviou ao órgão regulador o cronograma para realização do laudo de avaliação que irá valorar esses ativos considerando o critério de valor novo de reposição.

A Companhia mantém seu ativo pelo valor histórico residual dos bens pertencentes à RBSE, o qual poderá sofrer alterações até sua homologação final.

10. INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO GOVERNO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE		
Investimentos em Títulos do Governo	522.393	1.375.355
	<u>522.393</u>	<u>1.375.355</u>

10.1 Descrição

O saldo de R\$522.393 (R\$1.375.355 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à liquidação judicial do processo Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012 a Companhia, por intermédio de suas controladas, firmou um Termo de Acordo com a União, homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, liquidando uma lide que perdurou aproximadamente 20 anos. O acordo foi firmado junto a Advocacia Geral da União - AGU, com autorização do Ministério de Minas e Energia - MME e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás.

Nesse contexto as Controladas obtiveram um valor a receber de R\$3.023.261 inerente à Conta de Resultados a Compensar – CRC, apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos fiscais da Companhia junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$116.426. Assim, no tocante aos créditos da CRC, o valor R\$2.906.835 na data base de 31 de dezembro de 2011, foram pagos pela União em três parcelas (tranches), mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.



Em 09/02/2012 e 18/12/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira e a segunda tranche para a Companhia no valor de R\$1.382.252 e de R\$989.044, correspondentes a 614.819 e 344.692 NTN-B, respectivamente. Em 17/12/2013, a terceira e última tranche foi transferida.

10.2 Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, as Controladas haviam classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B “NTN-B”.

O Termo de Acordo, estabeleceu a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto, o recebimento por parte das Controladas da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrasetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás, no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 as Controladas efetivaram a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas, reclassificando o ativo financeiro para a categoria de disponível para venda.

As Controladas consideraram as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- A intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas as Controladas não possuem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.
- As NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3 Formas de atualização das NTN-BS

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Adicionalmente, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados pró-rata-die).

O saldo de CRC a receber está indexado ao futuro recebimento de NTN-Bs conforme termos do acordo firmado, desta forma, está atualizado com base no valor nominal das NTN-Bs atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior). A Concessionária tem direito aos juros remuneratórios de 6% a.a., a partir da efetiva transferência da titularidade.

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4 Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-BS estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	CONSOLIDADO				
	Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita (Despesa) financeira	Impostos
Posição em 31/12/2013	1.375.355	8.187	(91.540)	-	-
Realização	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Atualização pela taxa efetiva	139.576	-	-	139.576	-
Valorização do valor justo	34.331	-	34.331	-	-
Venda do ativo financeiro	(968.279)	-	47.648	(47.648)	-
Juros Recebidos	(58.590)	-	-	-	-
Efeito tributário	-	13.536	(27.872)	-	17.636
Posição em 31/12/2014	522.393	21.723	(37.433)	91.928	17.636

11. ATIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O valor de R\$203.527 (R\$5.506 em 31 de dezembro de 2013) refere-se às variações positivas de itens da Parcela A na CEEE-D e na CEEE-GT corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. (Vide notas explicativas nº 1.2 e 4.37)

	2014	2013 não auditado
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	64	-
Quota ESS e PROINFA	26	-
CVA - Período 26/10/2012 a 25/10/2013 em compensação	90	-
Energia Elétrica Comprada	111.666	-
Transporte Itaipu	160	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	10.575	-
Quota CDE	9.679	-
Quota ESS e PROINFA	2.875	-
CVA - Período 26/10/2013 a 25/10/2014 em compensação	134.955	-
Energia Elétrica Comprada	82.272	-
Transporte Itaipu	711	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	5.538	-
Quota CDE	5.842	-
Quota ESS e PROINFA	782	-
CVA - Período 05/12/2014 a 25/10/2015 a recuperar no IRT 2015	95.145	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais a recuperar no IRT 2015	1.550	-
Subtotal - Itens da Parcela A	231.740	-
Sobrecontratação - Nota Técnica 360/2014	40.936	-
Diferencial Eletro nuclear - Nota Técnica 360/2014	8.422	-
Ajuste CVA Energia 2013 - Nota Técnica 360/2014	4.522	-
Subtotal - Demais Ativos Regulatórios	53.880	-
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	5.474	5.506
Subtotal - Outros	5.474	5.506
SubTotal	291.094	5.506
CDE	1	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	9	-
CVA - Período 26/10/2012 a 25/10/2013 em compensação	10	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	58.148	-
CVA - Período 26/10/2013 a 25/10/2014 em compensação	58.148	-
Energia Elétrica Comprada	1.323	-
Tarifa de Uso Sistema de Transmissão Rede Básica	5.400	-
Quota ESS e Transporte Itaipu	12.280	-
CVA - Período 05/12/2014 a 25/10/2015 a recuperar no IRT 2015	19.003	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais a recuperar no IRT 2015	898	-
Subtotal - Itens da Parcela A	78.059	-
Exposição Submercados - Nota Técnica 360/2014	5.349	-
Penalidade Universalização - Nota Técnica 360/2014	94	-
Neutralidade dos Encargos Setoriais - Nota Técnica 360/2014	4.065	-
SubTotal	87.567	-
Total	203.527	5.506

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$122.208 (R\$159.976 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. Vide nota explicativa nº 24.

13. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Distribuição e Transmissão:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CEEE - D	1.546.936	1.250.350
CEEE - GT	351.688	187.750
Total	1.898.624	1.438.100

	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Circulante	18.712	14.331
Não Circulante	1.879.912	1.423.769
Total	1.898.624	1.438.100

13.1. Ativo Financeiro – Controlada CEEE-D

A movimentação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro	Ativo Intangível	Total dos Ativos Financeiro e Intangível
Saldo em 31 de Dezembro 2013	1.250.350	82.216	1.332.566
Adições.....	245.555	5.310	250.865
Atualização*.....	51.031	-	51.031
Amortização.....	-	(54.581)	(54.581)
Saldo em 31 de Dezembro 2014	1.546.936	32.945	1.579.881

*Atualização pelo índice IGP-M.

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta a Companhia sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

- a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/13, a Companhia confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012.

13.2. Ativo Financeiro – Controlada CEEE-GT

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Circulante	18.712	14.331
Não Circulante	332.976	173.419
Total	351.688	187.750

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Companhia obtém remuneração do capital investido.

Com base no Contrato de Concessão nº 080/2002 e no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infraestrutura construída é recuperada por meio da RAP (Receita Anual Permitida), a qual contempla os seguintes valores:

- I. receita para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M) da infra-estrutura vinculada aos contratos de concessão; e
- II. receita para amortização do capital investido na infra-estrutura a serviço da concessão. Esta parcela de receita é definida mediante a metodologia do WACC (*weighted average cost of capital*), a qual estabelece a remuneração mínima para o investimento realizado.

No caso de extinção da concessão, os bens reversíveis e classificados no ativo financeiro, ainda não amortizados pela RAP, serão indenizados pelo poder concedente ou por outro órgão por ele delegado para tal atribuição.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$207.946, é composto por R\$49.457, referente aos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 080/2002 e por R\$158.489, referente aos bens das obras em curso pertencentes às instalações abrangidas no Contrato de Concessão nº 055/2001 e seu Primeiro Aditivo. O registro é

demonstrado por seu valor líquido, deduzido da perda por valor recuperável para aquelas obras em curso que ainda não possuem Resolução Autorizativa emitida pela Aneel, uma vez que ainda não há homologação de receita para indenização destes investimentos em andamento.

13.2.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão

	CONSOLIDADO			
	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Contrato 001/2011 TESB	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (não auditado)	77.939	47.820	61.991	187.750
(+) Receita de Construção (Adições).....	91.884	-	83.146	175.030
(+) Receita Financeira.....	-	16.495	-	16.495
(-) Perda de Valor recuperável.....	(11.334)	-	(1.395)	(12.729)
(-) Amortização do período.....	-	(14.858)	-	(14.858)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	158.489	49.457	143.742	351.688
Em 31 de Dezembro de 2014 - Circulante	-	14.644	4.068	18.712
Em 31 de Dezembro de 2014 - Não Circulante	158.489	34.813	139.674	332.976

O Contrato de Concessão 001/2011 da Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB ainda não se encontra em fase operacional, dessa forma, não há receita de O&M (operação e manutenção) ou amortização do ativo financeiro. A Receita Anual Permitida – RAP prevista na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014 de 24 de junho de 2014 é de R\$25.449.

13.2.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13.2.3 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição e transmissão.

Na CEEE-D as obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Companhia quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 1.1.2.1).

13.2.4. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.

III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária.

IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.

V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.

VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Companhia apura anualmente, ao final do exercício, o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

13.2.5. Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI

O montante de R\$222.634 (R\$260.435 em 31 de dezembro de 2013) no ativo circulante e de R\$151.920 em 31 de dezembro de 2013 no ativo não circulante refere-se à indenização dos empreendimentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL após 31 de maio de 2000, denominados de Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, para o contrato de concessão nº 055/2001, conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013. O valor de indenização foi divulgado através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, cujo recebimento será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano, segundo o que estabelece o Artigo 4º da referida Portaria Interministerial.

14. BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO E RENDA

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Ativo não Circulante Mantido para Venda	39.041	62.728
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda	5.075	5.115
(-) Amortização Acumulada	(1.203)	(588)
Outros	16.800	16.800
(-) Amortização Acumulada	(6.484)	(6.484)
	<u>53.229</u>	<u>77.571</u>

14.1. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos das Controladas. Contempla também as florestas de propriedade da Companhia no montante de R\$39.041, que antes eram classificadas como Ativo Biológico, atendendo aos pré-requisitos do CPC 29/IAS 41. A Administração manifestou interesse pela venda destas florestas, assim as mesmas atendem os pré-requisitos de classificação conforme o CPC 31- Ativo Não Circulante Mantido para Venda.

14.2. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pelas Controladas no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

15. INVESTIMENTOS

15.1 Controladas

Refere-se à participação da CEEE-Par na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e na Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, com o percentual de 65,92% no capital social de cada Controlada.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de Geração e Transmissão, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006.

Já a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D é uma empresa organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. Esta mesma AGE aprovou o tratamento das variações patrimoniais previstos na Proposta e Justificação de Cisão de que os resultados e as variações patrimoniais que sejam atribuídas à atividade de distribuição de energia elétrica entre o Balanço Base de Cisão (30 de setembro de 2006) e a data de 30 de novembro de 2006 foram registrados na CEEE-D.

15.1.1. Saldos de Controladas

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	58.010	337.073
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	951.729	1.142.049
	<u>1.009.739</u>	<u>1.479.122</u>

15.2. Principais Informações de Controladas

	CEEE-D		CEEE-GT		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	816.901	1.045.580	946.158	1.429.535		
Ativo Não Circulante	2.145.264	1.952.002	2.071.935	1.898.120		
Passivo Circulante	1.171.999	1.212.085	585.895	482.485		
Passivo Não Circulante	1.702.157	1.274.156	982.319	1.079.872		
Patrimônio líquido	88.009	511.341	1.443.754	1.732.473		
Participação dos Não Controladores	-	-	6.125	32.825		
Resultado do exercício	(445.282)	(228.571)	(280.173)	(191.336)		
Participação dos Não Controladores	-	-	(590)	3.000		
% de participação	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%		
Saldo do investimento no início do período	337.073	441.316	1.142.049	1.239.748	1.479.122	1.681.064
Realização dos tributos diferidos sobre avaliação patrimonial na investida	-	-	4.252	6.409	4.252	6.409
Reconhecimento do ajuste de exercícios anteriores na investida	-	-	-	-	-	-
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda na investida	17.411	(164.220)	36.630	(222.394)	54.041	(386.614)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes na investida	(5.923)	55.837	(12.450)	75.613	(18.373)	131.450
Registro do Ganho/Perda Atuarial	2.978	154.814	(34.062)	169.210	(31.084)	324.024
Recursos Destinados a Aumento de Capital (Reversão por Prescrição)	-	-	-	(408)	-	(408)
Resultado de equivalência patrimonial	(293.529)	(150.674)	(184.690)	(126.129)	(478.220)	(276.803)
Saldo do investimento no final do período	58.010	337.073	951.729	1.142.049	1.009.739	1.479.122

15.3. Investimentos CEEE-GT

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
		não auditado
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	558.233	384.191
Avaliadas pelo método de custo	2.724	2.724
	560.957	386.915

15.3.1. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial da Controlada CEEE-GT

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
Controladas				
TESB	60.000.000	88,49%	24.515.000	0,02%
Ventos de Curupira	10.000	99,99%	-	0,00%
Ventos de Povo Novo	10.000	99,99%	-	0,00%
Ventos de Vera Cruz	10.000	99,99%	-	0,00%
Coligadas				
FOTE	23.215.000	49,00%	10.000	49,00%
TSLE	280.000.000	49,00%	34.010.000	49,00%
Ceran	510.000.000	30,00%	510.000.000	30,00%
TPAE	20.350.000	20,00%	20.350.000	20,00%
Jaguari	17.680.000	10,50%	17.680.000	10,50%
Etau	34.895.364	10,00%	34.895.364	10,00%
Palmares	114.116.000	10,00%	114.116.000	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701.000	10,00%	88.701.000	10,00%
Ventos do Litoral	102.901.000	10,00%	102.901.000	10,00%
Ventos do Sul	140.964.000	10,00%	-	0,00%
Chapecoense	714.509.342	9,00%	714.509.342	9,00%
Enercan	388.787.000	6,51%	388.787.000	6,51%



15.3.2. Controladas da CEEE-GT

15.3.2.1. Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A. e a Zhejiang United Engineering CO Ltda, constituíram uma sociedade limitada, sob a denominação Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda – TESB.

A Sociedade tem como objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestando mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão das seguintes Linhas e Subestações pelo prazo de 30 anos:

- LT 230Kv, com extensão aproximada de 12Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Porto Alegre 8;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Porto Alegre 9 e término na subestação Nova Santa Rita;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 29Km, com origem na subestação Campo Bom e término na subestação Taquara;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 19Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Porto Alegre 13;
- LT 230Kv, com extensão aproximada de 13Km, com origem na subestação Restinga e término na subestação Viamão 3;
- SE Porto Alegre 12;
- SE Viamão 3;
- SE Candelária 2; e
- SE Porto Alegre 13.

A composição acionária originária foi assim estabelecida: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 40%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 40% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 20%.

Em julho de 2012, em virtude da subscrição do capital a ser integralizado, as sócias Procable Energia e Telecomunicações S.A., detentora de 40% das quotas e a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda detentora de 40% das quotas, cederam e transferiram cada uma 3%, totalizando 6% de cessão e transferência de cotas de capital subscrito e não integralizado para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 37%, Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 26%.

Em março de 2013, a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu, 27% das cotas não integralizadas para a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, passando para a seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 10%, Zhejiang United Engineering CO Ltda – 37% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 53% do capital subscrito.

Ainda em 2013, a sócia Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT recebeu transferências de cotas da seguinte forma:

- a sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A. cedeu e transferiu gratuitamente 9,2% das cotas, correspondendo a 5.520.000 cotas. As cotas cedidas pela sócia Procable correspondem a 1.830.000 cotas de capital integralizado e 3.690.000 cotas de capital não integralizado.
- a sócia Zhejiang Isigma United Engineering CO Ltda cedeu e transferiu 28,2% das cotas, correspondendo a 16.920.000 cotas, gerando uma contrapartida de R\$16.920 cujo pagamento se dará mediante condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes (vide nota explicativa nº 24.4).

Com as transferências, a TESB passa ter seguinte composição acionária: Procable Energia e Telecomunicações S.A – 0,8%, Zhejiang Insigma United Engineering CO Ltda – 8,8% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – 90,4% do capital subscrito.

A transferência de controle acionário estava condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

No encerramento do exercício de 2013 a participação da CEEE-GT no capital da TESB, considerando as cotas integralizadas era de 0,02%.

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu através da Resolução Autorizativa nº 4.495 de 21 de janeiro a transferência do Controle Acionário da TESB para CEEE-GT. Em 25 de janeiro foi efetivada a integralização de capital, passando a participação acionária da CEEE-GT no empreendimento para 88,49% do capital integralizado.

15.3.2.2. Complexo Eólico Povo Novo

O complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande – RS sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 55MW.

Em 05 de fevereiro de 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou Despacho nº 276 habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013 referente a empreendimentos de energia eólica. A CEEE GT participa de 3 consórcios vencedores relativo ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira cuja potencia instalada é de 25MW;
- Consórcio Povo Novo formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo cuja potencia instalada é de 7,5MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Vera Cruz cuja potencia instalada é de 22,5MW;

O conjunto de investimentos ocorrerá em 2014 e 2015, uma vez que o início da operação comercial do empreendimento deverá ocorrer até 01/01/2016.

Em 26 de fevereiro de 2014 foram constituídas a Ventos de Povo Novo S.A, Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A cujo capital social subscrito em cada empresa foi de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

15.3.3. Coligadas da CEEE-GT

15.3.3.1. Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE

Em novembro de 2013, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A, constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A – FOTE, com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LOTE I – Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A;
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C1;
- LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó, C2;
- SE 230/138 kV Pinhalzinho, 3 x 150 MVA; e
- SE 230/138 kV Santa Maria 3, 2 x 83 MVA (novo pátio)



Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor total de R\$30.345 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 15 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A - FOTE em R\$23.205 com a subscrição de 23.205.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

15.3.3.2. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram uma sociedade anônima fechada, sob a denominação Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A com a seguinte composição acionária: Eletrosul – 51% e CEEE-GT – 49%.

A Sociedade tem como objetivo a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração sob o regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio das seguintes Linhas e Subestações:

- LT Nova Santa Rita, com extensão aproximada de 281Km, com origem na SE Nova Santa Rita e término na SE Campo Novo;
- LT Povo Novo - Marmeleiro, com extensão aproximada de 154Km, com origem na SE Povo Novo e término na SE Marmeleiro;
- LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, com extensão aproximada de 52Km, com origem na SE Marmeleiro e término na SE Santa Vitória do Palmar;
- SE 525/230 kV Povo Novo;
- SE 525kV Marmeleiro;
- SE 525/138 kV Santa Vitória do Palmar; e
- Instalações de Transmissão de Rede Básica na SE Povo Novo.

Em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC no valor total de R\$498.500 na proporção de 49% para a CEEE-GT e de 51% para a Eletrosul. Tendo em vista os adiantamentos para futuro aumento de capital aprovados e realizados pelos acionistas, em 11 de dezembro de 2014 foi autorizado o aumento do capital social da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE em R\$245.990 com a subscrição de 245.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

15.3.3.3. Companhia Energética Rio das Antas – CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a terceira unidade geradora.

15.3.3.4. Transmissora Porto Alegrense Ltda – TPAE

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT juntamente com a Procable Energia e Telecomunicações S.A constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE com a seguinte composição acionária: Procable – 80% e– CEEE-GT – 20%.

Transmissora Porto Alegrense de Energia Ltda - TPAE venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme memorando de entendimentos firmado entre as partes, a CEEE-GT seria responsável pela operação e manutenção do empreendimento, pelas licenças ambientais, e pelas revisões de acompanhamento técnico e de fiscalização da obra e a Procable seria responsável pela preparação do projeto básico e executivo do empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A CEEE-GT e a Procable, em conjunto, são responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do empreendimento.

A TPAE iniciou sua operação comercial em 21 de novembro de 2013.

15.3.3.5 Jaguari Energética S.A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Companhia reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Companhia caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Companhia não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos do reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos.

15.3.3.6. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à linha de transmissão Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas. A construção da linha de transmissão foi iniciada ao longo do exercício de 2002 e foi concluída em 1º de setembro de 2005. A Companhia tem participação de 10% na ETAU.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.3.3.7. Parques Eólicos Palmares S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$890.



A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul/RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.3.3.8. Ventos da Lagoa Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$687.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3 em 22 de maio de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.3.3.9. Ventos do Litoral Energia S.A

Em 23 de abril de 2013 a CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Litoral Energia S.A, para a entrada da CEEE-GT nestas sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$11.516 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$507.

A empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3 com capacidade total de geração de 50MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3 em 10 de novembro de 2012.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

15.3.3.10. Ventos do Sul Energia S.A

Em 15 de dezembro de 2014 a CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A, para a entrada da CEEE-GT nesta sociedade no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R\$35.000 em 15 de dezembro de 2014. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando em 31/12/2014 R\$18.174.

A empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Osório/RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios com capacidade total de geração de 150MW.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado como o excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade está disposto abaixo:

	31/12/2014
Contraprestação Efetivamente Transferida	35.000
Valor justo líquido reconhecido de ativos identificáveis e de passivos da entidade	168.264
Ativos Circulantes	80.879
Ativos não Circulantes	422.459
Passivos Circulantes	(98.623)
Passivos não Circulantes	(236.451)
Valor justo líquido (Participação de 10%)	(16.826)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	18.174

15.3.3.11 Chapecoense Geração S.A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapecoense Geração S.A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S.A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público - UBP.

15.3.3.12. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial considerando que a CEEE-GT possui membros no conselho de administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e nas decisões sobre dividendos e distribuições.

A investida foi ressalvada no relatório de seus auditores independentes por não registrar em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos da utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado considerando o prazo de concessão. As taxas de depreciação estão de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL).

15.3.4. Informações Financeiras das Investidas da CEEE-GT

	31/12/2014					
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressaltados pelo auditor
Controladas						
TESB	50.053	53.225	-	53.225	(5.124)	-
Ventos de Curupira	10.000	41	-	41	40	-
Ventos de Povo Novo	10.000	14	-	14	5	-
Ventos de Vera Cruz	10.000	30	-	30	27	-
Coligadas						
FOTE	23.215	28.663	-	28.663	57	-
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	280.000	283.223	-	283.223	2.817	-
Ceran	470.875	612.726	-	612.726	37.559	-
Transmissora Porto Alegrense de Energia - TP AE	20.350	18.495	-	18.495	(4.894)	-
Jaguari	17.680	16.114	(4.255)	11.859	1.505	-
Etau	34.895	84.449	-	84.449	14.799	-
Palmares	114.116	141.781	-	141.781	4.617	-
Ventos da Lagoa	88.701	102.554	-	102.554	1.483	-
Ventos do Litoral	102.901	112.348	-	112.348	658	-
Ventos do Sul	140.964	165.457	-	165.457	23.008	-
Chapecoense	714.509	1.043.614	(152.308)	911.306	100.114	(28.507)
Enercan	388.787	898.456	(59.018)	839.438	98.449	3.333

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas Demonstrações Financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes

15.3.5. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2013	Aumento de Capital	Ganho (perda)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2014
Controladas						
TESB	5	44.288	-	2.807	-	47.100
Ventos de Curupira	-	10	-	40	(9)	41
Ventos de Povo Novo	-	10	-	5	(1)	14
Ventos de Vera Cruz	-	10	-	27	(6)	31
Coligadas						
FOTE	5	13.120	-	28	-	13.153
Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE	16.864	120.535	-	1.380	-	138.779
Ceran	185.426	-	-	11.268	(12.877)	183.817
Transmissora Porto Alegrense de Energia - TP AE	4.886	-	-	(1.188)	-	3.698
Jaguari	1.087	-	-	159	-	1.246
Etau	9.765	-	-	1.480	(2.800)	8.445
Palmares	13.716	-	-	462	-	14.178
Ventos da Lagoa	10.107	-	-	149	-	10.256
Ventos do Litoral	11.169	-	-	66	-	11.235
Ventos do Sul	-	35.000	(18.174)	(358)	-	16.468
Chapecoense	77.712	-	-	6.446	(2.140)	82.018
Enercan	51.370	-	-	6.629	(3.319)	54.680
Ágio Parques Eólicos	2.084	-	-	-	-	2.084
Ágio Ventos do Sul	-	18.174	-	-	-	18.174
	384.196	231.147	(18.174)	29.400	(21.152)	605.417

15.3.6. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.160	2.160
Piratini Energia S.A.....	10	10
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	908	908
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(354)
	<u>2.724</u>	<u>2.724</u>

15.3.6.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação equivalente a 49.519 ações no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- Eletrosul.

15.3.6.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S.A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

15.3.7. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
		não auditado
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE	52.362	79.380
	<u>52.362</u>	<u>79.380</u>

16. IMOBILIZADO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
		não auditado
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	201.681	206.898
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	375.946	338.332
	<u>577.627</u>	<u>545.230</u>

16.1. Imobilizado – Controlada CEEE-D

		31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2014
Em Serviço	CUSTO	78.235	-	(488)	973	171	78.891
	Terrenos	3.318	-	-	-	-	3.318
	Edificações	11.684	-	-	-	-	11.684
	Máquinas e Equipamentos	13.351	-	(169)	45	50	13.277
	Veículos	43.348	-	(31)	848	140	44.305
	Móveis e Utensílios	6.534	-	(288)	80	(19)	6.307
	DEPRECIÇÃO	(50.862)	(6.865)	996	(2)	(243)	(56.976)
	Edificações	(9.675)	(138)	-	-	-	(9.813)
	Máquinas e Equipamentos	(7.066)	(1.855)	720	(2)	294	(7.909)
	Veículos	(29.577)	(4.599)	36	-	(564)	(34.704)
	Móveis e Utensílios	(4.544)	(273)	240	-	27	(4.550)
Em Curso	CUSTO	98.509	192.314	-	(183.666)	1.827	108.984
	Contas em Curso	98.509	192.314	-	(183.666)	1.827	108.984
Fora do Escopo do ICPC 01	Fora do Escopo do ICPC 01	100.196	(5.671)	(195.233)	182.693	764	82.749
	Depreciação	(19.180)	(1.301)	8.496	2	16	(11.967)
	Total	206.898	178.477	(186.229)	-	2.535	201.681

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, não sendo os mesmos objetos do contrato de concessão e, por consequência, não abrangidos pela aplicação do ICPC 01 / IFRIC 12 (Contratos de Concessão). Estes ativos são adquiridos já fabricados e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, de forma que seu registro contábil não contempla valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento.

O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$108.984 é composto por valores registrados das obras em andamento não alcançadas pelo escopo do ICPC01/IFRIC12 (Contratos de Concessão) e por materiais armazenados que ainda não entraram em operação, os quais perfazem o montante de R\$89.331.

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75% ao ano.

16.2. Imobilizado – Controlada CEEE-GT

		CONSOLIDADO				
	CUSTO	31/12/2013 não auditado	Adições	Baixas	Transferências	Outros
		1.575.112	-	(5.946)	33.910	310
EM SERVIÇO	Barragens	765.546	-	(1)	17.685	-
	Terrenos	16.299	-	-	790	(789)
	Edificações	120.140	-	(10)	270	1
	Máquinas e Equipamentos	656.291	-	(5.902)	14.674	1.047
	Veículos	12.445	-	-	449	50
	Móveis e Utensílios	4.391	-	(33)	42	1
	DEPRECIACÃO	(1.302.943)	(31.551)	4.810	-	(748)
	Barragens	(634.759)	(12.352)	1	-	-
	Edificações	(102.538)	(3.514)	10	-	13
	Máquinas e Equipamentos	(549.533)	(15.570)	4.767	-	(784)
EM CURSO	Veículos	(12.388)	(40)	-	-	-
	Móveis e Utensílios	(3.725)	(75)	32	-	23
	CUSTO	65.207	146.537	(109.782)	(33.910)	34.193
FORA DO ESCOPO DO ICPC 01	Fora do Escopo da Concessão	19.090	-	-	-	-
	Depreciação	(18.134)	(160)	-	-	(49)
	Total	338.332	114.826	(110.918)	-	33.706

O Ativo imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados no alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e do apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Companhia, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

As taxas de depreciação utilizadas levam em consideração a vida útil econômica dos bens e estão em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL Nº 367, de 02 de junho de 2009, e suas alterações posteriores impostas pela Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.

- Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A partir do encerramento do exercício de 2010 a CEEE GT passou a adotar os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais – IFRS. Para os valores de suas usinas de geração a Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Na adoção do custo atribuído foram considerados os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e aceita pelo mercado como adequada.

- Renovação do contrato de Concessão 025/2000

Em referência à matéria que trata da prorrogação das concessões, o Ministério de Minas e Energia, em 01 de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial Nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória Nº 579, posteriormente convertida na Lei Nº 12.783/2013 a qual não reconheceu originalmente valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT com vencimento da concessão em 2015. Diante deste arcabouço legal, a Companhia providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao Contrato de Concessão Nº 025/2000, com

exceção dos ativos pertencentes à usina geradora de Itaúba, com vencimento da concessão em 2021, outras usinas que a CEEE GT detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração.

Na sequência, em 30/11/2012, o Decreto Nº 7.850, em seu art. 2º, determinou que, até 31 de dezembro de 2013 as informações complementares para mensuração da indenização, excetuados o projeto básico dos empreendimentos de Geração das usinas renovadas, fossem encaminhadas à ANEEL para identificação do valor indenizável daqueles bens ainda não depreciados ou amortizados. Como forma de atendimento a esse dispositivo legal, a Companhia protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no prazo estipulado, correspondência relatando a existência de investimentos após o projeto básico pendentes de indenização. Ainda nessa esteira, em 19 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa Nº 596, a qual estabeleceu os critérios e procedimentos para o cálculo da parcela de investimentos relacionados aos bens reversíveis, ainda não depreciados ou não amortizados de que trata o art. 2º do Decreto Nº 7.850/2012.

No que se refere a remuneração dos novos investimentos que forem realizados nas Usinas de Geração renovadas, a ANEEL, em 16 de dezembro de 2014, editou a Resolução Normativa Nº 642, disciplinando os procedimentos de regulação tarifária – PRORET para esses ativos.

17. INTANGÍVEIS

	CONSOLIDADO		
	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	39.591	622.736	662.327
Transferência para Ativo Financeiro	1.285		
Aquisições	44.888	5.311	50.199
Outros	(1.984)		
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	83.780	628.047	711.827
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(8.164)	(540.520)	(548.684)
Amortização do Período	(2.908)	(54.582)	(57.490)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(11.072)	(595.102)	(606.174)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	31.427	82.216	113.643
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	72.708	32.945	105.653

*A controlada CEEE-D revisitou a bifurcação dos seus Ativos entre Intangível e Financeiro em função da adoção do VNR - Valor Novo de Reposição e adoção da Resolução Normativa ANEEL 474/2012, que dispõe da alteração das novas taxas de depreciação dos Ativos Elétricos.

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Controlada através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A controlada CEEE D amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada

bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

18. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Encargos de Uso da Rede	21.191	14.475
Energia Elétrica Comprada para Revenda	298.209	268.100
Materiais e Serviços	107.281	93.320
Energia de Curto Prazo - CCEE	29.349	56.608
Retenção Contratual	57.857	51.967
Total	513.887	484.470

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	57.171	60.005
Retenções sobre a Folha de Pagamento	22.100	22.342
Prêmio Assiduidade	223	294
Total	79.494	82.641

O valor de R\$22.100 (R\$22.342 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	26.303	106.059
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	188	294
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2012"	-	1.385
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2014"	26.490	-
Parcelamento PIS / COFINS - REFIS DA COPA	2.437	10.964
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	465	286
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.011	9.493
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	64.766	28.270
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	14.061	6.138
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	3.854	3.932
Parcelamento Municipal - ITBI	-	71
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	188	-
Outros	4.372	2.594
Total	152.135	169.487
NÃO CIRCULANTE		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	21	21
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	5	5
Parcelamento PIS / COFINS - REFIS DA COPA	33.921	26.496
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2012"	-	1.154
Parcelamento ICMS Programa "Em dia 2014"	77.263	-
Total	111.210	27.676

20.1. Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento Lei nº 12.996/14 - REFIS DA COPA	49.511
31/08/2014	Desconto Lei nº 12.996/14	(5.685)
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	1.464
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(8.932)
	Saldo a Pagar	36.358
CIRCULANTE		2.437
NÃO CIRCULANTE		33.921
Total		36.358

20.2. Parcelamento Estadual – ICMS Programa “Em dia 2014”

A Companhia efetuou parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nºs 0030906997, 0030907969, 0031106811 e 0031241140, decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências novembro/2013 a janeiro/2014. O processo de parcelamento foi efetivado em janeiro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 140.359. A Companhia efetuou a repactuação administrativa do débito parcelado em dezembro de 2014, nos termos do Decreto nº 52.091/2014 (Programa “Em Dia 2014”). O saldo devedor era de R\$ 129.798, sendo repactuado pelo valor de R\$ 120.423, em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$ 16.670 e as demais no valor de R\$ 2.225, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidada 01 (uma) parcela.

A tabela seguinte ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
22/12/2014	Parcelamento ICMS	129.798
31/12/2014	Desconto - Em Dia 2014	(9.375)
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(16.670)
	Saldo a Pagar	103.753
CIRCULANTE		26.490
NÃO CIRCULANTE		77.263
Total		103.753

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

21.1. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

CREDOR	CONSOLIDADO							
	2014							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	2.812	28.006	30.818
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.322	4.161	12.483
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	58.320	58.320
Notas Promissórias Banco ABC S.A.	CDI	Taxa DI + spread 1,90%	2015	03	108	65.620	-	65.728
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.	CDI	CDI + 2,50%	2015	02-03	-	142.833	-	142.833
Banco Máxima	IPCA	9,55%	2015	06	-	30.739	-	30.739
Santander	CDI/CETIP	3,39%	2015	04	-	7.431	-	7.431
Caixa Econômica Federal	CDI	3,41%	2015	06	-	9.333	-	9.333
Caixa Econômica Federal	CDI	3,04%	2015	06	-	12.500	-	12.500
Consumidores	-	-	-	-	-	233	2.361	2.594
TOTAL MOEDA NACIONAL					108	279.823	92.848	372.779
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,80%	2036	01	-	-	235.168	235.168
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	0,75%	2036	01	-	-	113.044	113.044
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	-	348.212	348.212
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					108	279.823	441.060	720.991
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					108	279.823	441.060	720.991

CREDOR	CONSOLIDADO							
	2014							
		Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV	IPCA	9,88%	2015	06	-	17.998	-	17.998
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	05	-	20.735	23.416	44.151
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC VI	CDI	2%	2015	06	-	37.635	-	37.635
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES					-	76.368	23.416	99.784
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES					108	356.191	464.476	820.775

C R E D O R	CONSOLIDADO								
	2013								
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total	
Circulante						Não Circulante			
MOEDA NACIONAL									
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7,5%	2025	02	-	2.889	30.818	33.707	
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	2017	02	-	8.323	12.484	20.807	
BNDES	TJLP	3,05%	2029	03	-	-	55.094	55.094	
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.	CDI	Libor + 2,75%	2015	02-03	-	-	125.746	125.746	
Banco Máxima	IPCA	9,55%	2015	06	-	29.264	28.796	58.060	
Santander	CDI/CETIP	3,39%	2015	04	-	12.739	7.431	20.170	
Caixa Econômica Federal	CDI	3,41%	2015	06	-	16.000	9.333	25.333	
Caixa Econômica Federal	CDI	3,04%	2015	06	-	25.000	12.500	37.500	
Consumidores	-	-	-	-	-	3.200	2.362	5.562	
TOTAL MOEDA NACIONAL						-	97.415	284.564	381.979
MOEDA ESTRANGEIRA									
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	US\$	0,80%	2036	01	-	-	123.104	123.104	
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	0,75%	2036	01	-	-	29.850	29.850	
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA						-	-	152.954	152.954
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA						-	97.415	437.518	534.933
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS						-	97.415	437.518	534.933

CREDOR	CONSOLIDADO							
	2013							
		Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC III	CDI	1,85%	2014	05	-	2.496	-	2.496
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC IV	IPCA	9,88%	2015	06	-	45.086	16.798	61.884
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	2017	05	-	55.538	28.496	84.034
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC VI	CDI	2%	2015	06	-	98.825	29.075	127.900
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES						-	201.945	276.314
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES						-	511.887	811.247

Códigos das Garantias e/ou Finanças

01 – Governo Federal e Governo Estadual / 02 – Procuração para Acesso em Conta Corrente / 03 – Títulos Públicos Federais / 04 – Penhor de Duplicatas / 05 – Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão / 06 – Percentual de Recebíveis da Distribuição

21.2. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV e FIDC VI

A disponibilização do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses, encerrando em 2015.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$136.850, no qual R\$130.000 referiram-se a quotas seniores (investidores) e o saldo de R\$6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

Em 2012, a controlada CEEE-D iniciou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC VI. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 14 de setembro de 2012 e as entregas dos Direitos de Crédito serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores em 2015.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$158.100, no qual R\$150.000 referiram-se a quotas seniores (investidores) e o saldo de R\$8.100 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

21.3. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC III e FIDC V

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Companhia, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias. A última parcela do fundo foi liquidada em janeiro de 2014.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Companhia firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL estruturando o FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. O prazo de duração do contrato foi alterado de 80 meses para 104 meses por meio de decisão em assembleia geral de cotistas do fundo realizada em 20 de outubro de 2014. A liquidação da última parcela está prevista para outubro de 2017.

21.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 27 de março de 2013, no valor de US\$20.024.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 28 de dezembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos prevêem o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos a CEEE-GT deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma. A Companhia encaminhou o seu Programa de Recuperação Financeira - PRF para os organismos internacionais (BID/AFD) os quais vêm monitorando o status da evolução das ações da Administração.

Em 2014 foram liberados os valores de R\$6.726 referente ao BID e de R\$17.792 referente à AFD para a CEEE-GT e de R\$59.973 referente ao BID e de R\$64.478 referente a AFD para a CEEE-D.

21.5. BNDES

Em 27 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 12.2.1391.1, entre a controlada CEEE-GT e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT por meio da ampliação e modernização de 25 subestações, linhas de transmissão e modernização dos Sistemas de Comunicação da controlada CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.



O valor do financiamento concedido é de R\$236.340, sendo que a liberação da primeira parcela de desembolso foi recebida em 26 de setembro de 2013, no valor de R\$51.441.

O contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A cedente (controlada CEEE-GT) cede fiduciariamente em favor do credor (BNDES), os títulos públicos federais, de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do Contrato de Financiamento.

21.6. Notas Promissórias Banco ABC S.A

Em outubro de 2014 a CEEE-GT assinou contrato de financiamento na modalidade de notas promissórias com o Banco ABC S.A, com subscrição e integralização de 130 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$500, perfazendo o valor total de R\$65.000 com vencimento em 360 dias da emissão, remuneradas pela variação da taxa DI mais 1,90% ao ano.

Todo o montante foi liberado em novembro de 2014 para utilização como aporte no empreendimento Complexo Eólico Povo Novo. Em garantia das notas promissórias, a CEEE-GT cedeu os direitos creditórios de Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN –B de titularidade da emissora em montante suficiente para perfazer 100% do montante total da emissão acrescido da remuneração conforme termos e condições em instrumento particular.

21.7. Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Em 25 de junho de 2013 foi emitida a cédula de crédito bancário no valor de R\$120.000, cujo objetivo é financiar a infraestrutura da Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda. - TESB. O montante será pago em apenas uma parcela em junho de 2015, e poderá ser postergada futuramente, a remuneração do empréstimo é de 100% do CDI mais 2,5% ao ano. Conforme cláusulas restritivas, o montante de R\$90.576 foi aplicado em certificados de depósito bancário e foi liberado R\$75.932 deste crédito, restando R\$23.424 a ser liberado.

21.8. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
2015	-	256.305
2016	21.050	27.772
2017	21.087	29.674
2018	7.639	19.419
Após 2018	414.700	178.717
	<u>464.476</u>	<u>511.887</u>

21.9. Composições do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
RGR*	6,93%	8,46%
CDI	5,04%	41,53%
IPCA	-	8,91%
Dólar US\$	74,97%	29,88%
TJLP	12,56%	10,76%
Outros	0,51%	0,46%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

* A sigla RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

21.10. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima.....	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2014.....	433
2015.....	841
	1.274

22. PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

As controladas CEEE-D e a CEEE-GT, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE concedem aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

As Controladas registram seu passivo atuarial com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto a Fundação CEEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Durante o período de carência as Controladas realizam o pagamento referente à atualização monetária e aos juros mensais.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
		não auditado
CEEE-GT		
Circulante.....	61.023	50.671
Não Circulante.....	562.851	504.677
Subtotal	623.874	555.348
CEEE-D		
Circulante.....	105.527	95.970
Não Circulante.....	739.350	753.806
Subtotal	844.877	849.776
Total Consolidado	1.468.751	1.405.124

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013 não auditado
CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		539	1.300
Contribuição Patrocinadora - Plano Único.....	34	7.866	6.403
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano	34	557	562
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	34	24.607	7.738
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV.....	34	597	603
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		132.384	130.035
		<u>166.550</u>	<u>146.641</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		1.836	6.431
Provisão Plano Único		32.920	26.729
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 Plano Único	34	88.730	88.730
Provisão Plano CEEEPREV		347.006	162.245
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV	34	95.091	95.091
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		736.618	879.257
		<u>1.302.201</u>	<u>1.258.483</u>
Total		<u>1.468.751</u>	<u>1.405.124</u>

22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, as Controladas são responsáveis pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Concessionária, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

22.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado a uma parcela de participantes do CEEEPREV que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Companhia, onde esta efetua contribuições de forma conjunta com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

Em 2014, houve a implantação das alterações regulamentares do plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos Benefícios Saldado e Referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal (55 anos de idade e 10 anos de contribuição) ou até a data em que se desvinculou da patrocinadora, o que ocorrer primeiro.

A alteração do regulamento resultou num acréscimo do compromisso da patrocinadora CEEE-D no valor de R\$ 38.252 e da patrocinadora CEEE-GT no valor de R\$ 36.999, que será integralizado em 216 meses, tendo sido reconhecido como despesa no exercício de 2014.

22.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição Constitucional, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Diante desse arcabouço legal, considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução do Conselho Gestor de Previdência Complementar – CGPC Nº 26/2008 determina em seu art. 29º que “o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que apurado aquele resultado, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano de benefícios administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar”, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

O déficit do Plano Único não reconhecido referente à premissa da paridade perfaz R\$ 65.000 na CEEE-GT e R\$ 65.070 na CEEE-D, sendo que, no entendimento da administração, um resultado atuarial deficitário apurado para efeito de *accounting* (cálculo atuarial da patrocinadora) não acarreta necessariamente impacto real e prático na gestão patrimonial-financeira do Plano, na medida em que a Companhia só será acionada para contribuir no equacionamento do déficit quando o mesmo se apresenta pelas regras do *funding* (cálculo atuarial pelas regras da previdência nacional).

Nessa esteira, considerando que o reconhecimento paritário do déficit atuarial não se encontra pacificado junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a administração, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, firmou entendimento de manter o ajuste do passivo do Plano Único na proporção paritária, correspondente a 50% do déficit calculado pelas regras do *accounting*, até que haja um entendimento homogêneo, aguardando eventuais recomendações e/ou modificações do órgão de controle.

22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuíam. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo

a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União 3 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2 (Vide nota explicativa nº 10)

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

22.5. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,12% a.a.	6,17% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	6,12% a.a.	N/A	N/A	6,17% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,48% a.a.	N/A	N/A	(a)
Expectativa de Inflação	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.	6,53% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,50%	100,00%	100,00%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	UP-94 male	UP-94 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Invalidos	AT-49 male	N/A	N/A	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação

(a) Para os benefícios vinculados ao Benefício Saldado e ao Benefício Referencial: Não aplicado (0,00% a.a.)
Para os demais benefícios de risco: 3,48% a.a.

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

22.6. Resultados da Avaliação Atuarial

22.6.1. Resultados da Avaliação Atuarial – Controlada CEEE-GT

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(838.642)	(6.182)	(335.749)	(1.157.614)	(2.338.187)	(1.009.314)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.300)
Custo do serviço corrente	(814)	-	-	(5.502)	(6.316)	(1.984)	-	-	(6.201)	(8.185)
Custo de juros	(95.351)	(731)	(39.008)	(142.719)	(277.809)	(85.531)	(661)	(30.994)	(128.592)	(245.778)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	(36.999)	(36.999)	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(64.974)	4.439	36.021	(125.355)	(149.869)	174.078	2.153	22.230	272.068	470.529
Benefícios pagos pelo plano	91.148	336	49.505	94.502	235.491	84.109	832	48.896	85.710	219.547
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(908.633)	(2.138)	(289.231)	(1.373.687)	(2.573.689)	(838.642)	(6.182)	(335.749)	(1.157.614)	(2.338.187)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(778.632)	-	-	(1.107.577)	(1.886.209)	(716.508)	-	-	(1.005.335)	(1.721.843)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(130.001)	(2.138)	(289.231)	(266.110)	(687.480)	(122.134)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(616.343)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(908.633)	(2.138)	(289.231)	(1.373.687)	(2.573.689)	(838.642)	(6.182)	(335.749)	(1.157.614)	(2.338.187)
Estatus do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	716.508	-	-	1.005.335	1.721.843	807.430	-	-	1.094.242	1.901.672
Retorno esperado dos ativos do plano	80.180	-	-	124.253	204.433	39.289	-	-	56.880	96.169
Ganhos / (perdas) atuariais	47.261	-	-	54.996	102.257	(73.381)	-	-	(76.468)	(149.849)
Contribuições do empregador	24.405	336	49.505	16.008	90.254	25.687	832	48.896	14.988	90.403
Contribuições de participantes do plano	1.426	-	-	1.487	2.913	1.592	-	-	1.403	2.995
Benefícios pagos pelo plano	(91.148)	(336)	(49.505)	(94.502)	(235.491)	(84.109)	(832)	(48.896)	(85.710)	(219.547)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	778.632	-	-	1.107.577	1.886.209	716.508	-	-	1.005.335	1.721.843

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	130.001	2.138	289.231	266.110	687.480	122.134	6.182	335.749	152.278	616.343
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(65.000)	-	-	-	(65.000)	(61.067)	-	-	-	(61.067)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial não reconhecidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício	65.001	2.138	289.231	266.110	622.480	61.067	6.182	335.749	152.278	555.276
Ajuste do Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	-	72	-	-	72
Passivo reconhecido na patrocinadora	65.001	2.138	289.231	266.110	622.480	61.067	6.254	335.749	152.278	555.348

22.6.1. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-GT (continuação)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)	(100.941)	(8.506)	(375.881)	(286.357)	(771.685)
Pagamentos para o plano líquido de administração	24.405	336	49.505	16.008	90.254	25.686	832	48.896	14.988	90.402
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(21.773)	4.439	36.021	(70.359)	(51.672)	36.708	2.153	22.230	195.600	256.691
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(6.566)	(731)	(39.008)	(59.481)	(105.786)	(22.520)	(661)	(30.994)	(76.509)	(130.684)
Passivo referente ao Benefício Definido	(65.001)	(2.138)	(289.231)	(266.110)	(622.480)	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	(1.394)	(1.394)	-	-	-	-	-
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício (BD + CD)	(65.001)	(2.138)	(289.231)	(267.504)	(623.874)	(61.067)	(6.182)	(335.749)	(152.278)	(555.276)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2014					2015 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	407	-	-	5.502	5.909	364	-	-	8.812	9.176
Contribuições dos participantes	(1.426)	-	-	(1.487)	(2.913)	(1.400)	-	-	(1.584)	(2.984)
Custo de juros	47.675	731	39.008	142.719	230.133	52.951	261	34.334	173.374	260.920
Retorno esperado dos ativos do plano	(40.090)	-	-	(124.253)	(164.343)	(46.202)	-	-	(139.689)	(185.891)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	36.999	36.999	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	6.566	731	39.008	59.480	105.785	5.713	261	34.334	40.913	81.221

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(138.642)	(5.880)	(84.481)	79.063	(149.940)	(175.350)	(8.033)	(106.711)	(116.537)	(406.631)
Ganho/(perda) do exercício atual de responsabilidade da patrocinadora	(21.773)	4.439	36.021	(70.359)	(51.672)	36.708	2.153	22.230	195.600	256.691
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(160.415)	(1.441)	(48.460)	8.704	(201.612)	(138.642)	(5.880)	(84.481)	79.063	(149.939)

22.6.1. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-GT (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2014							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(36.237)	-3,99%	(83)	-3,88%	(6.423)	-2,22%	(64.438)	-4,69%
Redução de 0,5%	39.000	4,29%	89	4,18%	6.713	2,32%	70.260	5,11%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(19.459)	-2,14%	(45)	-2,09%	(13.118)	-4,54%	(22.103)	-1,61%
Aumento da Expectativa em 1 ano	19.014	2,09%	44	2,05%	13.336	4,61%	21.480	1,56%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	169	0,02%	N/A	N/A	N/A	N/A	3.876	0,28%
Redução de 0,5%	(166)	-0,02%	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.404)	-0,25%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2014			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a desse exercício				
- de 6,35% para 6,12% (Plano Único)	16.996	N/A	N/A	N/A
- de 6,47% para 6,17% (CEEEPREV)	N/A	N/A	N/A	39.319
- de 6,23% para 6,12% (EXA e CTP)	N/A	32	1.437	N/A
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários de 3% para 3,48%	159	N/A	N/A	17.229
Alteração na Tábua de Mortalidade Geral de AT-83M para UP-94M	N/A	(105)	(38.845)	N/A
Experiência da população / outros	47.818	(4.365)	1.387	68.807
Total das Perdas/(Ganhos)apuradas no exercício	64.974	(4.439)	(36.021)	125.355

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2014	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,05%	0,05%
Realizável – Gestão Previdencial	7,85%	5,34%
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,97%
Títulos Públicos	38,32%	38,00%
Créditos Privados e Depósitos	12,86%	12,76%
Ações	15,55%	15,43%
Fundos de Investimentos	22,38%	22,20%
Investimentos Imobiliários	0,74%	0,74%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,51%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

22.6.2. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-D

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Companhia, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(842.651)	(1.477)	(673.541)	(862.050)	(2.379.719)	(1.014.795)	(2.272)	(773.854)	(1.005.357)	(2.796.278)
Custo do serviço corrente	(1.464)	-	-	(6.539)	(8.003)	(2.599)	-	-	(7.326)	(9.925)
Custo de juros	(95.281)	(144)	(78.363)	(106.346)	(280.134)	(85.727)	(146)	(63.960)	(93.685)	(243.518)
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	-	-	-	(38.252)	(38.252)	-	-	-	-	-
Ganho / (perda) atuarial	(66.055)	1.075	74.436	(77.250)	(67.794)	172.935	94	66.759	182.864	422.652
Benefícios pagos pelo plano	95.850	310	97.697	69.312	263.169	87.535	847	97.514	61.454	247.350
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(909.601)</u>	<u>(236)</u>	<u>(579.771)</u>	<u>(1.021.125)</u>	<u>(2.510.733)</u>	<u>(842.651)</u>	<u>(1.477)</u>	<u>(673.541)</u>	<u>(862.050)</u>	<u>(2.379.719)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(779.462)	-	-	(823.313)	(1.602.775)	(719.934)	-	-	(748.651)	(1.468.585)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	(130.140)	(236)	(579.771)	(197.812)	(907.959)	(122.719)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(911.135)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(909.602)</u>	<u>(236)</u>	<u>(579.771)</u>	<u>(1.021.125)</u>	<u>(2.510.734)</u>	<u>(842.653)</u>	<u>(1.477)</u>	<u>(673.541)</u>	<u>(862.049)</u>	<u>(2.379.720)</u>

Estatuto do Plano	2014					2013				
	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	719.934	-	-	748.653	1.468.587	811.814	-	-	796.831	1.608.645
Retorno esperado dos ativos do plano	80.389	-	-	93.165	173.554	39.515	-	-	41.488	81.003
Ganhos / (perdas) atuariais	48.909	-	-	27.871	76.780	(74.196)	-	-	(49.065)	(123.261)
Contribuições do empregador	23.219	310	97.697	21.009	142.235	27.133	847	97.514	19.033	144.527
Contribuições de participantes do plano	2.861	-	-	1.928	4.789	3.203	-	-	1.820	5.023
Benefícios pagos pelo plano	(95.850)	(310)	(97.697)	(69.312)	(263.169)	(87.535)	(847)	(97.514)	(61.454)	(247.350)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>779.462</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>823.314</u>	<u>1.602.776</u>	<u>719.934</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>748.653</u>	<u>1.468.587</u>

22.6.2. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-D (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	130.140	236	579.771	197.812	907.959	122.719	1.477	673.541	113.398	911.135
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(65.070)	-	-	-	(65.070)	(61.359)	-	-	-	(61.359)
Passivo Atuarial	65.070	236	579.771	197.812	842.889	61.360	1.477	673.541	113.398	849.776
Passivo reconhecido na patrocinadora	65.070	236	579.771	197.812	842.889	61.360	1.477	673.541	113.398	849.776

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2014					2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)	(101.491)	(2.272)	(773.854)	(208.527)	(1.086.144)
Pagamentos para o plano líquido de administração	23.219	310	97.697	21.009	142.235	27.133	847	97.514	19.033	144.527
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	(21.613)	1.075	74.436	(49.379)	4.519	34.201	94	66.759	133.799	234.853
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(5.317)	(144)	(78.363)	(56.044)	(139.868)	(21.202)	(146)	(63.960)	(57.703)	(143.011)
Passivo referente ao Benefício Definido	(65.070)	(236)	(579.771)	(197.812)	(842.889)	(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)
Parcela referente a Contribuição Definida	-	-	-	(1.988)	(1.988)	-	-	-	-	-
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	(65.070)	(236)	(579.771)	(199.800)	(844.877)	(61.359)	(1.477)	(673.541)	(113.398)	(849.775)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2014					2015 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	732	-	-	6.539	7.271	405	-	-	9.810	10.215
Contribuições dos participantes	(2.861)	-	-	(1.928)	(4.789)	(2.761)	-	-	(2.054)	(4.815)
Custo de juros	47.640	144	78.363	106.346	232.493	52.766	17	68.994	128.843	250.620
Retorno esperado dos ativos dos planos	(40.194)	-	-	(93.165)	(133.359)	(46.013)	-	-	(104.476)	(150.489)
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	38.252	38.252	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	5.317	144	78.363	56.044	139.868	4.397	17	68.994	32.123	105.531

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2014 - Real					2013 - Real				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(127.226)	(2.079)	(177.644)	158.612	(148.337)	(161.427)	(2.173)	(244.403)	24.813	(383.190)
Ganho/(perda) do exercício atual	(21.613)	1.075	74.436	(49.379)	4.519	34.201	94	66.759	133.799	234.853
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício seguinte	(148.839)	(1.004)	(103.208)	109.233	(143.818)	(127.226)	(2.079)	(177.644)	158.612	(148.337)

22.6.2. Resultados da Avaliação Atuarial – controlada CEEE-D (continuação)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISSAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)	2014							
	Plano Único		CTP		EXA		CEEEPREV BD	
Taxa de desconto								
Aumento de 0,5%	(35.973)	-3,95%	(1.571)	-0,66%	(13.138)	-2,27%	(49.066)	-4,81%
Redução de 0,5%	38.669	4,25%	1.637	0,69%	13.740	2,37%	53.692	5,26%
Expectativa de Vida								
Redução da Expectativa em 1 ano	(19.752)	-2,17%	(1.243)	-0,53%	(25.919)	-4,47%	(21.410)	-2,10%
Aumento da Expectativa em 1 ano	19.293	2,12%	1.219	0,52%	26.314	4,54%	10.331	1,01%
Crescimento Salarial								
Aumento de 0,5%	131	0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	5.964	0,58%
Redução de 0,5%	130	-0,01%	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.355)	-0,52%

ANÁLISE DA VARIAÇÃO EM PERDAS/(GANHOS) SOBRE AS OBRIGAÇÕES APURADAS	2014			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a desse exercício				
- de 6,35% para 6,12% (Plano Único)	16.867	N/A	N/A	N/A
- de 6,47% para 6,17% (CEEEPREV)	N/A	N/A	N/A	29.959
- de 6,23% para 6,12% (EXA e CTP)	N/A	-	2.940	N/A
Alteração da Taxa de Crescimento Real de Salários de 3% para 3,48%	124	N/A	N/A	29.133
Alteração na Tábua de Mortalidade Geral de AT-83M para UP-94M	N/A	(3)	(75.823)	N/A
Experiência da população / outros	49.064	(1.072)	(1.553)	18.158
Total das perdas / (ganhos) apuradas no exercício	<u>66.055</u>	<u>(1.075)</u>	<u>(74.436)</u>	<u>77.250</u>

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2014	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,05%	0,05%
Realizável – Gestão Previdencial	7,85%	5,34%
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,97%
Títulos Públicos	38,32%	38,00%
Créditos Privados e Depósitos	12,86%	12,76%
Ações	15,55%	15,43%
Fundos de Investimentos	22,38%	22,20%
Investimentos Imobiliários	0,74%	0,74%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,51%
Total em percentual dos ativos do plano	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Reserva Global de Reversão - RGR	-	492
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	8.737	2.935
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	88.025	85.840
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	88.412	79.815
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	4.786	1.298
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	718	649
Total	<u>190.677</u>	<u>171.029</u>
NÃO CIRCULANTE		
Recursos PEE	12.529	10.332
Recursos P&D	7.297	7.331
Total	<u>19.826</u>	<u>17.663</u>

23.1. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26/04/2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

23.2. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

As Controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONSOLIDADO					
	31/12/2014			31/12/2013		
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias
Riscos Prováveis.....	296.861	203.772	4.140	342.754	215.113	4.026
Riscos Possíveis e Remotos.....	407.018	294.826	88.950	407.018	273.952	84.704
Total	703.879	498.598	93.090	749.772	489.065	88.730

24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2014			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	58.518	34.894	-	93.412
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	238.343	147.799	4.140	390.282
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
Subtotal Riscos Prováveis	296.861	203.773	4.140	504.774
(-) Depósitos judiciais	(54.361)	(14.895)	-	(69.256)
Total não circulante	183.982	153.984	4.140	342.106
Total geral	242.500	188.878	4.140	435.518

	CONSOLIDADO			
	31/12/2013			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	117.358	44.639	-	161.997
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	225.396	141.631	4.026	371.053
Contas a pagar para contingências	-	28.843	-	28.843
Subtotal Riscos Prováveis	342.754	215.113	4.026	561.893
(-) Depósitos judiciais	(84.770)	(10.071)	-	(94.841)
Total não circulante	140.626	160.403	4.026	305.055
Total geral	257.984	205.042	4.026	467.052

24.2. Movimentação da provisão para contingências

	CONSOLIDADO		
	Movimentação da Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias
(=) Saldo Final Dezembro/2013	257.984	205.042	4.026
(+) Novos Ingressos	38.142	16.066	-
(-) Pagamentos	(43.529)	(26.619)	-
(-) Montantes Revertidos	(59.048)	(41.710)	-
(+) Atualização Monetária	42.636	36.113	114
(-) Montantes Depositados	6.315	(15)	-
(=) Saldo Final Dezembro/2012	242.500	188.877	4.140

24.3. Natureza das Ações

24.3.1. Trabalhistas

As Controladas vêm permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

24.3.2. Cíveis

As Controladas estão sendo citadas em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra as Controladas referem-se a convênios de devolução, corte/relição de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

24.3.3. Tributárias

O saldo provisionado de R\$4.140 refere-se à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A controlada CEEE-GT busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

24.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a controlada CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$8.074.

24.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a controlada CEEE-GT possui cerca de R\$77.192 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos

indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

25.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), as controladas estimaram seus tributos diferidos cotejando as diferenças temporárias tributáveis com as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

25.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Reconhecimento do Custo Atribuído	96.861	115.831
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	(56.718)	(138.698)
Exclusão Temporária	308.958	162.778
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das Concessões).....	65.837	197.512
Atualização do Ativo Financeiro	78.433	78.433
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	493.371	415.856
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	167.746	141.391

25.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais Não Utilizados

A CEEE-GT, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo fiscal refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias dedutíveis entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-GT, assim como referente aos créditos de prejuízos fiscais do IRPJ e base negativa de CSLL, originados de períodos anteriores. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL é de 30% do lucro real apurada em casa exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 (IAS 12) descreve as condições para o reconhecimento do ativo fiscal diferido. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito, sendo que o valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-GT foi incrementado na importância de R\$ 46.821, comparativamente ao exercício de 2013. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2014, R\$315.208.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	279.241	289.738
Provisão para Contingências Trabalhistas	119.969	133.032
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	54.287	48.458
Outras Provisões	783	813
Total das Diferenças Temporárias	454.280	472.041
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	154.455	160.494
Base Negativa da CSLL	417.684	258.215
CSLL Diferida (Alíquota 9%)	37.592	23.239
Prejuízos Fiscais do IRPJ	774.223	614.754
IRPJ Diferido (Alíquota 25%)	193.556	153.689
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	231.148	176.928
Crédito Fiscal não Recinhecido	(315.208)	(313.848)
Saldo Contábil	70.395	23.574

25.1.3. Tributos Diferidos Líquidos

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Diferenças Temporárias Tributáveis	167.746	141.391
Diferenças Temporárias Dedutíveis	(70.395)	(23.574)
Saldo Contábil Líquido	97.351	117.817

25.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Concessionária.

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros, cotejando com a estimativa de realização do ativo fiscal diferido.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Exercício de 2014	-	57.739
Exercício de 2015	101.333	30.422
Exercício de 2016	8.459	15.460
Exercício de 2017	7.026	10.025
A partir do Exercício de 2018	(19.467)	4.171
Total	97.351	117.817

25.3. Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de Contribuição Social

Até 31 de dezembro de 2014, a CEEE-D acumulou prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social sobre o lucro nos valores de R\$1.754.113 e R\$1.754.113, respectivamente. Conforme a

legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível. O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização desse crédito fiscal. A Companhia revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 871.582.

26. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Encargo de Capacidade Emergencial		1.556	1.558
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos		3.499	2.540
Obrigações com Obras da Transmissão		12.534	12.542
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		5.246	5.847
Programa de Participação nos Resultados - PPR		374	636
Parcelamento ANEEL - Auto Infração		-	4.772
Consumidores	26.2	20.532	20.963
Acordo Judicial Cível	26.5	25.260	10.653
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	26.3	22.762	22.763
Parcelamentos ANEEL	26.6	1.202	-
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014 (nota explicativa nº 9.7) ..		48.652	47.322
Juros e Multas Referentes a Tributos		14.391	9.475
Outros Credores		29.901	25.201
Total		185.909	164.272
NÃO CIRCULANTE			
Prêmio Assiduidade		2.010	2.186
Provisão Auto de Infração	26.1	19.622	13.785
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	26.3	6.451	29.213
Acordo Judicial Cível	26.5	7.957	12.370
Comercialização de Energia na CCEE	26.4	51.288	49.470
Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda - TESB		16.925	5
Outros Credores		11.470	8.418
Total		115.723	115.447

26.1. Provisão Auto de Infração – controlada CEEE-D

O valor de R\$19.622 (R\$13.785 em 31 de dezembro de 2013) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

26.2. Consumidores – Controlada CEEE-D

O valor de R\$20.532 (R\$20.963 em 31 de dezembro de 2013) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

26.3. Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas

26.3.1. Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL.

As Controladas efetuaram acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade das Companhias perfazem R\$55.000. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$1.700 e as demais no valor de R\$760, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 44 (quarenta e quatro) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

CONSOLIDADO		
Data do Evento	Histórico	Valor
15/05/2011	Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL	55.000
	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(42.840)
	Saldo a Pagar	12.160
CIRCULANTE		9.120
NÃO CIRCULANTE		3.040
Total		12.160

26.3.2. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul – SENGE

A Companhia efetuou acordo judicial referente a reclamatórias trabalhistas impetradas pelo SENGE. O processo de conciliação foi efetivado em abril de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$68.212. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 45 (quarenta e cinco) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$17.053 (R\$30.695 em 31 de dezembro de 2013):

CONSOLIDADO		
Data do Evento	Histórico	Valor
14/04/2011	Acordo RT - SENGE Produtividade	49.032
15/04/2011	Acordo RT - SENGE Produtividade	19.180
	Total do Acordo	68.212
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(51.159)
	Saldo a Pagar	17.053
CIRCULANTE		13.642
NÃO CIRCULANTE		3.411
Total		17.053

26.4. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$51.288 (R\$49.470 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. As Controladas ajuizaram ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação das Controladas, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

26.5. Acordo Judicial Cível

26.5.1. Acordo Judicial Cível - ABB

A controlada CEEE-GT efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ABB Ltda. O processo de conciliação foi efetivado em dezembro de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$41.233. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 41 (quarenta e uma) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$13.057 (R\$21.304 em 31 de dezembro de 2013):

Data do Evento	Histórico	Valor
26/12/2011	Acordo Judicial Cível ABB	41.233
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(28.176)
	Saldo a Pagar	13.057
CIRCULANTE		8.934
NÃO CIRCULANTE		4.123
Total		13.057

26.5.2. Acordo Judicial Cível - Eletrosul

A Controlada CEEE-D efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. O processo de conciliação foi efetivado em setembro de 2014, e o valor da obrigação perfaz R\$ 22.173. O montante acordado será pago em 18 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidada 02(duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$20.160.

Data do Evento	Histórico	Valor
29/09/2014	Acordo Judicial Cível ELETROSUL	22.173
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	432
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(2.445)
	Saldo a Pagar	20.160
CIRCULANTE		16.326
NÃO CIRCULANTE		3.834
		20.160

26.6. Parcelamentos ANEEL

A Companhia efetuou parcelamento junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL referente ao Auto de Infração nº 1002/2014-SFE, cujo montante acordado na data de adesão era de R\$ 1.603, e será pago em 12 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 3 (três) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente de R\$1.202:

Data do Evento	Histórico	Valor
20/10/2014	Parcelamento ANEEL	1.603
31/12/2014	Atualização até 31/12/2014	11
31/12/2014	Parcelas Pagas até 31/12/2014	(412)
	Saldo a Pagar	1.202
CIRCULANTE		1.202
Total		1.202

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Controladora

27.1.1. Capital Social

O capital social da Controladora é de R\$319.803 em 31 de dezembro de 2014, representado por 189.113.071 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A sua composição é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,99%	99,99%
Demais acionistas	0,01%	0,01%
	100%	100%

27.1.2. Outros Resultados Abrangentes de Controladas

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Varição do valor justo do ativo financeiro disponível para venda (líquido de tributos)	(37.433)	(91.540)
Custo Atribuído dos Ativos de Geração	63.929	76.448
Perda Atuarial	(345.430)	(298.277)
Participação Não Controladores	108.692	106.795
	(210.242)	(206.574)

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	1.174.019	1.047.825
Suprimento de Energia Elétrica	336.309	445.221
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.815.978	1.612.694
Disponibilização do Sistema de Transmissão	262.920	192.762
Remuneração do Ativo Financeiro	15.100	17.152
Energia Elétrica de Curto Prazo	138.822	116.419
Receita de Construção	476.113	222.344
Outras Receitas Operacionais	154.735	143.177
	4.373.996	3.797.594
Deduções da Receita Operacional		
ICMS/ISS	(691.678)	(602.623)
PIS e COFINS	(119.465)	(127.363)
Quota RGR	(2.973)	(4.260)
Outros Encargos	(15.541)	(14.274)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(29.889)	(27.768)
Subvenções CCC	(88)	(5.231)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(32.125)	(28.612)
	(891.759)	(810.131)
Receita Operacional Líquida	3.482.237	2.987.463

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.635.521	2.011.949
Encargo de Uso do Sistema	151.869	130.210
Repasse CDE/Conta ACR - Custo de Energia	(497.947)	-
	<u>2.289.443</u>	<u>2.142.159</u>

29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Energia Comprada Hídrica	1.239.134	1.167.460
Energia Comprada Hídrica Itaipu	257.848	220.621
Energia Comprada Térmica	583.030	54.081
Energia Comprada Fontes Alternativas e Outras	57.562	569.787
	<u>2.137.574</u>	<u>2.011.949</u>

Na controlada CEEE-GT, o valor de R\$410.734 (R\$574.036 em 31 de dezembro de 2013) refere-se essencialmente a aquisição de energia no mercado livre. Em função da Lei Nº 12.783/13, a CEEE-GT teve usinas com a concessão prorrogada, alocando a totalidade de suas garantias físicas de energia e potência compulsoriamente, na forma de cotas, para as distribuidoras pelo prazo de 30 anos. A partir dessa alocação de energia, criou-se a necessidade de comprar energia para recomposição de lastro, considerando os contratos de suprimento negociados no Ambiente de Comercialização Livre.

29.1.1. Repasse CDE/ACR – Custo de Energia – CEEE-D

Na controlada CEEE-D, Repasse CDE/ACR – Custo de Energia - O custo de energia das distribuidoras teve um aumento muito expressivo em 2013/2014 tendo em vista as condições hidro-energéticas desfavoráveis e a exposição involuntária das concessionárias no mercado de curto prazo. No exercício de 2013 e nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 os custos dessa exposição involuntária foram mitigados pelo governo brasileiro através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, nos termos do Decreto nº 7.945/13.

Em 02 de abril de 2014, o poder executivo através do Decreto n.º 8.221/2014 autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termelétrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA ACR.

Até 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia o valor de R\$497.947.

29.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$151.869 (R\$130.210 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

30. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		não auditado		não auditado		não auditado		não auditado		não auditado
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	349.316	379.436	-	-	103.108	111.511	34.493	10.700	486.917	501.647
Cláusula 25 CTP.....	-	-	-	-	-	-	876	880	876	880
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012.....	105.646	115.323	-	-	-	-	38.904	31.687	144.550	147.010
INSS - Empregador	105.215	105.848	-	-	-	-	1.515	559	106.730	106.407
Administradores	(39)	-	-	-	1.480	1.607	323	374	1.764	1.981
Subtotal Pessoal / Administradores	560.138	600.607	-	-	104.588	113.118	76.111	44.200	740.837	757.925
Empr. Fund. ELETROCEEE	23.440	23.416	-	-	-	-	-	-	23.440	23.416
Total Pessoal e Administradores	583.578	624.023	-	-	104.588	113.118	76.111	44.200	764.277	781.341
Material	24.151	24.811	-	-	1.693	2.308	217	320	26.061	27.439
Serviço de Terceiros	119.466	100.971	12.371	12.357	29.779	58.578	7.512	8.885	169.128	180.791
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	30.842	20.322	30.842	20.322
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	4.863	8.037	4.863	8.037
Depreciação e Amortização	36.258	45.856	-	-	2.578	2.858	27	643	38.863	49.357
Custo de Construção	476.113	222.344	-	-	-	-	-	-	476.113	222.344
Amortização do Intangível da Concessão	54.254	51.629	-	-	-	-	616	-	54.870	51.629
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	40	52	40	52
Arrendamento e Aluguéis	10.680	11.341	-	-	652	618	-	-	11.332	11.959
Seguros	752	664	-	-	64	337	-	-	816	1.001
Tributos	2.452	1.804	-	-	1.989	1.821	4.768	1.440	9.209	5.065
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	14.721	10.886	-	-	195.751	33.074	210.472	43.960
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	39.239	61.216	39.239	61.216
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	31.390	56.453	31.390	56.453
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	114	91	114	91
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	14.303	4.193	14.303	4.193
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(6.921)	(27.156)	(6.921)	(27.156)
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(6.185)	(39.416)	(6.185)	(39.416)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	117.485	95.334	117.485	95.334
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	3.283	14.803	3.283	14.803
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	22.173	-	22.173	-
Outros	19.472	28.077	-	-	2.203	5.586	55.561	33.301	77.235	66.963
TOTAL	1.327.176	1.111.520	27.092	23.243	143.546	185.224	591.189	315.790	2.089.004	1.635.777

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	57.637	104.372
Outras	7.788	4.843
	<u>65.425</u>	<u>109.215</u>
OUTRAS DESPESAS		
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(50.424)	(16.933)
Outras	(15.163)	(1.909)
	<u>(65.587)</u>	<u>(18.842)</u>

32. RECEITA/DESPESA FINANCEIRA

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013 não auditado
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	20.638	14.189
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	28.523	28.586
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	13.555	18.594
Receitas Financeiras com Parcelamentos	32.217	29.196
Variação Monetária - Energia Comprada	6.223	4.775
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	20.923	14.338
Variação Monetária - SELIC CVA	16.587	-
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	7.163	2.371
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	151.622	189.000
Atualização Monetária da Indenização RBNl	37.178	62.406
Atualização do Ativo Financeiro	51.032	-
Outras Receitas Financeiras	51.221	20.644
Total Receita Financeira	<u>436.882</u>	<u>384.099</u>
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(30.184)	(20.795)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(15.980)	(10.685)
Despesa Financeira com Tributos	(489)	(1.194)
Despesa Financeira com Empreendimentos	(4.051)	(4.657)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(103.939)	(83.588)
Variação Monetária - Energia Comprada	(14.487)	(9.200)
Variação Monetária - SELIC CVA	(5.825)	-
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(22.077)	(14.421)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(5.283)	(156)
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	(59.694)	(13.706)
Atualização Monetária de Autos de Infração e Multas	(349)	(1.019)
Variação das Quotas Subordinadas FIDC	(4.778)	(419)
Correção Monetária e Juros	(35.798)	(6.725)
Despesas Financeiras com Parcelamentos	(387)	(2.956)
Outras Despesas Financeiras	(35.901)	(16.247)
Total Despesa Financeira	<u>(339.222)</u>	<u>(185.768)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>97.660</u>	<u>198.331</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(767.344)	(767.344)	(450.475)	(450.475)
Ajustes Decorrentes do RTT	(135.452)	(135.452)	(114.365)	(114.365)
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT	(902.796)	(902.796)	(564.840)	(564.840)
Efeito líquido provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas exercício	186.418	186.418	25.116	25.116
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	56.661	56.661	41.981	41.981
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	(66.914)	(66.914)	(66.265)	(66.265)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações	(726.631)	(726.631)	(564.008)	(564.008)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(726.631)	(726.631)	(564.008)	(564.008)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Ajustes IFRS	(79.689)	(22.801)	10.443	3.759
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	44.560	16.041	(32.919)	(11.851)
Total IRPJ e CSLL Diferidos	(35.129)	(6.760)	(22.476)	(8.092)
Total IRPJ e CSLL	(35.129)	(6.760)	(22.476)	(8.092)

As controladas da CEEE-GT apuram os referidos tributos através da metodologia de apuração do Lucro Presumido, totalizando em 31 de dezembro de 2014 a despesa de R\$2.263 e R\$822 referente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, respectivamente.

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1. Controladora

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR controla diretamente a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, visto que participa com 65,92% do capital social de cada controlada.

34.2. Consolidado

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

As operações realizadas com partes relacionadas estão demonstradas conforme segue:

Partes Relacionadas	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	45.832	-	9.121	95.778	-	13.737
Eletrobras	99.051	43.301	(4.084)	190.232	54.514	(2.990)
Fundação ELETROCEEE	141	217.448	(111.657)	91	199.127	(98.626)
Outras Investidas	-	-	(1.914)	-	-	(2.742)
Total	145.024	260.749	(108.534)	286.101	253.641	(90.621)

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2014				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	16.716	-	-	-	16.716
Aplicações financeiras	5	6.686	-	-	-	6.686
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	484	292	141	-	917
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	9.926	-	-	9.926
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9	-	26.290	-	-	26.290
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.834/2014	9	-	54.058	-	-	54.058
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	11	-	5.474	-	-	5.474
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	3.011	-	-	3.011
		45.832	99.051	141	-	145.024
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	32.473	-	32.473
Empréstimo circulante	21 e 22	-	11.134	1.154	-	12.288
Empréstimo não circulante	21 e 22	-	32.167	183.821	-	215.988
		-	43.301	217.448	-	260.749
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	2.015	2.015
Despesa operacional - Pessoal		-	-	(111.657)	-	(111.657)
Receita financeira		9.121	-	-	-	9.121
Despesa financeira		-	(4.084)	-	(3.929)	(8.013)
		9.121	(4.084)	(111.657)	(1.914)	(108.534)
31/12/2013						
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	67.250	-	-	-	67.250
Aplicações financeiras	5	6.038	-	-	-	6.038
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	544	88	91	-	723
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	8.679	-	-	8.679
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 1.639/2013	9	-	52.579	-	-	52.579
CDE Decreto 7.945/2013 - Exposição Involuntária e CVA Energia	9	-	96.156	-	-	96.156
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa e CDE Revisão Tarifária Extraordinária Distribuição	9 e 11	-	14.383	-	-	14.383
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	18.347	-	-	18.347
		95.778	190.232	91	-	286.101
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	14.141	-	14.141
Empréstimo circulante	21 e 22	-	11.212	1.165	-	12.377
Empréstimo não circulante	21 e 22	-	43.302	183.821	-	227.123
		-	54.514	199.127	-	253.641
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	1.915	1.915
Despesa operacional - Pessoal		-	-	(98.626)	-	(98.626)
Receita financeira		13.737	-	-	-	13.737
Despesa financeira		-	(2.990)	-	(4.657)	(7.647)
		13.737	(2.990)	(98.626)	(2.742)	(90.621)

34.3. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

As Controladas consideram como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$4.884 (R\$4.697 em 31 de dezembro de 2013 possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	CONSOLIDADO	
	31/12/2014	31/12/2013
Conselho de Administração	620	633
Conselho Fiscal	300	310
Verba de Representação	193	274
Honorário Diretor não Empregado	193	193
Encargos	458	571
Subtotal	1.764	1.981
Diretores Empregados	3.120	2.716
Total	4.884	4.697

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As Controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco das Concessionárias.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2014	31/12/2013
			não auditado
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Numerário Disponível	5	69.084	36.127
SIAC/BANRISUL	5	16.716	67.250
Aplicações Financeiras			
SIAC/BANRISUL	5	6.686	6.038
Quotas Subordinadas - FIDC	5	23.435	54.114
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	4.771	98.237
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	486.358	455.801
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13	222.634	412.355
Ativo Financeiro da Concessão - CEEE-GT	13	351.688	187.750
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	522.393	1.375.355
Ativo Financeiro da Concessão - CEEE-D	13	1.546.936	1.250.350
TOTAL		3.250.701	3.943.377
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	18	513.887	484.470
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	21	818.073	805.685
TOTAL		1.331.960	1.290.155

35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional junto às instituições financeiras estão compatíveis com o valor de tais operações.

Na controlada CEEE-GT as contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$50.482.

Na controlada CEEE-D contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$81.121. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$63.064.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio das Controladas são os seguintes:

35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco das controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2014	31/12/2013 não auditado
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	85.800	103.377
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	34.892	158.389
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	486.358	455.801
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	522.393	1.375.355
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13	222.634	412.355
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.898.624	1.438.100
Total		3.250.701	3.943.377

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que as Controladas possuem é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

A controlada CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.



Na controlada CEEE-GT o recebimento da indenização dos empreendimentos da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, conforme Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1/11/2012 será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano e possui risco considerado baixo uma vez que se trata de um montante a receber do Poder Concedente.

O segmento de Geração da empresa CEEE-GT tem aproximadamente 6% da energia vendida a 37 concessionárias de distribuição, através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. Estes contratos apresentam baixo risco de crédito, o que pode ser observado pelo índice de adimplência de aproximadamente 100% ao longo dos anos.

As garantias que a CEEE-GT possui para os CCEARs são divididas em dois grupos:

- I. - Garantia Principal: corresponde a 110% da média de faturamento dos últimos 3 meses. Para essa garantia a modalidade preponderante é a vinculação de receitas, feita através de Contrato de Constituição de Garantias - CCGs, com anuência da ANEEL.
- II. - Garantia Suplementar: corresponde a 20% da receita mensal. Nesse caso, as modalidades preponderantes são Carta Fiança e CDB, com validade, em sua maioria, de 1 ano.

Outra parcela da energia vendida, correspondendo a 49% do total, está vinculada a contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre – ACL. A CEEE-GT exige como garantia Carta de Fiança Bancária, Carta de Fiança Corporativa ou Certificado de Depósito Bancário – CDB, com valores não inferiores a 1 mês de faturamento.

A partir de janeiro de 2013, 45% da energia da CEEE-GT está alocada às Distribuidoras sob a forma de Cotas de Garantia Física, em função da Lei Nº 12.783/13. Por meio desta Lei o Governo antecipou para 31/12/2012 o fim do regime anterior de concessão, que no caso da CEEE-GT venceria em 2015, e prorrogou por um prazo de 30 anos a concessão de diversas usinas da Companhia. A partir desta prorrogação a Área de Geração passou a receber uma Receita Anual de Geração – RAG, fixada pela ANEEL, pela execução dos serviços de operação e manutenção destas usinas e pela disponibilização da Garantia Física destes empreendimentos às Distribuidoras. A garantia financeira desta receita são os CCGs, que são contratos firmados entre a distribuidora e a instituição financeira (Banco Gestor).

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual as Controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A controlada CEEE-D identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A controlada CEEE-GT mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

As Controladas concederam garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

As Controladas não possuem operações com derivativos.

35.1.2. Risco de Preço

As tarifas da controlada CEEE-D são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas. Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada quatro anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na controlada CEEE-GT, a receita obtida pela venda de energia é dividida entre os mercados: Ambiente de Contratação Regulada - ACR, Ambiente de Contratação livre - ACL e Cotas. No ACR os preços são reajustados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA e no ACL os preços destes contratos, em sua maioria, são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M. Nas Cotas, a tarifa é estipulada pela ANEEL separadamente para cada empreendimento, sendo reajustada anualmente de acordo com o IPCA e revisada a cada cinco anos.

A controlada CEEE-GT, a necessidade de comprar energia para composição do lastro de venda no ano de 2014 Esta compra foi realizada no mercado livre através de processos públicos, sendo que uma parcela da energia comprada estava atrelada ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, que oscila em função da energia armazenada nos reservatórios das usinas e da previsão hidrológica e outra parcela, a preço fixo, reajustada anualmente pelo IGP-M.

O segmento de Transmissão da Controlada CEEE-GT tem sua remuneração definida pela ANEEL, através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

35.1.3. Risco de Mercado

No Ambiente de Contratação Regulada, o risco de mercado da controlada CEEE-GT é baixo, em função envolver agentes de distribuição como compradores em leilões promovidos pelo MME, EPE e ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Nestes leilões a energia é rateada entre as distribuidoras participantes do certame. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No ACL os agentes negociam a compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.

A receita das usinas prorrogadas transformadas em Cotas sob condições estabelecidas pela ANEEL, destinadas às concessionárias de distribuição integrantes do SIN, apresentam baixo risco de mercado.

A quantidade de energia comprada para atendimento à controlada CEEE-D está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCS.

Além do recurso de descontração, a Controlada CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

ORIGEM		TIPO	MWh (*)	%
1º Leilão	Energia Existente Hidrica	2007-2014	466.895,67	4,6%
2º Leilão	Energia Existente Hidrica	2008-2015	268.417,72	2,6%
4º Leilão	Energia Existente Hidrica	2009-2016	241.240,41	2,4%
5º Leilão	Energia Existente Hidrica	2007-2014	11.100,36	0,1%
8º Leilão	Energia Existente Hidrica	2010-2014	198.236,33	1,9%
10º Leilão	Energia Existente Hidrica	2012-2014	219.218,13	2,1%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014 12M	924.727,15	9,0%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014 18M	54.790,51	0,5%
12º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014 36M	457.891,08	4,5%
8º Leilão	Energia Existente Térmica	2010-2014	3.340,30	0,0%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2008-2037	22.087,81	0,2%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2009-2038	9.214,00	0,1%
1º Leilão	Energia Nova Hidrica	2010-2039	277.855,16	2,7%
3º Leilão	Energia Nova Hidrica	2011-2040	112.251,69	1,1%
5º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-2041	106.188,88	1,0%
8º Leilão	Energia Nova Hidrica	2012-2041	46,51	0,0%
LPE Santo Antônio	Energia Nova Hidrica	2012-2041	124.516,17	1,2%
LPE Jirau	Energia Nova Hidrica	2013-2042	431.205,50	4,2%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2008-2022	154.010,01	1,5%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2009-2023	103.847,52	1,0%
1º Leilão	Energia Nova Termica	2010-2024	261.276,32	2,6%
3º Leilão	Energia Nova Termica	2011-2025	105.544,21	1,0%
4º Leilão	Energia Nova Termica	2010-2024	39.260,63	0,4%
5º Leilão	Energia Nova Termica	2012-2026	230.399,26	2,3%
6º Leilão	Energia Nova Termica	2011-2025	36.636,07	0,4%
7º Leilão	Energia Nova Termica	2013-2027	697.172,13	6,8%
8º Leilão	Energia Nova Termica	2012-2027	465,05	0,0%
12º Leilão	Energia Nova Termica	2014-2033	30.468,34	0,3%
12º Leilão	Energia Nova Eólica	2014-2033	11.765,56	0,1%
12º Leilão	Energia Nova Hidrica	2014-2043	5.749,45	0,1%
13º Leilão	Energia Existente Hidrica	2014-2019	704.467,30	6,9%
ITAIPU			1.946.182,04	19,1%
PROINFA			202.306,58	2,0%
ANGRA			349.230,58	3,4%
COTAS GARANTIA FISICA			39.019,42	0,4%
BILATERAIS			717.968,05	7,0%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			663.722,38	6,5%
TOTAL			10.228.714,25	100,0%

(*) Não auditado

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasso não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração;

35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da controlada CEEE-GT é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial da controlada CEEE-D está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2014 não há nenhum montante indexado ao dólar exceto a expectativa de exposição cambial que está sendo tratada no tópico de análise de sensibilidade a seguir:

I. Análise de sensibilidade

AS Controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	31/12/2014	CONSOLIDADO		
		Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	2,6562	348.212	435.265	522.318
Fornecedores (Itaipu Binacional)	2,6562	79.693	99.616	119.540
Passivo Líquido Exposto		427.905	534.881	641.858
Efeito Líquido da Variação Cambial			106.976	213.953

35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que as Controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. As controladas se utilizam do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela abaixo demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo:

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.800	85.800	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	34.892	6.686	28.206	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	486.358	357.409	-	-	128.949
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13	222.634	222.634	-	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	522.393	522.393	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.898.624	18.712	-	1.546.936	332.976
		3.250.701	1.213.634	28.206	1.546.936	461.925
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	21	1.162.666	406.072	30.635	135.518	590.441
Fornecedores	18	513.887	513.887	-	-	-
		1.676.553	919.959	30.635	135.518	590.441

35.1.6. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade das Concessionárias virem a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado das Concessionárias.

I. Análise de sensibilidade

As operações das Controladas são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. As Controladas desenvolveram a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2014 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do

Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2014	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	20					
Banco Máxima		IPCA	30.739	32.734	33.898	35.061
FIDC IV		IPCA	17.998	18.374	18.766	19.158
FIDC V		CDI	44.151	44.464	45.472	46.480
FIDC VI		CDI	37.635	37.947	38.791	39.320
Caixa II		CDI	9.333	9.518	9.718	9.918
Caixa III		CDI	12.500	12.689	12.890	13.115
Santander		CDI	7.431	7.577	7.888	8.050
BNDES		TJLP	58.320	48.857	57.260	65.664
Eletrobras - RGR		Sem Risco	43.301	43.301	43.301	43.301
Notas Promissórias Banco ABC S.A.		CDI	65.620	66.872	77.988	80.211
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ...		CDI	142.833	143.005	145.451	147.897
			469.861	465.338	491.423	508.175
Exposição Líquida			(469.861)	(465.338)	(491.423)	(508.175)
Efeito esperado no Resultado				4.523	(21.562)	(38.314)

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, as Controladas avaliaram os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das informações trimestrais conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela anterior.

35.1.7. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	85.800	85.800
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	34.892	34.892
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	486.358	486.358
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	522.393	522.393
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	13	222.634	222.634
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.898.624	1.898.624
Total		3.250.701	3.250.701
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	21	818.073	1.162.666
Fornecedores	18	513.887	513.887
Total		1.331.960	1.676.553

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Concessionária possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

35.1.8. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Concessionária mensurados a valor justo estão classificados de acordo com o nível 1 na hierarquia do valor justo.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Valor contábil 31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário Disponível	69.084	69.084	-	-
SIAC/BANRISUL	16.716	-	16.716	-
Aplicações financeiras				
SIAC/BANRISUL	6.686	-	6.686	-
Aplicação Financeira Vinculada	4.771	-	4.771	-
Quotas Subordinadas FIDC	23.435	23.435	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	522.393	522.393	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	222.634	-	222.634	-
Ativo Financeiro da Concessão	1.898.624	-	-	1.898.624
	<u>2.764.343</u>	<u>614.912</u>	<u>250.807</u>	<u>1.898.624</u>

	Valor contábil 31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário Disponível	36.127	36.127	-	-
SIAC/BANRISUL	67.250	-	67.250	-
Aplicações financeiras				
SIAC/BANRISUL	6.038	-	6.038	-
Aplicação Financeira Vinculada	98.237	-	98.237	-
Quotas Subordinadas FIDC	54.114	54.114	-	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.375.355	1.375.355	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	412.355	-	412.355	-
Ativo Financeiro da Concessão	1.438.100	-	-	1.438.100
	<u>3.487.576</u>	<u>1.465.596</u>	<u>583.880</u>	<u>1.438.100</u>

35.1.9 – Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo das quotas Subordinadas FIDC e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado

ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

35.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados às Concessionárias e suas Operações

35.2.1. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com as PCHs, representam aproximadamente 73% (dados da CCEE - Relatório Info Mercado nº 90, de fevereiro de 2015) da garantia física do sistema elétrico brasileiro e estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente e para as Usinas e PCHs que foram prorrogadas, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo. O risco hidrológico das usinas cotizadas é de responsabilidade das concessionárias de Distribuição, com posterior repasse as tarifas dos consumidores.

Outras fontes energéticas (termelétricas a biomassa, a gás, nuclear, a óleo, carvão mineral, eólicas e outras fontes de energia) têm a função de diversificar a matriz energética do país e atuar como fonte complementar de energia.

35.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

PAULO DE TARSO GASPARD PINHEIRO MACHADO
Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS
Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ
Diretor

LEONARDO HOFF
Diretor

JÚLIO HOFER
Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO
Diretor

RODRIGO GOMES WALLAU
Contador CRCRS 70484



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 22.3 às demonstrações financeiras, as controladas Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletroceee, concedem aos seus empregados planos de previdência complementar, os quais são denominados CEEEPprev e Plano Único. Este último é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido, e recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e participante. Em 31 de dezembro de 2014 este plano apresentava déficit atuarial no montante de R\$ 260.141 mil (2013 – R\$ 244.854 mil) para as referidas controladas, calculado com base no método de

crédito unitário projetado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2014 as controladas CEEE GT e CEEE D reconheceram provisão para fazer frente ao referido passivo atuarial nos montantes de R\$ 65.000 mil (2013 – R\$ 61.067 mil) e R\$ 65.070 mil (2013 – R\$ 61.359 mil), respectivamente, totalizando R\$ 130.070 mil (2013 – R\$ 122.426 mil), equivalentes a 50% do déficit atuarial apurado nesta data (“paridade”). Entendemos que, para fins de reconhecimento contábil do saldo passivo decorrente de déficit atuarial, este somente poderia ser registrado contabilmente limitado a razão de 50%, nos termos da Lei Complementar no 108/2001, se o saldo do déficit atuarial calculado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados estivesse equacionado mediante acordo aprovado entre as partes (patrocinadoras e participantes). Dessa forma, o saldo dos investimentos e do patrimônio líquido da controladora estão apresentados a maior no montante de R\$ 85.743 mil (2013 – R\$ 80.705 mil), considerando o seu percentual de participação nas controladas, bem como o saldo consolidado do passivo está apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior no montante de R\$ 130.071 mil (2013 – R\$ 122.426 mil) em 31 de dezembro de 2014 e o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$ 11.883 mil (2013 – R\$ 43.722 mil), líquido dos efeitos tributários.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no paragrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par e da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE Par e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

Chamamos a atenção para as Notas 1.1.3 e 1.3 as demonstrações financeiras, que descreve que o Contrato de Concessão no. 081/99 firmado pela controlada Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica S.A. – CEEE D junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 25 de outubro de 1999 tem término previsto para o mês de julho de 2015. Em 15 de outubro de 2012, a controlada, conforme prerrogativa ofertada pela MP 579/12, posteriormente convertida em Lei 12.783/13, homologou junto a ANEEL o seu pedido para a renovação da concessão do direito de exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos. A controlada, na data de emissão deste relatório de auditoria, não possui qualquer manifestação clara e objetiva por parte do poder concedente que evidencie a renovação do referido contrato de concessão. No entanto, a administração recebeu na data de 9 de janeiro de 2015, Ofício encaminhado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) solicitando a elaboração e apresentação até o dia 5 de abril de 2015 de um Plano de resultados de curto e médio prazo para aperfeiçoamento da prestação de serviço de distribuição de energia elétrica, e por esse motivo no entendimento e na expectativa da administração, esse é um movimento que demonstra que a agência tem expectativa de uma possível intenção do poder concedente em prorrogar ou renovar a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica prestados pela controlada. Adicionalmente, a controlada CEEE D vem apurando sucessivos prejuízos e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 355.098 mil. O sucesso do plano da administração da CEEE-D, descrito na Nota 1.3, com o objetivo de recuperar a rentabilidade das operações e equalizar a estrutura de capital circulante da controlada e a renovação do mencionado Contrato de Concessão são fundamentais para a manutenção do regime normal de operações da controlada, do contrário essas situações suscitam dúvida substancial sobre a sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito nas Notas 1.1.2.2 e 9.9 as demonstrações financeiras, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória



foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A controlada Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE GT aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As concessionárias deverão submeter à ANEEL as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, deveriam ser submetidas à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação, incluindo adições realizadas no ano de 2013, correspondem a R\$ 415.022 mil em 31 de dezembro de 2014 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, mantendo o critério de valoração dessa indenização pelo valor histórico residual, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas "pro forma" - não auditadas

Conforme descrito na Nota 3.3, as demonstrações financeiras consolidadas pro forma da CEEE Par, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram preparadas para refletir a situação financeira e patrimonial e os resultados operacionais consolidados da CEEE Par como se a TESB tivesse sido controlada indiretamente pela CEEE Par, por intermédio da controlada direta da CEEE GT, desde 1º de janeiro de 2013, embora o controle tenha sido adquirido em 21 de janeiro de 2014. Essas demonstrações financeiras consolidadas "pro forma" da controlada CEEE Par não foram auditadas ou revisadas por nós e nem por outros auditores independentes.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7 "S" RS

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-Par relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento A Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-Par referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, exceto quanto à ressalva apontada, conforme o conteúdo da nota explicativa nº 22.3.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

PAULO DE TARSO GASPAR PINHEIRO MACHADO

Diretor Presidente

ROBERTO CALAZANS

Diretor

CÉSAR BAUMGRATZ

Diretor

LEONARDO HOFF

Diretor

JÚLIO HOFER

Diretor

LUIZ CARLOS TADIELLO

Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, corroboradas a ressalva e as ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Vinícius Gomes Wu
Presidente do Conselho Fiscal

Antonio Paulo Pereira Astrana
Conselheiro

Flávio José Helmann da Silva
Conselheiro

Marcelo Roberto Model Nepomuceno
Conselheiro



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, Manifestação sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2014, encerrado em 31 de dezembro de 2014, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2015.

Artur José de Lemos Júnior
Presidente do Conselho de Administração

Paulo de Tarso.Pinheiro Machado

Ademir Baretta

Cristiano Roberto Tatsch

Daniel Vargas de Farias

Carlos Antônio Burigo

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa Postal 199
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000
Fax 55 (51) 3303-6001
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em Milhares de Reais

	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades (Nota 4)	1.349.740	1.315.674	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 11)	684.072	648.105
Títulos e valores mobiliários	2.712	2.065	BNDES	633.665	546.855
Carteira própria (Nota 5)	656.909	658.573	Caixa Econômica Federal	419.910	379.687
Operações de crédito (Nota 6)	652.828	642.250	FINAME	1.370	1.249
Operações de crédito	779.958	670.130	FINEP	212.334	165.905
Setor público	49.976	42.292	Outras obrigações	51	14
Setor privado	729.982	627.838	IOF a recolher	50.407	101.250
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(127.130)	(27.880)	Sociais e Estatutárias	54	-
Outros créditos	33.568	12.612	Fiscais e previdenciárias (Nota 12)	-	1.534
Créditos por avalis e fianças honrados	162	-	Diversas	36.872	15.011
Rendas a receber (Nota 7)	726	695	Despesas de pessoal	13.481	84.705
Diversos	32.680	11.917	Outros pagamentos	3.425	3.802
Adiantamento e antecipações salariais	1.185	212	Passivos Atuariais (nota 14)	1.040	1.155
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8)	31.030	10.974	Credores diversos (Nota 15)	214	823
Pagamentos a ressarcir	487	587		8.802	78.925
Devedores diversos no país	111	144			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(133)	-			
Outros valores e bens	3.723	174			
Outros valores e bens (Nota 9)	3.721	173	Exigível a longo prazo	2.768.829	2.716.955
Despesas antecipadas	2	1	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 11)	2.712.596	2.677.360
			BNDES	1.253.636	1.317.037
Realizável a longo prazo			Caixa Econômica Federal	28.034	28.786
Operações de crédito (Nota 6)	2.844.089	2.778.106	FINAME	1.427.896	1.331.414
Operações de crédito	2.732.655	2.716.647	FINEP	28.034	3.030
Setor público	2.819.876	2.776.986	Diversas	56.033	39.595
Setor privado	114.244	101.257	Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	43.293	24.573
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.705.632	2.675.729	Passivos Atuariais (Nota 14)	12.551	15.022
Outros créditos	(87.221)	(60.330)	Comissões cartas fiança	189	-
Outros valores e bens	111.434	61.459			
Rendas a receber (Nota 7)	364	344	Patrimônio líquido (Nota 16)	776.260	732.290
Diversos	111.070	61.115	Capital Social	756.343	659.030
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 8)	104.941	57.791	De domiciliados no país	756.343	659.030
Devedores por depósitos em garantia (Nota 13d)	6.129	3.324	Reservas de lucros	25.375	77.024
			Ajuste de avaliação patrimonial	(761)	(3.764)
			Prejuízos acumulados	(4.697)	-
Permanente					
Investimentos	35.132	3.570			
Ações e Cotas	-	25			
Imobilizado de uso (Nota 10)	35.132	3.545			
Imóveis de uso	35.074	-			
Outras imobilizações de uso	8.019	9.057			
Depreciação acumulada	(7.961)	(5.512)			
Total	4.228.961	4.097.350	Total	4.228.961	4.097.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - Agência de Fomento/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2014
Em Milhares de Reais

	2º Semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Receitas da intermediação financeira	171.946	312.740	269.525
Operações de crédito	136.212	246.754	224.819
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	35.734	65.986	44.706
Despesas da intermediação financeira	(192.044)	(283.847)	(149.632)
Operações de empréstimos e repasses	(65.577)	(119.134)	(108.962)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.467)	(164.713)	(40.670)
Resultado bruto da intermediação financeira	(20.098)	28.893	119.893
Outras receitas e despesas operacionais	(48.702)	(83.897)	(61.744)
Receitas de prestação de serviços	4.763	8.774	7.131
Rendas de tarifas bancárias	814	1.472	1.746
Despesas de pessoal	(19.980)	(37.235)	(35.925)
Outras despesas administrativas (Nota 20a)	(12.161)	(19.055)	(18.017)
Despesas tributárias	(4.839)	(9.201)	(7.868)
Outras receitas operacionais (Nota 19a)	266	9.996	611
Outras despesas operacionais (Nota 20b)	(17.565)	(38.648)	(9.422)
Resultado operacional	(68.800)	(55.004)	58.149
Resultado não operacional	(25)	35.048	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(68.825)	(19.956)	58.149
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3m e 19)	25.444	21.028	5.675
Provisão para imposto de renda	(17.114)	(27.341)	(13.145)
Provisão para contribuição social	(10.770)	(17.029)	(8.360)
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	53.328	65.398	27.180
Participações estatutárias no lucro	-	-	(2.616)
(Prejuízo)/Lucro líquido do período	(43.381)	1.072	61.208
Juros sobre capital próprio	3.736	-	(24.703)
Nº de ações (em milhares)	756.343	756.343	659.030
(Prejuízo)/Lucro por ação - R\$	(57,36)	1,42	92,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "2. 1x"
 - Bottom right: "Rui" and "9/11"
 - Middle right: "2. 1x" and "Rui" (faint)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS DE 2014 E 2013 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2014
Em Milhares de Reais

Eventos	Capital realizado	Reservas de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Reservas para Incentivos fiscais	Reservas especiais -outras	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 1º de janeiro de 2013 ajustado	653.181	18.081	-	10.675	(8.265)	-	673.672
Ajuste do efeito da adoção do CPC 33(R1)	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	7.502	-	7.502
Imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(3.001)	-	(3.001)
Aumento de capital	5.849	-	-	-	-	-	5.849
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.208	61.208
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	3.060	-	33.445	-	(36.505)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	11.763	-	(24.703)	(12.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	659.030	21.141	-	55.883	(3.764)	-	732.290
Mutações do exercício	5.849	3.060	-	45.208	4.501	-	58.618
Saldos em 1º de janeiro de 2014	659.030	21.141	-	55.883	(3.764)	-	732.290
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais)	-	-	-	-	(2.712)	-	(2.712)
Efeitos da migração de planos de benefícios (nota 14)	-	-	-	-	9.525	(9.525)	-
Realização proporcional do crédito tributário	-	-	-	-	(3.810)	3.810	-
Aumento de capital	97.313	-	-	(32.000)	-	-	65.313
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.072	1.072
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	54	-	-	-	(54)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16c)	-	-	-	(19.703)	-	-	(19.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	756.343	21.195	-	4.180	(761)	(4.697)	776.260
Mutações do exercício	97.313	54	-	(51.703)	3.003	(4.697)	43.970
Saldos em 30 de junho de 2014	716.343	23.364	32.779	27.619	(341)	-	799.764
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais)	-	-	-	-	(420)	-	(420)
Aumento de capital	40.000	-	-	-	-	-	40.000
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(43.381)	(43.381)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	(2.169)	(32.779)	-	-	34.948	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16c)	-	-	-	(23.439)	-	3.736	(19.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	756.343	21.195	-	4.180	(761)	(4.697)	776.260
Mutações do semestre	40.000	(2.169)	(32.779)	(23.439)	(420)	(4.697)	(23.504)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
CNPJ 02.885.855/0001-72
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2014
Em Milhares de Reais

	2º Semestre 2014	Exercício de 2014	Exercício de 2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período antes da tributação e das participações	(68.825)	(19.956)	58.149
Ajustes do resultado líquido do período	146.405	144.458	50.532
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.467	164.713	40.670
Provisão para desvalorização de títulos livres	86	173	9
Provisão para planos de benefícios	1.358	1.925	1.628
Provisão para passivos contingentes	15.862	18.720	7.308
Baixa de ativos	25	28	-
Depreciação, amortização e baixa por <i>impairment</i>	2.607	3.498	917
Recebimento de ativo imobilizado em doação	-	(35.074)	-
Efeitos de migração de plano de benefícios pós-emprego	-	(9.525)	-
Resultado do período ajustado	77.580	124.502	108.681
Variações nos ativos e obrigações	(96.745)	(169.451)	(100.048)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	13.429	1.491	(82.853)
(Aumento) em operações de crédito	(119.755)	(191.166)	(1.150.257)
(Aumento)/Redução em outros créditos	1.446	(3.858)	909
(Aumento) em outros valores e bens	(3.559)	(3.549)	(45)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(52.473)	(70.105)	28.418
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	69.636	122.046	1.170.757
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.469)	(22.776)	(25.895)
Pagamento de participação nos lucros	-	(1.534)	(1.082)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(19.165)	(44.949)	8.633
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	(10)	(14)	(122)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	(10)	(14)	(122)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital por subscrição de ações	40.000	65.313	5.849
Juros sobre o capital próprio pagos no período	(19.703)	(19.703)	(12.940)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	20.297	45.610	(7.091)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.122	647	1.420
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.590	2.065	645
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.712	2.712	2.065
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.122	647	1.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten signature and initials, possibly 'J. 2.' and 'M. A. V.', with a date '18/12' and other markings.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O BADESUL é regido pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011, editadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil.

Em 04 de fevereiro de 2015 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die"

e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação contábil adotada pelo BADESUL equipara-se a categoria "títulos para negociação".

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682 de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como *rating* "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução 2.682, de 21 de setembro de 1999, editada pelo Banco Central do Brasil, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, editadas pelo Banco Central do Brasil, complementada por provisões adicionais, segundo normativo interno.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas

como de risco nível “H” quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata die” incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transporte.

h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata die” incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 15% tendo por base o disposto no artigo 70 da Lei 12.715/12.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e a contribuição social, foi calculado com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos / perdas atuariais, o qual está registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido.

l. Passivo atuarial

O BADESUL é patrocinador da FBSS – Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 14, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no BADESUL segue as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 – Benefícios a Empregados, regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.425, de 25 de janeiro de 2013, oriunda do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1).

A Administração do BADESUL tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações atuariais e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do BADESUL e não podem ser pagos diretamente ao BADESUL. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- (ii) **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos Balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2014	2013
Caixa	10	3
Depósitos Bancários	2.702	2.062
Total	<u>2.712</u>	<u>2.065</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria - Composição

	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro	630.172	643.534
Cotas de Fundos de Investimento	27.008	15.137
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(271)	(98)
Total	656.909	658.573

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 6.883 (R\$ 68.586 em 2013) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 15. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo BADESUL, conforme descrito na nota 24b.

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2014		2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro	629.901	629.902	643.436	643.617
Cotas de Fundos de Investimento	27.008	27.331	15.137	15.137
Total	656.909	656.910	658.573	658.754

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6 Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

	Curto prazo		Longo prazo	
	2014	2013	2014	2013
Financiamentos	554.523	477.109	1.623.539	1.662.245
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	181.850	161.677	1.099.296	1.031.476
Financiamentos Infra-estrutura e Desenvolvimento.	43.585	31.344	97.041	83.265
Total	779.958	670.130	2.819.876	2.776.986

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2014	2013
Vencidas	55.714	25.838
Até 60 dias	21.179	17.070
De 61 a 180 dias	25.439	7.167
Acima de 180 dias	9.096	1.601
Vincendas	3.544.120	3.421.278
Até 180 dias	337.764	282.104
De 181 a 360 dias	386.480	362.188
Acima de 360 dias	2.819.876	2.776.986
Total	3.599.834	3.447.116

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2014	2013
Setor Público Municipal	164.220	143.549
Administração Direta	164.220	143.549
Setor Privado	3.435.614	3.303.567
Indústria	1.551.652	1.501.469
Comércio	246.820	251.703
Outros Serviços	355.996	357.242
Rural	1.281.146	1.193.153
Total	3.599.834	3.447.116

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

2014								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	756.091	21,00	-	-	3.495	0,47	3.495	0,47
A	1.474.468	40,96	7.372	0,5	551	0,04	7.923	0,54
B	842.446	23,40	8.424	1,0	1.032	0,12	9.456	1,12
C	196.200	5,45	5.886	3,0	2.528	1,29	8.414	4,29
D	150.932	4,19	15.093	10,0	9.359	6,20	24.452	16,20
E	26.931	0,75	8.079	30,0	2.946	10,94	11.025	40,94
F	18.241	0,51	9.121	50,0	5.940	32,57	15.061	82,57
G	2.515	0,07	1.761	70,0	754	30,00	2.515	100,00
H	132.010	3,67	132.010	100,00	-	-	132.010	100,00
Total	3.599.834	100,00	187.746	-	26.605	-	214.351	-

Handwritten signature and initials, possibly reading 'J. Z. M. N.' and 'N. S. M. N.'.

2013								
Classificação nível de risco	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	679.817	19,72	-	-	3.227	0,47	3.227	0,47
A	1.315.473	38,16	6.577	0,5	475	0,04	7.052	0,54
B	1.116.401	32,39	11.164	1,0	1.095	0,10	12.259	1,10
C	174.972	5,08	5.249	3,0	1.960	1,12	7.209	4,12
D	113.843	3,30	11.384	10,0	6.040	5,31	17.424	15,31
E	7.480	0,22	2.244	30,0	471	6,30	2.715	36,30
F	3.117	0,09	1.559	50,0	761	24,41	2.320	74,41
G	2.470	0,07	1.729	70,0	741	30,00	2.470	100,00
H	33.543	0,97	33.543	100,00	-	-	33.543	100,00
Total	3.447.116	100,00	73.449	-	14.770	-	88.219	-

Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas semestralmente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As exceções são as operações do Setor Público que são avaliadas anualmente e as operações de clientes com montante de saldo inferior a R\$ 50 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos, ambas situações amparadas pela Resolução nº 2.682. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

A PCLD adicional constitui reserva técnica para riscos de crédito imprevisíveis, especialmente de operações de elevado valor individual e/ou de concentração setorial. Essa medida leva em conta o histórico dos últimos cinco anos de movimentação das operações nos intervalos de *rating* ao longo de sua existência na Instituição, considerando que se trata de contratos de longo prazo. Essa verificação é atualizada a cada seis meses.

A qualidade da carteira - operações classificadas nos níveis "AA" até "C" - é de 90,81% em 2014 (95,35% em 2013).

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo inicial	88.219	76.025
Adições / (Reversões) liquidas do período	164.580	40.670
Baixa por transferência a prejuízo	(38.448)	(28.476)
Saldo final	214.351	88.219

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 5,95% (2,56% em 2013).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2014		2013	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	78.014	2,17	82.792	2,40
10 maiores seguintes	507.771	14,10	479.372	13,91
20 maiores seguintes	536.564	14,91	528.380	15,33
Demais	2.477.485	68,82	2.356.572	68,36
Total	3.599.834	100,00	3.447.116	100,00

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o BADESUL detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2014 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 38.448 (R\$ 28.476 em 2013), em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2014, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 115.212 (R\$ 91.064 em 2013).

As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 17.023 (R\$ 10.235 em 2013), sendo que R\$ 14.299 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 2.724 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento.

7 Rendas a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2014	2013	2014	2013
Comissões por Co-Obrigações a Receber/Carta Fiança	126	432	364	344
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	600	263	0	-
Total	726	695	364	344

8 Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do BADESUL, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas e de passivos atuariais, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto prazo		Longo prazo		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo fiscal diferido – IRPJ	19.394	6.859	65.588	36.119	84.982	42.978
Ativo fiscal diferido – CSLL	11.636	4.115	39.353	21.672	50.989	25.787
Total	31.030	10.974	104.941	57.791	135.971	68.765

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2014 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais de 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 15% sobre o saldo das diferenças temporárias.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

	2014		
Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	262.966	65.742	39.444
Rendas de Atraso	23.057	5.764	3.459
Provisão para perdas com ações trabalhistas	41.139	10.285	6.171
Provisão para passivos atuariais	12.765	3.191	1.915
Total	339.927	84.982	50.989

Handwritten signatures and initials:
 18, Z, M17, and other illegible marks.

2013			
	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Diferenças Temporárias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	120.110	30.027	18.017
Rendas de Atraso	12.344	3.086	1.852
Provisão para perdas com ações trabalhistas	23.614	5.904	3.542
Provisão para passivos atuariais	15.845	3.961	2.376
Total	171.913	42.978	25.787

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

2014			2013
	IRPJ	CSLL	Total
Saldo inicial	42.978	25.787	68.765
Adições			
- Resultado	43.877	26.326	70.203
- Patrimônio líquido	1.130	678	1.808
Exclusões/Baixas			
- Resultado	(3.003)	(1.802)	(4.805)
- Patrimônio líquido	-	-	-
Total	84.982	50.989	135.971

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

2014				
Ano de Realização	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2015	77.576	19.394	11.636	31.030
2016	102.933	25.734	15.441	41.175
2017	90.034	22.508	13.505	36.013
2018	7.100	1.775	1.065	2.840
2019	11.700	2.925	1.755	4.680
Acima de 2020	50.584	12.646	7.587	20.233
Total	339.927	84.982	50.989	135.971

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 3,27%, está representado por R\$ 78.202 (R\$ 37.515 em 2013) referentes ao imposto de renda e R\$ 46.921 (R\$ 22.508 em 2013) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2014, R\$ 606 (R\$ 264 em 2013) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 364 (R\$ 159 em 2013) relativos à Contribuição Social.

9 Outros valores e bens

	2014	2013
Bens não de uso próprio (imóvel recebido em dação em pagamento)	3.600	-
Material em estoque	121	173
Total	3.721	173

10 Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2014 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição:

		2014			2013
	Taxas de depreciação % ao ano	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de uso (i)	4	35.074	(2.665)	32.409	-
Instalações, móveis e equipamentos	10	4.387	(2.561)	1.826	2.244
Sistema de processamento de dados	20	3.432	(2.595)	837	1.226
Outros	10	200	(140)	60	75
Total		43.093	(7.961)	35.132	3.545

- (i) Imóveis recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul conforme Lei Estadual nº 13.795 de 27 de setembro de 2011, alterada pela Lei Estadual nº 14.410 de 02 de janeiro de 2014, que compreendem 10 andares do Edifício Negrinho do Pastoreio localizado em Porto Alegre, para utilização como sede administrativa do BADESUL. Esses itens de imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2014 a Administração identificou a necessidade do registro de *impairment* sobre esses ativos através da avaliação de seu valor justo, estimado por especialistas em avaliações que apuraram uma perda por *impairment* no montante de R\$ 1.492.
- (ii) As adições do imobilizado de uso, no exercício, montaram R\$ 35.088.

[Handwritten signatures and initials]

11 Obrigações por repasse no país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 1,00% a.a. a 7,50% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P e UPF), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,00% a.a. até 11,00% a.a.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	2014				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	98.800	321.110	419.910	1.253.636	1.673.546
CEF	334	1.036	1.370	28.034	29.404
FINAME	40.265	172.069	212.334	1.427.896	1.640.230
FINEP	6	45	51	3.030	3.081
Total	139.407	494.260	633.665	2.712.596	3.346.261

	2013				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total obrigações
BNDES	73.296	306.391	379.687	1.317.037	1.696.724
CEF	304	945	1.249	28.786	30.035
FINAME	34.211	131.694	165.905	1.331.414	1.497.319
FINEP	-	14	14	123	137
Total	107.811	439.044	546.855	2.677.360	3.224.215

O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para repasses do BADESUL aos seus clientes.

12 Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	34.581	12.988
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	102	102
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.305	1.201
PIS, COFINS, ISSQN	884	720
Total	36.872	15.011

Handwritten signatures and initials:
 J. Z. 9/11/14
 A. R. 9/11/14

13 Passivos contingentes

Natureza	Movimentação			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	23.614	18.220	(695)	41.139
Cível (b)	41	259	(26)	274
Provisão FGI (vide nota 20b"i")	918	962	-	1.880
Total	24.573	19.441	(721)	43.293

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a. Ações trabalhistas

Processos trabalhistas: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Em 31 de dezembro de 2014 existiam 32 (17 em 2013) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 30.161 (R\$ 1.439 em 2013).

b. Ações cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de (pedidos de reparação por danos morais ou materiais).

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 13.351 (R\$ 2 em 2013), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

c. Ações Fiscais

- (i) PIS/COFINS - Ação coletiva em que o BADESUL é parte: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das Agências de Fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para o BADESUL.

Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715, produzindo efeito a partir de 01 de janeiro de 2013 com a possibilidade de opção para o exercício de 2012, a qual veio eliminar a “lacuna” que havia na legislação tributária quanto à expressa previsão do tratamento tributário aplicável às Agências de Fomento, conforme disposto no seu artigo nº 70.

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo valor apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, cujos valores originais foram atualizados e incluídos as multas de ofício. Até a data destas demonstrações financeiras a discussão encontra-se na instância administrativa e não existe nenhuma decisão.

O BADESUL, através de sua assessoria jurídica, entende que uma decisão final desfavorável no âmbito administrativo é possível. O risco máximo envolvido relacionado aos períodos de 2009 a 2012 é de R\$ 46.329 (R\$ 44.214 em 2013), considerando os valores originais corrigidos.

- (ii) ISSQN: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o BADESUL, entre outros, está arrolado como parte responsável por tal débito. O BADESUL, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre. O BADESUL obteve liminar favorável, estando o processo ainda em tramitação, pendente de julgamento do mérito. Esta possível contingência foi estimada em R\$ 23.240 para a data base 31 de dezembro de 2014 (R\$ 13.383 para 31 de dezembro de 2013).

d. Devedores por depósitos em garantia

	2014	2013
Ações Trabalhistas	6.062	3.237
Ações Cíveis	67	87
Saldo Atual	6.129	3.324

14 Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	2014	2013	2014	2013
Passivo c/plano de previdência complementar (c)	-	-	8.172	11.338
Passivo c/planos de saúde (d)	-	-	740	924
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e)(*)	214	823	3.639	2.760
Total	214	823	12.551	15.022

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

Handwritten signatures and initials, including "J. Z. MV" and "R. P. R."

a. Composição do passivo atuarial líquido

Para 31 de dezembro de 2014 foi procedida, por atuário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

	Planos de previdência complementar				
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV 1 (c.iii)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	21.973	9.630	419	2.395	3.853
Valor justo dos ativos do plano	(14.787)	(9.023)	(40)	(1.655)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	7.186	607	379	740	3.853
Passivo atuarial líquido	7.186	607	379	740	3.853

	Plano de previdência complementar				
	Plano PB1 (c.i)	Plano saldado (c.ii)	Plano FBPREV 1 (c.iii)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Movimentação da posição líquida do balanço	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais	54.844	-	-	2.397	3.583
Valor justo dos ativos do plano	(43.506)	-	-	(1.473)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	11.338	-	-	924	3.583
Passivo atuarial líquido	11.338	-	-	924	3.583

b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

Movimentação no exercício

	Planos de Previdência Complementar				
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV 1 (c.iii)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2013	11.338	-	-	924	3.583
Despesa (receita) reconhecida no resultado no exercício	1.820	53	624	32	448
Perda (ganho) reconhecidos em outros resultados abrangentes	4.152	584	-	(216)	-
Contribuições do empregador vertidas no exercício	(599)	(30)	(245)	-	(178)
Efeito da migração de planos de benefícios	(9.525)	-	-	-	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2014	7.186	607	379	740	3.853

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "J. Z."
 - Middle right: "Russo"
 - Bottom left: "18"
 - Bottom right: "de"

Movimentação no segundo semestre

	Planos de Previdência Complementar				Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	
Passivo atuarial em 30 de junho de 2014	5.026	839	-	249	3.631
Despesa (receita) reconhecida no resultado no semestre	1.212	53	624	-	400
Perda (ganho) reconhecidos em outros resultados abrangentes	1.419	(255)	-	(249)	-
Contribuições do empregador vertidas no semestre	(471)	(30)	(245)	-	(178)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2014	7.186	607	379	-	3.853

c. Plano previdenciário complementar

O BADESUL é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

- (i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo BADESUL por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios saldado e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPREV II), na sua maioria para este último. Os efeitos na movimentação do passivo atuarial, decorrentes da migração deste plano, foram apurados por atuário independente na data base 30 de junho de 2014, os quais estão demonstrados nas letras "a" e "b" desta nota. Já, no que se refere às despesas com os incentivos oferecidos para a migração, o desembolso (transferência dos recursos para a composição dos Ativos dos novos Planos) foi realizado no dia 02/06/2014 no montante de R\$ 17.593.
- (ii) Plano de Benefícios Saldado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldado, não há apuração de custos e, conseqüentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit.

[Handwritten signatures and initials]

- (iii) Plano de Benefício FBPREV I: Foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano, os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo.
- (iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo “contribuição variável” e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. Ao final do exercício de 2014 o valor justo dos ativos do plano superou o valor presente das obrigações, representados por R\$ 2.773 e R\$ 2.659 respectivamente, por isso foi revertido o passivo que havia sido reconhecido em junho de 2014.

d. Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA, PAMEG e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento, (c) POD I – Plano Odontológico. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da co-participação.

e. Prêmio por aposentadoria

Em razão da sucessão trabalhista, ocorrida em 01 de maio de 2002, o BADESUL assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos empregados transferidos do BANRISUL, inclusive os planos de benefícios pós-emprego. Assim, é oferecido prêmio por aposentadoria a esses empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

f. Principais premissas

As principais premissas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

(i) Premissas econômico-financeiras

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Taxa de desconto (taxa real)		
Plano PB1	6,14% ao ano	6,37% ao ano
Plano Saldado	6,16% ao ano	-
Plano FBPREV I	6,17% ao ano	-
Planos de Saúde	6,18% ao ano	6,37% ao ano
Taxa de retorno esperada dos Ativos (taxa real)	*	*
Taxa de crescimento salarial futuro (taxa real)	3,56% ano	3,56% ano

Taxa de crescimento dos benefícios (taxa real)	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Expectativa de inflação	5,40% ao ano	5,95% ao ano
Fator de capacidade dos salários	100%	100%
Fator de capacidade do Plano	100%	100%
Fator de capacidade dos benefícios do INSS	98%	98%
Análise de permanência no Plano de saúde	100%	100%
Taxa de crescimento dos custos com saúde (HCCTR - taxa real)	3,92% ao ano	3,00% ao ano

(*) A taxa de retorno esperada dos Ativos é idêntica à taxa de desconto (taxa real)

(ii) Premissas demográficas

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)	AT 2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 83 desagravada em 50%	RRB 83 desagravada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light forte desagravada em 50%	Light forte desagravada em 50%
Tábua de rotatividade	Experiência Towers Perrin agravada em 125% 100% na elegibilidade	Experiência Towers Perrin agravada em 125% 100% na elegibilidade
Entrada em aposentadoria	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 61 anos para os homens e 60 anos para as mulheres	Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria de 61 anos para os homens e 60 anos para as mulheres
Composição familiar	Benefícios a conceder: Família média	Benefícios a conceder: Família média
	Benefícios concedidos: Família real informada	Benefícios concedidos: Família real informada
	Sendo família média:	Sendo família média:
	- percentual de casados: 95% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário	- percentual de casados: 95% - diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos - 1 filho temporário
<i>Duration</i>		
Plano PIBI	9,41 anos	24 anos
Plano Saldado	10,75 anos	-
Plano FBPREV I	15,66 anos	-
Plano de saúde	14,75 anos	25 anos
Prêmio por aposentadoria	2,58 anos	0,3 anos

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2014, foi utilizado o custo médio sem segregação por faixa etária, uma vez que a taxa de envelhecimento (aging fator) encontra-se contemplada dentro da premissa de HCCTR.

Custo/Plano - modalidade	<u>PAMES</u>	<u>POD</u>	<u>PROMED</u>
Custo médio (Em Reais)	387,06	27,06	42,39
Coparticipação média (Em Reais)	65,18	11,59	23,19

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "2. MM"
- Middle: "A" and "Rocio"
- Bottom right: "L"

g. Análise de sensibilidade

O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2014:

	Plano PB1	Plano Saldado	Plano FBPREV I
Posição em 31/12/2014	(7.186)	(607)	(379)
Taxa de desconto			
Aumento de 0,25%	(354)	(355)	(354)
Redução de 0,25%	(405)	(873)	(405)
Expectativa de vida			
Aumento de 1 ano	(381)	(455)	(381)
Redução de 1 ano	(377)	(754)	(377)
Crescimento salarial			
Aumento de 0,25%	(393)	-	(393)
Redução de 0,25%	(364)	-	(364)

h. Alocação de capital

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2014:

	Planos de Previdência Complementar		
	Plano PB1	Plano Saldado	Plano FBPREV I
Alocação do valor justo dos ativos dos Planos			
Caixa e equivalente de caixa	2.123	368	44
Instrumentos patrimoniais	9.671	4.546	50
Instrumentos de dívida	2.956	1.543	249
Imóveis	378	184	-
Fundos de investimento	2.697	2.484	75
(-) Recursos a receber - patrocinador	(331)	-	-
(-) Exigível operacional	(206)	(101)	-
(-) Exigível contingencial	(2.006)	-	-
(-) Fundo de investimento	(388)	(1)	-
(-) Fundo administrativo	(109)	-	(44)
(-) Fundo previdencial	-	-	(3)
Parcela CD	-	-	332
Total	14.785	9.023	703

Handwritten signatures and initials:
 JZ. MM
 18
 [Signature]
 [Signature]

15 Credores diversos

	2014	2013
Financiamentos a Liberar para Mutuários dos Fundos Administrados (*)	6.675	8.874
Cobrança (valores a processar)	774	325
Recebimento de Fundos Regionais Administrados (*)	207	68.586
Fornecedores	803	787
Outras	343	353
Total	8.802	78.925

(*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 24b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do BADESUL.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 659.030 em 2013) representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1.00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

No exercício de 2014 o capital social do BADESUL apresentou aumento no montante de R\$ 97.313 deliberados em assembleia geral de acionistas, conforme segue:

- (i) Em 27 de janeiro de 2014 aumento no valor de R\$ 25.313, homologado pelo BACEN em 31 de março de 2014, (origem dos recursos: retornos do FUNDOPEM conforme previsão na Lei Ordinária Estadual nº 11.916 de 02 de junho de 2003);
- (ii) Em 19 de março de 2014 aumento no valor de R\$ 32.000, homologado pelo BACEN em 26 de maio de 2014, (origem dos recursos: reversão de reservas de lucros);
- (iii) Em 29 de julho de 2014 aumento no valor de R\$ 40.000, homologado pelo BACEN em 14 de agosto de 2014, (origem dos recursos: disponibilidades do acionista controlador).

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

Handwritten signatures and initials:
Top right: "M99"
Bottom left: "14"
Bottom center: "R. Z."
Bottom right: "R. Z." and "R. Z." with a checkmark.

As outras reservas especiais de lucros estão compostas por lucros remanescentes ainda não deliberados pela Assembleia Geral de acionistas, permanecendo nesta condição para futura destinação. Este procedimento está em conformidade ao que dispõe a Carta Circular nº 3.516 emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de julho de 2011.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembleia Geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. No exercício de 2014 não houve registro de JSCP. No exercício de 2013 os referidos juros reduziram os encargos tributários na ordem de R\$ 9.880.

Para este exercício não serão propostos dividendos em razão do exposto na letra “b” desta Nota, referente à reserva para incentivos fiscais.

Durante o exercício de 2014 foi pago o montante de R\$ 19.703, referente a saldo de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013 (Em 2013 foi pago o montante de R\$ 12.940 sendo R\$ 7.940 referentes ao exercício de 2012 e R\$ 5.000 referentes a adiantamento do exercício de 2013).

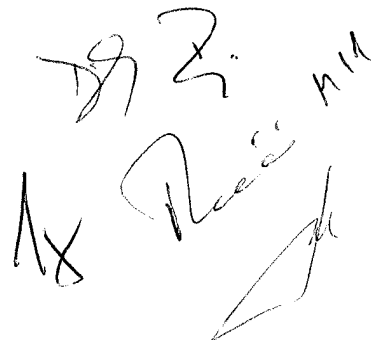
17 Capital regulamentar

a. Patrimônio de referência

O Banco Central do Brasil, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basileia III alterou as regras de apuração do Patrimônio de Referência como disposto na Resolução nº 4.192/2013, emitida pelo BACEN. O valor do patrimônio de referência da Instituição em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 596.260 (R\$ 552.290 em 2013).

b. Índice de Basileia

As regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras de manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basileia em relação aos ativos ponderados da Instituição era de 16.08% (15,26% em 2013), superior ao índice mínimo exigido pelos normativos que é de 11%.



c. Limites operacionais

O Banco Central estabeleceu os procedimentos para apuração dos limites e padrões regulamentares. Em 31 de dezembro de 2014 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	(Exigência/Limite)	Situação	Margem	Índice Amplo
2014				
Compatibilização do PR com o PRE	441.771	596.260	154.489	14,85%
Imobilização	298.130	35.132	262.998	5,89%
2013				
Compatibilização do PR com o PRE	445.525	552.290	106.765	13,64%
Imobilização	276.145	3.570	272.575	0,65%

18 Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2014	Exercício 2014	Exercício 2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(68.825)	(19.956)	58.149
Juros Sobre o Capital Próprio	3.736	-	(24.703)
Participações Estatutárias no Lucro	-	-	(2.616)
Ajuste de RTT	-	(9.525)	-
Exclusão receita de doação do Poder Público (doação de imóvel)	-	(35.074)	-
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	136.892	178.084	24.903
Diferenças Temporárias	134.033	174.388	24.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110.414	142.857	19.047
Rendas a apropriar em atraso	6.827	9.635	637
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	(514)	1.079	(2.158)
Provisões para contingências	15.442	17.758	4.196
Outras provisões	1.864	3.060	2.549
Diferenças Permanentes	2.859	3.696	632
Despesas não dedutíveis	2.859	3.696	632
Base de cálculo do IR e CS	71.803	113.529	55.733
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente (Nota 3m)	(28.704)	(45.381)	(22.269)
Incentivos Fiscais	820	1.011	765
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	(27.884)	(44.370)	(21.505)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 8)	53.328	65.398	27.180
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	25.444	21.028	5.675

Handwritten signatures and initials:
 JF Z.
 N. Ricci
 M. J.

19 Outras receitas

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2014	2014	2013
Recuperação de encargos e despesas	35	51	99
Reversão de passivo atuarial plano de prev. complementar	-	9.525	-
Reversão de provisões operacionais	-	4	169
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	143	288	155
Atualização de direitos junto ao BNDES	-	-	67
Outras	88	128	121
Total	266	9.996	611

20 Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

a. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2014	2014	2013
Água, energia e gás	276	584	567
Comunicação	94	170	203
Manutenção e conservação de bens	472	891	1.462
Processamento de dados	3.815	5.639	6.189
Publicidade e propaganda	1.699	2.921	3.591
Serviços do sistema financeiro	449	846	725
Serviços de terceiros	728	1.353	1.152
Serviços técnicos especializados	387	727	1.023
Transporte	25	47	53
Viagem	233	350	440
Emolumentos Cartoriais	362	540	349
Depreciação e amortização	2.607	3.498	917
Contribuições para entidades representativas	83	251	251
Doações – projetos com incentivo fiscal	580	580	400
Outras	351	658	695
Total	12.161	19.055	18.017

Handwritten signatures and initials:
 J. Z. M. M.
 R. Z. M. M.
 A. Z. M. M.

b. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2014	2014	2013
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	1.136	1.655	1.449
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	15.576	18.220	6.538
Despesa com provisão decorrente de honra FGI (i)	420	962	918
Despesa com incentivo p/migração plano de previdência PBI	-	17.593	-
Outras	433	218	517
Total	17.565	38.648	9.422

(i) Em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, é reconhecido provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que há adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), devendo ser ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo.

21 Resultado não operacional

	2º Semestre 2014	2014	2013
Receita decorrente de imóveis recebidos em doação (ver nota 10)	-	35.074	-
Outras despesas não operacionais	(25)	(26)	-
Total	(25)	35.048	-

22 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do BADESUL, e, BRDE até março de 2014.

	2014		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b)	(600)	5.049	-
Contratação de serviços especializados	342	-	344
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	1.771
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(89)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	123	-	1.296
Outros valores a ressair	(398)	-	-

	2013		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos	(263)	4.120	-
Contratação de serviços especializados	316	-	548
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	39	-	1.933
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(104)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	202	-	1.275
Outros valores a ressarcir	(470)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

23 Gestão de riscos

A gestão de riscos do BADESUL considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no sítio www.badesul.com.br.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a. Risco de mercado

Revisada anualmente, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. O risco de mercado é gerenciado com o auxílio de um sistema específico. Esse software gera o relatório de Demonstrativo de Limites Operacionais, a partir das informações internas e das taxas de mercado. Esse documento é enviado mensalmente ao BACEN. O risco de mercado não é significativo para o Badesul, tendo em vista que as operações têm as taxas "casadas" no ativo e no passivo, mitigando a exposição. O indicador que evidencia a exposição ao risco de taxas de juros é o RBAN.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração do *rating* das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

Handwritten signatures and initials:
 J. S. Z.
 18
 M. M.
 P. S.

c. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução nº 3.380, emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2006. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d. Gerenciamento de capital

A Resolução nº 3.988, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2011, estabelece a necessidade de uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações de cada Instituição, bem como define um cronograma para a sua efetiva implementação. O BADESUL está em plena conformidade com as atividades elencadas na programação de atendimento à referida norma. Nesse sentido foram tomadas as seguintes providências: (a) indicação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional para atender esse fim; (b) definição da política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários, revisado anualmente; (c) estabelecimento do plano de contingência de capital; (d) efetiva implementação da estrutura de gerenciamento de capital.

O monitoramento e controle do Gerenciamento do Capital é realizado a partir da Margem ou Insuficiência para o Limite de Basileia, calculada a partir da identificação do Patrimônio de Referência, Patrimônio de Referência Exigido e RBAN (Risco da carteira de não negociação).

e. Risco de Liquidez

O Banco Central do Brasil, em 24 de maio de 2012, por meio da Resolução nº 4.090, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas por ele a funcionar devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. O tema está disposto em resolução do Conselho de Administração, revisado periodicamente, que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, e por isso são alvo de monitoramento constante, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa.

24 Compromissos e responsabilidades

a. Co-obrigações por garantias prestadas

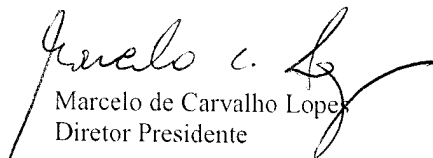
O BADESUL concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 está representado por R\$ 111.946 (R\$ 127.950 em 2013).


b. Gestão de recursos de terceiros


O BADESUL, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do BADESUL está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2014, representam o montante de R\$ 4.569.528 (R\$ 3.771.633 em 2013). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o BADESUL é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício R\$ 5.049 (R\$ 4.120 em 2013).

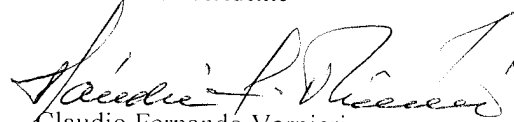
Diretoria executiva

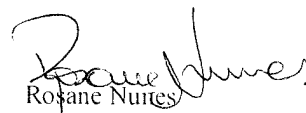

Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor Presidente


Aldino Bernardo Dick
Diretor Financeiro,
Responsável pela Área Contábil


Luis Felipe Maldaner
Diretor de Participações e Inovação e de Operações


Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente


Claudio Fernando Varnieri
Diretor Administrativo


Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3



BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.

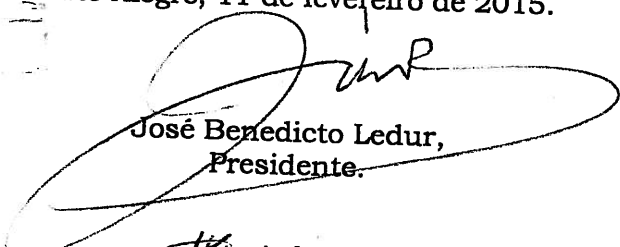
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2014, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas, todas comparativas ao exercício de 2013. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2014.

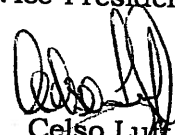
Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2015.



José Benedicto Ledur,
Presidente.



Kalil Sehbe Neto,
Vice-Presidente.



Celso Luft,
Conselheiro.



Lauro Angelo Ceratti,
Conselheiro.



Jorge Luis Cardoso,
Conselheiro.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 04/02/2015, compreendendo: Relatório da Administração, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2014, todas comparativas ao exercício de 2013.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2015.

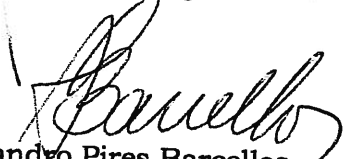


Marcelo de Carvalho Lopes

Vice-Presidente, respondendo pelos encargos da Presidência.



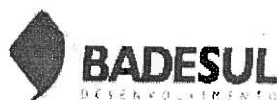
Izilindo Sfredo Stival,
Conselheiro



Alessandro Pires Barcellos,
Conselheiro.



Leonardo Gaffrée Dias,
Conselheiro.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Dezembro de 2014

A MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao encerrar-se o ano de 2014 e também o quadriênio 2011-2014 da administração do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, venho apresentar-me mais uma vez frente aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, trabalhadores e à comunidade rio-grandense em geral para transmitir os resultados do exercício findo e os destaques do ciclo quadrienal de gestão que ora se conclui.

Durante os últimos quatro anos comunguei, com a equipe do Badesul e aquelas lideradas pelo Secretário Mauro Knijnik e pelo Governador Tarso Genro, a vontade de contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Encerro este ciclo de gestão do Badesul com a absoluta convicção de que se conseguiu alcançar essa visão. Isto porque, no quadriênio 2011-2014 não houve projeto importante para a economia gaúcha que não tenha contado com o apoio, seja financeiro, seja institucional, desta Agência de Fomento.

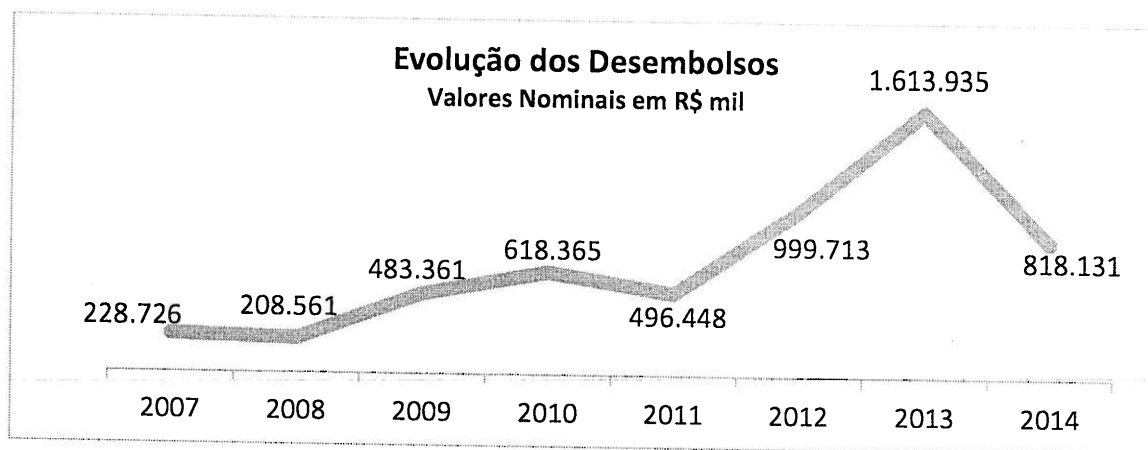
Para tanto, os colaboradores e a diretoria do Badesul, que tive a honra de presidir nos últimos quatro anos, trabalharam de forma coletiva e incansavelmente para cumprir a sua missão institucional e também para fortalecer as dimensões operacionais, financeiras e administrativas desta Agência.

Cabe destacar que os sucessos do Badesul no quadriênio 2011-2014 deveram-se ao apoio do mais relevante dos seus públicos, o Estado do Rio Grande do Sul, Acionista Majoritário da Instituição, representado pelo Governador Tarso Genro e pelo Secretário Mauro Knijnik, aos quais transmito meus agradecimentos pessoais e, tenho certeza, em nome dos colaboradores, diretores e conselheiros desta Agência de Fomento.

Renovo meus agradecimentos aos clientes do Badesul, que são a razão da sua existência e cujas decisões de investimento tanto sustentam a confiança dos rio-grandenses no seu futuro, quanto têm orgulho do seu passado. Estendo os meus agradecimentos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, principal fonte de recursos da nossa empresa, pela sua relevância no crédito ao desenvolvimento no Brasil e no RS.

Marcelo de Carvalho Lopes

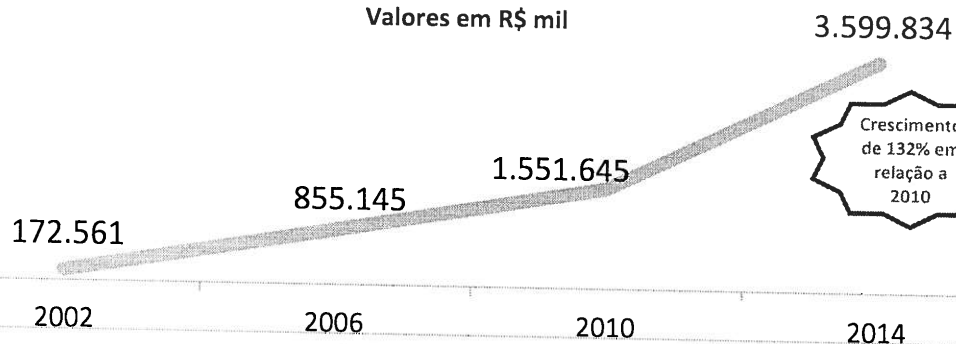
Diretor-Presidente



Limite de Basileia do Badesul em Dezembro de 2014: 15,2

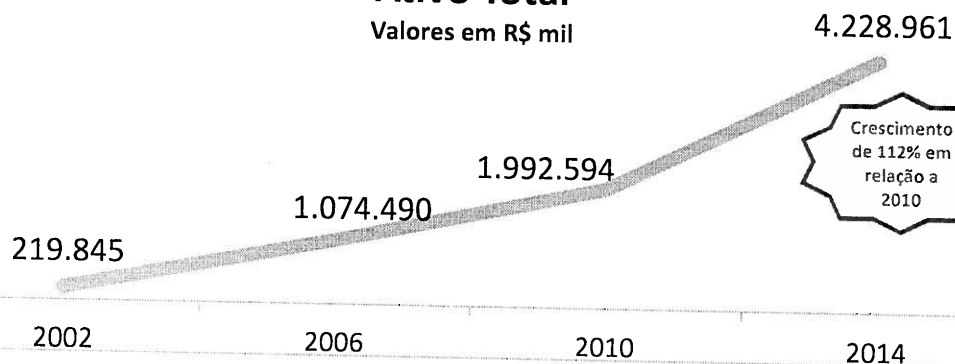
Carteira de Crédito

Valores em R\$ mil



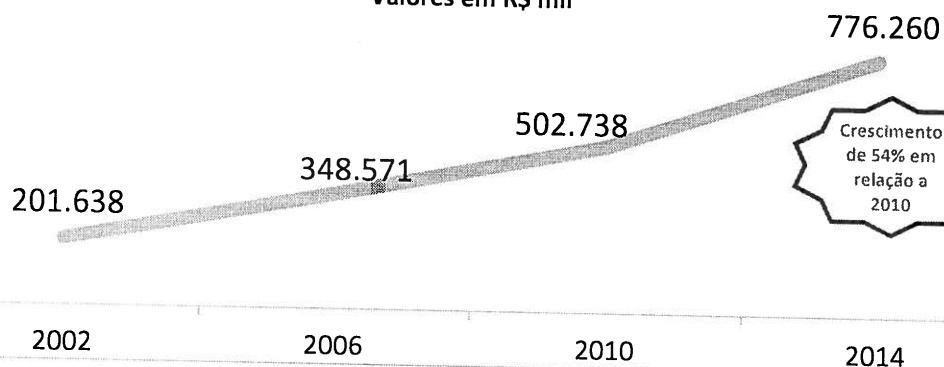
Ativo Total

Valores em R\$ mil



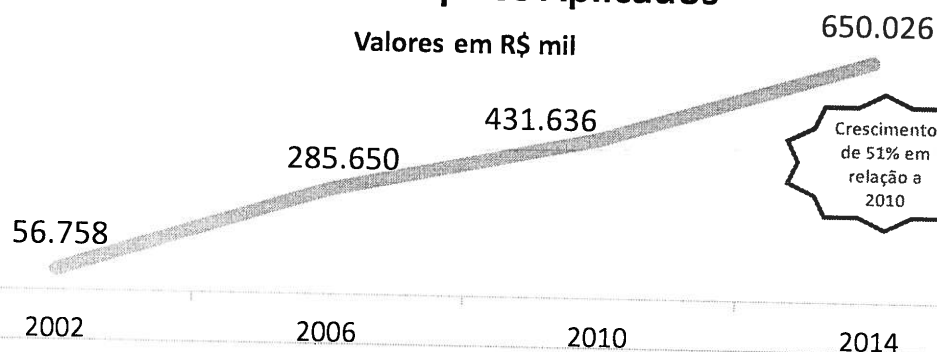
Patrimônio Líquido

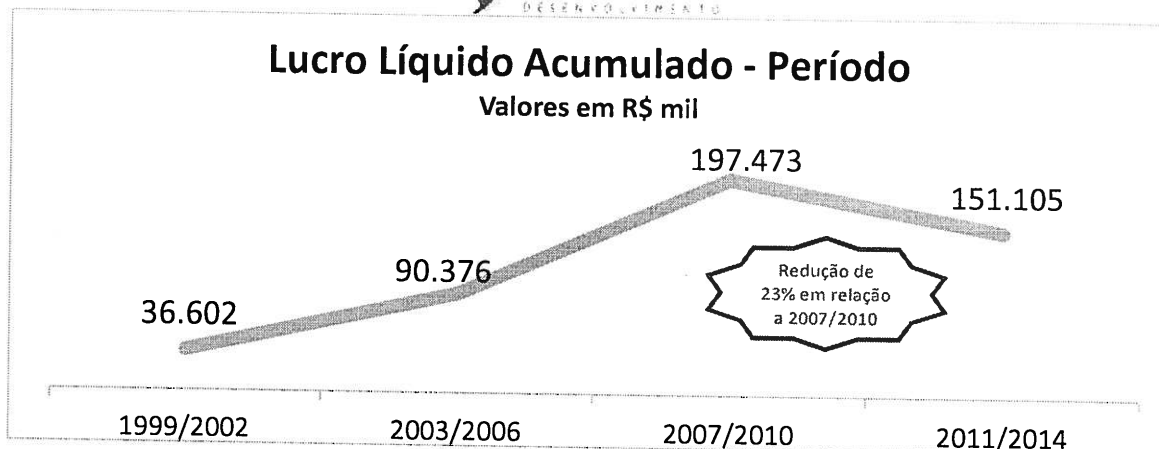
Valores em R\$ mil



Recursos Próprios Aplicados

Valores em R\$ mil





1 A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

No quadriênio 2011-2014 a economia mundial cresceu, em média, 3,4% ao ano. É lícito esperar que, nos próximos anos, essa média se mantenha no mesmo patamar, mas com assimetrias entre as principais economias do mundo. A economia dos Estados Unidos da América, por exemplo, apresentou, no quadriênio 2011-2014, uma taxa média de crescimento de 2,6% ao ano. Portanto, é possível considerar-se que, nos próximos anos, a economia norte-americana poderá crescer a taxas anuais próximas à da economia mundial. No quadriênio 2011-2014 a economia japonesa apresentou crescimento médio do seu PIB real de apenas 0,85% ao ano. Nos próximos anos não se espera que o PIB real do Japão cresça a taxas maiores. O desempenho do PIB da Área do Euro registrou 0,30% ao ano, em média, no quadriênio 2011-2014. Pode-se esperar para os próximos anos que a Área do Euro produza uma taxa média de crescimento do seu PIB em torno de 1% ao ano. As economias da Alemanha e, em menor grau, da França, poderão crescer mais, mas países como Grécia, Espanha, Portugal e Itália deverão crescer menos. O PIB da economia chinesa cresceu 8,0% ao ano, em média, no quadriênio 2011-2014. Para os próximos anos espera-se que a economia da China mantenha um ritmo médio de 7,1% ao ano de crescimento, confirmando um pouso suave em relação às ainda mais elevadas taxas de crescimento que teve no passado recente.

A economia brasileira apresentou no quadriênio 2011-2014 uma taxa média de crescimento do seu PIB de 1,6% ao ano. A economia do Rio Grande do Sul, no quadriênio 2011-2014, cresceu, em média, 2,6% ao ano, ritmo este superior ao da economia brasileira. A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre foi, em média, de apenas 3,3% da PEA no mesmo período, apresentando-se como a mais baixa taxa de desocupação dentre as pesquisadas pelo IBGE no Brasil. O principal destaque do dinamismo da economia do RS no quadriênio 2011-2014 foi a agropecuária, cujo VAB expandiu-se, em média, 7% ao ano, mercê a notável recuperação e crescimento em 2013, por conta da estiagem verificada no ano-safra anterior. Espera-se que a economia do Rio Grande do Sul, nos próximos anos, mantenha ritmo de crescimento do seu PIB superior ao do Brasil e com seus indicadores agropecuários, industriais e de serviços em expansão moderada.

2 BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O Badesul é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas. O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, à qual se vincula como instituição financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.



O Badesul é uma Instituição financeira na forma de Agência de Fomento que se dedica ao crédito de longo prazo a investimentos fixos e mistos voltados ao desenvolvimento econômico e social. A área geográfica de atuação do Badesul corresponde ao território do Rio Grande do Sul e os produtos e serviços que opera são os listados a seguir, com seus públicos relevantes.

- a) *Crédito Empresarial*: Empresas Industriais e de Serviços.
- b) *Crédito Público*: Prefeituras Municipais.
- c) *Crédito Rural*: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) *Crédito à Inovação*: Empresas Inovadoras.
- e) *Participações*: Fundos de Investimento Privados.
- f) *Serviços*: Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

No que se refere às fontes de recursos, os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo BNDES, que representam 93% do seu saldo de operações ativas. A Instituição opera ainda produtos financeiros assentados nos seus recursos próprios e também captados junto à CEF (Caixa Econômica Federal) e à FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

3 O BADESUL EM 2011-2014

3.1 Estratégias

Os produtos, os serviços e os recursos financeiros do Badesul foram utilizados, no quadriênio 2011-2014, de acordo com estratégias definidas pelo Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SD/RS). A Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI está no centro do SD/RS, com a função de articular as instituições e as ações de governo integradas no âmbito do referido sistema. As prioridades setoriais do SD/RS para orientar as atividades operacionais do Badesul foram definidas no âmbito da Política Industrial do Rio Grande do Sul, a qual considerou dois blocos de setores estratégicos para o desenvolvimento da economia gaúcha: a Nova Economia e a Economia Tradicional.

Os setores prioritários da Nova Economia são: indústria oceânica e polo naval; reciclagem e despoluição; biocombustíveis (etanol e biodiesel); semicondutores; energia eólica; saúde avançada e medicamentos; indústria da criatividade.

Os setores prioritários da Economia Tradicional são: agroindústria (carne bovina, carne suína, avicultura, leite e derivados, grãos (arroz, soja e milho), vitivinicultura); automotivo e implementos rodoviários; máquinas e implementos agrícolas; madeira, celulose e móveis; equipamentos para a indústria de petróleo e gás; produtos de borracha e material plástico; software; eletroeletrônica e automação; calçados e artefatos.

3.2 Desempenho de Operações

As aprovações de crédito a projetos de investimentos e a subscrição de quotas de fundos de investimentos pelo Badesul na economia gaúcha, no quadriênio 2011-2014 podem ser observadas na tabela que se segue.

Valor das Operações de Crédito Aprovadas e de Participações Subscritas pelo Badesul.
Em R\$ mil nominais.

Badesul	2011	2012	2013	2014	Total	Média Anual
Rural e Agroindustrial	215.127	540.935	432.724	471.569	1.660.355	415.089
Empresarial	582.102	1.444.702	962.990	330.549	3.320.343	830.086
Fomento Público	76.280	78.110	77.015	98.563	329.968	82.492
Cartas-Fiança	23.290	44.768	58.341	6.859	133.258	33.315
Inovação	-	-	6.534	9.238	15.772	3.943
Renegociações	-	10.867	16.264	99.777	126.908	31.727
Total Operações Crédito	896.798	2.119.381	1.553.867	1.016.556	5.586.602	1.396.651
Participações Subscrição	10.000	-	10.000	-	20.000	5.000
Total Geral	906.798	2.119.381	1.563.867	1.016.556	5.606.602	1.401.651

Fonte: Badesul.



As operações de crédito aprovadas e de participações subscritas alcançaram uma média anual de R\$ 1.401,7 milhões no quadriênio encerrado em 2014, o que representa crescimento de 138,7% em relação ao quadriênio anterior.

Valor das Operações de Crédito Desembolsadas e de Participações Integralizadas pelo Badesul.
Em R\$ mil nominais.

Badesul	2011	2012	2013	2014	Total	Média Anual
Rural e Agroindustrial	203.197	273.496	654.091	283.163	1.413.947	353.487
Empresarial	235.216	601.719	839.126	386.326	2.062.387	515.597
Fomento Público	34.745	78.116	41.059	66.640	220.560	55.140
Cartas-Fiança	23.290	44.768	58.341	6.859	133.258	33.315
Inovação	-	-	136	2.958	3.094	1.547
Renegociações	-	-	20.798	70.062	90.860	45.430
Total Operações Crédito	496.448	998.099	1.613.551	816.008	3.924.106	981.026
Participações Integralização	-	1.613	384	2.123	4.120	1.373
Total Geral	496.448	999.713	1.613.935	818.131	3.928.227	982.057

Fonte: Badesul.

O saldo total de operações ativas do Badesul registrado ao final de 2014 alcançou o valor de R\$ 3.599,8 milhões, o qual é 132% superior ao saldo total de operações ativas desta Agência de Fomento registrado ao final de 2010, que era de R\$ 1.551,6 milhões.

Destaques Operacionais

- **Modernização do Agronegócio.** No período 2011/14, o Badesul desembolsou, em termos nominais, R\$ 1.413,9 milhões para a execução de investimentos na economia agropecuária e agroindustrial do Rio Grande do Sul. Em especial foram apoiados investimentos em máquinas e implementos agrícolas, barragens, sistemas de irrigação e de armazenagem.
- **BADESUL Cidades.** No período 2011/14, o Badesul desembolsou R\$ 220,6 milhões à execução de investimentos projetados por 231 prefeituras municipais do RS, ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão municipal.
- **Expansão e modernização empresarial.** Em consonância com a Política Industrial do Rio Grande do Sul, o Badesul desembolsou no período 2011/14 R\$ 2.062,4 milhões à execução de projetos empresariais à economia tradicional e à nova economia rio-grandenses. Na nova economia empresarial gaúcha, os projetos apoiados priorizaram a indústria de biodiesel, o polo naval de Charqueadas, o polo naval, logístico e portuário de Rio Grande e a indústria de semicondutores. Na economia empresarial tradicional, o Badesul apoiou investimentos à modernização e produção das indústrias de alimentos, química, metalúrgica, mecânica, couros e calçados, elétrica e outras presentes na história industrial da economia gaúcha.
- **Agente financeiro relevante do BNDES.** O Badesul, em 2013, chegou a ser o segundo maior repassador de financiamentos do BNDES no Estado do Rio Grande do Sul, quando os seus desembolsos atingiram R\$ 1.613,9 milhão e foram 61,4% superiores aos realizados em 2012, que já tinham sido 101,4% maiores do que as liberações efetuadas em 2011.
- **Apoio ao micro, pequenos e médios empreendimentos.** No que tange ao porte dos clientes do Badesul, as empresas de grande porte representam 28,5% do valor do saldo de operações desta Agência de Fomento, enquanto que os clientes de médio porte representam 28,4% e aqueles de micro e pequeno porte abrangem 43,0%.
- **Apoio ao desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul.** As operações de financiamento a investimentos acumuladas pelo Badesul estão distribuídas em toda a geografia do Rio Grande do Sul, atestando a preocupação da Instituição e do Governo do Estado com o apoio ao desenvolvimento dos municípios e das regiões do estado.



- *Pioneirismo no apoio à inovação.* Primeiro agente financeiro credenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para financiar projetos de inovação empresarial na economia gaúcha, o Badesul opera o programa Inovacred, contando com R\$ 80 milhões para tal fim.
- *Atuação na área internacional.* Durante esta gestão foi agregada à missão institucional do Badesul a atuação na atração de investimentos e promoção de exportações, de forma articulada com a SDPI e AGDI. Dentre os projetos de sucesso podem ser destacados a atração da fábrica de elevadores da Hyundai e o suporte decisivo para a planta de semicondutores HT Micron.
- *Novos passos no mercado de capitais.* O Badesul sempre exerceu suas atividades no âmbito do crédito de longo prazo a investimentos. Mas a emergência do mercado de capitais como fonte financeira complementar ao financiamento empresarial da economia gaúcha ensejou a decisão do Governo do Estado de direcionar o Badesul também para a subscrição de cotas em fundos de participações em empresas prioritárias para o desenvolvimento econômico do RS. O Badesul subscreveu, em 2011, R\$ 10 milhões no fundo CRP Empreendedor e, em 2013, subscreveu igual valor em quotas do fundo Criatec II, lançado pelo BNDES.
- *Consolidação dos avanços operacionais.* No ano de 2014, a prioridade de gestão foi a consolidação do crescimento acelerado experimentado pelo Badesul no período 2011-2013. Esta consolidação inclui a estabilização de desembolsos de crédito no patamar de R\$ 800,0 milhões, o reforço patrimonial da Instituição para ampliar seus limites operacionais (integração do Edifício Sede no Patrimônio Líquido, aumento de capital social pelo Governo do Estado e mediante o retorno do Fundopem/RS, capitalização de lucros), ênfase na melhoria de processos internos e na tecnologia da informação, ao lado da preservação da liquidez e da gestão de riscos de crédito em cenário econômico mais volátil.

3.3 Desempenho de Finanças

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social do Badesul alcançou, ao final de 2014, R\$ 756,3 milhões, valor este 85,3% superior ao registrado ao final de 2010 (R\$ 408 milhões). O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2014, o valor de R\$ 776,3 milhões, enquanto que, ao final de 2010, o Patrimônio Líquido atingia R\$ 502,7 milhões, crescimento de 54,4% no quadriênio 2011-2014.

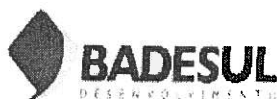
O dinamismo de crédito para a economia gaúcha que caracterizou as operações do Badesul no quadriênio 2011-2014, em especial no biênio 2012-2013, foi acompanhado pelo apoio do Governo do Estado à elevação do Capital Social e do Patrimônio Líquido desta Agência de Fomento. Mas, mesmo assim, esta Instituição viu-se forçada, no segundo semestre de 2013, a adotar medidas de contenção da sua oferta de financiamentos de longo prazo a investimentos no Rio Grande do Sul, tendo em vista preservar o seu Limite de Basileia.

Em resposta, o Badesul voltou a receber do Governo do Estado e do Governador renovado e decidido apoio à continuidade de sua capitalização, mediante novos aportes extraordinários de recursos financeiros tanto ao seu Capital Social quanto ao seu Patrimônio Líquido.

Como resultado, no primeiro semestre de 2014 as medidas de racionamento de crédito foram suspensas e o Badesul retomou seu ritmo de crédito à realização de novos investimentos no Rio Grande do Sul. Portanto, esta Agência de Fomento, além de dispor de imagem institucional consolidada no cenário econômico rio-grandense, está com as suas operações e finanças fortalecidas e preparadas para sustentar uma nova etapa de apoio ao desenvolvimento gaúcho.

Gestão de Riscos

Observa-se que 90,8% do saldo de operações de crédito registrado pelo Badesul ao final de 2014 correspondem a operações de curso normal, com classificação de risco desde AA até C.



Gestão de Pessoas

O Badesul encerrou o exercício de 2014 com 191 colaboradores. A distribuição funcional dos colaboradores do Badesul mostra que a Instituição conta com 108 colaboradores de nível superior e com 83 colaboradores de nível médio. Acrescenta-se a oferta de 38 vagas para estagiários e aprendizes.

A MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Badesul dirige-se à comunidade gaúcha para reafirmar aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul que exerceu a gestão desta Agência de Fomento, em nome do Governo do Estado e da confiança que lhes foi depositada pelo Governador Tarso Genro, de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações precedentes, que atestam o excepcional desempenho desta Instituição ao longo da sua atual gestão, ensejam o renovado agradecimento desta Diretoria aos clientes do Badesul, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao Badesul, em especial ao BNDES, mas também à CEF e à FINEP, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da sua gente.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do Badesul, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria

NOMINATA INSTITUCIONAL 2011-2014

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Tarso Fernando Herz Genro, Governador

Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Mauro Knijnik, Secretário

Conselho de Administração

Mauro Knijnik, Presidente

Marcelo de Carvalho Lopes, Vice-Presidente

Conselheiros: José Antônio Vale Antunes Junior (até 23/07/2012)

Aloísio Félix da Nóbrega (até 15/05/2013)

Enéas Costa de Souza (até 30/07/2013)

Joni Jorge Kaercher (até 26/07/2013)

Stela Beatriz Farias Lopes (até 05/04/2013)

Alessandro Pires Barcellos

João Carlos Camargo Ferrer

Leonardo Gaffrée Dias

José Antônio Chaves Franco

Izilindo Sfredo Stival

Diretoria

Marcelo de Carvalho Lopes, Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho, Diretor Vice-Presidente

Lindamir Teresinha Verbiski, Diretora de Operações (até 01/03/2014)

Luis Alberto da Silva Bairos, Diretor Administrativo (até 29/07/2014)



Mário Fernando Vargas Oliveira, Diretor Financeiro (até 28/11/2012)
Francisco Cláudio Duda, Diretor de Participações e Inovação (até 25/01/2012)
Luis Felipe Maldaner, Diretor de Participações e Inovação e Diretor de Operações
Aldino Bernardo Dick, Diretor Financeiro
Claudio Fernando Varnieri, Diretor Administrativo

Conselho Fiscal, Membros Titulares

José Benedicto Ledur, Presidente
Kalil Sehbe Neto, Vice-Presidente
Ivar Pavan, Conselheiro (até 03/07/2014)

Conselho Fiscal, Membros Suplentes

Conselheiros: Celso Luft
Lauro Ângelo Cerutti
Jorge Luis Cardoso

Anexos - Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2014 e 2013, com Relatório dos Auditores Independentes.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 25.02.2015 as 12:32:32.

Válido até: 26.05.2015.

Código de Controle: 188326.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.